



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO - PPED**

**ESTA PAUTA É VERDE? UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA
SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
Outubro de 2016

MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA

**ESTA PAUTA É VERDE? UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA
SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas, Estratégias e
Desenvolvimento – PPED como cumprimento de
etapa para obtenção do grau de Doutor.

Orientadora: Prof. Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

O48 Oliveira, Maria Elizabeth de.

Esta pauta é verde? Uma análise da cobertura jornalística sobre as políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil / Maria Elizabeth de Oliveira.

-- 2016.

385 f. ; 31 cm.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2016.

Referências: f. 360-366.

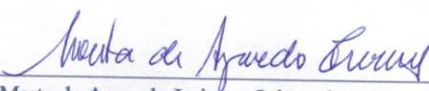
1. Políticas públicas. 2. Biodiversidade – Conservação. 3. Cobertura jornalística. 4. Mídia. 5. Teoria ator-rede. I. Irving, Marta de Azevedo, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

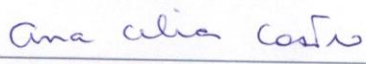
MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA


**ESTA PAUTA É VERDE? UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA
SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas, Estratégias e
Desenvolvimento – PPED como cumprimento de
etapa para obtenção do grau de Doutor.

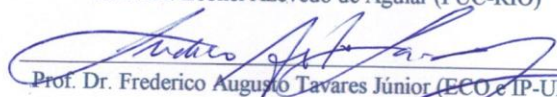
Aprovada em 02 de Setembro de 2016.


Profª Dra. Marta de Azevedo Irving – Orientadora (IE e IP-UFRJ)


Profª Dra. Ana Célia Castro (IE-UFRJ)


Profª Dra. Estela Maria Souza Costa Neves (IE-UFRJ)


Prof. Dr. Leonel Azevedo de Aguiar (PUC-RIO)


Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Júnior (ECO e IP-UFRJ)


Profª Dra. Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac (IP-UFRJ)

Rio de Janeiro
2016

RESUMO

O acesso à informação qualificada, além de representar um direito dos cidadãos, é reconhecido como um componente essencial ao êxito das políticas públicas ambientais, sobretudo, em se tratando de um tema de grande complexidade, como a conservação da biodiversidade. Nesse sentido, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental. Inspirado nesse pressuposto, o objetivo geral desta tese é interpretar, em que medida a cobertura jornalística tem decodificado e difundido, para os diversos grupos sociais, questões relacionadas às principais políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. Levando-se em consideração que essa é uma agenda que envolve múltiplos atores sociais e que diferentes interesses estão em jogo, se busca analisar como essas vozes se manifestam no noticiário pesquisado. Como parte da construção metodológica adotada, esta pesquisa envolve a análise de notícias veiculadas no jornal impresso *O Globo* em 1992, quando foi sediada na cidade do Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)*, e, em 2012, quando ocorreu a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*. A *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, principal marco internacional sobre essa agenda, foi o ponto de partida para a análise, tendo, também como perspectiva, os seus desdobramentos em políticas públicas brasileiras dirigidas a essa temática. Associadas a essa busca de notícias também foram realizadas entrevistas com jornalistas e interlocutores sociais da gestão pública, da academia e de organizações ambientalistas que apresentaram suas percepções a respeito da cobertura jornalística dessa agenda. O percurso metodológico foi dividido em dois eixos teóricos centrais: para interpretar como as dinâmicas sociais expressam-se na imprensa, a tese se baseou na *Teoria Ator-Rede*. E, para analisar os enfoques recorrentes sobre essa agenda no noticiário, foi empregado o conceito de *enquadramento midiático*. Partindo dessas orientações, os principais resultados alcançados sinalizaram que aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos, entre outros que perpassam o tema, em geral, são abordados de forma fragmentada nas matérias jornalísticas. Por outro lado, a pluralidade de fontes de informação, um dos princípios norteadores do jornalismo, não emerge de forma clara na maioria dos conteúdos pesquisados que, tendem, por conseguinte, a apresentar visões unilaterais dos assuntos veiculados.

Palavras-chaves: Políticas públicas, conservação da biodiversidade, cobertura jornalística, Teoria Ator-Rede, enquadramento midiático

ABSTRACT

Access to information represents a right of the citizens and is recognized as an essential component to the success of environmental policies, especially when the issue has a great complexity, such as biodiversity conservation. In this sense, the media is a top key role. Inspired by this statement, the general objective of this thesis is to interpret, the media coverage's scope, when the information about the issues related to major public policy biodiversity conservation in Brazil is decoded and distributed to the various social groups. Taking into account that this theme is an agenda that involves multiple stakeholders and different interests, this work inquires about and intends analyze how those voices are manifested in the researched news. As part of the adopted methodological construction, this research involves the news published in the printed newspaper "*O Globo*", in the year of 1992, when the United Nations Conference on Environment and Development (Rio-92) occurred in the city of Rio de Janeiro, and also in 2012, when the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20) was happened. The starting point for analysis of this thesis is the Convention on Biological Diversity (CBD), the main international construction about this agenda, and the perspective of this Conference when analyzes the whole public policies directed to the topic in Brazil. Associated with the news researched, the work is based also in conducted interviews with journalists and social partners of public administration, academic institutions and environmental organizations, that presented their perceptions about the media coverage on this agenda. The methodological approach has two main theoretical blocs: 1- to interpret how the social dynamics are expressed in the press, the support is the Actor-Network Theory and 2- to analyze the recurrent focuses on this agenda, in the news, the concept of media framing is adopted. Based on these guidelines, the main results signaled that environmental, economic, social, political, and others general issues are addressed in journalistic news within a piecemealed fashion. Besides the plurality of information sources, one of the guiding principles of journalism, is not observed and don't clearly emerges in the most searched contents, therefore presenting an unilateral view of the conveyed matters.

Keywords: Public policies, biodiversity conservation, media coverage, Actor-Network Theory, media framework

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Síntese de fontes de informações mencionadas nas matérias analisadas em 1992 (Nº por segmento social)

Figura 2. Síntese de fontes de informações em matérias analisadas sobre a agenda da Rio+20 (Janeiro a Junho de 2012)

Figura 3. Síntese das matérias analisadas em 2012 por categoria de enquadramento

Figura 4. Síntese de fontes de informações nas matérias sobre controvérsias em 2012 (Nº por segmento social)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese de fontes de informações por segmentos sociais (por categoria de análise)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABS - Access and Benefit Sharing
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIMS - Australian Institute of Marine Science
AGU - Advocacia-Geral da União
ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANA - Agência Nacional de Águas
ANT - Actor-Network Theory
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
AP - Áreas Protegidas
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
ASAP - Associação de Surfistas e Amigos da Prainha
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIG - Baía da Ilha Grande
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEPA - Communication, Education and Public Awareness
CIB - Comissão Internacional Baleeira
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CMAP - Comissão Mundial de Áreas Protegidas
CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNMA - Conferência Nacional de Meio Ambiente
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONABIO - Comissão Nacional da Biodiversidade
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSIG - Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande
COP-6 - Sexta Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
COP-7 - Sétima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
COP-8 - Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
CPAM - Comando de Polícia Ambiental
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPF- Cadastro de Pessoa Física
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DAP - Diretoria de Áreas Protegidas
DETER- Detecção de Desmatamento em Tempo Real
ECA - Escola de Comunicação e Artes
EICOS - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EGB - Estratégia Global da Biodiversidade
ENBPAs - Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação
ENCEA- Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública
ESEC - Estação Ecológica
EUA - Estados Unidos da América
FAM - Federação das Associações de Moradores do Rio
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBDS - Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FDA - Food and Drug Administration
FLONA - Floresta Nacional
FNAP - Fórum Nacional de Áreas Protegidas
FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GAPIS - Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social
GTs - Grupos de Trabalho
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IEBMA- Instituto Ecológico Búzios Mata Atlântica
IFEJ - Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais
IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza
IUCN SUR - União Internacional para a Conservação da Natureza na América do Sul
IVC - Instituto Verificador de Comunicação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP- Medida Provisória
MPF- Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEJ/RS - Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul
NIMA - Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da PUC-Rio
OBSAPIS - Observatório de Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OHI - Índice de Saúde do Oceano
OMS - Organização Mundial da Saúde
OGMs - Organismos Geneticamente Modificados
ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas
PAN-Bio - Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade
PARNA - Parque Nacional
PARNASO - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDBG - Programa de Despoluição da Baía da Guanabara
PELD - Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração
PF - Polícia Federal
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PM - Plano de Manejo
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNB - Política Nacional de Biodiversidade
PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente
PNF - Programa Nacional de Florestas
PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina
PNT - Parque Nacional da Tijuca
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCerrado- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
PPCDAm - Plano Nacional para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia
PPP - Parceria público-privada
PROBio II - Projeto Nacional de Transversalização da Biodiversidade
PRODES - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
PROLAGOS- Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
PRONABIO - Programa Nacional de Biodiversidade
RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
RAS - Relatórios Ambientais Simplificados
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REBIA - Rede Brasileira de Informação Ambiental
REBIO - Reserva Biológica
RBJA - Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais
REDCALC - Rede dos Comunicadores Ambientais da América Latina e do Caribe
RESEX - Reserva Extrativista
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RF - Reserva de Fauna
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RIO +10 - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
RIO + 20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RL - Reserva Legal
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS - Refúgio de Vida Silvestre
SAPIS - Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEJ - Society of Environmental Journalists
SFB - Serviço Florestal Brasileiro
SINIMA - Sistema Nacional de Informação Ambiental
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISBIOTA-BRASIL - Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STF- Supremo Tribunal Federal
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TEBIG - Terminal da Baía da Ilha Grande
TNC - The Nature Conservancy
TPN - Terminais Ponta Negra
UC - Unidade de Conservação
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPAM - Unidade de Policiamento Ambiental
UPH - Unidade de Patrimônio da Humanidade
USP - Universidade de São Paulo
WRI - Instituto de Recursos Mundiais
WWF - World Wildlife Fund
ZCVS - Zona de Conservação da Vida Silvestre

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
1.1.	Objetivos: geral e específicos	21
1.2.	Por que a biodiversidade constitui um tema estratégico nos planos global e nacional: Justificativa para a temática pesquisada	22
1.3.	Contribuição esperada com esta tese	28
2.	METODOLOGIA	29
2.1.	Abordagem metodológica da pesquisa e suas interfaces com o conceito de <i>enquadramento midiático</i> e a <i>Teoria Ator-Rede</i>	29
2.1.1.	As políticas públicas pesquisadas	33
2.1.2.	Períodos selecionados para a pesquisa:	34
2.2.	Etapas metodológicas	35
2.2.1.	Pesquisa bibliográfica e documental	35
2.2.2.	Elaboração de instrumentos de pesquisa	36
2.2.3.	Seleção de entrevistados	37
2.2.4.	Entrevistas com jornalistas e outros interlocutores sociais	38
2.2.5.	Mapeamento de matérias jornalísticas	39
2.2.6.	Análise das informações sistematizadas	41
2.3.	Perspectivas de publicações de resultados	42
3.	O PODER DE INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	44
3.1.	Do debate ambiental aos ciclos de atenção da cobertura jornalística: como se expressa a pauta da biodiversidade?	48
3.2.	Perspectivas e desafios	52
4.	POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA QUÊ E PARA QUEM? CONTEXTUALIZAÇÃO PARA UM DEBATE COMPLEXO	54
4.1.	A pauta ambiental, uma arena de múltiplos atores e interesses	57
4.2.	A conservação da biodiversidade: uma problemática ambiental global	59
5.	A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB): UM MARCO GLOBAL ESTRATÉGICO	63
5.1.	“ <i>Nosso futuro comum</i> ” e inspirações para a CDB	66
5.2.	As diretrizes da CDB na Agenda 21 Global	67
5.3.	Os diversos interesses refletidos na CDB	68

6.	POLÍTICAS AMBIENTAIS NACIONAIS: AVANÇOS E DESDOBRAMENTOS DA CDB NO BRASIL	72
6.1.	A CDB e seus reflexos no Brasil	75
6.2.	Avanços e desafios brasileiros no âmbito da CDB	77
6.3.	Resultados alcançados no âmbito do Plano Estratégico 2002-2010	78
6.3.1.	As Metas de Aichi	79
6.3.2.	Entraves que dificultam os desdobramentos da CDB	81
7.	COMUNICAÇÃO, QUESTÃO ESTRATÉGICA PARA A CDB E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL	86
7.1.	As políticas ambientais brasileiras de conservação da biodiversidade e o reconhecimento da importância da comunicação	88
7.2.	SNUC: política pública norteadora para a proteção da natureza no Brasil	93
7.3.	PNAP: política pública como desdobramento do SNUC e dos compromissos da CDB	95
7.4.	ENCEA, estratégia de comunicação e educação desconhecida da gestão pública	96
8.	COMO A AGENDA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SE EXPRESSA NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A RIO-92: UMA ABORDAGEM SOBRE AVANÇOS, CONTROVÉRSIAS E DILEMAS	104
8.1.	A agenda verde entre as crises econômica e política: os desafios que antecederam à realização da conferência	104
8.1.1.	Movimentos sociais: apesar das dificuldades Fórum Global faz a diferença	115
8.1.2.	O início da Rio-92 em meio à crise política brasileira e seus reflexos no noticiário	121
8.2.	Os desdobramentos da CDB na Rio-92: como as controvérsias refletem os múltiplos interesses que dividem o mundo em dois blocos de países?	121
8.2.1.	Convenção sobre Diversidade Biológica: Como um acordo quase “invisível” se transforma em uma das principais controvérsias da Rio-92?	132
8.3.	Como a Rio-92 se reflete no enquadramento da cobertura jornalística diária sobre conservação da biodiversidade: avanços, desafios e contradições	162

8.3.1.	Pelo enfoque da falta de recursos	163
8.3.2.	Pela perspectiva do risco	168
8.3.3.	Pelo viés da cidadania	176
8.3.4.	Pelas potencialidades amazônicas	182
8.3.5.	Pela ótica da beleza da natureza	185
8.3.6.	Pelas contradições ecológicas	189
9.	VINTE ANOS APÓS A RIO-92, COMO A AGENDA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SE REFLETE NAS PÁGINAS DE UM JORNAL DIÁRIO?	198
9.1.	A pauta da conservação da biodiversidade na agenda da Rio+20: um debate periférico na cobertura jornalística?	198
9.1.1.	Como a cobertura jornalística evolui nos primeiros seis meses de 2012	200
9.1.2.	Os principais embates noticiados anteriormente à conferência	208
9.1.3.	Às vésperas da Rio+20, a intensificação dos impasses	211
9.1.4.	As reações negativas dos grupos sociais diante dos rumos das negociações	217
9.2.	Biodiversidade em foco em 2012: além do espetáculo e do risco, o que mais é notícia sobre essa agenda?	225
9.2.1.	Como a agenda da biodiversidade é notícia?	229
9.2.1.1.	Pelo viés do espetáculo	229
9.2.1.2.	Pelas espécies descobertas e redescobertas	238
9.2.1.3.	Pelo foco em desenvolvimento científico e tecnológico	244
9.2.1.4.	Pela perspectiva do risco	248
9.2.1.5.	Pela reação do poder público	278
9.2.1.6.	Pelo viés do exercício de cidadania	295
9.3.	A cobertura jornalística sobre controvérsias na agenda da conservação da biodiversidade: inspirações da Teoria Ator-Rede	301
9.3.1.	Infraestrutura <i>versus</i> conservação da biodiversidade	302
9.3.1.1.	Mobilização pela proteção da Praia de Jacomé e contra a construção do Porto em Maricá	303
9.3.1.2.	Uma controvérsia motiva outra: prós e contras envolvem o Porto de Maricá e o Porto de Angra dos Reis	304
9.3.1.3.	Condomínio residencial é reconhecido como uma ameaça a manguezal	305
9.3.1.4.	Lodo dragado da Baía de Guanabara pode impactar Ilhas	308

Cagarras		
9.3.1.5.	Excesso de embarcações reduz fauna marinha na Baía de Guanabara?	311
9.3.1.6.	Quais são os resultados do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara?	313
9.3.1.7.	Construção de <i>eco resort</i> ameaça quatro espécies em APA	316
9.3.2.	Conservação da biodiversidade <i>versus</i> projetos de infraestrutura	317
9.3.2.1.	Mobilização contra a criação da APA da Ilha Grande	317
9.3.2.2.	Divergências entre moradores e gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina	319
9.3.3.	Conservação da biodiversidade <i>versus</i> decisões do poder público	322
9.3.3.1.	Ambientalistas se mobilizam contra a desativação de Batalhão Florestal	322
9.3.3.2.	Instalação de usinas hidrelétricas provoca inúmeras controvérsias	325
9.3.3.3.	Transferência de área ambiental para obra dos <i>Jogos Olímpicos</i> gera discordâncias	331
9.3.3.4.	Flexibilização nas regras de licenciamento ambiental é percebida como retrocesso	337
9.4.	Políticas públicas de conservação da biodiversidade pela ótica dos entrevistados	343
9.4.1.	O olhar dos interlocutores sociais	344
9.4.1.1.	Políticas mais importantes	344
9.4.1.2.	Políticas mais disseminadas	345
9.4.1.3.	Pluralidade de fontes	345
9.4.1.4.	Segmentos sociais mais mencionados	345
9.4.1.5.	Profundidade e contextualização das abordagens	346
9.4.1.6.	Aspectos mais abordados	346
9.4.1.7.	Avanços considerados	346
9.4.1.8.	Principais desafios	347
9.4.1.9.	Principais recomendações	347
9.4.2.	O olhar dos jornalistas	348
9.4.2.1.	Políticas mais importantes	348
9.4.2.2.	Pluralidade de fontes	349
9.4.2.3.	Qualidade das abordagens	349

9.4.2.4.	Principais notícias	349
9.4.2.5.	Avanços considerados	349
9.4.2.6.	Questões desafiadoras	350
9.4.2.7.	Principais recomendações	350
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	353
	REFERÊNCIAS	360
	APÊNDICES	367

1. INTRODUÇÃO

Tendo conquistado cada vez mais espaço nos meios de comunicação e, por conseguinte, influenciado processos de tomadas de decisão em todos os segmentos sociais, as questões ambientais ganharam ressonância nas últimas quatro décadas impulsionadas pela capacidade de movimentos sociais e organizações ambientalistas promoverem ações articuladas. Motivado, principalmente, por esses agentes, o reconhecimento da amplitude de problemas decorrentes do agravamento dos riscos associados ao aumento da poluição e do consumo de recursos naturais fez ecoar, no mundo, inúmeros sinais de alerta.(VIOLA, 1998)

No processo de sensibilização da opinião pública sobre a crise ambiental que já se revelava mais grave na década de 1960, não se pode perder de vista a repercussão que algumas publicações alcançaram, naquela época, tendo motivado a ampliação das discussões internacionais sobre os impactos dos modos de vida contemporâneos na natureza. Nesse contexto, uma importante referência foi *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1962) livro que alertava para diversos danos ambientais provocados pelo uso de inseticidas à base de DDT¹, dentre os quais, a morte dos pássaros que, por sua vez, deixavam de cantar na primavera. Os alertas apresentados nessa publicação resultaram na proibição do DDT em países europeus e nos Estados Unidos entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970.

Nesta retrospectiva, o relatório *Os limites do crescimento* (Meadows *et al*, 1972), produzido a partir de mobilização do *Clube de Roma*², foi outra obra de grande repercussão mundial. Os resultados dessa publicação, aliados às discussões que já vinham sendo promovidas por organizações ambientalistas internacionais, influenciaram fortemente a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, em 1972. Considerado um marco no debate da temática ambiental,

¹O dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) começou a ser amplamente utilizado no combate a insetos que atacavam culturas agrícolas após a Segunda Guerra Mundial. A substância passou a ser alvo de estudos, sobretudo na década de 1960, devido às suspeitas de contaminação na natureza que gradativamente iam sendo confirmadas.

² O *Clube de Roma* foi criado na década de 1960, na Itália, e se tornou uma associação reconhecida por reunir industriais, executivos de grandes empresas, cientistas, economistas, além de integrantes de instituições públicas de países desenvolvidos que promoveram amplos debates sobre questões ambientais. e suas interfaces com o desenvolvimento.

esse evento também ficou conhecido como *Conferência de Estocolmo*³, em referência à cidade sueca que o sediou.

As previsões catastróficas do relatório mencionado, que se desdobrou em várias publicações, provocaram um amplo debate entre acadêmicos e intelectuais, à época do seu lançamento, já que alertavam para potenciais riscos às condições de vida no planeta, caso perdurassem os cenários de aumento populacional e do consumo acelerado de recursos naturais, sobretudo nos países em desenvolvimento. O conteúdo desse documento deu início a fortes controvérsias entre países dos hemisférios norte e sul, uma vez que os últimos não consideravam justo serem contidos nas suas expectativas de crescimento, quando as nações mais ricas do “norte” já haviam alcançado altos níveis de avanços econômicos e sociais, mesmo que para tal, tenham causado grandes danos à natureza.

Controvérsias à parte, a partir de então, ampliou-se o processo de discussão em torno de novas alternativas de desenvolvimento uma vez que o modelo estabelecido, até aquele período, sinalizava para sérios riscos ao futuro da humanidade.

Nos dois anos seguintes à *Conferência de Estocolmo*, Maurice Strong⁴ e Ignacy Sachs, dois intelectuais que já se destacavam em seus posicionamentos sobre o tema, trouxeram à tona o debate sobre o conceito de *ecodesenvolvimento*, apresentado como uma nova alternativa ao modelo de desenvolvimento estabelecido, até então, com base no esgotamento dos recursos naturais. Para o alcance do equilíbrio desejado, ambos elencaram alguns elementos centrais a ele associados, como o atendimento às necessidades básicas da população; o envolvimento social nas ações de proteção dos recursos naturais; a solidariedade com as gerações futuras e a construção de um sistema social capaz de garantir emprego, segurança, educação e respeito a outras culturas. (NOBRE e AMAZONAS, 2002)

Paralelamente, como resultado das crescentes discussões lideradas pelo movimento ambientalista internacional, sobretudo no âmbito das grandes Organizações Não Governamentais (ONGs), foi lançado o relatório *Estratégia Mundial de Conservação* (1980) pela *União Internacional para a Conservação da Natureza* (IUCN,

³A *Conferência de Estocolmo*, como também ficou conhecida, teve como resultado uma declaração, conhecida como *Declaração de Estocolmo*, contendo 26 princípios dirigidos à construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=243>

⁴ Secretário-geral da *Conferência de Estocolmo* e primeiro diretor-executivo do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*. Em 1992 também atuou como secretário-geral da *Rio-92*.

na sigla em inglês). Seu conteúdo trouxe uma expressiva colaboração às reflexões sobre a visão integrada de ambiente e desenvolvimento, pela perspectiva da conservação da natureza, uma pauta que vinha ganhando destaque entre as grandes questões ambientais daquela época. Essa publicação, que discutia alternativas globais para a conservação da biodiversidade, foi desenvolvida em parceria com o *World Wildlife Fund* (WWF) e o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA) que, por sua vez, vinha se fortalecendo desde a sua criação, na *Conferência de Estocolmo*, em 1972.

Os avanços decorrentes desse debate internacional complexo, somado ao grande interesse despertado pela temática ambiental, resultaram na solicitação de um relatório pela *Assembleia das Nações Unidas, à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (LAGO, 2006). Seu sobrenome viria a ser consagrado, posteriormente, por meio do relatório *Nosso futuro comum* (1987), também denominado *Relatório Brundtland*.

Esta publicação convidou os diversos segmentos sociais a adotarem novas abordagens para o processo de desenvolvimento que fossem capazes de considerar o equilíbrio entre as dimensões ambientais, econômicas e sociais, de forma que a demanda por recursos naturais para atender às atuais gerações não comprometesse o atendimento da demanda das gerações futuras. Por meio desse fio condutor do debate proposto pelo relatório mencionado, o conceito de *desenvolvimento sustentável* passou a ser amplamente disseminado internacionalmente.

Como forma de superação da reconhecida crise ambiental, entre tantas outras iniciativas, o relatório propôs a adoção de soluções com base em novas tecnologias para a geração energética e a produção industrial, além de incentivar a conservação da biodiversidade e de outros recursos naturais; bem como o controle da urbanização e do crescimento populacional.

Independentemente das controvérsias suscitadas em relação à terminologia que se buscava difundir, desde então, considerada vaga e contraditória por autores como Nobre e Amazonas (2002), o debate continuou a orientar caminhos no âmbito das Nações Unidas. Tanto que, em 1992, na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD)⁵, realizada no Rio de Janeiro, também

⁵A *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD) foi realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992. Reuniu cerca de mais de 40 mil pessoas, incluindo mais de

denominada de *Rio-92* e *Cúpula da Terra*, além de popularmente conhecida como “*ECO-92*”, buscou-se consolidar o conceito de *desenvolvimento sustentável* nos debates sobre políticas públicas globais.

Nos sentido de promover a difusão e a consolidação dessa nova concepção de desenvolvimento, foram formalizadas algumas medidas de grande relevância, acompanhadas atentamente pelas ONGS ambientalistas e pelos movimentos sociais, entre outros segmentos que participaram dos debates, por meio do chamado *Fórum Global*, um encontro social paralelo, sem precedentes em uma Conferência da ONU.

Assim, desde a *Rio-92* (terminologia adotada no contexto desta tese), considerada a mais importante conferência internacional para o debate das questões ambientais, os documentos então formalizados, passaram a nortear políticas públicas, a inspirar o interesse acadêmico e a incentivar ações de outros segmentos sociais. Além da *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*⁶ e da *Agenda 21*, sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) foram assinadas, durante a *Rio-92*, duas importantes convenções: *Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima*, também conhecida como *Convenção do Clima*⁷ e *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*⁸, essa última, com enfoque central no contexto desta tese.

Mas, levando em consideração que a *Rio-92* consagrou pactos diplomáticos históricos para orientar o processo de enfrentamento da crise ambiental, dos quais a *CDB*, uma questão fundamental emerge no contexto desse debate: até que ponto foi possível avançar 20 anos depois desse evento emblemático, quando novamente chefes de Estado e lideranças de referência internacional se reuniram no Rio de Janeiro para participarem da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*⁹?

100 chefes de governo e resultou em amplo debate sobre as questões ambientais e suas interfaces com o desenvolvimento.

⁶*Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*
Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>

⁷*Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*
Fonte: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/convencao_clima.pdf

⁸*Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*
Fonte: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf

⁹*Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)*.
Fonte: <http://www.rio20.gov.br/>

Entre os dois eventos de caráter internacional chancelados pela ONU, embora passos importantes tenham sido dados rumo à definição de políticas públicas direcionadas à agenda ambiental, sobretudo no que se refere à conservação da biodiversidade, bem como demais avanços sociais, político-diplomáticos, econômicos e científicos tenham se consolidado, se reconheceu, também, que muitos dilemas, contradições e até retrocessos continuavam perpassando essa temática. Mais uma vez, interlocutores de diversos segmentos se manifestaram por meio de ações e fóruns organizados pelos movimentos sociais, tendo inclusive rechaçado o documento final¹⁰ dessa conferência, considerado pouco ousado para o enfrentamento das questões socioambientais graves que permaneciam sem solução. (IRVING, 2014; VIOLA & FRANCHINI, 2012; GUIMARÃES & FONTOURA, 2012)

Vale ressaltar que, já em 2002, por ocasião da realização da *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, a chamada *Rio+10*, em Joanesburgo (África do Sul), foi estabelecido um consenso de que a crise ambiental havia se agravado, desde a *Rio-92*, apesar de reconhecidos, também, alguns avanços, dentre os quais, o progresso científico e tecnológico, além do fortalecimento da legislação ambiental, da disseminação de informação e da participação social. (LAGO, 2006)

Assim, por meio de grandes eventos e de decisões político-diplomáticas de alcance mundial, embora tenha sido ampliado o interesse de diversos grupos sociais sobre a questão ambiental, parece claro o reconhecimento de que a sensibilização sobre o tema continua sendo um grande desafio para o Poder Público, para os meios de comunicação, para a academia e para os demais segmentos sociais. Nesse sentido, de maneira clara, a complexidade que envolve essa pauta e a necessidade de permanente aprofundamento sobre os seus principais impasses e dilemas tendem a ser centrais em políticas públicas.

Com base nesta breve introdução, buscou-se contextualizar como o debate sobre a temática ambiental tem sido cada vez mais expresso como demanda contemporânea e que, em cenários de degradação dos recursos naturais, diversos grupos sociais têm se mobilizado e buscado influenciar o processo de tomada de decisão por meio de políticas públicas nacionais que, por sua vez, funcionam como desdobramentos de pactos globais. Os meios de comunicação representam, assim, um elemento fundamental nesse

¹⁰*O futuro que queremos*. Versão em português.

Fonte: <http://www.rets.org.br/sites/default/files/O-Futuro-que-queremos1.pdf>

movimento e, sobretudo a partir da *Rio-92*, passaram a disseminar, mais amplamente, informações sobre as questões ambientais.(JACOBI, 2003; HANNIGAN, 2009)

Levando em consideração que o acesso à informação qualificada, além de um direito dos cidadãos, é reconhecido como um componente essencial ao êxito das políticas públicas ambientais, sobretudo em se tratando de um tema de grande complexidade como é o caso da pauta da conservação da biodiversidade, a mídia é considerada, cada vez mais, como um ator central no âmbito dessas políticas. Não somente na veiculação de conteúdo informativo, mas, principalmente, no processo de mediação do diálogo e de construção de sentidos e valores que influenciam os grupos sociais em todos os seus segmentos.

Por outro lado, os meios de comunicação são pautados tanto pelos anseios sociais como também por inúmeras outras demandas. E em cenários de economia capitalista, onde inúmeros interesses estão em jogo, esse segmento é também influenciado, permanentemente, pelas dinâmicas das relações sociais nos ambientes em que se insere, por sua vez, marcadas quase sempre por inúmeras controvérsias.

Nesse contexto, a discussão sobre como os meios de comunicação atuam na sensibilização da sociedade e influenciam políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil (sobretudo as implementadas como desdobramentos da *CDB*, desde que esse importante marco foi formalizado na *Rio-92*) adquire enfoque central no debate proposto, perpassando, assim, o conteúdo abordado nesta tese.

1.1.Objetivos: geral e específicos

Assim, partindo-se dos pressupostos sinteticamente apresentados, anteriormente, o objetivo geral desta tese é interpretar, em que medida, os meios de comunicação (em especial o jornalismo impresso) tem decodificado e difundido, para a sociedade, as questões relacionadas às políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. Tal enfoque, entretanto, não pode ser tratado de forma isolada. Levando-se em consideração que essa é uma temática que envolve múltiplos interlocutores sociais e que diferentes demandas estão em jogo, se busca, ainda, analisar, como as contradições desses inúmeros interesses estão expressas na cobertura jornalística pesquisada.

Nesse sentido, esta tese é inspirada pela seguinte questão central: Quais e como as principais questões envolvendo políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil são difundidas na cobertura jornalística, quem são os principais interlocutores

sociais identificados nos conteúdos veiculados e como são expressas as controvérsias nesse processo?

Nesse sentido, esta tese tem os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como as políticas públicas brasileiras dirigidas à conservação da biodiversidade são concebidas e articuladas.
- Avaliar como e se os distintos grupos de interesse (movimentos sociais, organizações não governamentais, gestão pública, setor privado, academia e outros) participam do debate proposto e se o diálogo entre esses públicos se configura por intermédio da cobertura jornalística.
- Identificar quais os segmentos sociais mais atuantes neste debate pela ótica da cobertura jornalística analisada.
- Mapear e discutir as principais controvérsias relativas à pauta da conservação da biodiversidade na cobertura jornalística analisada.

A partir dos resultados obtidos, esta pesquisa busca delinear, também, recomendações que possam contribuir, sobretudo, para ações estratégicas de comunicação em políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil.

1.2. Por que a biodiversidade constitui um tema estratégico nos planos global e nacional: Justificativa para a temática pesquisada

Na concepção de Wilson (1997) conservar a biodiversidade significa proteger a multiplicidade de formas de vida existentes no planeta, por meio de ações de grande complexidade que visam à garantia da sua sobrevivência em uma escala de longo prazo.

Nesse sentido, os órgãos ambientais, entre outras instâncias governamentais (apoiados pelas três esferas do Poder Público, organizações sociais e outros segmentos) adotam medidas que interferem diretamente na forma como os distintos grupos sociais exploram os recursos naturais. Não raro, leis, normas, políticas e outras iniciativas implementadas pela gestão pública são permeadas por controvérsias.

Além das divergências motivadas pelas medidas de conservação da biodiversidade, a complexidade que envolve essa temática está associada também a outros fatores. Um deles se relaciona à lacuna de conhecimento científico sobre a real

quantidade de espécies existentes no planeta. Entretanto, ainda que essa limitação de informações interfira na estimativa sobre a perda de biodiversidade e dificulte as ações para a sua conservação, não faltam estudos que contribuam para alertar os diversos grupos sociais sobre essa problemática reconhecida como consequência direta das atividades humanas. (DRUMMOND & GANEM, 2011)

Os impactos das atividades humanas sobre a perda de biodiversidade foram também amplamente debatidos no relatório *Panorama da Biodiversidade Global 3-GB03* (MMA, 2010) que chama a atenção para o compromisso ético de defesa de todas as formas de vida que deve ser assumido pelos grupos sociais, em geral. Segundo essa publicação, os riscos à sobrevivência das espécies no longo prazo são crescentes e estão se intensificando progressivamente. Contribuem para esse cenário, principalmente, fatores como a perda e a degradação de *habitats*, as mudanças climáticas, a poluição, além da sobre-exploração dos recursos naturais e a presença de espécies exóticas invasoras.

Além dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da perda de biodiversidade, essa problemática também tem implicações simbólicas, já que o valor das espécies e das relações que as sustentam é de difícil mensuração e transcende a esfera econômica.

Nesse sentido, além dos potenciais riscos relacionados ao futuro dos serviços ambientais¹¹ assegurados por meio da diversidade biológica e essenciais ao bem-estar humano, como fornecimento de alimentos, fibras, medicamentos, polinização das culturas agrícolas, filtragem de poluentes e a proteção contra desastres naturais, há outros aspectos preocupantes nesse processo. Segundo o relatório anteriormente mencionado, os chamados serviços culturais associados à biodiversidade também podem ser afetados no processo como os “*valores espirituais e religiosos, as oportunidades de conhecimento e educação, valores recreativos e estéticos*”. (MMA, 2010, p.9)

Como contribuição ao debate sobre os riscos associados à perda de biodiversidade, a *União Internacional para a Conservação da Natureza* (IUCN, na sigla em inglês), uma das mais influentes organizações ambientalistas do mundo, tem

¹¹Serviços ambientais. Conceito associado à tentativa de valoração dos benefícios ambientais que a manutenção de áreas naturais pouco alteradas pela ação humana traz para o conjunto da sociedade. Entre os serviços ambientais mais importantes estão a produção de água de boa qualidade, a depuração e a descontaminação natural de águas servidas (esgotos) no ambiente, a produção de oxigênio e a absorção de gases tóxicos pela vegetação e a manutenção de estoques de predadores de pragas agrícolas, entre outros. (IBGE, 2004)

publicado, sistematicamente, as chamadas “listas vermelhas”¹² de espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção. Consideradas fontes de informação de grande relevância para ampliar a percepção da opinião pública sobre o tema, essas publicações de referência têm contribuído também para nortear medidas de conservação da biodiversidade globalmente.

Este tema, em toda a sua complexidade, é de grande relevância para o Brasil, país cujas estimativas são de que abrigue, aproximadamente, 2 milhões de espécies, das quais 200 mil já foram cientificamente identificadas. Isso representa entre 10% e 20% da diversidade biológica global. (LEWINSOHN & PRADO, 2005)

Diante de tais estimativas, o Brasil é considerado líder entre as nações de megadiversidade biológica¹³, mas contraditoriamente, também é parte de controvérsias relacionadas à perda de biodiversidade, debate para o qual a região amazônica tem maior ressonância no plano global.

Assim, para fazer frente a esse e outros desafios relacionados ao tema, na condição de país megadiverso e de signatário da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, principal marco global sobre o tema, o Brasil vem construindo, com a participação de interlocutores de diversos segmentos sociais, um importante arcabouço de políticas públicas de conservação da biodiversidade, que têm sido implementadas nas últimas duas décadas como desdobramentos desse compromisso. Conforme Medeiros (2006: p.1), o estabelecimento da *CDB*, em 1992, “impôs ao país a necessidade de discutir e implementar uma série de arranjos político-institucionais adequados a gestão sustentável da biodiversidade”. Ainda em curso, essa missão, segundo o autor, busca também a consolidação de iniciativas que atendam às demandas nacionais relacionadas ao tema.

No entanto, em cenários de agravamento da crise ambiental, como sustentam alguns estudos já mencionados anteriormente, além de outros debatidos no contexto desta tese, é fundamental que se interprete o perfil da cobertura jornalística sobre essa temática em toda a sua complexidade. Não por acaso, a implementação de estratégias de

¹² Fonte: <http://www.iucnredlist.org/>

¹³ Os 17 países considerados megadiversos abrigam 75% da biodiversidade do planeta. São eles: África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela.

Fonte: <http://www.conservation.org.br/>

comunicação para a sensibilização pública, sobre a agenda da conservação da biodiversidade, constitui uma abordagem de importância central no âmbito da *CDB*.

Como a *CDB* valoriza também o controle social como elemento central ao êxito das políticas públicas de conservação da biodiversidade, parece essencial, assim, que se busque identificar, até que ponto, os interlocutores de diversos segmentos sociais têm sido engajados no debate sobre o tema, o que, mais uma vez, justifica os objetivos que perpassam esta tese.

Assim, no sentido de interpretar como essas dinâmicas sociais se manifestam na cobertura jornalística pesquisada, em relação ao tema em questão, uma das principais abordagens escolhidas para orientar o debate é a *Teoria Ator-Rede (ANT)*, na sigla do original em inglês *Actor-Network Theory*)¹⁴ que tem no sociólogo francês Bruno Latour (1994, 2000, 2001, 2004, 2005, 2012), um dos seus principais expoentes.

Segundo Law (1992) pela perspectiva da *ANT* as redes não são compostas somente por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas e materiais diversos. Nesse sentido, para os construtores dessa teoria, o que compõe as dinâmicas sociais (denominada pelos teóricos de *associações*) não é simplesmente humano.

O autor mencionado, um dos principais seguidores de Bruno Latour, advoga que não existiria sociedade sem a heterogeneidade verificada nas redes de relações sociais. Assim, partindo-se do princípio de que nenhum elemento da rede é superior a outro, a *ANT* busca caracterizá-las em sua complexidade.

Qual o sentido de se buscar agregar a *ANT* às investigações desta tese? Uma das justificativas reside na visão dessa teoria de que natureza e sociedade são indissociáveis. Do ponto de vista comunicativo, a resposta à questão formulada também encontra ressonância nas definições de Law (1992). Segundo esse autor, a comunicação e seus dispositivos associados (humanos e não humanos) são mediadores de relações sociais que ajudam a moldar: “*Nossas comunicações com os outros são mediadas por uma rede de objetos – o computador, o papel, a imprensa. E é também mediada por redes de objetos-e-pessoas, tal como o sistema postal. O argumento é que essas várias redes participam do social. Elas o moldam*”. (LAW, 1992. p.387)

Vale ressaltar que, as seguintes hipóteses norteiam os objetivos desta tese:

¹⁴ Esta teoria é o produto de um grupo de sociólogos associados, e em vários casos, localizados no Centro de Sociologia da Inovação da Escola Nacional Superior de Minas de Paris. A sua construção evoluiu principalmente a partir da década de 1980.

H1: Apesar do reconhecimento da sua relevância na disseminação de informação qualificada para a sociedade sobre a pauta da conservação da biodiversidade, tema estratégico para o Brasil, a mídia (representada nesse caso pelo jornalismo impresso) ainda não é capaz de decodificar e veicular, de forma contextualizada e aprofundada, as questões relacionadas à essa temática, sobretudo em relação às políticas públicas brasileiras direcionadas a essa agenda. Nesse sentido, a complexidade do debate tende a ser substituída por abordagens superficiais e/ou fragmentadas nas matérias jornalísticas.

H2: A pluralidade de vozes, um importante princípio norteador do jornalismo, enquanto atividade de reconhecida importância social, tende a ser pouco considerada na cobertura jornalística diária. Nesse sentido, a segunda hipótese orientadora desta tese, parte do pressuposto, de que a falta de pluralidade de vozes tende a marcar a cobertura jornalística pesquisada sobre a agenda da conservação da biodiversidade.

No sentido de apoiar o eixo de construção lógica de discussão sobre o tema, esta tese foi construída a partir deste texto introdutório que aborda, sinteticamente, como vem evoluindo a mobilização global em torno das questões ambientais mencionadas, além de apresentar os objetivos e a justificativa desta pesquisa. Na sequência, se inserem outros nove capítulos, descritos resumidamente, a seguir.

O segundo capítulo descreve a opção metodológica e sua interface com as principais referências que norteiam esta tese: o conceito de *enquadramento midiático* e a *Teoria Ator-Rede*. Além disso, apresenta o recorte das políticas nacionais de conservação da biodiversidade selecionadas para a análise documental proposta e o veículo de comunicação escolhido para o mapeamento de notícias sobre o tema abordado, bem como o planejamento das etapas do processo de pesquisa.

O terceiro capítulo contextualiza, especificamente, o papel social dos meios de comunicação, tendo o jornalismo impresso como enfoque, além de seu poder de influência na formação da opinião pública e nas políticas públicas. Discute, ainda, os desafios que envolvem esse segmento, considerado fundamental à ampliação da sensibilização pública sobre a complexa agenda da conservação da biodiversidade.

O quarto capítulo introduz, primeiramente, a noção de políticas públicas, a partir de algumas referências sobre o tema. Em seguida, aborda, também, questões relacionadas à agenda ambiental como uma arena que envolve inúmeros segmentos sociais com múltiplas demandas e interesses, características que se refletem fortemente

em controvérsias nos processos de formulação e implementação das ações. Por fim, é discutida a evolução da pauta da conservação da biodiversidade como um tema de interesse global.

O quinto capítulo discute a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, propriamente dita, como o principal marco global de conservação da biodiversidade que tem inspirado a formulação de políticas públicas direcionadas a essa temática nos países signatários, entre os quais o Brasil. O debate introduz questões como embates e controvérsias que perpassam o tema, no âmbito dessa *Convenção*, bem como apresenta informações que contribuem para aprofundar a contextualização dos seus antecedentes e desdobramentos no plano de políticas públicas nacionais.

O sexto capítulo aborda os principais avanços das políticas públicas brasileiras, com ênfase nos desdobramentos da *CDB* no país. Ao mesmo tempo, contextualiza algumas questões como entraves e desafios relacionados à implementação dessas ações planejadas.

O sétimo capítulo tem como principal enfoque, como as políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade, inspiradas pela *CDB*, incorporam a temática da comunicação e da sensibilização pública como uma questão de relevância estratégica, conforme sugere esse marco global em suas diretrizes. Como parte do debate, o conteúdo abordado contextualiza, ainda, como a mobilização social é reconhecida como crucial à construção de novos direcionamentos sobre as questões ambientais no Brasil e como a participação dos meios de comunicação se traduz como fundamental nesse processo.

O oitavo capítulo, dividido em três partes, apresenta primeiramente uma contextualização do debate que antecedeu à *Rio-92*. Além disso, destaca nas duas partes seguintes, os resultados da pesquisa central desta tese, inspirados na *Teoria Ator-Rede* e no conceito de *enquadramento midiático*. Ambos nortearam o mapeamento de notícias publicadas sobre a agenda da conservação da biodiversidade no jornal pesquisado, em 1992.

O nono capítulo segue a mesma metodologia, aplicada ao mapeamento de notícias, em 2012. Nesse sentido, apresenta uma contextualização sobre os temas que fizeram parte do debate da agenda da *Rio+20* e, na sequência, analisa a cobertura jornalística com base no conceito de *enquadramento midiático* e nas *controvérsias* à luz da *Teoria Ator-Rede*. Ao final, são agregadas as percepções dos jornalistas e dos demais interlocutores sociais entrevistados, sobre a cobertura jornalística dessa agenda, além

das suas principais recomendações para qualificar o debate da temática em questão nos meios de comunicação.

No décimo capítulo, por sua vez, são apresentadas as considerações finais, que ressaltam, em linhas gerais, os aspectos mais relevantes identificados por esta pesquisa. Além disso são alinhados os resultados obtidos com os objetivos e hipóteses norteadores, bem como elencadas recomendações para segmentos sociais como gestão pública, academia e veículos de comunicação.

1.3. Contribuição esperada com esta tese

Uma das principais contribuições que se espera da presente tese é inovar sobre a abordagem analítica e, também, no que se refere ao enfoque direcionado à cobertura jornalística sobre políticas públicas dirigidas à conservação da diversidade biológica, tanto no plano teórico como no metodológico.

Embora as questões relacionadas à conservação da biodiversidade despertem grande interesse acadêmico, o que se traduz em ampla produção bibliográfica, o recorte acerca do papel dos meios de comunicação como segmento central para a sensibilização sobre a importância desse tema estratégico para o país (questão que inclusive se expressa no texto das políticas públicas pesquisadas) não tem sido amplamente investigado.

Nesse sentido, ao construir uma abordagem qualificada a respeito da temática que perpassa esta tese, se espera agregar novas reflexões relacionadas aos principais desafios para um país de megadiversidade como o Brasil, sobretudo, no que se refere às questões que envolvem a disseminação de informação sobre a complexa agenda da conservação da biodiversidade pelos meios de comunicação. Dessa forma, se leva em consideração, as próprias diretrizes da *CDB* e das principais políticas públicas nacionais direcionadas a essa temática, inspiradas por esse marco global, que elegeram a comunicação como enfoque essencial ao êxito das ações desenvolvidas. Não por acaso, informar aos diversos grupos sociais sobre a importância da biodiversidade para o bem-estar humano e os riscos que envolvem a sua perda é um direcionamento previsto em metas que esta *Convenção* pretende alcançar até 2020, juntamente com os seus signatários, como será discutido no contexto desta tese.

2. METODOLOGIA

2.1. Abordagem metodológica da pesquisa e suas interfaces com o conceito de *enquadramento midiático* e a *Teoria Ator-Rede*

Esta tese se constrói com base na análise sobre a cobertura jornalística referente às políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade, nas edições impressas do jornal *O Globo*¹⁵, veículo que se mantém entre as primeiras posições no *ranking* nacional de circulação no Brasil, segundo a *Associação Nacional de Jornais (ANJ)*, com base em dados do *Instituto Verificador de Comunicação (IVC)*.¹⁶ Para atingir os objetivos, anteriormente detalhados, esta é uma pesquisa interdisciplinar, qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com viés social.

Goldenberg (2004) afirma que, nas pesquisas de viés social, os pesquisadores têm interesse em investigar aquilo que valorizam. Nesse sentido, pesquisam os significados das ações desenvolvidas pelos grupos sociais, buscando compreender valores, motivações e sentimentos humanos. Essa visão permeia os objetivos desta tese, por sua vez, orientados pela percepção de que as questões ambientais não podem ser interpretadas de forma dissociada das dinâmicas sociais, conforme justificado anteriormente.

A autora mencionada contribui, ainda, para esclarecer algumas diferenças centrais entre os métodos quantitativos e qualitativos, usados pelos pesquisadores para sistematizar e analisar as informações obtidas por esta via. Segundo afirma:

Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo “bom para pensar” questões relevantes para o tema estudado. (GOLDENBERG, 2004, p. 49-50)

¹⁵O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho, em 1904, e é considerado um dos principais jornais brasileiros. Segundo definido no histórico do veículo: “*O Globo se caracteriza por ser um jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços*”.

Fonte: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>

¹⁶Segundo informações da *Associação Nacional de Jornais (ANJ)*, com base em dados do *Instituto Verificador de Comunicação (IVC)*, o jornal *O Globo* alcançou as seguintes colocações, no *ranking* nacional do setor, nos anos mais próximos da *Rio+20* e da *Rio-92*, cujos dados estão disponíveis: segunda colocação, em 2015 (183.404 mil exemplares diários); terceira colocação, em 2012 (277.876 exemplares diários); e quarta colocação, em 2002 (266.185 exemplares diários).

Fonte: <http://www.anj.org.br/circulacao-diaria-2/>

Vale ressaltar que, nesse “mergulho” com o propósito de interpretar como o jornal pesquisado cobre as políticas públicas de conservação da biodiversidade, esta pesquisa será orientada pelo conceito de *enquadramento midiático (media framing)* que pode ser traduzido como o tipo de angulação utilizado na cobertura de um determinado tema (GHANEM, 1997; ENTMAN, 1991, 1993). Essa abordagem, muito utilizada em pesquisas de mídia, tende a contribuir, por exemplo, para a interpretação de aspectos priorizados no conteúdo, como o destaque para as “falas” de determinados interlocutores entrevistados e o viés (negativado ou positivado) do tema noticiado.

Em linhas gerais, pela perspectiva do *enquadramento*, os principais teóricos sobre o tema afirmam que os veículos de comunicação tendem a induzir como os grupos sociais devem pensar sobre um determinado assunto.

Embora diversos estudiosos sobre o tema sejam discutidos no âmbito desta pesquisa, esta tese é orientada, principalmente, pela perspectiva de Entman (1993, p.52), para quem enquadrar significa: “*selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais proeminentes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento*”.

Para o autor mencionado, cinco passos são fundamentais para nortear a análise do *enquadramento* de um conteúdo jornalístico, de forma a identificar os enfoques principais: a identificação do problema, as suas causas, quais são os atores envolvidos, quais as possíveis soluções e quem é identificado com o poder de remediar a questão.

Partindo das questões elencadas pelo autor, com intuito de orientar a avaliação geral dos conteúdos pesquisados, o mapeamento proposto teve como motivação a identificação, nas matérias analisadas, principalmente, sobre os aspectos de maior interesse do jornal selecionado, no que se refere às políticas públicas de conservação da biodiversidade. Buscou interpretar, ainda, quais as questões preponderante na cobertura jornalística (por exemplo: um enfoque ambiental, econômico, social, político, ou se vários aspectos foram contemplados para discutir um determinado tema, o que caracteriza uma abordagem em profundidade).

Além disso, foi seguida a orientação de Entman (1993), no sentido de se identificar a existência (ou não), de pluralidade de interlocutores sociais entrevistados. Nesse caso, a ideia central foi lançar um olhar para os segmentos sociais representados na cobertura, de forma a identificar quem teve as suas “vozes” apresentadas em

destaque e, dessa forma, se as opiniões de algumas fontes de informação tiveram mais visibilidade do que as de outras.

Assim, essa abordagem se justifica como um dos caminhos escolhidos, no sentido de apoiar a comprovação ou a negação das hipóteses norteadoras desta tese, de que a mídia, representada pelo jornal pesquisado, ainda não é capaz de veicular de forma contextualizada e aprofundada a pauta relacionada às políticas públicas de conservação da biodiversidade. Da mesma forma que se considerou, por pressuposto, que a pluralidade de fontes de informação não se configura na cobertura jornalística analisada.

Por outro lado, com intuito de interpretar como os interlocutores sociais se manifestam nas controvérsias sobre o tema em análise, mapeadas por esta pesquisa, a opção adotada teve como inspiração a *Teoria Ator-Rede* (*ANT*, na sigla do original em inglês *Actor-Network Theory*), desenvolvida por um grupo de pesquisadores liderado pelo sociólogo francês Bruno Latour (1994, 2000, 2001, 2004, 2005, 2012) que a define como uma “*sociologia das associações*”.

Diferentemente da visão de outros autores, dentre os quais Castells (2003) que trabalham com o conceito de redes enquanto um fenômeno de interconexões, facilitado, sobretudo, pelas tecnologias da informação, Latour (2005, 2012) considera que rede é todo o movimento gerado pelas “*associações*” de atores humanos e não humanos.

No contexto da *ANT*, algumas terminologias foram criadas para facilitar o seu entendimento e diferenciá-la de outras abordagens. Nesse sentido, são chamadas de *associações* as dinâmicas e os movimentos realizados entre os *atores* (denominados de *actantes*). Esses, segundo os idealizadores dessa teoria, são todos aqueles agentes que promovem transformações, podendo, para tal, serem elementos humanos e não humanos. Para a *ANT*, o conhecimento do “social”, se dá pela perspectiva dos grupos sociais que se constroem, se desfazem e se refazem, permanentemente, de acordo com múltiplos interesses.

Assim, a interpretação das dinâmicas sociais, geradas por meio da formação de *associações* temporárias entre os *actantes* está no cerne dessa *Teoria* inovadora e, ao mesmo tempo, desafiadora. (LEMOS, 2013)

Para Latour (2005, 2012), o mapeamento de *controvérsias* representa uma metodologia indicada para os pesquisadores que buscam compreender como agem e como se mobilizam os grupos formados, permanentemente, por elementos humanos e não humanos. Esse sociólogo orienta que, para perceber, mais nitidamente, as conexões

e as influências que ditam o ritmo de articulação desses grupos sociais é preciso “seguir os rastros” deixados pelos *atores* (*actantes*).

Segundo esse autor, cinco passos que denomina de “fontes de incerteza” tendem a contribuir para que os pesquisadores possam interpretar como se expressam as “associações” por meio das controvérsias: 1) “Não há grupos, apenas formação de grupos”; 2) “A ação é assumida”; 3) “Os objetos também agem”; 4) “Questão de fato *versus* questão de interesse”, 5) “Escrever relatos de risco”. Essas orientações, na perspectiva do sociólogo, facilitam a “visualização” dos principais jogos de interesse e de poder que movem as ações produzidas por atores humanos e não humanos.

Nessa perspectiva crítica, o sociólogo também considera que “*um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando*” (LATOURET, 2012, p.189). Inspirados por esse desafio proposto pelo autor, os resultados desta pesquisa se apresentam na forma de narrativa, pela qual se busca expressar os principais movimentos das “associações” identificadas por meio das controvérsias mapeadas.

Para Holanda & Lemos (2013), um dos grandes desafios de um pesquisador que utiliza a ANT como referência para fazer uma leitura interpretativa das relações sociais, consiste em buscar reconstruir e reagrupar “os rastros” deixados pelas *associações* de *atores*.

Para seguir os “rastros” e, a partir deles, interpretar as dinâmicas das *associações* pela ótica da ANT, Nobre & Pedro (2010, p.53) também recomendam como “um caminho possível” o mapeamento de controvérsias, essas definidas, a seguir por esses autores, como processos de disputa, nos quais, fatos e informações não estão destituídos de neutralidade:

O termo controvérsia refere-se a uma disputa em que se alegam razões pró ou contra, onde se podem evidenciar movimentos cujo desdobramento será a consecução de um objetivo comum. Para se originarem tais controvérsias, necessita-se que exista algum tipo de produto ou processo – foco da disputa e que existam porta-vozes de modalidades negativas e positivas respectivamente, isto é, construam argumentações que conduzam ou afastem os artefatos para/de uma condição de produzidos. A partir da análise de tais embates, alguns autores sugerem que uma das principais revelações dos estudos de controvérsias é o uso que as partes oponentes fazem de informações e conhecimentos conflitantes. O que se busca evidenciar, com isso, é que não há “fatos puros” e tampouco a informação é algo neutro; em outras palavras, que os argumentos mobilizados implicam jogos de poder e força que se expressa na solidez que os fatos vão adquirindo.

Quanto maior a discordância entre os chamados *actantes*, segundo os autores mencionados (p.53), mais profunda será a controvérsia. “*Para tal tarefa, o postulante*

terá que se embrenhar em um mundo de caixas-pretas interconectadas, uma rede que mistura papéis, dinheiro, pessoas, universidades, máquinas, enfim, humanos e não-humanos (...)”.

Para cumprir a missão de mapeamento das articulações controvertidas dos *actantes*, Nobre & Pedro (2010) concordam que os pesquisadores não devem lançar mão de categorias analíticas *a priori*, recomendação que é parte da essência da *ANT* como bem recomenda Latour (2005, 2012). Nessa trajetória, a direção das questões a serem observadas e interpretadas é dada pelos próprios *actantes*.

Assim, pelas razões já expostas, a opção pela *ANT* se justifica como um caminho escolhido para a análise qualitativa de *controvérsias* sobre as políticas brasileiras pesquisadas, inspiradas na *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, detalhadas no tópico a seguir.

2.1.1. As políticas públicas pesquisadas

Como recortes para o mapeamento da cobertura jornalística sobre a temática já mencionada constituem focos de investigação, no âmbito desta tese, primeiramente, a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, principal marco global sobre o tema, além das seguintes políticas públicas brasileiras, pelo fato de terem sido, direta e/ou indiretamente, inspiradas nas diretrizes dessa Convenção:

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000). No Brasil este constitui o principal arcabouço legal norteador para a criação, implementação e gestão de unidades de conservação (consideradas entre as ferramentas de gestão mais relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em nível global). O *SNUC* foi instituído pelo Governo brasileiro após mais de uma década de discussões com representantes de diversos segmentos sociais. Embora esses debates tenham se iniciado antes da assinatura da *CDB* e, portanto, esse arcabouço não tenha sido elaborado em função de compromissos assumidos pelo Brasil como signatário dessa *Convenção*, possui princípios e diretrizes convergentes com os propósitos da *CDB*. (PRATES & IRVING, 2015)

Política Nacional de Biodiversidade – PNB (Decreto 4.339/2002). É considerada a principal expressão dos compromissos assumidos pelo Brasil como signatário da *CDB*.

Antes de ser publicada, em 2002, passou por um amplo processo de debate que envolveu a participação de diversos segmentos sociais, além de ter tido as suas diretrizes norteadas por estudos e levantamentos sobre “o estado da arte” da conservação da biodiversidade no país.

Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP. No sentido de fortalecer a cooperação com os diversos segmentos sociais para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, o Governo federal formalizou a criação do *PNAP*, pelo Decreto nº 5.758 de 17 de abril de 2006. O principal objetivo dessa política pública, que resulta de compromissos assumidos pelo governo brasileiro no âmbito da *CDB*, foi a consolidação, até 2015, de um sistema de áreas protegidas efetivamente manejado e representativo da biodiversidade, com garantia de manutenção no longo prazo.

2.1.2. Períodos selecionados para a pesquisa

- 1992, por ter sido o ano de realização da *Rio-92*, considerado o mais importante evento ambiental mundial, no qual, entre outros marcos internacionais, foi oficializada a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*. Essa conferência marca um período histórico em que a perda de biodiversidade passa a ser reconhecida como um problema ambiental global, e nesse sentido, contribui para inspirar a construção de políticas públicas dirigidas ao enfrentamento desse desafio. É a partir de então, que o tema também conquista mais expressão na cobertura jornalística.
- 2012, por ter sido o ano de realização da *Rio+20*, outro evento de grande projeção internacional que permitiu uma retrospectiva sobre os caminhos percorridos para a concretização de acordos pactuados na *Rio-92*. Mas, em tempos de nova conjuntura econômica, social e política global, nem todos os objetivos traçados haviam sido cumpridos em duas décadas que separaram as duas conferências. Pelo contrário, tanto a agenda ambiental como a cobertura jornalística foram impactadas por dilemas e ameaças de retrocessos, questões que sinalizam com a importância de novos olhares para o percurso trilhado no caso brasileiro.

2.2.Etapas metodológicas

2.2.1. Pesquisa bibliográfica e documental

Como primeiro passo, a etapa de pesquisa bibliográfica e documental foi iniciada em março de 2012, a partir do ingresso no doutorado, quando começaram a ser delineadas as principais linhas de investigação e, para tal, a definição da base teórica que orientaria esta tese. Nesse sentido, a ênfase foi dada à seleção de autores de referência em temas como a evolução do debate sobre a agenda ambiental nacional e global (com ênfase na temática da conservação da biodiversidade); e a influência dos grupos sociais, dentre os quais os meios de comunicação, na construção e implementação de políticas públicas direcionadas a esse objetivo. Segundo Minayo (2004), o referencial teórico desempenha um papel central na investigação científica, uma vez que assegura a sustentação necessária à pesquisa.

Paralelamente a este processo, foram pesquisados os principais documentos com as diretrizes para o tema da comunicação no âmbito da *CDB*, assim como a evolução das principais políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil, frutos de desdobramentos de compromissos assumidos pelo governo brasileiro como signatário dessa *Convenção*. Nessa etapa, a pesquisa também envolveu a sistematização de informações sobre como as políticas nacionais incorporaram as orientações da *CDB* para a temática da comunicação.

Para a realização desta etapa da pesquisa foi consultado o *Portal de Periódicos*¹⁷ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculado ao Ministério da Educação (CAPES/MEC), onde além de constar o *Banco de Teses* defendidas em programas de pós-graduação no Brasil, também estão disponíveis artigos científicos que podem ser acessados por ferramentas de buscas (por título, autor e palavras-chaves). Da mesma forma, foram consultados *websites* como *Google Acadêmico* (acessado via *Portal de Periódicos*- CAPES/MEC) e *Academia Edu*¹⁸, ambos especializados em artigos científicos, livros e outras publicações de referência para pesquisadores.

¹⁷ Disponível no endereço: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

¹⁸ Disponível no endereço: <https://www.academia.edu/>

Também foram consultados *websites* nacionais e internacionais especializados nas temáticas que perpassam esta tese, disponíveis na *internet*. Dentre os quais, os de órgãos ambientais como *IBAMA*¹⁹, *ICMBio*²⁰ e *Ministério do Meio Ambiente*²¹, assim como os portais virtuais da própria *CDB*²², da *IUCN*²³ e outros.

Vale ressaltar que essa etapa metodológica teve continuidade até a conclusão da redação final da tese, uma vez que durante todo o processo de investigação, análise de dados e produção textual, sempre que necessário, foram incorporadas informações atualizadas ao conteúdo.

2.2.2. Elaboração de instrumentos de pesquisa

Nesta etapa foram desenvolvidos dois instrumentos de pesquisa. Primeiramente, a construção de roteiros de entrevistas semi-estruturados, destinados aos interlocutores sociais considerados referência em relação à temática desta tese (APÊNDICE A) e aos jornalistas que atuam na cobertura de temas ambientais (APÊNDICE B).

Em seguida foi elaborado o *Termo de Consentimento Informado* (APÊNDICE C) que, posteriormente, foi assinado pelos entrevistados, como parte dos procedimentos éticos da pesquisa. Esta etapa foi realizada entre julho e agosto de 2014.

As questões dos roteiros mencionados buscaram levantar, por exemplo, que políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade os entrevistados consideravam mais importantes, em que medida essa temática vinha despertando o interesse jornalístico e que aspectos dessa pauta tinham conquistado mais espaços nos meios de comunicação, nas últimas duas décadas. Além disso, as perguntas elencadas objetivaram compreender, até que ponto os interlocutores sociais consideravam que esse tipo de noticiário vinha sendo pautado pela diversidade de fontes e pela abordagem em profundidade.

¹⁹ Disponível no endereço: <http://www.ibama.gov.br/>

²⁰ Disponível no endereço: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>

²¹ Disponível no endereço: <http://www.mma.gov.br/>

²² Disponível no endereço: <https://www.cbd.int/>

²³ Disponível no endereço: http://iucn.org/backup_iucn/iucn.org/index.html

Por outro lado, buscou-se junto aos entrevistados levantar possíveis avanços em relação ao tema veiculado pelos meios de comunicação nas últimas duas décadas, além de desafios existentes e recomendações para qualificar a cobertura jornalística nessa pauta de importância estratégica para um país de megadiversidade biológica como o Brasil.

Dentre outras questões semelhantes para os dois grupos de entrevistados, aos jornalistas, particularmente, se questionou, também, que fatores peculiares à rotina das redações têm mais impacto no processo de produção noticiosa e, nesse sentido, tendem a interferir na qualidade dos conteúdos difundidos sobre essa pauta complexa para a opinião pública.

2.2.3. Seleção de entrevistados

Os entrevistados foram selecionados mediante consulta à *Rede Brasileira dos Jornalistas Ambientais (RBJA)*, grupo de intercâmbio de informações e debate crítico sobre a cobertura dos temas ambientais pelos meios de comunicação, criado em 1998, em Porto Alegre. A *RBJA* conta com cerca de 800 profissionais cadastrados, incluindo jornalistas, professores, estudantes e pesquisadores, atuantes em veículos de comunicação de massa, canais especializados, projetos de comunicação institucional, entre outros segmentos. Esta etapa foi realizada durante 40 dias, entre os meses de agosto e setembro de 2014, a partir de contato, *por e-mail*, no qual se apresentou os objetivos da pesquisa e se solicitou que os participantes da *RBJA* sugerissem nomes de profissionais do jornalismo e de outros interlocutores sociais considerados como referências na temática ambiental, com ênfase em questões relacionadas à agenda da conservação da biodiversidade.

Foram sugeridos cerca de 20 nomes para entrevistas, com os quais foram mantidos os primeiros contatos, também por *e-mail*, com solicitação de conversa presencial, por telefone ou via ferramentas de comunicação virtual, incluindo respostas por *e-mail* ou por *Skype*. A partir de então, foi aplicada a técnica denominada de *snow ball* (*bola de neve*, na terminologia original em inglês), pela qual cada pessoa contatada indica outra para contato, posteriormente. Tanto em relação aos jornalistas como a outros interlocutores sociais, alguns nomes sugeridos se repetiram.

A partir das sugestões enviadas, chegou-se a uma lista de cerca de 30 potenciais entrevistados, com os quais foram mantidos contatos, mais uma vez, principalmente por

e-mail. Apesar de alguns problemas enfrentados, como a dificuldade de conciliação de agenda de alguns profissionais contatados, além de não retorno por parte de outros, essa etapa de pesquisa resultou no agendamento de 14 entrevistas, cujas informações são detalhadas a seguir.

2.2.4. Entrevistas com jornalistas e outros interlocutores sociais

Entre os dias 15 e 22 de setembro de 2014 foram realizadas 14 entrevistas presenciais (APÊNDICE D), em Brasília²⁴, das quais, cinco com jornalistas especializados em temas ambientais, com ênfase na agenda de conservação da biodiversidade, além de nove, com interlocutores sociais diversos de reconhecida experiência em relação a essa temática (atuantes, sobretudo, na gestão pública, na academia e em organizações ambientalistas). A escolha da capital federal teve como justificativa os principais retornos recebidos com as confirmações de agenda dos entrevistados selecionados, parte deles atuante em órgãos ambientais, como o *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)* que responde pela gestão das UCs federais, além do *Ministério do Meio Ambiente (MMA)*, bem como em ONGs e universidade sediadas na cidade. Levando em consideração que as entrevistas foram realizadas diariamente e para as quais houve dedicação de tempo integral durante uma semana, essa foi uma oportunidade ímpar de imersão no tema da pesquisa, a partir da percepção dos entrevistados, tanto sobre os avanços e os desafios das principais políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil, como pela capacidade de visão crítica desses interlocutores contatados, sobre o desempenho da cobertura jornalística dirigida a essa agenda.

Vale ressaltar que, em virtude da qualidade das análises apresentadas pelos jornalistas e outros interlocutores sociais entrevistados sobre o tema investigado, bem como diante da dificuldade de agendamento de novos contatos e, ainda, tendo em vista a complexidade das duas etapas posteriores desta pesquisa (descritas a seguir), optou-se, no retorno de Brasília, por não dar continuidade às tentativas de realização de novas

²⁴A realização das entrevistas presenciais foi possível graças ao apoio financeiro fundamental do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) que, com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), custeou despesas de passagens aéreas e diárias para permanência de uma semana em Brasília.

entrevistas, a menos que essa iniciativa fosse extremamente relevante até a conclusão da tese.

2.2.5. Mapeamento de matérias jornalísticas

Nesta etapa, considerada uma das mais complexas desta pesquisa, foram adotados dois procedimentos:

- Para o ano de 1992, foram pesquisadas no acervo digital do jornal *O Globo* as matérias jornalísticas (publicadas de janeiro a junho) que abordaram temas relacionados à conservação da biodiversidade, que tratavam da organização da *Rio-92* e que, nesse contexto, mencionavam a *CDB*, marco internacional assinado durante a conferência. Após a leitura de cada texto jornalístico selecionado, informações gerais sobre o conteúdo (título, data, além de principais enfoques, quantidade de fontes e os segmentos aos quais representavam, entre outras) foram sendo resumidas em um grande *rascunho*. Inicialmente este trabalho foi desenvolvido por meio de busca por palavras-chaves, como: *Rio-92*, *Convenção sobre Diversidade Biológica*, *CDB*, *diversidade biológica*, *biodiversidade*, *proteção/preservação/conservação da natureza*, *ecossistemas*, *espécies*, *fauna*, *flora*, *floresta*, *habitat*. Mas, depois de pesquisados os dois primeiros meses do ano por essa ferramenta, levando em consideração que o evento tinha sido realizado há mais de duas décadas, concluiu-se que, mais do que identificar as notícias relacionadas ao tema da pesquisa em si, era fundamental, também, entender o contexto histórico, socioeconômico e político da época pela ótica da cobertura jornalística. Nesse sentido, o trabalho foi reiniciado e, dessa forma, todas as edições *online* no período mencionado foram pesquisadas a partir da leitura de página a página, das quais foram sendo selecionados os conteúdos de maior interesse. Essa decisão contribuiu para um entendimento mais amplo de importantes questões diretamente relacionadas à temática-chave desta tese, entre outros assuntos indiretamente associados, embora o levantamento de informações tenha exigido mais tempo e esforço físico. Assim, o trabalho de seleção de textos, leitura, anotações de informações mais importantes relacionadas ao ano de 1992 foi realizado durante seis meses (de setembro de 2014 a março de 2015), quando

anteriormente havia sido estimada a metade desse tempo para a realização dessa etapa da pesquisa.

- Para o ano de 2012, a seleção de matérias jornalísticas (publicadas de janeiro a dezembro) foi realizada mediante a leitura de edições impressas do jornal *O Globo*. Dessas, foram selecionados os textos que abordavam a pauta da conservação da biodiversidade e a organização da *Rio+20*, de forma a identificar, se antes, durante ou depois dessa conferência, o noticiário contemplava no âmbito dessa temática central, tanto a *CDB* como as políticas públicas pesquisadas (*SNUC*, *PNB* e *PNAP*), direta ou indiretamente inspiradas pelas diretrizes dessa *Convenção*. Embora a pesquisa não tenha sido realizada por meio digital, a atenção para algumas palavras-chaves contribuíram para nortear a leitura nas páginas impressas e para a identificação de conteúdos que seriam analisados, posteriormente. Nesse sentido, foram observadas nos títulos, intertítulos, legendas de fotos e nos textos jornalísticos, em geral, se continham terminologias associadas tanto a essa pauta específica, como às políticas pesquisadas, dentre as quais: *Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB* (diversidade biológica, biodiversidade, COP, metas da CDB, proteção/preservação/conservação da natureza, ecossistemas, *habitats*, *Protocolo de Nagoya*, *Plano Estratégico 2020*, áreas protegidas); *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC* (Unidades de Conservação, parques nacionais, estaduais e municipais, reservas, monumentos naturais, áreas de proteção ambiental – APAS, proteção integral, uso sustentável); *Política Nacional de Biodiversidade – PNB* (*Programa Nacional de Biodiversidade – PRONABIO*; *Comissão Nacional da Biodiversidade – CONABIO*; e *PAN-Bio*); e *Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP* (Áreas protegidas, participação social, governança e *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA*). Com base nas matérias selecionadas foi produzido um *rascunho* com os temas e os principais enfoques discutidos, as fontes de informação mais presentes na cobertura, além de dados como data e página de publicação, dentre outros elementos considerados fundamentais à realização da análise, posteriormente. Esta etapa da pesquisa foi realizada durante seis meses (julho a dezembro de 2015), também consumindo o dobro de

tempo estimado anteriormente, devido à grande quantidade de conteúdo selecionado.

2.2.6. Análise das informações sistematizadas

As informações sistematizadas, na fase de mapeamento de matérias jornalísticas sobre a temática pesquisada, foram analisadas de acordo com as conceituações centrais norteadoras desta tese, mencionadas anteriormente. Entretanto, vale ressaltar que o trabalho desenvolvido não teve como objetivo fazer um estudo comparativo entre 1992 e 2012 e, sim, uma interpretação de dois períodos históricos distintos em termos de conjuntura econômica, socioambiental, geopolítica, cultural, dentre outras características diferenciadas que se refletiram na cobertura jornalística.

Nesse sentido, em relação a 1992 (ano de realização da *Rio-92*), cerca de 300 notícias analisadas (APÊNDICE E) foram divididas em duas partes principais. As que se caracterizaram como controvérsias no âmbito do debate sobre a agenda dessa conferência, com ênfase nas abordagens associadas à *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, tiveram como inspiração para análise a perspectiva da *Teoria Ator-Rede (ANT)*. Esse conteúdo foi inserido na primeira parte do capítulo 8. Já os textos selecionados pela ótica do conceito de *enquadramento midiático* foram interpretados a partir de seis categorias de análise: 1) Pelo enfoque da falta de recursos; 2) Pela perspectiva do risco; 3) Pelo viés da cidadania; 4) Pelas potencialidades amazônicas; 5) Pela ótica da beleza da natureza; e 6) Pelas contradições ecológicas. Esse conteúdo, por sua vez, foi inserido na segunda parte do capítulo.

Quanto a 2012 (ano de realização da *Rio+20*) cerca de 250 notícias selecionadas (APÊNDICES F e G) também foram interpretadas com base nas duas inspirações teóricas mencionadas anteriormente. Nesse sentido, os conteúdos pesquisados com base no conceito de *enquadramento* midiático foram analisados a partir da definição de seis categorias: 1) Pelo viés do espetáculo; 2) Pelas espécies descobertas e redescobertas; 3) Pelo foco em desenvolvimento científico e tecnológico; 4) Pela perspectiva do risco, 5) Pela reação do poder público; e 6) Pelo viés do exercício de cidadania.

Devido à predominância de conteúdos veiculados pela perspectiva do risco, essa categoria foi dividida nas seguintes cinco subcategorias de análise: 1) Construção de

hidrelétricas; 2) Impactos das mudanças climáticas; 3) Tendências de desmatamento; 4) Processo de extinção de espécies; e 5) Estilos de Vida Insustentáveis.

Todo o conteúdo referente a 2012 foi apresentado no capítulo 9, no qual, as categorias de análise pela ótica do *enquadramento* foram inseridas na segunda parte. Já na terceira parte são apresentados os textos jornalísticos analisados pela perspectiva da *ANT*, elencados em três categorias de análise: 1) Infraestrutura *versus* conservação da biodiversidade; 2) Conservação da biodiversidade *versus* infraestrutura; e 3) Conservação da biodiversidade *versus* decisões do Poder Público.

Embora essa etapa da pesquisa tenha sido prevista para ocorrer em seis meses (entre abril e setembro de 2015), como o trabalho de seleção das notícias (referentes a 1992 e a 2012) se estendeu ao longo de todo o ano de 2015, portanto, o dobro do tempo previsto anteriormente, a análise foi realizada entre janeiro e maio de 2016, paralelamente às atividades de redação de conteúdos pendentes, atualizações de informações e revisões de textos.

Quanto ao conteúdo das entrevistas com os jornalistas e demais interlocutores sociais, as informações sistematizadas foram categorizadas, com base na Análise de Conteúdo, metodologia que, segundo Bardin (1979, p. 42) contribui para: “[...] *obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens*”.

Por sua vez, os resultados dessa análise se somam aos dados obtidos a partir do mapeamento da cobertura jornalística pesquisada, ilustrando, assim, abordagens convergentes e, nesse sentido, tornando ainda mais aprofundado o olhar sobre o tema investigado no contexto desta tese.

2.3. Perspectivas de publicações de resultados

Considerando os propósitos de disseminação de informações sobre os principais resultados obtidos nesta pesquisa de tese, bem como de lançar novas reflexões sobre a temática investigada, se pretende dar andamento ao trabalho de produção de artigos científicos para submissão em revistas acadêmicas, a partir de alguns recortes, pós-defesa.

A primeira publicação, que se espera submeter até o final de 2016 para análise em periódico de referência (em temáticas como políticas públicas, questões

socioambientais, comunicação ou áreas afins), buscará refletir sobre o que as controvérsias relacionadas à agenda da conservação da biodiversidade, mapeadas em um jornal diário de grande circulação, tendem a sinalizar sobre a complexa relação sociedade-natureza no Brasil. Para tal, a discussão será inspirada na ótica da *Teoria Ator-Rede*.

Outro recorte em potencial se refere às principais angulações da agenda da conservação da biodiversidade identificadas nesta pesquisa e o que os resultados obtidos, pela perspectiva do conceito de *enquadramento*, tendem a sinalizar para os formuladores e gestores de políticas públicas dirigidas a esse tema, sobretudo no que se refere à disseminação de informações sobre essa pauta para a opinião pública, em um país de megadiversidade como o Brasil. A expectativa é de submeter um artigo com esse viés, até março de 2017, para publicações acadêmicas sobre políticas públicas, abordagens socioambientais, comunicação e áreas afins.

3. O PODER DE INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta uma discussão sobre o papel social dos meios de comunicação e seu poder de influência na formação da opinião pública e nas políticas públicas, à luz de referências nacionais e internacionais sobre o tema. Discute, ainda, os desafios que envolvem a atuação desse segmento, considerado fundamental à ampliação do processo de sensibilização pública sobre a complexidade que envolve a pauta ambiental e, sobretudo, a agenda da conservação da biodiversidade. Não por acaso, a sua relevância é reconhecida no âmbito da *CDB* e dos seus principais desdobramentos no Brasil. Antes de abordar esses aspectos, no entanto, são apresentados alguns balizamentos teóricos sobre o significado da comunicação, suas funções básicas e sua importância no contexto das dinâmicas sociais.

A comunicação ocupa, historicamente, espaços privilegiados no contexto das relações humanas, tornando-se, assim, um tema complexo, controverso e fascinante, cada vez mais debatido socialmente. O termo é derivado do latim *communicare*, que se traduz em “partilhar”, “tornar comum”, “trocar opiniões”.

Para Bordenave (1987, p.27), dentre as três funções básicas da comunicação se destacam a de elemento formador da personalidade “pois sem a comunicação de fato, o homem não pode existir como pessoa humana”, “a de permitir ao homem, expressar suas emoções, ideias, temores e expectativas”, além de “servir de identidade”.

Vale ressaltar, também, o importante papel desempenhado pela comunicação na sociedade, do ponto de vista cultural. Isto porque, segundo Melo (1998, p.185), permite a troca de saberes e experiências entre as mais antigas e as mais novas gerações, além da transmissão de descobertas e inovações ao longo da história, entre tantos outros aspectos relacionados às práticas comunicativas. Para esse autor, o significado de cultura “*é a soma total da criação humana. É tudo o que o homem faz ou produz, no sentido material ou não material*”.

Mas, o significado da comunicação, também, tem sido traduzido em diferentes abordagens que extrapolam o aspecto etimológico. Na visão de alguns teóricos sobre o tema, como o filósofo francês Pierre Lévy (1996), “comunicar é partilhar sentido” e transcende a transmissão e recepção de mensagens, processo que permeia as mais tradicionais teorias da comunicação e que ganhou novos contornos e interpretações em

meio aos avanços da *internet* como nova via de intercâmbio de informações e mediações sociais.

A visão de Lévy (1996) sinaliza com a relação de trocas simbólicas e construção de sentidos entre a mídia e os diversos grupos sociais. Esse é um aspecto que desperta cada vez mais interesse por parte de cientistas que estudam as interfaces da comunicação com diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia, a ciência política e outras. Um dos expoentes dessa abordagem é o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) que apoia uma visão crítica da atuação dos meios de comunicação, sobretudo em relação à televisão. Na visão desse autor, o poder implícito da mídia perpassa e manipula as massas, de acordo com os interesses dos detentores dessa capacidade de influência.

No que se refere à pesquisa científica sobre a comunicação, os principais teóricos afirmam que as primeiras décadas do século XX marcaram o início do interesse acadêmico sobre esse campo. O movimento foi impulsionado, principalmente, pelo fortalecimento dos jornais de grande circulação, emissoras de rádio e de televisão, que expandiram audiências, “encurtando distâncias” e, assim, ampliando o poder da mídia como importante segmento econômico.

Para Adorno e Horkheimer (1985), proeminentes estudiosos sobre o tema, não é possível desvincular o pensamento sobre o funcionamento da sociedade, sem pensar na atuação dos meios de comunicação. Reconhecidos como alguns dos teóricos mais críticos sobre o comportamento da mídia, entre outras contribuições ao debate sobre o tema, esses autores cunharam a expressão “indústria cultural”. Assim buscaram ressaltar o sentido de mercantilização das manifestações culturais, em função do avanço das indústrias de entretenimento que conquistaram os Estados Unidos e a Europa, principalmente, a partir do início do século XX.

Já as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo pensamento de estudiosos que buscaram interpretar o papel dos meios de comunicação pelo viés da produção de significados e sentidos sociais. Tais enfoques também levavam em consideração que o processo comunicativo não é linear e, sim, marcado por contradições e porosidades que expressam também a relação entre diferentes interlocutores sociais inseridos em diversos contextos histórico-culturais-econômicos.

Foi nesse sentido que, a partir da década de 1970, ganhou força um novo enfoque de estudos científicos que buscava correlacionar o poder de influência dos meios de comunicação na formação da agenda pública. Essa perspectiva, amplamente

utilizada até os dias atuais, foi denominada de agendamento ou *agenda-setting* (na terminologia original em inglês), conceito que passou a nortear muitos estudos, inclusive sobre a capacidade desse segmento social de influenciar políticas públicas.

No contexto das investigações acadêmicas sobre comunicação, a abordagem do agendamento ganhou força também a partir dos estudos de McCombs e Shaw (1972) que comprovaram, empiricamente, os impactos da veiculação de notícias na opinião dos eleitores, durante a campanha eleitoral nos Estados Unidos, em 1968. Seleção, disposição e incidência dos temas abordados pela mídia são aspectos que, segundo esses teóricos, têm o poder de influenciar as percepções dos grupos sociais. Ou seja, passam a ser considerados mais importantes, os assuntos mais presentes no noticiário.

Vale ressaltar que, na década de 1920, os efeitos da atuação da mídia sobre a opinião pública já vinham sendo estudados por Walter Lippmann, que, em 1922, publicou *A Opinião Pública*, obra de referência com uma ampla abordagem sobre a questão. Segundo McCombs (2009), esse autor foi o precursor da discussão sobre agendamento, ainda que não tivesse utilizado essa terminologia nos seus estudos.

Na busca pela compreensão sobre como as narrativas jornalísticas influenciam a percepção da opinião pública, também ganharam força, a partir da década de 1970, os estudos sobre *enquadramento midiático* (*media framing*) no original em inglês, conceito que pode ser traduzido como o tipo de angulação utilizado na cobertura de um determinado tema (GHANEM, 1997).

Assim, seja pelos enfoques (econômico, social, ambiental, de interesse humano, jurídico, entre outros) ou pelo posicionamento dos interlocutores sociais no contexto das notícias veiculadas, os estudiosos interpretam que os meios de comunicação influenciam a opinião pública e interferem na construção da agenda pública. Em linhas gerais, essa é uma abordagem teórica que afirma ser a mídia capaz de induzir os grupos sociais a pensarem sobre um determinado assunto.

É atribuída ao antropólogo Gregory Bateson (1972) a construção do conceito de *enquadramento*, ainda na década de 1950, quando este atuava em estudos de psicologia cognitiva. No entanto, somente nas décadas seguintes esse enfoque passou a despertar grande interesse nos cientistas envolvidos com a temática da comunicação e seus efeitos sob a opinião pública. Para esse autor, o *framing* auxilia a mente, tanto a interpretar como sendo relevantes determinados aspectos no processo de recepção de mensagens, como a ignorar outros que não são abordados.

Entman (1993, p.52) é outra reconhecida referência sobre o tema do *enquadramento* pela mídia e um dos principais inspiradores no contexto desta tese. Na visão desse autor: “*Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais proeminentes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento*”.

Segundo o autor, cinco passos são fundamentais para a análise do *enquadramento* de um conteúdo jornalístico, tendendo a ilustrar os seus enfoques principais: a identificação do problema, as suas causas, quais são os atores envolvidos, quais são as possíveis sugestões de remediação e quem é identificado com o poder de solução da questão. Dessa forma, segundo esse teórico, é possível chegar a uma avaliação moral do conteúdo construído.

Na visão de Entman (1993), o *enquadramento* tem a função de interação social e, nesse sentido, não somente os construtores da notícia influenciam os receptores, a partir daquilo que apresentam como aspectos mais relevantes do conteúdo midiático. Nesse caso, os receptores, em interação com o texto, também mobilizam seus próprios *enquadramentos*. Para esse estudioso, portanto, os receptores não são passivos e, a partir das suas subjetividades, também contribuem para a construção de sentidos e a interpretação da informação. Tudo isso, em certa medida, repercute na produção midiática. Essa perspectiva foi chamada pelo autor de *enquadramento individual (individual frames)*.

Vale ressaltar que no contexto desta tese, o conceito de *enquadramento*, discutido até aqui, tem importância fundamental no que se refere à orientação para a análise de parte da cobertura jornalística pesquisada, conforme detalhado no capítulo de metodologia.

Mas para que se possa aprofundar um pouco mais a discussão sobre o tema, é importante enfatizar que, das práticas de veiculação de informação, formação de opinião, entretenimento, interações sociais marcadas pelas controvérsias, entre outros, são muitos os papéis atribuídos aos meios de comunicação.

E nesse sentido, a construção e o fortalecimento da democracia, para muitos estudiosos sobre o tema, não seriam possíveis sem a livre circulação de informação e a presença dos meios de comunicação em interação com os grupos sociais, em geral. Um dos maiores defensores dessa tese é Robert Dahl (2001). Para esse autor, dentre os pressupostos da construção da democracia, em larga escala, se destacam a liberdade de

expressão e as fontes de informação diversificadas. Esse tipo de percepção sinaliza com a importância conquistada pela comunicação no processo de fortalecimento das questões de interesse público.

Nesse sentido de atenção às questões de interesse público, o jornalismo também foi denominado de *cão de guarda* (*watchdog*, no termo original em inglês) abordagem que tem motivado estudos sobre a função de “fiscalização do poder público” por esse segmento, de forma a garantir o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania.(TRAQUINA, 2012)

E, se os meios de comunicação podem contribuir para os ideais democráticos, à medida que expõem as preocupações sociais, abrem espaço para que os interlocutores sociais se manifestem, abordam temas de interesse da coletividade e buscam estabelecer consensos para controvérsias discutidas, como fazer com que um tema se transforme em notícia e se mantenha em evidência na pauta jornalística? Sob esse enfoque existem algumas pistas e percepções de estudiosos, discutidas nas páginas a seguir, que podem contribuir para reflexões sobre aspectos relacionados à pauta ambiental e, sobretudo, à cobertura jornalística sobre a conservação da biodiversidade.

3.1.Do debate ambiental aos *ciclos de atenção* da cobertura jornalística: como se expressa a pauta da biodiversidade?

A partir de uma abordagem denominada de *ciclos de atenção temática*, o economista norte-americano, Anthony Dows (1972) defendeu a tese de que um problema ambiental segue um percurso de cinco etapas até conquistar o interesse dos meios de comunicação, ganhar repercussão e sair da cobertura jornalística.

Segundo esta perspectiva, inicialmente o problema existe, mas ainda não chama a atenção e não é capturado pela opinião pública a ponto de repercutir nos meios de comunicação (estágio chamado de pré-problema). Em seguida, ele é descoberto e o enfoque dado se concentra em riscos e consequências a ele associados (caracterizado pela descoberta alarmista e pela euforia na cobertura). Na sequência são debatidas soluções e os seus custos. A próxima fase é a perda do interesse pelo tema, muito motivada pelo reconhecimento dos altos custos relacionados às soluções (desinteresse gradual). Por fim, o assunto sai da agenda midiática (estágio batizado de pós-problema).

A abordagem de Dows, ainda que tenha sido construída a partir da realidade ambiental dos Estados Unidos, tende a trazer uma contribuição para se pensar sobre um

possível ciclo de interesse de cobertura da pauta da conservação da biodiversidade, no caso brasileiro.

Nessa perspectiva também cabe ressaltar as reflexões de Hannigan (2009), para quem a evolução do processo de construção social dos problemas ambientais varia de acordo com o resultado da mobilização empreendida pelos atores envolvidos. Em geral, segundo o sociólogo ambiental canadense, esses problemas ambientais se originam na esfera da ciência. Em menor grau também podem estar relacionados às experiências de vida em grupos sociais mais diretamente envolvidos com o uso dos recursos naturais, como os formados por pescadores, extrativistas e outros.

Nesse sentido, no que se refere à interpretação da origem dos argumentos sobre os problemas ambientais, uma observação do autor diz respeito à importância de os pesquisadores buscarem sempre saber quais são os interesses políticos, econômicos, entre outros, que estão por trás das argumentações. Além dos cientistas, contribuem para que as questões ganhem a atenção dos meios de comunicação, os chamados “grupos de pressão”, motivados pela ação das grandes ONGs ambientais internacionais.

Em linhas gerais, Hannigan (2009, p. 119), ressalta, no texto transcrito a seguir, que existem seis passos essenciais para que um problema ambiental seja reconhecido pelos principais grupos sociais, nos quais se inserem os meios de comunicação: *“Autoridade científica para a validação dos argumentos; a existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência; atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos para uma ação positiva; e recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade”*.

Assim, segundo este autor, para que os problemas ambientais se transformem em políticas públicas, os meios de comunicação exercem um papel central no processo, conforme expresso a seguir: *“Para passar os problemas ambientais da condição de questão para uma política pública, a visibilidade da mídia é crucial. Sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político, são bastante reduzidas (...)”*. (HANNIGAN, 2009, p.121)

Com base nesses pressupostos, o autor mencionado reconhece que a cobertura jornalística de temas ambientais conquistou mais espaço, motivada, sobretudo, pela realização da *Rio-92*, conferência que também representou um marco na transformação

da perda de biodiversidade em um problema ambiental global. No entanto, dentre os fatores ainda considerados problemáticos para o aprofundamento necessário dessa temática, o sociólogo menciona as limitações relacionadas à realidade das empresas de comunicação em geral, como a disponibilidade de tempo e de recursos humanos para a execução das atividades planejadas nas rotinas jornalísticas.

Assim, a abordagem ambiental, em geral, se apresenta fragmentada e descontextualizada, sendo motivada, em grande parte, pela realização de eventos e pela ocorrência de catástrofes. Também são motivadores de interesse jornalístico, segundo o autor, os acontecimentos administrativos e legais como a publicação de relatórios, a realização de audiências e julgamentos, entre outros de caráter institucional, além da atração de celebridades para as causas ambientais.

Os interesses editoriais e econômicos dos veículos de comunicação são interpretados como outra problemática envolvida na visibilidade, (ou não), dos temas ambientais pela mídia, (HANIGGAN, 2009,p.131): “*Um limite final de curto-termo na reportagem ambiental é o papel e influência dos editores de notícias. Sempre com um olho fixo na circulação e nos números de audiência, os editores tendem a favorecer estórias que destacam controvérsia e conflito. Como resultado, a sensatez sempre dá lugar ao sensacionalismo [...]*”.

Assim, as discussões apresentadas até aqui, tendem a contribuir para ilustrar algumas das questões centrais sobre as limitações existentes em relação à atuação dos meios de comunicação, no que se refere à abordagem dos temas ambientais, sobretudo, à pauta da conservação da biodiversidade.

Por outro lado, independentemente de questões controversas como os interesses econômicos, ideológicos, políticos entre outros relacionados à atuação dos meios de comunicação, há também o reconhecimento da importância desse segmento para a sensibilização e o debate sobre os problemas ambientais e suas possíveis soluções, dentre as quais, as políticas públicas dirigidas a essa temática complexa.

Um exemplo de percepção social positiva sobre a participação dos meios de comunicação frente às questões ambientais é ilustrado na pesquisa *O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade* (ISER, 2006)²⁵ pela qual foi constatado que dentre

²⁵A pesquisa que envolveu moradores de todas as regiões brasileiras foi realizada pelo Instituto Vox Populi, entre os dias 18 e 31 de março de 2006, tendo como grande diferencial, a avaliação sobre o estágio de sensibilização da sociedade para os temas ambientais no Brasil até então, em comparação com outros levantamentos realizados em 1992, 1997 e 2001. Esse exercício comparativo foi facilitado pela repetição de grande parte das questões aplicadas anteriormente. Ao mesmo tempo, novos enfoques foram

2.200 entrevistados, 46% consideraram os meios de comunicação atuantes em defesa ambiental, embora em primeiro lugar no *ranking* tenham sido reconhecidas as entidades ecológicas (65%) e, em segundo, os cientistas (47%).

Na ocasião, foram identificados espontaneamente como problemas ambientais mais graves do país, o desmatamento e as queimadas por 65% dos entrevistados (principal citação desde 1992).

Sob a perspectiva de solução dos problemas a pesquisa indicou que:

Os entrevistados foram apresentados a uma pequena lista de propostas dentre as que encontram-se, atualmente, em discussão no Brasil - e que dizem respeito à biodiversidade. Coerente com a gravidade atribuída à questão das florestas, a maioria (34%) citou em primeiro lugar o “aumento do rigor na aplicação de penalidade para quem realiza desmatamento” como proposta mais importante, dentre as avaliadas na pesquisa. O “combate ao tráfico de animais e plantas silvestres” vem depois, sendo a primeira citação de 26% das pessoas. Quando somamos os percentuais das respostas formuladas (cada entrevistado foi convidado a fazer apenas duas citações) o combate ao tráfico de animais e plantas galga o primeiro lugar (64%) e o aumento do rigor com o desmatamento cai para o segundo lugar, com 58% das citações. (ISER, 2006)

Segundo a pesquisa, biodiversidade é um conceito explicitamente mencionado por 9% dos entrevistados, quando indagados sobre as vantagens ambientais do Brasil. Por outro lado, 56% “não ouviram falar” de biodiversidade. Esses resultados sinalizam com o desafio que representa esclarecer a opinião pública sobre determinadas terminologias técnicas, tanto pelos meios de comunicação, como por intermédio de ações educativas no campo das estratégias das políticas públicas especializadas.

Nesse sentido, vale observar que, ainda que tenham ocorrido avanços em relação à percepção dos brasileiros sobre as questões ambientais, como revelou a pesquisa mencionada, existem muitos desafios a serem enfrentados relacionados à disseminação de informações qualificadas para a sociedade. Sobretudo porque, segundo essa mesma fonte: “*vários termos de uso corriqueiro no meio técnico oficial, na mídia ou no ambiente acadêmico – um deles é biodiversidade – não são utilizados espontaneamente pelos brasileiros, ainda que grande – crescente – parte dos entrevistados prontamente identifique e demonstre conhecer tais conceitos, quando apresentados a eles*”.

3.2.Perspectivas e desafios

Diante das questões discutidas, até então, é possível perceber alguns desafios relacionados tanto à atuação dos meios de comunicação como da gestão pública para o êxito das políticas públicas, notadamente naquelas que se referem às ações de comunicação, educação e sensibilização pública sobre a complexa pauta da conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que esse papel é discutível pelos inúmeros interesses que perpassam a atuação dos meios de comunicação, não se pode abrir mão da sua capacidade de mobilização e sensibilização social sobre a agenda em debate. Esse é um dos aspectos discutidos por Tavares & Irving (2009) no âmbito de uma pesquisa sobre o consumo de produtos “verdes” no Brasil. Para esses autores, a mídia representa um segmento, paradoxalmente, capaz de “manipular” e, ao mesmo tempo, de produzir “massa crítica”.

Novaes (2005, p.15) também contribui para reforçar o papel relevante dos meios de comunicação no processo de sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais e advoga que, somente esse segmento, pode contribuir para tirá-las de uma posição periférica e desconectada da realidade cotidiana:

Não há problema mais delicado para o meio ambiente, hoje, que o da comunicação. Só ela pode retirar as chamadas questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar à sociedade a entender que todas as ações humanas têm impactos sobre o concreto – a água, o solo, o ar, os seres vivos [...].

Com objetivo de reafirmar a importância do tema, o *Panorama da Biodiversidade Global 3 - GBO3* (MMA, 2010, p.20) ressalta que é fundamental o fortalecimento de iniciativas de ampliação do acesso à informação, por meio de estratégias participativas de comunicação e sensibilização da opinião pública, no contexto de políticas públicas de conservação da biodiversidade:

Comunicação e participação: as estratégias só serão eficazes se realmente envolverem as pessoas mais próximas dos recursos que por elas devem ser protegidos. Muitas vezes as melhores soluções serão impulsionadas pela demanda local, utilizando estruturas legais e institucionais estabelecidas numa instância maior.

Entre tantas orientações, o relatório menciona que a comunicação, a educação e a sensibilização ambiental devem ser priorizadas para assegurar que os diversos grupos

sociais compreendam o valor da biodiversidade e que medidas sejam adotadas para a sua conservação, incluindo o estímulo às mudanças nos hábitos de consumo.

Para o Brasil, país líder entre os megadiversos, as recomendações do relatório *GBO3* parecem fundamentais no sentido de motivar novas reflexões e impulsionar os processos de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas de conservação da biodiversidade, sobretudo, no que se refere às estratégias de comunicação, educação e sensibilização.

Por outro lado, se as políticas públicas de conservação da biodiversidade visam à ampliação da participação social no processo de tomada de decisão, outra reflexão fundamental sobre o tema é apresentada por Bordenave (1985, p.68). Para esse autor, a participação social é um processo que não pode ser dissociado do livre acesso à informação e das construções coletivas asseguradas pela comunicação. Segundo advoga:

Sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo. A participação democrática se baseia em canais institucionais. Em primeiro lugar, de informação: não há participação popular sem informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante sobre os problemas, os planos e os recursos públicos. Em segundo lugar, canais de consulta. Em terceiro lugar, canais de reivindicação e de protesto.

Nesse sentido, a partir das ideias apresentadas como pano de fundo dessa discussão, parece evidente que, ampliar a utilização de ferramentas de comunicação e de sensibilização social, com o intuito de evidenciar os dilemas relacionados à conservação da biodiversidade, representa um grande desafio a ser enfrentado no caso brasileiro.

Há de se reconhecer que o tema é complexo. Por isso mesmo, exige acompanhamento permanente para a geração de novas reflexões, o que torna fundamental a participação da academia na produção de estudos e recomendações que possam agregar novos olhares, além de nortear soluções possíveis sobre essa temática estratégica para um país de megadiversidade biológica como o Brasil.

Com base nesta motivação é que esta se construiu. No capítulo a seguir, são apresentadas outras abordagens, tendo esse enfoque como pano de fundo, ao qual se busca agregar, sobretudo, alguns balizamentos teóricos sobre políticas públicas, uma arena influenciada por múltiplos atores sociais e, por conseguinte, diversos interesses.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS: PARA QUÊ E PARA QUEM? CONTEXTUALIZAÇÃO PARA UM DEBATE COMPLEXO

Com base no debate sobre a importância dos meios de comunicação no contexto do tema abordado, encadeado anteriormente, este capítulo tem o objetivo de introduzir a discussão sobre políticas públicas, a partir de alguns conceitos centrais e à luz de reconhecidas referências que têm contribuído para descortinar toda a complexidade que envolve essa temática.

Como caminho percorrido para o encadeamento do debate central desta tese, se discute, posteriormente, a agenda ambiental como uma arena que envolve inúmeros segmentos sociais com múltiplas demandas e percepções, características que se refletem em controvérsias nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Por fim, é abordada a evolução da pauta da conservação da biodiversidade como um tema de interesse global e também perpassado por múltiplos interesses.

Nesta retrospectiva, cabe ressaltar que os Estados Unidos são reconhecidos como berço da política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica. Por esse ramo da ciência política, pesquisadores têm buscado compreender e traduzir para diferentes grupos sociais, as motivações relacionadas ao processo de tomada de decisão na esfera governamental e suas implicações na coletividade.

Assim, Souza (2006) afirma em amplo artigo de revisão bibliográfica que não existe um conceito único sobre políticas públicas. No entanto, menciona a definição de Laswell (1936) como a mais conhecida. Para esse autor, as questões centrais que precisam ser respondidas pelos analistas de políticas públicas são: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

A autora mencionada também resgata a participação de outros autores reconhecidos no meio acadêmico pelas contribuições significativas ao entendimento do tema: Mead (1995), para quem política pública analisa o governo à luz de grandes questões públicas; Lynn (1980), que a explica como um conjunto de ações governamentais capaz de produzir efeitos específicos, além de Peters (1986) que a interpreta como a soma das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Já Dye (1984) a compreende como aquilo que o governo decide fazer ou não.

Ainda segundo Souza, quatro referências são reconhecidas como precursoras na produção acadêmica com enfoque nas principais questões que envolvem os estudos de políticas públicas, sendo, portanto, consideradas fundadoras neste debate. Além de

Laswell, já mencionado anteriormente, reconhecido por introduzir a expressão *policy analysis* (análise de política pública), outros importantes estudiosos neste tema são: Simon (1957) que introduziu o conceito de racionalidade limitada²⁶ dos tomadores de decisão (*policy makers*); Lindblom (1959; 1979) que questionou a ênfase no racionalismo e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, entre as quais, as relações de poder; bem como Easton (1965) para quem as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos políticos, da mídia e de demais grupos de interesse, segmentos que, por sua vez, influenciam seus resultados e efeitos.

Souza enfatiza, no entanto, que alguns críticos consideram que tais definições deixam de aprofundar a essência da política pública que diz respeito ao embate sobre ideias e interesses. A autora acrescenta, ainda, que o debate conceitual também passa ao largo da abordagem sobre o aspecto controvertido e os limites que cercam as decisões governamentais. Tampouco engloba as possibilidades de cooperação entre governos, instituições e grupos sociais.

No entanto, mesmo considerando as lacunas em relação às ideias defendidas pelos estudiosos sobre o tema, não se pode deixar de reconhecer a contribuição desses precursores que, ao longo de décadas de pesquisas, colaboraram para situar os grupos sociais, em um campo de debate que permanece complexo como sinaliza o artigo mencionado. Parte da complexidade se refere ao longo percurso que envolve o processo de definição, elaboração e implementação de políticas públicas.

Assim, na prática, antes que as políticas públicas sejam desdobradas em planos, programas, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas, ocorre a fase de formulação, por meio, principalmente, de propósitos e plataformas eleitorais assumidos pelos governos democráticos. Esses, por sua vez, visam à produção de mudanças sociais concretas. Mas, conforme ainda ressalta a autora mencionada, após a etapa de desenho e implementação, o ideal é que as políticas sejam submetidas a processos de monitoramento e avaliação, o que contribuirá para ilustrar, até que ponto, os objetivos propostos estão sendo alcançados. Nesse sentido, os processos são de longo prazo. Além disso, envolvem inúmeros segmentos sociais, portanto, interesses diversos que

²⁶“Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios”. (Souza, 2006)

influenciam as tomadas de decisão e, ao mesmo tempo, são influenciados pelos seus efeitos, em um contínuo mecanismo de retroalimentação.

Mas como interpretar as interações sociais e as suas influências nas políticas públicas em toda a sua complexidade? Para aprofundar o entendimento sobre esse tipo de dinâmica, alguns autores criaram tipologias que se referem, principalmente, à ação dos grupos de interesse e suas influências na definição de agenda pública. Entre as quais se destacam: coalizão de defesa, *policy networks* e arenas sociais.

Devido ao tipo de abordagem deste trabalho, centrado nas relações entre a cobertura jornalística e os interlocutores sociais no que se refere às políticas públicas de conservação da biodiversidade, são enfocadas essas tipologias mencionadas, uma vez que tendem a lançar algumas luzes sobre a influência de grupos de interesse na formação de agenda pública e, posteriormente, na concepção e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, Frey (2000) contribui para esclarecer, em parte, questões que interferem na ordem de prioridade da agenda pública. Para esse autor, os meios de comunicação, em geral, têm papel central em se tratando de contribuição para que um determinado problema conquiste relevância e, conseqüentemente, atraia algum tipo de solução por parte da máquina político-administrativa.

No que se refere ao modelo da coalizão de defesa (*advocacy coalition*), de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas. Nesse sentido, para esses autores, a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas articulados com os acontecimentos externos.

Quanto às *policy networks*, Frey (2000) sintetiza o entendimento de alguns autores que as definem como formas de interação entre diferentes segmentos (inclui, por exemplo, instituições dos poderes Executivo e Legislativo; além de representações sociais em geral que tendem a influenciar a formação e a implementação de uma determinada política pública). Essas redes de relações sociais são consideradas menos formais e hierarquizadas do que ocorre no âmbito das instituições, onde papeis organizacionais estão bem definidos e distribuídos. São movidas a ideais e expectativas comuns, trabalhando em conjunto para concretizá-los. Além disso, segundo o autor, ganham cada vez mais importância nos processos decisórios no âmbito político-administrativo democrático e, entre outras características marcantes, possuem alta densidade comunicativa.

As redes que não se constituem em torno de uma política setorial (saúde, educação ou ambiental, por exemplo), mas que atuam em questões mais pontuais (um projeto de reciclagem ou a criação e implementação de uma zona de proteção ambiental, entre outras ações) são chamadas de *issue networks*.

Já o debate científico sobre arenas sociais foi introduzido por Lowi (1972) e incide sobre os processos de controvérsias e consensos que podem ser verificados em diversas áreas das políticas públicas, como nas quatro tipologias apresentadas pelo autor e destacadas a seguir: políticas de caráter distributivo (implicam em geral em vantagens e têm baixos custos, além de beneficiarem um grande número de destinatários); políticas redistributivas (diferentemente do modelo anterior são permeadas pela controvérsia, uma vez que objetivam desviar ou deslocar recursos financeiros, direitos ou outros valores entre grupos sociais); políticas regulatórias (dentre as quais se enquadram as ambientais, implicam em ordens e proibições e envolvem decretos e portarias, logo podem envolver processos de embate, consenso ou de coalizão que, por sua vez, podem ser modificados conforme a configuração dessas políticas); além de políticas constitutivas (reconhecidas como políticas modificadoras de regras e condições negociadas no âmbito das políticas distributivas, redistributivas e regulatórias).

Conforme discutido, sinteticamente, até aqui, a temática de políticas públicas é complexa. Nesse sentido, buscou-se contextualizar algumas questões relacionadas ao assunto, sobretudo introduzindo uma abordagem quanto à influência de grupos de interesse na agenda pública, dentre os quais, os meios de comunicação. Esse aspecto começa a ser desdobrado no tópico a seguir, a partir de uma discussão que envolve a pauta ambiental.

4.1.A pauta ambiental, uma arena de múltiplos atores e interesses

Além de envolver uma gama de questões relacionadas ao controle das fontes de poluição, à proteção das espécies animais e vegetais, à gestão das fontes de água doce e de demais recursos naturais, a pauta ambiental também é complexa por aglutinar inúmeros interesses e segmentos sociais no processo, conforme afirma Neves (2012). Segundo a autora:

A defesa ambiental envolve muitos atores, configurando numerosas arenas de interesses para cada assunto da ampla agenda de defesa do meio ambiente: associações civis, empresas privadas, representações locais, sindicatos, organizações do regime de governança global e de organizações civis transnacionais, assim como governos (locais, regionais e nacional) e

representantes institucionais de interesses difusos (no caso do Brasil, o Ministério Público), em situações que envolvem diferentes escalas geográficas e de tempo. (NEVES, 2012, p.139)

As questões discutidas pela autora encontram ressonância nas observações de Frey (2000), que também ilustra, em artigo escrito há mais de uma década, a complexidade atrelada às políticas ambientais, sobretudo pela diversidade de segmentos sociais que passaram a participar dos processos decisórios desde o crescimento das preocupações em relação às questões ambientais. Segundo advoga o autor:

É inquestionável que o descobrimento da proteção ambiental como uma política setorial peculiar levou a transformações significativas dos arranjos institucionais em todos os níveis de ação estatal. Por outro lado, em consequência da tematização da questão ambiental, novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político. (FREY, 2000)

Ainda segundo o autor, com tantos novos segmentos sociais influenciando a política (dentre os quais, os meios de comunicação), além da ampliação da sensibilização social para a pauta ambiental, as controvérsias são inevitáveis. Nesse sentido, o pesquisador identifica uma relação direta de interdependência entre os processos e os resultados das políticas, que são permanentemente retroalimentados:

A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente. Da mesma maneira como a dimensão material dos problemas ambientais tem conduzido à cristalização de constelações específicas de interesse, os programas ambientais concretos, por sua vez elaborados por agentes planejadores, devem ser considerados o resultado de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, que reflete constelações específicas de interesse. (FREY, 2000, p.220)

Como é possível perceber, pelos argumentos apresentados, o tema em questão é complexo e envolve uma gama de abordagens tendo como foco as questões ambientais, socioeconômicas, político-administrativas, jurídicas, entre outras delineadas, gradativamente, no conteúdo desta tese. Nesse sentido, antes de aprofundar algumas das discussões mais específicas sobre as diversas questões envolvidas e seus embates em torno das políticas públicas de conservação da biodiversidade, é necessário que se compreenda como ocorre o avanço dessa temática no contexto da agenda ambiental global.

4.2.A conservação da biodiversidade: uma problemática ambiental global

A partir da década de 1960 e ao longo de mais de 30 anos, o aumento da preocupação pública em relação à degradação ambiental vem contribuindo para que novos arranjos sociais, político-administrativos, empresariais e científicos se disseminem globalmente. Segundo Viola (1998), assim se fortaleceram organizações não governamentais e grupos comunitários; agências estatais; instituições científicas; e novos modelos de gestão na iniciativa privada.

O movimento se organizou, primeiramente, nos Estados Unidos e na Europa, avançando posteriormente, em outras partes do mundo. Para o autor, a mobilização promovida inicialmente por grupos preocupados com as questões ambientais, como as organizações não governamentais, ecoou globalmente e se transformou, ao longo de décadas, em um capilarizado movimento multissetorial.

Ainda que tenham adotado estratégias de mobilização diferenciadas, esses e outros segmentos pioneiros no debate das questões ambientais tiveram em comum o intuito de lutar pela redução das pressões decorrentes da poluição industrial e da ocupação urbana desordenada, do aumento do consumo de recursos naturais, entre outros fatores considerados os principais deflagradores da crise ambiental, na qual já despontavam os riscos associados à perda de biodiversidade. Esse movimento global gerou ampla discussão e motivou a construção de pactos e tratados internacionais. Assim, entre outras iniciativas, programas e convenções chancelados pela *Organização das Nações Unidas (ONU)* foram delineados o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*, a *Convenção do Clima* e a *Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB)*.

E embora os progressos alcançados pela mobilização social em torno das questões ambientais não sejam lineares, muito pelo contrário, sejam marcados historicamente por lutas, controvérsias, avanços, indefinições e até mesmo retrocessos, Viola (1998) considera que existem três regimes internacionais de alta relevância em processo de formação desde a década de 1980: a proteção da camada de ozônio, a mudança climática e a conservação da biodiversidade. Essa última via é representada principalmente pela *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, que, segundo o autor, aumentou, consideravelmente, a ação pública internacional dirigida ao tema, que, para além do debate acadêmico, antes da década de 1990, era praticamente ausente da discussão internacional.

Para Albagli (1998), duas questões centrais contribuíram para que a problemática da biodiversidade despontasse como um tema ambiental global de caráter estratégico, a partir da década de 1980. Primeiramente, o aumento da percepção dos cientistas e de outros segmentos sociais sobre a importância do processo de decisão para se resguardar as diferentes formas de vida do planeta. Como consequência, outros interesses, dentre os quais os econômicos, passaram a motivar esse debate, como afirma a autora:

A motivação determinante para o recente alarde em torno da problemática da biodiversidade, porém, foi a possibilidade, através do avanço da fronteira científico-tecnológica, de manipulação da vida do ponto de vista genético, potencializando largamente seus usos e aplicações e ampliando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural de realização futura. (ALBAGLI, 1998: p.59)

Diante desse novo contexto, a autora afirma que a biodiversidade deixou de ser uma temática considerada apenas nas esferas científica e ambiental. E nessa perspectiva, passou a ocupar o centro de disputas geopolíticas acirradas, motivadas, sobretudo, pelo acesso aos recursos genéticos. Assim, as controvérsias vêm perpassando, recorrentemente, os debates sobre o tema nas últimas décadas e são visíveis no âmbito da implementação da *CDB*, conforme discutido no próximo capítulo desta tese.

No entanto, antes de iniciar o debate específico sobre a *CDB* e seus desdobramentos nas últimas duas décadas, é importante ressaltar alguns antecedentes que, direta ou indiretamente, influenciaram as diretrizes desse instrumento global orientador de políticas públicas.

Como parte do processo de ampliação da sensibilização pública sobre os riscos associados à perda de biodiversidade, motivada principalmente por modos de vida e atividades humanas insustentáveis, alguns acontecimentos são considerados marcos fundamentais. Um deles foi a Conferência da Biosfera²⁷, realizada em Paris, em 1968, evento que, por sua vez, trouxe inspirações à organização da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo, em 1972, quando foi aprovada a *Declaração de Princípios sobre o Meio Ambiente Humano*, também denominada *Declaração de Estocolmo*. Essa declaração, no seu Princípio 2, já ressaltava a importância de ações planejadas de proteção dos recursos naturais, entre os

²⁷A *Conferência da Biosfera* foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceira com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

quais, a fauna, a flora e seus ecossistemas para as futuras gerações. (Le PRESTRE, 2000)

Apesar da repercussão alcançada pela *Conferência de Estocolmo* e das inspirações disseminadas a partir desse evento, tido como o primeiro grande encontro para debate dos temas ambientais globais, os cenários de degradação continuaram perceptíveis, sobretudo para os segmentos mais engajados na discussão das questões ambientais naquela época. Assim, diante de uma reconhecida crise ambiental verificada na década de 1980, a *Assembleia Geral das Nações Unidas* aprovou a *Carta Mundial da Natureza*, em 1982, documento que, para alguns especialistas, tinha objetivos que já sinalizam como precedentes aos da *CDB*, uma vez que afirmava a importância de conservação da diversidade biológica a partir de um grande esforço global. (BERTOLDI, 2007)

E, oficialmente, de acordo com o histórico da *Convenção*²⁸, os primeiros passos para a sua elaboração começaram no âmbito do *PNUMA* com a participação das organizações ambientalistas *União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês)* e *WWF* que contribuíram com o debate sobre questões estratégicas para o enfrentamento da perda de biodiversidade global. Assim, as discussões sobre a necessidade de construção de um marco internacional destinado à conservação da diversidade biológica, foram inicialmente apoiadas pela criação de um grupo de trabalho formado por técnicos e juristas.

Desde o início desses debates, a perspectiva central era de que, além da orientação à criação de políticas destinadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, também houvesse uma forma de suporte às populações extrativistas, aquelas que necessitam diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência, além da partilha de custos e benefícios. (BERTOLDI, 2007)

Assim, em 1991, foi possível iniciar o processo de negociação formal da *CDB*, com a aprovação, em maio de 1992, de seu texto final, pelo grupo de trabalho envolvido na sua elaboração, estando o documento apto à abertura de assinaturas na *Rio-92* como será discutido, posteriormente, no contexto desta tese.

Vale ressaltar que, antes disso, porém, a *IUCN* e o *WWF* já haviam trabalhado em parceria com o *PNUMA*, na ocasião da elaboração da denominada *Estratégia Mundial de Conservação* (1980), publicação que teve forte influência nas decisões

²⁸ História da *CDB*. Disponível em: <http://www.cbd.int/history>

tomadas pela *ONU* em relação à temática da biodiversidade, principalmente no âmbito do estabelecimento da *CDB*. Nesse sentido, é possível perceber que o movimento ambientalista buscou se posicionar globalmente na proposição de diretrizes que atualmente têm desdobramentos na construção de políticas públicas e que também representam pontos de tensão e controvérsias, cuja abordagem será aprofundada no próximo capítulo.

5. A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB): UM MARCO GLOBAL ESTRATÉGICO

Este capítulo discute a relevância da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* como o principal marco global de conservação da biodiversidade, norteador da criação de políticas públicas direcionadas a essa temática nos países signatários, entre os quais o Brasil. O debate aqui proposto inclui as controvérsias que perpassam as questões relacionadas ao tema, no âmbito dessa *Convenção*, bem como busca contextualizar informações que possam contribuir para aprofundar o entendimento sobre os seus antecedentes e desdobramentos.

Nesta retrospectiva, a CDB foi oficializada durante a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)*, também denominada de *Rio-92*, além de popularmente conhecida como “*ECO-92*”, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. São signatários dessa *Convenção* 193 Partes, assim como são chamados os países-membros. O Brasil integra esse grupo, tendo ratificado a *CDB*, em 1994.

A *CDB* entrou em vigor em 1993 e, desde então, tem inspirado inúmeras políticas públicas globais de conservação da biodiversidade. Os principais objetivos dessa *Convenção* são a conservação e o uso sustentável dos componentes da diversidade biológica (esses dois diretamente associados à temática desta pesquisa de tese), além da repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo uso dos recursos genéticos.

No âmbito da *CDB*, a biodiversidade, também denominada de diversidade biológica, significa: “*a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, nos ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, compreendendo ainda a diversidade no âmbito de uma mesma espécie, entre espécies e nos diferentes ecossistemas*”. (CDB, 1992)

Até a abertura de assinaturas da *CDB*, na *Rio-92*, alguns passos importantes contribuíram para a configuração do escopo dessa *Convenção*, processo que demandou tempo e suscitou muito debate. Nesse sentido, a *Estratégia Mundial para a Conservação* (IUCN, 1980), já mencionada anteriormente, é reconhecida como uma publicação que exerceu forte influência na percepção social sobre as interconexões entre a conservação da biodiversidade e o fortalecimento do conceito de *desenvolvimento*

*sustentável*²⁹, além de ter inspirado a tomada de decisão sobre o tema, sobretudo, no âmbito da *ONU*.

No contexto dessa proposta da *IUCN*, segundo Diegues (2003), duas condições básicas devem orientar o denominado “desenvolvimento sustentável”: uma refere-se à manutenção dos processos ecológicos dos quais dependem todas as formas de vida, o que inclui ciclo hidrológico, fotossíntese, entre outros. “A outra condição é a preservação das diversidades genéticas e biológicas entendidas como o número de espécies vegetais e animais que hoje compõem a vida. Essa diversidade está sendo ameaçada principalmente pela ação humana, na forma de poluição e degradação ambiental, de devastação florestal, de homogeneização da base genética (...)”. (DIEGUES, 2003, p.3)

A *Estratégia Mundial para a Conservação* deflagrou um amplo debate sobre os riscos associados à perda de biodiversidade e apresentou soluções possíveis para o enfrentamento desse problema.

Após a publicação da proposta da *IUCN* o tema continuou a ser debatido na década de 1980 em outras importantes publicações. Uma das principais abordagens foi apresentada pelo relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), que em seu capítulo 6 (*Espécies e Ecossistemas: recursos para o desenvolvimento*) discute alguns dos principais dilemas verificados naquele período, quando a problemática da biodiversidade passou a ser mais reconhecida globalmente, além de propor soluções voltadas à conservação e uso sustentável desses recursos.

Considerada uma publicação de referência para a disseminação do conceito de *desenvolvimento sustentável* em nível global, (ainda que não tenha se aprofundado em críticas sobre o modelo vigente de produção e consumo e, conseqüentemente, de seus impactos na biodiversidade), o relatório reconheceu que a conservação dos recursos naturais vivos – vegetais, animais e microrganismos – é fundamental para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nele foi mencionado o grande desafio que se impõe à implementação de medidas de conservação da biodiversidade na agenda pública.

²⁹*Desenvolvimento sustentável* é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. (*Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ONU, 1987*).

Para Lago (2006), a ampla divulgação do relatório permitiu que novos aspectos críticos enriquecessem o debate sobre as questões ambientais, a partir da sua publicação. A problemática relacionada à conservação da biodiversidade passou, assim, a compor as novas abordagens discutidas sobre a questão em foco.

Segundo esta publicação, a conservação das espécies é importante não somente para a dinâmica da economia, mas por envolver valores éticos, estéticos, culturais, entre outros.

Da conservação da biodiversidade também dependem outros processos vitais como o equilíbrio climático, a proteção dos recursos hídricos e do solo, além da continuidade dos processos reprodutivos de todas as formas de vida. No entanto, o relatório já alertava que grande parte das espécies vinha desaparecendo a um ritmo preocupante, sem que se tivesse amplo conhecimento sobre elas.

Em uma época em que a questão climática ainda era pouco discutida e não tinha alcançado uma grande repercussão social, o relatório advoga que a redução da variabilidade genética diminui a capacidade de adaptação das espécies aos impactos das mudanças climáticas³⁰ e a outras adversidades ambientais, aspecto que começou a ser mais debatido somente na década de 2000. Nesse sentido, essa foi uma abordagem inovadora trazida pela publicação.

Ainda que a questão seja considerada controversa e já tenha suscitado inúmeros debates, o relatório menciona o aumento da população como uma das maiores ameaças aos esforços de conservação da natureza. Países mais pobres da África e da América Latina são considerados como algumas das partes do globo onde são crescentes as pressões das populações sob os recursos naturais. Os trópicos, com a maior diversidade de espécies, concentram também a maioria dos países em desenvolvimento, onde o crescimento populacional é mais acelerado e a pobreza é mais acentuada, segundo a publicação. Vale ressaltar que, mais de 25 anos depois do lançamento do relatório, esse tipo de argumento continua dividindo opiniões no âmbito do debate ambiental global.

A agricultura extensiva também é considerada na publicação mencionada como fator de risco já que tende a se estender em direção às áreas de florestas ainda conservadas. Em países das Américas Central e do Sul, o relatório ressalta que os

³⁰“Mudança que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.” (Conceito difundido pela *Convenção do Clima* da ONU).

governos incentivaram a conversão, em larga escala, de florestas tropicais em fazendas de criação de gado.

Ainda como parte da problemática debatida, o relatório menciona também a participação de países industrializados na contribuição ao desmatamento ao promoverem, por exemplo, as importações de madeiras tropicais com baixas tarifas. Esses fatores, segundo a publicação, se somam às frágeis políticas florestais dos países em desenvolvimento.

Em contrapartida, os países desenvolvidos têm benefícios financeiros decorrentes do uso da diversidade biológica, muito maiores do que os países em desenvolvimento. Como exemplo, o relatório menciona que eles têm maior capacidade de aproveitamento desses recursos na indústria e na medicina.

Assim, a lógica defendida na publicação é de que os países detentores de biodiversidade mais representativa sejam recompensados financeiramente por assegurarem a outros, esses recursos naturais. Posteriormente, essas ideias conquistaram destaque nas propostas globais de conservação da diversidade biológica, como será discutido no tópico a seguir.

5.1. “Nosso futuro comum” e inspirações para a CDB

Conhecer as principais questões sobre a biodiversidade, discutidas há mais de duas décadas no relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), tende a contribuir para facilitar o entendimento sobre até que ponto esse documento inspirou parte do conteúdo da CDB. Essa publicação advoga que as nações industrializadas, aquelas que mais se beneficiam dos recursos genéticos, frequentemente abundantes nos países em desenvolvimento, devem apoiá-los em seus esforços de conservação.

Assim, assegurar aos países em desenvolvimento uma parcela equitativa do lucro econômico proveniente do uso de genes para fins comerciais deveria ser também um compromisso a ser acordado. Vale ressaltar que essas recomendações estão alinhadas a um dos três principais objetivos da CDB (repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo uso dos recursos genéticos). Os outros dois são conservação, uso sustentável dos seus componentes, nos quais se concentram os interesses específicos desta tese.

O relatório sugeriu também que fossem criadas estratégias nacionais de conservação da biodiversidade com orientações para o alcance do objetivo de

compatibilização entre ações de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento econômico. E, posteriormente, quando a *CDB* foi estabelecida, uma das suas principais diretrizes para que os países signatários colocassem em prática os objetivos e metas acordados foi exatamente a implementação de *Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (ENBPAs)*.

A publicação considera ainda que não basta criar áreas protegidas³¹, isoladas da realidade social, para conservar a biodiversidade. Nesse sentido, recomenda que os governos deveriam considerar a criação de “*parques para o desenvolvimento*”³² que contribuíssem tanto para o desenvolvimento econômico como para a conservação dos recursos naturais.

5.2.As diretrizes da CDB na Agenda 21 Global

Cinco anos após a sua publicação, as principais mensagens do relatório *Nosso futuro comum* sobre a urgência em se ampliar as ações de proteção da biodiversidade ganharam reforço, também, com o lançamento da *Agenda 21 Global*.³³

Considerado um documento de referência para a disseminação do conceito de *desenvolvimento sustentável*, a *Agenda 21 Global*, no seu capítulo 15 (*Conservação da Diversidade Biológica*) teve o intuito de apoiar as diretrizes da *CDB*. Como uma de suas principais mensagens ressaltou que o atual declínio da diversidade biológica resulta, em grande parte, da atividade humana e representa uma séria ameaça ao desenvolvimento no longo prazo.

Em consonância com o relatório *Nosso futuro comum*, a *Agenda 21 Global* advoga que os bens e serviços essenciais do planeta dependem da variedade e variabilidade dos genes, espécies, populações e ecossistemas. Esses, por sua vez, devem

³¹As áreas protegidas são conceituadas pela *União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN*, na sigla em inglês) como “áreas terrestres e/ou marinhas especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos”.

³² O tema será discutido posteriormente, mas vale ressaltar que no Brasil, os modelos de RESEX – Reservas Extrativistas e RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável incorporam essa visão.

³³Oficializada durante a *Rio 92*, a *Agenda 21 Global* que não tem valor de lei, mas constitui um pacto entre governos e diversos segmentos sociais, é considerada, desde então, como um importante instrumento norteador do planejamento global. Seu objetivo é mobilizar tanto o Poder Público como a sociedade, rumo à busca de soluções para os principais problemas do desenvolvimento. Se desdobra em *Agendas 21 Locais, Regionais e Nacionais*.

ser conservados por meio de ações governamentais, bem como de outras medidas, entre as quais, a participação social e os investimentos do setor privado.

Além disso, com seu conjunto de diretrizes apresentado no capítulo 15, a publicação mencionada ressalta que a capacidade de aferir, estudar, bem como de observar sistematicamente e avaliar a diversidade biológica, precisa ser reforçada nos planos nacional e internacional.

A *Agenda 21 Global* considera, ainda, que medidas de proteção dos ecossistemas dependerão de ações de cooperação internacional. A participação e o apoio das populações locais são ressaltados como elementos essenciais ao sucesso das iniciativas. Para tal, ações de comunicação e educação são consideradas centrais, conforme será discutido no próximo capítulo da tese.

No entanto, antes de discutir esse aspecto, o próximo tópico aborda as principais controvérsias que, historicamente, permeiam a dinâmica da *CDB*, outra questão central em relação ao processo de implementação dessa Convenção.

5.3.Os diversos interesses refletidos na *CDB*

Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm sido responsáveis por fortes embates no âmbito dos desdobramentos da *CDB* desde a concepção dessa *Convenção* e das primeiras *Conferências das Partes (COPs)* que funcionam como instâncias decisórias e se realizam, em geral, a cada dois anos.

Primeiramente, por proposta dos Estados Unidos, a *CDB* seria uma *umbrella convention* (convenção “guarda-chuva”), na qual seriam agrupadas outras convenções globais elaboradas anteriormente para lidar com os aspectos específicos relacionados à conservação da biodiversidade.³⁴

A ideia inicial, de convenção “guarda-chuva”, entretanto, não ganhou as adesões ao longo do processo de negociação. Assim, buscou-se inovar na regulação do tema por meio da construção de uma *framework convention* (convenção-quadro)³⁵, de forma a

³⁴A *Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas* (Ramsar, 1971); a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural Mundial* (Paris, 1972); a *Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES* (Washington, 1973); e a *Convenção para a Conservação das Espécies Migratórias da Vida Selvagem* (Bonn, 1979).

³⁵Embora seja um dever dos países signatários respeitarem as diretrizes da *CDB*, em uma convenção-quadro, “são estabelecidos princípios, regras gerais, mas não são estipulados prazos nem obrigações específicas”. (MEDEIROS, 2006)

atender, simultaneamente, aos interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. (ABREU, 2007)

Desde o início da implementação da *CDB*, a questão da repartição justa e equitativa dos recursos advindos do uso da biodiversidade polarizou o debate entre as nações dos hemisférios norte e sul. Segundo Le Preste (2000), no centro das controvérsias sobre esse terceiro pilar da Convenção, está o receio dos países desenvolvidos de que essa partilha acarrete em ônus para as suas economias. Essa visão se cristaliza justamente na cobertura jornalística sobre os desdobramentos da *Rio-92*, conforme será discutido posteriormente nesta tese.

Vale ressaltar que alguns impasses históricos continuam pairando sobre a *CDB*, tendo como pano de fundo, interesses econômicos divergentes. Esse é o caso do posicionamento dos Estados Unidos que, mesmo tendo assinado esse acordo, em junho de 1993, não o ratificaram por discordâncias relacionadas, sobretudo, às questões de propriedade intelectual e industrial.

As divergências dos Estados Unidos com relação ao tema perpassaram também o processo de assinatura da *CDB*, iniciado na *Rio-92*, segundo retrospectiva de Albagli (1998, pp 115-116):

Os Estados Unidos recusaram-se, à época, a assinar o documento, por discordarem principalmente dos pontos que dizem respeito à regulamentação do acesso a recursos genéticos (eles eram favoráveis à manutenção do livre acesso) e à transferência de tecnologia para a conservação e o aproveitamento desses recursos, temendo que a *CDB* pudesse subverter o regime internacional de propriedade intelectual vigente. Apenas um ano depois, já no Governo Clinton, os Estados Unidos aderiram ao tratado, sem que, no entanto, até a presente data, o Congresso Norte-americano o tenha ratificado.

A despeito de impasses existentes, entre os quais os exemplos ilustrados anteriormente, para que a *CDB* possa funcionar (o que inclui reuniões periódicas organizadas com êxito e as deliberações das COPs implementadas, entre outras medidas) seu conteúdo complexo é formado por 42 artigos e complementos, inclusive mecanismo de solução de controvérsias, conforme Abreu (2007) ilustra a seguir:

O texto da Convenção comporta um extenso preâmbulo, de 23 parágrafos, 42 artigos e 2 anexos, estruturados em cinco partes: 1) o preâmbulo, que compreende vários princípios do Direito Internacional do Meio Ambiente e determina a estrutura do texto; 2) os artigos 1º ao 22, que trazem as definições de termos, os princípios norteadores, objetivos e mecanismos de aplicação, estabelecendo em seu conjunto o núcleo normativo básico do documento; 3) os artigos 23 a 25 que estabelecem as instituições e os mecanismos de tomada de decisão; 4) os artigos 26 a 42 que compõem as normas relativas ao controle da aplicação, os meios de solução de controvérsias, bem como a adoção de proteções, emendas e anexos e; 5) dois

anexos relativos a identificação e monitoramento dos componentes da diversidade biológica e ao procedimento de arbitragem e conciliação em caso de controvérsias.

De acordo com o artigo 23 da *CDB*, as *COPs* são constituídas pelas Partes, além de observadores de governos interessados nas temáticas em debate nessas conferências, bem como por representantes de ONGs e movimentos sociais, populações indígenas e tradicionais, academia e iniciativa privada. Com esse conjunto amplo de atores envolvidos nos debates, não raro o modelo estabelecido de decisões consensuais, é marcado por impasses.

Apesar de abrigar divergências, tensões e embates, nas suas duas décadas de implementação, a *CDB* é avaliada por vários autores como um importante arcabouço norteador de políticas públicas que tem contribuído para avanços no processo de tomada de decisão no âmbito de uma temática de grande complexidade.

Para Abreu (2007), a Convenção inicialmente proposta para ser um instrumento de conservação da biodiversidade, tornou-se um fórum de debate sobre questões transversais ao tema como política tecnológica, direitos indígenas e de propriedade intelectual, entre outros. Além de funcionar como um marco jurídico para a gestão da biodiversidade global, a *CDB*, segundo essa autora, deu origem a outros instrumentos jurídicos, entre os quais, o *Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança*, que estabelece as regras para a movimentação transfronteiriça de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Assim, com tantas questões abrangentes que passou a contemplar em relação à agenda da biodiversidade, como os exemplos ilustrados anteriormente, para Albagli (1998, p. 113), a *CDB* não representa apenas o desfecho de um longo e controverso processo de negociação, no plano institucional. Segundo a autora:

Ela é parte e expressão de uma dinâmica ainda em curso de disputas e alianças entre os distintos atores, no que se refere a seus desdobramentos práticos nas diferentes escalas. A *CDB* vem buscando, simultaneamente, impor-se como polo de influência em relação a outras instâncias de regulação multilateral que têm implicações sobre o tema e servir, no campo da biodiversidade, como instrumento indutor de novas iniciativas e posturas nos países e nas localidades.

Ainda que no campo da diplomacia da *ONU* existam diversos percalços em relação aos desdobramentos da *CDB*, os maiores desafios certamente estão relacionados à implementação dessa *Convenção* nos países signatários.

Nesse sentido, após esta discussão que trouxe como pano de fundo algumas questões centrais relacionadas a esse tratado internacional, no capítulo a seguir, serão apresentados os desdobramentos da *CDB* no Brasil, por meio de formulação e implementação de políticas públicas, processos também marcados por práticas inovadoras na gestão pública e, ao mesmo tempo, permeados por controvérsias.

6. POLÍTICAS AMBIENTAIS NACIONAIS: AVANÇOS E DESDOBRAMENTOS DA CDB NO BRASIL

Este capítulo tem o objetivo de discutir como as inspirações trazidas pela *CDB* se refletiram na implementação de políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade. No entanto, antes de partir para essa abordagem, é importante apresentar como pano de fundo, informações que possam contribuir para contextualizar como a mobilização social foi crucial à construção de novos marcos sobre as questões ambientais. Um deles foi a nova *Constituição Federal* de 1988.

Por influência de um processo de mobilização social que vinha se fortalecendo, em nível global, desde 1960, enfoque discutido anteriormente, a década de 1980 também foi considerada crucial para a amplitude da materialização das principais questões ambientais na legislação brasileira.

Segundo Viola (1998), a atuação de ONGs ambientalistas internacionais, sobretudo em torno de questões relacionadas à conservação dos recursos naturais da Amazônia, contribuiu para ampliar a formação de políticas ambientais no Brasil. A comunidade científica e a opinião pública internacional, segundo o autor, consideravam a importância decisiva da região em termos de equilíbrio climático e riqueza biológica. Entre tantos outros fatores, colaboraram, nesse sentido, a construção de alianças transnacionais contrárias à realização de grandes obras para a construção de rodovias e usinas hidrelétricas na região, além da ampla repercussão sobre o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988.

Assim, as questões trazidas à tona por parte de atores transnacionais estratégicos contribuíram para mudar a percepção social no Brasil sobre o tema, segundo ao autor mencionado: “*Com efeito, até fins da década de 1980 a percepção da floresta Amazônica não diferia da percepção histórica das florestas Atlântica e da Araucária, que foram quase totalmente devastadas no processo de assentamento humano durante o século XX (...)*”. (VIOLA, 1998)

A problemática do desmatamento da Amazônia é mencionada também por Jacobi (2003) como um movimento deflagrador de ampliação da percepção pública sobre as questões ambientais que necessitavam de soluções entre o final da década de 1970 e o início de 1980. Somados a isso, os problemas decorrentes da degradação ambiental, sobretudo os altos índices de poluição industrial em Cubatão (SP) que já acarretavam graves problemas de saúde pública naquela época, ganharam cada vez mais

espaço nos meios de comunicação nacional e internacional. Assim, como analisa o autor: “*Intenso debate e polêmica são incentivados por alguns meios de comunicação que reforçam o papel do movimento ambientalista cobrando soluções para os problemas de crianças com malformações congênitas, trabalhadores leucopênicos e famílias amedrontadas*” (JACOBI, 2003, p.7).

Nessa retrospectiva, foi diante da ampliação dos debates sobre o agravamento de diversos problemas ambientais, que novos arranjos político-administrativos começaram a ser fortalecidos, na década de 1980.

Assim, antes mesmo da *Constituição Federal* de 1988, quando pela primeira vez no Brasil, a temática ambiental foi introduzida na *Carta Magna* e os municípios conquistaram *status* de entes federados, foi instituída no país a *Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA*, por meio da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Seus eixos centrais são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental com enfoque na qualidade de vida e na garantia da dignidade humana. Essa era a problemática que estava no centro dos debates promovidos por diversos segmentos sociais, por sua vez, refletidos na cobertura jornalística da época.

Segundo Milaré (2005), a iniciativa da *PNMA* pode ser considerada como um passo de vanguarda na vida pública nacional, embora, na época em que foi concebida, elaborada e aprovada, o país ainda estivesse sob um período de autoritarismo político-administrativo. No entanto, seus princípios norteadores e objetivos específicos não deixam dúvidas quanto às principais preocupações que passaram a nortear as iniciativas do Poder Público a partir de então, entre as quais, a exigência de educação ambiental em todos os níveis de ensino e a proteção dos ecossistemas.

Vale ressaltar que alinhada aos anseios dos interlocutores sociais que buscavam ampliar o debate sobre as questões ambientais, entre os seus objetivos específicos, a *PNMA* também visa à disseminação de informação e à formação da consciência pública sobre a necessidade de proteção ambiental e equilíbrio ecológico conforme expresso no item V:

V – à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

(Art. 4º da Política Nacional do Meio Ambiente)

Ainda, segundo Milaré (2005), a Lei Federal 6.938/81 incorporou e aperfeiçoou as normas estaduais em vigor, até então. Além disso, estabeleceu o *Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)* que possibilitou a integração de órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, além de fundações instituídas pelo Poder Público. Esse Sistema representa o arcabouço institucional central da gestão ambiental brasileira.

E para o autor, (p.448), o acesso à informação representa a “alma” do *SISNAMA*. Nesse sentido, o jurista considera fundamental que o fluxo de comunicação sobre o tema seja contínuo, por meio dos integrantes do *Sistema*, de forma a permitir percepções sociais mais claras sobre os problemas ambientais e as soluções tomadas pelos órgãos competentes.

O *SISNAMA* é formado pelo Ministério do Meio Ambiente (órgão central do *Sistema* tem as funções de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a PNMA); pelo *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA* (que tem como função executar a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, tarefa que a partir de 2007 passou a ser dividida com o *Instituto Chico Mendes de Conservação - ICMBio*); e o *Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA* (considerado órgão maior do *Sistema*, com funções consultivas e deliberativas). Integram, ainda, o *SISNAMA*, os órgãos setoriais, seccionais e locais dos quais participam representações federais, estaduais e municipais.

Como se percebe, diante de uma arquitetura institucional complexa, em um país de dimensões continentais, de grande importância no contexto global e, ao mesmo tempo, marcado por processos históricos de desigualdade social e de esgotamento dos seus recursos naturais, a gestão ambiental não representa uma missão simples a ser cumprida. (YOUNG & LUSTOSA, 2003)

Assim, diante de tamanha complexidade, o arcabouço jurídico e institucional de proteção ambiental passa por avanços e, ao mesmo tempo, está sujeito a ameaças de retrocessos. Diante desses desafios, é considerado fundamental o fortalecimento do processo de controle social para que as demandas de diferentes representações sejam consideradas nas decisões dos gestores públicos. Para tal, as ações de comunicação e educação representam elementos centrais.

Nesse sentido, vale ressaltar que, embora não seja objetivo central desta tese aprofundar os desdobramentos da *PNMA*, é importante enfatizar que existem inúmeros avanços trazidos por essa iniciativa. Isso inclui, uma sequência de outros marcos

institucionais nacionais, como a *Política Nacional de Recursos Hídricos* (Lei 9.433/97), a *Política Nacional de Educação Ambiental* (Lei 9.795/99), a *Política Nacional Urbana* (Lei 10.279/2001) e, ainda, a *Política Nacional de Biodiversidade* (Decreto 4.339/2002) discutida no tópico a seguir. Essa incorpora o estímulo à participação da sociedade nos processos de tomada de decisão sobre a gestão da biodiversidade brasileira, tendo nas ações de comunicação e educação, pilares essenciais em apoio ao alcance desse objetivo.

6.1.A CDB e seus reflexos no Brasil

Como signatário da *CDB* e como um país de megadiversidade, o Brasil tem grande interesse em atingir resultados positivos no âmbito desse marco global. Para isso, assumiu compromissos diplomáticos e precisa implementar inúmeras ações para cumpri-los. É nesse sentido que se insere a *Política Nacional de Biodiversidade - PNB* (Decreto 4.339/2002), segundo Medeiros (2006), a maior expressão do cumprimento dos compromissos brasileiros, no âmbito dessa *Convenção*.

O processo de construção da *PNB* foi amplo e complexo, segundo consta no seu histórico oficial.³⁶ Para isso, de 1998 a 2001, o *Ministério do Meio Ambiente* promoveu estudos sobre diversos temas tais como a adequação da legislação brasileira à *CDB*, o “estado de arte” do conhecimento da biodiversidade brasileira, a análise comparativa de estratégias nacionais de biodiversidade de 46 países e, a síntese de registros sobre o conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

Nesse sentido, de 1998 a 2000 também foram identificadas 900 áreas e indicadas ações prioritárias para a conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Campos Sulinos, além de Zonas Costeira e Marinha.

Seguindo as diretrizes da *CDB* e da legislação ambiental brasileira, o processo de construção foi orientado a incluir a participação social. Assim, o MMA estabeleceu consulta pública entre 2000 e 2001 para receber contribuições à proposta preliminar da *PNB*, quando consultou diversos interessados no tema, incluindo órgãos

³⁶ Todo o processo histórico de construção da *PNB* está disponível no *website* do MMA: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/pol%C3%ADtica-nacional-da-biodiversidade>

governamentais, ONGs, academia, movimentos sociais, empresários e outros segmentos.

Entre abril e maio de 2002, o *draft* do documento preliminar foi apresentado publicamente, em reuniões realizadas em Curitiba, Recife, Manaus e Goiânia, quando foi definida a proposta final da *PNB*, também discutida e apoiada pelo CONAMA.

Com o processo de consulta, concluído em 22 de agosto de 2002, foi publicado o Decreto Nº 4.339 que instituiu os 20 princípios, as nove diretrizes gerais, além dos 27 objetivos principais e dos 285 objetivos específicos da *PNB*. Quanto aos seus sete componentes, inspirados na *CDB*, são os seguintes:

1. Conhecimento da Biodiversidade
2. Conservação da biodiversidade
3. Uso Sustentável da Biodiversidade
4. Avaliação e Mitigação dos Impactos sobre a Biodiversidade
5. Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios
6. Informação, Conscientização e Educação sobre Biodiversidade
7. Marco Jurídico e Institucional para a Gestão da Biodiversidade
(Componentes da Política Nacional de Biodiversidade - PNB)

Vale ressaltar que, em função de todo o processo relatado pelo *MMA*, o *Programa Nacional de Biodiversidade – PRONABIO* (criado pelo Decreto Nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994), foi modificado e passou a ser reconhecido como instância responsável pela coordenação da implementação da *PNB* e, conseqüentemente, pelo acompanhamento do cumprimento dos compromissos brasileiros perante à *CDB*.

Assim, em 21 de maio de 2003, pelo Decreto Nº 4.703 o *PRONABIO* teve seu título alterado para *Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO)* passando a atuar, por meio de sete componentes temáticos (os mesmos da *Política Nacional de Biodiversidade*).

Por outro lado, o *MMA* coordenou entre 2004 e 2005, a formulação do *Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PAN-Bio)*. A sua construção envolveu quatro etapas: 1) Levantamento de informações; 2) Consulta pública; 3) Reunião para elaboração do Plano; e 4) Consolidação das ações propostas.

Posteriormente, foram lançadas as Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para implementação da *PNB*, por meio das quais, o Brasil definiu 51 metas nacionais³⁷ de biodiversidade para 2010, relacionadas às metas globais da *CDB*, dentre as quais são

³⁷Tabela de Metas Nacionais:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Tabela_Metas_Nacionais_2010_CONABIO.pdf

mencionadas ações direcionadas à educação, à informação e à sensibilização pública sobre o tema.

6.2. Avanços e desafios brasileiros no âmbito da CDB

Alguns especialistas sobre o tema reconhecem que o Brasil tem alcançado alguns avanços em suas políticas de proteção da biodiversidade. No entanto, não faltam críticas, principalmente em relação à demora na implementação das soluções recomendadas pela *Convenção*. Uma dessas abordagens foi apresentada por German-Castelli (2006, p. 1):

A adoção da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), sem dúvida, representou um avanço substancial para a conservação da biodiversidade, sustento da vida na terra e para a delimitação de caminhos que apontem a sua utilização sustentável. Porém, após treze anos de vigência, os resultados obtidos, não têm correspondido às expectativas colocadas quando de sua adoção.

Ainda que a análise mencionada seja de 2006, seu conteúdo parece ter mantido o sentido de atualidade quando comparada a abordagens posteriores, sobre questões desafiadoras em relação ao tema, discutidas neste capítulo. Em uma das quais (IUCN, WWF-Brasil, IPÊ, 2011), Organizações Não Governamentais que acompanham atentamente os desdobramentos da *Convenção*, afirmaram que:

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um marco para a proteção da natureza. A CDB representa a evolução em direção a uma visão mais abrangente dos recursos naturais. Também deu soberania aos países sobre os recursos biológicos presentes em seus territórios, alterando a lógica que prevalecia de ser a biodiversidade um bem da humanidade. Porém, como outros acordos internacionais, a CDB tem dificuldade em chegar a resultados concretos. (IUCN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011)

Apesar das dificuldades enfrentadas, ainda de acordo com a publicação mencionada, o fortalecimento institucional foi, até então, um dos principais avanços verificados no Brasil após a ratificação da *CDB*. Nesse sentido, no documento, foram mencionadas algumas das leis e políticas mais relevantes, além de sistemas e programas relacionados direta e/ou indiretamente à biodiversidade, dentre as quais, o *SNUC*, a *PNB*, o *PRONABIO*; e o *Plano Nacional para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM)*.

Mas é preciso que se reconheça que a dificuldade em se avançar na aplicação prática das diretrizes da *CDB* não representa um problema exclusivamente brasileiro.

Outros países também têm enfrentado inúmeros entraves para alcançar melhores resultados com este objetivo. Nesse sentido, em 2002³⁸ foi estabelecido um acordo para que até 2010, os signatários da *Convenção* dessem alguns passos adiante para conter a perda de biodiversidade e suas consequências econômicas, sociais e ambientais.

Porém, cumprido o prazo estabelecido, os resultados ficaram aquém do esperado, segundo o relatório *Panorama da Biodiversidade Global 3 - GBO3* (MMA, 2010). Lançada pela ONU para alertar a sociedade sobre os riscos à sobrevivência de plantas, animais e outros seres vivos, essa publicação concluiu que o objetivo de redução significativa da taxa de perda de biodiversidade, acordada em 2002 por lideranças mundiais, não havia sido cumprido.

Sendo assim, os esforços globais, empreendidos até então, não haviam sido suficientes para frear as inúmeras pressões que colocam em risco os ecossistemas, responsáveis pelo bem-estar humano, pela manutenção das espécies animais, vegetais e demais formas de vida, além de outras funções ecológicas.

O relatório mencionava, também, alguns pequenos avanços alcançados no âmbito da *CDB*, até então. Mais de 170 países (87% das Partes da *Convenção*) haviam desenvolvido *Estratégias Nacionais de Biodiversidade*. Apesar disso, segundo conclusões da publicação, os esforços para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica eram ainda insuficientes ou recebiam investimentos em menor proporção do que os que vinham sendo destinados para o desenvolvimento industrial e à criação de infraestrutura.

O Brasil foi mencionado no relatório pelos esforços empreendidos no período 2002-2010. No entanto, embora tenham sido verificados alguns êxitos, o país vinha apresentando avanços aquém do esperado, segundo avaliado nesta publicação. No tópico a seguir, serão aprofundadas as discussões sobre essas questões.

6.3. Resultados alcançados no âmbito do Plano Estratégico 2002-2010

De acordo com informações do governo brasileiro, em balanço que apresentou em 2010 (BRASIL, 2010), houve avanço, em termos legais, no período 2001-2010, quando foram criados 550 instrumentos relativos às metas da *CDB*, entre os quais, 53

³⁸Em 2002, durante a *Cúpula de Desenvolvimento Sustentável* da ONU, em Joanesburgo, na África do Sul (a chamada *Rio+10*), os países signatários da *CDB* haviam assumido o compromisso de reduzir significativamente, a taxa de perda de biodiversidade, até 2010.

leis federais, dois decretos-leis, uma medida provisória, 194 decretos federais, além de 190 resoluções da *Comissão Nacional do Meio Ambiente*.

Mas, um dos maiores avanços, pela análise do governo brasileiro, foi a contribuição do país com cerca de 75% das áreas protegidas criadas mundialmente, desde 2003. Quanto às 51 metas nacionais assumidas pelo Brasil, os principais resultados mencionados foram os seguintes:

Duas metas foram alcançadas: a publicação de listas e catálogos das espécies brasileiras e a redução de 25% do número de focos de calor em todos os biomas.

Quatro metas tiveram 75% de cumprimento: a conservação de pelo menos 30% do bioma amazônico e de 10% dos demais biomas; além do aumento nos investimentos em estudos e pesquisas para o uso sustentável da biodiversidade; aumento no número de patentes geradas a partir de componentes da biodiversidade e redução em 75% na taxa de desmatamento na Amazônia. (BRASIL, 2010)

Segundo a publicação das três ONGs ambientalistas (IUCN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011, p.7) houve realmente avanços em termos legais no período, entre os quais, a criação da *Estratégia Nacional para a Biodiversidade*, constituída por um conjunto de documentos e apoiada pelas *Metas Nacionais*. No entanto, contradições foram também percebidas:

A Política Nacional da Biodiversidade – PNB, formalizada por Decreto em 2002 e seu Plano de Ação Nacional de Biodiversidade (PAN-Bio) são partes desse conjunto de documentos. Esses avanços têm sido, no entanto, desafiados sistematicamente por argumentos que advogam ser a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento dois objetivos em contradição e que por isso o arcabouço legal e técnico existente deve ser flexibilizado.

6.3.1. As Metas de Aichi

A partir da frustração com o limitado alcance de metas de redução da perda de biodiversidade, mencionada anteriormente, os signatários da *CDB* se mobilizaram, mais uma vez, em busca de mais avanços. Assim, durante a realização da *10ª Conferência das Partes da CDB (COP-10)*, em Nagoya, Japão, em 2010, assumiram novos compromissos para os dez anos seguintes.

Na análise a seguir, são pontuadas algumas das deliberações centrais desse evento realizado na província japonesa de Aichi, cuja capital é Nagoya, o que justifica que as metas pactuadas sejam denominadas de *Metas de Aichi*: “*Embora o sentimento de fracasso anunciado tenha colocado em risco a COP-10, conforme vinha sendo noticiado pela mídia, naquela época, o evento realizado em Nagoya, no Japão, entre 18*

e 29 de outubro de 2010, teve êxito na consolidação de um acordo global sobre metas a serem implementadas pelos países signatários”. (OLIVEIRA & IRVING, 2011)

Assim, após quase duas semanas de discussões tensas, os representantes de 193 países presentes avançaram em três pontos de negociação considerados temas chaves no âmbito da *CDB*: a assinatura do protocolo de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (*ABS*, na sigla em inglês), a criação de um *Plano Estratégico* para a redução de perda de biodiversidade entre 2011 e 2020, além da sinalização de aporte de recursos financeiros para custeio das ações de conservação da diversidade biológica, mundialmente.

O Brasil participou da *COP-10* e teve papel de destaque no evento. Entretanto, os desafios para alcançar, em uma década (os cinco objetivos e as 20 metas estabelecidas pelo chamado *Plano Estratégico*, além da repartição dos benefícios prevista pelo *Protocolo de Nagoya*³⁹) são inúmeros e complexos. (IUCN, WWF-Brasil, IPÊ, 2011a)

Para que se tenha uma ideia dos entraves, especificamente em relação à repartição justa dos benefícios gerados pela exploração de recursos genéticos da diversidade biológica, pela burocracia envolvida no processo, para que o Protocolo citado entre em vigor e tenha força de lei, precisa ser ratificado por, pelo menos, 50% dos seus signatários (os 91 países mais a União Europeia que se comprometeram com suas diretrizes). Para isso, leis nacionais precisam ser ainda aprovadas e o processo tende a ser lento.

O Brasil assinou o documento em fevereiro de 2011 e enviou ao Congresso uma proposta de ratificação, que passou por um longo processo de tramitação, até 2015, sistematizado por Távora *et al* (2015). Exemplos assim reforçam a percepção sobre a lentidão das decisões políticas, mesmo em cenário de crise ambiental, que aumenta a vulnerabilidade da biodiversidade.

Vale ressaltar que, desde 2002, no Brasil, o acesso aos recursos genéticos vinha sendo regulado pela *Medida Provisória 2186/2001*, alvo de muita polêmica, sobretudo por parte do setor produtivo e da academia, em função de argumentos sobre as

³⁹ O Protocolo de Nagoya foi assinado em dezembro de 2010, durante a COP-10, em Nagoya, no Japão. Esse é um protocolo de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (*ABS*, na sigla em inglês). Definições sobre as questões envolvidas com *ABS* estão disponíveis em:

<http://www.brasil.gov.br/cop10/panorama/o-que-esta-em-jogo/recursos-geneticos-2013-acesso-e-reparticao-de-beneficios-abs>

limitações à pesquisa científica e à utilização de ativos da biodiversidade para fins industriais.

Referência na temática de repartição justa e equitativa dos benefícios da biodiversidade, German-Castelli (2006, p. 1) ressalta algumas das principais contradições associadas ao tema, mundialmente. Embora esse não seja um viés de interesse específico desta tese, é importante que se tenha conhecimento sobre esse enfoque, por se tratar de uma das questões consideradas mais desafiadoras da *CDB*:

A *CDB* demarcou inflexões quanto ao status dos recursos genéticos, bem como dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, outrossim, como se enquadrasse dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. Ao longo destes treze anos observam-se tensões e contradições nas negociações em torno ao acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, fruto de enfoques diferentes por parte dos atores envolvidos, bem como dos princípios teóricos que a norteiam.

6.3.2. Entraves que dificultam os desdobramentos da *CDB*

Dentre os grandes desafios que o *Plano Estratégico* acordado em Nagoya estabelece está a ampliação de áreas protegidas terrestres de 10% (meta que deveria ter sido alcançada em 2010) para 17%. No caso das áreas marinhas e costeiras, a proteção da biodiversidade deve alcançar 10% desses biomas, globalmente até 2020.

Como signatário da *CDB*, o governo brasileiro assumiu o compromisso de ampliar a extensão de áreas protegidas costeiras e marinhas, até 2020, com ênfase para as áreas de maior importância para a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, sendo o percentual ainda muito limitado (1,5% do território nacional) neste caso.

Vale ressaltar que a criação de áreas protegidas representa uma das iniciativas de gestão mais utilizadas para a proteção da biodiversidade, globalmente. No Brasil, no entanto, a terminologia mais utilizada é unidades de conservação (UCs).

De acordo com o *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*⁴⁰ do *Ministério do Meio Ambiente (MMA)*, o Brasil contabilizava 954 Unidades de Conservação federais, 795 estaduais, além de 230 municipais cadastradas, até fevereiro de 2016, ocupando uma área equivalente a 1.552.769 Km².

⁴⁰ Tabela consolidada disponível em:
http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/UCporCategoria0214_sem_Logo_copy.pdf

Os dados brasileiros, ainda que possam parecer abrangentes, deixam a desejar em termos de investimentos financeiros necessários ao êxito da gestão das UCs. Foi o que revelou o estudo *Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional* (Medeiros *et al*, 2011), segundo o qual, o Brasil investia, em média, R\$ 4,43 por hectare em suas unidades de conservação, enquanto até mesmo em outros países em desenvolvimento, as cifras eram superiores. Esse é o caso da Argentina, com valor cinco vezes maior (R\$ 21,37); do México, nove vezes (R\$ 39,71); e também da África do Sul, 15 vezes (R\$ 67,09).

Quando comparados a países desenvolvidos, as diferenças observadas em relação aos investimentos florestais foram ainda mais acentuadas. Exemplos dessa realidade, mencionados pelo estudo foram os Estados Unidos, que investiam R\$ 156,12 por hectare (35 vezes a mais que o Brasil) e a Nova Zelândia, R\$ 110,39.⁴¹

Mas, além dos investimentos considerados aquém do necessário, há que se considerar, ainda, a perspectiva de retrocesso ambiental, diante da perda de áreas protegidas ocorrida no Brasil. Segundo Bernard *et al* (2014)⁴², em estudo desenvolvido pela *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)* e pelo *Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)* devido a 93 alterações de limites em Unidades de Conservação, localizadas em 16 estados, o Brasil perdeu 5,2 milhões de hectares, nos últimos 30 anos. Esta extensão é maior que a do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a publicação mencionada, para chegar ao resultado final desta avaliação, os pesquisadores contabilizaram, desde 1981, os dados referentes às situações de redução, declassificação (em que as UCs deixam de existir) e reclassificação (RDR) em unidades de conservação federais e estaduais no Brasil.

Os pesquisadores concluíram que 74% dos casos de RDR aconteceram entre 2008 e 2012. E a situação foi agravada em função de projetos energéticos na Amazônia que responderam por 44% dos registros de RDR. Outros fatores de pressão mencionados foram a especulação imobiliária e o agronegócio, análise que expressa a dificuldade de conciliação entre as estratégias de conservação da biodiversidade e o avanço das atividades econômicas, dilema que perpassa, historicamente, o debate ambiental.

⁴¹ A lista de países estudados é integrada também pela Costa Rica, Austrália e pelo Canadá.

⁴² O resultado da pesquisa foi publicado na revista *Conservation Biology*, na edição de abril de 2014.

E, antes mesmo de ser publicada em uma revista científica, a pesquisa mencionada já tinha havia repercutido na mídia. A Agência Envolverde (2012) foi um dos veículos especializados em cobertura de temas socioambientais que divulgou as informações preliminares, quando abordou situações de controvérsias e contradições existentes nas instituições públicas responsáveis pela gestão da biodiversidade no Brasil.

Segundo a publicação mencionada, a redução dos limites de unidades de conservação na Amazônia para fins de implementação de projetos energéticos vinha gerado inúmeras discussões, além de provocado muitos embates jurídicos. Uma das medidas contrárias a esse tipo de iniciativa foi tomada pela Procuradoria Geral da República que impetrou, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro de 2012, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de liminar, contra a Medida Provisória (MP) nº 558/2012, editada no mês anterior pela Presidência da República.

A decisão governamental por meio da citada MP provocou a exclusão de 86.288 hectares de sete UCs federais na Amazônia. Ao todo foram 75.630 hectares de cinco unidades de conservação no Pará: Parque Nacional da Amazônia, Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e Crepori, além da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. Tudo isso para a construção de reservatórios de duas grandes hidrelétricas (as usinas São Luiz do Tapajós e Jatobá).

Nos Estados de Rondônia e do Amazonas, foram excluídos 8.470 hectares do Parque Nacional Mapinguari (para os reservatórios das usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira) e 2.188 hectares do Parque Nacional Campos Amazônicos (para o reservatório da hidrelétrica de Tabajara no rio Machado, um dos principais tributários do Madeira). As iniciativas de ampliação das condições de infraestrutura energética em áreas que, anteriormente, se prestavam à conservação da biodiversidade e de outros recursos naturais estratégicos provocou polêmica.

Nesse sentido, segundo noticiou a Agência Envolverde: *“De acordo com o procurador geral do MPF, Roberto Gurgel, todas as unidades de conservação alteradas são de extrema relevância para a preservação do Bioma Amazônia e que a norma questionada está repleta de inconstitucionalidades. Uma delas é o desrespeito à exigência de lei em sentido formal para a alteração e supressão de parques, florestas e áreas de proteção ambiental”*.

Na mesma publicação foi informado que foi o *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)*, órgão responsável pela gestão das UCs no Brasil, o responsável pela proposta de diminuição das unidades de conservação citadas. No entanto, na publicação se ressaltou que, em 2011, “*gerentes locais do ICMBio responsáveis pelas UCs na região do Tapajós apresentaram uma série de pareceres técnicos contrários tanto à desafetação das unidades de conservação quanto à instalação de sete hidrelétricas propostas pela Eletronorte para a bacia do Tapajós*”.

As questões debatidas expressam, assim, a complexidade inclusive institucional que envolve a temática da conservação da biodiversidade no Brasil. Essa, por sua vez, foi alvo de inúmeros embates jurídicos e de desentendimentos até dentro do mesmo órgão público, responsável pela gestão das UCs. Em 2016, foi divulgada uma decisão sobre esse projeto.⁴³

Apesar das dificuldades históricas ligadas à materialização das recomendações da *CDB*, entre as quais a criação e implementação das UCs, como discutido anteriormente, uma questão fundamental que emerge em meio aos dilemas e contradições da agenda ambiental é: Estaria o Brasil preparado para cumprir até 2020 as metas assumidas como signatário dessa *Convenção*?

Conforme discutido, a agenda ambiental e, sobretudo a da conservação da biodiversidade é permeada de muitos desafios. Como superá-los, tendo em vista os compromissos acordados e as prioridades definidas pelo Poder Público? Para que se tenha uma ideia das questões que estão em jogo, para o *Plano Estratégico 2020* da *CDB*, se busca alcançar cinco objetivos, dentre os quais, o primeiro fortemente associado à necessidade de implementação de ações de comunicação e educação: *Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.*

Também terão que ser cumpridas 20 metas, sendo principalmente a primeira, além da décima sétima, altamente dependentes de estratégias de comunicação e educação:

- 1) Conscientizar as pessoas do valor da biodiversidade;
- 2) Integrar os valores da biodiversidade no desenvolvimento;
- 3) Eliminar incentivos lesivos e implementar incentivos positivos;
- 4) Produção e consumo sustentáveis;
- 5) Reduzir a perda de *habitats* nativos;
- 6) Pesca sustentável;

⁴³ A decisão é analisada em ANGELO (2016).

- 7) Sustentabilidade da agricultura, piscicultura e silvicultura;
- 8) Controle da poluição das águas;
- 9) Controle das espécies exóticas invasoras;
- 10) Redução das pressões sobre os recifes de coral;
- 11) Expandir e implementar sistemas de áreas protegidas;
- 12) Evitar as extinções das espécies;
- 13) Conservação da agrobiodiversidade;
- 14) Restauração de ecossistemas provedores de serviços essenciais;
- 15) Recuperação dos ecossistemas degradados para mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- 16) Implementação do Protocolo de Nagoya;
- 17) Elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade;
- 18) Respeito às populações e conhecimentos tradicionais;
- 19) Ciência e tecnologia para a biodiversidade;
- 20) Mobilização de recursos financeiros.

Como ilustrado, os objetivos e metas acordados no âmbito da *CDB* para o período 2010-2020 são ousados e complexos. Nesse sentido, demandam ações de longo prazo. No entanto, é importante que se leve em consideração que, em 2016, já se passou mais da metade do prazo acordado para a implementação das iniciativas mencionadas. Tal constatação, mais uma vez, sinaliza com o desafio relacionado à agenda da conservação da biodiversidade, tema estratégico para um país como o Brasil e para o qual a questão da comunicação tem enfoque central, conforme será discutido mais amplamente no capítulo a seguir.

7. COMUNICAÇÃO, QUESTÃO ESTRATÉGICA PARA A CDB E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é discutir, como as questões relacionadas à comunicação e à sensibilização pública se inserem no âmbito da CDB e das políticas públicas de conservação da biodiversidade implementadas no Brasil, como desdobramentos dos compromissos assumidos pelo país na condição de signatário dessa *Convenção*. Os argumentos, anteriormente apresentados, ilustram a importância do reconhecimento dessa temática como crucial ao êxito das ações planejadas. Mas, por outro lado, tendem a expressar os desafios que representam não somente para a gestão pública e para os veículos de comunicação, mas para todos os demais grupos sociais.

Assim, comunicar e sensibilizar os diversos interlocutores sociais para o processo de tomada de decisões para a conservação e uso sustentável da biodiversidade são reconhecidas como questões de grande relevância no âmbito da *CDB*. Nesse sentido, o artigo 13 sobre *Educação e Conscientização Pública* da *Convenção* enfatiza que as Partes devem:

- a) Promover e estimular a compreensão da importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais; e
- b) Cooperar, conforme o caso, com outros Estados e organizações internacionais na elaboração de programas educacionais de conscientização pública no que concerne à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

Para que as orientações da *CDB* contidas no artigo 13 sejam colocadas em prática, durante a *COP 6*, em 2002, na Holanda, foi aprovado o *Programa de Trabalho sobre Comunicação, Educação e Consciência Pública (CEPA)*, na sigla em inglês). Seu objetivo central é o desenvolvimento de capacidades sobre essa temática para os países signatários da *Convenção*.

Durante a *COP 8*, sediada no Brasil, em Curitiba, em 2006, foi elaborada uma lista de atividades consideradas prioritárias para o êxito das ações sobre *Comunicação, Educação e Consciência Pública* no âmbito da implementação da *CDB*. Dentre as quais, foram ressaltadas ações como apoio à realização de oficinas de capacitação regionais, com objetivo de promover a integração de metodologias da *CEPA* na elaboração, aplicação e revisão das *Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos*

de Ação (*ENBPAs*), reconhecidos como mecanismos centrais para a implementação da *CDB* pelos países signatários.

Outra prioridade definida na COP de Curitiba foi a organização de um guia, denominado de *caixa de ferramentas*, para facilitar o processo de aplicação de estratégias de *Comunicação, Educação e Consciência Pública* em todas as etapas de implementação das ações das *ENBPAs*, desde a sua elaboração.

No intuito de alcance de êxito nas ações planejadas no *Programa de Trabalho* mencionado, o *Secretariado da CDB* solicitou à *União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês)* que desenvolvesse a *caixa de ferramentas* para a *CEPA*, de forma a apoiar as oficinas de capacitação e com vistas à sua utilização pelos pontos focais de aplicação das *ENBPAs* em nível nacional. (Hesselink *et al*, 2007)

Para desenvolver o guia de orientação, uma equipe da *IUCN* realizou um levantamento de demandas de capacitação, via *internet*, entre os dias 1º e 15 de abril de 2006, quando uma pesquisa foi enviada a 650 endereços eletrônicos. Entre os dias 1º e 31 de maio do mesmo ano, outro questionário foi enviado a outros 320 endereços eletrônicos com as ofertas de tipos de capacitações disponíveis. Com base nas conclusões dessa pesquisa, a equipe preparou um novo esquema da *caixa de ferramentas* que foi distribuído entre 410 especialistas em *CEPA* no mundo, com um alto nível de retroalimentação de informações.

Assim, em dezembro de 2006, as informações sistematizadas sobre o guia, que fornece orientação sobre onde, quando e como utilizar a ampla gama de recursos educativos e comunicativos, foram discutidas em detalhes entre integrantes do *Comitê Consultivo Informal sobre a CEPA* e o *Secretariado da CDB*.

Segundo Hesselink *et al*, autores da *caixa de ferramentas*, embora muitos países já tenham elaborado as *ENBPAs*, como recomenda a *CDB*, muitos não conseguiram implementar as ações planejadas. Para essas fontes de referência sobre o tema, no que se refere ao alcance dos objetivos definidos nas *ENBPAs*, centrados na conservação e no uso sustentável da biodiversidade, um dos grandes desafios é o desenvolvimento de estratégias de *Comunicação, Educação e Consciência Pública*.

Dirigida aos tomadores de decisão no âmbito da *CDB*, sobretudo os envolvidos com as *ENBPAs* nos países signatários, a publicação desenvolvida pela *IUCN* busca embasar iniciativas governamentais e não governamentais, por meio de uma ampla sistematização de informações especializadas. Além disso, apresenta casos práticos que

buscam fomentar a melhoria das *Estratégias Nacionais* da CDB, a partir de ações de *Comunicação, Educação e Consciência Pública*. Conforme analisam os autores da *caixa de ferramentas*, a temática da biodiversidade é desafiadora para todos os grupos sociais e depende, não somente de circulação de informação científica. Ou seja, dados técnicos sistematizados pelos especialistas no tema, precisam ser apresentados em linguagem adequada para que sejam compreendidos por variados tipos de públicos.

Na perspectiva de Hesselink *et al* (2007), somente por meio de ações desenvolvidas em cooperação entre diversos grupos sociais será possível reduzir a perda de biodiversidade e colocar em prática as *ENBPAs*. Nesse sentido, a comunicação, a educação e a consciência pública desempenham um papel central na articulação dos diferentes atores sociais para que sejam promovidas as mudanças necessárias. Esse movimento, segundo argumentam os autores, é essencial, diante da natureza multissetorial que envolve a problemática da biodiversidade e, ainda, da extensa e fragmentada rede de planos de ação com distintos departamentos responsáveis por partes separadas do problema. Ou seja, é preciso agir em cooperação para enfrentar a falta de integração existente nos órgãos públicos, nas instituições de pesquisa e outras organizações em geral.

Como será discutido a seguir, o reconhecimento dos desafios relacionados ao tema é parte também das políticas públicas brasileiras, que, dentre tantos mecanismos para impulsionar o processo de tomada de decisão, também consideram a relevância das ações de comunicação, educação e consciência pública.

7.1.As políticas ambientais brasileiras de conservação da biodiversidade e o reconhecimento da importância da comunicação

Conforme anteriormente discutido, a *Política Nacional de Biodiversidade (PNB)* representa o primeiro grande desdobramento da CDB no Brasil, tendo sido inspirada na legislação brasileira, sobretudo na *Constituição Federal* de 1988 e na *Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)*, mas, principalmente, nos princípios dessa *Convenção*, conforme expresso no conteúdo a seguir:

Os princípios estabelecidos neste Anexo derivam, basicamente, daqueles estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Declaração do Rio, ambas de 1992, na Constituição e na legislação nacional vigente sobre a matéria.

O objetivo geral da PNB também está integralmente alinhado aos objetivos da CDB:

A Política Nacional de Biodiversidade tem como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

De forma a ampliar os espaços de participação social no processo de tomada de decisão sobre o tema, no seu artigo 1º, foi estabelecido que a *Política Nacional de Biodiversidade* será implementada com “*a participação dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, e da sociedade civil*”.

No sentido de enfrentamento dessa questão desafiadora, em relação aos sete componentes da PNB, foram selecionados, a seguir, os que se referem às temáticas de acesso à informação e educação (1: “Conhecimento da Biodiversidade” e 6: “Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade”):

I - Componente 1 - Conhecimento da Biodiversidade: congrega diretrizes voltadas à geração, sistematização e disponibilização de informações que permitam conhecer os componentes da biodiversidade do país e que apoiem a gestão da biodiversidade, bem como diretrizes relacionadas à produção de inventários, à realização de pesquisas ecológicas e à realização de pesquisas sobre conhecimentos tradicionais;

VI - Componente 6 - Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade: define diretrizes para a educação e sensibilização pública e para a gestão e divulgação de informações sobre biodiversidade, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, no respeito à conservação da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

Especificamente sobre o componente 6 da PNB (Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade) há objetivos gerais, específicos, além de diretrizes que devem ser amplamente conhecidos, sobretudo pelos tomadores de decisão em diferentes segmentos. O objetivo geral do Componente 6 da PNB está assim expresso:

Sistematizar, integrar e difundir informações sobre a biodiversidade, seu potencial para desenvolvimento e a necessidade de sua conservação e de sua utilização sustentável, bem como da repartição dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, nos diversos níveis de educação, bem como junto à população e aos tomadores de decisão.

E este é reforçado pela primeira diretriz que estabelece:

Desenvolvimento de sistema nacional de informação e divulgação de informações sobre biodiversidade.

Nos objetivos específicos do componente 6 são mencionadas as seguintes prioridades, relacionadas, em geral, à necessidade de criação de estrutura para o conhecimento sobre a biodiversidade e a sua difusão para os diversos grupos sociais:

15.1.1. Difundir informações para todos os setores da sociedade sobre biodiversidade brasileira.

15.1.2. Facilitar o acesso à informação e promover a divulgação da informação para a tomada de decisões por parte dos diferentes produtores e usuários de bens e serviços advindos da biodiversidade.

15.1.3. Instituir e manter permanentemente atualizada uma rede de informação sobre gestão da biodiversidade, promovendo e facilitando o acesso a uma base de dados disponível em meio eletrônico, integrando-a com iniciativas já existentes.

15.1.4. Identificar e catalogar as coleções biológicas (herbários, coleções zoológicas, de microrganismos e de germoplasma) existentes no país, seguida de padronização e integração das informações sobre as mesmas.

15.1.5. Mapear e manter bancos de dados sobre variedade locais, parentes silvestres das plantas nacionais cultivadas e de cultivares de uso atual ou potencial.

15.1.6. Instituir e implementar mecanismos para facilitar o acesso às informações sobre coleções de componentes da biodiversidade brasileira existentes no exterior e, quando couber, a repatriação do material associado à informação.

15.1.7. Apoiar e divulgar experiências de conservação e utilização sustentável da biodiversidade, inclusive por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, quando houver consentimento destes e desde que sejam resguardados os direitos sobre a propriedade intelectual e o interesse nacional.

15.1.8. Divulgar os instrumentos econômicos, financeiros e jurídicos voltados para a gestão da biodiversidade.

15.1.9. Organizar, promover a produção, distribuir e facilitar o acesso a materiais institucionais e educativos sobre biodiversidade e sobre aspectos étnicos e culturais relacionados à biodiversidade.

15.1.10. Promover a elaboração e a sistematização de estudos de casos e lições aprendidas quanto à gestão sustentável da biodiversidade.

15.1.11. Criar mecanismos de monitoramento da utilização de dados, do acesso às redes de bancos de dados e dos usuários dessas redes, visando à repartição dos benefícios oriundos do uso das informações disponíveis na rede.

15.1.12. Promover e apoiar programas nacionais de publicações científicas sobre temas referentes à biodiversidade, e incentivar a valorização das publicações nacionais relativas à diversidade biológica das instituições ligadas à pesquisa e ao ensino.
(Objetivos Específicos do Componente 6 da PNB)

Quanto à segunda diretriz, focada em sensibilização pública, a orientação se refere à realização de programas e campanhas que tenham como mote a importância socioeconômica e ambiental da biodiversidade. Nos seus objetivos específicos, apresentados a seguir, estão elencados os principais segmentos sociais que devem ser envolvidos nas atividades, incluindo os jornalistas:

15.2.1. Promover e apoiar campanhas nacionais, regionais e locais para valorização e difusão de conhecimentos sobre a biodiversidade, ressaltando a importância e o valor da heterogeneidade dos diferentes biomas para a conservação e para a utilização sustentável da biodiversidade.

15.2.2. Promover campanhas nacionais de valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade.

15.2.3. Promover campanhas junto aos setores produtivos, especialmente os setores agropecuário, pesqueiro e de exploração mineral, e ao de pesquisas sobre a importância das reservas legais e áreas de preservação permanentes no processo de conservação da biodiversidade.

15.2.4. Criar novos estímulos, tais como prêmios e concursos, que promovam o envolvimento das populações na defesa das espécies ameaçadas e dos biomas submetidos à pressão antrópica, levando-se em consideração as especificidades regionais.

15.2.5. Promover e apoiar a sensibilização e a capacitação de tomadores de decisão, formadores de opinião e do setor empresarial quanto à importância da biodiversidade.

15.2.6. Estimular a atuação da sociedade civil organizada para a condução de iniciativas em educação ambiental relacionadas à biodiversidade.

15.2.7. Divulgar informações sobre conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, quilombolas e outras de comunidades locais e sua importância na conservação da biodiversidade, quando houver consentimento destes.

15.2.8. Sensibilizar povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais sobre a importância do conhecimento que detêm sobre a biodiversidade, possibilitando ações de conservação, de utilização sustentável da biodiversidade e de repartição dos benefícios decorrentes do uso dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

15.2.9. Divulgar a importância da interação entre a gestão da biodiversidade e a saúde pública.

15.2.10. Promover sensibilização para a gestão da biodiversidade em áreas de uso público.

15.2.11. Desenvolver, implementar e divulgar indicadores que permitam avaliar e acompanhar a evolução do grau de sensibilização da sociedade quanto à biodiversidade.

15.2.12. Promover a integração das ações de fiscalização do meio ambiente com programas de educação ambiental, no que se refere à biodiversidade.

15.2.13. Promover cursos e treinamentos para jornalistas sobre conceitos de gestão da biodiversidade.
(Segunda Diretriz do Componente 6 da PNB)

O enfoque pedagógico, com atividades destinadas a todos os níveis de ensino, é apresentado na terceira diretriz que trata da incorporação de temas relativos à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade na educação. Seus objetivos específicos são:

15.3.1. Fortalecer o uso do tema biodiversidade como conteúdo do tema transversal meio ambiente proposto por parâmetros e diretrizes curriculares nas políticas de formação continuada de professores.

15.3.2. Promover articulação entre os órgãos ambientais e as instituições educacionais, para atualização contínua das informações sobre a biodiversidade.

15.3.3. Introduzir o tema "biodiversidade" nas atividades de extensão comunitária.

15.3.4. Incorporar na educação formal os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e da etnobiodiversidade, atendendo ao princípio da educação diferenciada para povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

15.3.5. Estimular parcerias, pesquisas e demais atividades entre universidades, organizações não-governamentais, órgãos profissionais e iniciativa privada para o aprimoramento contínuo dos profissionais de educação.

15.3.6. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais de educação ambiental, no que se refere à biodiversidade.

15.3.7. Promover a capacitação dos técnicos de extensão rural e dos agentes de saúde sobre o tema "biodiversidade".

15.3.8. Promover iniciativas para articulação das instituições envolvidas com educação ambiental (instituições de ensino, de pesquisa, de conservação e da sociedade civil) em uma rede de centros de educação ambiental, para tratar do tema "biodiversidade".

15.3.9. Estabelecer a integração entre os ministérios e os demais órgãos de governo para a articulação das políticas educacionais de gestão da biodiversidade.

15.3.10. Fortalecer a Política Nacional de Educação Ambiental.

(Terceira Diretriz do Componente 6 da PNB)

Como observado nas informações destacadas, no âmbito da *Política Nacional de Biodiversidade*, o Brasil já reconhece a importância das estratégias de comunicação, educação e sensibilização pública como questões centrais para o alcance dos êxitos esperados. Outras políticas públicas também buscaram incorporar esse direcionamento com o objetivo de ampliar a percepção da opinião pública para os problemas e para as suas potenciais soluções. A evolução desse processo e os principais desafios institucionais que envolvem esse enfoque específico continuarão sendo discutidos nas páginas a seguir.

7.2.SNUC: política pública norteadora para a proteção da natureza no Brasil

Ainda que não represente um desdobramento direto da *CDB*, uma vez que começou a ser debatido muito antes da assinatura dessa Convenção, o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC* (BRASIL, 2000), considerado uma das principais políticas públicas brasileiras de proteção da natureza, incorporou elementos e recebeu inspirações desse tratado internacional. (PRATES & IRVING, 2015)

No artigo 5º, por exemplo, que apresenta as 13 diretrizes do SNUC, é possível observar inspirações da *CDB*, sobretudo, nas que ressaltam a importância de participação da sociedade nos processos de criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil.

De acordo com Saito (2004), como arcabouço legal que passou a nortear a criação, a implementação e a gestão de UCs no Brasil, o SNUC, reúne, em seu conteúdo, parte da filosofia do movimento preservacionista, que defende a criação das UCs de proteção integral – categoria que não permite o uso direto dos recursos naturais, entre as quais, se incluem os Parques Nacionais. Essa legislação incorporou, ainda, parte do pensamento conservacionista, que apoia as UCs de uso sustentável, nas quais é possível a utilização dos recursos naturais, a partir de regras pactuadas e planejadas com as comunidades locais.

Ainda que, globalmente, seja considerada dentre as principais ferramentas de gestão destinadas ao enfrentamento da perda de biodiversidade, a criação de unidades de conservação envolve um debate complexo. Historicamente, essa temática tem suscitado amplas reflexões no plano acadêmico e no campo de políticas públicas, bem

como inúmeras controvérsias no âmbito da atuação dos movimentos sociais e ambientalistas, como discutem Medeiros *et al* (2004).

Embora não seja objetivo desta tese discutir amplamente a questão que envolve a gestão de unidades de conservação é importante ressaltar alguns aspectos centrais relacionados a essa temática e apresentar algumas percepções de autores que têm se dedicado a esse debate.

Nesse sentido, Bensusan (2006) destaca que, historicamente, a trajetória de criação de unidades de conservação tem sofrido mudanças. A autora observa que, ao longo do tempo, inúmeras têm sido as visões dos grupos sociais sobre a importância desses espaços, incluindo desde o entendimento de que deveriam funcionar para suprimento de recursos naturais; passando a ser considerados locais sagrados, ou de belezas cênicas para contemplação humana; até ser encarados, como instrumentos de conservação de espécies de plantas, animais ou mesmo de paisagens. Mais recentemente, têm sido valorizados como parte de uma estratégia mais ampla, voltada à conservação dos processos geradores e mantenedores da biodiversidade.

Mas, ainda segundo a autora, como parte da evolução desse debate, tem se ampliado o entendimento de que alcançar resultados significativos de manutenção da biodiversidade, requer mais do que a criação de espaços protegidos legalmente. O tema vem exigindo novos olhares sobre grandes controvérsias como o uso da terra e dos recursos naturais no contexto onde as UCs estão inseridas. Essa perspectiva, por sua vez, tem se refletido em questionamentos da sociedade sobre políticas públicas dirigidas a essa problemática. Nesse contexto, alguns pesquisadores de referência como Diegues (1996) e Medeiros *et al* (2004) analisam, em profundidade, as principais interfaces que envolvem essa discussão⁴⁴.

Diante desses desafios, ainda que valorize o papel estratégico das Unidades de Conservação, a própria *Convenção sobre Diversidade Biológica* reconhece que as soluções de conservação e uso sustentável da biodiversidade dependem do envolvimento de todos os segmentos sociais. Para tal, esse marco orienta que devem ser ampliadas as ações de comunicação, educação e sensibilização pública.

Mas vale ressaltar, ainda, que o texto do *SNUC* não menciona, especificamente, a implementação de estratégias de comunicação, educação e sensibilização pública,

⁴⁴ Em *O mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 1996) e em *A Proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção* (MEDEIROS *et al*, 2004) é possível ampliar o entendimento sobre essa temática complexa.

conforme recomenda a *CDB*. No entanto, se esta pode ser interpretada como uma possível falha, levando em consideração a relevância desse arcabouço brasileiro de proteção da natureza, uma oportunidade de preenchimento dessa lacuna surgiu com a criação do *Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP* (BRASIL, 2006), que será discutido no contexto apresentado a seguir.

7.3.PNAP: política pública como desdobramento do SNUC e dos compromissos da CDB

Assim como ocorreu com a *Política Nacional de Biodiversidade (PNB)*, já mencionada anteriormente, a criação do *PNAP* também representa um compromisso do governo brasileiro como signatário da *CDB* e visa o fortalecimento do *SNUC*. Nesse sentido, seu conteúdo expressa, claramente, as inspirações dessa *Convenção*, conforme ilustrado a seguir:

Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção Sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998;

Considerando que o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais para as áreas protegidas é um dos principais compromissos assumidos pelos países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando que o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica prevê o desenvolvimento de estratégias para estabelecer sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, conforme o disposto no Anexo a esse Decreto. (BRASIL, 2006, p. 1)

No sentido de incentivar o protagonismo social nos debates sobre as questões relacionadas às áreas protegidas – um dos pontos centrais do *SNUC* – o *PNAP* destaca, entre os seus 26 Princípios, “a garantia de disponibilidade das informações e a facilitação de seu acesso à sociedade” e ainda “a garantia de ampla divulgação e acesso público às informações relacionadas às áreas protegidas”.

No âmbito do *PNAP* foi assegurado o compromisso de se desenvolver ações de comunicação e educação visando o fortalecimento da participação e do controle social sobre o *SNUC*.

Nesse sentido, o *PNAP* possui quatro eixos temáticos: 1) Planejamento, Fortalecimento e Gestão; 2) Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios; 3) Capacidade Institucional; e 4) Avaliação e Monitoramento. As questões de facilitação de acesso à informação constam do eixo 3, no qual estão expressos os seguintes objetivos e estratégias:

Objetivo Geral: Fortalecer a comunicação, a educação e a sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC;

Objetivos Específicos:

- a) estabelecer e implementar a estratégia nacional de educação ambiental, formação e qualificação para a participação e controle social sobre as unidades de conservação;
- b) estabelecer e implementar a estratégia nacional de comunicação, divulgação e sensibilização sobre as unidades de conservação; e
- c) implantar e fortalecer o Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

Estratégias:

- a) realizar intercâmbios e outras formas de integração entre diferentes experiências no tema educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;
- b) realizar campanhas de divulgação das estratégias bem sucedidas sobre os temas educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;
- c) monitorar e avaliar os impactos dos programas de comunicação, educação e sensibilização pública para as unidades de conservação;
- d) potencializar o espaço de comunicação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, divulgando-o e disponibilizando-o para a sociedade;
- e) monitorar e avaliar o funcionamento do Fórum Nacional de Áreas Protegidas;
- f) articular o Fórum Nacional de Áreas Protegidas aos espaços públicos socioambientais já existentes;
- g) promover programas de educação ambiental que viabilizem o acesso às informações e o entendimento da importância e dos benefícios das unidades de conservação e das zonas de exclusão de pesca;
- h) divulgar e disseminar os benefícios advindos das unidades de conservação costeiras e marinhas para a gestão pesqueira;
- i) promover campanhas de sensibilização nos diversos setores de governo sobre a importância social, ambiental e econômica das unidades de conservação e de zonas de exclusão de pesca;
- j) propor a incorporação do tema unidades de conservação e outras áreas protegidas aos currículos escolares formais. (BRASIL, 2006)

7.4.ENCEA, estratégia de comunicação e educação desconhecida da gestão pública

Com o intuito de fomentar iniciativas facilitadoras do acesso à informação sobre as unidades de conservação brasileiras, promover o diálogo com os diversos grupos sociais, além de ações educativas a respeito do tema, foi construída no âmbito do *PNAP*, a *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de*

Conservação (ENCEA), lançada em 2011, pelo *Ministério do Meio Ambiente* e pelo *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)*, depois de um longo processo de debate iniciado em 2006. Possui dois objetivos e cinco diretrizes (das quais a quinta diretriz se desdobra em 11 tópicos).

Conforme destacado a seguir, essa *Estratégia Nacional* pretende sensibilizar todos os segmentos sociais, sobretudo a mídia, a respeito da importância dessa temática:

OBJETIVOS DA ENCEA

Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em UCs, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno;

Promover a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o diálogo entre os diferentes atores e instituições envolvidos.

DIRETRIZES

Diretriz 1: Fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental;

Diretriz 2: Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de UCs;

Diretriz 3: Estímulo à inserção das UCs como temática no ensino formal;

Diretriz 4: Inserção das UCs como temática nos processos educativos não-formais;

Diretriz 5: Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às UCs e estímulo à práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

5.1 Promover formações em gestão da comunicação para gestores de UC.

5.2 Incentivar o estabelecimento de processos educomunicativos junto às comunidades locais nas UCs, visando refletir sobre benefícios, desafios e conflitos presentes na criação e gestão dessas áreas através de meios de comunicação comunitários.

5.3 Estabelecer um plano de comunicação para a UC de forma participativa e colaborativa através da troca de informações entre os públicos;

5.4 Mapear e analisar os meios de comunicação da região das UCs, com a participação comunitária no Plano de Comunicação.

5.5 Elaborar e implementar estratégias de comunicação e EA que valorizem a troca de saberes; integrando a ciência ao conhecimento local e saberes tradicionais.

5.6 Criar canais de comunicação no âmbito das UC para fomentar troca de experiências e integrar projetos e iniciativas de gestão ambiental.

5.7 Implantar programas de inclusão digital junto às comunidades favorecendo a troca de experiências e produção local de informações;

5.8 Realizar eventos com os meios de comunicação, visando incentivar e qualificar a abordagem da temática ambiental nos mesmos.

5.9 Pautar temas ambientais junto aos meios de comunicação;

5.10 Promover campanhas educativas sobre diferentes aspectos relacionados à criação e gestão de UC.

5.11 Criar e incentivar mecanismos de difusão de pesquisas científicas produzidas nas UC, de forma acessível ao público em geral.

(Diretrizes da ENCEA)

De forma a promover, de fato, a participação social na implementação dessa *Estratégia Nacional*, em 2013, durante a realização do *VI Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social (VI SAPIS)*, realizado em setembro daquele ano, em Belo Horizonte, participantes do evento decidiram, como parte das suas deliberações finais, criar o *Observatório de Acompanhamento da ENCEA*⁴⁵. Nesse sentido, é possível perceber como o tema desperta o interesse das organizações sociais que, por sua vez, sinalizam com a intenção de estabelecer um Plano de Ação com objetivo de monitorar os passos de execução dessa iniciativa governamental e se apropriar dos avanços que estão explícitos no seu conteúdo.

Coincidentemente, em setembro de 2013, a *ENCEA* também foi tema de debate no *Workshop Áreas Protegidas: Subjetividades, Comunicação e Turismo*⁴⁶, realizado na *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*, no âmbito do *Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS)*. Durante o evento, que reuniu cerca de 100 participantes representantes de órgãos da gestão pública e da academia, além de profissionais de comunicação, foi reconhecido pelos debatedores que, apesar da importância das diretrizes da *ENCEA*, ainda faltava disseminá-las mais amplamente para a coletividade.

Também foi ressaltada a necessidade de inserção dos direcionamentos *dessa Estratégia Nacional* na realidade prática da gestão de UCs no Brasil. A criação do *Observatório de Acompanhamento da ENCEA*, mencionado anteriormente, representa um sinal claro da inquietação de vários segmentos sociais em relação a essa temática.

Vale ressaltar, ainda, que o *workshop* mencionado foi realizado por demanda apresentada durante as deliberações do Seminário *Desafios para o Turismo em Parques do Rio de Janeiro*⁴⁷, também sob a coordenação do GAPIS. Na ocasião, os participantes

⁴⁵ Na Carta de Belo Horizonte, assinada em 19 de setembro de 2013, foi informada a criação do Observatório de Acompanhamento da ENCEA, com a participação da sociedade civil, poder público e instituições acadêmicas.

⁴⁶ O *Workshop Áreas protegidas: Subjetividades, comunicação e turismo* foi uma iniciativa do Observatório de Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (OBSAPIS) do Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS/UFRJ/CNPq). O evento, realizado em março de 2013 na UFRJ, foi concebido no escopo dos Projetos FAPERJ *Turismo em Parques do Estado do Rio de Janeiro e Áreas Protegidas, Subjetividades, Comunicação e Turismo*.

⁴⁷ O evento foi realizado no dia 07 de março de 2013, no Campus da Praia Vermelha da UFRJ, com apoio da FAPERJ, no âmbito do *Projeto Dinâmica Socioeconômica, Subjetividades e Institucionalidades na Gestão de Parques Estaduais do Rio de Janeiro*. O seminário reuniu mais de 100 participantes, entre gestores e profissionais de parques federais, estaduais e municipais, além de dirigentes de órgãos públicos (ICMBio, INEA e Prefeitura do Rio de Janeiro), pesquisadores, estudantes, entre outros públicos envolvidos com a temática discutida.

identificaram a temática da comunicação como uma das principais ações prioritárias para a gestão de Unidades de Conservação e sugeriram a realização de um evento específico para debate do tema. Nesse sentido, é possível perceber, mais uma vez, a relevância social dessa questão, o interesse que tem despertado em diferentes públicos e o engajamento cada vez maior da academia no debate.

Outro exemplo de interesse no aprofundamento do tema, e, ao mesmo tempo, sobre o desafio que representa a implementação de estratégias de comunicação e educação para a efetiva gestão participativa em Unidades de Conservação é parte central da discussão proposta por Menezes (2014).

A partir da apresentação de exemplos de projetos educacionais que se utilizaram de ferramentas comunicativas em três UCs no Sul da Bahia⁴⁸, a autora ressalta a viabilidade das diretrizes expressas na *ENCEA* e defende que essas precisam ser incentivadas, na prática, pela gestão pública.

Para a autora, o acesso à informação representa uma questão primordial no que se refere ao envolvimento dos atores sociais na gestão de UCs, questão central em políticas públicas como o *SNUC* e o *PNAP*. Segundo discute:

Em instâncias participativas no universo da gestão de unidades de conservação, se exige dos atores sociais envolvidos - principalmente as comunidades dentro ou no entorno das áreas protegidas - um grau de envolvimento que depende de organização coletiva e de entendimento de conceitos que envolvem a gestão ambiental da unidade. Essa organização depende de vários fatores (sociais, culturais, econômicos e políticos), e o acesso à informação é um fator que interfere tanto na organização coletiva, quanto na interação entre os atores sociais e o órgão gestor de uma unidade de conservação. (MENEZES, 2014, p.5)

Em diagnóstico que realizou junto às populações envolvidas com os projetos educacionais desenvolvidos no Sul da Bahia, conforme anteriormente mencionado, a autora identificou alguns problemas de qualidade no fluxo de informações e nos processos de comunicação. Foram mencionados, nesse sentido, fatores como o baixo aproveitamento de veículos de comunicação como o rádio, a falta de diálogo entre gestores e lideranças comunitárias que deixavam de ser informadas sobre questões de interesse coletivo, como as reuniões dos conselhos consultivos das unidades, além da

⁴⁸ As UCs na Bahia, onde os projetos foram desenvolvidos são: Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Parque Nacional do Descobrimento, em Prado, além do Parque Nacional do Pau Brasil, em Porto Seguro.

ausência de retorno sobre pesquisas realizadas e o desconhecimento sobre instrumentos de gestão das UCs.

A autora reforça ainda que o acesso à informação constitui uma questão primordial à facilitação do diálogo dos interlocutores sociais com os representantes das instituições públicas. No entanto, o êxito nas estratégias de comunicação e de educação vai além do acesso à informação, conforme ilustra em trecho em destaque a seguir:

O grande desafio da comunicação para a gestão participativa, que percebi nas consultorias realizadas, é o de garantir que a população tenha acesso a informações ambientais, interagindo com essas informações, dialogando com os órgãos públicos e construindo um conhecimento que favoreça a gestão participativa, mas em processo de diálogo, e não simplesmente de convencimento ou de conscientização. Ou seja, garantir uma boa comunicação. E no caso do universo das unidades de conservação, qual é essa comunicação que se pratica? E mais: o que *essa comunicação tem a ver com educação ambiental?* (MENEZES, 2014, p.8)

A partir de uma discussão sobre as interfaces ente comunicação e educação, eixos centrais da *ENCEA*, a autora reafirma a relevância da educomunicação.⁴⁹ Nas experiências pontuais que desenvolveu, Menezes (2014) avalia que, a partir de enfoques que interessavam aos atores sociais envolvidos nas atividades, essa alternativa adotada promoveu resultados positivos quanto à melhoria do acesso à informação, à apropriação de processos e à facilitação do diálogo.

Ainda que reconheça o esforço empreendido para a construção da *ENCEA*, estratégia que considera um avanço e uma importante sinalização de entendimento sobre a relevância da comunicação e da educação no âmbito das políticas públicas de conservação da biodiversidade, a autora reflete que, as suas diretrizes ainda não se incorporaram, na prática, pelo *ICMBio*, órgão que participou da sua construção. “*Nem todo gestor conhece o que é este documento e também não foram criados, até o momento, mecanismos que possibilitem a sua adoção em processos de gestão participativa*” (p.14).

Nesse sentido, para a autora, a questão deve ser equacionada no âmbito dos departamentos de educação ambiental de órgãos como o *IBAMA*, o *ICMBio* e do próprio *MMA*, que por meio de instruções normativas, cursos, entre outras iniciativas podem contribuir para que os gestores públicos e os grupos sociais, em geral, se apropriem das

⁴⁹ Conceito que se utiliza de ferramentas de comunicação para fortalecer processos educativos, que ganhou força entre as décadas de 1970 e 1980, a partir de grandes pensadores com o educador Paulo Freire, entre outros.

diretrizes da *ENCEA*. No que se refere sobretudo à academia, a sugestão de Menezes é para que sejam criados indicadores que contribuam para medir o impacto de ações de comunicação e educação geradas por essa *Estratégia Nacional*.

No sentido de evidenciar ainda mais como a questão do fortalecimento da comunicação representa um grande desafio para a gestão pública, vale ressaltar que em junho de 2004, o *Ministério do Meio Ambiente* havia instituído o *Fórum Nacional de Áreas Protegidas (FNAP)*⁵⁰, com objetivo de atrair os grupos sociais, via *web* e por intermédio de eventos presenciais, para tomar parte nas discussões e, acompanhar, a elaboração das diretrizes do *PNAP* que estavam em construção. Com o intuito de gerar um processo participativo, a ideia foi de transformar o *Fórum* em canal de diálogo social permanente e também em etapas posteriores, a partir da implementação do *PNAP*.

Apesar dos esforços empreendidos e da inovação sinalizada por essa proposta, o *Fórum Nacional de Áreas Protegidas* não conseguiu alcançar os objetivos de mobilizar os interlocutores sociais e despertar o interesse dos meios de comunicação para os temas de construção do *PNAP*, devido a uma série de limitações como falta de recursos financeiros e humanos, entre outras. Essa constatação foi um dos resultados verificados pela pesquisa de mestrado desenvolvida por Oliveira (2007), na qual foram realizadas 24 entrevistas com jornalistas e interlocutores sociais participantes do *Fórum*, além de um amplo levantamento documental sobre a iniciativa.

Nesse sentido, vale ressaltar, mais uma vez, como são desafiadoras as questões de ações concretas de comunicação e mobilização social pelos órgãos da gestão pública, diretamente envolvidos com a temática de conservação da biodiversidade.

Não por acaso, a *Agenda 21 Global*, documento já mencionado anteriormente, dedica o capítulo 40 ao tema “*Informação para a tomada de decisões*” no qual reforça que o acesso à informação deve permear todos os segmentos sociais, em escalas individual e coletiva.

O documento orienta sobre os caminhos que devem ser seguidos para que as informações necessárias sejam coletadas, sistematizadas e disponibilizadas para todos

⁵⁰ O Fórum Nacional de Áreas Protegidas era composto por um presidente, um coordenador, além de um secretário executivo, e três Grupos de Trabalho (GTs) divididos em Gestão Participativa, Monitoramento da Biodiversidade e Sustentabilidade Econômica. Esses GTs eram formados por dois coordenadores técnicos e uma comissão técnico-científica, no sentido de gerar documentos técnicos, sobre os temas mencionados, em apoio à implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Para promover a participação da sociedade nas discussões voltadas à construção das estratégias do PNAP, bem como a sua implementação, a interface virtual do Fórum foi hospedada na página eletrônica do MMA, onde os interessados podiam se cadastrar para acompanhar o debate. (OLIVEIRA, 2007)

os segmentos sociais. Há um reconhecimento, no âmbito desse marco global, de que já “*existe uma riqueza de dados e informações que pode ser utilizada para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável*”. No entanto, “*encontrar a informação adequada no momento preciso e na escala pertinente de agregação é uma tarefa difícil*”, percepção que mais uma vez reforça os desafios associados a essa temática, tanto para os órgãos da gestão pública, como para os meios de comunicação.

Mas, da mesma forma que pode haver abundância de informações disponíveis, ainda é reconhecida no mesmo capítulo que, há situações em que a falta de recursos generalizados pode comprometer o gerenciamento de todo o processo comunicativo.

Foi com base na importância de todas essas informações e análises que esta tese se construiu. E na perspectiva de aprofundamento sobre o tema, possibilitado pela pesquisa bibliográfica e documental, algumas constatações se tornaram possíveis.

Nesse sentido, se observou principalmente que, embora o governo brasileiro tenha construído o *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)*, influenciado diretamente pela *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, este não foi realmente implementado, ainda, conforme informações apresentadas em referências bibliográficas recentes. Da mesma forma, outras políticas nacionais de referência para a conservação da biodiversidade pesquisadas, não sinalizam com um processo de implementação integrada.

Nessa perspectiva, conforme ressaltado por Prates & Irving (2015), por meio de uma *Auditoria Operacional* realizada em 2012, o *Tribunal de Contas da União (TCU)* concluiu que o *SNUC* não vinha sendo coordenado de forma integrada, apesar de ter sido admitido, também, que avanços eram percebidos no que se referia à gestão de Unidades de Conservação, após a criação do *ICMBIO*.

Ainda segundo informado pelas autoras mencionadas, o relatório do *TCU* também havia recomendado a implementação do *PNAP* pela gestão pública federal, processo considerado fundamental pelas pesquisadoras para apoiar o governo brasileiro no alcance de metas pactuadas no âmbito da *CDB*, na condição de signatário.

Diante de resultados como a não implementação do *PNAP* pela gestão pública, conforme planejamento estabelecido, cabe ressaltar, ainda, que a *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA)*, associada a este Plano governamental, ainda que venha desenvolvendo ações pontuais⁵¹,

⁵¹ Em relatório publicado em 2015 foram sistematizadas 73 experiências de educação ambiental e comunicação, em 50 unidades de conservação federais brasileiras. Nesta publicação, foram apresentadas

conforme informações oficiais disponíveis sobre o seu andamento (MMA, 2015), permanece sem ser amplamente conhecida e internalizada, no âmbito da gestão pública.

Nesse sentido vale ressaltar que, na perspectiva de Prates & Irving (2015), embora o Brasil seja reconhecido pelo avançado arcabouço legal na área ambiental, com ênfase na conservação da biodiversidade, nem sempre os instrumentos de políticas públicas dirigidas a essa temática são implementados de fato. Tal realidade tende a sinalizar com a falta de integração necessária entre os órgãos da gestão pública que coordenam as ações planejadas.

Em contrapartida, tendem a expressar, ainda, uma espécie de confronto de interesses na própria esfera pública envolvendo de um lado, prioridades relacionadas à conservação da biodiversidade e, por outro, estratégias desenvolvimentistas associadas aos investimentos governamentais.

Parece importante não perder de vista esta perspectiva das contradições, discutidas até então, para que se possa acompanhar o desenrolar das narrativas que se apresentam nos capítulos a seguir, nos quais se discute os resultados desta pesquisa. Esses elementos, associados a outros incorporados às abordagens da cobertura jornalística analisada, podem lançar mais luzes ao debate sobre essa temática complexa.

algumas recomendações para que sejam alcançados avanços na internalização das diretrizes da ENCEA na gestão pública. A primeira orientação sinaliza com algumas necessidades centrais ao êxito dessa Estratégica Nacional: “*Estímulo institucional à sistematização das experiências de educação ambiental e comunicação das UC, de preferência de modo padronizado, transparente e acessível para acompanhamento e avaliação periódica.*” (MMA, 2015)

8. COMO A AGENDA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SE EXPRESSA NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A RIO-92: UMA ABORDAGEM SOBRE AVANÇOS, CONTROVÉRSIAS E DILEMAS

“[...] Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos. Toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas aí [...]” (LATOUR, 1994, p.8)

Este capítulo está dividido em três partes, nas quais são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida, a partir da análise da cobertura jornalística sobre o tema da conservação da biodiversidade, em 1992, ano de realização da *Rio-92*. Essa leitura crítica teve como base a seleção de 267 notícias, publicadas de janeiro a junho daquele ano, no jornal impresso selecionado para este mapeamento.

A primeira parte apresenta uma contextualização sobre como a agenda temática da conferência foi pouco abordada nos primeiros meses do ano na cobertura jornalística analisada. Nesta retrospectiva se discute, ainda, como as questões operacionais, incluindo a preparação da cidade para sediar a conferência, bem como os problemas associados a essa fase de organização do evento, foram preponderantes no noticiário. O cenário de crise política e econômica também é abordado nesse conteúdo introdutório.

Já na segunda parte do capítulo são destacadas as principais *controvérsias* associadas à agenda da *Rio-92*, um debate que envolveu diversos atores e múltiplos interesses. Se discute, ainda, como a pauta da *CDB*, um assunto que parecia quase “invisível”, antes da realização da conferência, se transformou em uma das principais abordagens no noticiário diário sobre os desdobramentos do grande evento.

Na terceira e última parte deste capítulo se introduz os principais *enquadramentos* observados nas notícias analisadas sobre a agenda da conservação da biodiversidade. Nesse sentido, se discute as angulações mais recorrentes no noticiário pesquisado e, em que medida, essa temática específica foi influenciada pela realização da *Rio-92*.

8.1.A agenda verde entre as crises econômica e política: os desafios que antecederam à realização da conferência

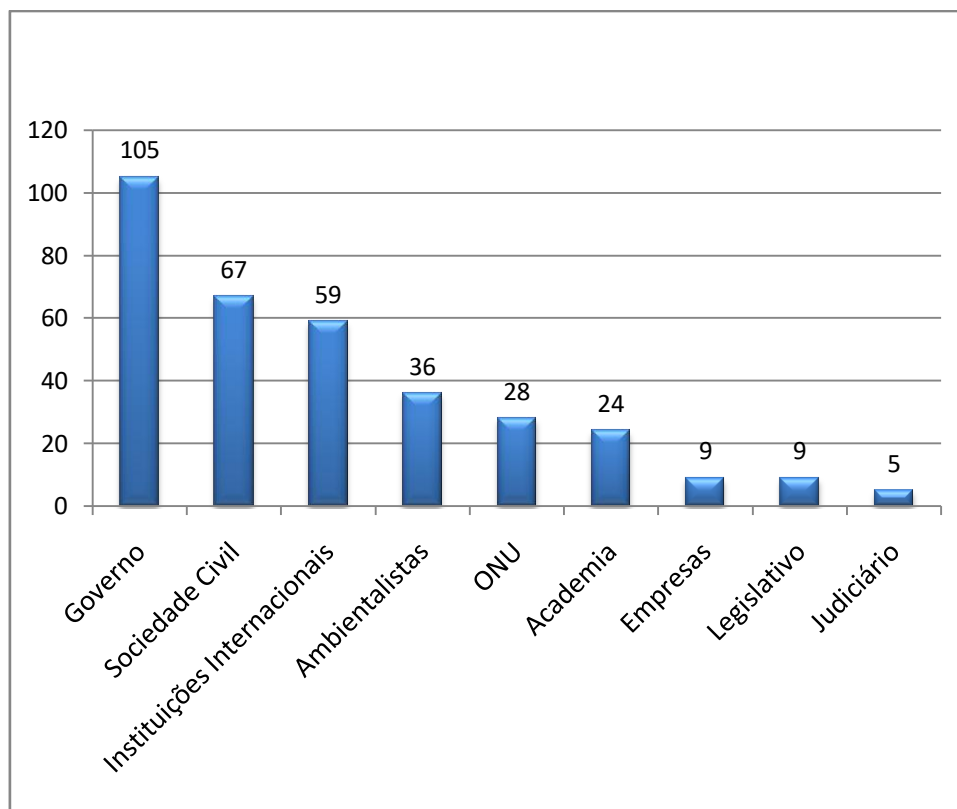
As primeiras notícias divulgadas em 1992 já sinalizavam que a *Rio-92*, aquela que ficaria marcada como a mais importante conferência ambiental mundial, vinha sendo organizada em um contexto de crise financeira internacional. Esse fio condutor se desenrola ao longo de toda a cobertura jornalística discutida neste capítulo, dividido entre o noticiário de conquistas inegáveis, em um momento histórico altamente favorável ao debate das questões relacionadas à conservação da biodiversidade, e, ao mesmo tempo, alguns problemas que inviabilizariam mais avanços.

O Brasil como anfitrião do grande evento, enfrentava inúmeras dificuldades para “arrumar a casa” e, quase às vésperas da realização do grande evento, muitas pendências vinham sendo noticiadas. Sob a ótica da cobertura jornalística, se expressam, assim, os avanços, os dilemas e as inúmeras contradições que começam a ser discutidas, nas páginas a seguir, a partir de uma contextualização sobre os temas que foram gradativamente conquistando mais espaços diariamente nos meses que antecederam à realização da *Rio-92*.

Porém, antes de iniciar a abordagem introdutória sobre o desenrolar dos principais acontecimentos divulgados, se considera importante apresentar quais foram as “vozes” mais presentes no debate que se expressou a partir das páginas diárias de notícias analisadas sobre a conferência, no recorte proposto por esta tese.

Com base nos números sistematizados e apresentados a seguir, se observa que, de um total de 267 matérias analisadas, publicadas entre os meses de janeiro e junho de 1992, (APÊNDICE E), as fontes de informações governamentais foram preponderantes. Na sequência, a sociedade civil, as instituições internacionais e, posteriormente, os ambientalistas, foram os interlocutores sociais mais mencionados.

Figura 1: Síntese de fontes de informações mencionadas nas matérias analisadas em 1992 (nº por segmento social)⁵²



Fonte: pesquisa desenvolvida pela autora (2016)

Que pistas tendem a ser sinalizadas pelas informações sistematizadas sobre as “vozes” que perpassaram a cobertura jornalística influenciada pela *Rio-92*? Nesse sentido é importante que se comece por contextualizar os temas mais recorrentes no noticiário referente à fase preparatória da cidade para a realização da conferência e, posteriormente, que se observe as principais abordagens nas partes seguintes deste capítulo.

⁵² No contexto desta pesquisa, alguns segmentos sociais foram desmembrados, deliberadamente, com intuito de aprofundar, ainda mais, a análise dos interlocutores mais presentes na cobertura. Dessa forma, ainda que Legislativo e Judiciário também representem instâncias de poder governamentais, na categoria Governo foram consideradas as fontes representantes do Poder Executivo brasileiro (ex: presidente da República e assessores diretos, ministros, diplomatas, governadores, prefeitos e secretários). Da mesma forma os ambientalistas não foram inseridos na categoria Sociedade Civil (formada, por exemplo, por ONGs, associações representativas de moradores, pescadores e outros segmentos sociais, além de profissionais liberais e cidadãos que se expressavam individualmente). A ONU também foi separada de outras instituições internacionais (ex: instituições financeiras, representações governamentais, agências reguladoras e de pesquisa de outros países).

Nesta retrospectiva, em janeiro, a temática da organização da *Rio-92* começou a ocupar pequenos espaços nas páginas do jornal pesquisado, principalmente, por meio de notas⁵³ que informavam sobre o andamento das ações de preparação de infraestrutura do grande evento. Além disso, mencionavam os principais problemas existentes nesse processo.

Como a temática ambiental estava no cerne das discussões da conferência, começavam também a ser anunciadas nas primeiras notas, os encontros paralelos de grupos específicos como o de jornalistas⁵⁴ que seriam capacitados para a cobertura da *Rio-92*. As questões urbanas também teriam destaque em outro evento.⁵⁵ Da mesma forma, discussões envolveriam o papel do uso de tecnologias para o enfrentamento dos problemas ambientais globais.⁵⁶ Além disso, parlamentares de vários países estariam reunidos para debater questões relacionadas aos principais documentos que seriam assinados no âmbito da conferência.⁵⁷

Da mesma forma, parcerias entre governos, organizações sociais e representações diplomáticas com o propósito de fomentar atividades culturais entre os países que participariam da *Rio-92* também vinham sendo divulgadas.⁵⁸

A dimensão da temática discutida na *Rio-92* também começava a ser levantada a partir da percepção dos brasileiros. Nesse sentido, foi noticiado que uma pesquisa

⁵³ *Conferência do Rio, informações operacionais*, 08/01/1992, p.5.

⁵⁴ O *Encontro Internacional de Jornalistas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Green Press*, como foi conhecido o evento) seria realizado em Belo Horizonte de 20 a 24 de maio de 1992. Promovido pela *Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)* e *Federação Internacional de Jornalistas*. Foi considerado um marco no jornalismo ambiental brasileiro.

⁵⁵ O *Fórum Internacional das Cidades*, segundo informado, seria realizado em Curitiba, de 28 a 29 de maio de 1992, com objetivo de promover debates e trocas de experiências entre delegados da *Rio-92*, sobre questões urbanas. O evento foi promovido pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)* em cooperação com a Prefeitura de Curitiba (PR).

⁵⁶ Com esse enfoque foi anunciada a organização de dois grandes eventos: O *Simpósio Internacional sobre Tecnologias Ambientais (Ecotech Rio-92)*, que seria realizado no Rio de Janeiro, de 02 a 10 de junho, no Riocentro, além da *Feira Internacional de Tecnologia Ambiental (EcoBrasil 92)*, que ocorreria no Parque Anhembi, São Paulo, de 06 a 11 de junho.

⁵⁷ Na *Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em junho de 1992, em Brasília, com apoio da *União Interparlamentar* e o *Congresso Nacional* seriam debatidas questões como a ratificação de convenções e acordos assinados durante a *Rio-92* pelos países signatários.

⁵⁸ Um exemplo de cooperação divulgado foi a reforma do *Museu da República*, no Rio de Janeiro, apoiada pelo governo alemão. Em troca, esse espaço seria usado para apresentação de eventos culturais alemães durante a *Rio-92*.

realizada⁵⁹ com 950 pessoas havia concluído que, desse total, 73% sabiam do significado da conferência. Em linhas gerais, os resultados tenderam a sinalizar que já havia uma atenção da opinião pública para a temática que seria debatida, ainda que também existisse uma certa “descrença” com relação à real implementação de soluções para os problemas ambientais.

Por outro lado, a cobertura jornalística analisada, também já expressava a percepção de insegurança em relação aos resultados práticos da conferência até mesmo por parte de algumas lideranças no processo de organização do evento. Nessa perspectiva, antes do final de janeiro, uma matéria⁶⁰ já sinalizava com um tema que seria um dos principais motivadores de controvérsias relacionadas à agenda da *Rio-92*: Quem “pagaria a conta” para a implementação de ações ambientais consideradas urgentes, até então? Vale ressaltar que dentre as prioridades foram mencionados os impactos causados pela poluição, pelas emissões de gases de efeito estufa e pela destruição das florestas, fenômenos já diretamente vinculados à perda de biodiversidade global.

Segundo, noticiado na matéria mencionada, havia sido estimado pela *ONU*, que as demandas ambientais geradas por decisões tomadas no âmbito da *Rio-92* seriam da ordem de US\$ 500 bilhões, até o ano 2000. Os recursos, entretanto, não seriam suficientes para cobrir os custos de implementação das ações relacionadas às duas *Convenções* que deveriam ser aprovadas na conferência (*CDB e Convenção do Clima*). Diante dessa problemática, foi ressaltado, ainda, que mesmo após dois anos de negociações, o secretário-geral da *Rio-92*, Maurice Strong, não sabia, até então, de que fontes seriam oriundos os recursos financeiros destinados a custear os acordos.

No início de fevereiro, esse tema voltou a ser repercutido na cobertura diária analisada. Uma liderança diplomática do governo brasileiro afirmou em matéria

⁵⁹ A pesquisa foi realizada em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Curitiba, segundo divulgado em nota na edição de 08/01/1992. Quando indagados sobre a realização da conferência, 59% dos entrevistados consideraram os seguintes aspectos positivos: a conscientização da população sobre a importância das questões ambientais (22%); as propostas de soluções e ideias novas (15%); a melhoria do controle ambiental (11%); a sensibilização de governos e empresários (5%); as alternativas de empréstimos e ajuda financeira (3%). Por outro lado, dentre os que declararam estar informados sobre a *Rio-92* e seus objetivos, 36% mencionaram também as seguintes críticas em relação ao evento: o debate representava um “blá,blá, blá” (11%), serviria para promover o governo federal e os políticos (8%); o tema não era primordial (7%); implicaria em altos gastos (5%); dentre outros fatores negativos.

⁶⁰ *Salvar o planeta vai custar US\$ 500 bilhões*, 25/01/1992, p.22.

publicada⁶¹ que a recessão econômica mundial deveria impedir que recursos financeiros fossem destinados às ações de proteção ambiental definidas no âmbito da *Rio-92*.

A fonte governamental mencionada informou que os recursos previstos pela *Agenda 21*, para financiar ações ambientais principalmente nos países em desenvolvimento (naquela época, tratados como países do “Terceiro Mundo”) eram da ordem de US\$ 78 bilhões anuais.⁶²

Quase ao final daquele mês, a cobertura continuava destacando como a falta de recursos financeiros estava repercutindo em quase todas as frentes de preparação da cidade para a realização da *Rio-92*. Uma matéria publicada⁶³ dava o “tom” de que tudo ainda estava por ser feito e que apenas os grupos indígenas trabalhavam na montagem de uma grande oca na zona oeste da cidade.

Dentre os problemas estruturais enfrentados pela cidade e sem solução, até então, se destacavam as condições “precárias” de uma das principais “vitrines ambientais” do Rio de Janeiro: o *Parque Nacional da Tijuca (PNT)*, onde obras de recuperação de encostas, de melhorias das áreas de lazer e outras providências previstas, não tinham sido iniciadas, mesmo faltando três meses para a conferência. Caso a situação continuasse como estava, segundo enfatizado, os visitantes estrangeiros que decidissem visitar a unidade de conservação, durante o evento, encontrariam vias esburacadas, lixo e deslizamentos.

Posteriormente, em março, por outra matéria⁶⁴ foi informado que um convênio que havia sido firmado no final de fevereiro, asseguraria condições de melhoria e ações de conservação do *Parque Nacional da Tijuca*. Além de ressaltados aspectos operacionais como os tipos de obras que seriam realizados, por fontes dos órgãos públicos, um ambientalista entrevistado complementou a abordagem com a relevância ecológica daquela unidade de conservação urbana que representava um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da cidade.

⁶¹*Recessão pode afetar propostas da Rio-92*, 08/02/1992, p.8.

⁶²Para gerar recursos, naquele período o governo brasileiro defenderia, sobretudo, a criação de uma “taxa de preservação ambiental” que seria aplicada, principalmente, às exportações de produtos de origem florestal.

⁶³*A cem dias da Rio-92, apenas os índios trabalham*, 22 /02/1992, pag. 12.

⁶⁴*Rio-92 beneficia o Parque da Tijuca*, 10/03/1992, p.28-29.

Em março, também foi anunciada a nova data de abertura da *Rio-92*⁶⁵ que seria 3 de junho (prossequindo até 14 de junho) e não mais a partir do dia 1º daquele mês, como estava previsto. O motivo foi o atendimento à solicitação de chefes de Estado islâmicos que já haviam cogitado não participar do evento devido às restrições no calendário religioso que considera o dia 11 sagrado (data que havia sido reservada para início da programação dos chefes de estado).

Independentemente dessa pequena polêmica, do ponto de vista da organização, março foi um mês em que os assuntos mais recorrentes envolveram questões como a destinação de mais recursos financeiros para a área de segurança⁶⁶. Em função das preocupações internacionais com os índices de violência da cidade que sediaria a *Rio-92*, o forte esquema montado para proteger as delegações nacionais e estrangeiras que participariam da conferência era um assunto amplamente discutido no noticiário.

Quanto aos aspectos ambientais, no contexto da organização da infraestrutura, a cobertura jornalística de março já destacava como aspecto positivo o fortalecimento da *ecoeficiência* do grande evento, cujos documentos oficiais (sete milhões de folhas) seriam impressos em papel reciclado⁶⁷ importado da Europa.

Por outro lado, naquele mês, notícias também sinalizavam com preocupações em relação à imagem da conferência. Um dos destaques girava em torno da denúncia de envolvimento da gestão pública municipal em irregularidades no processo de licitação para a escolha de empresa atuante na organização do evento.⁶⁸ Outra matéria ressaltava⁶⁹, ainda, o receio de uma liderança governamental que, após reunião do comitê preparatório, nos Estados Unidos, temia o “esvaziamento” da *Rio-92*, caso não fossem assinadas propostas concretas, sobretudo, quanto às formas de financiamento das ações ambientais.

Por sua vez, com mais espaço dedicado à divulgação da *Rio-92*, em página diária sobre os temas relacionados à conferência, abril foi um mês de notícias que sinalizavam com as repercussões das denúncias sobre irregularidades no processo licitatório para a

⁶⁵*Rio-92 tem uma nova data: Conferência começa no dia 3*, 12/03/1992, p.9.

⁶⁶*Rio-92: polícia tem mais verba para segurança* 13/03/1992, p.10.

⁶⁷*Documentos usarão papel reciclado*, 13/03/1992, p.11.

⁶⁸*Prefeitura indicou empresas para a Rio-92*, 28/03/2012, p.12.

⁶⁹*Ministro preocupado com o esvaziamento*, 28/03/2012, p.12.

organização do grande evento. Nesse sentido, foi informado⁷⁰ que o *Tribunal de Contas da União (TCU)* investigaria o trâmite de licitação que, por sua vez, provocou outros desdobramentos.⁷¹

Já no contexto de preparação da infraestrutura urbanística da cidade, foi divulgado⁷² que as principais obras estavam quase prontas. A mais importante, a construção da *Linha Vermelha*, via expressa de ligação do Centro à Região Metropolitana, estaria concluída no dia 30 de abril.

Vale ressaltar que, do período que antecedeu à realização da *Rio-92*, maio foi o mês de cobertura mais intensa e de muitos acontecimentos envolvendo aspectos ambientais, sociais, diplomáticos e também políticos que se desdobrariam, não somente ao longo da conferência, mas, sobretudo, no processo de construção democrática do Brasil.

Nesse sentido, ainda que no final de abril tenha sido informado que a estrutura urbanística da cidade estava quase pronta, conforme mencionado anteriormente, no contexto da organização da conferência, propriamente dita, o mês de maio começou com a notícia⁷³ de que a um mês da *Rio-92* faltava muito a ser feito naquela fase decisiva.

A matéria mencionada apresentou um conjunto de situações que ilustravam as dificuldades enfrentadas, até então, com ênfase na falta de apoio para as atividades das organizações sociais que faziam eventos paralelos reunindo povos indígenas, além de outras representações dos movimentos sociais e ambientalista.

Segundo informado, no Riocentro não haviam sido concluídas as obras de reforma e reestruturação para preparar aquele centro de convenções que funcionaria como sede oficial da *Rio-92*. Entretanto, fontes responsáveis pelo andamento do projeto asseguraram que tudo seria concluído a tempo de entregar o prédio para a ONU, a partir do dia 15 de maio.

Apesar da mensagem tranquilizadora, dois dias após a publicação da matéria mencionada, uma grande polêmica, envolvendo a reforma do Riocentro foi divulgada.

⁷⁰ TCU investigará licitações na *Rio-92*, 01/04/1992, p.13.

⁷¹ Ex-coordenador da *Rio-92* tem prisão decretada, 24/04/1992, p.16.

⁷² Obras para a *Rio-92* estão quase prontas, 24/04/1992, p.17.

⁷³ A um mês da *Rio-92* ainda falta de tudo, 03/05/1992, p. 20.

Segundo noticiado, dessa vez uma decisão da *Justiça Federal*⁷⁴, determinando a suspensão das obras, poderia inclusive inviabilizar a realização da conferência. Na decisão foi suspenso o contrato do *Grupo de Trabalho Nacional (GTN)*, responsável pela organização do evento, com a empresa que vinha executando a reforma.⁷⁵

No dia seguinte, no entanto, outra matéria informou⁷⁶ que uma nova liminar havia anulado os efeitos daquela que havia determinado a suspensão do contrato mencionado anteriormente.

Apesar do risco associado à possível paralisação da reforma, assim como tinha sido assegurado anteriormente pelos organizadores, no dia 15 de maio foram concluídas as obras do Riocentro para entrega das instalações à ONU, que seria responsável pela utilização do prédio até o final do grande evento, segundo anunciado.⁷⁷ A adaptação dos espaços envolveu uma ampla e dispendiosa operação.⁷⁸

Além desse assunto específico sobre a preparação da sede oficial da *Rio-92*, em meados de maio, o esquema de segurança da *Rio-92*⁷⁹, que envolveria 35 mil policiais, sob a liderança do Exército, começou a ser testado e o tema voltou a conquistar grande espaço na cobertura jornalística. A operação foi mencionada como uma mobilização sem precedentes no Rio de Janeiro, cidade que receberia cerca de 180 delegações internacionais e enfrentava, naquele período, altos índices de criminalidade.

Na semana seguinte, o assunto voltou a ter grande destaque, inclusive na primeira página do jornal, devido ao longo engarrafamento causado pela interdição de algumas vias da cidade para a checagem de esquema de segurança por seis mil homens do Exército.⁸⁰

⁷⁴ *Liminar suspende obras no Riocentro*, 05/05/1992 p. 15.

⁷⁵ A Justiça entendeu que houve irregularidade no processo de contratação da empresa pelo GTN. No entanto foi afirmado por fontes da organização da conferência que as obras estavam adiantadas e que tentariam derrubar a liminar para que as atividades não colocassem em risco a realização do evento.

⁷⁶ *Riocentro: obras não param apesar da liminar*, 06/05/1992 p.16.

⁷⁷ *Riocentro: obras de engenharia estão prontas*, 15/05/1992, p.12.

⁷⁸ Segundo informado, as obras envolveram a preparação de três auditórios com capacidade para mil pessoas, cada, além de serviços gerais de instalações elétricas e de telecomunicações. Mil operários trabalharam durante 45 dias e o projeto custou US\$ 10 milhões. Também foi informado que, embora os serviços fossem concluídos no prazo, o processo foi tumultuado por conta das denúncias de irregularidades na contratação da empresa prestadora de serviços e a saída do ex-coordenador do *GTN*.

⁷⁹ *Esquema de segurança do Exército tem 35 mil pessoas*, 16/05/1992, p.9.

⁸⁰ *Teste para a Rio-92 tumultua a cidade*, 24/05/1992, p.24.

Visando à melhoria das condições de tráfego na cidade foi então decretado ponto facultativo nas repartições públicas nos dias 11 e 12 de junho, quando começariam a chegar os chefes de Estado para a *Rio-92*⁸¹, além de feriado escolar até o dia 13 daquele mês. Posteriormente, viria a ser informado o êxito das medidas implementadas para assegurar agilidade no deslocamento das delegações participantes da conferência. A ausência de engarrafamento foi considerada a grande surpresa da conferência.⁸²

O mês de maio também já sinalizava com o grande interesse dos meios de comunicação nacionais e internacionais pela cobertura jornalística da *Rio-92*. Nesse sentido, segundo informado⁸³, pelas estimativas do *Grupo de Trabalho Nacional* pelo menos 3 mil jornalistas seriam credenciados para as atividades dos eventos oficiais da ONU, enquanto cerca de 2 mil profissionais acompanhariam a programação paralela do *Fórum Global*.

Jornalistas estrangeiros entrevistados anteciparam as suas expectativas para o evento, divididos entre a esperança e o ceticismo quanto aos resultados concretos do evento. Em linhas gerais, foi ressaltado na matéria mencionada que o tema da conferência parecia despertar grande interesse na opinião pública global já que era considerada expressiva a demanda por credenciamento de profissionais da mídia.

Duas semanas depois dessa publicação sobre a expectativa de credenciamento da mídia, outra matéria informou sobre a participação de 200 jornalistas de 28 países reunidos *Green Press* (Imprensa Verde), em Belo Horizonte, evento no qual os profissionais propuseram a criação de um banco de dados e de uma agência internacional de temas ambientais.

Na “*Carta de Belo Horizonte*”, documento assinado pelos participantes desse evento de intercâmbio e debate ambiental, foi defendido, ainda, a criação de um “*Código de Ética*”⁸⁴ para orientar o segmento globalmente em relação à temática em questão.

⁸¹*Dias 11 e 12 terão ponto facultativo*, 26/05/1992, p.14.

⁸²*A surpresa da Rio-92: não houve engarrafamento*, 12/06/1992, p.1.

⁸³*Correspondentes: os olhos e ouvidos do mundo vêm aí*, 10/05/1992, p.19.

⁸⁴ONGs de referência internacional manifestaram apoio a essa iniciativa, cuja implementação foi considerada viável pelas fontes entrevistadas. Segundo informado, o documento seria traduzido para vários idiomas e entregues aos chefes de Estado participantes da conferência.

Assim, mais uma vez a cobertura jornalística analisada expressava o interesse da mídia pelos temas que seriam debatidos na *Rio-92*, o que, por outro lado, sinalizava, também, com a demanda da opinião pública por informações sobre a agenda ambiental que estaria no cerne dessa conferência.

Aliás, com a proximidade do grande evento, as indicações de soluções para alguns problemas ambientais passaram a ocupar mais espaço na cobertura analisada, sobretudo na segunda quinzena de maio. Nesse contexto, a agenda da conservação da biodiversidade também teve mais destaque.

Inicialmente, a *Prefeitura do Rio* havia anunciado⁸⁵ que uma área de cerca de 250 mil metros quadrados de manguezal, na zona portuária da cidade, havia sido transformada em *Área de Especial Interesse Ambiental* por decreto municipal e que, parte dessa extensão que estava degradada estava passando por um processo de recuperação.

Fontes da gestão pública informaram que a decisão tinha levado em consideração a importância dos manguezais para o equilíbrio da fauna marinha e para o processo de despoluição da *Baía de Guanabara*. Ainda segundo noticiado, a medida contribuiria para assegurar o zoneamento de uma área que vinha sendo fortemente pressionada por fatores como a ocupação desordenada e a industrialização. Naquela região da cidade também tinha sido inaugurada em maio uma usina de reciclagem de lixo.

A realização da *Rio-92* também contribuiu para facilitar negociações sobre uma parceria entre a *Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)* e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a realização de um projeto de despoluição da *Baía de Guanabara*. Segundo noticiado⁸⁶ técnicos da *JICA* e da *Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)* tinham iniciado a coleta que água para análise. Esse seria o primeiro passo para a realização de um diagnóstico ambiental que subsidiaria uma ação em cooperação.

Em referência à questão florestal, uma medida considerada importante pelo movimento ambientalista foi anunciada em maio. A proposta de um novo decreto de proteção da Mata Atlântica foi aprovada no dia 18 daquele mês pelo *Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)* e seria enviada à sanção pela *Presidência da República*.

⁸⁵ *Prefeitura preserva manguezal do Caju*, 16/05/1992, p.9.

⁸⁶ *Despoluição da Baía: japoneses começam a analisar a água* 19/05/1992, p. 14.

O documento proibiu o corte e a exploração de madeira do bioma, do qual restavam 8,8% de cobertura vegetal original, até então. Segundo informado⁸⁷, organizações não-governamentais participantes do *Conselho* tinham exercido um papel fundamental na aprovação de regras mais rígidas para proteção da Mata Atlântica.

Assim, dividida permanentemente entre a veiculação de pequenos avanços ambientais, lado a lado aos grandes dilemas e contradições daquela época, a cobertura jornalística no final do mês de maio sinalizou mais uma vez com esse desafio quando foi informado⁸⁸ que cerca de 300 dos 1,1 mil funcionários da *Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)*, em greve naquele período, percorreram 11 quilômetros da cidade do Rio em passeata. Os profissionais do principal órgão ambiental estadual ocuparam o prédio da *Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)* em protesto contra os baixos salários. As perdas salariais, até então, chegavam a 1.400%, segundo uma fonte do sindicato da categoria entrevistada.

Em função da greve, as primeiras atividades relacionadas ao projeto de despoluição da Baía de Guanabara estavam interrompidas, juntamente com serviços de controle de potabilidade da água, de monitoramento das condições de balneabilidade das praias e outras atividades.

Vale ressaltar que, a crise financeira que dificultava o funcionamento dos órgãos ambientais (tema que será mais amplamente abordado na segunda parte deste capítulo) também continuava marcando o processo de organização da *Rio-92*⁸⁹.

8.1.1. Movimentos sociais: apesar das dificuldades Fórum Global faz a diferença

No contexto de crise financeira, o planejamento das atividades do *Fórum Global* foi fortemente atingido, da mesma forma que se refletia no processo de organização da *Rio-92* em geral. Nesse sentido, uma parte da cobertura jornalística analisada apresentou

⁸⁷ *Aprovado novo decreto que preserva toda a Mata Atlântica*, 19/05/1992, p. 14.

⁸⁸ *Grevistas da Feema fazem manifestação* 27/05/1992, p.22.

⁸⁹ Nesse contexto, ainda foi informado, no final de maio, que o projeto arquitetônico para a construção do *Memorial da Rio-92* em área próxima ao Riocentro, não seria concretizado por falta de verba (US\$ 5 milhões).

o *Fórum* pela importância das atividades socioambientais que foram promovidas por esse grande movimento de articulação social, motivador do encontro de vários povos do mundo para debate de temas relevantes. Entretanto, se observa que, o maior destaque das notícias, foi motivado pelos percalços que quase inviabilizaram as suas atividades.

Pela primeira vez na história de uma conferência da ONU uma rede de articulação formada por organizações ambientalistas e movimentos sociais do mundo se reuniu em atividades paralelas propostas pelo *Fórum Global* para debater temas de interesse comum. No Rio, mais de 300 mil pessoas participaram da sua programação, durante duas semanas, com eventos diários no Aterro do Flamengo, zona sul da cidade.

Em fevereiro o tema começou a ser divulgado justamente pela perspectiva da falta de recursos. Por essa razão, os organizadores do *Fórum Global* fizeram uma apresentação para 150 empresários atuantes no eixo Rio-São Paulo. Segundo noticiado⁹⁰, o objetivo foi buscar patrocínio para a realização das atividades.

Diante da repercussão das primeiras matérias que demonstravam as dificuldades financeiras para levar adiante a proposta de organização do *Fórum Global*, a partir de março começou a ser divulgado que haveria apoio oficial para esse grande encontro dos movimentos sociais e ambientais.

Nesse sentido, uma matéria informou que os organismos oficiais estavam se mobilizando para “salvar o Fórum Global”. Segundo foi noticiado⁹¹, representantes da *Prefeitura do Rio* e dos governos federal e estadual divulgariam posteriormente quais seriam os serviços de infraestrutura⁹² que poderiam oferecer a essa programação que corria o risco de ser cancelada, devido à falta de recursos financeiros.

Com relação às atividades dos grupos indígenas, que se reuniram na chamada *Aldeia Kari-oca*⁹³, erguida zona oeste do Rio, grande parte da cobertura, também,

⁹⁰ *Fórum Global é apresentado a empresários*, 08/02/1992, p.8.

⁹¹ *Rio-92: Fórum Global vai ter ajuda oficial*, 11/03/1992, p.8.

⁹² De antemão, foi informado que o Governo federal apoiaria na montagem do centro de imprensa, a prefeitura providenciaria postos de saúde, a companhia telefônica não cobraria pelas linhas instaladas no espaço das atividades do *Fórum* e que os *Correios* cobrariam preços simbólicos pelos seus serviços. Foi adiantado que o Governo do Estado estudava um patrocínio de US\$ 1 milhão.

⁹³ A *Aldeia Kari-oca* foi formada por um conjunto de três ocas. As duas primeiras tiveram estruturas erguidas por 60 índios do Alto Xingu e outros 13 índios tucanos construíram a terceira em Jacarepaguá, bairro da Zona Oeste do Rio, onde também está localizado o Riocentro, sede oficial da *Rio-92*.

oscilou entre as ações que vinham sendo executadas⁹⁴ e a falta de recursos financeiros para a realização desse grande encontro.

Segundo noticiado, primeiramente, em função da *Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Meio Ambiente*,⁹⁵ que seria realizada entre os dias 21 e 31 de maio, para mais de mil pessoas, tinha havido uma mobilização de representantes de mais de 70 povos indígenas amazônicos.

Posteriormente, em outras matérias publicadas⁹⁶ os grupos indígenas que estavam ajudando a construir a *Aldeia Kari-oca* começaram a denunciar a falta de infraestrutura no local, como a ausência de banheiros no alojamento, entre outras dificuldades.⁹⁷

Com o desenrolar dos acontecimentos e diante da falta de recursos públicos para acomodação, o Governo do Estado começou a cogitar a possibilidade de alojar 20 mil integrantes dos movimentos sociais no Sambódromo, tradicional espaço destinado ao desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.⁹⁸

Em abril, tanto a situação do *Fórum Global*⁹⁹ que dependia de patrocínio para 300 eventos previstos como a da *Aldeia Kari-Oca* permaneciam inalteradas, conforme matérias publicadas.¹⁰⁰ Diante das dificuldades, representantes indígenas não descartaram a possibilidade de pedir ajuda até mesmo aos líderes do jogo do bicho cariocas¹⁰¹ para concluírem o espaço comunitário.

Diante das promessas de apoio anunciadas e não cumpridas, no dia 23 de maio, um sábado, a dez dias do início da programação da *Rio-92*, uma matéria informava¹⁰² que, se até a segunda-feira seguinte, o *Fórum Global* não recebesse US\$ 2,9 milhões

⁹⁴ *Kari-ocajá é dos índios*, 12/03/1992, p.34-35.

⁹⁵ Esse foi considerado um dos principais eventos socioculturais que antecederam à *Rio-92*.

⁹⁶ *Rio-92: índios da Kari-Oca passam dificuldades*, 17/03/1992, p.9.

⁹⁷ Um dos problemas enfrentados pelos índios durante a preparação da infraestrutura era a falta de atendimento médico, questão que foi solucionada com o apoio de profissionais da *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)* que montaram um posto de atendimento no local. Na época havia uma forte preocupação das autoridades sanitárias brasileiras com riscos de entrada do vírus da cólera no Rio, uma vez que outros estados brasileiros já enfrentavam epidemia da doença.

⁹⁸ *Ongs podem acabar no Sambódromo*, 19/03/1992, p.15.

⁹⁹ *ONGs: De pires na mão e sem perspectiva para o Fórum Global*, 07/04/2016, p.12.

¹⁰¹ *Índios irão a bicheiros para concluir Kari-Oca*, 20/04/1992, p. 7.

¹⁰² *Fórum Global pode ficar sem cadeiras*, 23/05/1992, p.17.

não haveria tempo hábil para montar cadeiras, mesas, cabines de tradução simultânea e outros preparativos¹⁰³ para as atividades.

Por outro lado, quase ao final de maio, a situação dos povos indígenas tinha sido praticamente equacionada. A *Aldeia Kari-Oca*, inclusive, recebeu a visita do secretário-geral da conferência, para quem *Conferência dos Povos Indígenas* seria “o ponto alto” do evento internacional e assegurou que daria total apoio para que esses interlocutores “tivessem voz” na conferência, segundo divulgado.¹⁰⁴

Naquele período, quase às vésperas da realização da *Rio-92*, algumas matérias davam destaque às personalidades internacionais que participariam do *Fórum Global*, dentre as quais, a ativista ambiental indiana, Vandana Shiva, que seria uma das convidadas para um debate envolvendo as interfaces entre os movimentos ambientalista e feminista.¹⁰⁵

Apesar de algumas informações sobre aspectos da programação em si, como o exemplo mencionado, e de outras divulgações que destacaram a participação de personalidades internacionais nessas atividades paralelas, no início de junho, como os recursos prometidos não haviam sido repassados, a dificuldade financeira voltou a ter mais enfoque na cobertura.¹⁰⁶ Na ocasião, os organizadores do *Fórum Global* reuniram jornalistas para anunciar um pedido de ajuda de US\$ 2 milhões para saldar dívidas.¹⁰⁷

Na mesma matéria foi informado, ainda, que tinha havido intensa demanda diária para as atividades do *Fórum Global*, e que a capacidade de atendimento havia sido esgotada rapidamente. Segundo noticiado, 210 mil ingressos tinham sido distribuídos pela Prefeitura do Rio para escolas, ONGs, associações de moradores, sindicatos e órgãos públicos. O paradoxo da situação sinalizava, dessa forma que, embora tenha havido um grande interesse da população pelas atividades oferecidas pelas ONGs e

¹⁰³ Segundo informado por duas fontes da organização do Fórum Global, de um total de US\$ 11 milhões prometidos, só tinham sido repassados US\$ 3,2 milhões, até então, volume de recursos que inviabilizava a organização já que para muitos materiais e equipamentos os fornecedores exigiam depósito antecipado.

¹⁰⁴ *Maurice Strong visita índios da Aldeia Kari-Oca*, 25/05/1992, p.12.

¹⁰⁵ *Planeta Fêmea: indiana é recebida como estrela*, 27/05/1992, p.21.

¹⁰⁶ A empresa vencedora do processo licitatório para a prestação de serviços de som e tradução simultânea estava ameaçando retirar os equipamentos do Parque do Flamengo, caso não fosse efetuado o pagamento de parte da dívida até aquela data (5 de junho), mesmo com as atividades já em curso.

¹⁰⁷ *Fórum pede socorro para pagar dívida*, 05/06/1992, p.16.

movimentos sociais, esses segmentos estavam encontrando grande dificuldade de patrocínio para manter a programação paralela planejada.

Entre avanços em relação à programação atrativa que vinha sendo executada e as dificuldades financeiras para manter as atividades, foi a partir de uma grande mobilização social que começou a surgir solução para enfrentamento dos problemas mais graves.

Nesse sentido, foi informado¹⁰⁸ que a primeira semana de atividades do *Fórum Mundial* havia sido concluída com um show no *Parque do Flamengo*, do qual participaram artistas, ambientalistas, políticos e outros segmentos que foram ao local apoiar a campanha denominada de “*Juntos faremos acontecer*”.¹⁰⁹ Mas, vale ressaltar que, essa matéria, assim como as demais analisadas com o mesmo enfoque, não apresentava outras fontes, incluindo as governamentais, para contrapontos sobre o problema da falta de repasse de recursos prometidos em tempo hábil.

A cobertura jornalística seguia anunciando os fatos sem grandes questionamentos. Nesse sentido, a situação já tinha se agravado, a ponto de a empresa responsável pela sonorização das atividades do *Fórum Global*, haver desligado os equipamentos de som e de tradução simultânea, assim como havia prometido¹¹⁰. Mesmo que após seis horas, os equipamentos tenham sido religados, inúmeras atividades chegaram a ser prejudicadas, conforme divulgado.¹¹¹

Dias após esse incidente mencionado, outra matéria informava¹¹² que o *Fórum Global* não corria mais o risco de suspender atividades por falta de verba. Foi anunciado, na ocasião, que duas grandes empresas doariam US\$ 750 mil. Segundo informado, esse era o montante que faltava para o pagamento da dívida de US\$ 2,3

¹⁰⁸ *Show encerra primeira semana do Fórum Mundial*, 08/06/1992, p.4.

¹⁰⁹ O movimento foi lançado pelos organizadores do *Fórum* com intuito de arrecadar recursos para o pagamento de dívidas que, até então, somavam US\$ 2 milhões, situação que provocava o risco de interrupção das atividades.

¹¹⁰ *Fórum Global: firma volta atrás e religa som após 6 horas*, 10/06/1992, p.4.

¹¹¹ Nesta edição foi informado que o secretário-geral da *Rio-92* era “a esperança” das ONGs, já que “nos bastidores” da conferência vinha sendo comentado que ele estaria empreendendo esforços pessoalmente para conseguir os recursos que as ONGs precisavam para saldar todas as dívidas relacionadas à organização do *Fórum Global*.

¹¹² *Banco Real e TV Globo doam verba para Fórum*, 11/06/1992, p.7.

milhões. Os demais recursos, os organizadores tinham conseguido arrecadar junto ao público, por meio da campanha “*Juntos faremos acontecer*”.

Nesse sentido se percebe que, ainda que dois grandes grupos empresariais tenham colaborado para solucionar o problema enfrentado pelo *Fórum Global*, foi a partir do “encontro” dos participantes dos movimentos socioambientais com outros segmentos que se conseguiu equacionar a maior parte do problema. Assim, como reflexão que emerge desse debate, os grupos que apoiaram a causa sinalizaram com o reconhecimento da relevância daquele tipo de programação, enquanto os que negligenciaram os “pedidos de socorro” repercutidos pelos meios de comunicação tenderam a informar, indiretamente, que tais atividades não pareciam ser importantes.

Vale ressaltar que, na segunda parte deste capítulo, sobre as controvérsias que envolveram a assinatura da *Convenção sobre Diversidade Biológica*, será abordado o papel das ONGs, mobilizadas pelo *Fórum Global*, para que esse documento fosse oficializado. Ao final da conferência, também, o secretário-geral da *Rio-92*, aquele que se empenhou pessoalmente para ajudar os movimentos sociais, conforme noticiado anteriormente, declararia publicamente, que as atividades paralelas promovidas no Aterro do Flamengo tinham expressado mais envolvimento social em relação às causas ambientais do que os eventos oficiais realizados no Riocentro.

8.1.2. O início da Rio-92 em meio à crise política brasileira e seus reflexos no noticiário

Antes de iniciar a discussão sobre o trâmite de assinatura da *CDB*, no âmbito da *Rio-92*, e como as principais controvérsias desse processo se expressaram na cobertura jornalística analisada, algumas considerações, a título de contextualização, são entendidas como necessárias ao prosseguimento desse debate.

Nesta retrospectiva, cabe ressaltar que, de 2 a 14 de junho, o então presidente da República, Fernando Collor de Melo, deveria transferir a sede do Governo federal para o Rio de Janeiro, onde estaria presidindo a *Rio-92*.¹¹³ Para que fosse possível dividir atenções entre o seu mandato e a Presidência da conferência, a *ONU* havia designado 39

¹¹³ Pela primeira vez, desde que o Rio tinha perdido a condição de capital federal para Brasília, na década de 1960, ocorreu a transferência de sede do Governo federal para a cidade. Uma equipe de auxiliares viria ao Rio, para levantar as condições de funcionamento do *Palácio Laranjeiras*, de onde o presidente faria os despachos administrativos, diariamente. Até então, o Governo do Estado estava preparando as instalações para recebê-lo.

assessores (diplomatas brasileiros e estrangeiros) para apoiá-lo.¹¹⁴ Também foi informado que a delegação brasileira presente ao grande evento seria formada por mais de cem participantes.¹¹⁵

Nesse contexto, os preparativos finais visando à transferência da capital federal para o Rio estavam em curso, a cidade vinha recebendo os últimos retoques para sediar a maior conferência ambiental da história e depois de tantos percalços que vinham sendo anunciados no contexto da cobertura jornalística, desde janeiro, tudo levava a crer que o Brasil se sairia bem como anfitrião.

Entretanto, um acontecimento de grande impacto e que, futuramente teria fundamental relevância na própria história política do país, foi revelado à opinião pública.¹¹⁶ Uma denúncia de irregularidades governamentais levou à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).¹¹⁷ Tais fatos começaram a ser amplamente repercutidos na imprensa internacional. Veículos de comunicação de grande influência começaram a cogitar a renúncia do presidente e também a questionar sobre os riscos que a situação representava para um país que estava prestes a sediar a *Rio-92*.¹¹⁸

Diante da repercussão da denúncia na mídia e do clima de “pressão” que se verificou em Brasília, foi anunciado que o presidente da República anteciparia a sua chegada ao Rio para o dia 29 de maio, em vez de se instalar no *Palácio Laranjeiras* dia 2 de junho, como estava previsto.¹¹⁹ Conforme será discutido posteriormente, neste capítulo, essa temática da crise política, ainda dividiria as atenções do público e dos meios de comunicação durante a realização da *Rio-92*.

8.2.Os desdobramentos da CDB na Rio-92: como as controvérsias refletem os múltiplos interesses que dividem o mundo em dois blocos de países?

¹¹⁴*Collor presidirá a Conferência com 39 vices*, 21/05/1992, p.19.

¹¹⁵*Delegação brasileira tem 156 pessoas*, 29/05/1992, p.15.

¹¹⁶Na semana anterior ao início da *Rio-92*, devido a uma desavença familiar, o irmão do então presidente da República havia declarado à imprensa que o seu governo estaria envolvido com práticas de corrupção lideradas por um ex-tesoureiro de campanha política.

¹¹⁷*Congresso decide criar CPI mista*, 27/05/1992, p.4.

¹¹⁸*“Financial Times” especula com possibilidade de renúncia*, 27/05/1992, p.5.

¹¹⁹*Collor antecipa vinda para conferência*, 27/05/1992, p.18.

Uma das principais controvérsias da *Rio-92* tendeu a ser centrada justamente na agenda da conservação da biodiversidade, com ênfase na assinatura da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, documento que a partir daquela conferência passaria a nortear a construção de políticas públicas dirigidas a essa temática nos países signatários, dentre os quais, o Brasil.

Com base na retrospectiva da cobertura jornalística analisada sobre essa temática, tendo como inspiração a perspectiva da *Teoria Ator-Rede*, esta segunda parte do capítulo apresenta os diversos grupos sociais que, motivados por múltiplos interesses, se mobilizaram e tentaram influenciar o debate sobre a agenda da conservação da biodiversidade e, também, sinalizaram com as suas percepções sobre essa temática. Para tal, foram seguidos os “rastros” deixados pelos atores, como orienta Latour (2005, 2012) em relação ao mapeamento de *controvérsias*, metodologia que, segundo esse autor, permite visualizar com mais clareza, as dinâmicas sociais denominadas de “*associações*”, nas quais elementos humanos e não humanos “interagem” permanentemente e influenciam decisões em todos os sentidos.

Nesse contexto, na primeira semana de março de 1992, começava a ser sinalizada uma controvérsia que perpassaria a cobertura jornalística analisada até o final da *Rio-92*. A partir desse viés foi divulgado¹²⁰ que, de acordo com uma liderança da *ONU*, as discussões no âmbito da conferência não “seriam fáceis” devido ao posicionamento de alguns países desenvolvidos, como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

A discussão controversa teria como principais motivações, segundo noticiado, alguns interesses econômicos e políticos que estavam em jogo para essas potências. Havia receio, principalmente, sobre as cobranças que poderiam vir a enfrentar no âmbito de acordos previstos para serem oficializados na conferência e os custos financeiros com os quais teriam que arcar para financiar ações de redução de impactos ambientais.

No caso dos Estados Unidos foi especificado que o grande temor se referia às potenciais regulamentações visando à redução de emissões de gases de efeito estufa (com índices liderados pelo país em nível global até então) e aos prováveis confrontos com o movimento ambientalista que já questionava aquele país sobre os impactos do seu modelo de desenvolvimento socioeconômico no equilíbrio climático planetário.

¹²⁰*Abalos na Rio-92, 02/03/1992, p.2.*

A questão econômica que vinha perpassando o debate ambiental, conforme sinalizado anteriormente, se expressou fortemente nos debates da última reunião preparatória antes da *Rio-92*. Segundo informado em outra matéria analisada¹²¹, durante cinco semanas, aproximadamente 5 mil delegados de vários países definiriam, em Nova York, a pauta da conferência.

Naquela ocasião, o secretário-geral da *Rio-92*, Maurice Strong, declarou que o maior desafio do evento seria financeiro, em função da crise econômica internacional que certamente repercutiria na busca de soluções ambientais.

A matéria destacou informações de “bastidores políticos” dos Estados Unidos, onde segundo o jornal “*The Washington Post*”, congressistas daquele país estavam pressionando o então presidente George Bush a participar da *Rio-92*, de forma a sinalizar para o mundo que o governo estava interessado em contribuir para o equilíbrio ambiental global, com ênfase na questão climática, discussão à qual o político vinha se opondo.

Sobre a realidade brasileira, naquela reunião preparatória, segundo outra matéria publicada¹²², um representante do *Grupo de Trabalho Nacional (GTN)* precisou justificar ao secretário-geral da conferência que os atrasos nas obras de infraestrutura para a realização da *Rio-92* haviam ocorrido devido à demora no repasse de verbas pelo Governo federal, problema que já sinalizava com dificuldades que o Brasil também já vinha enfrentando no campo econômico.

Mas, por outro lado, o encontro também contou com a participação de representação do Governo do Estado do Rio de Janeiro que assegurou às lideranças da *ONU* que tudo estaria pronto em tempo hábil para a realização da conferência.¹²³

Ainda que tenha reconhecido atrasos no cronograma das obras de infraestrutura, ao voltar ao Brasil após a reunião, uma fonte do Governo do Estado reafirmou o compromisso de realização da *Rio-92* e declarou que os problemas relacionados à conferência poderiam vir a ser decorrentes dos interesses de grandes grupos econômicos e das “nações poderosas” que não enxergavam naquele encontro perspectivas que lhes fossem convenientes e, não, da capacidade de recepção dos participantes.

¹²¹*Rio-92: começa a última reunião preparatória*, 03/03/1992, p.2.

¹²²*Rio-92: Coordenador atribui atraso à União*, 04/03/1992, p.8.

¹²³*Brizola volta confiante na Rio-92*, 08/03/1992, p.25.

Naquele mês de março de 1992, veículos de comunicação internacionais também já começavam a expressar opiniões divergentes que tenderam a reforçar o sentido de embate “norte-sul”, posicionamento centrado na discussão do papel dos países desenvolvidos (do hemisfério norte) no financiamento de ações ambientais nos países em desenvolvimento (do hemisfério sul).

Nesse sentido, as principais divergências se deviam à percepção dos países em desenvolvimento de que os países desenvolvidos possuíam responsabilidades históricas em relação à crise ambiental, decorrente, sobretudo, da era pós-industrial, a partir da qual intensificaram os seus avanços econômicos e sociais com base no esgotamento dos recursos naturais. Essa controvérsia está no cerne do processo construtivo de alguns documentos pactuados sob a liderança da ONU, como é o caso da *CDB*, tema que será discutido mais amplamente, posteriormente, no contexto deste capítulo.

Com relação a essa controvérsia foi informado em matéria analisada¹²⁴ que, motivado pela realização da *Rio-92*, um ensaio publicado no jornal britânico “*Financial Times*”, havia defendido o financiamento à conservação das florestas tropicais, com ênfase na Amazônia, pelos países “ricos”, justamente por esses serem considerados os principais responsáveis pela crise ambiental global.

O colunista que repercutiu a notícia no jornal pesquisado afirmou, na ocasião, que os países “ricos” pretendiam discutir proteção de florestas no “Terceiro Mundo”, enquanto os países “pobres” queriam opinar sobre a poluição gerada no “Primeiro Mundo”. Essas terminologias expressas na cobertura jornalística daquela época eram amplamente empregadas no debate ambiental internacional.

Enquanto isso, outra opinião do mesmo veículo britânico sobre o Brasil, motivada pela realização da *Rio-92*, foi repercutida na cobertura jornalística pesquisada, na mesma época. Desta vez, segundo informado¹²⁵, o jornal “*Financial Times*” havia observado que os países do “Terceiro Mundo” estariam controlando a agenda da conferência e que somente por “milagre”, o evento programado conseguiria atingir os seus objetivos, sem receber apoio dos EUA.

Ainda segundo a repercussão mencionada, dentre outras críticas declaradas, o jornal britânico havia considerado “desalentadoras” as discussões na última reunião preparatória da *Rio-92*, realizada em Nova York, bem como opinado que a agenda da

¹²⁴ *Um imposto verde*, 04/03/1992, p.14.

¹²⁵ *Jornal inglês: Rio-92 só terá êxito por milagre*, 07/03/1992, p.10.

conferência era ampla demais. Nesse contexto, o veículo ainda havia classificado como “irreais” as estimativas de custos necessários para financiar as ações que seriam acordadas no Rio de Janeiro, bem como expressado desconfiança sobre a gestão dos recursos financeiros.

Em outra publicação analisada¹²⁶, foi afirmado que os temas econômicos deveriam prevalecer sobre os ecológicos na *Rio-92*, levando em consideração as discussões ocorridas em dois eventos internacionais prévios à conferência.¹²⁷

Na questão ecológica, foi ressaltado no texto analisado que “ricos” e “pobres” não seguiam mesma direção. Enquanto os países “ricos” queriam discutir preservação da natureza no “Terceiro Mundo”, os “pobres” preferiam debater a contaminação “no Primeiro Mundo”.

Ainda em relação às controvérsias “norte-sul” era informado em meados de março¹²⁸ que, no contexto da organização da *Rio-92*, o Brasil começava a enfrentar naquela época “uma batalha” em defesa da soberania sobre as 200 milhas de mar territorial. Segundo afirmado, um grupo de trabalho envolvido com o capítulo sobre mares e oceanos que seria incorporado à *Agenda 21* havia aprovado um documento sobre gerenciamento costeiro que entraria em debate.

Um dos pontos de controvérsia envolvia a proposta de criação de um *Código de Ética* para a pesca, tema que estava dividindo opiniões entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para ilustrar a dimensão do problema que se tentava solucionar com um documento desse tipo foi mencionado que o Canadá era contrário à presença de países europeus que pescavam bacalhau em suas águas, alegando destruição do seu ecossistema marinho. O problema era motivo de constrangimento diplomático para a Comunidade Europeia, segundo destacado na matéria analisada.

Por outro lado, convidada pelo Governo brasileiro para vir ao Brasil três meses antes da realização da *Rio-92*, para ver de perto os preparativos, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que conquistou notoriedade mundial na temática ambiental desde o lançamento do *Relatório Brundtland* (1987), abordou também a questão dos embates “norte-sul”.

¹²⁶ *Economia & ecologia*, 10/03/1992, p.23.

¹²⁷ Um encontro de organizações não governamentais realizado em Paris, no final de 1991 e a reunião de Nova York, naquele mês de março de 1992.

¹²⁸ *Rio-92: Mar territorial gera polêmica*, 14/03/1992, p.14.

Nesse sentido, a primeira-ministra reconheceu que questões como a transferência de tecnologia e a destinação de novos recursos para financiamento de projetos ambientais (dentre os pontos de maior controvérsia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento) representavam alguns dos principais desafios da *Rio-92*. Em contrapartida, se dispôs a atuar como interlocutora¹²⁹ com o governo dos Estados Unidos, na tentativa de incentivar a adesão daquele país aos tratados de alcance mundial que deveriam ser assinados durante a conferência e sobre os quais as lideranças políticas se manifestavam contrárias.

Até aquele período, notícias informavam que o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, ainda estava estudando a possibilidade de vir à *Rio-92*¹³⁰. O político, em processo de campanha pela reeleição, não queria enfrentar os ambientalistas e entrar em polêmicas sobre grandes temas como clima e biodiversidade, com receio de desagradar os seus eleitores. Entretanto, vinha sofrendo pressões nacionais e internacionais para participar da conferência e precisava tomar uma decisão¹³¹. Vale ressaltar que esse foi um dos assuntos de maior interesse no contexto da cobertura analisada, conforme será discutido neste capítulo, além de um dos motivadores de maiores controvérsias.

Já ao final do mês de março, ainda que o governo brasileiro tivesse manifestado expectativas positivas quanto à possibilidade de consenso em relação à criação do chamado *Fundo Verde* que seria destinado ao financiamento de ações ambientais acordadas no contexto da *Rio-92*, uma matéria analisada havia informado¹³² que o *G-77* (grupo de países em desenvolvimento) teria desistido de ter um acordo assinado na conferência sobre essa questão.

Assim, seriam encerrados os esforços de mobilização para que fossem destinados recursos novos para projetos ambientais, via outras instituições financeiras, como advogavam as ONGs ambientalistas, e não por meio do *GEF* (*Fundo Global Mundial*, na sigla em inglês), criado em 1991 e vinculado ao Banco Mundial. Foi considerado que países desenvolvidos como os Estados Unidos, o Japão, além do bloco

¹²⁹ *Rio-92: Collor recebe hoje governante da Noruega*, 16/03/1992, p.10.

¹³⁰ *Bush estuda vinda para a conferência*, 14/03/1992, p.15.

¹³¹ *Posição americana sai esta semana*, 23/03/1992, p.8.

¹³² *Pobres abrem mão do 'fundo verde'*, 28/03/2012, p.12.

da Comunidade Europeia saíram vitoriosos já que se posicionaram contrários à criação do *Fundo Verde*, desde as primeiras discussões dessa proposta. Entretanto, conforme discutido posteriormente, a questão não havia se resolvido definitivamente naquele mês de março.

Vale ressaltar que, ainda no contexto do mês de março, a cobertura jornalística analisada já sinalizava com o posicionamento das ONGs ambientalistas de exercerem forte pressão no acompanhamento das negociações da *ONU*. Da mesma forma que vinham buscando influenciar o processo de tomada de decisão, sobretudo em relação à assinatura da *CDB* e da *Convenção do Clima*, os interlocutores desse segmento social vinham tentando ocupar cada vez mais espaço nos meios de comunicação. Dessa forma se mantiveriam expressando fortes críticas às instituições financeiras e às empresas multinacionais, consideradas por esses atores como partes responsáveis pela crise ambiental planetária.

Um exemplo, nesse sentido foi a publicação de uma matéria¹³³ que informava sobre a publicação de um documento, denominado “*Sul-Norte termos de comércio, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentado*”, entregue aos participantes do *Comitê Preparatório da Rio-92*, por representantes de duas grandes ONGs ambientalistas internacionais. Ambas cobraram avanços nas negociações em andamento e, segundo informado, “apontavam caminhos” para a gestão dos recursos naturais globais.

Conforme divulgado, enquanto uma das ONGs buscava sensibilizar os países participantes da *Rio-92* para mudanças nas regras de comércio internacional de forma a assegurar, por exemplo, que os custos ambientais passassem a ser incorporados às exportações de produtos de origem florestal, a outra fazia um movimento contrário à gestão dos recursos financeiros para projetos ambientais acordados na conferência, pelo *Banco Mundial*. Fontes representantes dessas organizações opinaram que os países desenvolvidos não arcavam com os “custos reais” pelos produtos que importavam dos países em desenvolvimento. Ressaltaram, ainda, que o *Banco Mundial* priorizava os aspectos econômicos em detrimento das questões ambientais envolvidas nas operações financeiras que liderava.

¹³³ *Rio-92: ONGs cobram avanços e criticam o Banco Mundial*, 06/03/1992, p.13.

Na continuidade da disseminação de informação sobre o tema-chave desta parte do capítulo, a cobertura jornalística de abril refletiu o “tom” de acirramento das controvérsias relacionadas à agenda da *Rio-92*, com ênfase no embate “norte-sul”. Um exemplo nesse sentido foi noticiado¹³⁴ no início daquele mês, tendo como enfoque o impasse entre países “ricos” e “pobres” sobre financiamento para programas e ações ambientais, mesmo faltando quatro dias para o término dos preparativos da conferência que estavam sendo tratados em uma grande reunião em Nova York, mencionada anteriormente.

Dentre as questões mais polêmicas na reunião de Nova York se destacavam o debate sobre a *Carta da Terra* e a *Declaração de Princípios sobre Florestas*. Diante das indefinições, foi informado que quatro grandes redes internacionais¹³⁵ articuladoras de centenas de ONGs divulgaram um comunicado no qual afirmavam que a *Rio-92* seria um “fracasso”.

No que se refere à questão florestal, enquanto os Estados Unidos exigiam que o governo brasileiro assinasse um acordo pela conservação das florestas (com ênfase na floresta amazônica considerada “pulmão do mundo”), representantes brasileiros da esfera governamental afirmavam que o governo americano precisava se comprometer com um acordo pela redução de emissões de gases de efeito estufa.

Mas a resistência a qualquer tipo de acordo ambiental era manifestada pela própria mídia daquele país. Nesse sentido, foi ressaltado no contexto da matéria mencionada, que os jornais norte-americanos opinavam que o então presidente George Bush não deveria vir à *Rio-92* e tampouco financiar projetos nos países em desenvolvimento porque consideravam que os recursos seriam usados indevidamente pelos governantes.

Por outro lado, enquanto já se cogitava a certeza da assinatura de tratados como a *Convenção do Clima* e a *CDB*, seguia em dúvida a possibilidade de consenso quanto à *Declaração de Princípios sobre Florestas*¹³⁶. O impasse, segundo divulgado, se referia

¹³⁴Presidente do Comitê assume negociações, 01/04/1992, p.13.

¹³⁵O documento foi assinado pelas organizações *Greenpeace*, *Amigos da Terra*, *Rede do Terceiro Mundo* e *Fórum de ONGs do Brasil* que acusavam o presidente George Bush de provocar o fracasso da *Rio-92* por se recusar a assinar os acordos resultantes da conferência.

¹³⁶*Rio-92 pode ficar sem discussão sobre florestas*, 02/04/1992, p.18.

à pressão dos países desenvolvidos para que os grandes detentores de florestas, como o Brasil e a Malásia, se comprometessem a conservá-las.

Sobre a *Carta da Terra*, as notícias oscilavam de “tom” entre um dia e outro. Nesse sentido, foi informado¹³⁷, por exemplo, que países “ricos e pobres” tinham chegado próximo de um consenso para a conclusão do texto. Segundo divulgado, primeiramente, os países “pobres” conseguiram dar um “tom desenvolvimentista” ao documento no qual inseriram parágrafos sobre o direito soberano de se desenvolverem e de explorarem os seus próprios recursos naturais. Por outro lado, os países “ricos” continuavam discordando sobre as responsabilidades que teriam em relação à degradação ambiental global e não aceitavam ter que “pagar a conta” do processo de recuperação dos ecossistemas planetários, dentre os quais, as florestas.

Contrariamente a esse enfoque, um dia depois de anunciar que as negociações estavam adiantadas e quase chegando a um consenso, outra matéria publicada¹³⁸ informava que, diante de uma série de controvérsias e da falta de entendimento no âmbito das negociações iniciadas há dois anos, não havia se chegado a uma definição sobre a apresentação do esboço da *Carta da Terra*. Nesse contexto optou-se por apresentar ao final da *Rio-92* um texto denominado de “*Declaração do Rio*”, considerado sem peso político.¹³⁹

Vale ressaltar, que no âmbito das discussões de Nova York, as principais ONGs ambientalistas internacionais já tinham se posicionado com a entrega de um manifesto ao secretário-geral da *Rio-92*, solicitando que fosse adiada, por pelo menos três anos, a assinatura da *Carta da Terra* por considerarem que as discussões realizadas, até então, não haviam sido suficientemente aprofundadas para expressar o conteúdo “visionário e universal” que desejavam para aquele documento¹⁴⁰. Esse segmento também opinava

¹³⁷ *Consenso entre países sobre Carta da Terra*, 03/04/1992, p.13.

¹³⁸ *Rio-92 deve ficar sem Carta da Terra*, 04/04/1992, p. 16.

¹³⁹ Naquela época, diante de tantos impasses, se chegou a cogitar que a definição sobre a *Carta da Terra* ficaria a cargo dos chefes de Estado durante a realização da *Rio-92*. Mas, posteriormente, o secretário-geral da conferência admitiu que esses interlocutores poderiam “não estar preparados” para assinar um documento com tal envergadura sobretudo, porque um dos princípios mais relevantes que precisavam ser assegurados no texto final, seria o de “poluidor-pagador”, considerado, até então, um ponto de forte controvérsia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo por esses se recusarem a assumir custos ambientais relacionados ao seu modelo de desenvolvimento.

¹⁴⁰ *ONGs querem adiar Carta da Terra*, 28/03/1992, p.12.

que o debate em torno do tema tinha se tornado motivo de disputa política entre os países.

Esse sentido de disputa política infrutífero, percebido pelas ONGs, se expressou no encerramento da última reunião preparatória da *Rio-92*, quando após cinco semanas de debates em Nova York, segundo matéria publicada ¹⁴¹ os representantes governamentais não haviam conseguido chegar a um consenso sobre soluções de financiamento de 27 programas previstos no âmbito da *Agenda 21*. Da mesma forma, motivados por inúmeras controvérsias entre países “ricos” e “pobres” os 31 documentos aprovados naquela ocasião, estavam ainda amplamente marcados com parênteses (indicando pontos de divergências na linguagem diplomática).

Dentre os pontos mais polêmicos se destacaram a conservação de florestas, a transferência de tecnologia e a própria *Declaração do Rio*, todos pendentes para decisões durante a reunião dos chefes de Estado no âmbito da *Rio-92*.

Diante da repercussão dos embates verificados na fase preparatória da *Rio-92*, algumas personalidades de expressão internacional vinham opinando a respeito das principais controvérsias. Nesse sentido, um político dos Estados Unidos foi uma das primeiras vozes contrárias, até então, ao posicionamento do seu próprio país, quando declarou publicamente que as nações desenvolvidas eram responsáveis pelos principais problemas ambientais planetários e deviam, portanto, apoiar os países em desenvolvimento com soluções para os grandes dilemas relacionados a essa temática.¹⁴²

Esse também foi o “tom” de um debate realizado posteriormente em Tóquio, segundo noticiado,¹⁴³ onde os participantes concluíram que ampliar formas de cooperação internacional seria uma alternativa para enfrentamento da crise ambiental. Um documento com esse direcionamento foi produzido para ser enviado como sugestão de debate durante a *Rio-92*.

Mas enquanto algumas lideranças internacionais faziam apelos pelo fortalecimento da cooperação e outras externavam desavenças sobre quem deveria “pagar a conta” pela recuperação ambiental do planeta, algumas personalidades ocupavam espaços na cobertura jornalística em defesa de ideias que também

¹⁴¹ *Rio-92: Reunião acaba sem acordo sobre verba*, 05/04/1992, p.20.

¹⁴² *Carter culpa os países ricos por danos ao meio ambiente*, 16/04/1992, p.12.

¹⁴³ *‘Declaração de Tóquio’ propõe maior cooperação*, 18/04/1992, p.13.

sinalizavam com a perspectiva do embate “norte-sul”. Nesse sentido foi noticiado¹⁴⁴ que um membro da aristocracia britânica faria um apelo para que a agenda de debates da *Rio-92* incluísse a temática da explosão demográfica como uma das principais ameaças ambientais contemporâneas. A preocupação externada era uma questão que vinha entrando em discussão por alguns segmentos, naquele período, e que tinha ganhado expressão desde o final da década de 1960 com o lançamento do relatório *Os limites do crescimento* (Meadows *et al*, 1972) que se desdobrou em diversas publicações sobre essa temática.

No dia seguinte à divulgação da notícia sobre as interfaces entre explosão demográfica e crise ecológica, a mesma fonte mencionada voltou a defender, publicamente, em um evento em Londres, que fosse promovido um debate sobre essa questão durante a *Rio-92*. No encontro na capital inglesa, onde estiveram reunidas personalidades internacionais de grande influência no âmbito da *ONU*, segundo informado em outra matéria¹⁴⁵, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, externou preocupação com os rumos da organização da conferência e afirmou que somente a “pressão” da opinião pública poderia evitar que o grande evento se tornasse “um desastre”.

Essa liderança de referência no debate ambiental internacional opinou que deveria ser fortalecido um movimento no sentido de pressionar os chefes de Estado a se comprometerem com medidas concretas. Do contrário, segundo afirmou essa fonte, seria promovido somente mais um encontro de muita “retórica” e pouca atitude prática. Já o secretário-geral da *Rio-92* enfatizou que medidas concretas dependiam de “vontade política” das lideranças.

Mas, enquanto lideranças internacionais vinham advogando que a opinião pública internacional deveria fortalecer um movimento de cobrança de atitudes dos chefes de Estado e que decisões concretas no âmbito da *Rio-92* dependiam de “vontade política”, veículos de comunicação internacionais de grande influência pareciam sinalizar justamente o contrário, quando externavam uma visão negativa do debate que seria realizado no Brasil. Um exemplo nesse sentido foi a publicação de um artigo de opinião no jornal norte-americano “*The Washington Post*” que desaconselhava a participação do então presidente dos Estados Unidos, George Bush, no evento, onde o

¹⁴⁴ Príncipe Charles faz apelo à *Rio-92*, 22/04/1992, p. 10.

¹⁴⁵ *Rio-92: primeira-ministra da Noruega teme um desastre*, 23/04/1992, p.12.

político “perderia seu tempo”, conforme repercutido pela cobertura jornalística analisada.¹⁴⁶

O artigo foi assinado por uma diplomata norte-americana que já havia representado aquele país no âmbito da *ONU* e desaconselhava a participação do então presidente na conferência, por considerar que aquele seria um evento de discussão meramente “ideológica”, onde os “pobres” tentariam conseguir dinheiro com os “ricos”. Tais exemplos tendem a expressar que enquanto referências ambientais advogavam que a pressão da opinião pública poderia salvar a conferência de um risco de “vazio”, outras lideranças influentes, por meio de veículos de comunicação também de grande poder de influência, sinalizavam tanto com percepções de que aquele debate não parecia ser importante como tendiam a contribuir para fortalecer o chamado embate “norte-sul”.

A expressão desse tipo de embate parece se fortalecer no contexto da retrospectiva sobre o processo de assinatura da *CDB*, ocorrido durante a *Rio-92*, tema abordado no tópico a seguir, a partir da cobertura jornalística analisada.

8.2.1. *Convenção sobre Diversidade Biológica: Como um acordo quase “invisível” se transforma em uma das principais controvérsias da Rio-92?*

No contexto da cobertura jornalística analisada, a abordagem sobre o trâmite de assinatura da *CDB* ganhou mais visibilidade somente a partir de maio, quando negociadores representantes de países que vinham discutindo a proposta de texto dessa *Convenção*, se reuniram no Quênia para os acertos finais do documento que seria assinado durante a *Rio-92*.

Nos meses anteriores, embora a agenda verde tenha motivado a produção jornalística analisada, conforme discutido neste capítulo, em relação a esse tratado internacional, especificamente, o tema vinha sendo mencionado geralmente em poucas notas e se expressou também, resumidamente, em duas matérias publicadas em abril. As notícias já sinalizavam que o assunto seria alvo de grandes controvérsias.

Nesse sentido, segundo uma matéria publicada¹⁴⁷, uma fonte do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)* havia afirmado em entrevista, que, se

¹⁴⁶ “Post” desaconselha Bush a ‘perder tempo’ com a Rio-92, 28/04/1992, p. 11.

dentro de um mês os países não fossem capazes de chegar a um consenso sobre os principais documentos da conferência, dentre os quais a *CDB*, seria melhor adiar a assinatura desses acordos globais.

À frente das discussões sobre a *CDB*, o diplomata vinculado ao *PNUMA* havia ressaltado, ainda, que faltava pouco tempo para que os países assumissem o grande compromisso de proteger o que ainda restava de diversidade biológica no planeta. Para que houvesse esse desfecho, no entanto, seria necessário contornar os antigos embates entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, na opinião da fonte mencionada. Segundo enfatizado, ainda, enquanto os primeiros exigiam mais rigor nas práticas de conservação da biodiversidade, os outros advogavam o direito de exploração dos recursos naturais disponíveis, incluindo a biodiversidade, para o alcance de crescimento econômico vislumbrado.

Em outra matéria resumida sobre o tema, publicada em abril¹⁴⁸, intelectuais latino-americanos que haviam participado da elaboração do estudo *Amazônia sem mitos*, enviaram uma mensagem às lideranças que participariam da *Rio-92*, de que as emissões de carbono dos países desenvolvidos eram consideradas mais danosas ao ambiente planetário do que o processo de exploração das florestas tropicais, alvo de críticas dessas nações.

Segundo informado na matéria mencionada, no prólogo do estudo, assinado pelo escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez, tinha sido ressaltado que os países desenvolvidos eram os principais responsáveis pela crise ambiental global.

Ainda, de acordo com a notícia publicada, a visão internacional de que a Amazônia representava o “pulmão do mundo” foi uma das quais os organizadores do estudo buscaram combater. Da mesma forma se expressaram contrariamente à ideia de que os povos indígenas representavam um obstáculo ao processo de desenvolvimento, ressaltando, nesse sentido, que esses grupos sociais vinham desempenhando um papel central na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais em geral, naquela região.

Tais visões, carregadas de divergências sobre a pauta ambiental e, mais especificamente sobre a agenda da conservação da biodiversidade, se ampliaram na cobertura jornalística analisada, em maio, mas, principalmente, a partir da última

¹⁴⁷ *Rio-92: Diretor da ONU rejeita acordos ruins*, 18/04/1992, p.13.

¹⁴⁸ *Amazônia: estudo combate mitos*, 22/04/1992, p. 10.

semana. Antes disso, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, deveria decidir se viria à *Rio-92*¹⁴⁹. Com base nessa questão política, o tema começaria a ser intensamente abordado no noticiário diário, tendência verificada até o final da conferência, conforme discutido neste capítulo.

Nesse sentido, até mesmo quando já vinha sendo considerada como quase certa a sua presença, com base em notícias dos principais jornais norte-americanos, também vinha sendo informado que o político temia a pressão pela assinatura dos acordos no âmbito da conferência, sobretudo quanto à *Convenção do Clima*, e seus reflexos na sua campanha à reeleição.¹⁵⁰

Por outro lado, os embates sobre a questão de financiamento ambiental ainda continuavam repercutindo na discussão sobre a agenda prévia da *Rio-92* e, em algumas circunstâncias estiveram fortemente associados à temática da conservação da biodiversidade. Um exemplo nesse sentido foi discutido na primeira semana de maio, segundo informado¹⁵¹, diante da aprovação de uma ajuda de US\$ 1,5 milhão do governo britânico para um projeto extrativista na floresta do Tapajós, no Estado do Pará. A medida havia sido questionada pelo jornal inglês “*Sunday Times*” que, em destaque na primeira página, teria afirmado que o dinheiro do contribuinte britânico estaria sendo usado para desmatar a Amazônia.¹⁵²

Ainda sobre o aspecto financeiro como ponto de divergência foi informado¹⁵³ que em outro encontro decisivo antes da realização da *Rio-92*, ministros de Meio Ambiente de países membros da *Comunidade Europeia (CE)* não haviam chegado a um

¹⁴⁹ *Bush teme que Rio-92 prejudique americanos*, 02/05/1992, p.8.

¹⁵⁰ *Bush virá ao Brasil para a Rio-92*, 08/05/1992, p. 19.

¹⁵¹ *Jornal inglês critica apoio a projeto brasileiro*, 04/05/1992, p.12.

¹⁵² Embora uma fonte governamental tenha afirmado que os recursos financeiros seriam destinados ao fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ambientalistas entrevistados ressaltaram que havia sido demarcada uma extensão de mais de 16 km para a construção de estrada em função desse projeto. Essa questão era tratada como um risco naquele contexto, uma vez que quando se implementam estradas, na região, se ampliam, também, as chances de escoamento de madeira extraída ilegalmente, entre outros cenários considerados negativos, segundo mencionado.

¹⁵³ *CE não chegam a um acordo sobre ajuda a países pobres*, 06/ 05/1992 p.16.

acordo sobre alternativas de apoio financeiro para projetos de desenvolvimento sustentável realizados em países do “Terceiro Mundo”.¹⁵⁴

Em determinados momentos da cobertura jornalística, alguns fatos ocorridos no Brasil, em relação à organização da *Rio-92*, também repercutiam internacionalmente e ampliavam as abordagens sobre potenciais riscos de realização da conferência. Nesse sentido, em maio, diante da notícia de que as obras do Riocentro haviam sido embargadas pela Justiça, por suspeitas de irregularidades no processo licitatório, o secretário-geral da *Rio-92* afirmou que deveria ser combatida a “onda de boatos” sobre um possível “fracasso” do grande evento, e aconselhou, sobretudo a população brasileira, a acreditar no sucesso desse acontecimento.

Já a segunda semana de maio foi dividida entre a continuidade da cobertura jornalística sobre o embate “norte-sul” e alguns acontecimentos sobre os quais se aguardavam resultados com expectativas. Nesse contexto, sem grande repercussão, foi anunciada¹⁵⁵ a aprovação do texto final da *Convenção do Clima*.¹⁵⁶ Assim, somente após ser assegurado que não haveria nenhuma vinculação de prazos e metas para redução de gases de efeito estufa no âmbito daquele documento aprovado, foi confirmada a participação do presidente dos Estados Unidos na *Rio-92*.¹⁵⁷

Na avaliação de uma fonte do movimento ambientalista mencionada na matéria analisada, a participação do político só acrescentaria em termos de *marketing* em torno da *Rio-92* e o seu discurso a respeito das questões ambientais continuaria representando para esse segmento uma “retórica vazia”.

Na mesma semana em que foi anunciada a aprovação do texto da *Convenção do Clima* foi divulgada em uma pequena nota que informava sobre as reuniões que vinham sendo realizadas no Quênia com intuito de promover uma aproximação entre países em

¹⁵⁴ Ainda que países como a França, a Itália, a Dinamarca e a Holanda tenham sido favoráveis à proposta da ONU de destinação de 0,7% do PIB anual de cada país para esse tipo de apoio, até o ano 2000, outros membros, dentre os quais, a Grã Bretanha tinham se posicionado contrários.

¹⁵⁵ *Convenção do Clima é aprovada na ONU*, 11/05/1992, p.9.

¹⁵⁶ O texto da *Convenção do Clima* foi aprovado em Nova York por 150 países signatários da ONU. O próximo passo seria a assinatura durante a *Rio-92*. Foi informado que para atender às exigências de países como os Estados Unidos, a proposta da *Comunidade Europeia* de redução de gases de efeito estufa aos níveis de 1990, até o ano 2000, foi recusada. Essa vinculação de prazos e metas só viria a ser aprovada no âmbito do Protocolo de Quioto, acordo assinado em 1997 e que entrou em vigor em 2005.

¹⁵⁷ *Acaba o mistério: presidente Bush vem*, 13/05/1992, p.12.

desenvolvimento e países desenvolvidos, em torno da *Convenção sobre Diversidade Biológica* que deveria ser assinada na *Rio-92*.¹⁵⁸

Segundo informado, o Brasil, na condição de país líder em diversidade biológica, juntamente com outros países em desenvolvimento, defendia programas de financiamento para pesquisas sobre aproveitamento dos recursos biológicos. Com base em informação do governo brasileiro foi afirmado que a principal divergência, até então, se referia ao potencial de aproveitamento de tais recursos, tema sobre o qual, os países industrializados tentavam impor exigências.

Mas, enquanto na discussão em torno do conteúdo da *CDB*, no Quênia, a tentativa era de conciliar dois blocos de países com opiniões controversas sobre a questão da conservação da biodiversidade, conforme mencionado anteriormente, outra matéria anunciava¹⁵⁹ poucos dias depois, que o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992*, divulgado pelo *Banco Mundial*, lançava mais ingredientes para os embates. Segundo noticiado, esse documento considerava os países desenvolvidos como responsáveis pela crise ambiental global e, diante desse contexto, deveriam custear soluções para os problemas enfrentados, sobretudo, pelas nações em desenvolvimento, de acordo com essa instituição financeira.¹⁶⁰

Por outro lado, na terceira semana de maio, as informações relacionadas ao andamento das negociações finais sobre o texto da *CDB* ainda sinalizavam com a falta de expressão desse tema na cobertura jornalística analisada. Nesse sentido, uma pequena nota informava¹⁶¹ que até o dia anterior permanecia o impasse entre os participantes da reunião no Quênia, onde estava sendo preparado o documento que seria assinado na *Rio-92*. Como principal ponto de divergência havia sido mencionado que, enquanto os países em desenvolvimento defendiam a criação de um fundo específico para a conservação das espécies, os países desenvolvidos advogavam que deveriam ser usados recursos do *Banco Mundial* para esse fim.

Vale ressaltar que na semana anterior o *Banco Mundial* havia lançado um relatório, conforme mencionado anteriormente, no qual advogava que os países

¹⁵⁸ *Diversidade biológica é discutida no Quênia*, 12/05/1992, p.12.

¹⁵⁹ *Países ricos devem pagar a conta do meio ambiente, diz relatório do Bird*, 17/05/1992, p.16.

¹⁶⁰ Pelas estimativas do Banco Mundial, os investimentos em ações de proteção ambiental nos países em desenvolvimento deveriam custar US\$ 74 bilhões, por ano.

¹⁶¹ *Sobre a biodiversidade*, 21/05/1992, p.19.

desenvolvidos deveriam investir em ações ambientais nos países em desenvolvimento. Entretanto, na divulgação sobre o impasse na reunião no Quênia não se fez nenhuma referência a esse detalhe, embora o nome da instituição tenha sido citado.

Outro aspecto que cabe enfatizar, nesse caso, se refere ao movimento contrário que as ONGs ambientalistas continuavam desencadeando, no sentido de questionar a participação do *Banco Mundial* como principal agente financiador de projetos ambientais internacionalmente por meio do *GEF (Fundo Ambiental Global, na sigla em inglês)*. Esse aspecto não teve ampla expressão na cobertura pesquisada.

Já o encerramento da reunião no Quênia, com a conclusão do texto da *CDB*, foi repercutido na cobertura analisada pelo viés da polêmica que a conclusão dos debates provocou. No entanto, vale ressaltar, ainda, que esse acontecimento internacional ocorreu paralelamente à crise política que havia se deflagrado no Brasil, quando o então presidente da República, Fernando Collor de Melo, foi denunciado por suposto envolvimento do seu governo em um esquema de corrupção (tema contextualizado na parte introdutória deste capítulo). O assunto, portanto, ocupava os principais espaços no noticiário da época. Assim, nesse momento altamente conturbado para no país, as reações dos negociadores sobre o desfecho do texto da *CDB*, tenderam a levar mais tempo para conquistar expressividade na cobertura analisada.

Diante da repercussão da crise governamental brasileira na mídia internacional, o enfoque sobre a conservação da biodiversidade que ainda conseguiu atrair mais atenção na cobertura pesquisada, naquela fase, se referia à Amazônia.¹⁶²

Quanto à crise política e a sua relação com o grande evento que estava prestes a ser iniciado, segundo informado em matéria publicada no dia 26 de maio¹⁶³, o jornal norte-americano “*The New York Times*”, havia publicado que a menos de uma semana de receber lideranças globais para a realização da *Rio-92*, o então presidente Fernando Collor de Melo estaria com o “prestígio abalado” por conta de denúncias de corrupção.

Mas, em entrevista a alguns correspondentes internacionais sobre a repercussão da notícia¹⁶⁴, o então presidente havia declarado que a democracia brasileira era muito

¹⁶² Mesmo fora da programação oficial da *Rio-92* eventos foram realizados para discutir questões sobre a conservação da biodiversidade e anteciparam temas centrais que seriam abordados no âmbito da conferência. Um deles foi o *II Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas (Forest 92)* realizado entre 24 e 29 de maio, no Rio, promovido pela organização *Biosfera*.

¹⁶³ ‘*New York Times*’ dá destaque à crise no Brasil, 26/05/1992, p.4.

¹⁶⁴ Collor afirma que briga com Pedro não prejudica o país, 26/05/1992, p.4.

sólida para ser abalada por esse tipo de denúncia que, em nada, prejudicaria o sucesso esperado para a *Rio-92*. No dia seguinte, a primeira página do jornal analisado¹⁶⁵ voltava a destacar o assunto.

Diante da forte crise de imagem do Brasil, segundo informado em outra notícia¹⁶⁶, o presidente da República havia decidido pela homologação da Terra Indígena Ianomâmi, localizada em Rondônia. O tema vinha sendo acompanhado atentamente pela imprensa internacional e sendo afetado por vários grupos de influência, inclusive no âmbito da própria esfera governamental. Nesse sentido foi ressaltado na matéria analisada que os ministros militares que resistiram à demarcação da área, localizada em região de fronteira com a Venezuela, não compareceram à cerimônia de oficialização da homologação, ocorrida no Palácio do Planalto, em Brasília.

Mas, com a proximidade do final de maio, dividindo espaço com a crise política brasileira, outras matérias voltaram a dar enfoque às *controvérsias* envolvendo diversos segmentos sobre a agenda da *Rio-92* já que grandes eventos paralelos começavam a ser realizados na cidade. Com esse direcionamento foi informado¹⁶⁷ que os participantes de um fórum empresarial internacional onde se reuniram 600 executivos de 30 países, haviam defendido que a resolução dos problemas ambientais globais só seria possível com base no “livre mercado” o que, em linhas gerais, significava “mínima interferência governamental”, além de outros fatores considerados fundamentais como a transferência de tecnologia “em bases comerciais” e, ainda, a vinculação entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico.

Na matéria mencionada foi informado, ainda, que uma representante do *PNUMA* havia “desafiado” os empresários a atuarem mais intensamente em relação às questões ambientais e declarado durante os debates que, embora o segmento viesse buscando se engajar em ações importantes em defesa da sustentabilidade planetária, seus esforços ainda eram considerados insuficientes.

Nessa retrospectiva, as últimas notícias publicadas no final do mês de maio sinalizaram com o acirramento das *controvérsias*, processo que seria verificado nos dias

¹⁶⁵ *Collor pede desculpas pelo irmão*, 27/05/1992, p.3.

¹⁶⁶ *Collor assina decreto que homologa área ianomâmi*, 26/05/1992, p.8.

¹⁶⁷ *Empresários defendem livre mercado em fórum*, 28/05/1992, p.17.

seguintes e se estenderia por todos os dias da *Rio-92*. Nesse contexto, uma nota resgatava o desfecho da discussão final sobre o texto da *CDB*, no Quênia, informando¹⁶⁸ que a “controvertida Convenção da Biodiversidade” estaria aproximando europeus e norte-americanos em apenas um aspecto. As lideranças desses países participantes do processo consideravam que o documento prestes a ser assinado na *Rio-92* era “decepcionante”.

Mas, no contexto das negociações da *CDB*, em geral, os países desenvolvidos estariam divididos. Segundo informado, enquanto os norte-americanos já ameaçavam não assinar o documento devido às discordâncias com a redação final, as lideranças da *Comissão Europeia* afirmavam que a *Rio-92* não promoveria avanços com base nos seus documentos acordados, considerados sem força suficiente para o enfrentamento da crise ambiental.

Embora tenha sido informado que do jeito como estava o texto da *Convenção* não seria assinado pelos Estados Unidos, essa matéria analisada não esclareceu quais eram os pontos de discordância.

Quanto ao descontentamento das lideranças europeias com as discussões da *Rio-92*, prestes a serem iniciadas, outra matéria analisada¹⁶⁹ informava que mesmo tendo se dedicado à organização da conferência por dois anos e meio, um comissário italiano no âmbito da *Comissão Europeia* (CE) havia cancelado a sua vinda à conferência. O motivo seria o descontentamento provocado pelo rumo das negociações de documentos centrais do evento que teriam sofrido fortes pressões dos Estados Unidos. Para essa fonte, o evento seria marcado por “hipocrisias” e pela falta de reais compromissos das representações internacionais com a resolução dos problemas ambientais.

No contexto de um dos debates prévios à realização da *Rio-92*, denominado de Fórum *Rio Ciência 92*¹⁷⁰, organizado com intuito de promover um debate acadêmico sobre os temas centrais da conferência, um reconhecido pesquisador brasileiro vinculado à *Universidade de São Paulo* (USP) havia afirmado que os países industrializados não poderiam se apropriar da biodiversidade dos países em desenvolvimento, a fim de beneficiar empresas multinacionais.

¹⁶⁸ *Convenção desagrada à Europa e aos EUA*, 29/05/1992, p.15.

¹⁶⁹ *Comissário da CE cancela viagem ao Rio*, 28/05/1992, p.17.

¹⁷⁰ *Pesquisador defende a biodiversidade*, 29/05/1992, p.15.

Para o pesquisador entrevistado, que havia tocado em um dos pontos de forte *controvérsia* no âmbito das negociações da *CDB*, os países em desenvolvimento precisavam de recursos financeiros para estudar o patrimônio que detinham. Nesse sentido, para essa fonte, os países desenvolvidos tinham o dever de ajudá-los no custeio dessas pesquisas, uma vez que já haviam devastado os seus ecossistemas e acumulavam uma dívida histórica com a humanidade pelo desequilíbrio ecológico planetário que haviam causado.

Por outro lado, lideranças representativas de *Partidos Verdes* de vários países, reunidas em encontro no Rio, haviam declarado que, antes mesmo de ser iniciada, a *Rio-92* já poderia ser considerada um “fracasso”. Segundo noticiado¹⁷¹, as opiniões tinham como motivação a avaliação dos participantes de que havia faltado comprometimento dos países com o processo de negociação para a conclusão dos documentos centrais que seriam assinados na conferência, incluindo a *CDB* e a *Convenção do Clima*.

Mas foi a partir de uma matéria publicada no dia 31 de maio¹⁷², informando que o presidente dos Estados Unidos havia anunciado que não assinaria a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* que a cobertura jornalística analisada sinalizaria com uma mudança de enfoque em relação ao tema específico dessa Convenção que, até então, vinha sendo abordado, quase sempre, em pequenas notas.

Na matéria mencionada, foi abordado mais amplamente o motivo pelo qual os Estados Unidos discordavam do texto final que seria aberto à assinatura durante a *Rio-92*. Segundo informado, após duas semanas de negociações difíceis no Quênia, onde representantes de 88 países estiveram reunidos, o governo norte-americano havia confirmado o seu posicionamento contrário ao teor do documento por considerar que no seu conteúdo faltava proteção à propriedade industrial (patentes de invenções com base em diversidade biológica). A tentativa de regulamentação da segurança dos produtos de engenharia genética nos países em desenvolvimento também era causa de descontentamento.

Na mesma edição, outra matéria¹⁷³ informava que dentre os grandes desafios da *Rio-92* uma das principais polêmicas se referia à *CDB* já que além dos Estados Unidos,

¹⁷¹ Conferência é considerada um fracasso pelos “verdes”, 31/05/1992, p.30.

¹⁷² Bush não vai firmar acordo de biodiversidade, 31/05/1992, p.31.

¹⁷³ Futuro das espécies gera polêmica, 31/05/1992, p.34.

outros países desenvolvidos como o Japão, a Inglaterra e a França embora tivessem assinado a ata da *Convenção*, ao final da reunião no Quênia, haviam sinalizado com reservas em relação ao teor do documento. O motivo, também, era o entendimento de que faltava garantia em relação à propriedade intelectual de indústrias e pesquisadores envolvidos com patentes de engenharia genética.

Enquanto isso, países em desenvolvimento como o Brasil haviam defendido a partilha de lucros pelos resultados da industrialização de produtos com base na diversidade biológica, uma vez que as grandes reservas de biodiversidade estavam localizadas nessas nações. Vale ressaltar que essa questão específica só veio a ser definida, anos depois da *Rio-92*, por meio do *Protocolo de Nagoya de 2010*, conforme já abordado em capítulo desta tese, específico sobre os desdobramentos da *CDB*.

Com o início do mês de junho e a proximidade de abertura das atividades da *Rio-92*, o enfoque político associado ao anúncio de boicote à *CDB* pelo governo dos Estados Unidos tendeu a impulsionar o destaque do assunto na cobertura diária analisada, até o final da conferência.

A primeira matéria¹⁷⁴ do mês sobre esse assunto envolveu a repercussão da notícia com um diretor *PNUMA* que havia desembarcado no Rio. Essa fonte assegurou que a recusa dos Estados Unidos não inviabilizaria a assinatura do documento por outros países, uma vez que a maior parte dos participantes de encontro realizado no Quênia, nas duas semanas anteriores, havia aceitado o teor do tratado que seria oficializado a partir da *Rio-92* como um dos principais resultados da conferência.

Ainda segundo informado, uma liderança diplomática brasileira, no âmbito da organização da *Rio-92*, havia declarado total decepção com a atitude do presidente norte-americano, embora ainda acreditasse na possibilidade de mudança de postura no decorrer da conferência, opinião compartilhada pelo diretor do *PNUMA*.

Na mesma matéria foi ressaltada uma estimativa de risco de extinção de um quarto das espécies do planeta, nos 30 anos seguintes, levando em consideração o ritmo acelerado de perda de *habitats* globalmente, problema afetado principalmente pela devastação de florestas (tema abordado na terceira parte desse capítulo).

Apesar de expectativas positivas das fontes entrevistadas na matéria mencionada, no dia seguinte, outra notícia¹⁷⁵ cogitava a possibilidade de a *CDB* não ser

¹⁷⁴Tolba: *recuo americano não afeta pacto da biodiversidade*, 01/06/1992, p.15.

¹⁷⁵ *Grã-Bretanha ameaça não assinar o Tratado sobre Biodiversidade*, 02/06/1992, p. 14.

assinada também pela Inglaterra. Segundo informado, uma fonte do governo britânico havia opinado que a *Rio-92* vinha criando expectativas “irreais” e que, até então, a ideia daquele país era apenas de começar um processo de diálogo no Rio de Janeiro sobre possibilidades de parcerias.

Para um representante do alto escalão do governo britânico que também já havia desembarcado no Rio, tentando explicar mais claramente a posição oficial, não se podia esperar que em um contexto de crise econômica naquele período fosse possível alcançar o objetivo considerado ousado de levantar pelo menos US\$ 125 bilhões “para salvar o planeta”.

Por outro lado foi informado na mesma edição que o governo dos Estados Unidos havia anunciado, no dia anterior, um aumento na oferta de recursos financeiros para a proteção de florestas, valor que totalizaria US\$ 518,3 milhões, em 1993. Segundo noticiado, a medida sinalizaria com uma tentativa de redução das críticas àquele país por ter anunciado que não assinaria a *CDB*.

Diante dos acontecimentos, ONGs internacionais vinham se posicionando com fortes críticas à realização da *Rio-92*.¹⁷⁶ Nesse sentido, representantes de uma organização ambientalista de grande influência haviam afirmado no dia anterior terem expectativas de que a conferência seria um fracasso, diante de fatores como o boicote dos Estados Unidos à assinatura da *CDB*, os grandes interesses empresariais percebidos, dentre outros.

Em relação ao embate das ONGs com as empresas multinacionais, na semana anterior, havia sido divulgado que um documento de 70 páginas, denominado “*Greenwash*” (maquiagem verde), lançado pela mesma organização ambientalista, havia denunciado que grandes corporações, ao mesmo tempo em que divulgavam serem adeptas de práticas ecológicas, estavam envolvidas com acidentes e outros problemas ambientais de grandes impactos mundialmente, incluindo a destruição de florestas.

Segundo noticiado, a escolha da data para a publicação do relatório estaria relacionada à abertura, naquele dia, do *Fórum Industrial da Câmara de Comércio Internacional (CCI)* no Rio. Em contrapartida, um porta-voz havia afirmado que a instituição trabalhava em prol da ecologia há mais de 20 anos e que esteve presente também à *Conferência de Estocolmo*.

¹⁷⁶ *Greenpeace diz que a Conferência é um ‘problema ecológico’*, 02/06/1992, p.17.

Por outro lado, essa mesma fonte havia declarado, ainda, que embora existissem danos (relacionados à atividade industrial), os ecologistas pareciam não reconhecer que mudanças necessárias dependiam de “muito dinheiro”. Além disso, havia opinado que os custos ambientais deveriam ser repassados aos consumidores e que as regras de mercado teriam mais eficácia em eliminar as empresas de má conduta ecológica do que o controle legal.

Tais ponderações da instituição empresarial iam de encontro às ideias que o movimento ambientalista vinha buscando propagar de que a atuação dos governos, por meio da criação de políticas públicas, por sua vez, acompanhadas atentamente pelos grupos sociais, era considerada uma questão central para o enfrentamento da crise ambiental.

Assim, como vinha sinalizando a cobertura jornalística analisada no período pré-*Rio-92*, apresentada nessa retrospectiva, a agenda de temas considerados mais importantes naquela conferência, dentre os quais a conservação da biodiversidade, vinha sendo fortemente influenciada por *controvérsias* envolvendo diversos grupos sociais que, em nome da “salvação do planeta”, expressavam os seus posicionamentos, muitas vezes, tecendo críticas ao comportamento de outros segmentos. Esses revidavam às ironias e, dessa forma, a polêmica se multiplicava nas páginas diárias do jornal pesquisado.

Foi com base nesse “tom” de acirramento de controvérsias que o início das atividades da *Rio-92* foi anunciado em matéria do dia 3 de junho, com destaque para o embate “norte-sul” como o fio condutor das discussões que começariam naquela data.¹⁷⁷ O evento seria oficialmente aberto pelo presidente da República do Brasil, acompanhado de personalidades de referência na área ambiental. A partir de então, a conferência teria destaque na primeira página do jornal pesquisado diariamente.¹⁷⁸

Foi ressaltado, ainda, naquela edição¹⁷⁹, que no dia anterior, o clima já era de “polêmica” diante da repercussão de declarações de uma liderança do *PNUMA* que teria

¹⁷⁷ *Divergências marcam início da Conferência*, 03/06/1992, p.13.

¹⁷⁸ “*Divergências entre Norte e Sul marcam o início da Rio-92*” foi a manchete da primeira página do dia 03/06/1992.

¹⁷⁹ Foi informado que, após reuniões preparatórias que levaram dois anos e meio de negociações, a *Rio-92* teria a assinatura de cinco documentos principais: A *Declaração do Rio*, a *Agenda 21*, além de duas *Convenções – da Biodiversidade e do Clima* – bem como uma *Declaração de Princípios sobre Florestas*. Desses, a *Agenda 21* (com 350 parágrafos com colchetes que significam na linguagem diplomática temas ainda divergentes, dos quais aproximadamente a metade, se referia à questão de financiamento ambiental)

afirmado que os países desenvolvidos que não assinassem a *CDB* poderiam ter dificuldades para a realização de pesquisas biológicas nos países em desenvolvimento.

Mas, um dos temas mais controvertidos, segundo noticiado, se referia à conservação das florestas.¹⁸⁰ Isso porque os detentores de grandes remanescentes florestais, como a Malásia, o Brasil e a Indonésia, dentre outros, consideravam que os países desenvolvidos deveriam custear projetos ambientais nos países em desenvolvimento. Sem essa garantia de financiamento, tais nações se recusavam a estabelecer acordos.

Nesse sentido foi também informado que o Grupo dos *G-77* (formado por países em desenvolvimento) não admitiria intervenções na sua soberania em relação à gestão dos recursos naturais, com ênfase na questão da conservação florestal. Por conta do temor de pressões dos países desenvolvidos nesse sentido, tanto a Malásia como a Indonésia haviam inclusive ameaçado de não participarem da *Rio-92*.

Apesar desse contexto de intensas polêmicas, em discurso de 15 minutos, na abertura oficial da *Rio-92*, segundo noticiado no dia seguinte ao primeiro dia do evento, o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, havia evitado o uso da linguagem de “confronto norte-sul” que predominava naquele período. Assim, havia conclamado os participantes do evento a refletirem sobre a falta de condições planetárias para suportar a “lógica do infinito”. Nesse sentido havia reconhecido a falta de entendimento generalizado sobre o limite de provisão dos recursos naturais que, por sua vez, representam a força motriz da economia.

O então presidente havia ressaltado, ainda, que “o desenvolvimento” a partir dessa nova lógica discutida no âmbito da conferência representava a saída para os problemas planetários. Diplomáticamente, também havia sugerido, que os países desenvolvidos deveriam custear soluções tecnológicas e transferência de conhecimento para os países em desenvolvimento.

Diante da importância do grande evento, a cobertura da abertura da *Rio-92* foi extensa. Nas páginas seguintes as discussões giraram, principalmente, em torno dos embates diplomáticos¹⁸¹ que já estavam sendo travados para o alcance de avanços nos

e a *Declaração de Princípios sobre Florestas* permaneciam em aberto já que traziam conteúdos que despertaram inúmeras polêmicas.

¹⁸⁰*Florestas: Malásia endurece posição*, 03/06/1992, p.14.

¹⁸¹*Estratégia dos ricos depende da posição dos Estados Unidos*, 04/06/1992, p.16.

processos de negociações centrais. No âmbito dos países desenvolvidos, as decisões seriam fortemente influenciadas pelo posicionamento dos Estados Unidos, segundo informado.

Parte da edição voltava a destacar a pauta da conservação das florestas como tema estratégico para os Estados Unidos e a percepção de personalidades na área ambiental, incluindo a primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, que havia declarado a intenção de tentar convencer o país a mudar de posicionamento sobre a assinatura da *CDB*.

No dia seguinte à abertura da conferência a manchete do jornal pesquisado destacou a primeira assinatura no âmbito da *Convenção do Clima*, pelo presidente da República brasileiro.¹⁸² O político considerou que, mesmo não atendendo às expectativas dos segmentos sociais que desejavam ações concretas em favor do ambiente, o documento continha mecanismos que poderiam ser aperfeiçoados no futuro e a sua assinatura sinalizava com um entendimento sobre o desafio relacionado à questão climática global.

No contexto das negociações em curso, foi informado¹⁸³ que a *Declaração do Rio*, considerado o documento síntese da *Rio-92*, embora tenha vindo pronta da última reunião preparatória realizada em Nova York, havia começado a causar polêmicas entre os participantes da conferência.¹⁸⁴

Diante do posicionamento anunciado pelo governo dos Estados Unidos, as ONGs ambientalistas divulgaram¹⁸⁵ que traçariam uma estratégia de atuação conjunta para pressionar os países desenvolvidos a assinarem a *Convenção sobre Diversidade Biológica*. As lideranças desse segmento social temiam que a *Rio-92* chegasse ao final sem um comprometimento concreto dos seus participantes, sobretudo, em relação à conservação da biodiversidade.

¹⁸² *Brasil se compromete a reduzir poluição*, 05/06/1992, p.1.

¹⁸³ *Carta de Princípios volta a ser tema de discussões*, 05/06/1992, p.15.

¹⁸⁴ Segundo informado, um dos pontos de discordância se referia ao *Princípio 3* que afirmava que todos os países tinham o direito ao desenvolvimento. Os Estados Unidos haviam solicitado modificação no texto, uma vez que por esse princípio, ficou estabelecido que os países desenvolvidos deveriam apoiar as nações em desenvolvimento no sentido de reduzir o “abismo” tecnológico existente entre esses dois grupos.

¹⁸⁵ *ONGs vão pressionar países ricos*, 05/06/1992, p.17.

Paralelo à ofensiva anunciada pelas ONGs, as lideranças dos países desenvolvidos decidiram lançar uma mobilização articulada¹⁸⁶ para convencer os países em desenvolvimento, ainda grandes detentores de florestas ao redor do mundo, a firmarem um pacto, posterior à *Rio-92*, no qual se comprometeriam a conservá-las. Esse grupo argumentava que, embora estivesse sendo negociada uma *Declaração de Princípios sobre Florestas*, no âmbito da conferência, o documento não tinha valor jurídico.

Para tal, a ideia era de se discutir uma convenção específica para a questão florestal, o que para os países em desenvolvimento soava como um esforço desnecessário e contraditório já que no âmbito da conferência estava em curso o processo de assinatura da *Convenção sobre Diversidade Biológica* que tratava do tema no seu conteúdo.

Uma fonte do governo inglês afirmou que o grupo estava disposto a eliminar as “suspeitas” dos países em desenvolvimento de que a proposta dos países desenvolvidos representava uma tentativa de intervenção no processo de gestão dos seus recursos naturais. Mas admitiu, também, que a ideia era vincular a liberação de aporte financeiro ao compromisso de conservação e uso sustentável dos recursos florestais pelos recebedores de apoio.

Entretanto, uma fonte do governo brasileiro afirmou que nenhum país detentor de grandes áreas florestais no mundo aceitaria esse tipo de negociação proposta pelos representantes dos países “ricos”.

Em contrapartida, o boicote do governo dos Estados Unidos à *CDB* continuava sendo alvo de destaque na cobertura jornalística analisada. Assim, em nova matéria¹⁸⁷ sobre o tema, chegou a ser cogitada a possibilidade de reavaliação do posicionamento do então presidente George Bush, com base em conversas de bastidores da conferência, segundo mencionado. Mas uma fonte do governo americano não somente desmentiu a informação, como reafirmou o posicionamento contrário daquele país aos termos da *CDB*, que de um tratado para a conservação das espécies, segundo ressaltado, tinha sido transformado em um documento “com linguagem inapropriada” sobre direitos de propriedade intelectual, transferência de recursos e tecnologia, entre outras questões polêmicas.

¹⁸⁶ *Países ricos querem pressionar pobres a manter suas florestas*, 05/06/1992, p.18.

¹⁸⁷ *EUA reafirmam boicote à Convenção*, 05/06/1992, p.18.

Diariamente, entre quatro e cinco páginas do jornal pesquisado eram dedicadas aos temas da conferência. Em função da desavença político-diplomática envolvendo os Estados Unidos, a questão da assinatura da *CDB* começava a ser destaque em manchetes na primeira página.

Nesse sentido, no dia seguinte à declaração de uma fonte governamental dos Estados Unidos de que não havia possibilidade de reavaliação da decisão do presidente daquele país quanto à assinatura da *CDB*, outra notícia com manchete na primeira página¹⁸⁸, informava que as controvérsias relacionadas à pauta ambiental teriam provocado uma crise entre o governo dos Estados Unidos e uma liderança da delegação americana na *Rio-92*.

Segundo informado¹⁸⁹, com base em notícia divulgada no dia anterior pelo jornal americano “*The New York Times*”, uma liderança diplomática da delegação americana teria tentado persuadir o então presidente George Bush a mudar de ideia e assinar a *CDB*. Entretanto, diante da divulgação do assunto nesse jornal de grande influência do seu país, o político teria demonstrado grande irritação e teria reafirmado que não assinaria o documento.

Como parte do incidente diplomático gerado por essa questão, também foi divulgado naquela ocasião, pelo jornal norte-americano mencionado, que informações confidenciais às quais o veículo tinha tido acesso, com exclusividade, confirmariam que o então presidente dos Estados Unidos teria sido comunicado por integrantes da delegação norte-americana na *Rio-92*, que o governo brasileiro daria “um jeitinho” de modificar o documento da *CDB* para que aquele país pudesse aprová-lo.

Em repercussão à notícia divulgada, embora lideranças governamentais do Brasil tenham negado que houvesse qualquer perspectiva de alterações no texto aprovado da *CDB*, foi informado, em outra matéria analisada¹⁹⁰, que de acordo com o relato de um senador americano, o governo brasileiro vinha negociando “nos bastidores” com outros países, possíveis ajustes no conteúdo da *CDB* para que houvesse a adesão dos Estados Unidos ao documento.

¹⁸⁸ *Crise divide delegação dos EUA na Rio-92*, 06/06/1992, p.1.

¹⁸⁹ *EUA: biodiversidade gera crise no governo*, 06/06/1992, p.15.

¹⁹⁰ *Senador confirma tentativa de acordo*, 07/06/1992, p.24.

Mas, vale ressaltar que, independentemente da postura governamental dos Estados Unidos que continuava reafirmando ser contrária à *CDB*, desde 5 de junho, o primeiro dia de coleta de assinaturas oficiais, outros países vinham aderindo a essa *Convenção*.¹⁹¹

O então presidente da República do Brasil, Fernando Collor de Melo, foi o primeiro a assinar a *CDB*, ocasião em que defendeu que os países detentores de recursos genéticos deveriam receber pelos lucros advindos do uso comercial desses insumos naturais, assim como deveria haver uma distribuição equitativa em relação aos conhecimentos tradicionais. Vale ressaltar que esse é um dos principais eixos da *Convenção*.

Foi ressaltado, ainda, que o *Princípio 3 da CDB*, um dos mais importantes do documento, reproduzia o *Princípio 3 da Declaração de Estocolmo* sobre direito à soberania na exploração de recursos genéticos, tema que tem gerado grande controvérsia em todo o histórico da *Convenção* e não somente durante a *Rio-92*.

Segundo informado, até o dia 14 de junho daquele ano, a *CDB* estaria aberta a assinaturas pelos participantes da *Rio-92*. Depois disso, passaria mais um ano na sede da *ONU*, também aberta a adesões internacionais. Posteriormente, cada signatário teria que criar leis nacionais para ratificar essa *Convenção*.

Com enfoque na repercussão do significado simbólico da abertura de assinatura da *CDB* na *Rio-92*, outra matéria destacava¹⁹² que ao assegurar o princípio de soberania dos países na exploração dos seus recursos genéticos, o documento havia sinalizado com a perspectiva de avanços no campo da biotecnologia no “Terceiro Mundo”. Por esse motivo, segundo lideranças governamentais entrevistadas, o conteúdo não havia agradado a todos os países envolvidos nos debates sobre essa *Convenção*.

Foi ressaltado que, até então, os produtos desenvolvidos a partir de biotecnologia e derivados de recursos naturais tropicais movimentavam US\$ 200 milhões anuais e os lucros ficavam, em maior parte, nas mãos dos países desenvolvidos que detinham as principais tecnologias de pesquisa e transformação industrial. A partir da *CDB*, a expectativa dos países em desenvolvimento era que a situação pudesse ser modificada.

¹⁹¹ *Dezesseis países aderem à biodiversidade*, 06/06/1992, p.16.

¹⁹² *Biotecnologia ao alcance dos pobres*, 06/06/1992, p.16.

Também foi informado que os negociadores se esforçariam para aprovar os mesmos princípios sobre conservação da biodiversidade também na *Agenda 21*.

Mas, no decorrer das atividades diárias da *Rio-92*, dentre tantas outras polêmicas existentes, a questão das controvérsias sobre o processo de assinatura da *CDB* continuava evoluindo como um dos temas de maior destaque na cobertura jornalística analisada, justamente pela perspectiva do embate “norte-sul”.

Nesse contexto, as ONGs ambientalistas e os movimentos sociais vinham sinalizando com grande capacidade de articulação contra o viés político-diplomático das discussões. Dessa forma, a estratégia anunciada anteriormente, de confrontar as lideranças internacionais com a cobrança por reais compromissos em relação à pauta ambiental, com ênfase na agenda verde, tendeu a conquistar mais espaço nas páginas do jornal.

Diante das circunstâncias mencionadas, enquanto na esfera diplomática, lideranças do governo alemão haviam anunciado publicamente que assumiriam as negociações com intuito de reverter a decisão do governo dos Estados Unidos de não assinarem a *CDB*¹⁹³, ativistas brasileiros e estrangeiros, integrantes de ONGs e movimentos sociais, saíram em passeata, na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, contra a postura do presidente norte-americano¹⁹⁴. O assunto foi manchete na primeira página do jornal e também na primeira página do caderno especial sobre a *Rio-92* que começou a circular diariamente, a partir da segunda semana de realização da conferência.

Eleito por esses grupos sociais como o “vilão” da *Rio-92*, o político foi acusado de não estar preocupado em “salvar a Terra”, conforme mensagens expressas em faixas, cartazes e nas entrevistas concedidas pelos ativistas. As manifestações sinalizavam, assim, com a percepção negativa de alguns interlocutores que questionavam a falta de compromissos dos Estados Unidos no âmbito das *Convenções* em processo de assinatura na conferência.

Em continuidade ao crescimento da repercussão do tema frente à opinião pública, outras notícias, ainda que motivadas por diálogos estabelecidos “nos bastidores” da conferência, expressavam percepções diversas sobre a controvérsia, envolvendo o boicote à *CDB* pelo governo dos Estados Unidos. Nesse sentido, segundo

¹⁹³ *Alemanha negociará Biodiversidade com EUA*, 07/06/1992, p.24.

¹⁹⁴ *Caminhada ecológica elege Bush como vilão*, 08/06/1992, p.1.

informado em outra matéria analisada¹⁹⁵ uma fonte da delegação norte-americana havia declarado que esse tipo de posicionamento oficial teria causado “surpresa” e “mal-estar”, até mesmo para os técnicos daquele país que vinham acompanhando as negociações no âmbito da *Rio-92*.

A mesma fonte havia afirmado, ainda, que o político, além de estar mais preocupado com as eleições nos Estados Unidos, para as quais tentaria se reeleger, vinha sendo fortemente influenciado por uma ala do seu governo que considerava a ecologia “uma ameaça” à economia.

Mas, paralelo à grande controvérsia formada em torno do posicionamento dos Estados Unidos em relação à *CDB*, outras questões polêmicas continuavam sendo debatidas no âmbito da *Rio-92* e, algumas decisões, sinalizavam tanto com perdas como com ganhos resultantes do “jogo de forças” econômicas e políticas que vinha sendo expresso na cobertura jornalística diária.

Com essa perspectiva foi informado¹⁹⁶ que o *G-77*, grupo formado pelos países em desenvolvimento, havia anunciado formalmente que estaria desistindo da reivindicação de criação de um novo fundo independente destinado ao financiamento de ações ambientais, acordadas durante a *Rio-92*. O grupo também havia declarado ter concordado que o *Fundo Ambiental Global (GEF)*, na sigla em inglês, criado pelo *Banco Mundial* em 1991, exercia um importante papel no processo de financiamento dessas ações.

Levando em consideração o teor das notícias divulgadas anteriormente, relacionadas à forte *controvérsia* sobre essa temática, o desfecho noticiado tendeu a sinalizar que o grupo de países economicamente menos favorecidos não havia conseguido resistir às pressões político-diplomáticas decorrentes da tentativa de impedirem que a liderança no financiamento às ações ambientais fosse exercida pelo *Banco Mundial*.

Por outro lado, ainda segundo a matéria mencionada, a aceitação dos *G-77* de abrir mão da reivindicação de criação de um fundo ambiental independente, havia implicado em uma concordância do *Banco Mundial*, também anunciada publicamente, de ampliar tanto o processo de transparência em relação às ações do *GEF* como de equilíbrio na distribuição dos recursos financeiros internacionalmente.

¹⁹⁵*Biodiversidade: boicote de Bush desaponta seus próprios técnicos*, 08/06/1992, p.5.

¹⁹⁶*Países pobres abrem mão da criação de um novo fundo*, 08/06/1992, p.2.

Ainda no contexto de definições sobre a agenda da *Rio-92* foi anunciada¹⁹⁷ a assinatura do decreto de criação do *Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)*¹⁹⁸, pelo governo brasileiro. O principal intuito da iniciativa foi de propor a criação de um modelo de gestão florestal sustentável no Brasil, com base na interface entre representações de órgãos governamentais e de ONGs ambientalistas que integrariam a comissão de coordenação do programa.

Em relação à agenda da conservação da biodiversidade, além das questões de ordem diplomática, na cobertura jornalística o tema agregava considerações de personalidades influentes que vinham participando da *Rio-92*. Nesse sentido, um pesquisador dos Estados Unidos, reconhecido como referência internacional sobre o tema¹⁹⁹, ainda que tenha evitado opinar sobre o boicote do seu país à *CDB*, uma vez que integrava a delegação oficial, buscou ressaltar questões de ordem científica sobre essa temática.

Para essa fonte mencionada, dentre os problemas que interferiam na conservação da biodiversidade em regiões como a Amazônica, se destacavam a fraca atuação em fiscalização, a instabilidade existente nos órgãos ambientais e a falta de recursos financeiros para investir na solução desses problemas.

Outro problema mencionado pelo cientista foi a falta de informação sobre o “estado da arte” da conservação da biodiversidade (problema também de alcance mundial). Nesse sentido, anunciou que pretendia negociar com o governo brasileiro, a realização de um grande mapeamento das espécies da biodiversidade nacional para que, dessa forma, o país pudesse decidir o que fazer com esses recursos.

Mas, para além dos debates político-diplomático e científico relacionados à agenda da *Rio-92*, as ONGs e movimentos sociais continuavam sinalizando com o

¹⁹⁷ *Collor cria programa para a preservação de florestas*, 08/06/1992, p.7.

¹⁹⁸ Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação geral do *PPG7*, essa representa a maior iniciativa de cooperação internacional na área ambiental para um tema de importância global como a conservação e o uso sustentável das florestas. Tem ênfase na Amazônia e na Mata Atlântica e, além do viés ambiental, visa à melhoria da qualidade de vida das populações inseridas nesses biomas brasileiros. <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>

¹⁹⁹ O biólogo Thomas Lovejoy, um dos principais especialistas mundiais em biodiversidade, para quem a dívida externa dos países poderia ser convertida em programas de recuperação ambiental. Foi um dos primeiros estudiosos a relacionar os efeitos das mudanças climáticas, dentre os quais, a elevação da temperatura, à extinção de espécies em nível mundial.

fortalecimento das ações articuladas de protesto sobre os rumos dos debates promovidos no âmbito da conferência.

Assim, um protesto realizado por 150 ONGs foi destaque novamente na primeira página do jornal analisado.²⁰⁰ Na primeira página²⁰¹ do caderno especial sobre a *Rio-92* a manifestação também foi apresentada como tema mais importante da edição. Segundo informado, as delegações internacionais haviam sido alvo dos ambientalistas que, no dia anterior, elegeram os “inimigos da ecologia”.²⁰² Segundo informado, o primeiro lugar foi para os Estados Unidos, pela postura “destrutiva” em relação à *CDB* e à *Convenção do Clima* e, também, por tentarem obstruir a aprovação de sete dos dez princípios da *Agenda 21* em negociação, até então.

Ainda na mesma edição foi informado²⁰³ que os jornais britânicos vinham destacando a pressão dos ecologistas para a aprovação da *CDB* e o trabalho de articulação político-diplomática que as delegações dos países desenvolvidos vinham desempenhando “nos bastidores” para evitar o isolamento dos Estados Unidos no âmbito da *Rio-92*.

Por outro lado foi mencionado, na mesma edição²⁰⁴ que os Estados Unidos e os países integrantes da *Comunidade Europeia (CE)* deveriam manifestar discordâncias sobre o tema de criação de normas de segurança para organismos geneticamente modificados, alvo de grandes embates no contexto do *capítulo 16* da *Agenda 21* que estaria em debate na *Rio-92*.

Uma questão que também sinalizava com preocupações, segundo outra notícia publicada²⁰⁵ se referia à continuidade das indefinições nas negociações sobre financiamento ambiental, considerado um dos conteúdos mais importantes na *Rio-92* já que garantiriam alternativas de implementação dos acordos celebrados durante a conferência. Foi informado, assim, que a 48 horas do prazo final para encerramento das

²⁰⁰ *ONGs elegem EUA os vilões da Conferência*, 09/06/1992, p.1.

²⁰¹ *ONGs denunciam inimigos da ecologia*, 09/06/1992, p.1.

²⁰² A Arábia Saudita (tentou impedir avanços nas discussões sobre energias renováveis) e o Japão (por assumir postura de amigo do ambiente, mas ao mesmo tempo apoiar as decisões dos EUA) ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

²⁰³ *Biodiversidade domina noticiário na imprensa britânica*, 09/06/1992, p.6.

²⁰⁴ *Biotecnologia promete dividir países*, 09/06/1992, p.3.

²⁰⁵ *Acordo sobre dinheiro ameaça desmoronar*, 09/06/1992, p.3.

discussões, o texto elaborado por diplomatas brasileiros havia começado a “desmoronar” com as discordâncias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, processo que teria resultado na apresentação de mais de 40 emendas ao documento em negociação.

Já no dia 10 de junho, uma semana após o início da *Rio-92*, foi informado que a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* já estava garantida²⁰⁶, uma vez que contava com 31 assinaturas, até então, quando o mínimo exigido para a entrada em vigor desse documento era a adesão de 30 signatários. Ainda segundo a matéria mencionada, outros 94 países já haviam se comprometido a assiná-lo, isolando, assim, os Estados Unidos, que se negaram a firmar o acordo.

Na mesma edição foi informado, ainda, que até o dia anterior, os Estados Unidos não tinham certeza se assinariam a *Declaração do Rio*, documento-síntese da *Rio-92*. Uma fonte do governo americano havia afirmado que três pontos²⁰⁷ geravam discordância em relação ao documento.

Em face de tantas *controvérsias*, às vésperas do prazo final para conclusão dos textos de todos os documentos que começariam a ser discutidos pelos chefes de Estado, em reunião a partir do dia 12 de junho, uma liderança governamental da área ambiental declarou, em entrevista²⁰⁸, que não acreditava no sucesso da *Rio-92*. Essa fonte mencionada afirmou, ainda, que não vislumbrava perspectivas de êxito²⁰⁹ em acordos que pregavam somente “princípios éticos”, como o caso da *Agenda 21*.

Antes da reunião dos chefes de Estado, dentre os temas discutidos na agenda da *Rio-92*, as *controvérsias* envolvendo a conservação da biodiversidade e a questão de financiamento dos projetos ambientais representavam os principais destaques na cobertura analisada.

²⁰⁶ *Biodiversidade: convenção já está garantida*, 10/06/1992, p.2.

²⁰⁷ O *Princípio 3* (relacionado ao direito ao desenvolvimento), o *Princípio 7* (pelo qual os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade na busca pelo desenvolvimento sustentável, uma vez que foram os que mais degradaram o ambiente, historicamente) e *Princípio 23* (populações de territórios ocupados têm direito a recursos naturais conservados).

²⁰⁸ *Secretário de Meio Ambiente não crê no sucesso da Rio-92*, 10/06/1992, p.1.

²⁰⁹ A declaração provocou irritação no alto escalão do governo brasileiro e, diante da situação essa fonte solicitou afastamento do cargo após a *Rio-92*.

Nesse sentido foi informado²¹⁰ que o grupo de trabalho sobre biodiversidade vinha enfrentando dificuldades para dar andamento às discussões sobre o tema em capítulo específico no âmbito da *Agenda 21*. As divergências envolviam diferentes percepções sobre essa pauta. Na visão de alguns negociadores, os países fornecedores de produtos à base em matérias-primas da biodiversidade não poderiam ter mais direitos do que aqueles de onde essas substâncias naturais foram retiradas. Enquanto para outros, era difícil definir a origem exata de diversos organismos genéticos.

Quanto às negociações sobre financiamento ambiental foi divulgado²¹¹ no dia 11 de junho que a polêmica discussão sobre o tema havia sido concluída. Mas, ainda que os países desenvolvidos tenham concordado que custeariam ações ambientais nos países em desenvolvimento, ficaram sem definições tanto o prazo, como o volume de recursos que seria destinado para o alcance desse objetivo, questões primordiais nesse tipo de negociação. Tais lacunas teriam que ser decididas pelos chefes de Estado, na fase final do evento.

Apesar das indefinições mencionadas, uma fonte da diplomacia brasileira havia afirmado que o acordo era considerado muito importante para países como o Brasil e permitiria grandes avanços no futuro.

No contexto dos debates finais, a cobertura jornalística analisada continuava expressando as principais pressões dos grupos sociais participantes da conferência. Nesse sentido, enquanto a *Comunidade Europeia (CE)* advogava que era preciso agir com celeridade em relação à agenda ambiental e não esperar pela entrada em vigor dos documentos acordados,²¹² as ONGs ambientalistas continuavam demonstrando descontentamento com os rumos das negociações e também com o posicionamento do governo dos Estados Unidos.

Assim, na mesma edição foram divulgados dois atos de protesto. Uma passeata²¹³ das ONGs participantes do *Fórum Global* pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com parada em frente à sede do *Consulado dos Estados Unidos*, onde se manifestaram contra o posicionamento daquele país em relação aos principais documentos da *Rio-92*. A outra manifestação do movimento ambientalista foi a

²¹⁰ *Biodiversidade: briga por uma definição cria dificuldades*, 11/06/1992, p.6.

²¹¹ *Texto sobre finanças deixa em aberto questões principais*, 11/06/1992, p.3.

²¹² *CE quer que acordos entrem em vigor já*, 11/06/1992, p.1.

²¹³ *Passeata ecológica se une a grevistas e CUT para protestar*, 11/06/1992, p.8.

instalação de um balão inflável²¹⁴ de 17 metros de comprimento, em frente a um grande centro comercial da cidade, para chamar a atenção da opinião pública sobre o desmatamento e sobre as negociações da chamada *Declaração de Princípios sobre as Florestas* que havia começado a ser discutida no dia 10 de junho.

Para um dirigente da ONG organizadora do protesto com o balão inflável, a *Declaração* era considerada um documento sem força pelo movimento ambientalista já que não abordava as causas da destruição das florestas, associadas, segundo opinou, a fatores como a pobreza, o endividamento dos países e o poder das empresas multinacionais que exploravam os seus recursos. O ambientalista argumentou, ainda, que os Estados Unidos estavam oferecendo recursos para projetos florestais nos países tropicais para desviar a atenção da opinião pública sobre a “intransigência” do governo frente à importância de documentos como a *CDB* e a *Convenção do Clima*.

Já na fase final das negociações, a cobertura jornalística analisada destacava em manchete na primeira página²¹⁵, um dos eventos mais aguardados da *Rio-92*: o encontro de mais de 100 chefes de Estado que seria iniciado em 12 de junho e concluído dois dias depois.

Segundo anunciado, aquele representaria o maior encontro de líderes mundiais realizado, até então, do qual participariam os chefes de Estado, cuja principal missão seria a assinatura de documentos oficiais, dentre os quais, a *CDB*. Foi informado, ainda, que o grande momento de confraternização da chamada *Cúpula da Terra* seria no dia seguinte, quando as lideranças estariam todas reunidas em uma mesa de 20 metros de diâmetro, com 116 lugares.

Na mesma edição foi informado que o *Banco Mundial* havia anunciado a reformulação do *Fundo Ambiental Global* (*GEF*, na sigla em inglês) assim que fossem ratificadas a *CDB* e a *Convenção do Clima*, de forma a rever o gerenciamento de recursos para quatro temas prioritários: florestas, clima, desertificação e recursos hídricos.

Por outro lado, vinha sendo ressaltado na cobertura jornalística analisada que, embora houvesse uma expectativa de confraternização entre os chefes de Estado, algumas questões continuavam sem definição e dependeriam de muita habilidade

²¹⁴ *Motosserra gigante é usada em protesto*, 11/06/1992, p.8.

²¹⁵ *O encontro marcado dos donos do mundo*, 12/06/1992, p.1.

diplomática. Nesse sentido, segundo informado²¹⁶, após uma longa jornada de debates e da visível exaustão física dos negociadores era possível observar que a *Rio-92* estava dividida entre dois grandes grupos que buscavam defender seus próprios interesses durante o evento: o bloco dos países desenvolvidos que detinham o poder financeiro e tecnológico nas mãos e o de nações em desenvolvimento, detentoras de recursos naturais em grande escala.

Ainda segundo noticiado na matéria mencionada, o bloco de países desenvolvidos, formado pelos Estados Unidos, o Japão e os membros da Comissão Europeia, havia intensificado as pressões para que os países em desenvolvimento, grandes detentores de florestas como o Brasil e a Malásia, aceitassem negociar no texto da *Declaração de Princípios sobre Florestas* um artigo para a criação futura de uma convenção para tratar especificamente desse tema, já que aquela *Declaração* assinada na conferência não teria força legal. No entanto, a proposta mais uma vez não havia sido aceita.

Na edição do dia 13 de junho, com manchete na primeira página²¹⁷ do jornal pesquisado, foi dado destaque ao discurso do então presidente dos Estados Unidos, George Bush, que, durante o primeiro dia de atividades dos chefes de Estado presentes à *Rio-92*, havia afirmado que o seu objetivo na conferência não era de pedir desculpas por não ter assinado a *Convenção sobre Diversidade Biológica*.

Na matéria completa²¹⁸ no caderno especial sobre a conferência, foi informado que o “Riocentro parou” para ouvir o discurso mais aguardado da *Rio-92*, pelo qual depois de afirmar que não havia vindo à conferência para pedir desculpas pelo seu posicionamento, o então presidente dos Estados Unidos ressaltou que em termos de proteção ambiental o seu país tinha um histórico de engajamento. Enfatizou, ainda, que embora o “isolamento” fosse uma questão difícil de ser administrada, muitas vezes poderia sinalizar, também, com “capacidade de liderança”.

Além disso, foi informado que o político pretendia aumentar em 66% os recursos destinados aos projetos de cooperação para a conservação florestal, além de ter mencionado a importância dos países em desenvolvimento pela liderança que exerciam em termos de recursos naturais.

²¹⁶ *Impasse continua depois de noite de negociação*, 12/06/1992, p.3.

²¹⁷ *Bush: ‘Não vim aqui pedir desculpas’* 13/06/1992, p.1.

²¹⁸ *Bush reafirma isolamento e diz que não veio pedir desculpas*, 13/06/1992, p.1.

Na mesma edição foi informado que representantes de seis ONGs ambientalistas norte-americanas haviam se reunido com o presidente George Bush no hotel onde o político estava hospedado. Durante o encontro, um ambientalista de reconhecida influência, segundo ressaltado, havia repassado ao presidente uma carta assinada por 14 das maiores ONGs internacionais com atuação ambiental, solicitando a assinatura da *CDB*. No entanto, o esforço não havia alcançado o êxito esperado.

Com base na repercussão de todas as notícias relacionadas ao assunto, naquele mesmo dia, foi ainda informado que manifestantes haviam se mobilizado e saído às ruas, mais uma vez, em passeata de protesto, contra a atitude do então presidente norte-americano.

Nesse ambiente conturbado de cobertura dos embates finais da *Rio-92*, outro tema de destaque na edição do dia 13 de junho foi a conclusão da controvertida *Declaração de Princípios sobre Florestas*. O documento, ainda que sem valor legal, foi apresentado como um “orientador” para processos de tomada de decisão pelos países.²¹⁹

Ainda que diplomatas brasileiros tenham elogiado o documento, dirigentes de duas grandes ONGs americanas opinaram que o então presidente dos Estados Unidos além de não ter assinado a *CDB*, teria tentado “forçar” a aceitação de uma convenção específica sobre florestas para desviar a atenção da opinião pública.

Na edição de 14 de junho, último dia de atividades da *Rio-92*, foi publicada uma entrevista, concedida pelo então presidente dos Estados Unidos, na qual o político havia reafirmado, perante correspondentes de veículos de comunicação internacionais, o seu posicionamento contrário à *CDB*. Na ocasião, havia ressaltado, mais uma vez, que liderar não significava seguir com todos na mesma direção e, assim, reiterado, alguns dos pontos que já tinham marcado seu discurso no *Encontro de Cúpula*.

Por outro lado, aquela edição em uma das suas mensagens centrais²²⁰ sinalizava que a falta de recursos financeiros poderia inviabilizar os acordos assinados durante a *Rio-92*. Nesse sentido, as informações tenderam a um alinhamento com as expectativas que haviam sido lançadas na cobertura jornalística analisada em janeiro daquele ano, quando fontes diplomáticas mencionavam que esse seria um dos grandes problemas a enfrentar, levando em consideração que a maioria dos países estava impactada pelos efeitos da crise econômica naquela época.

²¹⁹*Declaração sobre Florestas fica pronta*, 13/06/1992, p.3.

²²⁰*Falta de verba pode inviabilizar acordos*, 14/06/1992, p.1.

Ainda segundo noticiado na matéria mencionada, até o final da tarde de 13 de junho, quando foi finalizado o documento sobre apoio oficial dos países desenvolvidos para a implementação de projetos ambientais nos países em desenvolvimento (até o ano 2000), não ficaram definidas datas para repasses dos recursos.

Na edição de 14 de junho foi ressaltado, ainda, que o Brasil tinha sido “o grande vencedor” da *Rio-92*²²¹ por ter sido o anfitrião da conferência na qual haviam sido aprovados importantes documentos, dentre os quais, a *CDB* e a *Convenção do Clima*. De acordo com a análise apresentada, o país havia, também, saído da conferência fortalecido pela capacidade de articulação e liderança no âmbito do grupo de países em desenvolvimento. O papel exercido pelas ONGs foi ressaltado pela importância que desempenhou no sentido de incentivar o processo de tomada de decisões políticas.

Após o encerramento da *Rio-92*, ao meio-dia de 14 de junho, o secretário-geral da conferência, Maurice Strong, declarou ter ficado decepcionado em relação à falta de decisões mais firmes, sobretudo quanto à fixação de prazos e metas para as ações ambientais consideradas necessárias, a partir de então.

Essa fonte de larga experiência na área ambiental sintetizou, ainda, nas suas conclusões, que, desde a realização da *Conferência de Estocolmo*, em 1972, a falta de vontade política vinha representando a principal causa de fracasso na implementação de ações para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na preocupação com as questões ambientais.

Apesar das dificuldades enfrentadas e das divergências que marcaram os debates durante 12 dias de evento, essa fonte estimou que entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões deveriam ser destinados como recursos novos ao custeio das ações ambientais, anualmente, por meio de algumas ações em cooperação anunciadas.

Ainda, segundo sintetizado na matéria mencionada, a *Rio-92* havia conseguido reunir seis mil delegados de 180 países, mais de 100 chefes de Estado e cerca de 8 mil jornalistas entre os dias 3 e 14 de junho.

Nesse contexto, para o então presidente da República, em sua última mensagem aos participantes no encerramento do evento, o mundo não seria mais o mesmo depois daquele grande evento, embora as questões ali discutidas não se esgotassem com o

²²¹ *Rio-92 propõe uma nova ordem mundial*, 14/06/1992, p.3.

término do encontro, muito pelo contrário, indicassem novos percursos, além de sinalizar, também, com perspectivas tanto de avanços como de dilemas.

Vale ressaltar que, em 15 de junho, as últimas notícias referentes à conclusão da *Rio-92*, no dia anterior, tinham como destaque um balanço sobre a situação da *CDB*. Segundo informado²²², mesmo diante do posicionamento contrário do governo dos Estados Unidos, até então, 154 países haviam se comprometido em criar mecanismos legais para a implementação dessa *Convenção*.

Ainda segundo informado, o documento continuaria aberto às adesões na sede da ONU, em Nova York. A matéria, sem entrevistados para repercutir o conteúdo, abordava perspectivas e desafios com base na interpretação jornalística de alguns pontos considerados relevantes do texto oficial.

Nesse sentido, como diretrizes para o alcance de um dos principais objetivos propostos no âmbito da *CDB* (conservação e uso sustentável da biodiversidade) foram mencionados na matéria analisada, a criação de áreas protegidas, a realização de estudos, além do intercâmbio de informações entre as nações sobre as temáticas que perpassam o documento. Da mesma forma foram reconhecidos como elementos centrais ao sucesso das ações, a transferência de tecnologia e o financiamento de projetos e pesquisas científicas.

Por outro lado, em relação à conservação da biodiversidade, especificamente, foi informado em outra matéria analisada²²³ que a aprovação da polêmica *Declaração de Princípios sobre Florestas* havia sinalizado com diretrizes de implementação de estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos florestais em todo o mundo, embora fosse um documento sem valor legal.

Nas análises finais sobre os resultados da *Rio-92*, alguns grandes números foram destacados²²⁴ naquela que foi comparada a uma maratona de “salvação planetária” da degradação ambiental. Segundo informado, 6 mil delegados de 180 países estiveram reunidos durante 150 horas, no Riocentro, com intuito de negociação dos principais documentos da conferência. Nesse sentido, aquele centro de convenções que sediou o grande evento recebeu, diariamente, 20 mil visitantes, incluindo jornalistas,

²²² *Biodiversidade continua aberta a adesões da ONU*, 15/06/1992, p.2.

²²³ *Florestas têm documento avançado, mas sem valor legal*, 15/06/1992, p.2.

²²⁴ *Riocentro tem maratona de 150 horas para salvar o Planeta*, 15/06/1992, p.4.

representantes de ONGs, funcionários, negociadores nacionais e internacionais, além de outros interlocutores sociais.²²⁵

As negociações resultaram no consumo de 225 toneladas de papel para impressão de documentos (produto reciclado, trazido da Europa). No balanço geral atualizado foi afirmado, ainda, que o Brasil foi considerado o país que mais lucrou com a conferência, já que até o final do evento, havia recebido promessa de mais de US\$ 900 milhões para financiamento de projetos ambientais, com ênfase na conservação da floresta amazônica.

No contexto do balanço final sobre a *Rio-92*, a cobertura jornalística analisada expressava uma constatação. Segundo afirmado em matéria publicada no dia 15 de junho “a biodiversidade caiu na boca do povo”.²²⁶ A afirmativa teve como embasamento uma pesquisa realizada pelo jornal com intuito de colher percepções sobre a conferência, na qual 450 pessoas foram entrevistadas.

Segundo informado, para a pergunta “Quais os temas mais importantes?” um total de 52,55% entrevistados havia respondido biodiversidade, o que segundo a matéria analisada, refletia a principal polêmica discutida durante a conferência e a ampla repercussão que o tema havia conquistado.

Porém, ainda segundo informado na matéria, 16,61% dos entrevistados que acompanharam os desdobramentos da *Rio-92* ainda não sabiam mencionar nenhum tema. Esse detalhe apresentado pela pesquisa tendeu a sinalizar com o grande desafio que representa a comunicação de temas ambientais complexos como a agenda da conservação da biodiversidade para o grande público.

Já a repercussão internacional sobre a realização da *Rio-92* foi tema das matérias finais relacionadas à conferência. Nesse contexto, também foi enfatizada a percepção negativa dos principais jornais sobre o posicionamento contrário do então presidente dos Estados Unidos em relação à *CDB*.

Dessa forma, na primeira página do dia 16 de junho, a cobertura jornalística analisada²²⁷ mencionou que, segundo o jornal britânico “*Financial Times*” o Brasil exerceu um papel de liderança desempenhado pelo governo brasileiro para a busca de

²²⁵ Antes do final da *Rio-92*, o setor hoteleiro havia divulgado estimativas de um faturamento de US\$ 10 milhões, com a ocupação de 15 mil unidades colocadas à disposição dos participantes da conferência.

²²⁶ *Biodiversidade, a questão mais lembrada*, 15/06/1992, p.7.

²²⁷ *Brasil-92*, 16/06/1992, p.1.

consenso sobre temas polêmicos. Assim, para o veículo de comunicação londrino, o país havia se credenciado como importante protagonista na formação do “consenso norte-sul”.

Em contrapartida, segundo outra matéria analisada²²⁸, ao retornar aos Estados Unidos, em plena campanha à reeleição, o então presidente George Bush havia declarado o desejo de esquecer a sua passagem pelo Brasil. Conforme informado, com base em notícias publicadas naquele país, a imprensa americana ainda vinha classificando como “desastrosa” a participação do político na *Rio-92*. Foi ressaltado, ainda, que um estrategista da campanha presidencial havia afirmado ao jornal “*Wall Street Journal*” que todas as vezes que a questão ambiental conquistava destaque na mídia, o governo “saía perdendo”.

Como parte da repercussão internacional também foi destacado que veículos de comunicação influentes como “*The New York Times*”, “*Los Angeles Times*” e “*Washington Post*” teriam criticado a postura do político norte-americano durante a conferência no Rio. Este último, inclusive, teria ironizado o presidente por afirmar que ao mesmo tempo em que anunciava o intuito de “preservar florestas” do mundo, contraditoriamente, defendia que os americanos continuassem “liderando” as emissões globais de carbono.

Em linhas gerais, diante dos fatos apresentados nesta parte do capítulo, se percebe que o processo de tomada de decisão em prol da conservação da biodiversidade tende a ser fortemente influenciado por diversos grupos sociais. Nesse sentido, o planeta e as diferentes formas de vida existentes em florestas, oceanos e outros ecossistemas, tanto se expressam como instrumentos de disputas político-econômicas e ideológicas, como provocam movimentos e processos de tomada de decisão por parte desses grupos diversos.

Nesse sentido, essas múltiplas interações tendem a ilustrar a ótica disseminada por Latour (2005, 2012) quando em seus estudos desenvolvidos pela perspectiva da *Teoria Ator-Rede (ANT)* advoga que elementos não humanos “agem” e “interagem” com os humanos em um movimento contínuo de “associações” formadas, transformadas e motivadas, permanentemente, por interesses diversos.

²²⁸Bush quer esquecer logo sua passagem pelo Brasil, 16/06/1992, p.17.

No que se refere à *Rio-92*, os agentes que investiram na participação dessa conferência expressaram, em tese, o desejo de “salvar a Terra” ou “salvar o planeta”, algumas das expressões mais difundidas na cobertura jornalística analisada. Entretanto, ainda que movidos por esse objetivo comum, cada grupo social sinalizava, gradativamente, com os seus propósitos particulares, seja representando organizações governamentais, não governamentais, instituições de pesquisa, populações indígenas, empresas, entre outros segmentos.

A Terra, esse grande elemento de disputa, e ao mesmo tempo de motivação para o processo de tomada de decisão, tendeu a mobilizar, assim, milhares de elementos humanos que, “marcaram um encontro”, no Rio de Janeiro, onde se comprometeram a construir uma “nova ordem” a partir de documentos importantes como a controversa *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*.

Nesse sentido, os meios de comunicação, por intermédio de cerca de 8 mil jornalistas que realizaram a cobertura do grande evento, também sinalizaram com o grande poder de influência que parecem ter exercido no processo de tomada de decisão. Alguns, inclusive, ressaltaram, direta ou indiretamente, que mudanças de atitudes se tornaram possíveis a partir da sua participação nas ações de mobilização, debate e expressão de embates hegemônicos.

Exemplos nesse sentido, de quando se posicionam como fortes *actantes*, ou seja, aqueles que promovem transformações, segundo a visão da *ANT*, ilustraram essa retrospectiva dos acontecimentos relacionados à agenda verde que marcaram as discussões da *Rio-92* e se expressaram na cobertura jornalística analisada. Mas em que medida essas transformações tendem a ser meramente pontuais ou duradouras?

Nas páginas a seguir, outras abordagens analíticas sobre a agenda da conservação da biodiversidade em 1992 serão apresentadas. Nessa retrospectiva, novas reflexões são incorporadas a esse debate.

8.3. Como a Rio-92 se reflete no enquadramento da cobertura jornalística diária sobre conservação da biodiversidade: avanços, desafios e contradições

Além de todo o debate que envolveu a agenda oficial sobre a *Rio-92*, conforme discutido anteriormente, fortemente associada à conservação da biodiversidade, como proposto na abordagem metodológica desta tese, outro viés de investigação sobre esse

tema central, teve como inspiração o conceito de *enquadramento midiático*, que, na perspectiva de Entman (1991, 1993) significa as principais formas de angulação de um determinado assunto pelos meios de comunicação. Assim, segundo o autor, os enfoques preponderantes da cobertura jornalística tendem a influenciar a percepção da opinião pública.

Partindo dessa orientação teórica, dentre todas as notícias analisadas entre janeiro e junho de 1992, foram selecionadas para apresentação, nesta terceira e última parte do capítulo, aquelas cuja interpretação foi norteadada por esse conceito. Grande parte do conteúdo foi fortemente influenciada pela realização da *Rio-92*, embora nesse contexto também estejam incluídos acontecimentos cotidianos que refletem fatores socioambientais, político-institucionais, econômicos, dentre outros relacionados àquele período histórico.

Nesse contexto, as matérias selecionadas e interpretadas com base no conceito de *enquadramento*, são agrupadas nas seguintes categorias de análise que, por sua vez, refletem os enfoques recorrentes em relação à agenda da conservação da biodiversidade na cobertura jornalística pesquisada: 1) Pelo enfoque da falta de recursos, 2) Pela perspectiva do risco, 3) Pelo viés da cidadania, 4) Pelas potencialidades amazônicas, 5) Pela ótica da beleza da natureza e 6) Pelas contradições ecológicas.

8.3.1. Pelo enfoque da falta de recursos

O ano de 1992 era de crise financeira internacional, como já discutido anteriormente, e o Brasil, inserido no contexto de globalização econômica, vinha sendo afetado por esse cenário. O problema tendeu a ter ampla repercussão na cobertura jornalística analisada que, direta ou indiretamente motivada pela realização da *Rio-92*, trouxe à tona questões como a falta de estrutura dos órgãos ambientais para manter atividades de fiscalização, de combate aos crimes ambientais, de contratação e/ou capacitação profissional, entre outras ações de gestão dos recursos naturais, com ênfase na conservação da biodiversidade.

Diante desse contexto, os textos analisados vinham destacando, sobretudo, a situação das unidades de conservação e dos institutos de pesquisas nacionais, onde projetos e ações considerados estratégicos haviam sido interrompidos ou vinham sendo executados precariamente, principalmente, pela falta de verba.

Nesta retrospectiva, logo no dia 1º de janeiro, uma matéria²²⁹ informava que a *Capela de São Silvestre*, localizada no *Parque Nacional da Tijuca (PNT)*, que havia ficado fechada por dois anos por falta de recursos financeiros para reforma, tinha sido finalmente recuperada e reaberta para missa no dia anterior. O *PNT* foi uma das unidades de conservação brasileiras mais mencionadas na cobertura jornalística analisada.

Entretanto, se percebe no noticiário, em geral, que a sua ressonância maior tendia a se configurar não pela sua relevância ambiental, mas pelo enfoque do “atrativo turístico”, já que nessa UC do Rio de Janeiro está localizada a estátua do *Cristo Redentor*, um dos monumentos mais famosos e visitados do mundo.

Apesar dos atrativos, o *PNT*, segundo vinha sendo informado, enfrentava problemas que afastavam os turistas, como a falta de segurança e a existência de trilhas sem manutenção, além do estado precário de banheiros e guaritas. Uma fonte da gestão pública afirmou, no entanto, que o parque seria reformado para ser transformado em “cartão postal da Rio-92”.

No texto mencionado, entretanto, não se apresenta nenhuma referência à importância ambiental dessa UC, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro e tampouco uma discussão crítica pelo fato de recursos financeiros serem destinados à solução dos problemas somente em função de um grande evento internacional.

Por outro lado, em outra matéria publicada em janeiro, a relevância ambiental de uma unidade de conservação teve destaque, a começar pelo título²³⁰, mesmo tendo como enfoque central o problema da carência de verba. Segundo destacado na notícia, o *Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)*, o maior remanescente de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro, estava prejudicado por vários problemas como a falta de recursos financeiros para a regularização fundiária.²³¹

Foi ressaltado na matéria que a fiscalização do *PEPB* contava com apenas nove guardas florestais, divididos em duas equipes para enfrentar caçadores, coletores de orquídeas, além de conter construções irregulares e outros problemas que ameaçavam a

²²⁹ *Ibama manda celebrar missa ecológica no Parque da Tijuca*, 01/01/1992, p.2.

²³⁰ *Pedra Branca, maior reserva do município sofre com a burocracia*, 08/01/1992, p.22-24.

²³¹ Faltavam ser efetuados os pagamentos de indenizações aos moradores em decorrência da criação do parque, ocorrida em 1974.

conservação da biodiversidade. Segundo relatado, a única viatura disponível estava quebrada desde o ano anterior e também faltavam rádio e outros equipamentos essenciais ao trabalho de fiscalização.

Moradores foram mencionados como sendo os responsáveis pela descaracterização da área do parque por meio de práticas como desmatamento, plantio de espécies exóticas, despejo de esgoto, criação de animais, desvios de cursos d'água e outras. Entretanto, apenas a versão da gestão pública foi divulgada.

Em janeiro, outra matéria trazia discussão semelhante.²³² O enfoque central foi a situação do *Parque Florestal do Rio Doce*, em Minas Gerais, que passava por obras para permitir o acesso de turistas, interrompido desde 1985, por falta de condições físicas. Além disso, foi destacado que várias pesquisas estavam paralisadas por falta de recursos e que, apesar de todos os problemas a UC resistia à forte presença de indústrias siderúrgicas e abrigava inúmeras espécies em extinção.

Já em março, a falta de recursos teve como enfoque a Amazônia. Segundo noticiado²³³, o *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)*, principal instituição de pesquisas da região, estava em “estado de pré-abandono”. Praticamente todos os projetos que contavam com verbas do governo federal estavam paralisados ou vinham sendo executados lentamente. Para ilustrar a situação, foi mencionado que o orçamento aprovado para a instituição em 1992 foi de US\$ 14 milhões, contra US\$ 42 milhões solicitados.²³⁴

Foi ressaltado, ainda, que uma das iniciativas mais importantes do INPA e também mais prejudicadas pela falta de verba era o *Projeto peixe-boi da Amazônia*. Segundo informado por uma fonte da coordenação, o instituto conseguiu recursos com a iniciativa privada para completar o parque aquático fundamental ao processo de reprodução em cativeiro dessa espécie em extinção. Mas por se tratar de órgão gerido pelo governo federal, o dinheiro obtido tinha sido “pulverizado” pela burocracia.

Em abril, uma matéria publicada²³⁵ destacava que, faltando apenas dois meses para a realização da *Rio-92*, a *Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente*

²³² *A última reserva de Mata Atlântica em Minas*, 04/01/1992, p.16.

²³³ *INPA: Falta de verbas dificulta pesquisas na Amazônia*, 07/03/1992, p.17.

²³⁴ Ainda de acordo com a notícia, a falta de recursos provocava descontentamento entre funcionários que recebiam baixos salários. Em função disso, muitos já tinham abandonado o Instituto em busca de outras oportunidades profissionais.

²³⁵ *Feema enfrenta a maior crise da sua história*, 04/04/1992, p. 16.

(FEEMA), principal órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro, naquela época, enfrentava a maior crise da sua história. Com base em depoimento de uma liderança representativa dos profissionais dessa instituição foram apresentados como principais problemas o achatamento dos salários, além de más condições de trabalho (incluindo a falta de equipamentos e condições de insalubridade nos laboratórios de análises). Em função dessa situação de crise, durante a *Rio-92*, os funcionários do órgão estavam em greve.

Paralelo aos problemas decorrentes da crise financeira enfrentada pelos órgãos ambientais havia um forte movimento de grupos sociais articulados em ações de pressão que geravam notícia. Nesse sentido, segundo matéria publicada em abril²³⁶, ecologistas haviam promovido “um abraço simbólico” ao *Parque Nacional do Itatiaia*, em evento de articulação no qual havia sido entregue um documento à direção da UC, contendo inúmeras reivindicações. Dentre as demandas foram mencionados o andamento do processo de regularização fundiária, a implementação de mecanismos de prevenção e combate a incêndios, além da apreensão de gado criado em áreas pertencentes ao parque e delimitação da UC.

O “abraço simbólico” havia ocorrido na sede do museu do parque, segundo informado, desativado por falta de recursos financeiros. A iniciativa fez parte do movimento “*Abraçar 92 em 92*” que foi criado naquele ano com intuito de sensibilizar a sociedade para a situação de importantes áreas de grande relevância ambiental no Rio de Janeiro, dentre as quais, aquele que foi o primeiro Parque Nacional criado no Brasil, em 1937. Uma fonte da direção reconheceu que o maior problema enfrentado na gestão da UC era a falta de recursos financeiros e humanos para atuar, principalmente, na fiscalização.

Diante da crise financeira que paralisava ações de pesquisa e inviabilizava avanços na área ambiental, dentre outras frentes de atuação, membros da direção da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)* declararam em matéria publicada em abril²³⁷ que a comunidade científica brasileira “iria de luto” à *Rio-92*.

Uma fonte da entidade declarou que temia que a conferência servisse para favorecer ações de *lobby* de empresas de transporte, construção e saneamento para

²³⁶ *Ecologistas exigem maior fiscalização em Itatiaia*, 27/04/1992, p.11.

²³⁷ *Comunidade científica irá de luto à Rio-92, diz Ênio Candotti*, 21/04/1992, p. 9.

vender seus produtos e serviços. Afirmou, ainda, que dos mil centros de pesquisa existentes no Brasil, até então, pelo menos 600 estavam “abandonados”, dentre os quais o *Centro de Pesquisas da Amazônia*. Naquele período também, mais de 3 mil projetos científicos aprovados no país não tinham recebido recursos de financiamento e as bolsas de pesquisadores estavam sendo pagas com atrasos.

Outra matéria publicada²³⁸ ressaltava a interface entre a falta de recursos e os problemas que essa questão vinha causando às ações de conservação da biodiversidade. Nesse caso foi informado que o *Parque Nacional do Itatiaia*, que se encontrava fechado ao público há mais de um ano, por falta de verba e devido ao número reduzido de guardas florestais, poderia ter, no inverno daquele ano, a maior mortandade de animais da sua história.

Segundo explicado, os pequenos animais e aves que servem de alimento para os maiores, hibernariam por mais tempo com a intensificação do frio que estava sendo aguardado para o inverno naquela região serrana fluminense. Em consequência disso, as espécies de grande porte, tendendo a ficar sem alimento, sairiam à caça de galinhas e outros tipos de criação dos arredores, quando, geralmente, acabariam mortas por fazendeiros.

Pensando em amenizar a situação, um movimento liderado por gestores do parque e moradores da região fariam uma campanha de sensibilização nos arredores da UC para que esses animais silvestres não fossem mortos.

Com base na interpretação da cobertura inserida nesta categoria de análise, alguns elementos do *enquadramento* das notícias foram observados como preponderantes, como o enfoque prioritário em problemas, em detrimento de apresentações de soluções.

Por outro lado, há uma grande lacuna quanto à diversidade de “vozes” para o debate dos temas apresentados nas notícias. Entretanto, ainda que as esferas governamentais tivessem os seus representantes como as principais fontes de informações presentes na cobertura analisada, essas não eram questionadas sobre o problema da falta de recursos para o funcionamento dos órgãos ambientais e a quem competia solucioná-lo.

²³⁸Campanha pretende salvar animais de Itatiaia, 26/05/1992, p.16.

Mas, ainda se percebe outro viés associado à cobertura analisada. Diante da crise financeira que afetava o funcionamento dos órgãos ambientais, movimentos sociais e ambientalistas sinalizavam com ações articuladas que vinham conseguindo atrair a atenção jornalística, perpassando, assim, algumas matérias analisadas. Somente nesses casos tendia a ser apresentado algum tipo de questionamento quanto à solução dos problemas noticiados.

8.3.2. Pela perspectiva do risco

Já o *enquadramento* pela perspectiva do risco ambiental, associado à conservação da biodiversidade, teve forte presença na cobertura jornalística analisada entre os meses de janeiro e junho de 1992. Uma característica observada na maioria dos conteúdos selecionados se refere ao “tom” de denúncia que permeava os textos. Nesses casos, em linhas gerais, não se apresentavam versões de todos os segmentos sociais envolvidos com as questões abordadas.

Dessa forma, o exercício de “ouvir o outro lado”, que no jargão jornalístico significa garantir versões diversificadas, sobretudo em casos de denúncias, parece não se configurar nos conteúdos destacados nessa categoria de análise.

Por outro lado, é observado, ainda, que em algumas situações de risco relatadas, também havia um movimento de engajamento de algum grupo social que se mobilizava com o objetivo de buscar soluções para os problemas enfrentados à época.

Palavras como “denúncia”, “ameaça” e “risco” estão presentes na maioria dos textos analisados, algumas vezes, mencionadas já no título da matéria. Com exceção da cobertura de episódios pontuais, como incêndios, por exemplo, se percebe, ainda, que a realização da *Rio-92* vinha influenciando parte da produção jornalística analisada, considerando que aquele momento histórico era favorável ao debate e à repercussão dessa temática.

Nessa retrospectiva, uma matéria veiculada em janeiro²³⁹ informava que a *Área de Proteção Ambiental (APA)* inserida no *Parque Zoobotânico da Lagoa de Marapendi*, criada por decreto municipal em agosto de 1991, enfrentava riscos no contexto do *Plano Diretor* já que empresários do ramo imobiliário vinham pressionando a *Câmara*

²³⁹Gabarito alto pode ameaçar APA, 09/01/1992, p.20.

Municipal do Rio de Janeiro para a liberação do “gabarito” daquela região da cidade à construção de edifícios de 15 andares.

Uma fonte do Legislativo municipal, autora do projeto de criação da APA, e outra, vinculada a uma associação de moradores da região, afirmaram em entrevista que assim como a mobilização social havia levado à regulamentação dessa unidade de conservação no ano anterior, sairia vitoriosa, também, na luta para evitar mudanças que favorecessem a especulação imobiliária naquela área da cidade.

Foi ressaltado que a Câmara Municipal tinha recebido meio milhão de cartas com pedido de manutenção da regulamentação da APA e que 28 entidades comunitárias haviam se posicionado sobre o tema, solicitando apoio político ao Legislativo municipal diante dos riscos à causa ambiental.

Entretanto, ainda que a questão tenha sinalizado com o interesse de grande contingente populacional, nenhuma outra fonte, incluindo representações de órgãos ambientais, ou mesmo outras lideranças políticas, foi mencionada no texto analisado.

Já outra matéria publicada em janeiro de 1992 apresentou a perspectiva do risco, dessa vez à própria espécie humana, questão que seria investigada a partir do *Pinguim de Adélia* (*pygoscelis adelia*). Segundo noticiado, a *Academia Nacional de Ciências* dos Estados Unidos estava realizando o estudo biológico mais abrangente no Pólo Sul, denominado *Pesquisa Ambiental de Longa Duração sobre a Antártica*, levantamento de seis anos sobre as condições daquela região gelada para as quais o animal mencionado seria usado como indicador ambiental.

Embora outros animais fossem passar por estudos, o *Pinguim de Adélia* era considerado o principal indicador das condições ambientais do continente antártico porque essa espécie, a exemplo da raça humana, ocupava o topo da cadeia alimentar, segundo ressaltado. Nesse sentido, se fossem detectados problemas com esses animais, certamente o mesmo poderia estar acontecendo com os seres humanos.

A matéria mencionada, ainda que sem entrevistas, tendeu a sinalizar com a abordagem de conexões existentes entre os impactos ambientais e os riscos de desequilíbrio dos *habitats* de determinadas espécies e, por sua vez, com a relação dessa problemática à existência da espécie humana. Foi um dos poucos textos com esse viés, identificados nessa categoria de análise.

Já a perspectiva de risco de extinção de espécies é observada em matérias publicadas a partir de março e esse viés se mantém na cobertura jornalística pesquisada até junho. A falta de diversidade de fontes perpassa a maioria dos textos analisados no

período mencionado. Nesses conteúdos se percebe, ainda, que, em geral, as discussões dos problemas não vinham acompanhadas de indicações de soluções possíveis.

Um exemplo, nesse sentido²⁴⁰, teve como base o depoimento de um pesquisador da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* que passou seis anos estudando a fauna das matas cariocas. Segundo informado em matéria analisada²⁴¹, os resultados da primeira fase da pesquisa não eram positivos. O levantamento não havia identificado rastros de animais de maior porte como capivaras e onças. Além disso, a equipe científica também não havia encontrado grande diversidade nem mesmo de espécies de pequeno porte. Como prováveis respostas para o fenômeno do desaparecimento da fauna, identificado, sobretudo na região Norte Fluminense, foram mencionadas a ocupação urbana e a expansão agrícola. Mas, potenciais soluções para o enfrentamento do problema não foram apresentadas. O texto também deu ênfase à visão do pesquisador e, assim, tendeu a não ampliar o debate relacionado ao tema.

Outra notícia publicada em março²⁴² teve como enfoque, uma decisão diplomática que contemplou duas espécies nativas do Brasil, ameaçadas de extinção. Segundo noticiado, a *Convenção sobre Comércio Internacional de Animais e Vegetais em Vias de Extinção (CITES)* havia proibido no dia 11 de março de 1992, no Japão, a comercialização de *pau-brasil* e *pau-santo* (*madeiras* usadas para a fabricação de instrumentos musicais de corda e objetos decorativos). Ambas foram incluídas no *Anexo 1* da CITES que proíbe todo o comércio internacional. Outras, como o *mogno*, foram inseridas no *Anexo 2* que prevê comércio fortemente regulamentado, conforme informou um porta-voz dessa *Convenção*.

Um pesquisador brasileiro comemorou a decisão e afirmou que era mais fácil fiscalizar o contrabando de grandes toras de madeira do que de pequenos animais. A mesma fonte comentou, ainda, que no Brasil não se plantava essas árvores e que só se explorava os estoques nativos de *mogno* e *pau-brasil*, espécies em extinção.

Com base na avaliação de uma fonte de uma grande organização ambientalista internacional foi informado que a *CITES* evitava intervir no comércio global de madeira

²⁴⁰É informado na matéria que o pesquisador da UFRJ seguiu o exemplo do sertanista Magalhães Correia que, nas primeiras décadas do século XX, publicou o livro “*Os sertões cariocas*”, com base em estudos nas matas da cidade do Rio.

²⁴¹*Mamíferos somem das matas do Rio*, 07/03/1992, p.17.

²⁴²*Convenção proíbe comércio de duas árvores brasileiras*, 12/03/1992, p.16.

e apenas poucas espécies constavam do *Anexo I*. Isso porque segundo avaliou essa fonte, a *Convenção* ainda se submetia às pressões políticas, ilustrando, para tal, que o *mogno* dos Estados Unidos, além de outras duas espécies do sudeste asiático, exploradas pelo Japão, não haviam foram incluídas neste anexo, mesmo tendo sido apresentadas propostas nesse sentido. No caso dessa matéria, especificamente, o fato de terem sido inseridas fontes para repercussão de uma decisão diplomática agregou, ainda que resumidamente, algumas informações adicionais que tendem a orientar o leitor sobre essa temática complexa.

No âmbito da cobertura diária de matérias que vinham sendo publicadas com o selo editorial da *Rio-92*, abril foi um mês de muitas denúncias envolvendo riscos à conservação da biodiversidade. A produção jornalística também já sinalizava, mais fortemente, com o engajamento de grupos sociais atentos a essa pauta.

Um exemplo nesse sentido foi a divulgação²⁴³ de que, a partir de denúncia de um grupo de alpinistas ao IBAMA, policiais da *Delegacia Móvel do Meio Ambiente (DMMA)* haviam desmontado um acampamento de caçadores instalado na *Floresta da Tijuca* (área pertence ao *Parque Nacional da Tijuca - PNT*). O trabalho também havia contado com o acompanhamento de uma organização ambientalista engajada em ações de conservação das florestas.

Entretanto, se percebe nessa análise que faltaram fontes para discutir o problema que sinalizava com a precariedade dos órgãos ambientais para promover tanto atividades de fiscalização, como ações preventivas de forma contínua, e não somente por meio de demanda pontual de grupos sociais mais atentos às questões ambientais.

Outra matéria sobre risco ambiental com base em denúncia informava que dezenas de praias de Angra dos Reis, litoral Sul do Rio de Janeiro, estavam ameaçadas pelo despejo de argila, lodo e outros resíduos resultantes de projeto de dragagem do porto da cidade. O problema foi denunciado por uma associação de moradores do município litorâneo que acusava o *Instituto de Pesquisas Hidroviárias (INPH)*, vinculado à *Companhia Docas do Rio de Janeiro*, pelo problema.²⁴⁴

²⁴³ *Polícia destrói acampamento de caçadores na Floresta da Tijuca*, 03 /04/1992, p.13.

²⁴⁴ Segundo informado na matéria mencionada, até 1991 os resíduos retirados da operação de dragagem eram lançados ao Sul da Ilha Grande. Entretanto, seis anos antes, por meio do *Plano Nacional de Dragagem*, o *INPH* havia sugerido a criação de duas áreas para que o lançamento ocorresse mais próximo do porto, de forma a reduzir custos do processo. A organização denunciante alegou, na notícia divulgada, que o critério utilizado foi meramente econômico e que os riscos ambientais não foram considerados, sendo as obras, inclusive, iniciadas sem que houvesse sido realizado *Estudo de Impacto Ambiental*.

O texto ressalta que pesquisas oceanográficas internacionais (ainda que não tenha sido mencionado nenhum estudo especificamente) vinham reforçando a tese que o acúmulo de materiais retirados de obras de dragagens realizadas próximas às áreas costeiras causa prejuízos ao ecossistema marinho. Apesar dos alertas e do “tom” de denúncia que perpassou o texto jornalístico, não foram ouvidas fontes de informações dos órgãos públicos mencionados ou mesmo interlocutores de outras áreas para que contrapontos fossem apresentados à matéria.

Por outro lado, mais um texto analisado²⁴⁵ teve como base a denúncia de apenas uma fonte. Nesse caso, um ativista de uma organização ambientalista internacional havia acusado empresas farmacêuticas multinacionais e importadoras de sementes dos países desenvolvidos de estarem utilizando tecnologias cada vez mais sofisticadas para “roubar” recursos genéticos nativos das florestas dos países do “Terceiro Mundo”.

Como forma de obterem informações sobre o uso de plantas pelas populações nativas como as indígenas, por exemplo, o ativista afirmou que as empresas farmacêuticas estariam financiando expedições de antropólogos que passavam a conviver por temporadas com moradores de áreas de florestas tropicais ricas em biodiversidade, como a Amazônia e outras áreas distantes da África e Ásia, de forma a levantar informações privilegiadas sobre efeitos e propriedades da flora nativa.

Aos argumentos do ambientalista não foram apresentados contrapontos de órgãos ambientais, de pesquisadores brasileiros especializados nessa temática, dentre outras fontes que tenderiam a complementar a abordagem denunciada com algum tipo de esclarecimento sobre formas de enfrentamento dessa problemática.

Em outra matéria analisada²⁴⁶ que teve como base a divulgação de uma pesquisa científica, foi informado que se nenhuma medida fosse tomada para reverter a situação de degradação ambiental verificada na *Lagoa de Marapendi*, esse importante ecossistema da zona oeste do Rio, corria o risco de ser transformado em uma área pantanosa dentro de 15 anos.

A denúncia teve como principal fonte o líder de uma pesquisa que vinha sendo realizada durante cinco anos, até então, por um grupo da *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)* dedicado aos estudos de fauna e flora na lagoa mencionada. Como

²⁴⁵Agrônomo denuncia saque às florestas, 19/04/1992, p.9.

²⁴⁶Alternativas para lagoa, 30/04/1992, p.38-39.

parte das soluções, o pesquisador entrevistado havia destacado que seria necessário realizar obras de dragagem na lagoa. Isso porque aquele ambiente natural vinha perdendo profundidade, em função de despejo de esgotos e outras fontes de poluição que iam sendo sedimentadas gradativamente.

Diferentemente de outras abordagens de visões unilaterais, nesta matéria foi apresentado um contraponto por uma fonte da gestão pública estadual que discordou da tese do cientista entrevistado de que o assoreamento da lagoa de Marapendi seria causado pelo despejo de esgoto. Segundo argumentado, parte dos condomínios da região tinha estação de tratamento de efluentes.

Entretanto, o pesquisador, por sua vez, reiterou a preocupação com a falta de atenção para o problema que, segundo enfatizou, deveria ser resolvido em larga escala na região. Do conjunto de matérias analisada essa, particularmente, foi a única a apresentar ponto e contraponto de uma problemática de risco ambiental abordada.

Ao final do mês de abril, após um longo período sem chuvas, segundo informado em matéria analisada²⁴⁷, o *Corpo de Bombeiros* havia registrado 42 focos de incêndio em áreas de vegetação nativa na zona oeste do Rio. Alguns casos também foram considerados como atos de protestos de moradores da região, insatisfeitos com a presença de canteiros que vinham sendo usados para despejo de lixo.

Moradores entrevistados afirmaram ser comum a queima de lixo naquela área da cidade e que, por isso, temiam que a região perdesse as suas últimas reservas de Mata Atlântica, um diferencial em relação a outras partes da cidade.

Entretanto, nenhuma fonte da gestão pública foi ouvida para repercutir o problema apresentado pelos moradores ou para responder sobre a prestação de serviços de coleta domiciliar de lixo na região, já que esse aspecto havia sido relacionado como parte da questão central abordada na matéria.

Já, o mês de maio foi marcado pela publicação de outras matérias²⁴⁸ que, tanto abordavam riscos à conservação da biodiversidade, como sinalizavam com ações articuladas de grupos sociais que buscavam soluções para questões de grande relevância sobre a chamada agenda verde.

²⁴⁷ *Estiagem ameaça vegetação nativa*, 30/04/1992, p.23.

²⁴⁸ *Ambientalista: emenda pode pôr em risco a Mata Atlântica*, 16/05/1992, p.9.

Nesse sentido foi noticiado que, a apreciação de uma proposta de emenda²⁴⁹ ao *Decreto federal 99547 de 25/09/1990* (proíbe a exploração comercial de madeira da Mata Atlântica), deveria “agitar” a reunião do *Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)*, prevista para alguns dias seguintes à publicação.

Diante da situação, a representação das ONGs da região Sudeste no CONAMA vinha desenvolvendo um trabalho de articulação para impedir que a alteração fosse aprovada, uma vez que, segundo argumentado por uma fonte ambientalista, a proposta abriria brechas na legislação para a comercialização de madeira do bioma. Entretanto, não foram mencionadas nessa matéria analisada, outras fontes ligadas ao CONAMA, assim como representantes de órgãos ambientais, dentre outros segmentos para repercussão da questão que estava em jogo.

Por outro lado, segundo noticiado em matéria do dia 18 de maio²⁵⁰, a mais nova edição da enciclopédia *Global Biodiversity*, publicada pelo *Centro de Conservação Mundial da Universidade de Cambridge*, trouxe à tona uma problemática que envolvia o risco de extinção de biodiversidade em nível mundial.

O levantamento anunciado por esta publicação foi de 1,4 milhão de espécies catalogadas. Nesta obra, considerada a mais completa sobre essa temática foi informado que, mundialmente, 6,4 milhões de espécies eram extintas, anualmente, o que equivaleria a 8% do total estimado globalmente até então (80 milhões).

Nesta matéria analisada foi informado que delegados de 93 países, reunidos no Quênia, estavam preparando um documento básico sobre “proteção da fauna e da flora” para aprovação na *Rio-92*. Na cobertura pesquisada, essa foi uma das primeiras referências ao tratado que viria a ser denominado de *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*. Segundo divulgado, a definição de “quem pagaria a conta” da conservação da biodiversidade representava um dos principais entraves aos debates travados no evento prévio à realização da conferência.

No mês de junho, o destaque nesta categoria de análise ficou por conta de notícias que alertavam sobre os riscos de incêndios florestais associados à soltura de

²⁴⁹A emenda, de acordo com a matéria, foi encaminhada pelo Governo de São Paulo por intermédio da *Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (ABEMA)*. O texto já havia sido apreciado em reunião do *CONAMA* de 29 de abril de 1992.

²⁵⁰*Enciclopédia cataloga 1,4 milhão de espécies*, 18/05/1992, p.13.

balões. Uma matéria informou que, apesar da realização de campanhas educativas sobre essa problemática, no dia anterior, véspera de *São Pedro*, o *Corpo de Bombeiros* havia recebido mais de 30 chamados para combate ao fogo em áreas de Mata Atlântica no Rio.

Segundo noticiado, de acordo com informações do *Corpo de Bombeiros*, os meses mais críticos do ano para o problema relatado eram junho e julho, uma vez que aumentava a atuação dos baloeiros, motivados pelas tradições das *Festas Juninas*. Nesse período, conforme informado, 40% das chamadas eram relacionadas aos incêndios florestais provocados por balões.

Segundo ressaltado, os baloeiros continuavam “desafiando a lei”, uma vez que provocar incêndio e colocar em risco a vida e o patrimônio era enquadrado como crime pelo *Código Penal*.

Foi enfatizado ainda, que integrantes de uma organização de voluntários com enfoque na conservação florestal, nessa época do ano passavam as madrugadas observando riscos de incêndios nas matas do Rio, em função da presença de balões. A cada sinal de perigo associado à queda de balões, o *Corpo de Bombeiros* era acionado.

Nesse sentido, se observa nesse tipo de veiculação, um forte movimento de exercício de cidadania. Assim como em outros exemplos ressaltados, um grupo social se mobilizava e participava da busca de soluções para um problema que, ao que tudo indica, tendia a estar associado à precariedade das instituições públicas para atuar tanto preventivamente, como no enfrentamento dos crimes ambientais praticados.

Na última matéria²⁵¹ dessa categoria de análise, publicada no final de junho, foi informado que 45 chamadas do Corpo de Bombeiros para controlar fogo em matas do Rio de Janeiro haviam sido registradas entre os dias 28 e 29 de junho de 1992 (um recorde de incêndios florestais ocorridos na cidade). Fontes da gestão pública voltaram a reforçar que soltar balões era considerado crime, de acordo com a legislação brasileira, e que seriam reforçadas ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da cidade.

O Corpo de Bombeiros também havia solicitado que a população denunciasse casos de fabricação ou soltura de balões. Foi também anunciado para o dia 4 de julho uma “caminhada ecológica” na *Floresta da Tijuca*. No mesmo dia, soldados do

²⁵¹Rio tem recorde de fogo em matas, 30/06/1992, p.17.

Grupamento Florestal e Meio Ambiente do Corpo de Bombeiros faziam plantios de mudas de árvores em áreas que foram atingidas pelo fogo.

Em linhas gerais se observa a partir das informações veiculadas pelas matérias inseridas nesta categoria de análise que, as questões de risco à conservação da biodiversidade, embora presentes no noticiário, majoritariamente não tenderam a ser tratadas pela perspectiva de fontes diversificadas ou de forma equilibrada entre a apresentação de problemas e suas prováveis soluções.

Nesse sentido, os textos sinalizaram com visões unilaterais, sobretudo em relatos de “denúncias” que, quase sempre, deixaram de ser acompanhados de “vozes” diferenciadas para a ampla abordagem das questões divulgadas. Assim, com algumas exceções, os problemas tenderam a ser *enquadrados* pela ótica das consequências, dissociadas de suas causas.

Por outro lado, se observa que, diante de práticas de risco à conservação da biodiversidade, incluindo atividades criminosas como a caça, os incêndios florestais e outras, alguns grupos sociais vinham se mobilizando e buscando “cobrar” soluções dos órgãos públicos. Esses, provavelmente, por conta de dificuldades estruturais, decorrentes, principalmente, da falta de recursos financeiros e humanos, entre outras, tendiam a atuar pontualmente, como sinalizado pela cobertura jornalística analisada.

8.3.3. Pelo viés da cidadania

O exercício de cidadania, com enfoque na conservação da biodiversidade, foi uma característica que se expressou fortemente no *enquadramento* da cobertura analisada nos primeiros seis meses de 1992. Foram mencionados como protagonistas nesse processo, principalmente, organizações ambientalistas, pesquisadores e cidadãos comuns que, diante dos cenários de crise ambiental verificada naquela época, vinham empreendendo esforços visando à busca de soluções para questões consideradas preocupantes. Paralelo às iniciativas individuais e coletivas, os grupos sociais articulados também sinalizavam com demandas para o Poder Público que, quase sempre, vinha respondendo, com ações pontuais.

Nesse sentido, o reconhecimento do desmatamento como um problema de graves consequências para a conservação da biodiversidade já vinha despertando em diversos segmentos sociais a motivação para a ação. Em função disso, o plantio de

árvores vinha se destacando como uma das iniciativas mais recorrentes nas matérias analisadas.

Exemplo nesse sentido ocorreu no município gaúcho de Silveira Martins, onde um ex-motorista de caminhão, preocupado com a degradação ambiental local passou a atuar como produtor de mudas e havia proposto à Prefeitura reflorestar a cidade, de forma voluntária, com 16 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. Segundo noticiado²⁵², nesse desafio aceito pela gestão pública, o *ipê-branco*, espécie rara naquele Estado, seria considerada como árvore-símbolo.

Em outra experiência divulgada²⁵³, o trabalho de cidadãos preocupados com a situação de degradação da *Lagoa Rodrigo de Freitas* deu vazão a um movimento que vinha contribuindo para tentar melhorar as condições desse importante ambiente natural da cidade do Rio. Um exemplo ressaltado foi o de um biólogo que, por conta própria, vinha plantando pessoalmente mudas de vegetação de manguezais, ecossistemas fundamentais à oferta de nutrientes para peixes, crustáceos e outras espécies marinhas. O trabalho havia começado em 1989 e já sinalizava com resultados positivos.

Foi informado²⁵⁴, ainda, que, escoteiros de vários países que participariam da *Rio-92* vinham se preparando para plantar 5 mil mudas de espécies nativas no *Parque Municipal Ecológico Chico Mendes*, localizado na zona oeste do Rio.

A realização da *Rio-92* também motivou a ação de uma organização ambientalista, que mesmo enfrentando dificuldades financeiras, havia preparado 70 mil mudas de *pau-brasil*, árvore-símbolo da conferência, para serem plantadas durante o evento.²⁵⁵ Desse total, duzentas seriam destinadas aos chefes de Estado que fariam plantios simbólicos dessa espécie.

Entretanto, a iniciativa corria riscos de não ser concretizada, uma vez que a menos de um mês do início das atividades não havia confirmação de parceria para transporte das mudas do Recife, ao Rio. Na capital pernambucana, segundo informado, a *Fundação Pau-Brasil* atuava na produção das mudas e no trabalho educativo para tirar a espécie da “lista vermelha” de flora e fauna ameaçadas de extinção.

²⁵² *Município do Sul vai ter ipê-branco como árvore-símbolo*, 04/01/1992, p.16.

²⁵³ *Lagoa, uma linda doente em recuperação*, 16/03/1992, p.14-15.

²⁵⁴ *Escoteiros vão plantar cinco mil mudas no Chico Mendes*, 23/04/1992, p.26-27.

²⁵⁵ *Fundação distribuirá mudas de pau-brasil*, 16/05/1992, p.9.

Um pesquisador vinculado à instituição, que já tinha sido responsável, até então, pelo plantio de mais de um milhão de mudas de *pau-brasil*, desde a década de 1970, afirmou que preservar a espécie, mais do que uma questão ecológica também tinha o sentido de preservação da “memória nacional”. Isso porquê o nome do país estava associado a essa espécie nativa da Mata Atlântica, praticamente dizimada da natureza desde o início do processo de colonização brasileiro.

Por outro lado, os 33 anos de esforços pela conservação da biodiversidade empreendidos pela *Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN)*, a mais antiga organização ambientalista do Brasil e também da América Latina, foram ressaltados em outra matéria²⁵⁶ analisada no contexto dessa categoria.

Uma fonte ligada à direção dessa organização ambientalista, afirmou que grande parte dos seus esforços era dedicada às ações educativas. Nesse sentido, o intuito era de sensibilizar diversos segmentos sociais para a importância da conservação da biodiversidade e de outros recursos naturais, bem como as possibilidades de conciliação dessa estratégia com o processo de desenvolvimento do país.

Em um período altamente favorável à divulgação de ações das organizações ambientalistas também foi noticiado o trabalho que estava sendo desenvolvido pela *Sociedade das Florestas do Brasil*, que havia lançado uma linha telefônica direta para apoiar associações e outros grupos sociais do Grande Rio interessados nas questões ambientais.

Para uma fonte da organização mencionada, a realização da *Rio-92* representaria uma oportunidade inédita para que o papel das ONGs fosse mais amplamente conhecido. No processo de estímulo ao protagonismo social em relação à temática ambiental, o acesso à informação qualificada foi mencionado como questão fundamental pela ambientalista entrevistada. Nesse sentido, essa *Fundação* pretendia abrir o seu acervo de pesquisa para os grupos sociais interessados no tema, sobretudo, aqueles formados por moradores vizinhos de áreas de remanescentes florestais.

Outra matéria²⁵⁷ sobre esse enfoque, foi publicada em junho, após a realização da *Rio-92*. Destacou também o trabalho de uma organização ambientalista, a *Fundação Biodiversitas*, que estava atuando na preservação da arara-azul-de-lear (*anadorhynchus leari*), mais conhecida como *ararinha azul*, considerada uma das espécies mais

²⁵⁶ FBCN: 33 anos de luta pela natureza, 12/03/1992, p.46-47.

²⁵⁷ Projeto preservará a arara-azul-de-lear, 20/06/1992, p.17.

ameaçadas de extinção. Segundo estimativas dessa organização restavam apenas 61 aves na caatinga da Bahia.

O viés educativo-informativo, que vinha sendo reforçado por ações de sensibilização, foi mais uma vez mencionado como questão central para despertar em moradores de três municípios baianos, onde ainda havia presença da ave mencionada, a percepção sobre a importância de conservação da espécie.²⁵⁸

Reflexos da realização da *Rio-92* também foram associados à publicação de outra matéria sobre recuperação florestal²⁵⁹. Dessa vez, uma empresa do setor de distribuição de energia havia iniciado o maior projeto com esse objetivo no Estado do Rio de Janeiro, em uma área de 400 hectares, nos arredores de reservatório da companhia. Estava previsto o plantio de um milhão de mudas, de 60 espécies, até o final de 1993, das quais, 100 mil até o início da conferência.

No que tange à cobrança de posicionamento dos órgãos públicos pelos grupos sociais mais atentos aos problemas ambientais, com ênfase na conservação da biodiversidade, uma articulação de cidadania de ampla repercussão na cobertura jornalística analisada foi o trabalho desenvolvido voluntariamente pelo *Movimento Pró-Floresta*. Seus integrantes se revezavam na observação da região do *Parque Nacional da Tijuca (PNT)* de forma a identificar balões e outros potenciais causadores de incêndios, sobretudo no mês de junho, em função das tradições de *festas juninas*. Nessas situações, os participantes acionavam o *Corpo de Bombeiros*.

Em função da cobrança desse grupo mencionado e de outros segmentos mais identificados com as causas ambientais, os órgãos públicos buscavam responder com ações pontuais. Nesse sentido, foi divulgado²⁶⁰, em maio que, entre os meses de junho e setembro, período mais seco do ano, os parques e reservas do Estado do Rio de Janeiro teriam reforço nas ações de prevenção contra incêndios, executadas por 120 bombeiros.

Nessa matéria analisada foi resgatada uma situação de contexto histórico para ressaltar a gravidade das repercussões de alguns incêndios florestais que, em dois anos anteriores, tinham causado grandes prejuízos ambientais. Um dos mais emblemáticos

²⁵⁸Uma segunda fase do projeto seria a compra de uma área onde as aves dormiam para a criação de uma estação biológica, onde além de estímulo à reprodução da espécie, seriam plantadas palmeiras de *licuri*, principal alimento consumido pelas *ararinhas-azuis*.

²⁵⁹ *Light reconstitui floresta em torno de reservatório*, 06/05/1992 p.18.

²⁶⁰ *Parques terão plano especial contra incêndio*, 14/05/1992, p.15.

ocorrera em fevereiro de 1990, quando três focos de fogo, de causas desconhecidas, destruíram cerca de 40% dos 5,5 mil hectares da *Reserva Biológica de Poço das Antas*, em Silva Jardim, Rio de Janeiro, área de ocorrência do *mico-leão-dourado*. Essa espécie ameaçada de extinção viria a se tornar um dos símbolos da luta pela conservação da biodiversidade no Brasil.

Foi informado, ainda, que em 1988, o *Parque Nacional do Itatiaia* teve 17% de seus 30 mil hectares, destruídos por incêndios. Essas e outras ocorrências levaram à intensificação das ações de mobilização de grupos como o *Movimento Pró-Floresta*.

Pelo viés do exercício de cidadania, no primeiro semestre de 1992, também havia ganhado força e expressão na cobertura jornalística analisada um movimento desencadeado por moradores, pesquisadores, ambientalistas e outros segmentos sociais. O intuito desses grupos foi de cobrar dos órgãos públicos, a proibição da prática de *jet-ski* nas águas da *Lagoa Rodrigo de Freitas*, outro tipo de impacto para a fauna local que estava trazendo preocupação naquele período.

Diversas matérias repercutiram o debate polêmico, que no contexto da realização da *Rio-92* havia conquistado ainda mais ressonância²⁶¹. Ambientalistas se queixavam que o barulho dos *jet skis* afugentava a fauna local e que combustíveis poluíam as águas. Remadores reclamavam que estavam perdendo espaço para os equipamentos motorizados que estavam na “moda” na época e moradores incomodados com a realização de campeonatos dos adeptos desse esporte haviam realizado abaixo-assinados para exigir providências do poder público.

Em função de todos os impactos mencionados e da repercussão do assunto, outras matérias começaram a informar que órgãos ambientais estavam estudando a proibição da prática do esporte tanto na *Lagoa Rodrigo de Freitas* como nas *Lagoas de Jacarepaguá*²⁶². Com base em parecer de técnicos da área ambiental foram sendo apresentados argumentos favoráveis à tese de que a prática do esporte causava impactos ecossistêmicos.

Na *Lagoa Rodrigo de Freitas* em análise realizada foi constatado que os equipamentos revolviavam o lodo, causavam turbidez na água e com isso interferiam no processo de fotossíntese e também de produção de *fitoplancton*, alimento da fauna. Da

²⁶¹ *Jets skis deixam a Lagoa em pé de guerra*, 22/03/1992, p. 25.

²⁶² *Serla poderá proibir uso de Jet ski na Lagoa*, 22/03/1992, p.8.

mesma forma, a poluição sonora afastava espécies aquáticas e também aves, entre outros impactos ambientais provocados.²⁶³

Outro exemplo de mobilização social que tendeu a motivar a tomada de decisão do Poder Público em favor da agenda da conservação da biodiversidade foi destacado em matéria sobre as ações articuladas em Arraial do Cabo, cidade litorânea do Rio de Janeiro, onde moradores haviam participado ativamente das discussões que deram origem ao *Plano Diretor* que disciplinaria o uso do solo local.

Segundo informado²⁶⁴, com base nas diretrizes desse documento, grupos sociais haviam pressionado a *Câmara de Vereadores* para que fosse rejeitado um projeto arquitetônico que previa a construção de hotéis submarinos, além de edifícios à beira-mar e outros equipamentos em áreas de Mata Atlântica. Nesses empreendimentos, era previsto que os turistas poderiam desfrutar de contato mais próximo com a rica fauna aquática.

Uma fonte da gestão pública estadual entrevistada confirmou que com essa mobilização, os moradores e outros grupos sociais articulados evitaram um “colapso futuro” dos recursos naturais e ainda sinalizaram com contribuições ao debate sobre como a cidade poderia se desenvolver de forma mais equilibrada.

Nesse sentido, foi informado que juntamente com o lançamento do *Plano Diretor*, estava prevista a construção de uma escola de pesca, para ensinar técnicas mais avançadas da atividade para as novas gerações da cidade. Outra perspectiva anunciada era a criação de uma cooperativa para reunir os pescadores artesanais, uma prática reconhecida como uma das mais importantes naquele município.

Por outro lado, após a realização da *Rio-92*, motivado pelo “espírito” de cidadania coletiva fortalecido pelos debates promovidos no contexto da conferência, um convênio firmado entre a *Prefeitura do Rio* e o *Tribunal Regional Eleitoral (TRE)* buscou incentivar a manutenção da limpeza da cidade durante a campanha eleitoral de 1992. Segundo matéria publicada²⁶⁵ quase no final de junho daquele ano, um total de cem *outdoors* foi espalhado pelos bairros cariocas com mensagem educativa sobre o tema.

²⁶³ *Jet- Ski pode ser proibido nas lagoas*, 05/05/1992 p. 12.

²⁶⁴ *Arraial do Cabo ganha Plano Diretor*, 30/04/1992, p. 23.

²⁶⁵ *Acordo tentará manter Rio limpo durante a campanha*, 26/06/1992, p.9.

Uma fonte da *Justiça Eleitoral* afirmou que depois de a cidade receber tantas obras e projetos de melhoria urbanística para a realização da *Rio-92*, bem como de todo o debate de enfoque ecológico, os candidatos deveriam reforçar o compromisso de manter limpo o espaço público. Foi informado, ainda que, a campanha também seria veiculada nos jornais e nas emissoras de rádio e televisão.

Algumas questões centrais emergem como reflexões do conjunto de matérias inseridas nessa categoria de análise. A maioria dos textos jornalísticos analisados discute problemas e, também, possíveis soluções, além de sinalizar que o Poder Público é o principal responsável pela implementação de políticas e de outras medidas que assegurem a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais em geral.

Entretanto, alguns grupos sociais mais identificados com as questões ambientais sinalizam, pelas declarações e pelas atitudes destacadas nas notícias, que também desejam ser protagonistas nesse movimento.

Por outro lado, ainda que não tenha havido diversidade de “vozes” nas matérias analisadas, nas quais, em geral, apenas um segmento social se expressou (fontes da gestão pública ou ambientalistas na maioria das vezes) os exemplos noticiados tenderam a transmitir como principal mensagem, que os grupos sociais mais atentos às causas ambientais alcançam as suas reivindicações à medida que se organizam e buscam influenciar o processo de tomada de decisão governamental.

Nesse sentido, também tenderam a expressar que as ações educativas e o acesso à informação qualificada desempenham papéis centrais nos processos de sensibilização e esclarecimento de diversos grupos sociais sobre a complexidade que envolve a pauta da conservação da biodiversidade.

8.3.4. Pelas potencialidades amazônicas

Fora o lugar de destaque alcançado no contexto dos debates sobre a questão florestal na agenda da *Rio-92*, a Amazônia foi tema tratado pontualmente no noticiário do primeiro semestre de 1992 e também analisado pela ótica do *enquadramento*. Nessa perspectiva, se observa que, mesmo que, em alguns casos, tenham sido mencionados os dilemas associados ao processo de desenvolvimento dessa região, os principais enfoques envolveram, principalmente, perspectivas de avanços socioeconômicos relacionados ao uso do patrimônio existente na maior floresta tropical do mundo.

Uma das primeiras matérias relacionadas à agenda da conservação da biodiversidade do ano teve como enfoque a Amazônia e seu patrimônio natural pelos questionamentos que o governo federal vinha enfrentando, à época, em função da demarcação da *Terra Indígena Ianomâmi*. O tema vinha conquistado ampla visibilidade na mídia internacional e o Poder Público buscava responder à demanda solucionando o problema, mesmo enfrentando divergências de alguns segmentos sociais, inclusive na própria esfera governamental.

Nesse sentido, chamou a atenção uma carta enviada pelo então presidente da República, Fernando Collor de Melo, à presidência de uma grande empresa de comunicação explicando o porquê de o seu governo ter decidido demarcar a área indígena ianomâmi²⁶⁶.

Foi explicado, ainda, que como as terras eram delimitadas em caráter permanente, não poderia ser considerado “um exagero” assegurar 9,4 milhões de hectares para uma população, à época, de cerca de 9 mil habitantes, um dos principais alvos de críticas de segmentos que se posicionavam contrários à medida. (Esse tema voltará a ser abordado, posteriormente, no contexto deste capítulo). No entendimento governamental, esses povos também vinham contribuindo historicamente para a conservação da biodiversidade amazônica.

Já a perspectiva dos negócios de base florestal, voltados ao desenvolvimento da Amazônia a partir de uma ótica de sustentabilidade, foi apresentada em outra matéria²⁶⁷ analisada nesta categoria, na qual se destacava a superação das dificuldades do denominado *Projeto Jari*, uma iniciativa empresarial de produção de celulose, instalada entre os estados do Pará e do Amapá, desde a década de 1960.

Apresentando somente a perspectiva da empresa, tendo como fonte um de seus principais executivos, a matéria informava que o negócio começava a “dar lucro”, dez anos depois de passar do controle de uma empresa norte-americana para uma companhia brasileira.

O “desafio amazônico” foi considerado um dos principais percalços do projeto. Nesse sentido, teve destaque a falta de infraestrutura (sobretudo de logística) daquela

²⁶⁶Segundo ressaltado, aqueles povos habitavam as cabeceiras dos rios *branco e negro*, na Amazônia, “desde tempos imemoriais” e pela *Constituição Federal*, é dever do Estado proteger essas populações juntamente com os recursos naturais essenciais à sua sobrevivência e sua reprodução física e cultural no longo prazo.

²⁶⁷*Jari perde a fama de caveira de burro*, 06/01/1992, p.21.

região, que além de estar distante não tinha as comodidades dos grandes centros urbanos, fatores que teriam inviabilizado a permanência de executivos da empresa americana, que esteve à frente daquele projeto entre as décadas de 1960 e 1980²⁶⁸.

Nesse sentido, ainda que a ideia central fosse destacar o “momento positivo” daquele projeto, parece emergir desse conteúdo, principalmente, a visão de uma Amazônia “inviável” já que, diante de seus problemas incomensuráveis, não se ajustava aos padrões “desenvolvimento” dos grandes centros urbanos que se tentava transferir para essa região, sem levar em consideração as suas peculiaridades.

Por outro lado, o texto analisado, não apresenta qualquer sinalização de abordagem crítica sobre o debate que envolve os impactos associados à produção de madeira para a indústria de papel/celulose em uma floresta que responde pela maior diversidade biológica planetária.

Uma perspectiva diferente, no entanto, foi apresentada em outra matéria publicada em março daquele ano, quando, ainda que brevemente, a questão ambiental da Amazônia foi associada ao viés da presença empresarial naquela região. Foi informado²⁶⁹ que estava sendo criada a *Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)* entidade que pretendia financiar iniciativas de sustentabilidade no setor privado.

No contexto da divulgação foi apresentada a opinião de uma fonte da gestão pública federal que considerou a iniciativa louvável uma vez que biomas como a Amazônia sofriam com a devastação e com poucas soluções de desenvolvimento de longo prazo.

Essa fonte mencionou ainda que, graças às ações implementadas pela gestão pública naquela região, o desmatamento de 90 mil quilômetros quadrados de floresta amazônica, registrado em 1989 (equivalente ao território de Portugal), tinha sido reduzido para 14 mil quilômetros quadrados no ano seguinte.

Também em março, outra matéria²⁷⁰ com enfoque na Amazônia, teve destaque na cobertura jornalística analisada, dessa vez, pelo potencial medicinal de espécies da flora nativa.

²⁶⁸Segundo a fonte entrevistada, 16 diretores passaram pelo empreendimento, mas nenhum conseguia ficar mais de dois anos no cargo.

²⁶⁹*Empresas criam fundação para financiar produtos não poluentes*, 07/01/1992, p.22.

²⁷⁰*Quatro plantas da Amazônia são eficazes contra a malária*, 06/03/1992 p.14.

Segundo noticiado, uma investigação científica desenvolvida por uma pesquisadora da *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)* havia comprovado a eficácia científica de pelos menos quatro plantas da Amazônia, usadas pela população para tratamento da malária: (*caferana, carrapicho, três-folhas e campainha azul*). As espécies analisadas sinalizavam com potencial para a redução de 40% da presença do parasita associado à doença, no sangue.

Assim, diferentemente de categorias anteriores, cujo *enquadramento* principal tendeu a evidenciar, principalmente os problemas, em detrimento de potenciais soluções, nesta categoria de análise aconteceu o contrário. Com pequenas exceções, os enfoques foram centrados em potencialidades associadas à floresta amazônica, diante da sua diversidade biológica diferenciada.

No entanto, se percebe que nessa cobertura jornalística analisada sobre a Amazônia também faltou diversidade de fontes. Essas matérias, por conseguinte, tenderam a ressaltar visões unilaterais dos temas abordados.

Em linhas gerais, se observa que a temática teve enfoques pontuais, motivados pela ressonância do tema internacionalmente e considerando o momento favorável representado pela realização da *Rio-92*. No entanto, ainda que tenha se revelado uma abordagem da região para além da questão do desmatamento, um dos temas mais presentes no noticiário sobre a região, as grandes questões associadas ao desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, a partir das interfaces com as questões ambientais e político-institucionais, não se expressam de forma aprofundada nas matérias analisadas.

8.3.5. Pela ótica da beleza da natureza

Tendo como motivação a realização da *Rio-92*, algumas matérias jornalísticas analisadas também tenderam a destacar a natureza brasileira e, principalmente a do Rio de Janeiro, pela ótica da beleza. Nesse contexto, a maior parte das notícias teve como enfoques centrais, os lugares considerados mais atrativos como “destinos turísticos” e, nesses casos, praticamente não foram apresentados problemas associados à conservação

do “belo”, patrimônio, ou aspectos, assim, foram apresentados de forma muito resumida.

Nesse sentido, nas matérias analisadas, a natureza brasileira teve, sobretudo, o sentido de preservação de “fauna e flora”, terminologias até expressas em títulos e legendas. Com essa ênfase, também houve destaque em “primeiro plano”, quando elementos desse “rico patrimônio” representavam potencialidades no campo da utilização de seus ativos, sobretudo, para a produção de medicamentos.

Nessa retrospectiva, uma matéria²⁷¹ publicada em abril apresentou algumas unidades de conservação como alternativas turísticas para experiências de relaxamento, em contato com a natureza. Sem entrevistas, somente com descrição dos principais atrativos, foram sugeridos passeios ao *Parque Nacional do Itatiaia* (Rio de Janeiro) e ao *Parque Nacional da Serra do Caparaó* (Minas Gerais e Espírito Santo).

Nessa matéria mencionada também houve referência à *Estação Ecológica Jureia-Itatins* (São Paulo), cuja descrição jornalística se apoiou em expressões como “santuário ecológico” e “deslumbrante beleza” para indicar o local como um destino perfeito para os turistas que desejassem realizar uma viagem pelo “verde”, onde a “natureza soberana” mantinha preservada a fauna e a flora. Brevemente, foi informado que a unidade de conservação já tinha estado ameaçada por pressões como a especulação imobiliária e também por caçadores, embora esses temas não tenham sido detalhados no conteúdo.

Naquele período em que a cidade seria considerada como “porta de entrada” do Brasil, foi destacado inclusive, em outra matéria²⁷² analisada, que a *Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)*, atenta ao potencial interesse dos participantes da *Rio-92* para conhecerem “as belezas” naturais do país, havia lançado um *guia ecológico* com 69 roteiros de viagens nacionais. Uma fonte da instituição afirmou que a expectativa era de que pelo menos mil participantes do evento, dentre os 15 mil esperados, pudessem conhecer destinos ecológicos nas regiões brasileiras.

Outra matéria²⁷³ também publicada em abril tendeu a enaltecer as belezas naturais da cidade do Rio de Janeiro, onde os moradores tinham o privilégio de viver cercados de áreas florestais, ainda ricas em “fauna diversificada”, segundo enfatizado.

²⁷¹ *A natureza é o destino*, 02/04/1992, p.1.

²⁷² *Embratur lança guia ecológico do país*, 19/03/1992, p.15.

²⁷³ *Cariocas acham um paraíso para os finais de semana: o Rio*, 19/04/1992, p.18.

Para encontrar tranquilidade, beleza e bem-estar, foi ressaltado que nem era preciso “sair de casa” em alguns bairros “mais verdes”. Ilhas particulares na *Baía de Guanabara* também foram mencionadas por algumas fontes entrevistadas que enalteciam a relação de proximidade de suas famílias com os animais e outros elementos da natureza. Porém, problemas associados a essa baía, uma das mais ambientalmente degradadas do Rio, não foram mencionados.

Com uma sutil mudança de enfoque no contexto de uma abordagem sobre o privilégio de ter “fauna e flora” ainda bem conservadas, outra matéria²⁷⁴, publicada também em abril, informava que a Costa Rica pretendia ser o primeiro país do mundo a fazer um inventário da biodiversidade, com objetivo de cobrar *royalties* pelo uso dos seus recursos genéticos.

Como diferencial, a matéria informava que a Costa Rica tinha 27% de seu território protegido por unidades de conservação, o que representava, até então, o maior índice de proteção de florestas em nível global.

O texto apresentou uma breve associação do tema com a realidade brasileira, ao informar que, no ano anterior, o país tinha dado início ao mapeamento da diversidade biológica em áreas ainda bem preservadas, até então, como o Pantanal do Mato Grosso, o Cerrado, além de algumas partes da região Nordeste.

Em mais uma matéria²⁷⁵ publicada em abril, foi destacado resumidamente que a Mata Atlântica do Rio de Janeiro, mesmo “massacrada” pela ocupação urbana ainda apresentava “espetáculos” como o *jequitibá-rosa*, espécie nativa de rara beleza, que chegava a atingir até 45 metros de altura, sendo chamado, por isso, de “imperador da floresta”. Destacar a beleza da árvore parece ter sido o principal objetivo jornalístico nesse caso.

Em contrapartida, tendo como enfoque uma espécie da flora especificamente, já em outra matéria²⁷⁶ publicada em maio, além de enfatizar a beleza, são destacadas as propriedades medicinais do cajueiro-roxo (*anacardi occidentalis*), árvore nativa da Mata Atlântica brasileira, cuja eficácia no combate ao diabetes, estava em processo de comprovação por pesquisadores da *Universidade Federal de Pernambuco*.

²⁷⁴ *Flora e fauna, riqueza da Costa Rica*, 18/04/1992, p. 16.

²⁷⁵ *Jequitibá-rosa: destaque na Mata Atlântica*, 30/04/1992, p.3.

²⁷⁶ *Extrato de cajueiro-roxo combateria a diabete*, 08/05/1992, p.23.

Segundo informado, os cientistas pretendiam isolar o princípio ativo da planta e continuar os testes, que tinham sido iniciados há dois anos e interrompidos por falta de recursos financeiros. Porém, resultados preliminares eram considerados positivos.²⁷⁷

Por outro lado, na única matéria²⁷⁸ analisada nesta categoria que sinalizou com uma perspectiva mais crítica na abordagem de aspectos como “beleza” e “riqueza” da natureza foi ressaltado que mesmo em uma grande cidade “de trânsito caótico” e de inúmeros problemas urbanos, como o Rio de Janeiro, era possível encontrar animais silvestres em áreas ainda cobertas de florestas, sobretudo, nos bairros mais próximos do *Parque Nacional da Tijuca (PNT)*.

Na época, foi informado que o *Jardim Zoológico do Rio de Janeiro* estava realizando um levantamento para estimar a quantidade de animais existentes na cidade e a distribuição geográfica da fauna identificada. O “homem” foi mencionado na matéria analisada como responsável pelo desequilíbrio causado à biodiversidade, a partir de impactos como a produção de lixo.

Em síntese, se observa que, dentre as matérias presentes nesta categoria de análise, o enquadramento principal tendeu a ser a apresentação da natureza pelos aspectos da beleza e da riqueza de seus elementos. Nesse contexto, de destaque de ambientes naturais para o desfrute pelo “homem” nos textos analisados, em geral, a natureza é apresentada como sinônimo de “flora e fauna” ainda bem preservadas. Entretanto, a maioria das abordagens tendeu a não sinalizar com conexões entre os temas noticiados e os problemas a eles associados, ou fizeram referências superficiais nesse sentido.

Assim, em linhas gerais, as unidades de conservação, por exemplo, foram enfocadas pelo viés dos seus atrativos turísticos. Além disso, algumas espécies da flora tiveram destaque pela exuberância e, sobretudo, pela “utilidade” em potencial que podem vir a ter futuramente, principalmente, para a produção de medicamentos .

²⁷⁷Resumidamente, foi mencionado nesse conteúdo analisado que, o processo de exploração dessa espécie no passado, em função da qualidade e da quantidade de madeira de cada exemplar, tinha reduzido a sua presença na natureza. No entanto, devido ao seu processo de crescimento rápido, a árvore era considerada ideal para projetos de reflorestamento, segundo informado.

²⁷⁸ *Fauna sobrevive ao caos urbano*, 04/04/1992, p.22.

Com raras exceções esse conjunto analisado associou a perspectiva de contrapartida “humana” de se relacionar com esse patrimônio natural, a partir do que esse representa em termos de valor intrínseco.

Da mesma forma, no contexto dessa categoria de análise, se percebe uma predominância para as abordagens com visões unilaterais, quando a complexidade das temáticas veiculadas demandava diversidade de fontes de informação.

8.3.6. Pelas contradições ecológicas

Ao mesmo tempo em que sinalizou com exemplos de engajamento social em defesa das causas ambientais, com ênfase na conservação da biodiversidade, a influência da *Rio-92* parece ter impulsionado uma série de reflexões que se expressaram pela crítica às contradições ecológicas daquela época. Essa tendência também foi identificada nas matérias analisadas.

Assim, parecia claro o conagraçamento de grupos sociais de origens e culturas diversas que se dispunham a unir esforços para “salvar o planeta”, a partir de uma grande conferência realizada em menos de duas semanas. Entretanto, os acontecimentos tendiam a expressar, ao mesmo tempo, inconsistências ou incoerências nas atitudes de alguns segmentos que participaram da *Rio-92* com suas “bandeiras verdes”.

Nesse sentido, a seleção de conteúdos discutida, a seguir, parece sinalizar que atitudes declaradas como “ecologicamente corretas” tendiam a seguir em direção oposta. Em algumas circunstâncias a indicação de contradição já se expressava pelos títulos das matérias.

Nesta retrospectiva coube também captar a percepção do cidadão carioca mais atento à discussão sobre a organização da *Rio-92*. Assim, na primeira semana de janeiro de 1992, chamou atenção a mensagem enviada à sessão *Carta do leitor*, pela qual a opinião pública se expressa no jornal pesquisado, diante de temas de interesse coletivo. Nessa publicação, um leitor convidava à reflexão sobre o fato de um país marcado por problemas ambientais, como altos índices de queimadas, desmatamento, além de pesca predatória, entre outros, vir a sediar uma conferência internacional com enfoque em debates sobre ecologia. Pela perspectiva crítica manifestada naquele espaço, esse contexto de passivos representava “uma vergonha” para o Brasil como anfitrião do grande evento de repercussão global.

Em março foram várias as abordagens da cobertura analisada a partir do *enquadramento* de “contradições ecológicas”. Em relação ao Brasil, foi enfatizado²⁷⁹ que, a três meses da realização da *Rio-92*, as escolas de samba do Rio de Janeiro até haviam se esforçado para tratar de temas ecológicos. No entanto, os desfiles eram marcados por incoerências como o uso excessivo de penas de aves nas fantasias carnavalescas apresentadas na noite anterior no *Sambódromo* carioca.

Outra matéria²⁸⁰ com esse enfoque mais crítico, dessa vez no contexto internacional, informava que cerca de 300 pessoas haviam se manifestado contra a possível proibição da pesca do *atum vermelho*, durante a abertura da *8ª Conferência da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora em Vias de Extinção (CITES)*, no dia anterior, em Kioto (Japão). Os manifestantes temiam por qualquer medida que viesse a afetar diretamente o consumo *sushis*, *sashimis*, dentre outras iguarias da culinária japonesa.

Segundo informado na matéria mencionada, mais de mil especialistas estariam reunidos naquela conferência, debatendo medidas para ampliar as condições de conservação de três mil espécies de fauna e de 16 mil espécies de flora que, até então, estavam em vias de extinção, globalmente, devido a fatores como a degradação ambiental, o consumo excessivo e o comércio ilegal.

Já no Rio de Janeiro, se buscava associar os impactos ambientais causados pela preparação da infraestrutura de uma conferência de viés ecológico. Uma das abordagens nesse sentido ressaltava²⁸¹ que, para dar andamento às obras de duplicação da *Estrada da Pedra*, na zona oeste da cidade, e, assim, contribuir para melhorar o tráfego no trajeto por onde passariam as delegações estrangeiras participantes da *Rio-92*, a *Secretaria Municipal de Obras* havia derrubado 14 árvores num trecho de 200 metros.

Segundo uma fonte da gestão pública municipal, a derrubada havia sido autorizada pelo *Departamento de Parques e Jardins*. A mesma fonte ressaltou que o projeto previa o plantio de árvores a cada dez metros da malha viária em obras que totalizavam 12 quilômetros, de forma que se considerava que haveria uma “compensação” pelo impacto causado.

²⁷⁹*Ecologia é exaltada, mas aves sofrem sem pena*, 03/03/1992, p.4.

²⁸⁰*Conferência sobre espécies em extinção começa com protesto*, 03/03/1992, p.10.

²⁸¹*Duplicação de estrada acaba com 14 árvores*, 13/03/1992, p.11.

Sobre as questões de infraestrutura urbana, outra matéria²⁸², publicada em abril, informava que no trajeto de 51 quilômetros que separavam o *Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro* do Riocentro, sede oficial da *Rio-92*, os visitantes estrangeiros encontrariam muitos sinais de degradação ambiental, incluindo lagoas e baía poluídas, destinação inadequada da produção de lixo urbano e mau cheiro decorrente desses e de outros fatores que revelavam “descuido” com a natureza.

Foi mencionado na publicação, ainda, que as obras da *Linha Vermelha* (via expressa construída para facilitar o fluxo de tráfego e que ficou como legado urbano da *Rio-92*) foram liberadas para execução sem apresentação de *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)*.

Também foi destacado na cobertura que o despejo de esgoto no complexo lagunar de Jacarepaguá, incluindo as águas residuais próprio Riocentro, instalado nos arredores, era outro problema sem solução. Entretanto, contrapontos, sobretudo de fontes de órgãos responsáveis pelas questões elencadas, não foram apresentados ao texto analisado.

Tendo como motivação a realização da *Rio-92*, no mês seguinte foi anunciado²⁸³ que seria lançado o “*Diagnóstico Ambiental da Cidade do Rio de Janeiro*”, no qual tinham sido sistematizados problemas ambientais urbanos verificados desde a década de 1980. Poluição do ar, geração de lixo, desmatamento, crescimento desordenado, degradação da *Baía de Guanabara* foram alguns dos temas apresentados na publicação.

Com relação à agenda verde, foi adiantado na matéria mencionada que em quatro séculos o Rio de Janeiro tinha perdido 40% de suas florestas. Até então, cerca de 33,4% da população de favelas da cidade (cerca de 360 mil pessoas) ocupavam áreas de encostas que anteriormente foram cobertas de vegetação de Mata Atlântica.

Ainda que vários aspectos ambientais tenham sido abordados, com base na publicação, em praticamente meia página de matéria jornalística não há entrevistas para repercussão dos dados sistematizados e tampouco uma indicação de ações que tenham sido implementadas para fazer frente a tais desafios.

No contexto do enfoque noticioso sobre as contradições ecológicas daquela época, também teve destaque a situação do principal órgão ambiental brasileiro, que,

²⁸² *O trajeto ecologicamente incorreto da Rio-92*. 26/04/1992, p.18.

²⁸³ *Livro faz diagnóstico dos problemas cariocas*, 22/05/1992, p.14.

embora seja guardião do patrimônio natural do país, havia sofrido uma sanção a menos de dois meses da realização da *Rio-92*. Em uma sentença judicial inédita, segundo informado²⁸⁴, o IBAMA havia sido condenado por omissão no incêndio que devastou 40% dos 5,5 mil hectares da *Reserva Biológica de Poço das Antas*, ocorrido, em 1990, no município fluminense de em Silva Jardim. Essa UC era considerada o último reduto do *mico-leão-dourado*, animal em extinção que se tornou um símbolo da luta pela conservação da biodiversidade no Brasil.

Segundo ressaltado, esta havia sido a primeira sentença sobre ecologia na Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na qual foi determinado que o órgão ambiental teria que reconstituir todo o trecho destruído pelo fogo, além de criar mecanismos para a prevenção de novos incêndios. Uma fonte da alta direção do IBAMA afirmou que a medida era injusta e atribuiu a culpa aos fazendeiros da região que costumavam provocar queimadas nos pastos vizinhos à Reserva.

Na sequência de questionamentos, outra matéria publicada em abril²⁸⁵ informava que um promotor havia denunciado o IBAMA à *Secretaria Nacional de Meio Ambiente* (órgão que antecedeu o *Ministério do Meio Ambiente*) por omissões e irregularidades no combate ao desmatamento. Segundo noticiado, o órgão foi acusado de ser o maior “agente causador” da devastação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

Dentre as irregularidades apuradas foi mencionada em relatório, a assinatura de *guias* em branco para retirada de lenha de áreas de floresta nativa. Casos desse tipo levaram à exoneração do superintendente do órgão no ano anterior, segundo informado. Uma fonte ligada à gestão posterior a esse episódio afirmou que a situação no órgão havia mudado.

Apesar dos inúmeros problemas ambientais apresentados diariamente pelos meios de comunicação da época, incluindo a cobertura do jornal pesquisado, foi informado na segunda semana de abril²⁸⁶ que, faltando menos de dois meses para a realização da *Rio-92*, uma pesquisa²⁸⁷ realizada pelo *Infoglobo*, revelou que, para 45,06% dos entrevistados na Região Metropolitana do Rio, o pior problema ecológico

²⁸⁴ *Ibama condenado por incêndio em reserva*, 09/04/1992, p.12.

²⁸⁵ *Promotor denuncia fraude no Ibama*, 10/04/1992, p.17.

²⁸⁶ *Pesquisa: pior problema ecológico do país é a pobreza*, 12/04/1992, p.22.

²⁸⁷ Foram realizadas 435 entrevistas no Rio e na Baixada Fluminense, de 7 a 9 de abril de 1992.

do Brasil era a falta de dinheiro. Essa era a questão considerada mais urgente do que a devastação da Amazônia (25,06%) e a poluição atmosférica (19,31%), juntas.

A conservação da biodiversidade foi considerada o tema mais desconhecido dos entrevistados e 80% afirmaram não saber o seu significado, enquanto o mais conhecido foi efeito estufa, mencionado por 70,74% das pessoas ouvidas nesta pesquisa.²⁸⁸

Já em maio, por influência da realização da *Rio-92*, começavam a ser publicados estudos científicos com enfoque na situação ambiental de vários países. Ainda nesse contexto e sob a perspectiva das contradições ecológicas, uma notícia publicada²⁸⁹ pela organização ambientalista *WWF* indicou que 45% das matas da Grã-Bretanha tinham sido destruídas nos 50 anos anteriores.

Uma fonte vinculada à ONG informou na matéria que os resultados deveriam constranger representantes britânicos participantes da *Rio-92*. Ressaltou, ainda, que durante muito tempo os países desenvolvidos acusaram as nações em desenvolvimento de destruírem os seus recursos naturais, enquanto deixavam de investigar o que estava acontecendo com os seus próprios recursos.²⁹⁰

Mas, em uma sinalização de contradição que parece evidente no contexto da cobertura analisada, o marido da rainha da Inglaterra, e presidente da organização ambientalista *WWF*, em visita oficial ao Brasil, afirmou, segundo outra matéria veiculada²⁹¹, que “ajudaria” o IBAMA a preparar uma legislação para a regulamentação da caça no país. No entanto, nenhuma fonte ligada ao órgão ou representante de outros segmentos sociais foi mencionada para repercutir a intenção britânica, que sinalizava estar em oposição à legislação brasileira de conservação da biodiversidade.

Também no contexto de contradições ecológicas relacionadas ao Brasil, com base no que foi observado nessa categoria de análise, em 18 de junho, poucos dias depois do encerramento da *Rio-92*, foi noticiado que um trabalho de auditoria do *Tribunal de Contas da União (TCU)* havia identificado 51 irregularidades no âmbito da

²⁸⁸A maior parte dos entrevistados, segundo indicou a pesquisa, sabia o significado da *Rio-92* (81,15%), contra 18,85% que não sabiam do que se tratava a conferência. A maioria (87,36%) também considerava que as obras em execução na cidade, incluindo áreas como a orla, além de parques e praças, só “saíram do papel” por causa da realização do grande evento internacional.

²⁸⁹*Grã-Bretanha destrói mais florestas*, 18/05/1992, p.15.

²⁹⁰Ainda foi informado que, de acordo com o relatório publicado, 3 bilhões de hectares de florestas tinham sido devastados no século XX e que, restava somente 1,5 bilhão de hectares de vegetação nativa em nível mundial de um total de 6,2 bilhões de hectares que, originalmente, já tinham coberto o planeta.

²⁹¹*WWF: ajuda para regulamentar a caça*, 18/03/1992 p.13.

gestão do IBAMA (órgão cuja atuação vinha sendo alvo de inúmeros questionamentos, inclusive judiciais, como já mencionado anteriormente). Dentre as quais foram destacadas na matéria publicada²⁹², o despreparo de seus profissionais, a inadequação de ações de fiscalização e a inobservância de normas constitucionais.

Diante da identificação desses e de outros problemas o *TCU* recomendou ao órgão ambiental que realizasse estudos internos para identificar oportunidades de melhorias na gestão dos recursos naturais brasileiros.

Curiosamente e, contraditoriamente a esse contexto mencionado, na mesma matéria analisada, foi informado que o *TCU* havia tomado uma decisão polêmica, ao aprovar no dia anterior, o relatório de um ministro que tinha sugerido ao *Congresso Nacional* uma reavaliação de normas brasileiras para exploração de recursos minerais em reservas florestais e indígenas. Segundo ressaltado, a medida teve apenas um voto contrário de um ministro que considerou que não cabia a esse órgão fazer recomendações ao Poder Legislativo.

Foi divulgada na matéria mencionada, parte de um diálogo entre o ministro que votou contrariamente à recomendação, questionando se a ideia seria permitir a exploração de ouro em áreas protegidas. Segundo resposta do relator da proposta havia uma preocupação de que esse tipo de limitação estaria “prejudicando” o desenvolvimento do país e “congelando” recursos naturais que pertenciam a todos os brasileiros e não somente a uma parcela da população.

A matéria não apresentou nenhuma referência ao fato de tal decisão ter sido tomada, poucos dias depois do encerramento da *Rio-92*, da qual o Brasil tinha saído com a imagem positiva em termos de protagonismo diplomático em prol das questões ambientais, conforme vinha sendo divulgado no jornal pesquisado. Nesse sentido, se considera que o tema demandava uma matéria à parte, embora tenha sido inserido no contexto de outra notícia, provavelmente, pelo fato de se referir ao mesmo órgão público tratado na abordagem principal.

Nesta categoria de análise de contradições ecológicas também chamou atenção uma notícia²⁹³ que informava que a *Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados* havia aprovado em 24 de junho, dez dias após a *Rio-92*, um projeto de

²⁹²*Ibama, TCU apura 51 irregularidades*, 18/06/1992, p.9.

²⁹³ *Comissão da Câmara aprova extinção da Reserva Ianomâmi*, 25/06/1992, p.7.

decreto legislativo, propondo a extinção da *Reserva Indígena Ianomâmi* (que havia sido homologada durante a conferência pela *Presidência da República*).²⁹⁴

Como parte dos argumentos, o deputado autor da proposta afirmou que, antes de criar a reserva, o Governo deveria ter consultado o *Conselho de Defesa Nacional*, por se tratar de uma área fronteira. Outro parlamentar entrevistado declarou que a medida governamental de criação da reserva, antes da realização da *Rio-92*, teria sido “demagógica”. Mas, nenhuma outra fonte, além dos dois parlamentares foi consultada sobre o tema, mesmo se tratando de uma questão polêmica que havia merecido atenção especial no contexto da conferência.

Do ponto de vista internacional, a última matéria divulgada²⁹⁵ em junho de 1992 no contexto dessa categoria de análise, informava que o governo da Noruega havia autorizado a captura de baleias, a partir de 1993, mesmo diante dos riscos de extinção que envolviam essas espécies marinhas.

Foi informado que, segundo a então primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (mencionada na matéria como autora de um dos mais famosos relatórios ambientais mundiais, embora o título da publicação não tenha sido apresentada), a decisão se apoiava em bases científicas.

Segundo a primeira-ministra norueguesa (uma das lideranças mais noticiadas ao longo da *Rio-92*, conferência da qual participou ativamente) o seu país sabia que seria criticado pela decisão. Entretanto, conforme argumentado, além de haver conhecimento científico das populações de baleias, o total capturado seria estabelecido pelas autoridades, posteriormente, de forma que o governo norueguês considerava que essa era uma atitude responsável de explorar os seus recursos marinhos.

Foi afirmado, ainda, que a decisão seria comunicada à *Comissão Baleeira Internacional (CBI)*. Mas na matéria foi ressaltado que, embora a *Comissão* tenha estabelecido uma moratória de caça às baleias em 1985, a decisão nunca havia sido cumprida pela Noruega juntamente com o Japão e a Islândia.

²⁹⁴ O decreto que passaria por outras comissões antes de ser votado em plenário considerou inconstitucional a *Portaria n° 580* do Ministério da Justiça que havia criado a reserva.

²⁹⁵ *Noruega vai reiniciar a captura de baleias*, 30/06/1992, p.20.

Uma fonte de uma grande organização ambientalista internacional afirmou que a decisão era “vergonhosa” e que desde a moratória estabelecida pela *CBI*, os países que não cumpriam a orientação já tinham capturado mais de 14 mil baleias.

Ainda considerando os diversos enfoques sobre contradições no contexto da realização da *Rio-92*, outra informação também veiculada poucos dias após a realização desse grande evento, tende a ser complementar às reflexões que se busca agregar a este capítulo.

Nesta retrospectiva cabe ressaltar que, segundo noticiado²⁹⁶, a *Associação Nacional de Jornais (ANJ)* havia divulgado um documento defendendo o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para exercício dessa profissão. O presidente da entidade havia convocado os 73 jornais associados, responsáveis naquele período por 87% dos exemplares em circulação no país, para que fizessem uma campanha alertando que o artigo 4º do *Decreto Lei 972/1969* (exige o diploma para exercício da profissão) havia sido revogado pelo novo texto constitucional.

Segundo noticiado, a *ANJ* se baseou no artigo 5º da *Constituição Federal* de 1988 que define: “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença*”. Segundo a matéria mencionada, a tese ainda teve como base o artigo 220, também da *Carta Magna*, que determina que “*nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação*”.

A *ANJ* advogava que a exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista, contida no *Decreto 972/1969* atingia a “liberdade de expressão”. Defendia ainda, que tal exigência não existia mais em países desenvolvidos como a Itália, os Estados Unidos a França e a Alemanha.

O presidente da entidade declarou em entrevista, que a exigência do diploma jornalístico representava um “entrave ao desenvolvimento da imprensa” e um “prejuízo à qualidade dos jornais”. Assim, para essa entidade, o artigo 5º da *Constituição* havia revogado o texto do *Decreto Lei*²⁹⁷.

²⁹⁶ *ANJ defende fim da exigência de diploma para jornalistas*, 19/06/1992, p.4.

²⁹⁷ Desde a década de 1990, foi ampliada a discussão sobre a questão da exigência do diploma para o exercício do jornalismo. A *ANJ* continuou defendendo a tese de desregulamentação, medida que foi acatada, na década de 2000 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em função de uma mobilização dos profissionais da área foram propostas as chamadas PECs do Diploma (PEC 33/2009), de autoria do senador Antônio Carlos Valadares e a PEC 386/2009, de autoria do deputado Paulo Pimenta, que

Conforme discutido neste capítulo, houve grande interesse dos jornalistas pela cobertura da *Rio-92* e os temas debatidos na conferência foram amplamente veiculados. Especialistas como o sociólogo John Hannigan (2009) advogam que justamente nessa época, em função do grande evento e de sua ampla agenda de discussões, a pauta ambiental conquistou um novo *status* na mídia, em geral.

Assim, considerando, ainda, que a conferência motivou o debate sobre a necessidade de fortalecimento de uma “nova ordem” global, ancorada em valores como a ética, aplicada em todas as dimensões, como avaliar o posicionamento adotado pelas lideranças à frente dos principais jornais brasileiros? Se, de acordo com esse segmento, não é necessário, sequer, ser graduado em jornalismo para o exercício da profissão, como se pensar na necessidade de especialização dos profissionais para a cobertura dos temas ambientais? Vale ressaltar que, naquela época, os jornalistas já buscavam discutir as demandas de qualificação, como ficou claro pela realização do encontro internacional dirigido pioneiramente a esse público e denominado de *Green Press*, evento mencionado anteriormente.

No contexto do debate abordado nesta tese, se considera que esse assunto mencionado, tem relevância central, uma vez que se associa, diretamente, ao exercício de uma profissão reconhecida como uma das protagonistas do processo de fortalecimento da disseminação de informação qualificada sobre a importância que envolve a complexa agenda da conservação da biodiversidade. Como equacionar tais questões diante dessas peculiaridades?

No capítulo a seguir, se busca ampliar os enfoques sobre a cobertura jornalística analisada e agregar novas reflexões sobre o *status* da agenda da conservação da biodiversidade, vinte anos depois da realização da *Rio-92*. Assim, a discussão prossegue, a partir de outros resultados obtidos pelo recorte desta pesquisa sobre o tema.

9. VINTE ANOS APÓS RIO-92, COMO A AGENDA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SE REFLETE NAS PÁGINAS DE UM JORNAL DIÁRIO?

Este capítulo com os resultados da pesquisa de tese está dividido em três partes. A primeira, apresentada nas páginas a seguir, tem o objetivo de contextualizar como o debate sobre a agenda temática da *Rio+20* se reflete na cobertura jornalística no jornal impresso pesquisado e, em que medida, as questões relacionadas à conservação da biodiversidade são inseridas no noticiário diário, de janeiro a junho de 2012.

Na segunda parte são apresentadas as matérias analisadas que têm a biodiversidade como temática principal, tendo sido publicadas de janeiro a dezembro de 2012. Para tal, é utilizado o conceito de *enquadramento midiático* que na perspectiva de Entman (1991, 1993) significa o tipo de angulação preponderante em relação à construção da notícia.

Por outro lado, na terceira parte do capítulo, são apresentadas as matérias publicadas de janeiro a dezembro de 2012, cujo principal enfoque se refere a alguma controvérsia associada à agenda da conservação da biodiversidade. Para a análise desse conjunto de conteúdos jornalísticos se utiliza o aporte da *Teoria Ator-Rede (ANT)* que considera elementos humanos e não humanos como agentes que impulsionam processos de tomada de decisão e influenciadores de movimentos contínuos no âmbito das relações sociais, conforme advoga Latour (2005, 2012).

Assim, nas páginas a seguir, a produção jornalística pesquisada é analisada, a partir dessas perspectivas, no intuito de contribuir para identificar algumas pistas sobre a complexidade que envolve relação sociedade-natureza e, sobretudo, de refletir sobre essa temática no contexto das políticas públicas brasileiras que motivam esta tese. Ao final do capítulo, essas análises são complementadas com as principais percepções dos jornalistas e outros interlocutores entrevistados.

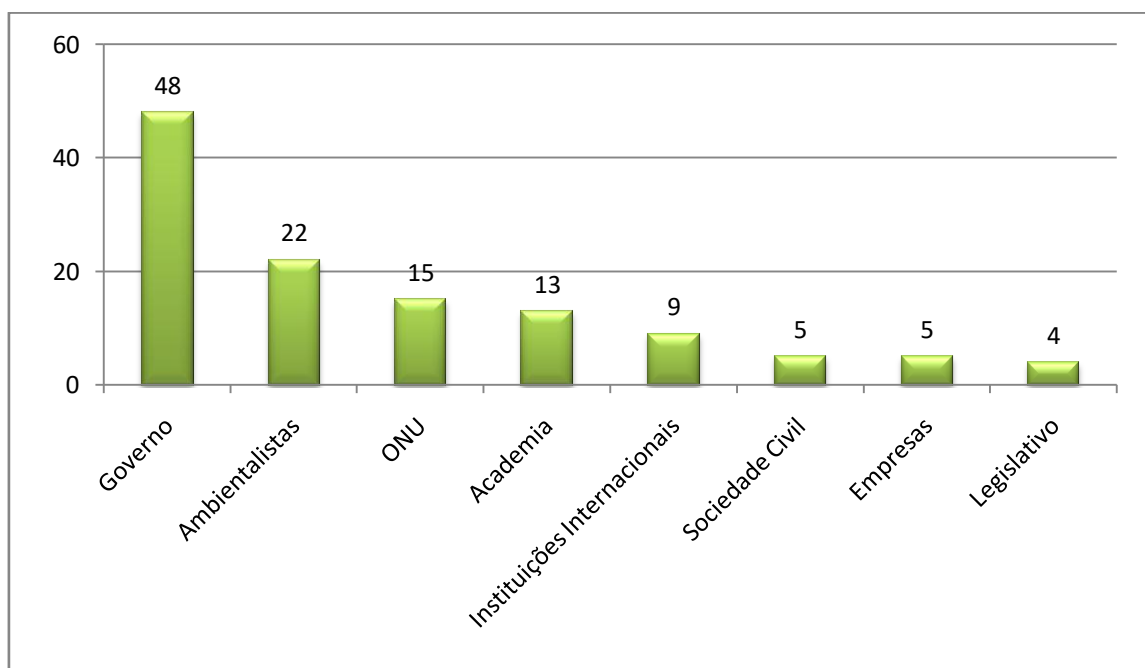
9.1.A pauta da conservação da biodiversidade na agenda da Rio+20: um debate periférico na cobertura jornalística?

Para que se possa compreender como a pauta da conservação da biodiversidade é inserida no contexto da cobertura jornalística sobre a agenda da *Rio+20*, é importante contextualizar o debate sobre os assuntos mais recorrentes no noticiário do jornal

pesquisado, desde o início do processo de organização da conferência. Nesse sentido, se observa que o viés das discussões político-diplomáticas é preponderante ao longo do primeiro semestre de 2012 e que o tema em questão é abordado pontualmente, em geral, quando algumas fontes de informação entrevistadas reconhecem a sua importância.

Com intuito de ilustrar essa contextualização, cabe destacar alguns dados obtidos nesta pesquisa que tendem a contribuir para algumas reflexões apresentadas neste capítulo. Um dos principais se refere ao perfil das “vozes” que se manifestam na cobertura analisada. Nesse sentido, se identifica, conforme ilustrado na Figura 2, a seguir, que de 57 matérias analisadas sobre a agenda de debates da *Rio+20*, as fontes de informações governamentais são predominantes, seguidas da participação de ambientalistas, de representantes da ONU e da academia.

Figura 2. Síntese de fontes de informações em matérias analisadas sobre a agenda da Rio+20 (janeiro a junho de 2012)



Fonte: pesquisa da autora, 2016.

Este contexto parece ilustrar como interlocutores de órgãos da gestão pública (representações do poder Executivo) estiveram presentes no noticiário sobre debates relacionados à agenda temática da *Rio+20*, no primeiro semestre de 2012. Enquanto isso, organizações ambientalistas, cidadãos e movimentos sociais, em geral, tiveram suas “vozes” limitadas nas discussões sobre o tema pesquisado. Mas, que pistas esses dados podem indicar? A evolução desse debate se apresenta nas páginas a seguir.

9.1.1. Como a cobertura jornalística evolui nos primeiros seis meses de 2012

As primeiras notícias sobre a *Rio+20*, veiculadas a partir de janeiro de 2012 pelo jornal pesquisado, deram ênfase aos temas que entrariam na pauta de negociações da conferência. O ponto de partida foi a divulgação do chamado *rascunho zero*, ao qual o jornal britânico “*The Guardian*” tinha tido acesso em primeira mão.

O texto de 19 páginas divulgado primeiramente para o jornal britânico e repercutido na imprensa em geral, representava, na verdade, um resumo de 672 propostas enviadas por países de todo o mundo e apresentado como o primeiro rascunho de pauta para a *Rio+20*, pela *ONU*. A diplomacia envolvida na organização da conferência teria até 16 de junho (quatro dias antes do início do evento oficial), para concluir a controversa agenda de debates e apresentar o documento final que nortearia as discussões dos chefes de Estado.

Após divulgação superficial da publicação da pauta de debates pela imprensa internacional, repercutida pelo veículo pesquisado, foi confirmada, oficialmente, por interlocutores da *ONU*, a proposta de dez temas²⁹⁸ relacionados à chamada agenda de desenvolvimento sustentável, norteadora do debate da conferência: consumo responsável; produção ecoeficiente; proteção dos oceanos; segurança alimentar; agricultura sustentável; energia limpa para todos; acesso à água e eficiência; cidades sustentáveis; economia verde e inclusão social; além de prevenção a desastres naturais.

Assim, a pauta da conservação da biodiversidade, que havia ocupado amplo espaço na agenda de debates da *Rio-92*, em 2012 estava mais diretamente relacionada ao tópico de proteção dos oceanos. Posteriormente, conforme discutido, o tema será

²⁹⁸Dez metas para *Rio+20*, 11/01/2012, p.29.

abordado, transversalmente, no âmbito de alguns outros assuntos noticiados, principalmente, a partir da percepção de especialistas sobre a sua importância.

Nesse contexto da organização da *Rio+20*, a cobertura analisada vinha sendo marcada, principalmente, pelas declarações de fontes de informações oficiais (conforme ilustrado anteriormente) e, antes mesmo da primeira rodada de debate do texto proposto para a conferência²⁹⁹, essa participação já se revelava preponderante.

Em algumas das matérias analisadas, nos primeiros meses de 2012, lideranças diplomáticas vinham afirmando que, diferentemente do que havia ocorrido na *Rio-92*, quando acordos globais como a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* e a *Convenção do Clima* haviam sido firmados, não se deveria esperar resultados parecidos na *Rio+20*. Já na conferência que vinha sendo organizada, os interlocutores afirmavam que a perspectiva dos participantes era, principalmente, de abertura de uma “agenda de sustentabilidade”, com o intuito de promover mudanças em médio e longo prazos no modelo de desenvolvimento global. Mas, uma primeira indagação parece essencial nesse caso: como debater agenda de sustentabilidade associada a esse processo complexo, sem considerar questões ambientais como prioridades? Tal questionamento, entretanto, não é percebido ao longo da cobertura quando tal viés é mencionado.

No contexto das matérias analisadas, em geral, se observa, ainda, que a cobertura sobre a agenda da *Rio+20* é fortemente motivada pelo acompanhamento de episódios pontuais como reuniões, além de outros eventos político-diplomáticos e científicos antecedentes à conferência.

Mas, ainda que as declarações das fontes oficiais de informações fossem preponderantes nas notícias analisadas anteriormente, se percebe que, somente a partir de março daquele ano, motivado pela proximidade do evento, o jornal pesquisado parte para uma cobertura um pouco mais analítica, com grande interesse demonstrado pelo viés da “economia verde”, tema de destaque na agenda da *Rio+20*. A questão energética ocupa, assim, lugar de destaque nas discussões.

A título de ilustração, havia sido observado em reportagem³⁰⁰ publicada no início de março, sobre desperdício energético, um dos primeiros conteúdos mais críticos

²⁹⁹Realizada em reunião preparatória na sede da ONU, em Nova York, nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2012.

³⁰⁰*No país da Rio +20, o desperdício é oficial*, 04/03/2012, p.41.

sobre a conjuntura ambiental brasileira, frente aos desafios do país como anfitrião da grande conferência internacional.

A matéria mencionada havia enfatizado o pedido da Presidência da República, para que fossem levantadas e divulgadas iniciativas econômicas e socioambientais positivas postas em prática pelo governo federal. No entanto, segundo noticiado, os titulares dos ministérios, ainda não sabiam, na ocasião (a três meses da conferência), o que destacar.³⁰¹

Nesta matéria havia sido informado, ainda, que mesmo sendo aguardada com expectativas a participação do *Ministério do Meio Ambiente*, considerada “a vedete” da *Rio+20*, a qualidade da informação sobre os casos de sucesso, lideradas pelo órgão da gestão pública federal ainda era avaliada como precária, a três meses da realização da conferência. O que se sabia, até então, segundo informado, era somente que o enfoque da explanação seria a redução do ritmo de desmatamento da Amazônia.

No entanto, cabe também questionar que, diante da sinalização de redução do processo de desmatamento, que projetos, ações ou políticas públicas, por exemplo, poderiam ter contribuído para esse resultado? Em que período as estatísticas ilustravam a redução? Tal abordagem não é percebida no texto publicado.

Vale ressaltar que, no contexto da cobertura ampliada que o veículo vinha tentando produzir a partir de março de 2012 se percebe, ainda, um direcionamento das pautas no sentido de comparar a *Rio+20* com a *Rio-92*. Assim, em uma das matérias analisadas³⁰², publicada na segunda quinzena de março, a *Rio-92* tinha sido enaltecida como um evento de “sucesso absoluto”, enquanto a *Rio+20*, segundo se afirmava, poderia correr o risco “de ser um fiasco”. Não se discute, entretanto, que a conferência realizada nas duas décadas anteriores, conforme registros históricos do próprio jornal pesquisado, havia sido organizada em um ambiente político-institucional e econômico de inúmeras adversidades, ainda que acordos importantes tenham sido celebrados.

O texto mencionado ressaltava que entre as duas conferências, a distância não era somente temporal, mas principalmente, conceitual. Enquanto não havia expectativa de que compromissos importantes fossem assumidos durante a *Rio+20* (devendo esta

³⁰¹Com base na observação jornalística e no esforço de apuração de informações, havia sido destacado nesta matéria, o desperdício de energia elétrica em edifícios governamentais em Brasília e no Rio de Janeiro. Por outro lado, fontes entrevistadas haviam sido convidadas a analisar questões relacionadas à gestão dos recursos naturais no Brasil, seja considerando avanços ou desafios verificados na política ambiental brasileira.

³⁰²*Em busca de uma Rio+20 à moda da Rio-92*, 18/03/2012, p.30.

resultar somente em alguma declaração política ao final), a matéria enfatizava que há 20 anos, os chefes de Estado presentes à Rio-92 assinaram três importantes documentos (*Agenda 21*, a *Convenção do Clima* e a *CDB*).

Embora fontes especializadas, inclusive algumas referências do movimento ambientalista tenham sido entrevistadas, se percebe que faltou na matéria analisada resgatar a real situação dos acordos assinados na *Rio-92* e ilustrar seus desdobramentos no Brasil, vinte anos depois, como país anfitrião de uma nova grande conferência da *ONU*. Nesse sentido, cabe ressaltar, ainda, que a *CDB* vinha sendo mencionada somente superficialmente no noticiário sobre a *Rio+20*, praticamente apenas nesse tipo de contexto comparativo entre os dois momentos históricos.

Na tentativa de comparação entre as duas grandes conferências da *ONU* se observa, também, em outra matéria analisada, publicada na segunda quinzena de março³⁰³, a preocupação semelhante com a temática da geração energética e seus impactos ambientais. Entretanto, para algumas fontes governamentais entrevistadas, a mudança de eixo de poder global representava uma das grandes diferenças entre os dois eventos. Segundo os interlocutores consultados, enquanto na *Rio-92*, os países desenvolvidos lideravam os processos de negociações internacionais, no contexto da *Rio+20*, os chamados “emergentes” já tinham conquistado mais espaço e protagonismo nos debates. Nesse ponto, também, parece oportuno questionar quais seriam as principais contribuições dos países emergentes nas duas décadas, ou pelo menos, como o Brasil avançava nessa seara, desde então? Esse tipo de questão não vinha sendo abordado neste ou em outros conteúdos analisados até março de 2012.

O mês de abril marcou o início da intensificação da cobertura no jornal pesquisado sobre a organização da *Rio+20* e, também, foi quando o veículo havia anunciado uma série de estratégias de ampliação da disseminação de informação sobre as questões relacionadas à conferência e seus debates centrais. Como parte do processo de veiculação, havia sido lançado um espaço exclusivo na *internet* dedicado às temáticas do grande evento.³⁰⁴

Ainda segundo noticiado, o *website*³⁰⁵ seria hospedado no ambiente da editoria de *Economia*, embora concentrasse matérias de diferentes seções como *Rio*, *Ciência*,

³⁰³ *Divisão de poder e engajamento de líderes mudaram*, 18/03/2012, p.30.

³⁰⁴ *O Globo amplia ações para a Rio+20*, 15/04/2012, p.34.

³⁰⁵ Rio+20 (www.oglobo.com.br/economia/rio20)

Segundo Caderno e outras. Conforme informado, também, a ideia era de mobilizar especialistas nacionais e internacionais para debaterem temas relacionados ao “novo desenvolvimento planetário”.

Fontes representantes do veículo ressaltaram o interesse pela temática da conferência, enfatizando, ainda, a preocupação com a conservação da biodiversidade que, inclusive havia motivado a realização da campanha educativa “*Quero ver toninha*” desenvolvida pelo jornal no âmbito da *Rio+20*. As ações de sensibilização teriam como principal objetivo alertar a opinião pública sobre os riscos de extinção dessa espécie marinha, ameaçada por fatores de pressão como poluição e pesca acidental. (O tema será abordado, mais amplamente na segunda parte deste capítulo).

Profissionais da área editorial haviam reiterado que “sustentabilidade”, “economia verde” e “responsabilidade social” representavam temáticas presentes na pauta do veículo, tanto na cobertura diária, em diferentes editorias, como em suplementos semanais, dentre os quais *Razão Social* e *Planeta Terra*³⁰⁶.

Como parte da programação planejada em função da *Rio+20*, o jornal pesquisado anunciou, ainda, o lançamento de uma série de cadernos especiais diários ao longo do período da conferência e a realização de três seminários mensais, abertos ao público para motivar debates de assuntos norteadores do grande evento internacional.

Em maio o enfoque do primeiro seminário seria “economia verde”, um dos principais motes do evento da ONU. A pauta da biodiversidade seria discutida em junho, com o tema “Preservação de espécies *versus* Poluição”, que mobilizaria especialistas para refletir sobre questões como riscos de extinção de espécies diante da degradação ambiental de seus *habitats*, além da situação dos oceanos, com ênfase no papel chave da sociedade para a busca de soluções. Já, em julho, o último encontro promovido teria como motivação, a realização de um balanço sobre o legado da conferência.

Conforme anunciado pelo veículo, já era possível perceber que a partir daquele mês de abril, mais matérias vinham sendo publicadas para debater a preparação da *Rio+20*. Assim, no contexto da segunda rodada de negociações diplomáticas para confirmar os principais temas a serem tratados na conferência, além do enfoque nas

³⁰⁶Vale ressaltar que, apesar do destaque dado aos suplementos que tratavam de temas socioambientais no veículo pesquisado, as publicações foram descontinuadas, em anos seguintes, no âmbito de reestruturações editoriais promovidas pela empresa jornalística.

discussões sobre as chamadas metas de desenvolvimento sustentável e outros assuntos abordados até então, a cobertura analisada passaria a discutir mais fortemente a perspectiva de criação de um *piso socioambiental*³⁰⁷ como indicador global de desenvolvimento.

Nesse sentido, se observa que a pauta da conservação da biodiversidade vinha sendo trazida à tona por fontes de informação entrevistadas, como ocorreu em matéria analisada, publicada na primeira quinzena de abril.³⁰⁸ Na publicação foi ressaltado que pesquisadores brasileiros e estrangeiros estavam reunidos na capital pernambucana para debater questões climáticas, com ênfase na inclusão da variável ambiental nos cálculos das riquezas geradas pelos países, tradicionalmente contabilizadas pelo Produto Interno Bruto (PIB). A temática da conservação da biodiversidade foi então apresentada nesse contexto, de forma transversal às principais discussões.

Vale ressaltar que esse enfoque sobre a necessidade de se inserir os custos ambientais na medição do PIB tinha sido apresentado, também transversalmente, anteriormente, em virtude da entrega de uma premiação internacional. Em função de um documento divulgado na ocasião, segundo matéria analisada³⁰⁹, os agraciados por esse reconhecimento, haviam criticado o tradicional modelo de contabilidade norteado pelo PIB, essencialmente focado no crescimento econômico.

Assim, esses cientistas opinaram que os indicadores de medição de riquezas produzidas por um país, deveriam levar em consideração os custos dos impactos sob o seu “capital verde”, entre outros fatores que tradicionalmente não vinham sendo contabilizados.

Para os cientistas mencionados na matéria, era considerada preocupante a continuidade do consumo intensivo de combustíveis fósseis, uma vez que essas fontes energéticas já vinham provocando impactos negativos como a perda de biodiversidade nos oceanos e o aumento das áreas desertificadas em países em desenvolvimento. O grupo também havia defendido, na matéria veiculada, que, parte da solução dos dilemas globais passaria tanto pelo fortalecimento de ações de proteção das florestas como de uma economia de baixo carbono.

³⁰⁷ Essa seria uma contraposição ao tradicional Produto Interno Bruto (PIB) para análise de geração de riquezas dos países.

³⁰⁸ *Países decidem estudar criação de piso socioambiental para o mundo*, 14/04/2012, p.33.

³⁰⁹ *Por um PIB mais verde*, 21/02/2012, p.18.

Mesmo tendo demonstrado grande preocupação com a aceleração da crise ambiental global, os cientistas premiados também haviam considerado alguns sinais positivos sobre a capacidade de reação dos países frente a essa realidade. Nesse sentido, foi mencionado como exemplo de avanço, a redução do desmatamento na Amazônia brasileira em 80%, entre 2005 e 2012.

Vale ressaltar que, no contexto da cobertura jornalística analisada, outros entrevistados já vinham destacando a redução do desmatamento como um aspecto positivo na agenda ambiental brasileira, naquele período. Entretanto, se observa que as razões que teriam levado a esse resultado não vinham sendo discutidas nos conteúdos pesquisados.

Ainda como parte dos dilemas relacionados à conservação da biodiversidade em países como o Brasil, um cientista brasileiro entrevistado na matéria mencionada, chamou a atenção para a questão dos jogos de interesses políticos atrelados ao tempo de mandato das lideranças eleitas para cargos públicos. O argumento defendido era de que esses, por sua vez, se baseavam no imediatismo no processo de tomada de decisão, enquanto a pauta ambiental, em geral, é marcada por problemas que exigem soluções planejadas em longo prazo.

Vale ressaltar que, de forma transversal, a temática da biodiversidade também tinha sido inserida em outra matéria analisada, publicada no final de março³¹⁰, sobre um evento realizado em Londres, ocasião em que 2,8 mil cientistas ambientais internacionais haviam tentado, de alguma forma, influenciar a pauta de discussões da *Rio+20*.

Na matéria mencionada, uma das críticas mais contundentes sobre os preparativos da *Rio+20*, partiu de um pesquisador de referência sobre o tema que, à época, ocupava um cargo na gestão pública federal. Para essa fonte, a agenda da biodiversidade não deveria estar fora da pauta de debates da conferência, sobretudo no contexto de aceleração sem precedentes do processo global de perda de espécies e, principalmente, sendo o Brasil um país líder em diversidade biológica.

Já em outro evento com o mesmo enfoque, realizado no Brasil, também se buscou influenciar a agenda da conferência. Assim, segundo noticiado em matéria publicada em abril³¹¹, pesquisadores, ambientalistas, gestores e representantes de outros

³¹⁰*Conferência sob pressão*, 27/03/2012, p.28.

³¹¹*Rio Clima: Evento paralelo da Rio+20 discute aquecimento global*, 16/04/2012, p.16.

segmentos haviam criticado a falta de perspectiva de aprofundamento da questão climática durante a *Rio+20*, da mesma forma que tinham reconhecido, ter sido negligenciada a pauta da biodiversidade na agenda.

Entretanto, uma fonte do movimento ambientalista entrevistada na matéria mencionada, afirmou que, apesar da reconhecida falta de prioridade na *Rio+20* para debate de temas considerados mais emblemáticos desde a *Rio-92*, dentre os quais, as agendas do clima e da conservação da biodiversidade, era preciso mobilizar a opinião pública para assumir um posicionamento crítico e tentar influenciar a agenda da conferência e seus resultados finais.

Cabe ressaltar que, a importância de um posicionamento dos grupos sociais no debate da *Rio+20*, sobretudo resgatando temas centrais discutidos na *Rio-92* (dentre os quais, a agenda da biodiversidade), também foi destaque na fala de um ambientalista e liderança social, entrevistado em outra matéria analisada, publicada em abril.³¹² O interlocutor enfatizou o papel da *Cúpula dos Povos*³¹³, movimento que teria a função de lembrar aos chefes de Estado presentes à *Rio+20*, sobre os principais compromissos assumidos na *Rio-92* (*Agenda 21, CDB e Convenção do Clima*).

A *Cúpula dos Povos* foi então apresentada, na matéria mencionada, pelo importante papel de articulação para a sistematização de um documento final que reuniria visões de organizações ambientalistas e movimentos sociais. Tal perspectiva tendeu por se configurar como importante contraponto ao resultado geral da *Rio+20*, como será discutido neste capítulo, posteriormente.

Apesar das ponderações anteriores, conforme observado no contexto desta pesquisa, os ambientalistas vinham sendo apresentados como fontes apenas pontualmente no contexto da *Rio+20*. Em contraposição, a presença mais expressiva nas matérias analisadas era a de representantes da gestão pública, com ênfase no corpo diplomático e nos representantes dos ministérios. Em uma rara oportunidade de se ampliar a participação do movimento ambientalista nos debates sobre os temas centrais da conferência, somente duas fontes foram consideradas na matéria analisada, publicada em abril, cujo título sugeria pluralidade de “vozes”³¹⁴.

³¹² *Cúpula dos Povos - O caldeirão cultural de volta ao Aterro*, 12/04/2012, p.20.

³¹³ Evento paralelo à programação oficial da *Rio+20*, que vinte anos depois da *Rio-92* voltaria a ser realizado no Aterro do Flamengo, com 30 mil participantes, brasileiros e estrangeiros, integrantes de movimentos da sociedade civil.

³¹⁴ *Dilma irrita ambientalistas*, 06/04/2012, p.21.

O texto em questão tratava de reações de ambientalistas, quanto aos rumos dos debates sobre a *Rio+20*, diante da repercussão negativa de um discurso da presidente da República que havia considerado “fantasiosa” a possibilidade de fornecimento de energias renováveis como a eólica e a solar para abastecer o mundo.

Um interlocutor de uma grande organização ambientalista reagiu à declaração, na matéria mencionada, afirmando que tal posicionamento não parecia adequado para uma liderança política de um país anfitrião de uma conferência com o perfil da *Rio+20*.³¹⁵ Outra fonte do movimento ambientalista afirmou que a fala da presidente poderia, inclusive, indicar a falta de decisão para que o Brasil pudesse liderar discussões relevantes sobre essa temática, em nível global.

Vale ressaltar que, em outra matéria analisada sobre o assunto³¹⁶, havia sido informado que, na percepção da presidente, a *Rio+20* deveria ser uma conferência com respostas concretas aos desafios associados ao desenvolvimento sustentável, dentre os quais mencionou a agenda da conservação da biodiversidade, ao lado de demais grandes temas de importância global como mudanças climáticas e produção de alimentos.

Entretanto, ainda que diversas fontes, além da presidente da República, tivessem mencionado a pauta da conservação da biodiversidade como um tema de grande relevância no contexto dos debates da *Rio+20*, bem como o próprio veículo de comunicação pesquisado tenha reiterado o seu interesse pela temática em questão, essa parecia, ser ainda, uma agenda periférica nas discussões. Nesse sentido, o assunto, de forma geral, quando associado à discussão da agenda da conferência, tendeu a passar ao largo da cobertura jornalística analisada.

9.1.2. Os principais embates noticiados anteriormente à conferência

Segundo amplamente debatido na cobertura jornalística, tendo como exemplo uma matéria analisada, publicada em abril,³¹⁷ sob a alegação de crise financeira, as nações desenvolvidas vinham evitando assumir compromissos no contexto da *Rio+20* para a injeção de recursos em projetos de capacitação profissional, transferência de

³¹⁵ Para esta fonte entrevistada, o pronunciamento tendia a expressar, inclusive, alguns riscos aos progressos ambientais do próprio governo, como o aumento dos investimentos e de incentivo às energias alternativas que vinham ocorrendo, graças ao apoio de instituições públicas como o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)* e o *Banco do Nordeste*.

³¹⁶ *Dilma critica 'fantasia' na Rio+20 e defende usinas hidrelétricas do país*, 05/04/2012, p.31.

³¹⁷ *Países ricos não querem mais debates*, 28/03/2012, p.32.

tecnologia, além de outras iniciativas destinadas ao fortalecimento de uma economia de baixo carbono nos países em desenvolvimento. Como se pode observar, tais questões que serviram de “pano de fundo” às discussões da *Rio-92*, permaneciam como impasses centrais.

Mas, com a proximidade da realização da conferência, além de discussões sobre mecanismos financeiros para custeio de ações previstas e questões relacionadas ao trabalho de compilação do chamado *rascunho zero*, outro tópico passava a despertar, cada vez mais, interesse jornalístico. Este se referia ao potencial risco de esvaziamento do evento devido à falta de confirmação da presença de representações internacionais importantes, até então, incluindo o presidente dos Estados Unidos³¹⁸. Assim como ocorrera na *Rio-92*, essa questão político-diplomática continuava atraindo a atenção jornalística.

Embora a presidente da República do Brasil, em viagem oficial aos Estados Unidos, em abril de 2012, tenha reforçado o convite para que o presidente americano participasse do evento, as matérias abordando os “bastidores da diplomacia”, vinham informando que a ausência dele na conferência, até então, era considerada quase certa³¹⁹.

Mas o governo brasileiro também vinha buscando dissipar possíveis dúvidas da opinião pública, em relação à vinda de representações governamentais. Para tal, interlocutores da área diplomática vinham assegurando que pelo menos 135 chefes de Estado já haviam confirmado presença na *Rio+20*, até a terceira semana de abril, segundo matéria publicada naquele período³²⁰.

Outra questão que começava a ser mais discutida na cobertura analisada, a partir de abril, se referia à participação social na *Rio+20*. Assim, enquanto lideranças sociais vinham questionando possíveis limitações nesse sentido, o governo buscava responder a essa demanda, por meio das matérias veiculadas. Nesse sentido, como parte das

³¹⁸ *Dilma reforçará convite, mas Obama poderá não participar da Rio+20*, 07/04/2012, p. 23.

³¹⁹ Para a política norte-americana a agenda ambiental e de mudanças no modelo de desenvolvimento, assim como na *Rio-92*, continuava sendo considerada problemática na *Rio+20*. Nesse sentido, em tempos de campanha para reeleição em uma disputa acirrada, melhor seria evitar discussões polêmicas na percepção do presidente.

³²⁰ *Rio+20: mais de 135 autoridades vão participar da conferência*, 24/04/2012, p.21.

soluções planejadas havia sido informado que deveria ser criado um fórum *on-line*³²¹ para o debate dos temas em pauta via *internet*, com internautas interessados. Essa seria uma iniciativa pioneira no âmbito das conferências da ONU, conforme divulgado.

Paralelo às reclamações sobre a falta de espaço para a participação social nos debates da *Rio+20*, ainda vinham sendo divulgadas críticas dos movimentos sociais e ambientalistas, sobre a ausência de debate ambiental e de potencial esvaziamento da conferência diante dessa questão. Nesse sentido, interlocutores da gestão pública federal também vinham reiterando que o evento teria todas as condições de ser um sucesso e garantindo que, desde o ano anterior, todos os segmentos sociais vinham sendo ouvidos.³²²

Em linhas gerais, se percebeu que, nas matérias que tratavam da falta de foco da conferência no debate ambiental, poucos contrapontos vinham sendo apresentados para ressaltar que a discussão sobre desenvolvimento sustentável, linha norteadora daquele grande evento, não poderia prescindir desse viés.

Mas, embora vários temas mencionados anteriormente tenham perpassado a cobertura jornalística sobre os embates político-diplomáticos relacionados à *Rio+20*, o processo de construção do documento oficial foi, claramente percebido, como o assunto mais amplamente abordado no noticiário analisado na primeira parte deste capítulo. Assim, polêmicas acompanharam a discussão até o final da conferência.

Nesse sentido, faltando menos de dois meses para a realização da conferência, havia sido noticiado o *status* da revisão do *rascunho zero*³²³, que seria concluído no Rio, durante o evento. A versão noticiada, até então, incluía temas considerados estratégicos como água, energia, alimentos, empregos, cidades, oceanos, preparação contra desastres, além de erradicação da pobreza, mudanças climáticas, consumo e produção sustentáveis, florestas, entre outros.

Outras três questões norteadoras desse debate preparatório vinham sendo acompanhadas atentamente pelo veículo pesquisado: a criação das chamadas metas de

³²¹ Com capacidade para reunir 400 mil participantes virtuais, o *website* (www.riodialogues.org) foi lançado oficialmente em 16 de abril de 2012.

³²² *Rio+20: ministros reagem a críticas ao governo*, 20/04/2012, p.29.

³²³ O texto original para subsidiar a discussão, que chegou a ter seis mil páginas em janeiro de 2012, em função das sugestões apresentadas para o debate por governos, ONGs, empresas, universidades, dentre outros segmentos; cerca de três meses depois de passar por debates pelos diplomatas envolvidos na organização da conferência, contava com pouco mais de 200 páginas.

desenvolvimento sustentável, o fortalecimento do PNUMA como agência ambiental e a substituição do PIB para mensuração do nível de desenvolvimento dos países. Também chegou a ser cogitada no noticiário diário, a criação de um novo fórum orientador da discussão sobre sustentabilidade para reunir os países membros da ONU. Assim, como se percebe, os assuntos sobre as negociações político-diplomáticas tendiam a ser tratados prioritariamente na cobertura jornalística sobre a organização da conferência.

No tópico a seguir são abordadas as principais discussões sobre a *Rio+20* no mês de realização da conferência (junho de 2012). Nessa retrospectiva, além de matérias especiais sobre os temas-chave da agenda do grande evento, os impasses sobre o documento final tenderam a ser preponderantes na cobertura jornalística analisada. Nesse contexto, a pauta da conservação da biodiversidade continuava sendo mencionada pontualmente, sem grande destaque.

9.1.3. Às vésperas da *Rio+20*, a intensificação dos impasses

Com a chegada de junho, o mês de realização da *Rio+20*, o debate que vinha se desdobrando desde o início do ano, sobre o documento norteador da conferência, permanecia sem grandes definições, segundo notícias analisadas naquele período³²⁴. Um dos maiores impedimentos ao fechamento do texto base que seria assinado pelos chefes de Estado, entre os dias 20 e 22 daquele mês, continuava sendo a implementação das chamadas metas de desenvolvimento sustentável.

Nesse impasse, enquanto países europeus vinham defendendo metas numéricas, a maioria dos diplomatas vinha alegando a inviabilidade dessa proposta, em função da falta de tempo hábil durante a última rodada de negociações do *rascunho zero*, realizada no começo daquele mês, na sede da *ONU*, em Nova York. No contexto desse debate, já começava a ser cogitado o que realmente acabou acontecendo, ou seja, tais metas seriam postergadas para 2015. Até então, o texto contava com 80 páginas e novos cortes deveriam ser efetuados³²⁵.

³²⁴Líderes ainda sem consenso sobre a *Rio+20*, 01/06/2012, p.26.

³²⁵Por outro lado, no Rio de Janeiro, durante os painéis de debates denominados de *Diálogos da Sustentabilidade*, os governantes ainda receberiam as propostas sobre grandes temas, dentre os quais, combate à pobreza, cidades e segurança alimentar, enviadas por cientistas e representantes de outros grupos sociais.

Mas, diante de tantos impasses, não havia causado surpresa o resultado da última rodada de negociações na sede da *ONU*, quando matéria analisada³²⁶ informou que temas mais polêmicos do documento a ser assinado pelos chefes de Estado ficaram sem definição até então³²⁷. As metas de desenvolvimento sustentável se mantinham entre os principais pontos de discordância.

Uma sinalização do que seria enfrentado em termos de impasse foi mencionado em matéria analisada³²⁸, segundo a qual, a crise financeira global motivava o desinteresse dos países desenvolvidos em liberarem recursos financeiros, capacitarem recursos humanos e transferirem tecnologia para que as nações em desenvolvimento cumprissem acordos pactuados no âmbito da conferência.

Além de ter sido considerado um dos principais entraves às discussões do texto final, historicamente, esse vinha se configurando como um dos principais pontos de discordância em ações chanceladas pela *ONU*, nas últimas décadas. Exemplo nesse sentido foi a própria discussão central travada na *Rio-92*, conforme discutido no capítulo anterior.

Assim, tanto para tratar do desenrolar dos polêmicos debates da agenda *Rio+20*, como de aspectos relacionados aos temas-chave do grande evento, o jornal pesquisado produziu 13 cadernos especiais diários.

Nessas publicações especiais diárias, em geral contendo de 14 a 20 matérias, além de assuntos específicos sobre os principais debates relacionados ao andamento da conferência, foram publicadas notícias sobre questões de ordem operacional, como trânsito, segurança e obras de infraestrutura do grande evento.

A agenda de debates da conferência tendeu a influenciar os principais enfoques das demais matérias especiais, que, em geral, tiveram os seguintes temas centrais: “economia verde”, cidades sustentáveis, reciclagem, além de desafios associados aos processos de consumo e produção industrial.

A pauta da conservação da biodiversidade, assim como observado na cobertura jornalística associada à agenda da conferência, tendeu a ser tratada de forma periférica no conjunto de cadernos especiais produzidos em junho de 2012. Em geral, de uma a, no máximo, quatro matérias, tinham alguma relação com essa temática. Nesses casos, o

³²⁶*Negociações fracassam em Nova York*, 03/06/2012, p.43.

³²⁷Com isso, deveriam ser discutidos somente na rodada do comitê preparatório, no Rio, do dia 13 ao dia 15 de junho de 2012.

³²⁸*Texto final da Rio+20 ainda tem 75% dos parágrafos em aberto*, 11/06/2012, p.27.

principal viés vinha sendo o debate sobre oceanos (o único a ser assunto de um caderno especial), embora também tenham sido observadas outras poucas abordagens (como tendência sobre desmatamento, riscos de extinção de espécies, criação de unidades de conservação e outros temas analisados na segunda parte deste capítulo).

Nesse sentido, uma reflexão, mais uma vez parece essencial a essa abordagem: Ao ser negligenciada no contexto da agenda temática da *Rio+20*, a pauta da conservação da biodiversidade tendeu a não motivar o interesse jornalístico? Que outra explicação caberia a esse debate?

A avaliação de um diplomata entrevistado em uma matéria analisada talvez contribua para reflexões sobre o viés mencionado e, ainda sobre a pauta ambiental, de forma geral. Segundo essa fonte ³²⁹ ainda que o mundo tenha progredido economicamente, nos últimos vinte anos, tinha havido um retrocesso em relação à questão ambiental.

As reflexões trazidas pelo diplomata entrevistado podem ser compreendidas ainda com mais clareza, com o início dos debates do evento, sobretudo devido às resistências envolvendo as agendas de conservação da biodiversidade e do clima. A questão foi mencionada em matéria ³³⁰ do dia 13 de junho. A publicação abriu a série de cadernos especiais sobre a conferência, informando o início da programação da *Rio+20* a partir daquela data, quando dois terços do conteúdo do documento final estavam ainda em aberto.

Até o fim da semana seguinte, conforme informado, diplomatas e chefes de Estado reunidos no Riocentro, onde tentariam “aparar arestas” e produzir um documento à altura do grande evento. Foi ressaltado que, os cientistas já consideravam que o planeta não teria condições de prover recursos naturais no futuro para manter os padrões de crescimento econômico e populacional nos moldes estabelecidos, até então, sobretudo diante de cenários de aquecimento global, falta de água e escassez de alimentos.

Enquanto isso, segundo enfatizado, o desafio diplomático na *Rio+20* seria centrar as discussões oficiais em torno de dois temas principais: a criação de uma “economia verde” e a definição de como ampliar a chamada “governança global”. Como se pode observar, o viés ambiental continuava cada vez menos preponderante nas

³²⁹ *Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental*, 12/06/2012, p.6.

³³⁰ *Começa a corrida para tentar um futuro melhor*, 13/06/2012, p.8.

discussões político-diplomáticas e, por conseguinte, na cobertura jornalística sobre a conferência.

Nesse sentido, até então, especialistas entrevistados não acreditavam que se concretizasse a perspectiva de criação de uma agência da *ONU* mais forte que o atual *PNUMA*³³¹, que já vinha sendo chamada, até então, de *Organização Mundial do Meio Ambiente*. Assim, os diplomatas pareciam sinalizar que, se a questão ambiental não era considerada relevante, naquele contexto, de nada interessaria fortalecer mecanismos de governança para tratar desse viés, particularmente.

Enquanto isso, um lampejo de otimismo chegou a ser lançado em matéria analisada³³², segundo a qual, países emergentes lideravam reivindicações para a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões com objetivo de financiamento de ações com enfoque em sustentabilidade nos países em desenvolvimento. Posteriormente, como abordado neste capítulo, essa proposta não conseguiu se configurar. Uma vez mais cabe refletir sobre esse dilema expresso na cobertura jornalística diária: se parte das ações previstas nesse caso tinham enfoque na proteção ambiental e se essa foi uma temática que perdeu a vitalidade em termos de relevância global, vinte anos após a *Rio-92*, como concentrar esforços para viabilizar essa proposta?

Por outro lado, segundo a matéria mencionada, a pauta da biodiversidade ainda se mantinha como ponto de discordância no momento em que a orientação de lideranças da *ONU* era para que os negociadores “acelerassem” o ritmo dos debates de forma a anunciar como resultado da *Rio+20*, um documento “histórico e ambicioso”. Nesse contexto, os fatos sinalizavam que, diante do pouco tempo que restava para tantos acertos diplomáticos, temas polêmicos tendiam a ser eliminados da agenda de negociações.³³³

O tempo vinha avançando e, no compasso da cobertura jornalística, foi sinalizado o clima de descontentamento³³⁴ quando a versão mais enxuta do texto do acordo da *Rio+20* foi divulgada. As lideranças diplomáticas continuavam tentando

³³¹A proposta foi defendida pela União Europeia e rechaçada pelos Estados Unidos e pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

³³²*Fundo de US\$30 bilhões pode ser criado durante conferência*, 14/06/2012, p.3.

³³³As preocupações com os rumos das negociações eram amplas. Isso porque, depois de três dias de debates na conferência, o documento final ainda continha 800 pontos pendentes.

³³⁴*Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição*, 18/06/2012, p.4.

acalmar os ânimos mais exaltados e tendiam a expressar indiferença às críticas dos diversos segmentos sociais, visivelmente insatisfeitos com o rumo dos debates.

Enquanto por um lado se informava que ainda havia expectativa em relação ao tratado de proteção dos oceanos, por outro, parecia mais claro que os avanços desejados não seriam possíveis. Nesse contexto, foi informado que no jogo do debate diplomático, já estava perdida a possibilidade de financiamento de práticas sustentáveis.³³⁵

Para fazer frente ao “tom” otimista das lideranças diplomáticas, reações contrárias de inúmeros interlocutores não faltaram. Alvo de sarcasmo do movimento ambientalista pela superficialidade e falta de ambição, o texto acordado e apresentado pelo Brasil, até então, resultou, por exemplo, no prêmio *Fóssil do Dia*³³⁶. Fontes dos movimentos sociais afirmam que o governo havia optado pelo resultado imediato das negociações, tendo garantido um “rascunho” para evitar o risco de “fracasso”, ainda que o documento sinalizasse ser pouco ambicioso.

Apesar das amplas críticas ao novo “rascunho” do documento da *Rio+20*, diplomatas brasileiros continuavam expressando confiança na cobertura analisada. Nesse sentido, para uma liderança nas negociações, havia avanços a celebrar, uma vez que diferentemente do que ocorreu em 1992, em 2012 havia uma distribuição de poder econômico e um engajamento social mais amplo, por parte de países como o Brasil.³³⁷

No entanto, outra questão parece oportuna a esse debate: Se o “empoderamento” político havia se fortalecido em países como o Brasil, como não se conseguia, na condição de anfitrião, assegurar mais avanços no documento final, conforme as expectativas coletivas? Tal questão não chegou a ser abordada na matéria analisada e tampouco em outras que mencionaram essa temática.

Mas, entre o ceticismo dos observadores da *Rio+20* e a minimização dos riscos de fracasso da conferência pelos diplomatas, outra expectativa positiva sobre o acordo de proteção dos oceanos havia sido sinalizada em matéria analisada³³⁸. O tema, como já

³³⁵ O texto criticado tinha, até então, 31 páginas a menos e estava sem colchetes (na simbologia diplomática significa pontos ainda em aberto). No entanto, segundo informado, temas polêmicos que vinham sendo abordados desde as primeiras discussões sobre a agenda da *Rio+20*, como a transformação do *PNUMA* em agência ambiental internacional, não haviam chegado ao consenso.

³³⁶ Prêmio concedido aos negociadores brasileiros pela Climate Action (CAN), rede internacional que reúne mais de 700 ONGs que atuam com engajamento social pelo equilíbrio climático.

³³⁷ ‘Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca, 18/06/2012, p.2.

³³⁸ *Proteção dos oceanos pode virar realidade*, 18/06/2012, p. 5.

discutido anteriormente, parecia representar perspectivas mínimas de debate e de interesse da cobertura jornalística nesta conferência.

Conforme informado na matéria mencionada, o documento se encontrava em vias de conclusão pelo grupo de trabalho formado para tratar do tema, embora um ponto de pauta e um dos mais importantes ainda fosse considerado polêmico. Até então se especulava que países como os Estados Unidos e o Japão deveriam impor barreiras na tentativa de consenso devido aos interesses econômicos relacionados às atividades pesqueiras em grande escala.

Ambientalistas atentos a essa temática, consideravam que a definição de um acordo para fortalecer a proteção do alto-mar representaria um dos grandes legados da *Rio+20*. Alguns especialistas ainda se mantinham esperançosos nas entrevistas, embora reconhecessem a dificuldade que seria chegar a um desfecho desse porte.

Quanto à conclusão do documento final da conferência, já próximo ao encerramento das negociações, a cobertura jornalística demonstrava que os ânimos continuavam acirrados diante de algumas polêmicas que persistiam. As críticas, até então, se referiam à superficialidade do “rascunho” do qual haviam sido excluídas as denominadas metas de desenvolvimento sustentável. O final das negociações, segundo informado, ocorreria naquela data (19/06), um dia antes da chegada dos chefes de Estado ao Riocentro para aprovação do documento negociado, até então.

Por outro lado, como vinham demonstrando, ao longo de todos os debates, negociadores brasileiros mantinham o “tom” otimista, garantindo que os obstáculos nas negociações seriam vencidos gradativamente. No entanto, a repercussão das questões discutidas junto à opinião pública não era positiva. As ONGs, por exemplo, consideravam que não devia ser aprovado um acordo “a qualquer custo”.

Em outra matéria publicada na mesma data³³⁹ que abordava o clima de estresse e de esgotamento físico dos negociadores da conferência, foi ressaltada uma das razões de desentendimentos: Segundo informado, diplomatas dos Estados Unidos e do Canadá exerceram forte pressão para que fosse retirada do texto a proposta de criação de um fundo de financiamento ambiental estimado em US\$ 30 bilhões. Da mesma forma que ocorrera em 1992, o fundo deixou de ser criado por imposição dos países desenvolvidos, embora essa questão não tenha sido articulada na cobertura.

³³⁹ *Um teste de resistência diplomática*, 19/06/2012, p.4.

9.1.4. As reações negativas dos grupos sociais diante dos rumos das negociações

Diante dos rumos das negociações do texto da *Rio+20* diversos segmentos sociais vinham se manifestando contrários às deliberações dos diplomatas. Um exemplo do levante foi apresentado em matéria analisada³⁴⁰. Segundo noticiado, o Grupo *The Elders*, integrado por personalidades reconhecidas globalmente, ressaltava que, embora a consciência pública sobre os problemas planetários estivesse aumentando, as decisões governamentais destinadas ao fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável não estavam ocorrendo em um ritmo adequado.

No lançamento do documento denominado de *O futuro que escolhemos*, assinado por cientistas e pelos integrantes do *The Elders*, foi declarado por um dos integrantes do grupo o receio de que a *Rio+20* não resultasse em um acordo com a firmeza necessária para enfrentamento dos dilemas contemporâneos debatidos durante essa conferência. Questões como o agravamento do aquecimento global e da perda de biodiversidade, além dos riscos futuros à produção de alimentos fizeram parte dos alertas do texto do grupo de intelectuais.

Movimentos nesse sentido, no entanto, não pareciam surtir efeitos no corpo diplomático. Pelo contrário, no contexto de descontentamento social, foi anunciado na imprensa que o “rascunho” tinha sido finalizado e que seria transformado em um documento base para assinatura durante a programação oficial dos chefes de Estado (reunidos de 20 a 22 de junho).

Na direção contrária à opinião pública insatisfeita com o rumo das negociações diplomáticas, a presidente da República, comemorou a conclusão dessa etapa, segundo noticiado³⁴¹, além de ter rebatido críticas de “fracasso” da *Rio+20* por segmentos sociais decepcionados com o resultado das decisões tomadas.

Por outro lado, também na contramão do descontentamento de alguns segmentos sociais, diplomatas entrevistados continuavam mantendo o “tom” de otimismo, como relevou outra matéria analisada³⁴².

³⁴⁰Notáveis divulgam documento de pressão, 19/06/2012, p.4.

³⁴¹Para Dilma, documento final é uma vitória para o Brasil, 20/06/2012, p.4.

³⁴²Negociadores: acordo fechado era 'o possível', 20/06/2012, p.3

Enquanto para lideranças da ONU, o Brasil merecia um agradecimento pela liderança exercida durante as negociações e também pelo processo de consulta abrangente que o governo havia promovido; representações europeias, mesmo sem expressarem críticas diretas à diplomacia brasileira, afirmavam que havia faltado ambição à versão final do texto da Rio+20.

Por outro lado, para uma fonte da diplomacia internacional, havia avanços que mereciam ser destacados, incluindo o reconhecimento no documento final sobre a necessidade de se concentrar nos pilares da vida, como energia, água, terra, ecossistemas e oceanos. No entanto, não se percebe na matéria mencionada, um contraponto de que embora os assuntos tenham sido reconhecidos como prioridades, faltaram decisões mais concretas sobre os temas de florestas e oceanos, por exemplo.

Os ambientalistas, ao contrário dos diplomatas, rejeitaram o resultado final, como o representante de uma grande organização internacional que considerou o documento da *Rio+20* pior do que havia imaginado como desfecho para a conferência.

Representantes dos movimentos sociais também criticam fortemente os rumos das negociações e o resultado final do documento da *Rio+20*, que teve mais de 200 parágrafos aprovados às pressas, em poucas horas, segundo outra matéria analisada.³⁴³

Por sua vez, os veículos de comunicação internacionais não pouparam a diplomacia brasileira pelo resultado da negociação, segundo repercutido pelo jornal pesquisado. Para o jornal britânico “*The Guardian*”³⁴⁴ os ativistas ficaram desapontados por questões-chave como a pauta da biodiversidade serem excluídas do texto acordado, e consideraram que o documento final gerou irritação e consternação. Na mesma linha seguiu o jornal norte-americano “*The New York Times*”, para o qual a conferência ficou em “segundo plano diante da crise econômica.”

Enquanto isso, o jornal francês “*Le Monde*”, considerou que a *Rio+20* demonstrou o fracasso representado pelo debate diplomático internacional relacionado às questões ambientais, ponderando que, por um lado, os países industrializados revelaram a incapacidade de promover os investimentos necessários rumo à transição

³⁴³É informado que o documento da *Rio+20* começara a ser negociado cerca de dois anos antes da conferência, onde chegou com 25% dos parágrafos fechados. Mas, em três dias de debates, o avanço foi de apenas 10%. Nesse sentido, quando o Brasil assumiu a presidência das negociações, segundo enfatizado na matéria, duas novas versões do texto final foram elaboradas pelo esforço dos diplomatas, sendo o processo de votação em plenário acompanhado, via telefone, pela presidente da República.

³⁴⁴*Jornais dos EUA e da Europa reagem a texto com críticas*, 20/06/2012, p.5.

para o desenvolvimento durável, enquanto, por outro, as nações em desenvolvimento se recusavam a adotar um novo modelo de desenvolvimento.

O jornal brasileiro, porém, praticamente se limitou a reproduzir o que a imprensa internacional havia repercutido sobre o desfecho da *Rio+20*, evitando avançar em análises mais aprofundadas no contexto da matéria mencionada.

Críticas, no entanto, foram direcionadas em outra notícia analisada sobre a exclusão do esperado acordo para a proteção dos oceanos, do texto final da *Rio+20*. No dia anterior havia ocorrido um evento de debate sobre o tema por especialistas e interlocutores sociais que haviam opinado sobre prioridades que deveriam ser consideradas pelos negociadores da conferência da *ONU*. A criação de uma gestão de pesca baseada no ecossistema, incluindo os pescadores, além de desenvolver uma rede global de áreas marinhas com proteção internacional foi proposta por dez especialistas. Enquanto isso, o público no Riocentro sugeriu o lançamento de um acordo global para salvar a biodiversidade marinha em alto-mar. Pela *internet*, a sugestão considerada “mais popular” foi atuar com projetos de educação e comunicação para prevenir a poluição marinha.³⁴⁵

Assim, os resultados do debate mencionado sinalizam com a percepção de interlocutores sociais sobre a importância do acesso à informação qualificada a respeito dessa temática complexa. Mas, em que sentido pessoas que participam desse tipo de debate tendem a ser motivadas a continuar envolvidas em discussões sobre o tema se suas opiniões, ao final, não são consideradas nos processos decisórios? Uma discussão nesse sentido não foi mencionada no texto analisado.

Mas, por outro lado, foi ponderado por uma fonte governamental que a participação de cerca de cinco mil pessoas nas discussões que ocorreram, no Pavilhão 5 do Riocentro, representava uma iniciativa de sucesso da conferência. Já, na plataforma *on-line* criada pelo governo brasileiro, cerca de 12 mil pessoas contribuíram com os debates. Segundo a matéria mencionada, as três recomendações mais votadas para cada tema, pelo público, eram enviadas aos chefes de Estado e de governo que estariam no local para as reuniões oficiais, a partir daquela data.

Ainda segundo noticiado, a fonte governamental teria rebatido críticas quanto à pequena participação da sociedade civil na conferência oficial, informando, na entrevista, que, ao todo, 1,3 milhão de pessoas se inscreveram na plataforma *on-line* de

³⁴⁵ *Proteção para o alto-mar morre na praia*, 20/06/2012, p.6.

debates, que seria usada, inclusive, como modelo para as próximas conferências climáticas da *ONU*.

Ambientalistas entrevistados, no entanto, opinaram que os resultados dos debates indicaram que nada vinha sendo feito realmente para solucionar a grave problemática dos oceanos, fortemente impactados por pressões como poluição, excesso de exploração e outros fatores. Nesse sentido, era considerada fundamental a criação de um mecanismo de proteção do alto-mar que, afinal, acabou não se concretizando como esperado.

Embora, há seis anos, a discussão sobre a criação de mecanismos para a proteção do alto-mar estivessem em curso, como informado na matéria, na Rio+20 faltou acordo entre representantes dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão, da Venezuela e da Rússia, sobre essa pauta, que continuaria em debate no âmbito da *ONU* em outros fóruns internacionais. O governo brasileiro foi criticado por ter optado por tirar o tema do documento final, de forma a alcançar consenso necessário ao encerramento das negociações diplomáticas.

Para observadores críticos das questões socioambientais brasileiras, o alto preço pago pelos negociadores³⁴⁶ foi a troca de conteúdos importantes por um documento de consenso³⁴⁷. Além de o resultado da conferência ter sido chamado de fracasso, também foi ressaltado nas análises o claro sinal de esgotamento do modelo de negociações diplomáticas da *ONU* para debate de temas complexos.

Já, em editorial, conteúdo que reflete a opinião de um veículo de comunicação sobre um determinado assunto, foi afirmado³⁴⁸ que o documento entregue aos chefes de Estado que se reuniram na *Rio+20* era pouco ambicioso. No entanto, foi ponderado que, por muito pouco se conseguiu evitar “o fracasso” da conferência, já que a poucos dias da abertura do evento, 70% de seu conteúdo estava sem definições.

Diante de toda a situação, considerada uma forte pressão, sobretudo pelo tempo curto, o editorial avaliou que os diplomatas brasileiros atuaram no sentido de transformar o grande impasse em uma situação de consenso possível, naquelas circunstâncias. Foi reconhecido no conteúdo mencionado que, para conciliar demandas conflitantes, como parte do jogo diplomático, questões importantes foram retiradas do

³⁴⁶*Deixando o tempo dizer que futuro queremos*, 20/06/2012, p.6.

³⁴⁷*De onde menos se espera é que não sai nada mesmo*, 20/06/2012, p.9.

³⁴⁸*O consenso possível na Rio+20*, 21/06/2012, p.6.

texto. Dessa forma, o documento final parecia mais um grande conjunto de boas intenções do que uma afirmação de compromissos, segundo analisado.

Mas, ainda que, de forma geral, o debate tenha sido bem equacionado para a diplomacia brasileira e, reconhecido como o resultado possível naquele momento, até mesmo pela opinião do próprio veículo pesquisado, foi dado destaque às críticas das representações sociais ao desfecho da conferência.

Assim, diante de todas as controvérsias que vinham ocupando amplos espaços na cobertura jornalística nos últimos dias, o fechamento da conferência culminou com uma grande reação de representações sociais que rejeitaram o documento final, denominado de *O Futuro que queremos* e organizaram um movimento de protesto, conforme noticiado. Segundo afirmado, em uma das últimas notícias publicadas³⁴⁹ sobre o assunto, lideranças nacionais e internacionais atentas ao debate da conferência protestaram junto à cúpula da *ONU* e entregaram uma “carta-repúdio” em um ato de protesto no Riocentro, onde expressaram a total discordância com o desfecho da *Rio+20*.

Foram mencionados na matéria analisada alguns nomes de cientistas, intelectuais e ambientalistas de referência, dentre os que se posicionaram contrários ao documento final da conferência que chegava ao final.

Vale ressaltar que, diante do levante social, as manifestações populares, anteriormente relatadas na cobertura jornalística do veículo pesquisado como entraves ao trânsito da cidade, entre outros problemas que sempre costumam ser associados aos atos de protestos, ganharam outra abordagem na matéria analisada, sendo exaltado o movimento de protesto como um grande questionamento social e político frente ao desfecho indesejado.

Apesar de expressar que não faltaram manifestações sociais, foi também ressaltado na matéria analisada que, o caminho adotado não tinha volta, já que lideranças diplomáticas da *ONU* garantiram, até então, que não havia qualquer possibilidade de o documento final ser reaberto para reavaliações.

Para a líder de uma grande ONG ambientalista internacional, além da falta de firmeza do documento acordado no âmbito da *Rio+20*, sugestões das organizações sociais ficaram fora do texto final e os gastos de US\$ 150 milhões para organizar a conferência representaram um desperdício de recursos globais.

³⁴⁹*Protesto final*, 22/06/2012, p.1.

A ambientalista entrevistada apresentou um dos raros questionamentos sobre o que havia acontecido com a agenda aprovada na *Rio-92*³⁵⁰, quando foram oficializadas a *Convenção sobre Diversidade Biológica* e a *Convenção do Clima*. Na opinião dessa fonte especializada, a necessidade de construção de marcos globais fortes para esses temas-chave que não existiam, até 1992, contribuíram para o desfecho daquela conferência. O ambiente também era favorável, àquela época, com a percepção de um movimento de mais envolvimento social e solidariedade colaborando para melhores resultados.

Mas, passadas duas décadas, desde então, o balanço não poderia ser totalmente positivo, segundo opinou. Isso porque, de 2002 a 2012 começou a se configurar um processo de deterioração dos mecanismos de governança global. Parte das barreiras, conforme avaliou a ambientalista, estava relacionada aos interesses políticos para curtos períodos de mandatos eletivos. Esses, por sua vez, não se encaixam em processos de construção de práticas de sustentabilidade, cujos resultados demandam de médio a longo prazos. Assim, o aprofundamento de ações concretas não vinha sendo tratado como prioridade, nas “disputas eleitorais”, segundo analisou a fonte mencionada.

A ambientalista opinou, ainda, que, enquanto a temática de mudanças climáticas havia conquistado ampla visibilidade nas últimas duas décadas, a *CDB* havia perdido espaço no debate global. Para essa fonte, parecia não haver espaço na agenda pública para que se percebessem as conexões entre os dois grandes temas.

A observação da fonte entrevistada contribui para que se reflita que, com raras exceções, também faltou à cobertura jornalística pesquisada sobre a *Rio+20*, estabelecer conexões entre esses temas complexos mencionados.

Ainda no que se referia às reações dos interlocutores sociais, havia também sido informado na edição analisada que, naquela data, 36 integrantes da *Cúpula dos Povos* encontrariam lideranças da ONU no Riocentro para entregar o documento elaborado durante as plenárias organizadas no Aterro do Flamengo, onde as representações sociais vinham realizando atividades paralelas à programação oficial da *Rio+20*. Uma fonte do movimento social resumiu o objetivo do encontro ao afirmar que o desejo era de deixar clara a oposição ao resultado de uma conferência que não havia considerado as propostas das representações sociais. A negação da *Cúpula dos Povos* ao conceito de “economia verde” também seria reafirmada no encontro, segundo noticiado.

³⁵⁰ *‘Texto fraco, sem ossos e sem alma’*, 22/06/2012, p.2.

Um professor e pesquisador de referência na temática socioambiental foi outra “voz” que também ressaltou a percepção de fracasso diante dos resultados das negociações, além de refletir sobre o esgotamento do modelo das conferências de cúpula da *ONU*, conforme noticiado³⁵¹.

Para o especialista entrevistado, diante da crise econômica internacional, a *Rio+20* havia perdido a importância, assim como as questões socioambientais haviam sido menosprezadas. Da mesma forma, para essa fonte, as manifestações da sociedade não conseguiram ser valorizadas e contempladas no conjunto do documento final da conferência.

Ainda na opinião do entrevistado, embora avanços mais concretos na agenda socioambiental fossem alvos de resistência, mudanças deveriam ser implementadas globalmente, mais cedo ou mais tarde, caso contrário, as crises viriam uma após outra, uma vez que considerava “falido” o modelo de desenvolvimento estabelecido, até então, que não levava em consideração o esgotamento dos recursos naturais.

Mas, ainda que o momento fosse de críticas de diversos segmentos sociais sobre o desfecho da conferência, lideranças da *ONU* permaneceram no noticiário avaliando positivamente o documento final acordado, como em outra matéria analisada³⁵².

Por outro lado, também vale ressaltar que, diante da repercussão negativa do documento aprovado, duramente rejeitado por organizações sociais e ambientalistas, até mesmo lideranças da própria *ONU* que haviam criticado inicialmente a falta de ambição do texto recuaram, conforme noticiado, assumindo, posteriormente, uma postura de aprovação das negociações³⁵³.

Também nessa perspectiva, em avaliação de fechamento da *Rio+20*, lideranças presentes à Assembleia Geral, ao final de junho, na sede da *ONU*, em Nova York, declararam que a conferência havia sido considerada um “sucesso”, com uma importante vitória do multilateralismo³⁵⁴.

Enquanto isso, pela ótica dos cidadãos comuns da cidade, avanços concretos não existiram na *Rio+20*, sobretudo em relação às questões ambientais. Uma das matérias

³⁵¹ *O Brasil podia ter sido muito mais ousado*, 23/06/2012, p.2.

³⁵² *‘É o melhor documento dadas as circunstâncias’*, diz secretário geral da *Rio+20*, 23/06/2012, p.4.

³⁵³ *ONU muda o tom e agora defende o documento*, 22/06/2012, p.4.

³⁵⁴ *Ban Ki-moon diz que a Rio+20 foi um sucesso*, 29/06/12, p.25.

de balanço final, com base em entrevistas com moradores da cidade-sede da conferência, apresentou essa percepção sobre a ausência de resultados concretos para enfrentamento da crise ambiental.³⁵⁵ Segundo ressaltado, depois de uma excessiva disseminação de “notícias ecológicas”, o clima era de “desânimo” frente ao desfecho do grande evento.

Por outro lado, se para alguns especialistas e cidadãos comuns não foram percebidos avanços resultantes do evento, também se observa uma reflexão favorável no que tange à presença de interlocutores sociais que ocuparam espaços possíveis para se manifestar de alguma forma sobre o que esteve acontecendo na cidade, principalmente, nas duas semanas de evento. O resultado positivo, ainda que de difícil mensuração, poderia ter reflexos na condução de políticas públicas futuras, segundo o analisado³⁵⁶.

De forma complementar, com base em debates de seminário final sobre a conferência, em matéria que ainda levou o selo editorial da *Rio+20* (presente em publicações veiculadas desde abril), representantes da gestão pública afirmam que o Brasil havia reforçado sua liderança no multilateralismo e que o país ainda seria capaz de fazer mais do que estava previsto³⁵⁷ no documento final.³⁵⁸

Ainda com enfoque em um balanço da conferência, outra matéria analisada informou que, durante reunião com ministros³⁵⁹, a presidente da República havia avaliado de forma positiva o resultado geral da *Rio+20*. Para uma fonte da gestão pública federal, os julgamentos sobre a conferência deveriam ir além das percepções sobre o documento final. O mérito, na opinião do entrevistado, se referia às mobilizações, aos debates e aos grandes movimentos que conseguiram atrair a participação de uma grande quantidade de interlocutores sociais.

Nesse caso, a matéria apresentou uma conclusão que contradisse a declaração oficial, diferentemente de outros textos que apresentaram, quase sempre, as ideias das principais fontes entrevistadas, sem análise ou contrapontos. Nesse sentido foi

³⁵⁵*Balanço da Rio+20: É o ambiental...*, 23/06/2012, p.6.

³⁵⁶*O intangível*, 24/06/2012, p.38.

³⁵⁷Foi informado, na matéria analisada, que o Brasil doaria US\$ 10 milhões para um fundo de clima que ajudaria países africanos e pequenas ilhas, além de US\$ 6 milhões para o fortalecimento do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*.

³⁵⁸*Brasil fará mais do que o texto da Rio+20 prevê*, 26/06/2012, p.23.

³⁵⁹*Dilma elogia resultado do encontro em reunião com ministros*, 26/06/2012, p.23.

ênfatisado que embora a gestão pública houvesse destacado o consenso alcançado em torno do documento final, o movimento ambientalista havia criticado fortemente esse pacto em torno de “intenções vagas” e “pouco ambiciosas”.

Diante das discussões que perpassaram a cobertura analisada, até então, algumas reflexões parecem necessárias para finalizar esta primeira parte do capítulo, cujo objetivo foi apresentar uma contextualização, sobre como a pauta da conservação da biodiversidade havia sido tratada no âmbito da cobertura jornalística sobre a agenda de debates da *Rio+20*. Nesse sentido de retrospectiva se observou, ainda, quais foram os temas mais repercutidos nas páginas do jornal diário.

Assim, com base em análise de notícias publicadas entre janeiro e junho sobre os principais temas de debate, parece inevitável refletir que, provavelmente, ao deixar de ser reconhecida como abordagem importante pelos organizadores da *Rio+20*, a pauta ambiental parece ter perdido a vitalidade no noticiário, naquele período. Dessa forma, deixou de ser amplamente articulada, juntamente com os vieses social e econômico, entre outros.

Ainda parece válido refletir, que, provavelmente, a definição de temas prioritários para debates no contexto da agenda da *Rio+20* tendeu a contribuir para que a pauta da conservação da biodiversidade ficasse à reboque da cobertura da conferência analisada.

Conforme ressaltado anteriormente, em geral, o tema foi apresentado como relevante, no contexto de matérias sobre outros assuntos, principalmente, quando fontes especializada expressaram algumas questões relevantes relacionadas a essa pauta, sinalizando, assim, também com o seu sentido de transversalidade.

No entanto, há outras questões sobre essa temática que devem ser consideradas quando analisada a cobertura jornalística, não somente do primeiro semestre, sob influência da *Rio+20*, mas de todo o ano de 2012. Nesse sentido, não se pode afirmar que a agenda da conservação da biodiversidade esteve fora de *enquadramento*.

A presença do tema no noticiário, entretanto, foi pontual e dificilmente abordada em profundidade. Sobre esses e outros aspectos, o assunto será desdobrado nas páginas a seguir, na segunda parte deste capítulo, na qual se discute, como, no jornal impresso pesquisado, essa agenda temática é tratada como notícia.

9.2. Biodiversidade em foco em 2012: além do espetáculo e do risco, o que mais é notícia sobre essa agenda?

Vinte anos após a realização da *Rio-92*, de que forma a agenda da conservação da biodiversidade é tratada como notícia e como os grupos sociais se expressam na cobertura jornalística sobre essa temática complexa? A busca por respostas para essa questão que, por sua vez, norteia esta pesquisa, envolveu uma imersão no noticiário publicado de janeiro a dezembro de 2012, no jornal selecionado.

Para o recorte de análise, apresentado nesta segunda parte do capítulo, se utiliza, principalmente, o conceito de *enquadramento midiático* (*media framing*, no original em inglês) que, de acordo com Entman (1991, 1993), tende a moldar a percepção da sociedade a partir do enfoque comumente escolhido pelos meios de comunicação para tratar um determinado assunto. Assim, pela perspectiva desse teórico, uma notícia enquadrada em uma “moldura” tenderia a chamar a atenção e influenciar a opinião pública pelo enfoque escolhido e pelos elementos que repórteres e editores consideram mais relevantes e buscam ressaltar na estruturação do conteúdo veiculado.

Nesse sentido, diante do questionamento sobre como a agenda da conservação da biodiversidade é enquadrada como notícia cotidianamente no jornal pesquisado, foi possível estabelecer seis categorias que, por sua vez, refletem a forma como, recorrentemente, essa pauta vem sendo tratada editorialmente nas matérias analisadas: 1) Pelo viés do espetáculo; 2) Pelas espécies descobertas e redescobertas; 3) Pelo foco em desenvolvimento científico e tecnológico; 4) Pela perspectiva do risco, 5) Pela reação do poder público; e 6) Pelo viés do exercício de cidadania. A descrição de cada uma dessas categorias é apresentada previamente à discussão sobre as análises realizadas.

No processo de análise, se percebe, ainda, que a perspectiva do risco à conservação da biodiversidade é a mais recorrente dentre as categorias de análise nas matérias pesquisadas. Devido à predominância de conteúdos veiculados com tal angulação, se adota a opção de subdivisão, considerando as diferentes perspectivas de riscos abordadas.

Assim, o enquadramento noticioso pela perspectiva do risco à conservação da biodiversidade foi dividido nas seguintes cinco subcategorias de análise: 1) Construção de hidrelétricas; 2) Impactos das mudanças climáticas; 3) Tendências de desmatamento; 4) Processo de extinção de espécies; e 5) Estilos de vida insustentáveis.

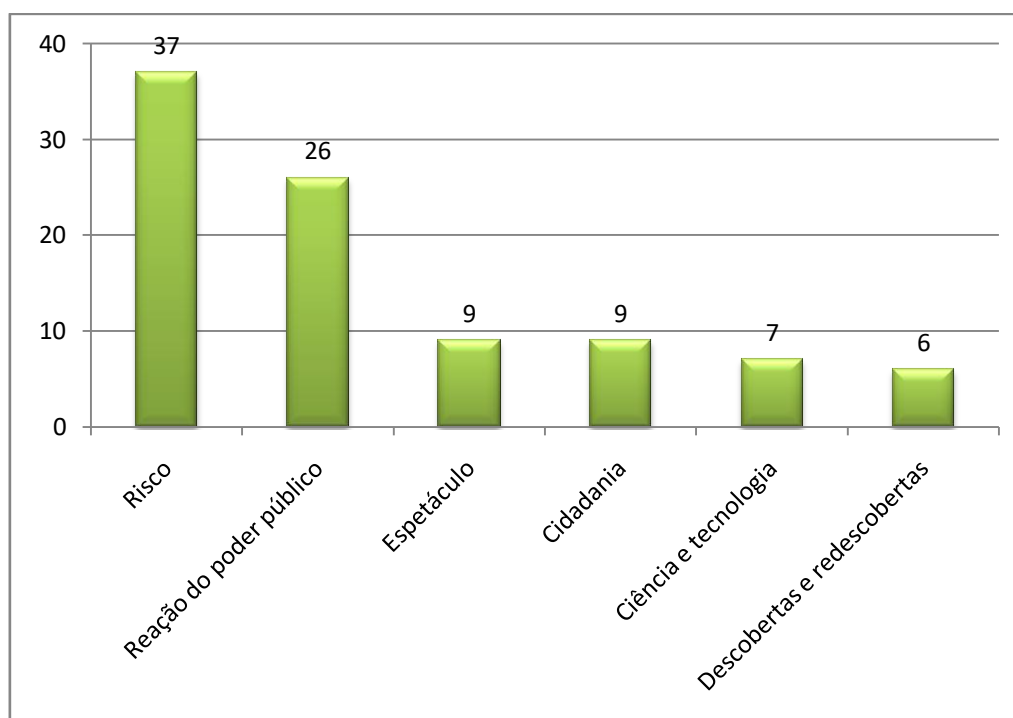
No contexto de análise dos resultados pesquisados, se percebe, ainda, que o enquadramento noticioso pela reação do poder público é perpassado por diversos tipos

de respostas. Nesse sentido, a solução adotada foi, também, de divisão do conteúdo pesquisado, por meio de quatro subcategorias: 1) Via denúncias, 2) Pelos investimentos nas ‘vitrines naturais’, 3) Pela criação ou ampliação de unidades de conservação e 4) Pelo combate ao desmatamento.

Conforme já mencionado anteriormente, o conceito de *enquadramento midiático* também considera que, para efeito de interpretação de uma determinada cobertura jornalística, deve-se identificar os atores sociais com presença mais expressiva nos conteúdos veiculados. Com base nessa orientação teórica, no âmbito da pesquisa, é possível afirmar que, as “vozes” mais evidentes são aquelas representadas por fontes governamentais.

Os principais resultados obtidos a partir da sistematização dessas informações são ilustrados na Figuras 3 e no Quadro 1, apresentados a seguir:

Figura 3: Síntese das matérias analisadas em 2012 por categoria de enquadramento



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2016

Quadro 1: Síntese de fontes de informações por segmentos sociais (por categoria de análise)

Categorias enquadramento	FONTES DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS SOCIAIS (Nº)								
	Governo	Ambienta listas	Sociedade Civil	Academia	Empresas	Legislativo	Judiciário	ONU	Instituições Internacionais
Risco	16	7	15	13	3	1	2	1	21
Reação do poder público	27	2	1	4	10	0	2	0	3
Espetáculo	16	2	5	0	0	0	0	0	3
Cidadania	3	3	6	2	3	0	0	0	0
Ciência e tecnologia	2	0	0	4	2	0	0	0	8
Descobertas e redescobertas	2	0	0	9	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2016

Apesar da predominância de fontes de informações governamentais nas matérias analisadas, curiosamente, as políticas públicas pesquisadas no âmbito desta tese, não são mencionadas diretamente em nenhuma das notícias selecionadas para análise. Assim, não há, por exemplo, uma referência sequer ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), ainda que esse seja considerado um dos principais instrumentos legais norteadores do processo de conservação da biodiversidade no Brasil. Da mesma forma não há qualquer menção à Política Nacional de Biodiversidade e ao Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP).

Entretanto, ainda que o SNUC não seja mencionado diretamente nas matérias pesquisadas, grande parte das categorias de manejo de unidades de conservação (UCs), notadamente os parques, foi tratada como notícia, sendo, inclusive, reconhecida por fontes entrevistadas e pelo enquadramento noticioso, como algumas das principais soluções para conter as ameaças à sobrevivência das espécies e à manutenção dos recursos naturais em longo prazo.

Nas páginas a seguir são apresentados os principais resultados observados a partir das seis categorias de análise de notícias norteadas pelo conceito de *enquadramento*. Como esta é uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, com enfoque qualitativo, se considera como pressuposto, que trazer à luz uma narrativa sobre os temas centrais abordados no noticiário, pode representar uma alternativa inovadora para qualificar a discussão proposta.

9.2.1. Como a agenda da biodiversidade é notícia?

9.2.1.1. Pelo viés do espetáculo

Mar, floresta, e outros ecossistemas reúnem um patrimônio natural que inspira a produção jornalística. A partir de paisagens conhecidas ou não dos próprios brasileiros, repórteres, fotógrafos e editores apresentam, nas abordagens jornalísticas pesquisadas, o que consideram mais atrativo para os leitores. O *enquadramento*, nessas circunstâncias, em geral, tende a ser uma alternativa para ressaltar o que há de mais emblemático na natureza.

Assim, a biodiversidade e outros recursos naturais, recorrentemente, são retratados pelo viés da beleza. Expressões-chaves como *tesouros*, *maravilhas*, *preciosidades*, *paraíso* e *beleza bucólica* estão entre as mais usadas nos textos jornalísticos analisados.

Mas, além do viés da beleza, em algumas circunstâncias se observa que o “espetáculo” proporcionado pela natureza também inspira a produção jornalística no sentido de ressaltar “singularidades exóticas” a ela associada. Assim, nesta categoria de análise ainda se inserem matérias que, para atrair a atenção dos leitores, buscam enfatizar aspectos curiosos sobre algumas espécies de animais e plantas.

Em linhas gerais, na maior parte dos conteúdos analisados, prevalece o “jornalismo declaratório” que, segundo Victor (2009) é calcado em informações oficiais divulgadas e na reprodução de discursos de fontes, quase sempre, sem trabalho investigativo e interpretação crítica do jornalista.

Para a autora mencionada, uma cobertura assim, baseada no uso de aspas e distanciada da interpretação crítica, da contextualização e do resgate histórico dos fatos incorre em um grande erro já que são inúmeros os limites e as fragilidades desse tipo de jornalismo.

Assim, como exemplo de exaltação da natureza pelo viés da beleza, o Rio de Janeiro, onde florestas, praias e montanhas integram os ambientes urbanos, tem sua exuberância mencionada como “incontestável” em uma matéria³⁶⁰ que informa sobre o processo de conquista da cidade ao título de *Patrimônio Mundial* como paisagem

³⁶⁰*Incontestável*, 02/07/2012, p.11.

cultural, concedido pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)*, em julho de 2012.

Como reflexo da divulgação do título de *Patrimônio Mundial* concedido à cidade, pela *UNESCO*, esse tema volta a ser notícia, poucos dias depois dessa conquista, quando a Prefeitura do Rio³⁶¹ divulga algumas ações de gestão³⁶² para que a cidade consiga manter o título, em longo prazo.

Mas, vale ressaltar, que dois dos espaços que contribuem para a conquista da premiação de *Patrimônio Mundial* são ambientes que pertencem a unidades de conservação (*Pão de Açúcar*, inserido no *Monumento Natural do Pão de Açúcar e Floresta da Tijuca*, parte do *Parque Nacional da Tijuca*). Entretanto, nos textos analisados, as UCs não são tratadas de forma diferenciada das demais áreas urbanas. Assim, o que parece prevalecer nas duas notícias analisadas sobre o mesmo assunto, é o destaque sobre as belezas naturais da cidade.

Já outra matéria analisada, publicada em outubro de 2012, volta a dar o “tom” de destaque à beleza da natureza, com enfoque em outra premiação internacional. Desta vez o reconhecimento envolve a *Prainha*, praia urbana da zona oeste do Rio, escolhida principalmente pela excelência ambiental. O texto³⁶³, embora exalte que aquele ambiente é considerado “*paraíso dos surfistas*” não esclarece, desde o início, que a área é parte de uma unidade de conservação municipal (*Parque Municipal da Prainha*).

O “tom” de importância da premiação é apresentado na fala de uma fonte da gestão pública municipal que também ressalta o desafio que representa a manutenção das ações de preservação desse espaço natural, de grande riqueza em termos de biodiversidade e que deve ser conhecido não somente pelos surfistas, usuais visitantes, mas pela população em geral.

Além do destaque mencionado que, de alguma forma ilustra brevemente que aquele se trata de um espaço de relevância em termos de diversidade biológica, a matéria, em linhas gerais, não apresenta informações que tenderiam a contribuir para esclarecer sobre a importância desse espaço natural para a região ou para a localidade

³⁶¹ *Proteção para uma paisagem eterna*, 06/07/2012, p.15.

³⁶² A criação de quatro Unidades de Patrimônio da Humanidade (UPHs), uma para cada espaço contemplado na premiação da UNESCO, é parte do texto analisado.

³⁶³ *Prainha candidata a estrela internacional*, 03/10/2012, p.26.

onde está inserido. Tampouco para os seus visitantes, incluindo os mais assíduos, os surfistas.

Entretanto, diferentemente do bloco de três matérias mencionadas anteriormente, cujo enquadramento é direcionado à beleza associada à natureza, praticamente sem contextualização de diferentes perspectivas que envolvem os assuntos abordados, os três exemplos apresentados a seguir sinalizam com alguns diferenciais de cobertura jornalística. Ainda que tenham como enfoque a exuberância de ambientes naturais, agregam breves análises e informações que tendem a esclarecer o leitor sobre a importância desses espaços para as localidades onde estão inseridos. Ilustram, ainda, percepções do tema a partir de fontes mais diversificadas, indo além dos entrevistados atuantes em órgãos públicos.

Dessa forma, uma das últimas matérias publicadas com o selo da *Rio+20*, em junho de 2012³⁶⁴, associa não somente a beleza, mas a importância dos últimos remanescentes florestais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido também ressalta para os leitores que o que ainda existe em termos de conservação de recursos hídricos e biodiversidade, nessa região, é alvo de inúmeras pressões causadas pelos problemas urbanos e pela intensificação das atividades industriais.

Informa, ainda, que as unidades de conservação existentes desempenham papel central na manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais, no longo prazo, embora também sejam fortemente pressionadas pelo processo de desenvolvimento dessa região.

Diferentemente de outros conteúdos analisados que não apresentam esclarecimentos sobre terminologias mais técnicas relacionadas à gestão dos recursos naturais, no exemplo mencionado são explicados os objetivos de uma Reserva Biológica (REBIO), categoria de manejo de unidade de conservação mais restritiva do SNUC (BRASIL, 2000) cujo principal enfoque é a pesquisa científica.

O texto esclarece, entretanto, que as regras mais rígidas contribuem para benefícios ambientais que, por sua vez, são usufruídos coletivamente, incluindo a proteção da biodiversidade e das fontes de água doce a partir da existência de UCs como a *REBIO do Tinguá*. Nela se localizam uns dos últimos remanescentes florestais conservados da Mata Atlântica, na Baixada Fluminense.

³⁶⁴Onde as águas são atração, 27/06/2012, p.12.

Uma das fontes entrevistadas, atuante na gestão pública, informou, que ainda na época que o Brasil era colônia de Portugal, as áreas florestais dessa região já tinham sido reconhecidas pelo papel fundamental que desempenham na proteção de recursos hídricos que abastecem a cidade do Rio de Janeiro. Tais informações sinalizam com a relação de interdependência entre a conservação das florestas e das fontes de água doce.

A matéria mencionada também ilustra o trabalho de mobilização de uma organização ambientalista que, com apoio de voluntários, ajudou a reflorestar a área no entorno da *Reserva Ecológica de Guapiaçu*, em Cachoeiras de Macacu, no Rio de Janeiro. Cinco anos depois de cem mil mudas de espécies da Mata Atlântica plantadas, a região passou a atrair mais pesquisadores e turistas, dentre os quais, observadores de pássaros. Nesse sentido, o conteúdo ainda tende a ressaltar que diferentes perspectivas de interações sociais e econômicas são possíveis a partir das estratégias de conservação da biodiversidade.

A *Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim* constitui outra UC destacada na reportagem, por esta ter a função de proteger, em seus 14 mil hectares, partes dos rios Guapi-Macacu e Guaraí, que estão entre os mais limpos que chegam à *Baía de Guanabara*. Segundo a reportagem, a qualidade desses rios, cortados por manguezal preservado, é uma das exceções na Região Metropolitana, fortemente impactada por fatores como a poluição das fontes de recursos hídricos.

Outro interlocutor da gestão pública informa que se não existisse essa APA, juntamente com a *Estação Ecológica da Guanabara*, não haveria mais pescado na *Baía de Guanabara*.

Assim, esta matéria analisada sinaliza com a possibilidade de cobertura que possa apresentar abordagens de avanços e desafios relacionados ao tema da conservação da natureza, ainda que o principal viés seja a exaltação das belezas naturais. As diferentes perspectivas sobre o assunto, no entanto, tendem a ser resultado, tanto de um trabalho de investigação das principais questões envolvidas, como de entrevistas com diversos interlocutores interessados no tema noticiado, indo além das fontes oficiais, vinculadas aos órgãos públicos.

Nesse sentido, em Visconde de Mauá, Sul do Estado, a equipe de reportagem ouviu de moradores que a melhoria das condições ambientais do rio Preto, onde em 2011 três estações de tratamento de esgoto foram instaladas, já estavam tornando possíveis, a retomada de atividades recreativas há tempos impedidas pela poluição. Um comerciante relatou na matéria sobre ações de sensibilização ambiental na região,

desenvolvidas por conta própria, para evitar lançamento de lixo no rio, engajamento que envolvia principalmente jovens estudantes. O destaque do texto incidiu, assim, sobre a percepção do sentido de cidadania se fortalecendo em relação às questões ambientais.

Por meio da reportagem mencionada também foram confirmadas pela Secretaria Estadual do Ambiente, outras soluções de melhoria das condições ambientais, incluindo instalação de ligações de coleta de esgoto em residências localizadas nas proximidades de rios da cidade do Rio e da Baixada Fluminense. Ainda foi informado que o projeto *Água Limpa Para o Rio Olímpico*, repassaria recursos financeiros para que produtores rurais passassem a proteger nascentes a partir de algumas técnicas e orientações. Tais soluções, conforme expectativas sinalizadas, também tenderiam a ampliar impactos positivos na conservação dos recursos naturais.

Assim se percebe quantas questões envolvendo o tema noticiado tendem a ser abordadas quando o esforço de reportagem combina, por exemplo, trabalho investigativo, capacidade de análise e pluralidade de interlocutores entrevistados.

Exemplo de esforço nesse sentido também foi observado em matéria veiculada em dezembro, motivada pelo lançamento do *Guia de trilhas, cachoeiras e montanhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, publicação sobre roteiros turísticos de natureza pouco conhecidos em Itaguaí, Rio de Janeiro e, segundo ressaltado no texto, marcados pela beleza.³⁶⁵

O diferencial de abordagem começa pela escolha de quatro roteiros, indicados pela publicação lançada, para serem percorridos pela equipe de reportagem e tratados como pano de fundo na composição do conteúdo publicado. Assim, visitando a região que é cercada de unidades de conservação e conta com diversos atrativos, incluindo ambientes aquáticos resguardados por florestas, o jornalista problematiza questões que tendem a ir além do reconhecimento da beleza cênica.

Com base no esforço de reportagem, além das declarações de fontes governamentais, o segmento mais presente nesta categoria de notícias analisadas, as entrevistas da matéria mencionada, incluem, também, outros interlocutores locais. Nesse caso, foram ampliadas, por exemplo, as percepções sobre as questões que dificultam a aproximação dos grupos sociais daqueles ambientes de natureza conservada.

³⁶⁵ *O outro lado da montanha*, 02/12/2012, p.30.

Segundo informado na matéria, com base nas entrevistas com moradores, as questões que poderiam interferir no processo de visitação turística, envolviam desde a falta de infraestrutura, incluindo vias de acesso e sinalização de trilhas existentes na região, até os preços considerados altos pelos ingressos cobrados em unidades de conservação, dentre as quais, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Por outro lado, ainda foi observado por um dos entrevistados, que parte dos visitantes demonstrava comportamento inadequado ao descartar lixo nas trilhas e nas imediações das cachoeiras existentes nos arredores.

As observações dos entrevistados sinalizam com grandes desafios para os órgãos de gestão pública, que além de proverem a melhoria das condições de recepção dos turistas, precisam investir em ações de educação e sensibilização para incentivar mudanças de conduta dos visitantes em UCs e outros espaços naturais. Se para alguns segmentos sociais, os custos de acesso para atividades de interação com a natureza ainda são considerados altos, essa parece ser outra questão desafiadora que merece um debate ampliado.

Já pela perspectiva da gestão pública, segundo um dos entrevistados, uma das grandes dificuldades, até então, se referia às estratégias de comunicação sobre os atrativos e a importância do PARNASO, lacuna que buscou preencher participando como um dos autores da publicação que inspirou a reportagem mencionada. No entanto essa fonte percebia, ainda, que faltavam mecanismos de divulgação capazes de alcançar uma parcela mais ampla da sociedade para a qual deveria ser melhorada a qualidade da informação, considerada ainda muito fragmentada.

Enquanto isso, outra fonte atuante no mesmo segmento reconheceu que a falta de infraestrutura era um problema que interferia no fluxo turístico e informou que algumas ações vinham sendo desenvolvidas com intuito de solucionar demandas como instalação de sinalização de trilhas e outras melhorias.

Nesse sentido, no conteúdo mencionado se abordam tanto problemas como perspectivas de soluções em relação à agenda da conservação da biodiversidade. Além disso, envolve questões apresentadas por diversos interlocutores, sobre aspectos que permanecem como desafios, principalmente para a gestão pública. Ilustra, ainda, que resultados e avanços desejados nessa direção também dependem do engajamento de outros segmentos sociais.

Já outra matéria, publicada em agosto de 2012³⁶⁶, com objetivo de divulgar o lançamento do *Guia de história natural do Rio de Janeiro* também indica ir além do tom de culto ao exotismo, quando agrega reflexões que sinalizam com um direcionamento didático a respeito de algumas questões que envolvem a relação sociedade-natureza.

Um dos principais objetivos da publicação, segundo informado por uma das organizadoras entrevistadas, se referia à contribuição para ampliar o nível de conhecimento de leitores não especialistas, mas interessados em informações ambientais qualificadas, sobre os processos e mecanismos ecológicos que sustentam o patrimônio natural da cidade. Assim, a ideia foi inspirá-los e sensibilizá-los para atuarem, também, como protagonistas na conservação dos recursos naturais locais.

Por meio dos depoimentos dos entrevistados outra contribuição ao debate sobre a relação sociedade-natureza tende a ser o alerta de que o desconhecimento do tema pode resultar, por exemplo, na degradação de ecossistemas como os mangues da cidade. Historicamente, segundo ressaltado no texto analisado, esses ambientes vinham sendo alvos de várias pressões relacionadas ao crescimento urbano, apesar da grande importância ecológica que possuem, sobretudo para a reprodução de diversas espécies marinhas. Não por acaso, conforme enfatizado, o reconhecimento da relevância desses ambientes, nos últimos anos, vinha mobilizado esforços para recuperá-los em diversas áreas por representantes de vários segmentos sociais.

Por outro lado, também foi destacado por outra fonte entrevistada na matéria mencionada, o papel das unidades de conservação para o equilíbrio climático, a proteção de fontes de água, dentre outras funções que trazem bem-estar à sociedade.

Assim, o principal viés do conteúdo analisado que, tendo como motivação o lançamento da publicação divulgada, parece ser a abertura de espaço para discutir a importância do acesso à informação qualificada como elemento central à compreensão de questões sobre a relação sociedade-natureza. Nesse sentido, tanto por esse, como pelos dois exemplos ilustrados anteriormente, as soluções de problemas que envolvem a pauta em debate, parecem exigir mobilização para além da esfera governamental, assim como sinalizam com um convite aos leitores para que sejam protagonistas no esforço de conservação dos recursos naturais.

³⁶⁶A exótica mistura de natureza que faz o Rio único, 31/09/2012, p.24.

Mas, além do destaque à beleza da natureza, como discutido anteriormente, matérias cujos enfoques são aspectos considerados exóticos em espécies de animais e vegetais, também são parte desta categoria. Com base em três exemplos ilustrados a seguir, se observa que os textos jornalísticos buscaram atrair a atenção dos leitores, pelos detalhes que tendem a parecer “espetaculares”.

É possível observar, que nesses tipos de conteúdos, em geral notícias curtas, a prevalência é de jornalismo declaratório, ou seja, a partir de declarações de fontes, sem observações ou análises do jornalista. Nesse tipo de noticiário também tende a se recorrer ao apelo emocional.

Esse é o caso de uma das matérias analisadas³⁶⁷ cuja principal angulação é a “delicada operação” de retorno à área de origem, de 28 pinguins da espécie *Magalhães*, originária da Patagônia, que haviam sido resgatados no mar de Búzios, litoral do Rio de Janeiro, em más condições de saúde.

Segundo informado, na publicação, os pinguins foram resgatados por moradores da Praia de Caravelas e levados para o Instituto Ecológico Búzios Mata Atlântica (IEBMA), onde foram tratados por veterinários, durante 45 dias. O fato já sinaliza com a comoção causada pelo sofrimento dos animais doentes, reação que também é destacada como um dos diferenciais da operação de devolução deles ao mar.

Uma fonte atuante na gestão pública de Búzios informou que os integrantes da equipe que cuidaram dos pinguins, da mesma forma que os moradores do balneário, se comoveram com a despedida. Apesar dos esforços, era pequena a probabilidade de chegarem com vida ao seu *habitat* natural.

Além do apelo emocional explicitado, a ênfase da notícia se referiu aos detalhes da complicada operação de devolução dos pinguins ao mar. Entretanto, não ficaram claras, na matéria analisada, algumas questões como os fatores que podem ter contribuído para a chegada dos animais à costa brasileira, uma vez que são oriundos de área de clima frio, bem como o que poderia ocorrer para reduzir as suas chances de sobrevivência na viagem de retorno à Patagônia. Tais informações tenderiam a reduzir riscos de interpretação fragmentada do assunto.

Outra matéria, com ênfase em aspectos pitorescos envolvendo uma espécie de animal, informou que um elefante de um zoológico da Coreia do Sul³⁶⁸, vinha surpreendendo os visitantes ao articular algumas palavras em coreano. O texto,

³⁶⁷A *marcha dos pinguins*, 11/08/2012, p.11.

³⁶⁸*Elefante articula palavras em coreano*, 02/11/2012, p.32.

veiculado em edição de novembro, teve como base uma publicação científica internacional que divulgou o fato curioso.

Uma das respostas dos cientistas para o fenômeno, segundo noticiado, estaria ligada ao fato de essa ser a única espécie de elefante do zoológico durante cinco anos e de ter contato somente com humanos.

Ainda que a inspiração para a matéria tenha sido uma publicação internacional, um pesquisador brasileiro da área de biologia foi entrevistado para comentar sobre a curiosidade e revelou estar surpreso com a informação, uma vez que o elefante não tem aparelho fonador desenvolvido. Entretanto, possui grande capacidade de memorização, o que pode explicar o fenômeno, segundo explicou essa fonte especializada.

Outro enfoque sobre biodiversidade, com base em um aspecto exótico, se referiu ao desabrochar de uma flor de nome curioso que exala mau cheiro. Segundo a matéria analisada, publicada em dezembro, seria possível conferir “*o espetáculo proporcionado pela flor-cadáver*”, no Instituto Cultural e Jardim Botânico de Inhotim, em Minas Gerais, durante dois dias, tempo em que permaneceria aberta.

A notícia não tinha fontes informadas e o texto, ao que parece, buscava divulgar somente os fatos mais curiosos a respeito da planta, como o cheiro que exalava, bem como a altura de três metros que poderia atingir.

Vale ressaltar que, nesta categoria de matérias analisadas, os três exemplos ilustrados anteriormente parecem indicar que a angulação escolhida editorialmente busca apenas ressaltar um determinado aspecto do assunto que pode parecer mais atraente para o leitor, sem, contudo, relacioná-lo a outros fatores. Ou seja, se elegem fragmentos noticiosos pelo viés da curiosidade que podem despertar na opinião pública.

Nesse sentido, alguns questionamentos emergem ao final da análise desta categoria de matérias pesquisadas: até que ponto as notícias que apelam apenas para o exotismo de espécies da fauna e da flora, para atrair a atenção dos leitores, podem lançar alguma mensagem educativa sobre a relação sociedade-natureza? E o apelo emocional, implícito ou explícito nos conteúdos, tende a contribuir para novas formas de se pensar sobre os desafios que envolvem a conservação da biodiversidade? Por outro lado, plantas e animais de outros países tendem a despertar mais a curiosidade do que as espécies nativas ou, em que medida, o distanciamento dessas espécies da realidade dos leitores pode ampliar ainda mais a visão fragmentada da sociedade sobre as questões relacionadas à diversidade biológica e, por conseguinte, a grande complexidade que envolve o tema?

No tópico a seguir, outra categoria de análise é apresentada, com novas questões observadas no conjunto de matérias selecionadas, além de mais reflexões a respeito do tema pesquisado e a grande complexidade que o envolve.

9.2.1.2. Pelas espécies descobertas e redescobertas

No plano global

Nesta categoria de análise, se observa a ênfase das matérias atribuídas à descrição de espécies de animais e vegetais descobertas, bem como de outras que, após serem julgadas extintas, são redescobertas na natureza tanto no plano global como em âmbito nacional. Nos principais enfoques apresentados a seguir, os cientistas são peças-chave e as principais fontes de informação.

Vale ressaltar que ao analisar o conjunto de textos publicados com tais vieses, se percebe que a qualidade da produção oscila. Assim, há desde conteúdos mais aprofundados até aqueles que contextualizam superficialmente as questões abordadas. Dessa forma também é possível observar que, com base nas informações científicas, algumas matérias apenas destacam aspectos curiosos de assuntos veiculados, sem incorporar informações que poderiam lançar reflexões para os leitores sobre a pauta da conservação da biodiversidade e os diversos desafios envolvidos em relação à temática em questão.

Com tal estratégia os cientistas tenderiam a captar a atenção jornalística e ainda a influenciar a reprodução de informações com esse tipo de enfoque nas matérias selecionadas? Pelo que sinalizam as análises dos textos, sim. Entretanto, parece que alguns fatores poderiam levar a uma abordagem mais ou menos aprofundada, dependendo das questões que envolvem os estudos científicos sobre o tema.

Esse é o caso da matéria publicada, em maio de 2012, que divulga os resultados de um concurso, um mês antes da realização da *Rio+20*, no qual cientistas internacionais elegem as dez principais descobertas de espécies ocorridas em 2011, tendo como orientação estratégica, a ênfase em aspectos considerados mais curiosos.

Assim, a matéria analisada³⁶⁹, em linhas gerais, busca ilustrar, alguns resultados curiosos do concurso de espécies descobertas pela ciência no ano anterior, a partir da descrição de seus aspectos considerados mais exóticos.

³⁶⁹ *As dez espécies de 2011*, 24/05/2012, p.38.

Um pesquisador do instituto internacional que organiza o concurso ressalta que por trás desse tipo de “apelo” sobre os aspectos curiosos das espécies descobertas existe a preocupação de chamar a atenção da opinião pública para os riscos de extinção associados a algumas espécies recém-descobertas. O texto ilustra o caso de uma tarântula brasileira encontrada na Chapada Diamantina.

Segundo informado na matéria, pelo pesquisador brasileiro responsável por essa descoberta, havia somente oito exemplares em laboratório. O receio do estudioso se referia a uma peculiaridade da espécie que atinge a vida adulta tarde e, assim, a maioria dos indivíduos morre antes de se reproduzir, o que tende a ampliar a sua possibilidade de extinção.

Para um dos cientistas envolvidos com a organização do concurso, uma das evidências proporcionadas pela seleção é o pouco conhecimento sobre o que existe de biodiversidade no planeta. Para esse pesquisador, muitas respostas para o que ainda existe de patrimônio desconhecido deveriam vir do Brasil futuramente, já que o país é líder em diversidade biológica global. As descobertas, segundo observado pelo especialista, tendem, também, a trazer esclarecimentos sobre a própria evolução humana.

Vale ressaltar que, diferentemente de outros conteúdos analisados que destacam somente aspectos exóticos da biodiversidade, nesse caso ilustrado, as fontes entrevistadas agregam percepções que tendem a atribuir um caráter pedagógico à matéria jornalística analisada. Isso poderia ser resultado da participação de pesquisador brasileiro no concurso internacional com informações sobre uma espécie nacional?

A questão emerge das análises das matérias dessa categoria, uma vez que pelo observado, em geral, os temas menos aprofundados se referem às pesquisas internacionais que são anunciadas no veículo pesquisado, a partir de reprodução de informações de outras publicações (científicas ou jornalísticas).

Um exemplo nesse sentido é o do primata coberto de pelos louros que teria sido descoberto por cientistas no Congo, enfoque central de outra matéria analisada, publicada em setembro de 2012. O texto é um pequeno relato sem fontes mencionadas, reproduzido a partir do jornal espanhol “*El País*”³⁷⁰. A ênfase, nesse caso, é centrada principalmente no aspecto curioso da cor da pelagem do animal.

³⁷⁰A descoberta do macaco louro, 13/09/2012, p.40.

Ainda que tenha sido informado resumidamente que essa seria a primeira espécie de macaco africano descoberta em 28 anos, percebe-se que o texto não discute a ligação do animal com o seu *habitat*. Da mesma forma não há referência sobre o que esse fato representa em termos de importância ambiental no contexto da região onde o primata foi encontrado. A descoberta teria sido motivada, por exemplo, por mais pesquisas científicas ou mais políticas de proteção da natureza? Ou seria o contrário: seu *habitat* estaria sendo destruído e assim o animal teria sido descoberto porque ficou mais vulnerável?

Pesquisas científicas também serviram de mote para uma outra matéria sobre a redescoberta de duas ossadas de uma determinada espécie de baleia³⁷¹. Segundo ressaltado, o fato evidenciava que o seu processo de extinção da natureza não havia ocorrido, conforme registrado. Até então, conforme esclarecido, os cientistas contavam com apenas uma descrição de três crânios coletados na Nova Zelândia e no Chile, há mais de 140 anos.

Com base nos exemplos mencionados anteriormente, outras questões emergem como pontos de reflexão destas análises. Indiretamente, o fato informado tenderia a revelar para o leitor a dificuldade que representa para a ciência, a descrição de uma espécie ou a real confirmação de processos de extinção?

Em que medida, a angulação noticiosa sobre o macaco descoberto e as baleias redescobertas tendem a despertar no leitor reflexões sobre a agenda da conservação da biodiversidade, sendo essas espécies representativas de outros países?

O *enquadramento* pelos elementos exóticos, incluindo a diferença de cor de pelo do macaco, por si só já chamaria a atenção do leitor para saber mais sobre a novidade apresentada pela ciência sobre a espécie encontrada na África?

No tópico a seguir são apresentadas as análises referentes aos conteúdos sobre descobertas no plano nacional. Nesse sentido, são lançadas outras reflexões para que se possa pensar sobre o tema com base nas principais questões observadas a partir da angulação noticiosa escolhida.

No plano nacional

³⁷¹ *Dada como extinta, baleia é achada na Nova Zelândia*, 06/11/ 2012, p.34.

Com algumas exceções, no universo analisado, há matérias que mencionam a exploração excessiva de uma espécie até que ocorra a sua extinção, processo geralmente associado à falta de conhecimento científico sobre as suas principais características. Nesses casos, os textos que resultam de entrevistas com mais fontes são aqueles que conseguem contextualizar mais o tema em questão.³⁷²

Um exemplo nesse sentido é o da matéria publicada em abril de 2012, que trata da espécie guarajuba (*Terminalia acuminata*) que, havia sido considerada extinta em 1998, pela *União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)* e foi redescoberta no Jardim Botânico do Rio de Janeiro por pesquisadores da instituição. Ao anunciar a novidade, o jornalista informa que essa árvore da Mata Atlântica teve presença representativa no Estado. Entretanto, depois de ser usada intensivamente para atividades econômicas (como construção civil e indústria naval) desapareceu das áreas de origem, sem que tivessem ocorrido estudos ou replantios.

O desmatamento de áreas das quais a espécie é originária é apresentado, neste caso, como pano de fundo para contextualizar a situação de extinção da árvore nativa. Assim, segundo informado, Paty do Alferes, no Vale do Paraíba, região na qual a Mata Atlântica foi intensamente desmatada para avanço da cultura cafeeira, estabelecida no início do século passado, seria uma localidade onde essa espécie teria existido.

Nesse caso ilustrado, a informação sobre a redescoberta de uma árvore julgada extinta, acompanhada de alguma discussão sobre parte do processo histórico que levou ao seu esgotamento, parece contribuir para que o leitor perceba, com mais clareza, a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico predatório do passado e sua repercussão no presente.

O *enquadramento* noticioso, nesse caso, por conter elementos centrais elencados por Entman (1993), incluindo, por exemplo, a análise do problema, suas possíveis soluções, além de a quem complete a resolução da questão, tenderia a influenciar a percepção da opinião pública com a conclusão que perpassa a narrativa jornalística do assunto publicado? No entanto, sendo todas as fontes da gestão pública essas questões seriam suficientes para expressar a real complexidade do tema? Essas são algumas reflexões que emergem dessa análise.

Como parte da continuidade do trabalho analítico se percebe, nesta categoria, que para ampliar o grau de importância do trabalho científico, algumas descobertas de

³⁷²O renascimento da *Terminália*, 17/04/2012, p.28.

novas espécies são descritas por metáforas, como é o caso de “*caça ao tesouro*”, utilizada em matéria referente às pesquisas desenvolvidas no *Monumento Natural das Ilhas Cagarras*³⁷³, localizado a apenas cinco quilômetros da Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Mas, em lugar da cobiça de antigos “caçadores de tesouros”, a motivação das buscas agora é outra, como ilustra a matéria, ao destacar os resultados positivos que vinham sinalizando com a riqueza da biodiversidade local.³⁷⁴

Após três expedições para alcançar a Ilha Redonda, a mais alta das que compõem o arquipélago das Cagarras, e diante dos resultados obtidos, pesquisadores já haviam começado a pensar em estratégias de aproximação de grupos sociais da temática da conservação da fauna. Para tal, avaliavam a perspectiva de apresentações de vídeos, exposições de fotos e empréstimos de coleções de espécies catalogadas a escolas, de forma a discutir o tema pedagogicamente.

Ainda com base nos depoimentos dos pesquisadores, é informado que o inventário florístico contava, até então, com 162 espécies de plantas identificadas, incluindo uma já considerada extinta na cidade do Rio, de onde não era coletada desde 1940.

Convém ressaltar que, diferentemente de outros textos que informam sobre descobertas científicas globais, quando se trata de riscos à diversidade biológica no plano nacional, os conteúdos tendem a contextualizar mais os problemas relacionados ao tema, tanto como sinalizar com possíveis soluções. Nesse caso, conforme ilustrado pelos pesquisadores, a criação de uma unidade de conservação teria sido o primeiro passo dentre as ações planejadas para se pensar sobre a proteção dessa área de reconhecida relevância ambiental.

Mas, também cabe destacar que, embora *Monumento Natural* seja uma das categorias de manejo do SNUC (BRASIL, 2000) e no texto tenha sido mencionado que se trata de uma unidade de conservação de “proteção integral”, essas terminologias não são explicadas na matéria. Muito menos os seus objetivos específicos, o que tenderia a

³⁷³*Pesquisadores decifram a biodiversidade das Cagarras*, 13/09/2012, p.28

³⁷⁴Especialistas vinculados à ONG *Instituto Mar Adentro*, à frente da pesquisa, enfatizaram a importância do mapeamento que, embora não estivesse concluído até então, já tinha permitido a identificação de 150 espécies de peixes e 162 de plantas. Também foram possíveis a partir dessas atividades, os registros de mais de cinco mil fragatas, resultado que, segundo noticiado, exige a criação de ferramentas de combate à poluição, dentre as principais ameaças à sobrevivência da espécie.

ampliar o conhecimento dos leitores sobre o tema e sua complexidade. Por outro lado, se observa que em um dos parágrafos do texto a unidade de conservação é mencionada como parque, outro tipo de categoria do mesmo sistema.

Apesar do pequeno lapso parece inegável que o conteúdo, de forma geral, tende a ilustrar de forma pedagógica a complexidade que envolve a questão da conservação da biodiversidade, sobretudo pela contribuição das fontes à contextualização dos fatores que colocam em risco o patrimônio natural em um cenário urbano.

Outro texto analisado nesta categoria informava que a Praia das Conchas, em Cabo Frio, Rio de Janeiro, não representava um “*paraíso*” apenas para os banhistas. Também recorrendo à metáfora, a matéria publicada em dezembro de 2012, ressaltava que, depois de nove anos de mergulhos, um grupo de biólogos havia conseguido identificar dezenas de espécies de invertebrados marinhos, das quais, pelo menos dez, eram consideradas novas para a ciência.³⁷⁵

Apesar da importância em termos de vida marinha, a região de Cabo Frio e Arraial do Cabo vinha sendo considerada cada vez mais vulnerável aos impactos negativos como a pesca predatória, o grande movimento de embarcações e o despejo de esgoto, segundo informado na matéria.

Nesse sentido, um dos precursores da pesquisa enfatizou a importância de estudos capazes de nortear o processo de tomada de decisão pela conservação da biodiversidade, notadamente por meio de ampliação de unidade de conservação existente na região, além de investimentos em mais atividades de pesquisa científica e turismo ecológico, como alternativa socioeconômica.

Ainda é informado na matéria mencionada que, após tomar conhecimento sobre as espécies encontradas na Praia das Conchas, a Secretaria Estadual do Ambiente, havia confirmado que utilizaria os resultados do estudo sobre o tema, como base para a ampliação de uma área marinha protegida.

Assim, algumas reflexões emergem do processo de análise das notícias elencadas nesta categoria. Nesse sentido, os conteúdos tendem a ilustrar que, por intermédio da produção jornalística, cientistas tanto podem contribuir para traduzir questões-chave sobre um tema complexo como a agenda da conservação da biodiversidade, como defenderem causas que consideram relevantes para validarem a importância das pesquisas que desenvolvem.

³⁷⁵O tesouro da Costa do Sol, 23/12/2012, p.14.

Dessa forma, ao conseguirem influenciar processos decisórios para a conservação da biodiversidade, esses atores também sinalizam para outros segmentos sociais, com a mensagem de quão imprescindível é a atividade que desenvolvem.

Por sua vez, o jornal pesquisado tende também a sinalizar para os leitores, com a importância do papel que exerce na tradução de dados científicos sobre temas complexos, como a conservação da biodiversidade, para que, assim, sejam compreendidos mais amplamente pelos seus leitores. Por outro lado, parece ilustrar, ainda, com o exercício de mediação do diálogo entre diferentes interlocutores sociais para a busca de soluções sobre essa agenda.

Nesse sentido, também se percebe que a cobertura jornalística sobre essa pauta e seus inúmeros desafios, ainda que apresente erros pontuais ou aborde com superficialidade questões que merecem aprofundamento e debate, ainda pode mobilizar o poder público para responder aos anseios sociais a partir de ações, projetos e políticas públicas, como ilustrado a partir desse exemplo mencionado.

9.2.1.3. Pelo foco em desenvolvimento científico e tecnológico

Nesta categoria se percebe que, em geral, ainda é limitada a quantidade de fontes consultadas nas matérias analisadas ou que, quando mais “vozes” são inseridas no tema debatido, quase sempre, os entrevistados pertencem ao mesmo segmento social. Assim, tende a prevalecer a falta de contrapontos para temas complexos como as implicações éticas associadas às atividades científico-tecnológicas, dentre as quais a manipulação das formas de vida em laboratório e o crescimento da oferta de produtos geneticamente modificados.

Conforme alguns aspectos sintetizados a seguir, quase sempre, os conteúdos analisados se baseiam em publicações científicas internacionais e tendem ao formato de jornalismo declaratório, com base opiniões de fontes oficiais de informações, com pouca ou nenhuma análise contextual.

Um exemplo, nesse sentido, é observado em matéria publicada em março, a partir de reprodução de publicação internacional que informava sobre uma proposta de pesquisa, na qual cientistas russos e sul-coreanos tentariam a recriação de um mamute de proveta³⁷⁶.

³⁷⁶Um mamute de volta à vida, 16/03/2012, p.36.

Embora tenha sido ressaltado que se tratava de um tema polêmico e que a equipe seria liderada por cientista anteriormente envolvido em episódios de falta de ética, o debate não foi amplamente repercutido. Somente duas fontes foram mencionadas brevemente, uma contrária e outra a favorável à realização da experiência.

Outra matéria analisada, publicada em dezembro, abordava a descoberta científica que, ao que tudo indicava, se referia ao mais antigo dinossauro que teria habitado o planeta há mais de 200 milhões de anos. Como em outras notícias do gênero que começam com expressões como “cientistas descobriram”, ou “pesquisadores decifraram” neste conteúdo analisado, a matéria destacou o inusitado achado científico.³⁷⁷

O texto teve como base um artigo publicado em um periódico científico internacional no qual um pesquisador da Universidade de Washington, EUA, principal autor do trabalho de descrição do animal, afirmava que se aquele não era o mais antigo dinossauro, certamente era o seu parente mais próximo, encontrado até então.

Em linhas gerais, as matérias sobre esse tipo de descoberta científica se concentram fortemente na descrição física dos achados. Da mesma forma, também se resumem à reprodução das falas dos cientistas envolvidos com as experiências, quase sempre, a partir de publicações internacionais, fórmula amplamente repetida no conteúdo pesquisado.

Uma diferença observada nesta categoria se referiu a uma matéria cujo enfoque foi a busca de aproximação entre empresas e cientistas, a partir do lançamento de um pólo de biotecnologia³⁷⁸, vinculado à *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*. Nessa unidade, passariam a atuar de forma integrada os principais laboratórios de pesquisa da instituição que, até então, estavam espalhados em uma das suas unidades.

Diferentemente de outros conteúdos produzidos sem diálogo com as fontes, na matéria mencionada, especialistas buscaram traduzir, ainda que resumidamente, a importância de algumas tecnologias pesquisadas consideradas como soluções para questões como os impactos causados por atividades industriais em ecossistemas marinhos, por exemplo. Nesse sentido, se destacava o uso de bactérias em processos de limpeza em caso de vazamentos de óleo e de outros produtos químicos, bem como de

³⁷⁷O mais antigo dos dinossauros, 05/12/2012, p.38.

³⁷⁸Biotecnologia para vida real, 06/06/2012, p.36.

microrganismos, como fungos e protozoários, destinados ao monitoramento de poluição.

Mas, vale destacar, que ainda que várias fontes tenham sido entrevistadas para discutir a importância da iniciativa, além do que havia de mais avançado em termos de pesquisa em curso, todos os entrevistados tinham um envolvimento direto com a nova unidade ou com outros setores da universidade. Nesse caso, a abordagem tendeu a ilustrar fortemente a visão institucional, apesar da quantidade de “vozes”.

Transgenia, um tema naturalizado?

Enquanto, por um lado, a biotecnologia motivou a abordagem sobre a integração entre empresas e universidade, no Brasil, sendo destacada pelo viés positivo de redução de impactos das atividades humanas na natureza, por outro, a tecnologia atrelada à produção de alimentos foi destaque como fonte de polêmica, ainda que o tema tenha parecido “naturalizado” pelas fontes consultadas, conforme analisado.

Assim, se destaca, por exemplo, uma matéria sobre a polêmica ocorrida nos Estados Unidos³⁷⁹, envolvendo um tipo de maçã alterada geneticamente, ainda em fase de análise pelo órgão responsável, até então.

Conforme observado na matéria mencionada, o subtítulo informa que se tratava de uma fruta transgênica. No entanto, ao final do texto, se afirma que o produto não é exatamente transgênico porque usa genes da própria fruta e não de outras, o que tende a confundir o leitor.

Além disso, o subtítulo também tende a sugerir a aceitação simplificada de um produto, mesmo envolto em polêmicas. Assim, a transgenia parece ser tratada com naturalização no texto, incluindo as falas das fontes consultadas, quase todas com interesses diretamente atrelados ao assunto.

A matéria informa que mesmo presentes no mercado americano desde a década de 1990, os alimentos geneticamente modificados geralmente são processados pela indústria. Se fosse aprovada, a chamada *Arctic Apple* (maçã ártica), seria o primeiro transgênico vendido diretamente ao consumidor. O empresário envolvido com o projeto polêmico considerava que, entre outros benefícios, contribuiria para combater o desperdício de alimentos.

³⁷⁹Um pomo da discórdia geneticamente alterado, 17/07/2012, p.26.

Ainda que tenha sido mencionado superficialmente a questão polêmica que envolvia o projeto, o reducionismo ao debate sobre o tema parece visível no texto jornalístico quando se afirmou, por exemplo, que havia razões para otimismo por parte do empresário porque maçãs vendidas em fatias no mercado norte-americano vinham conquistado espaço no mercado, como alternativa de alimento saudável, frente à situação de obesidade crescente, já considerada uma epidemia nos Estados Unidos.

Em continuidade à abordagem do tema, uma fonte entrevistada afirmava que a opinião pública não podia perder de vista que a história da indústria alimentícia mundial era ancorada no melhoramento genético.

Sem agregar outros pontos de vista sobre o tema controverso, a matéria é concluída com a opinião de uma fonte atuante no setor de biotecnologia, segundo a qual não se poderia afirmar que no Brasil não se consumia transgênicos, uma vez que as substâncias geneticamente modificadas estavam presentes nos alimentos industrializados.

Vale ressaltar que, não são apresentados contrapontos de outras fontes na matéria analisada, o que tende a reforçar como certeza científica os argumentos apresentados por apenas um lado do debate, ou seja, aquele que ressalta os transgênicos como produtos seguros e inofensivos, mesmo que esse seja um tema historicamente permeado pela polêmica.

Outro exemplo que tende a ilustrar a falta de debate sobre o tema da transgenia é observado nesta categoria. Dessa vez, a matéria analisada, publicada em dezembro, é uma descrição do processo de aprovação do salmão transgênico pela FDA (agência norte-americana que analisa alimentos e medicamentos antes de chegarem ao mercado consumidor).³⁸⁰

Embora presente, resumidamente, visões divergentes dos segmentos favoráveis e contrários ao novo produto, o conteúdo parece naturalizar o tema da transgenia como destino certo para a produção de alimentos do futuro, ainda que envolva uma série de questionamentos.

Segundo informado, a decisão do órgão regulador americano representava a eliminação de um dos últimos obstáculos para a comercialização do salmão transgênico nos Estados Unidos, abrindo caminho para iniciativas semelhantes já endossadas por especialistas no tema, apesar de resistências de diversos segmentos sociais.

³⁸⁰Supersalmão à mesa, 26/12/2012, p.30.

Embora seja enfatizado que a aprovação final não havia sido assinada pelo órgão regulador norte-americano, até então, a última observação apresentada no texto (de que a pesquisa enfrentou 17 anos de burocracia) tende a induzir o leitor a pensar que questões de grande impacto ambiental e para a saúde pública, quando analisadas durante um longo processo, representam somente um exercício burocrático e não uma decisão preventiva das instituições competentes, sobretudo, em se tratando de uma temática relativamente recente e controversa.

Assim, observadas em conjunto, as matérias analisadas sinalizam que as novas tecnologias têm diferentes aplicações, podendo ser utilizadas para atender a diversas demandas e, também, envolvem questões polêmicas.

Entretanto, quando lidos de forma isolada, os assuntos publicados tendem, inclusive, a ser interpretados como “verdades absolutas”, já que fontes científicas são preponderantes e outros segmentos sociais dificilmente participam dessas discussões, mesmo que os temas sejam de interesse coletivo.

Assim, avanços científicos e tecnológicos divulgados tendem a ser encarados a partir das perspectivas de quem os defende, na maioria das vezes, já que tanto são raras as análises dos jornalistas sobre os assuntos publicados, como inexistentes ou insuficientes os contrapontos nesta categoria de matérias analisadas.

Nesse caso, algumas questões centrais emergem dessas análises. Até que ponto a diversidade de fontes, contribuiria para ampliar o raio de visão do público leitor sobre essas e outras questões, levando em consideração que envolvem inúmeras polêmicas? Embora se tratem de temas científicos, opiniões de outros segmentos sociais tenderiam a direcionar o debate para além da esfera acadêmica e a lançar reflexões que pudessem ilustrar os desafios que envolvem questões de interesse coletivo como a produção de alimentos?

Em que medida a especialização de jornalistas em áreas como ciência, tecnologia e temas ambientais, em geral, tenderia a qualificar a discussão sobre esses e outros assuntos polêmicos? A complexidade que envolve essa pauta não se esgota nessa e nas categorias de análise apresentadas anteriormente. Nas páginas a seguir, outros enfoques desafiadores são ilustrados.

9.2.1.4.Pela perspectiva do risco

Construção de hidrelétricas, mudanças climáticas, desmatamento, extinção de espécies e estilos de vida urbana insustentáveis são os principais riscos representados à conservação da biodiversidade, de acordo com as matérias analisadas. Esse viés de cobertura jornalística é preponderante no contexto desta pesquisa, como ilustram o quadro e o gráfico apresentados anteriormente, com o quantitativo de notícias pesquisadas por cada categoria de análise.

Os resultados de pesquisas científicas sobre esses tipos de riscos são algumas das principais motivações para a produção jornalística, sejam realizados por demandas de organizações ambientalistas ou de outros segmentos sociais envolvidos de alguma forma com essa temática.

Nas páginas a seguir são apresentados, detalhadamente, os principais enfoques observados em relação aos conteúdos publicados e sistematizados nesta categoria de análise, por sua vez, dividida em cinco subcategorias, conforme já mencionado anteriormente.

Construção de hidrelétricas

As matérias analisadas têm como base, estudos que indicam que a instalação de usinas hidrelétricas representa altos riscos à conservação dos recursos naturais, sobretudo à biodiversidade e às reservas de água, em duas regiões de grande relevância ambiental: Pantanal e Amazônia.

Os estudos que pautaram as matérias analisadas foram realizados por demandas de organizações ambientalistas. Ainda que a questão ambiental esteja no cerne dos resultados divulgados e pareça influenciar o *enquadramento* noticioso, se percebe que as informações articulam esse viés com aspectos socioeconômicos entre outros. Entretanto, faltam contrapontos de interlocutores de outros segmentos para dialogar com as fontes do movimento ambientalista, o que tenderia a tornar as abordagens ainda mais completas.

Um exemplo nesse sentido é a matéria publicada em fevereiro de 2012, com base nos resultados do estudo *Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai*, liderado pela ONG ambientalista WWF. O principal alerta se refere à vulnerabilidade verificada nas nascentes dessa bacia hidrográfica, uma das mais importantes do bioma

Pantanal, a maior planície inundável do mundo e de alta relevância para a conservação da biodiversidade.³⁸¹

Segundo noticiado, a construção de hidrelétricas é um dos principais fatores de risco aos recursos naturais do Pantanal, ao lado de práticas de queimada e desmatamento, além de atividades econômicas de alto impacto ambiental, como mineração e pecuária, entre outras ameaças.

A matéria informa que o trabalho levou três anos para ser concluído, tendo mobilizado mais de 200 especialistas de 30 instituições de quatro países: Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai. Apesar do destaque ao amplo esforço de pesquisa, são mencionadas no texto duas fontes representantes de organizações ambientalistas.

A criação de unidades de conservação é mencionada na matéria analisada como importante recomendação dos pesquisadores para proteger as cabeceiras dos rios e a biodiversidade do bioma. Conforme noticiado, até então, apenas 11% da bacia contava com algum tipo de proteção. Apesar da afirmativa, se observa que nenhuma fonte responsável pela gestão de UCs é citada como entrevistada, de forma a repercutir o estudo e informar o leitor sobre a existência, ou não, de ações desenvolvidas sobre o tema na região do Pantanal.

Da mesma forma, os pesquisadores recomendam a adoção de melhores práticas na agricultura, já que pelos resultados do levantamento, o setor contribui para contaminar o Pantanal, principalmente, pelo uso de agrotóxicos nas plantações. No entanto, nenhuma fonte ligada à atividade agrícola é apresentada como entrevistada para repercutir essas questões levantadas pelo estudo.

Em outra matéria com perfil semelhante, publicada em abril de 2012³⁸², é informado que a instalação de 150 novas barragens em seis maiores rios que conectam os Andes à Amazônia representa altos riscos para a conservação dos recursos naturais, incluindo a previsão de perdas de florestas em 80% dos projetos.

Tendo como base dados de um estudo desenvolvido por pesquisadores das ONGs ambientalistas *Salve as Florestas da América e Centro para Leis Internacionais de Meio Ambiente*, em parceria com a Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, a matéria ilustra a importância da interconexão entre as regiões mencionadas. Nesse sentido, informa que a Amazônia recebe dos Andes sedimentos, nutrientes e

³⁸¹As maiores ameaças para o Pantanal, 02/02/2012, p. 34.

³⁸²Excesso de barragens na Amazônia, 19/04/2012, p.38.

matéria orgânica que alimentam as suas diversas formas de vida. Por outro lado, também ressalta a interdependência de algumas espécies, incluindo peixes amazônicos que desovam em rios que recebem influência andina.

Vale ressaltar que, neste conteúdo pesquisado é apresentada a opinião de uma fonte de uma organização ambientalista para quem a construção de barragens é a principal ameaça não apenas à Amazônia, mas também ao Pantanal. É enfatizado no texto que o especialista participou de pesquisa, cujos resultados divulgados em fevereiro daquele ano, alertavam sobre riscos ecológicos na bacia do Rio Paraguai, tendo sido, também, tema de matéria veiculada pelo jornal naquele período. Tal exemplo tende a sinalizar com a possibilidade de “diálogo” entre conteúdos publicados em períodos distintos, como forma de ampliar interconexões entre assuntos correlatos no jornal impresso, mecanismo já amplamente utilizado em veículos digitais nos quais os assuntos “dialogam” por meio de *links*.

O especialista mencionado na matéria opinou que é preciso levar em conta a questão ecológica para decidir pelo uso, ou não, de barragens. Também alertou que impactos podem ser minimizados na construção e na operação dos empreendimentos. Entretanto, nenhuma fonte de outros segmentos sociais, incluindo órgãos ambientais e empresas atuantes nesses projetos na região, foi mencionada como entrevistada para repercutir os resultados do estudo e trazer contrapontos ao debate.

Sendo assim, tendo como base os dois exemplos ilustrados, algumas reflexões parecem essenciais. Em que medida as mensagens de risco ambiental enquadradas nos conteúdos jornalísticos tendem a provocar algum tipo de repercussão perante o público leitor se, além dos ambientalistas entrevistados, outras “vozes” deixam de ser “ouvidas”?

Por outro lado, os resultados dos estudos divulgados no jornal pesquisado teriam a perspectiva de influenciar processos de tomadas de decisão pela conservação da biodiversidade, tendo como interlocutores, somente aqueles que representam o movimento ambientalista?

A discussão a partir desse fio condutor será retomada, posteriormente, no contexto desta categoria de matérias analisadas que se refere à perspectiva de diversos tipos de riscos à conservação da biodiversidade, incluindo o viés abordado a seguir, relacionado aos impactos das mudanças climáticas.

Impactos das mudanças climáticas

Com base nas matérias analisadas, o *enquadramento* noticioso sobre a temática dos riscos à conservação da natureza associados às mudanças climáticas, é pautado, principalmente, por estudos científicos (alguns publicados por ocasião da realização da *Rio+20*). Sendo assim, as fontes da academia e de instituições de pesquisa são preponderantes. Em geral, os problemas mencionados são globalizados, mas quando se referem à realidade brasileira, o enfoque é, quase sempre, a Amazônia. Além disso, a maioria dos textos tem como fio condutor o viés da catástrofe, com pouca, ou nenhuma, discussão sobre soluções para enfrentamento das consequências previstas, conforme se discute a seguir.

Uma matéria analisada, publicada em março de 2012, destacou os resultados de um estudo internacional que seria divulgado durante a *Rio+20*³⁸³. A principal mensagem jornalística envolveu as estimativas de prejuízos econômicos nos oceanos que poderiam alcançar US\$ 2 trilhões (R\$ 3,6 trilhões). As perdas provocadas em decorrência das mudanças climáticas afetariam negócios relacionados à pesca, ao turismo e às áreas costeiras, em geral, até o fim do século.

A pesquisa não levou em consideração o valor das espécies extintas em função de perda de *habitat*, dado considerado de difícil quantificação, segundo noticiado. Mas, alguns tipos de prejuízos foram estimados para setores de grande representatividade econômica como a pesca (US\$ 343,3 bilhões) e o turismo (US\$ 639,4 bilhões).

Nesse sentido, a abordagem da matéria é predominantemente focada no aspecto econômico do problema. A conexão do tema com a relação sociedade-natureza é mencionada resumidamente, a partir da opinião de um pesquisador participante do estudo. A fonte enfatizou que a biodiversidade presente nos oceanos é considerada fundamental ao bem-estar humano e que um dos benefícios diretos da sua existência se refere ao fornecimento de oxigênio para a respiração pelos organismos marinhos.

Por outro lado, se observa que, mesmo diante da importância dessa temática para um país como o Brasil, com uma costa que se estende por mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, os resultados do estudo europeu não são repercutidos com fontes nacionais ou, pelo menos, relacionados aos desafios da realidade brasileira.

³⁸³A conta da elevação do mar: US\$ 2 trilhões, 22/03/2012, p.34.

Com base na análise das matérias pesquisadas, em geral, é possível perceber que aquelas que, de alguma forma, contextualizam essa temática, têm como fontes especialistas brasileiros nos temas abordados.

No que se refere à realidade brasileira, a Amazônia tem papel de destaque em relação ao tema discutido. Um exemplo nesse sentido é a matéria publicada em maio, com ênfase na discussão sobre a falta de planejamento urbano que ampliaria os riscos de vulnerabilidade socioambiental às mudanças climáticas nas cidades da região. O texto teve como mote o debate realizado em evento preparatório para a *Rio+20*, sob o tema *Ciência para o Desenvolvimento Sustentável*.³⁸⁴

Segundo informado, na Amazônia, a associação das mudanças climáticas com a urbanização pode ter efeitos graves na proteção da natureza e nas atividades socioeconômicas. Foi também ressaltado que a região passou por três eventos extremos, em cinco anos, dos quais, uma enchente (2009) e duas grandes estiagens (2005 e 2010). Se a tendência se mantiver, nos anos seguintes, seria fundamental retirar a população que vive em áreas de igarapés, como parte das ações de planejamento de longo prazo para a região, conforme alertado por um especialista em clima. Tal abordagem, entretanto, não foi repercutida com fontes que tenderiam a traçar um panorama da atuação da gestão pública, por exemplo, no que tange à preparação (ou não) da região para o enfrentamento desse tipo de dilema previsto.

A Amazônia voltou a ser associada aos riscos climáticos, em maio de 2012, em duas matérias, em função do aumento histórico do volume do rio Negro que havia atingido a profundidade de 29,78 metros no porto de Manaus. Segundo noticiado, essa foi a maior marca desde 1903.³⁸⁵

Um texto teve enfoque na falta de respostas concretas dos cientistas para o fenômeno, já que pela dinâmica ambiental da região, o nível máximo da cheia, em geral, é registrado em meados de junho, diferentemente do pico de inundação antecipado até então (maio).

Da mesma forma foram discutidas questões como o despreparo das cidades amazônicas para enfrentar o caos urbano causado por fenômenos como o transbordamento do rio Negro, em Manaus. A gestão pública foi criticada pela falta de planejamento no trato dessa problemática, deixando de implementar políticas estruturais

³⁸⁴ *O Brasil dos desastres naturais*, 09/05/2012, p.30.

³⁸⁵ *Rio Negro atinge maior nível desde 1903 e ameaça transbordar*, 17/05/2012, p.36.

de longo prazo e agindo de forma pontual, diante de situações de emergência. Assim, os gastos são mais altos do que se houvesse uma estratégia com viés preventivo, segundo analisado. Apesar do enfoque dado à discussão, fontes de instituições públicas não foram mencionadas como entrevistadas para responder sobre esse e outros questionamentos relacionados ao tema.

Na outra matéria também se discute os potenciais impactos das mudanças climáticas na Amazônia, tendo como motivação a cheia recorde no rio Negro.³⁸⁶ Além disso, é mencionada a situação oposta, de seca extrema, na região Nordeste do Brasil naquele período³⁸⁷.

Embora algumas partes dos textos mencionados demonstrem algum esforço de contextualização das razões que estariam associadas os problemas discutidos, em comum, as matérias analisadas deixaram de abordar perspectivas de soluções para os dilemas *enquadrados* no noticiário. Vale ressaltar que esse tipo de lacuna é recorrente nos textos analisados que tratam do tema pelo viés da catástrofe.

Quando se trata de abordagem dessa temática, questões globais são constantemente apresentadas no noticiário pesquisado, tendo como motivação, estudos divulgados por instituições internacionais. Esse é o caso de outro texto analisado³⁸⁸ que informou ter sido registrado pela primeira vez no Ártico uma média mensal de emissões de dióxido de carbono (CO₂), acima de 400 partes por milhão (ppm).³⁸⁹

Com base em dados divulgados pela agência americana para atmosfera e oceanos (NOAA, na sigla em inglês), foi informado que os níveis médios globais de CO₂ alcançaram 390,4ppm em 2011, devendo chegar a 400ppm em 2016. Uma informação divulgada tendeu a contribuir para o entendimento da evolução alcançada pelo problema até as medições atuais: Em 1880, antes da Revolução Industrial, a média global era de 280ppm.

³⁸⁶ *Naturalmente incomuns*, 18/05/2012, p. 38.

³⁸⁷ Foi informado que a Bacia Amazônica registrou as duas maiores estiagens da História, em 2005 e 2010, e as duas maiores inundações, em 2009 e em 2012. Enquanto isso, 25 milhões de habitantes distribuídos em 1,1 mil municípios do semiárido nordestino enfrentavam também uma seca histórica até então.

³⁸⁸ *Aquecedor do planeta ligado em nível recorde*, 08/06/2012, p.34.

³⁸⁹ A marca é considerada simbólica e fonte de preocupação tanto para os cientistas como no movimento ambientalista que vinham defendendo cortes de emissões que permitissem manter o índice de 350ppm (nível mínimo de segurança climática para a manutenção das atividades humanas e das formas de vida, em geral).

Segundo um cientista entrevistado, a concentração de 400ppm levará certamente a um aquecimento maior do que 2 graus em 20 ou 30 anos, com graves repercussões para a manutenção dos ecossistemas marinhos e terrestres, além das atividades humanas em geral. Tal análise tende a colaborar para apresentar ao leitor a dimensão da crise climática como um fenômeno de repercussões globais, mesmo que áreas do planeta como o Ártico estejam distante de países, como o Brasil, por exemplo. A lógica é a mesma para a Amazônia, cujos problemas têm ressonância mundial pela importância da região para o equilíbrio climático.

Mas, em linhas gerais, a matéria, seguindo o exemplo de outras analisadas sobre o mesmo tema, recorreu ao enfoque do perigo iminente, sem, contudo, ampliar o aprofundamento da abordagem ou apresentar soluções possíveis para enfrentamento do problema, mesmo tendo contado com a participação de especialistas no assunto.

Por outro lado, demais textos analisados e comentados, a seguir, enfatizaram os prejuízos econômicos em decorrência das mudanças climáticas. Mas, sinalizam com a apresentação de algum tipo de resposta para o enfrentamento do problema. Apesar disso, o risco de catástrofes se manteve como *enquadramento* noticioso principal nesses conteúdos.

Nesse sentido, com base em levantamento divulgado pelo *Banco Mundial*³⁹⁰ foi noticiado, em agosto de 2012, que a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas custaria mais caro aos países³⁹¹.

Com relação ao Brasil foi previsto que o país enfrentaria ondas de calor frequentes e longas que deveriam alcançar acréscimos iguais ou superiores a 4 graus Celsius de temperatura com repercussão no regime de chuvas. Diante da perspectiva deveriam ser planejadas estratégias de retirada de moradores das áreas das encostas degradadas, principalmente nas grandes cidades, assim como considerar nos processos de tomadas de decisão, as interfaces ambientais, políticas, econômicas e sociais em relação ao tema.

Para fazer frente aos desafios já previstos no país, segundo noticiado, vinha sendo planejada uma nova estratégia sobre gerenciamento de eventos extremos e desastres. Conforme informado, comumente os especialistas no tema vinham atuando

³⁹⁰ *Orçamento climático*, 17/08/2012, p.36.

³⁹¹ Em 2006 seriam necessários US\$ 9 bilhões em investimentos mundiais com esse objetivo, valor calculado em US\$ 41 bilhões, em 2010. No Brasil, segundo informado, houve aumento considerável nos gastos devido aos problemas climáticos: US\$ 65 milhões, em 2004 e US\$ 1,5 bilhão, em 2010.

mais no enfoque da produção de dados. A partir de então, a ideia dos cientistas era trabalhar sobre questões de adaptação juntamente com outros setores da sociedade, de forma a reduzir os riscos.

Nessa abordagem mais regionalizada, um importante aliado seria a entrada em funcionamento, em 2013, do *Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global*, projeto liderado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O amplo modelo computacional seria capaz de avaliar mudanças ambientais características do Brasil envolvendo estudos sobre atmosfera, oceano, vegetação, entre outros aspectos. Além disso, seriam capacitados profissionais para desenvolver estudos sobre essas especificidades brasileiras. Nesse sentido, a matéria analisada, ainda que tenha abordado a perspectiva do risco associado ao tema, apresentou elementos que tendem a contribuir para que o leitor perceba que também há um esforço no sentido de busca de solução para enfrentamento das questões em debate.

Já outra matéria analisada, com *enquadramento* nos aspectos econômicos, publicada em setembro de 2012³⁹², informava que os prejuízos associados às mudanças climáticas representavam uma redução de 1,6% do PIB global (equivalente a US\$ 1,2 trilhão), devendo dobrar a partir de 2030. Os dados foram sistematizados por duas organizações internacionais.

Para o Brasil, em geral, foi prevista uma vulnerabilidade “moderada” aos extremos climáticos. No entanto, o país deveria ocupar a liderança entre as nações que mais sofreriam perda de biodiversidade nas próximas décadas. Nesse sentido, foi alertado que, combater o desmatamento seria uma decisão crucial ao enfrentamento dos desafios relacionados a essa temática, segundo uma fonte envolvida na edição do relatório.

Mas, vale ressaltar que, embora o estudo divulgado tenha mencionado o Brasil, sobretudo com previsão de perda acentuada de biodiversidade, nenhuma fonte brasileira foi mencionada como entrevistada para repercutir essas informações. O problema é recorrente em relação às notícias baseadas em dados de relatórios científicos internacionais.

³⁹²Mudanças climáticas reduzem PIB global em US\$ 1,2 tri por ano, 27/09/2012, p.36.

Outro texto analisado ressaltou que, caso até 2020, fosse mantido o ritmo de emissão de gases de efeito estufa de até então,³⁹³, o planeta chegaria ao final deste século com a temperatura elevada em mais de 2 graus Celsius, de acordo com alerta trazido por estudo do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*.

Assim, no sentido de conter o aumento da temperatura em até 2 graus Celsius, considerado o limite aceitável pela ciência para que não haja uma catástrofe planetária, o *PNUMA* havia estabelecido uma meta de redução de gases de efeito estufa a ser alcançada até 2020, incluindo um olhar sobre o Brasil.

Para que fosse possível alcançar a meta estabelecida pelo *PNUMA*, de redução das emissões globais para 44 Gt, em 2020, algumas soluções foram anunciadas, tendo ênfase em eficiência energética industrial e uso de energias renováveis. Mais uma vez o Brasil foi mencionado pelas estimativas de capacidade de reduzir até 4,2 Gt de emissões de gases de efeito estufa com o aumento do controle do desmatamento.

Muito embora nesta matéria, tenha sido mencionado que o Brasil já vinha sendo reconhecido pelos esforços de redução do desmatamento, não houve qualquer referência sobre progressos alcançados, até então. Nem dados quantitativos ou informações sobre ações que estariam contribuindo para essa mudança de realidade foram apresentados no texto analisado.

Com base na análise realizada, no contexto desta categoria, alguns questionamentos e reflexões parecem necessários. Nesse sentido, que efeitos o risco da catástrofe e a falta de soluções para os problemas enquadrados no noticiário poderiam provocar nos leitores? Para Victor (2009), apelar ao catastrofismo como forma de atrair a atenção da opinião pública tende a causar uma reação de imobilismo. Assim, segundo a autora mencionada, diante da gravidade do problema noticiado a percepção da sociedade pode ser de que se trata de uma causa perdida. Tal impacto, por sua vez, levaria à desistência do desejo de lutar pela mudança da situação.

Tais questionamentos parecem oportunos para que se possa refletir sobre o *enquadramento* apresentado na última matéria analisada nesta categoria, publicada em dezembro de 2012, cujo elemento central se refere a uma polêmica envolvendo o urso polar. Embora a espécie seja emblemática quando o assunto envolve o derretimento da cobertura de gelo do Ártico, a discussão abordada teve como angulação a temática da caça para fins comerciais e de sobrevivência de populações nativas.

³⁹³ *Calor irreversível*, 22/11/2012, p.40.

O motivo de desentendimento entre ambientalistas, gestores públicos e cientistas, segundo a matéria analisada³⁹⁴ envolvia a proposta do governo dos Estados Unidos de banimento da venda de peles e outras partes dos animais sob os termos da *Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora Selvagens (CITES, na sigla em inglês)*.

Vale ressaltar que essa matéria do veículo pesquisado se destacou pela manifestação de vários pontos de vista, apresentados por pesquisadores, ambientalistas, representantes de órgãos governamentais e de organizações comunitárias, entre outros segmentos sociais. Nesse sentido, o conteúdo tendeu a ilustrar a abertura de espaço ao diálogo entre interlocutores, tanto dos Estados Unidos como do Canadá, país onde o comércio de pele e carne de urso é legalizado e regulado pelo governo, a partir da distribuição de cotas de permissão para abate entre populações nativas.

Ao ilustrar os diversos interesses envolvidos com a questão, apresentando opiniões contrárias e favoráveis à medida liderada pela gestão pública, a matéria publicada pareceu exemplificar a possibilidade de se discutir uma questão a partir de diferentes pontos de vista no *enquadramento* noticioso. Nesse sentido, alguns questionamentos parecem fundamentais:

O conteúdo de maior abrangência tenderia a contribuir para o aumento da percepção dos leitores sobre a complexidade que envolve a agenda da conservação da biodiversidade, incluindo múltiplos interesses socioeconômicos, ambientais, geopolíticos, dentre outros que estão em jogo?

Por outro lado, a cobertura poderia sinalizar que o antigo embate entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade continuava sendo uma questão sem grandes soluções, duas décadas depois da realização da *Rio-92*?

Sinalizaria, ainda, que tais questões sobre essa temática não estão equacionadas nem mesmo nos países desenvolvidos, como parece evidenciar o exemplo discutido na matéria analisada?

Tais questões tendem a contribuir para que se possa refletir, também, sobre as discussões dos principais vieses da cobertura analisada a respeito do desmatamento, tema nacional, mas de ressonância global, cuja complexidade envolvida, diferentemente desse último exemplo mencionado, nem sempre é amplamente abordada ou discutida por diferentes “vozes” nas matérias publicadas no veículo pesquisado.

³⁹⁴ *Urso polar divide cientistas*, 27/12/2012, p.26.

Tendências de desmatamento

Em linhas gerais, as matérias analisadas relacionadas à temática do desmatamento informavam, principalmente, sobre o aumento das estatísticas de áreas desmatadas no Brasil. Praticamente não foram contextualizados os fatores que vinham contribuindo para esse fenômeno ou apresentadas soluções para o enfrentamento do problema. Mesmo já sendo percebidas abordagens sobre outros biomas, a ênfase desse tipo de enquadramento ainda foi direcionada à Amazônia.

As “vozes” de fontes governamentais foram preponderantes nas matérias analisadas. Entretanto, com raras exceções, dificilmente analisavam os fatos, negativos ou positivos, à luz das políticas públicas relacionadas a essa temática.

Um exemplo nesse sentido foi observado em matéria analisada³⁹⁵, publicada em abril de 2012, que informava sobre o crescimento de 96% no desmate em Mato Grosso, entre agosto de 2011 e março de 2012, na qual não se discutiu a causa do avanço.³⁹⁶

Conforme informado por fonte do *Ministério do Meio Ambiente*, a única entrevistada nesta matéria analisada, a devastação poderia ter relação com a percepção de alguns desmatadores de que o *Código Florestal*, em votação no Congresso naquele período, iria anistiá-los. Contudo, sem contrapontos, a cobertura não foi além das estatísticas anunciadas.

Da mesma forma, uma compilação de dados sobre desmatamento na Amazônia durante dez anos, resultou em uma mera reprodução de conteúdo de outro veículo de comunicação, sem aprofundamento da questão ou repercussão das principais conclusões.

Assim, com base em notícia publicada originalmente pela *BBC*, foi informado que foram desmatados 240 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica em uma década, equivalente a 3% de sua área total, extensão territorial do tamanho do Estado de São Paulo. Os dados integravam o estudo *Amazônia Sob Pressão*.³⁹⁷ O levantamento sobre nove países sul-americanos constatou que o Brasil respondeu por 80,4% do desmatamento da Amazônia no período, seguido pelo Peru, 6,2%; e pela Colômbia, 5%.

³⁹⁵ *Desmatamento cresce 96% em Mato Grosso*, 06/04/2012, p.9.

³⁹⁶ Com base em dados divulgados pelo *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)*, no período mencionado, 1,39 mil quilômetros quadrados de terras com algum grau de desmatamento foram identificados nos nove Estados da Amazônia Legal.

³⁹⁷ Coordenado pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que reúne 11 ONGs e institutos de pesquisa regionais.

O coordenador-geral do estudo ressaltou a importância de se manter em evidência os acontecimentos da Amazônia. O alerta presente na fala do pesquisador mencionado remete, com clareza, à necessidade de se ampliar o olhar sobre a problemática do desmatamento, entendendo pontos de tensão, avanços, retrocessos e perspectivas. No entanto, o tratamento em profundidade do tema ainda pode considerado uma exceção no noticiário analisado.

No contexto das matérias analisadas, se percebe, ainda, que os textos mais aprofundados, com reportagens que levaram em consideração fatores ambientais, socioeconômicos, políticos, culturais, entre outros relacionados ao tema, em geral, tenderam a ser motivados por estudos realizados por ONGs e instituições com atuação principalmente na área socioambiental. Em tais circunstâncias, além das fontes governamentais, outros interlocutores, incluindo moradores e lideranças comunitárias foram entrevistadas, o que tende a contribuir para que o leitor compreenda, mais amplamente, a relação entre o tema e as condições de vida nas localidades afetadas pelo fenômeno do desmatamento.

Assim, quando o *enquadramento* apresentou o viés mencionado, pareceu mais evidente a complexidade que envolve a temática do desmatamento e suas conexões em diferentes escalas espaciais (locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais).

Nesse sentido, diferentemente do texto anterior, que reproduziu os dados oficiais praticamente sem analisar questões mais amplas envolvidas com o desmatamento da Amazônia, uma reportagem de três páginas, publicada em maio de 2012³⁹⁸, tratou o tema com mais profundidade. A produção jornalística mencionada foi motivada por levantamento de uma organização ambientalista sobre problemas ocorridos no Maranhão.

A começar pelo título, o texto mencionado relacionou o problema ambiental ao modelo de desenvolvimento econômico regional considerado equivocado por expor ao risco, inclusive unidades de conservação e terras indígenas, nas quais restavam os últimos fragmentos florestais da região visitada pela equipe de reportagem.

Ainda foi contextualizada a relação entre desmatamento e trabalho escravo, ressaltando-se que, em 2011, cerca de 40 trabalhadores foram resgatados de carvoarias no Maranhão, em operações do *Ministério do Trabalho*, realizadas a partir de denúncias. Esses empreendimentos vinham consumindo mata nativa para produzir

³⁹⁸ *Aço que engole a floresta*, 14/05/2012, p.17-18.

carvão que seria usado como fonte de geração de energia para manter em funcionamento os fornos das siderúrgicas. Essas empresas, por sua vez, vinham abastecendo principalmente o mercado internacional de matérias-primas como o aço, conforme informado.

A equipe jornalística em sobrevoo em unidade de conservação e terra indígena verificou sinais de devastação e ouviu depoimentos de moradores que relataram a situação de confronto com madeireiros. Diante do esgotamento dos recursos naturais na região, os empreendedores do segmento vinham desrespeitando os limites das áreas protegidas de onde só saíam quando ocorriam operações de fiscalização dos órgãos ambientais, ainda consideradas pontuais.

Além de estratégias de fiscalização permanente, as fontes entrevistadas defenderam a implementação de ações preventivas, capazes de impedir os danos antes que se tornassem problemas quase sem solução.

Em decorrência das ações investigativas e da repercussão que a questão alcançou, segundo a reportagem, três siderúrgicas se comprometeram, perante o Ministério Público a fiscalizar a origem do carvão que vinham adquirindo, além de analisarem denúncias de trabalho escravo nas suas cadeias de fornecedores.

A equipe do jornal que viajou ao Maranhão com intuito de verificar as denúncias sobre a produção irregular de carvão vegetal para atender ao setor siderúrgico, ampliou a cobertura sobre a pressão sofrida pelas populações indígenas e por moradores de áreas mais afetadas pela degradação ambiental, publicando mais matérias sobre essa questão. Os entrevistados³⁹⁹ contaram que esperavam por trabalho e melhores condições de vida em função dos negócios da cadeia de siderurgia reunidos no pólo industrial na vizinhança. Mas, o retorno trazido à localidade veio somente em forma de poluição provocada pelas usinas de ferro-gusa instaladas nas proximidades que, entre outros efeitos danosos, teria causado o desaparecimento dos peixes dos igarapés, além de contaminar plantas e animais domésticos.

Uma questão trazida pela reportagem após a visita ao interior do Maranhão foi a de incompatibilidade entre a realidade local e o discurso de sustentabilidade reinante no Brasil no período de realização da *Rio+20*.

A repercussão das denúncias de que atividades irregulares estariam movimentando as carvoarias que abasteciam o pólo de Carajás levou à realização de

³⁹⁹*Rastro de destruição até em reserva indígena*, 15/05/2012, p.18.

operações de vistorias em empreendimentos que atendiam à demanda dos fornos das indústrias siderúrgicas do Pará e do Maranhão, com madeira de áreas desmatadas. Esse foi mais um destaque da pauta envolvendo a outra ponta da cadeia produtiva⁴⁰⁰.

Para frear a situação, em ação conjunta do Ministério Público Federal e do IBAMA, as três principais siderúrgicas da região foram responsabilizadas pelo desmatamento de 44.800 hectares de floresta. Foi constatado, segundo noticiado, que usaram em seus fornos 1,475 milhão de metros cúbicos de carvão retirados ilegalmente da floresta.

Ainda segundo noticiado, diante da repercussão dos fatos constatados e para se livrarem de uma multa de R\$ 144 milhões, as empresas se comprometeram perante o Ministério Público a criarem, nos próximos dois anos, um plano de sustentabilidade para as suas operações. Também fiscalizariam diretamente as carvoarias listadas como fornecedoras, cujas ações ainda seriam alvo de investigação pelos órgãos ambientais do Pará.

Os impactos negativos provocados pelo setor de siderurgia voltaram a ser notícia no mês seguinte, quase às vésperas da *Rio+20*, quando o *Instituto Ethos de Responsabilidade Social* divulgou, em Conferência Internacional, um estudo que identificava problemas como trabalho escravo e degradação ambiental associados à produção do aço no Brasil.

Assim, outra matéria motivada pela publicação do estudo, abordou a relação entre crescimento produtivo e práticas industriais que vinham degradando as florestas e as condições de vida dos trabalhadores.

Segundo ilustrado na matéria, em 2004, a pesquisa *Escravos do Aço* já evidenciava a situação de trabalho escravo na indústria siderúrgica com enfoque na Amazônia. Oito anos depois, uma realidade semelhante foi identificada no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga e no Pantanal, onde a crise ambiental também se agravava, segundo informado.

No mês seguinte, outra questão relacionada ao desmatamento, desta vez na Caatinga nordestina, veio à tona em mais uma reportagem que também expressou o modelo de produção que vinha contribuindo para colocar em risco à biodiversidade e causando o esgotamento dos recursos naturais em geral.⁴⁰¹

⁴⁰⁰Carvão ilegal responde por 20% de todo o desmatamento em Carajás, 15/05/2012, p.23.

⁴⁰¹No calor da indústria do gesso, a ruína da caatinga no Nordeste, 22/07/2012, p.13.

Em poucas linhas, o *lead* (primeiro parágrafo da matéria no jargão jornalístico), buscou introduzir ao leitor o papel da construção civil no esgotamento dos recursos naturais. O texto ressaltou a relação entre o desmatamento (para a produção de energia de baixo custo) e o agravamento do processo de desertificação no Nordeste. São cerca de 25 milhões de metros cúbicos de lenha queimados na região, equivalente a 2.500 km² desmatados, mais do que o dobro da extensão da cidade do Rio de Janeiro, conforme enfatizado.

O *Serviço Florestal Brasileiro (SFB)*, segundo a matéria, estimava que 94% da lenha produzida na região eram provenientes de práticas ilegais, uma vez que a mata nativa vinha sendo cortada e queimada sem controle. Diante da gravidade da situação, ações foram desenvolvidas pelos órgãos ambientais, para conter o desmatamento, mas a matéria não explicou, entretanto, com que frequência eram realizadas, ou se as operações tinham caráter meramente pontual, com base em denúncias.

Foi dado destaque para a biodiversidade existente no ambiente, o tende a contribuir para desfazer um mito de que a caatinga é um bioma de pouca diversidade biológica.

Como solução para o enfrentamento do problema, segundo informado na matéria, o governo pretendia implantar um processo de manejo florestal em uma área equivalente a 7% do bioma, o que além de conservar a vegetação nativa, seria uma alternativa economicamente viável para a população rural.

Vale ressaltar que, embora a cobertura sobre desmatamento tenha se diversificado ao longo de 2012, com abordagem sobre outros biomas e também com alguns conteúdos um pouco mais abrangentes, conforme discutido anteriormente, se percebe que o enfoque sobre os riscos associados ao desmatamento da Amazônia ainda prevaleceu no noticiário analisado.

Assim, com base em levantamento realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), outra matéria informava⁴⁰² que, embora o desmatamento na Amazônia Legal estivesse em ritmo de queda nos últimos anos, a floresta amazônica estava empobrecendo por conta da degradação.⁴⁰³

⁴⁰²*Floresta Amazônica fica mais pobre a cada ano*, 14/10/2012, p.10.

⁴⁰³Enquanto de agosto de 2011 a julho de 2012, foi registrado um desmatamento de 1.047 quilômetros quadrados, a degradação atingiu quase o dobro da área em igual período: 2.002 quilômetros quadrados.

Fontes de órgãos da gestão pública e do IMAZON entrevistadas explicaram, didaticamente, o que acontecia diante das situações de desmatamento e degradação. Enquanto a primeira opção significa o fim da floresta em uma determinada localidade, a segunda vai acontecendo gradativamente, com impactos, sobretudo, para animais de grande porte que, afugentados, precisam buscar matas mais densas.

Informações sobre a dificuldade de combate às ilegalidades pelos órgãos ambientais, como o furto de madeira, também foram coordenadas no conteúdo. Assim, diante de ações de fiscalização e do esgotamento das áreas florestais, na Amazônia, segundo noticiado, os madeireiros ilegais estariam migrando de um Estado para outro e passando a pressionar novas áreas. O fenômeno vinha acontecendo, à época, com desmatadores que saíam do Pará em direção a Roraima, conforme informado por uma fonte da gestão pública.

Uma das principais funções das unidades de conservação também foi ressaltada pela fonte da gestão pública entrevistada, quando ressaltou que as UCs representam muito mais do que a proteção de belas paisagens e têm papel central na conservação da biodiversidade, ao evitar que a floresta se fragmente.

Assim, o conteúdo mencionado, em geral, tendeu a ilustrar como é complexo o objetivo de conservação da biodiversidade em regiões como a Amazônia, onde extensas dimensões territoriais, historicamente marcadas por dilemas socioeconômicos diversos dificultam ações de fiscalização e de implementação de políticas públicas.

Ilustram tal situação atividades econômicas como a pecuária, que ocupam grandes áreas e pressionam para que os espaços antes cobertos por floresta sejam desmatados ou degradados. Como forma de burlar as leis, fontes entrevistadas explicaram que, em função da fiscalização realizada por satélite, a floresta vinha sendo desmatada ou degradada no período de chuvas, quando naturalmente são reduzidas as condições de visibilidade por meio desse tipo de tecnologia.

Assim, políticas e ações do poder público precisam ser revistas em função das dificuldades encontradas no processo de implementação. Nesse sentido, segundo informado na matéria, uma solução anunciada pelo *Ministério do Meio Ambiente*, naquela época, foi a criação da *Força Nacional de Segurança Ambiental*, cujo objetivo era manter uma atuação permanente e ostensiva nas áreas críticas.

Apesar do anúncio governamental de reforço à vigilância ambiental, em áreas mais críticas, as unidades de conservação da Amazônia voltaram a ser notícia, desta vez, motivada por uma nova ação de investigação de uma ONG ambientalista que, durante

sobrevoou, flagrou a extração ilegal de madeira na área do entorno da Reserva Extrativista (RESEX) Verde para Sempre, a maior do país, localizada no município de Porto de Moz, no Pará.

Mas, diferentemente do exemplo mencionado anteriormente, quando a questão do desmatamento foi tratada mais amplamente, com visita da equipe de reportagem *in loco* e participação de fontes que contribuíram para ilustrar inúmeras questões associadas ao fenômeno, nesse outro texto, a abordagem foi reduzida.⁴⁰⁴

Foi simplesmente noticiado, resumidamente, que a ONG ingressara naquela data com pedido de investigação no *Ministério Público Federal (MPF)* do Pará, sobre o processo de extração de madeira ilegal, assim como havia informado ao *Ministério do Meio Ambiente* sobre a situação constatada na RESEX.

Apenas uma fonte foi entrevistada e os órgãos da gestão pública não foram questionados sobre a situação noticiada. Uma vez mais, os objetivos de gestão de uma RESEX, como categoria de manejo do SNUC (BRASIL, 2000) não foram esclarecidos em matéria sobre o tema.

Por outro lado, tendo a Amazônia como principal cenário, se percebe que o crescimento da violência no campo também conquistou pequenos espaços na cobertura em 2012. O fenômeno vinha sendo motivado, principalmente, por fatores como direito de uso de recursos naturais e luta pela conservação da floresta, ainda que os temas não tenham sido articulados dessa forma nas matérias analisadas.

Em geral, as matérias foram pautadas por estudos realizados por instituições que atuam diretamente com essa temática, bem como por registros de episódios ocorridos, sobretudo, nessa região do Brasil. Ou seja, foram pautas pontuais, que pouco contextualizaram as causas desse fenômeno social, fortemente associado ao processo de desmatamento da Amazônia. As fontes de informação, quase sempre, se expressaram por meio de notas divulgadas e foram raras as entrevistas com interlocutores que conhecem a extensão do problema.

Exemplos nesse sentido foram observados em matérias como uma que informava que, em uma década (de 2001 a 2011), a violência no campo resultou em 405 vítimas fatais.⁴⁰⁵ O assassinato do casal de ambientalistas Maria do Espírito Santo e

⁴⁰⁴ *Madeira é extraída de reserva na Amazônia*, 19/10/2012, p.8.

⁴⁰⁵ Com base em informações levantadas pela *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, a lista de “marcados para morrer” incluía 172 pessoas, em 2011, contra as 83, em 2010.

José Cláudio Ribeiro, ocorrido em maio de 2011, no Pará, foi mencionado como um dos episódios de grande repercussão nacional e internacional. No entanto, dados sobre esse caso que buscou calar pessoas que lutavam pela manutenção da “floresta de pé”, não foram inseridos no texto.

Embora tenha sido discutido que as atenções do governo federal estavam mais voltadas para os estados do Norte, nas chamadas fronteiras agrícolas (o que inclui principalmente a região amazônica), os episódios também se tornaram evidentes fora dessas tradicionais áreas de tensão, segundo informado por movimentos como a *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, o *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)* e o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*.

As poucas fontes entrevistadas dessas organizações contribuíram para ilustrar as questões envolvidas nessa temática ao afirmarem que não bastava ampliar medidas de proteção das pessoas em situação de risco. Segundo advogavam, o fundamental seria desenvolver políticas públicas para o campo, como a reforma agrária, que, no ano anterior tinha promovido o assentamento de somente 20 mil famílias.⁴⁰⁶

Além disso, os entrevistados consideram que os povos indígenas vinham sendo os mais afetados por ameaças e pelas consequências dos problemas acarretados, sobretudo por embates com madeireiros. Tal questão, segundo observaram, exigia mais do que ações de proteção do governo federal. Apesar das análises apresentadas, fontes de órgãos públicos diretamente responsáveis pelas questões noticiadas não foram apresentadas como entrevistadas para trazer contrapontos ao debate.

No mês seguinte, em notícia sem entrevistas, foi informado sobre o registro de 1.186 conflitos no campo, em 2010; além de 1.363, em 2011; no Brasil, o que representou um aumento de 14,9% no período, enquanto a quantidade de pessoas ameaçadas de morte, com ênfase em áreas de fronteira agrícola na Amazônia, subiu para 347 em 2011; ante 125, no ano anterior, o que significou uma elevação de 177,6%.

Os dados integraram o levantamento *Conflitos no campo Brasil 2011* da *Comissão Pastoral da Terra*. Mesmo que esse tipo de estatística tenha forte ligação com o histórico de ocupação na região amazônica e envolva questões socioambientais, econômicas e políticas, além de causas de direitos humanos, dentre outras, números como esses não foram amplamente desdobrados ou repercutidos.

⁴⁰⁶ *Conflitos de terra aumentam total de ameaçados de morte sobe 177,6%*, 08/05/2012, p.9.

Vale ressaltar que, na mesma data de divulgação do levantamento da CPT e na mesma página, o jornal pesquisado também noticiou a prisão do comandante do *Massacre de Carajás*, 16 anos depois desse que ficou conhecido como um dos episódios mais emblemáticos de violência na Amazônia⁴⁰⁷, com ampla repercussão nacional e internacional. Ainda assim, um texto não apresentou qualquer relação com o outro.

Na última notícia analisada sobre esse aspecto relacionado à temática do desmatamento na Amazônia⁴⁰⁸, foi informado que madeireiros tinham atirado contra fiscais do IBAMA, policiais militares e indígenas na Terra Indígena Alto Rio Guamá, em Paragominas, no Pará.

Nenhuma informação de contexto da realidade local foi inserida no texto mencionado que se limitou a reproduzir conteúdo de uma nota oficial do Ministério Público. Assim, foi informado que a equipe que avaliava o volume de madeira apreendida teria sido surpreendida por madeireiros, que atiraram contra o grupo. Diante desse episódio, foi solicitado reforço policial para ampliar a segurança da população local e da madeira apreendida, tema central da notícia divulgada.

Assim, como é possível observar pelos conteúdos analisados nesta categoria, os textos publicados sobre a complexa temática do desmatamento não apresentaram uma padronização quanto à qualidade desejada para a cobertura jornalística. Embora algumas matérias mencionadas tenham sinalizado com mais elementos para situar o leitor nessa problemática, as notícias, em geral, foram marcadas pela falta de contextualização dos fatos motivadores do fenômeno e de pluralidade de fontes de informação.

Nesse sentido, no tópico a seguir, é discutido outro viés de risco que costuma atrair grande atenção no noticiário, com exemplos de avanços e desafios em relação à cobertura jornalística analisada.

Processo de extinção de espécies

Assim como a questão do desmatamento, o risco de extinção de espécies foi um tema muito presente no noticiário pesquisado. As matérias analisadas buscaram atrair a

⁴⁰⁷ *Comandante do massacre de Carajás é preso*, 08/05/2012, p.9.

⁴⁰⁸ *Madeireiros atiram contra fiscais, policiais e índios no Pará*, 03/12/2012, p.7.

atenção do leitor para plantas e animais ameaçados tanto no Brasil como em outros países. Os textos, quase sempre, apresentaram um “tom” de alerta sobre essa questão relacionada à biodiversidade e foram pautados, principalmente, por estudos divulgados por organizações ambientalistas, bem como por publicações científicas internacionais.

Algumas matérias analisadas já relacionaram diretamente o modelo de produção e consumo contemporâneo à perda de espécies, principalmente quando os estudos divulgados já apresentavam esse enfoque. Mas, na maioria, faltaram fontes de informações para comentar ou analisar os dados, geralmente abordados resumidamente. Exemplos a seguir ilustram tais constatações.

Em matéria publicada em maio de 2012⁴⁰⁹ foi enfatizado que a menos de um mês da realização da *Rio+ 20*, um relatório divulgado pela organização ambientalista *WWF* alertava que, desde a *Rio-92* haviam sido perdidas, mundialmente, 28% das espécies de plantas e animais. Por outro lado, segundo a mesma publicação, o padrão de consumo global já estava sobrecarregando a Terra em 50%.

Para prover o dobro da demanda por recursos naturais, desde a década de 1990, sobretudo por pressão dos países desenvolvidos, três milhões de quilômetros quadrados de florestas foram perdidos mundialmente (área do tamanho da Índia), segundo informado.

Apesar do alerta contido no estudo, um dos poucos a traçarem algum paralelo sobre a conservação da biodiversidade entre as duas grandes conferências, a matéria buscou envolver o leitor em uma mensagem otimista focada nos sentidos de cidadania global e de responsabilidade dos governantes, sobretudo, pela proximidade da *Rio+20* e pelo papel do Brasil como grande detentor de recursos naturais. Nesse sentido, foi ressaltado que ainda havia tempo de mudar tal situação a partir do envolvimento de todos os segmentos sociais com a solução do problema.

Para a única fonte entrevistada, representante da organização ambientalista responsável pelo estudo mencionado, o Brasil desempenhava um papel fundamental no processo de mudança, principalmente porque liderava, globalmente, as estatísticas de biodiversidade.

Mas, assim como em outras matérias que tiveram como enfoque a divulgação de estudos, as questões apresentadas não foram repercutidas com outras fontes, sobretudo com tomadores de decisão. Contrapontos, nesse sentido, tenderiam a contribuir para

⁴⁰⁹Consumo atual demanda uma Terra e meia, 16/05/2012, p.34.

esse debate sobre a realidade de um país como o Brasil que, por um lado exerce a liderança em diversidade biológica e, por outro, abastece outras partes do mundo com produtos que pressionam e colocam em risco esse tipo de recurso natural.

Em outra matéria analisada, desde o título, parece que se buscou evidenciar que o comércio internacional vinha respondendo pelo risco de aproximadamente um terço das espécies ameaçadas de extinção mundialmente. Também foi reforçado o alerta de que era principalmente a demanda dos países mais ricos que vinha fomentando o esgotamento dos recursos naturais nas nações mais pobres.

Entretanto, o conteúdo repetiu a fórmula de textos anteriormente mencionados que apenas reproduziram resultados divulgados por publicações científicas. Dessa forma, sem entrevistas, a matéria mencionada teve como base as principais conclusões de um estudo publicado em uma revista acadêmica internacional.

Segundo noticiado, para chegar a um dos principais resultados, os pesquisadores haviam cruzado dados de fornecimento de mais de 15 mil *commodities* agrícolas com a lista de cerca de 25 mil espécies ameaçadas de extinção compilada pela *União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN)*, na sigla em inglês). Assim, concluíram que o comércio internacional era responsável pela presença de 7 mil espécies de animais na chamada “lista vermelha” da IUCN, até então.

Mais uma publicação internacional embasou outra matéria analisada, publicada em junho de 2012⁴¹⁰, que relacionava o modelo de crescimento econômico à degradação ambiental. Nesse sentido, foi informado que, embora a economia tivesse avançado 31%, em 18 anos (de 1990 a 2008), 25% das riquezas naturais brasileiras haviam sido perdidas.

Os números fizeram parte do relatório *Índice da Riqueza Inclusiva*, divulgado pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)* que buscou ir além do tradicional indicador de crescimento econômico, representado pelo *Produto Interno Bruto (PIB)*. As opiniões de dois cientistas estrangeiros envolvidos com a pesquisa foram mencionadas na matéria analisada. Um considerou que os resultados representavam um passo importante para a mudança de paradigma econômico com intuito de motivar os cidadãos a reavaliarem necessidades e objetivos de vida. O outro ponderou que os dados serviam de alerta sobre as perspectivas de consumo das futuras

⁴¹⁰ONU: *Brasil perdeu 25% das riquezas naturais*, 18/06/2012, p.5.

gerações que, certamente, não teriam como manter o padrão das atuais, diante do processo de esgotamento acelerado dos recursos naturais.

Mas se o Brasil foi mencionado na publicação e o próprio título da matéria também destacou o declínio dos recursos naturais em menos de duas décadas, no país, parece óbvia a importância de se repercutir os dados com fontes brasileiras, sobretudo, as tomadoras de decisão. Entretanto isso não ocorreu no texto analisado.

Já em uma matéria produzida localmente foi informado que uma ação em cooperação entre uma organização ambientalista, cinco universidades brasileiras, um órgão da gestão pública federal e uma agência ambiental internacional foi parte de uma pesquisa, com enfoque no risco de extinção da toninha, espécie de golfinho brasileiro que vinha desaparecendo do litoral da região sudeste, sua área de ocorrência.

Os resultados preliminares dessa força-tarefa foram apresentados em matéria publicada em maio de 2012⁴¹¹ com objetivo de chamar atenção para o problema, com a proximidade da *Rio+20*. A situação da espécie foi considerada preocupante, uma vez que restavam somente 2 mil indivíduos entre o litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (menos da metade da população considerada segura para evitar o processo de extinção).

Curiosamente, no que se refere às matérias analisadas nesta categoria, esta foi a única referência a uma pesquisa realizada no Brasil com uma espécie da biodiversidade brasileira ameaçada (principalmente por fatores como pesca acidental e poluição).

Vale ressaltar que, com a proximidade da *Rio+20* a toninha foi adotada como “espécie-símbolo” de uma campanha de proteção realizada pelo jornal *O Globo*. A iniciativa do veículo é também apresentada neste capítulo, na categoria de análise *Exercício de cidadania*.

Um pesquisador envolvido com o estudo em destaque fez uma referência ao *Parque Nacional de Jurubatiba*, no Rio de Janeiro, onde foi possível avistar a maior quantidade de toninhas durante o levantamento, em detrimento das praias da cidade do Rio, onde nenhum indivíduo dessa espécie foi encontrado. A fala do especialista tendeu a reforçar, mais uma vez, o papel fundamental das unidades de conservação na conservação da biodiversidade.

Fora do período de influência da *Rio+20*, o enfoque do risco de extinção da biodiversidade, sobretudo em função dos efeitos das mudanças climáticas, esteve

⁴¹¹Análise mostra toninha em risco, 24/05/2012, p.38.

presente nos últimos meses de 2012, em outras duas matérias analisadas nesta categoria. Ambas tiveram como viés pesquisas internacionais divulgadas em periódicos acadêmicos, a exemplo de outros conteúdos analisados e mencionados anteriormente.

Uma das matérias⁴¹² indicou que a Grande Barreira de Coral da Austrália, considerada a maior estrutura mundial de organismos vivos, perdeu metade de sua cobertura, correspondente a 50 mil quilômetros quadrados, em 27 anos (de 1985 a 2012). Os resultados da pesquisa que monitorou 214 dos recifes inseridos na lista de *Patrimônios Mundiais da UNESCO* foram publicados pelo *Instituto de Ciência Marinha da Austrália (AIMS, na sigla em inglês)*, em periódico científico.

Conforme explicado na matéria, os cientistas concluíram que a ocorrência de tempestades (48%) havia sido o principal fator causador da perda de corais na Grande Barreira da Austrália, seguida da superpopulação da *estrela-do-mar-coroa-de-espinhos* (42%).

Assim, embora não tenha sido discutido dessa forma no texto, os impactos ambientais causados pelo setor agrícola, que se utiliza de fertilizantes para aplicação nas plantações, estaria colaborando para a degradação desse importante ecossistema marinho global, conforme sugeriam os cientistas.

Estudiosos no tema enfatizaram que já era esperado um surto da espécie de estrela do mar, em função de enchentes registradas em 2010. De forma didática, uma das fontes mencionadas na matéria contribuiu para ampliar o esclarecimento sobre esse tipo de impacto no recife e, ao mesmo tempo, evidenciar como as atividades humanas geram a degradação dos ecossistemas. Em síntese foi informado que diante de situações de inundação na área costeira, ocorre uma mudança no fluxo de nutrientes no oceano, e, assim, a população de *estrelas-do-mar* tende a aumentar.

Tais informações parecem sinalizar com o tipo de responsabilidade que todos os segmentos sociais precisam assumir em relação aos impactos que suas atividades tendem a causar à biodiversidade e aos recursos naturais, em geral.

Já a outra matéria analisada⁴¹³, de enfoque parecido, informou que um estudo realizado por pesquisadores de universidades britânicas havia afirmado que microrganismos e animais aquáticos iriam sofrer mais do que os terrestres com a

⁴¹²A agonia do maior recife de coral do mundo, 02/10/2012, p.34.

⁴¹³Aquecimento global vai afetar mais os organismos aquáticos, 06/11/2012, p. 34.

elevação das temperaturas do planeta, podendo ver seu tamanho, quando adultos, reduzido em até dez vezes.

O aumento da vulnerabilidade, segundo a matéria, preocupava os cientistas porque mais de 99% dos organismos existentes no planeta dependem das condições do ambiente para regular a temperatura corporal. Por isso são chamados de *ectotérmicos*, terminologia explicada no conteúdo.

O maior levantamento desse tipo já realizado avaliou 169 espécies de micro e pequenos organismos terrestres, marinhos e de água doce para investigar se sua massa corporal adulta foi alterada em função de diferentes temperaturas durante seu desenvolvimento.

Pesquisadores participantes do estudo destacaram como é importante levar os cidadãos a compreenderem de que forma as mudanças climáticas afetam a biodiversidade marinha, uma vez que 15% das proteínas consumidas por três bilhões de pessoas no mundo são fornecidas por peixes e outros organismos aquáticos.

Assim, esse tipo de informação ilustra parte da complexidade do problema de caráter científico e como esse fenômeno pode impactar a vida de grande parte da população global. No entanto se considera que pelo seu grau de importância esse tipo de conexão entre questões relacionadas ao tema deveria estar na abertura do texto ou em localização de mais destaque. No entanto, o parágrafo de grande relevância didática sobre o tema foi a última parte do texto mencionado. Tais observações tendem a sinalizar com o grande desafio que representa a cobertura jornalística dessa agenda complexa.

Estilos de vida insustentáveis

Ecossistemas sem proteção - Situação Global

Estudos sobre o estado da conservação da biodiversidade global continuaram pautando matérias publicadas no jornal pesquisado, também nesta categoria de conteúdos analisados. Nos dois exemplos, mencionados a seguir, a partir de entrevistas com pesquisadores, ideias sobre questões de grande complexidade são apresentadas ao longo dos textos.

Nos exemplos ilustrados, além de diferentes ângulos serem abordados, há conexão dos resultados com a realidade brasileira, aproximação que tende a despertar ainda mais interesse nos leitores. Ao mesmo tempo, na divulgação do segundo estudo

sobre biodiversidade marinha, a primeira pesquisa sobre temática correlata é mencionada, o que parece sinalizar que esse tipo de articulação de conteúdos veiculados não só é importante, como é possível na produção jornalística impressa.

Nesse sentido, assim como ocorreu na *Rio+20*, quando fracassou a possibilidade de criação de uma legislação para os oceanos, outra iniciativa infrutífera de regulação do uso dos mares, ocorreu no Panamá, no primeiro encontro ambiental após a conferência realizada no Brasil. Conforme noticiado ⁴¹⁴, motivado por interesses econômicos e políticos, um bloco de países liderado pelo Japão, pela Noruega e pela Islândia, impediu na *Comissão Internacional Baleeira (CIB)* a criação de um santuário no Atlântico Sul.

Segundo informações das fontes entrevistadas, o governo japonês vinha investindo altos recursos financeiros em ações relacionadas à caça de baleias, por razões geopolíticas. Isso porque, caso tivessem que proteger essas espécies em seu território, certamente teriam que fazer o mesmo em relação a outras como o atum, por exemplo, o que ameaçaria à atividade pesqueira do país que é um segmento economicamente importante.

E qual a relação dessa temática sobre a realidade japonesa com o Brasil? As fontes entrevistadas também apresentaram esclarecimentos sobre essa questão ao informarem que as frotas japonesas tinham interesse em caçar baleias das espécies *jubarte* e *mink*, cujas populações estavam em recuperação no litoral brasileiro.

Até então, estimava-se que cerca de 14 mil *jubartes* passassem pela costa brasileira a cada seis meses (entre maio e novembro) quando se reproduzem. O restante do ano elas viviam nas águas geladas da Antártica, para onde retornam depois que os filhotes ficam mais fortalecidos.

Outra abordagem ⁴¹⁵ com informações esclarecedoras apresentou de forma pedagógica, uma analogia entre a proteção marinha e o desempenho escolar de países como se esses fossem estudantes. Da mesma forma, refletiu sobre a importância dos ecossistemas para as atividades humanas: Assim 171 localidades pesquisadas em relação ao tema obtiveram média 6. O Brasil alcançou a 35ª melhor nota (6,2).

Ainda foi ressaltada a relação entre a falta de engajamento pela proteção marinha e o mau desempenho frente a um dos principais indicadores de qualidade de

⁴¹⁴ *A guerra da baleia*, 04/07/2012, p.30.

⁴¹⁵ *Nota 6 em preservação marinha*, 16/08/2012, p.36.

vida globais, quando informado que os países que menos se empenhavam pela proteção dos oceanos possuíam os mais baixos resultados no contexto do *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* e estavam localizados na África Ocidental (Serra Leoa, Libéria, Gana e Guiné-Bissau).⁴¹⁶

Diferentemente de conteúdos anteriores que, em geral, reproduziram informações de estudos divulgados em publicações internacionais, sem diálogo com pesquisadores, nesta matéria cientistas envolvidos foram entrevistados pelo jornal pesquisado. O detalhe tendeu a contribuir para elevar a qualidade das informações veiculadas.

Para os cientistas envolvidos com o *Índice de Saúde do Oceano (OHI)*, em inglês) uma das grandes inovações dessa pesquisa se referia à metodologia adotada. Dentre os dez critérios de avaliação se destacavam provisão de alimentos, oportunidades de pesca artesanal e identidade local. Assim, além de consideradas características ambientais, se buscou compreender, também, como os índices interpretavam práticas sociais que se revertiam em melhoria das condições de vida da população.

Os resultados divulgados pela publicação científica também tenderam a contribuir para enriquecer a matéria no que se referiu à contextualização dos desafios que a sociedade global iria enfrentar frente à degradação ambiental dos mares e a capacidade de suporte desses ecossistemas em cenários de crescimento populacional. Assim, conforme informado, até 2050, a população global passaria de 7 bilhões de habitantes para 9 bilhões, aumentando a dependência dos oceanos para alimentação, recreação e geração de alternativas de renda.

Outro desafio envolvia a capacidade de gestão global de utilização desse tipo de análise estatística para embasar processos decisórios de avanços na proteção marinha, realidade ainda distante do nível ideal, segundo os pesquisadores.

Um dos estudiosos ressaltou a importância da identidade local, elencada entre as categorias de análise desse estudo. Nesse critério foram observadas a identificação da cultura popular com espécies da região e a criação de áreas protegidas.

Controvérsias em torno dos resultados, segundo ressaltado na matéria, foi a colocação de países como Rússia, Japão, Canadá e Noruega entre os melhores do *ranking* pesquisado. Nesse sentido, o texto trouxe uma contextualização da disputa político-econômica do Japão e da Noruega que tinham vetado naquele ano, a criação de

⁴¹⁶Os cinco melhores desempenhos reuniam três ilhas desertas no Pacífico, um arquipélago africano de 85 mil habitantes (as Ilhas Seychelles) e a Alemanha.

um santuário para baleias no Atlântico Sul, questão inspiradora da matéria mencionada anteriormente. Isso revela a importância de se estabelecer conexões, sempre que possível, entre temas afins a partir de notícias já veiculadas na cobertura jornalística.

Assim, diferentemente de outros levantamentos, o OHI buscou avaliar de forma mais integrada os benefícios verificados em relação à questão marinha e não enfocou apenas as ameaças, tendo esse diferencial também se refletido na cobertura jornalística.

Em relação ao Brasil, o país apresentava discrepâncias em relação à questão marinha, segundo uma pesquisadora entrevistada. Uma das quais se referia à nota acima da média global (3,6 x 2,4), para o quesito provisão de alimentos, mas ainda assim, considerada baixa, uma vez que uma gama de espécies sofre com a pesca excessiva.

Quanto aos pontos positivos se destacavam a presença de manguezais que contribuíram para que o país tenha sido bem avaliado em categorias como armazenamento de carbono, identidade local e proteção costeira. Segundo ressaltado, o sucesso foi verificado mesmo com o país tendo apenas 1,5% de sua zona econômica exclusiva (localizada a até 200 milhas da costa) em alguma unidade de conservação.

Com relação à baixa proteção marinha por unidades de conservação, abordada na matéria, se observa que essa seria uma oportunidade importante para se enfatizar que o Brasil, como signatário da *CDB*, havia se comprometido com a ampliação das UCs marinhas e costeiras em 2010. No entanto, a questão não apareceu vinculada ao tema nessa ou em outras matérias analisadas.

Ecossistemas sem proteção - Situação local

Em comum, as matérias mencionadas a seguir, são produzidas não somente a partir de declarações de fontes institucionais, mas também envolvem a observação direta das equipes de reportagem sobre casos de degradação ambiental e seus impactos nos ecossistemas. Conforme analisado, em conteúdos assim, além de ampliada a quantidade de “vozes”, diversificando, portanto, as percepções sobre as questões abordadas, as informações veiculadas tendem a ser mais contextualizadas. Além disso, as notícias mencionam problemas, mas também promovem o debate sobre potenciais soluções para os temas veiculados.

Assim, quase às vésperas de realização da *Rio+20*, as lagoas situadas no entorno do Riocentro, sede oficial da conferência, foram tema de reportagem que apresentou a situação desses ecossistemas, degradados pelo despejo de lixo e esgoto na cidade

anfitriã do grande evento. A equipe do jornal pesquisado percorreu os locais de barco e de helicóptero, acompanhada por um biólogo com amplo conhecimento da região, constatando a situação de poluição aparente.

Exemplos de degradação como o despejo de esgoto em canais e lagoas, as manchas de poluição no complexo lagunar e nas praias da região, além da expansão de favelas foram flagrados em sobrevoo de helicóptero. Diante da situação, a biodiversidade vinha sendo afetada, conforme o exemplo mencionado na reportagem relacionado à presença de *garças* e *biguás* em cima de sedimentos⁴¹⁷, onde deveria haver água para a manutenção dessas espécies.

Embora tenha sido afirmado por dirigente da *Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE)*, que o saneamento da região era, naquela época, muito diferente de cinco anos anteriores e que, em 2015, seriam atendidos 100% dos clientes da Baixada de Jacarepaguá, onde estão inseridas as lagoas mais poluídas, a opinião de uma parlamentar ambientalista, para quem o cenário não era tão otimista, serviu de contraponto apresentado ao texto.⁴¹⁸

Por outro lado, o despejo de esgoto voltou a ser mencionado como causador de degradação dos ecossistemas em nova reportagem⁴¹⁹ do jornal pesquisado. Dessa vez, os impactos negativos estavam afetando algumas praias consideradas “paradisíacas” em Búzios, um dos mais famosos balneários do Rio de Janeiro, onde tradicionalmente águas cristalinas costumavam permitir a visibilidade de peixes coloridos.

Além de entrevistar representantes de órgãos da gestão pública, a equipe jornalística percorreu praias e ouviu relatos de moradores que se somaram às versões das fontes oficiais.

Assim, o aprofundamento de um tema noticiado agregou mais elementos para que os leitores pudessem analisar os fatos e, também, exigirem mais transparência no acesso às informações ambientais e às soluções para os problemas da cidade relatados.

⁴¹⁷Fontes da gestão pública anunciaram na matéria mencionada que um projeto de dragagem do complexo lagunar, com recursos assegurados da ordem de R\$ 550 milhões, começaria ainda naquele ano. O objetivo seria dragar 5,6 milhões de metros cúbicos de sedimentos das quatro lagoas da região.

⁴¹⁸Para a observadora entrevistada, a coleta de esgoto ainda era considerada muito precária porque nem todos os imóveis estavam interligados à rede, à medida que esta vinha sendo implementada. Além disso, segundo denúncias recebidas, a estação de tratamento de esgoto da região estaria sendo subutilizada.

⁴¹⁹*Búzios, paraíso ameaçado pelo esgoto no mar*, 08/07/2012, p.19.

Nessas circunstâncias os meios de comunicação tendem a expressar mais claramente a sua relevância social.

Já no final de 2012, prestes a começar a alta temporada de verão, Búzios voltou ao noticiário ⁴²⁰ do jornal pesquisado. O novo enfoque foi a preocupação de ambientalistas com os riscos à biodiversidade marinha, em função do aumento excessivo de demanda turística no balneário e seus impactos associados.

Segundo informado, a motivação para promover um diagnóstico das espécies marinhas havia surgido há três anos, quando passou a ser observado na orla um aumento da aproximação de navios. A criação de uma área protegida foi mencionada como alternativa adotada para fazer frente ao problema, o que mais uma vez vem reforçar o reconhecimento da importância desse tipo de ferramenta para a conservação da biodiversidade.

Na área protegida criada, ainda segundo noticiado, estavam sendo desenvolvidas pesquisas científicas para identificar impactos causados pelas embarcações, pelo turismo sem planejamento, além de outras atividades. A partir do monitoramento da fauna e flora aquáticas, alguns sinais de degradação já estavam sendo percebidos, dentre os quais, a grande quantidade de algas verdes, indicativo de poluição orgânica.

Assim, a pesca predatória, o crescimento urbano acelerado sem infraestrutura adequada, inclusive com despejo de parte do esgoto doméstico no mar, além do turismo desordenado foram mencionados como principais ameaças à biodiversidade local.

Já o processo de crescimento urbano sem planejamento teria contribuído para o desaparecimento de espécies como o *cavalo marinho*, nas últimas décadas, conforme informado por especialista entrevistada.

Outro exemplo de agressão aos ecossistemas por conta de estilos de vida contemporâneos foi tema de matéria ⁴²¹ que informava que prestes a receber um prêmio internacional a *Prainha* havia recebido um alerta de que um teste realizado regularmente pela *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* detectara coliformes totais acima da média tolerada por 100 gramas de areia, sendo esse um indicativo da presença de fezes de animais nessa praia da zona oeste do Rio.

Segundo informado na matéria, em divulgação anterior de resultados de testes realizados, a classificação da areia da *Prainha* havia sido considerada “excelente”. Para

⁴²⁰ *O mar perdido de Búzios*, 13/12/2012, p.35.

⁴²¹ *Areia da Prainha é reprovada em teste*, 29/11/2012, p.23.

uma fonte da prefeitura entrevistada, o lixo deixado por banhistas era considerado determinante para a queda na qualidade da avaliação.

A percepção de uma fonte representante de uma Associação de Surfistas confirmou que a falta de sensibilização dos banhistas sobre os impactos que podem ser causados à natureza era uma realidade. Para o entrevistado, um dos grandes problemas ambientais do balneário se referia ao acúmulo do chamado microlixo (pequenos resíduos de papel, plástico e outros materiais).

Nesse sentido o problema tende a sinalizar com a necessidade de mais investimentos em ações educativas e de acesso à informação qualificada com intuito de promover mudança de atitudes nos banhistas. A questão, mais uma vez, sinaliza com a importância central do papel exercido pelos meios de comunicação.

9.2.1.5. Pela reação do poder público

Se por um lado sensibilizar os cidadãos para participarem de ações de conservação da biodiversidade ainda representa um grande desafio, conforme discutido no contexto desta pesquisa, por outro, é inegável que já existem segmentos sociais cientes dos principais problemas e do papel que podem desempenhar na luta por soluções de questões complexas que envolvem essa temática.

Assim, parte desse processo de amadurecimento parece já se refletir nas ações de cobrança que alguns grupos sociais vem exercendo, cada vez mais intensamente, sob o Poder Público. Esse, por sua vez, diante de demandas ampliadas tende a reagir e a implementar tanto ações pontuais, como soluções preventivas. Esse é o principal mote de publicações selecionadas, nesta categoria de análise, que sinaliza com avanços no protagonismo social, em defesa de diferentes formas de vida e de seus *habitats*.

Os fatos se transformaram em notícia, conforme discutido a seguir, embora por meio de textos, quase sempre curtos, nos quais foram reproduzidas informações de fontes representantes de órgãos da gestão pública. Nesse contexto, de que forma as soluções são veiculadas? Em geral, a criação ou a ampliação de unidades de conservação em cenários local e global tiveram a importância reconhecida. Por outro lado, obras e outros investimentos vinham sendo anunciados, como forma de melhoria das condições de infraestrutura de alguns espaços naturais, além de outras demandas

que também vinham sendo atendidas, como a apuração de denúncias e o combate aos crimes ambientais.

Via denúncias

Foi assim, que, diante de uma denúncia anônima, a *Secretaria Estadual do Ambiente*, em parceria com o *Batalhão Florestal*, fechou um galpão onde estava funcionando uma fábrica de balões, no entorno do *Parque Estadual da Pedra Branca*, zona oeste do Rio de Janeiro, considerada a maior floresta em área urbana do mundo. Segundo noticiado⁴²², além de 20 balões, foram apreendidos 50 quilos de explosivos e 20 pássaros silvestres.

Os riscos à biodiversidade e aos cidadãos, em geral, associados à soltura de balões, foram comentados por uma das fontes entrevistadas que também ressaltou serem altos os investimentos governamentais para ações de reflorestamento que tendiam a ser infrutíferas diante dos riscos associados a esse crime ambiental.

A fonte enfatizou a importância das denúncias de crimes ambientais pelo telefone divulgado na matéria, fato que, indiretamente, tendeu a demonstrar a relevância do protagonismo social na defesa dos recursos naturais e, ainda, a falta de condições dos órgãos ambientais de solucionarem isoladamente os problemas existentes.

Ainda que resumidamente, a matéria ressaltou tanto a importância da unidade de conservação como algumas das principais pressões que vinham colocando em risco os seus objetivos, dentre as quais, a expansão urbana e a especulação imobiliária.⁴²³

Três meses após a publicação da notícia mencionada anteriormente, outra unidade de conservação da zona oeste do Rio de Janeiro, a *Área de Proteção Ambiental (APA) de Gericinó-Mendanha*, foi alvo de nova operação da *Secretaria Estadual do Ambiente*.

Desta vez, segundo noticiado⁴²⁴, uma ação de retirada de trinta carcaças de carros abandonados foi motivada por denúncia de pessoas que utilizavam as trilhas da

⁴²² *Blitz ambiental fecha fábrica com 20 balões*. O Globo, 20/04/2012, p.22.

⁴²³ Após acompanhar a operação, uma fonte da gestão pública estadual anunciou a instalação de uma *Unidade de Policiamento Ambiental (UPAM)* no galpão onde funcionava a fábrica clandestina de balões. O objetivo era de intensificar as ações de fiscalização no parque.

⁴²⁴ *Estado recolhe carcaças de carros dentro de APA*, 27/07/2012, p.19.

UC, o que tendeu a ilustrar a importância da abertura dos espaços naturais para que o cidadão possa observar o que ocorre de positivo ou negativo nesses ambientes.

Pela importância ambiental da *APA* que abriga nascentes de rios que contribuem para o abastecimento de água da cidade e pela sua relevância em termos de biodiversidade, uma fonte da gestão pública estadual anunciou na matéria mencionada que a área seria contemplada com uma unidade de conservação mais restritiva (um parque estadual, que não permite ocupação), além de um posto permanente de policiamento.

Outra denúncia levou à solução de um fato curioso, ocorrido em Ipanema, zona sul do Rio. A notícia⁴²⁵ ressaltava a polêmica envolvendo a instalação de um espelho retrovisor, com parafusos, em um uma árvore de uma rua do bairro. A iniciativa partiu da administração de um condomínio local, com objetivo de ajudar os moradores a saírem do prédio, após a implantação de uma nova faixa seletiva de ônibus. Essa mudança vinha facilitando o tráfego desses veículos em alta velocidade em frente à saída do edifício.

Incomodados com a medida, vizinhos denunciaram o fato à *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* que enviou fiscais para retirarem o espelho e multar o condomínio. Irritado ao tomar conhecimento do problema, o titular da pasta afirmou em entrevista que a iniciativa representava um crime ambiental.

Segundo informado na matéria analisada, o síndico do prédio, quando procurado por repórteres do jornal, garantiu que providenciaria a retirada imediata do retrovisor da árvore e alegou não saber que esse tipo de instalação era proibido. A situação tendeu a ilustrar tanto o que pode significar a falta de conhecimento sobre o significado de crimes ambientais para o cidadão comum, como a importância do questionamento da equipe jornalística que motivou uma tomada de atitude do condomínio, antes mesmo da chegada da equipe de fiscalização municipal ao local. Além disso, a veiculação da notícia, em si, parece ter um efeito pedagógico.

Outra denúncia, desta vez envolvendo uma situação de corrupção institucional (como pano de fundo para o incentivo ao desmatamento na Amazônia) foi alvo de investigação e ação policial segundo outra matéria analisada. A notícia⁴²⁶, publicada em

⁴²⁵ *Árvore-retrovisor, crime ambiental em Ipanema*, 11/08/2012, p.11.

⁴²⁶ *PF ataca desmatamento em Roraima*, 24/05/2012, p.13.

maio, informava sobre a prisão de uma quadrilha de vinte madeireiros desbaratada em Roraima, em uma das áreas mais preservadas da floresta amazônica.⁴²⁷

Se por um lado foi preciso punir os seus próprios agentes envolvidos com casos de corrupção institucional, por outro, órgãos da gestão pública também buscaram informar à opinião pública a partir da cobertura jornalística sobre o tema⁴²⁸, que vinham atuando prontamente no combate à biopirataria, tendo multado 35 empresas em R\$ 88 milhões a partir de ampla estratégia de investigação, fruto de denúncias recebidas.

O motivo da autuação, segundo noticiado em julho, se referia à utilização pelas empresas, de recursos da biodiversidade brasileira, sem que tenha havido repartição dos lucros gerados pela comercialização dos produtos finais com as populações extrativistas, fornecedoras das matérias-primas usadas como ingredientes. Na ocasião havia sido informada a previsão de notificação de outras 65 fabricantes nesta operação.

A matéria informava que, empresas multinacionais, sobretudo dos setores farmacêutico e de cosméticos, que destacavam a origem da flora amazônica como um diferencial em suas ações de *marketing* declararam ter sido surpreendidas e consideraram arbitrária a posição do *IBAMA*. Por isso, pretendiam recorrer judicialmente já que a autuação do órgão ambiental, segundo afirmaram, não havia levado em consideração o modo como vinham apoiado as comunidades, com base na *Medida Provisória 2.186*⁴²⁹, de 2001.

Ainda foi enfatizado na matéria que, a *MP* que regulava o uso da biodiversidade, até então, daria margem a manobras e questionamentos, por meio de brechas como a falta de especificação de valores a serem repartidos. Segundo informado, o *IBAMA* recebia e apurava denúncias dos cidadãos sobre o uso de espécies da flora nativa tendo cerca de 80 espécies investigadas, das quais, *castanha-do-Brasil*, *açaí*, *guaraná* e *cupuaçu*, eram as mais frequentemente exploradas sem repartição dos lucros.

⁴²⁷ Durante a operação da *Polícia Federal*, foram presos servidores públicos das esferas federal e estadual envolvidos com denúncia de corrupção institucional. Roraima vinha despontando como líder do *ranking* de desmatamento naquele ano e, assim, com base em investigações, a PF tomou conhecimento de que os servidores antecipavam informações sobre operações de fiscalização para madeireiros daquele Estado, recebendo, para tal, recompensas em dinheiro.

⁴²⁸ *Cerco à biopirataria*, 23/07/2012, p.19.

⁴²⁹ *MP* que regulava o uso de recursos genéticos para fins de produção industrial e pesquisa científica no Brasil naquele período.

Fontes do órgão ambiental esclareceram sobre a *MP* e afirmam que os órgãos governamentais não eram contrários à pesquisa científica, mas queriam promover o uso sustentável dos recursos genéticos.

Ainda em relação à matéria analisada, são observados pequenos equívocos como o de nomenclatura da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* mencionada no texto como “conferência” e a referência ao *Protocolo de Nagoya* como uma “plataforma mundial de combate à biopirataria”, sendo que esse pacto acordado no âmbito da *CDB*, em 2010, vai além dessa missão, conforme já mencionado em capítulos anteriores desta pesquisa de tese.

Assim, é possível perceber algumas questões que emergem desse debate. Parece claro que há segmentos sociais atentos aos problemas relacionados ao acesso aos recursos naturais, exigindo do órgão ambiental um posicionamento quanto à postura empresarial quando percebem que a relação comercial com comunidades extrativistas de matérias-primas não está equilibrada.

No entanto, em se tratando de um tema de alta complexidade, ainda parecem claros os desafios para que, tanto os veículos de comunicação, como as fontes entrevistadas, possam traduzi-lo de forma adequada para a opinião pública. Esse é um aspecto que perpassa outras categorias de notícias analisadas, dentre as quais, algumas mencionadas nos tópicos a seguir.

Pelos investimentos nas “vitrines naturais”

Localidades privilegiadas pela beleza das suas paisagens, além de ambientes naturais como florestas e praias ainda bem conservados em meio às diversas pressões urbanas, receberam investimentos em 2012 em obras de melhorias, motivados principalmente pela proximidade da realização da *Rio+2*, mas também por pressões de grupos sociais defensores da natureza.

A maior parte das notícias analisadas mencionou intervenções em unidades de conservação, o que reforça a percepção do papel importante que esses espaços desempenham nas estratégias de conservação da biodiversidade, embora nem sempre essa tenha sido a questão de maior destaque nos textos.

Fontes oficiais foram, em geral, as principais entrevistadas nessas matérias que, quase sempre, focaram na reprodução de informações divulgadas pelas instituições

governamentais e se dedicaram, em grande parte, ao detalhamento dos aspectos operacionais dos projetos.

Assim, foi observado nesse tipo de matéria que os fatores ambientais tiveram pouco destaque e, quando isso ocorreu, geralmente, foi devido à relevância apresentada pelas fontes de informações entrevistadas. Essas, vale ressaltar, muitas vezes desempenharam um papel central no esclarecimento de questões que envolviam essa agenda complexa.

Em algumas situações, vale ressaltar que, notícias sobre obras de melhoria de infraestrutura não mencionaram sequer que os espaços contemplados se tratavam de unidades de conservação, como em uma matéria⁴³⁰ que anunciou a construção de um mirante para que moradores e turistas pudessem apreciar a paisagem da *Praia de Grumari*, zona Oeste do Rio de Janeiro. Segundo informado, o projeto “sairia do papel” com a proximidade de realização da *Rio+20*, beneficiando essa praia cuja beleza foi fortemente ressaltada.

Faltou, no entanto, esclarecer, que a área mencionada pertence a uma unidade de conservação, o *Parque Natural Municipal de Grumari*, criado em 2001, para conter a especulação imobiliária na região que mais cresce na cidade do Rio.

Por outro lado também foram destacadas em outra matéria analisada, ações de ordenamento que haviam começado a ser implementadas no *Parque Estadual da Costa do Sol*. Essa UC abrange municípios da Região dos Lagos, onde se concentram algumas das paisagens mais exuberantes do Estado do Rio de Janeiro e ecossistemas de grande importância ambiental.

Com base em informações divulgadas pelo *Instituto Estadual do Ambiente (INEA)* foi ressaltado que a iniciativa visava à preservação dos recursos naturais regionais, principalmente, em função do aumento do fluxo turístico no verão.

Como parte das ações do poder público, segundo noticiado⁴³¹, as equipes do órgão ambiental estadual implementariam bloqueios das entradas das vias internas, na Praia do Perú, em Cabo Frio, para evitar a destruição da vegetação nativa, além de instalarem placas com informações sobre o parque para esclarecer os visitantes.

⁴³⁰O visual de Grumari com conforto de Mirante, 13/01/2012, p.16.

⁴³¹Para preservar as praias da Região dos Lagos, 16/01/2012, p.11.

Fora isso, o destaque para outras ações desencadeadas em praias da região foi direcionado para as questões operacionais como o reordenamento e a retirada de quiosques da faixa de areia e a proibição de uso de embarcações como ponto de venda de alimentos e bebidas.

Nenhum destaque na matéria foi direcionado à importância ambiental desempenhada pela UC mencionada, ainda que a região seja uma das mais pressionadas por atividades econômicas em grande escala, dentre as quais o turismo.

Diante da proximidade da *Rio+20*, novas ações também voltaram a ser divulgadas como soluções visando à melhoria das condições de infraestrutura de praias mais visitadas em Búzios, onde uma escada foi instalada para garantir mais segurança aos frequentadores, que antes precisavam passar por um caminho escorregadio, segundo noticiado.⁴³²

Assim, a iniciativa buscava atender à demanda antiga dos turistas que reclamavam da precariedade no acesso à orla, temática central da matéria. Conforme informado, a obra fazia parte do projeto de ordenamento das praias localizadas em área limítrofe ao *Parque Estadual da Costa do Sol*. No entanto, não foram relacionadas ações anteriores realizadas no âmbito desse processo mais amplo.

Quanto à proteção da biodiversidade, foi informado, resumidamente, que a escada suspensa sobre a vegetação foi planejada de forma a não atrapalhar a circulação da fauna do parque e que outras ações implementadas tinham o intuito de recuperar parte do ambiente que havia sido degradado, incluindo a retirada de capim e plantio de espécies de árvores da Mata Atlântica.

A três meses da realização da *Rio+20*, também foi anunciado⁴³³ o início das obras de recuperação do *Parque Nacional da Tijuca (PNT)*.⁴³⁴ Sabendo da importância dessa UC, considerada uma espécie de “vitrine” turística no Rio, embora o prazo oficial das intervenções fosse de dez meses, fontes da empresa responsável pela execução dos reparos informaram na matéria analisada que a previsão era de concluir pelo menos 80% das obras a tempo da conferência.

⁴³²Uma escada para o paraíso na orla de Búzios, 21 de junho de 2012, p.22.

⁴³³Começa recuperação do Parque Nacional da Tijuca, 18/03/2012, p.19.

⁴³⁴As intervenções, segundo a notícia veiculada, começaram cerca de dois anos após as fortes chuvas que caíram no Rio (em abril de 2010) e provocaram 283 deslizamentos de terra somente no PNT, o que levou ao isolamento inédito da sua mais famosa atração turística, a estátua do *Cristo Redentor* que teve acesso interditado por duas semanas.

A maior parte do conteúdo mencionado girou em torno dos tipos de intervenções, os custos e a demora no repasse de verbas pelo Governo federal, devido a fatores como a burocracia em função das eleições naquele ano. A grande relevância ambiental dessa UC urbana, no entanto, não teve grande destaque.

Benefícios destinados às UCs no Estado do Rio de Janeiro voltaram a ter destaque no noticiário⁴³⁵ diário a partir da divulgação oficial de que cinco⁴³⁶ dos 18 parques estaduais, seriam contemplados com novas *Unidades de Polícia Ambiental (UPAMs)*, destacamentos da Polícia Militar incumbidos da segurança de áreas verdes.

A única fonte ouvida na matéria, atuante em órgão da gestão pública estadual, informou que cem homens participariam da primeira etapa do ambicioso projeto com enfoque em aumento da visitação turística e repressão aos crimes ambientais.

Vale ressaltar que, para dar andamento à nova medida de criação das UPAMs, visando à ampliação da segurança em UCs estaduais, o governo estadual havia desestruturado unidades do *Batalhão de Polícia Florestal*, causando controvérsias que mobilizariam diversos segmentos sociais (assunto discutido na terceira parte deste capítulo). O detalhe de substituição de um serviço por outro foi mencionado superficialmente.

Na mesma matéria foi informado, ainda, que havia sido publicado o decreto de criação do *Parque Estadual da Pedra Selada* com extensão de 8.036 hectares, distribuídos entre as cidades de Resende, Itatiaia e Visconde de Mauá. Essa foi uma UC criada no contexto da *Rio+20*, embora esse detalhe não tenha sido mencionado na notícia analisada.

O conteúdo do decreto também embasou a divulgação de informação de que o parque recém-criado formaria um importante corredor ecológico com o *Parque Nacional do Itatiaia*, cujas áreas florestais bem conservadas, por sua vez, contribuiriam para a proteção de nascentes de duas das principais bacias hidrográficas da Região Sudeste (Paraná e Paraíba do Sul).

Dessa forma, a matéria mencionada tendeu a repetir a fórmula de outros textos analisados, nos quais as informações ambientais, relacionadas à importância da

⁴³⁵ Estado implantará cinco Unidades de Polícia Ambiental até o fim do ano, 19/06/2012, p.17.

⁴³⁶ Ilha Grande, Pedra Branca, Três Picos (Região Serrana), Tiririca (Niterói) e Desengano (Norte Fluminense).

biodiversidade e de outros recursos naturais, em geral, somente conquistam destaque no texto quando apresentadas pelas fontes entrevistadas.

Outra questão que merece destaque nesta categoria de notícias analisadas se refere ao incentivo ao turismo em áreas naturais que, em algumas circunstâncias é estimulado a partir de obras de infraestrutura e outras melhorias, como ressaltado anteriormente, mas em outros, é mencionado como “vilão” que precisa ser contido a partir de medidas tomadas pelos órgãos da gestão pública. Esses, por sua vez, geralmente, representam as principais “vozes” consultadas.

Um exemplo em relação à dicotomia de estímulo *versus* controle do turismo é apresentado em outra matéria,⁴³⁷ na qual apenas uma fonte oficial foi entrevistada para esclarecer sobre a perspectiva de cobrança de taxas para acesso às cachoeiras localizadas em Visconde de Mauá, área fluminenses de intensa visitação turística.

O entrevistado argumentou que assegurar a sustentabilidade do turismo representava um custo e que a os cidadãos precisavam tomar consciência dessa questão. Faltaram, entretanto, contrapontos de outros interlocutores sociais ao debate dessa temática que ainda envolve muita polêmica, mundialmente.

A iniciativa anunciada foi oficializada por meio de lei, publicada no Diário Oficial naquele período, permitindo a criação das taxas em áreas conhecidas como “estradas-parque”. Os recursos financeiros arrecadados deveriam ser destinados ao *Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM)* e investidos na conservação dos parques estaduais, segundo noticiado.

A primeira unidade de conservação escolhida⁴³⁸ para ter a cobrança de taxas e controle do turismo seria o *Parque Estadual da Pedra Selada*, cortado pela RJ-163 e criado em junho daquele ano por ocasião da *Rio+20*. Conforme destacado na matéria mencionada, a UC integrava um “corredor ecológico” com o *Parque Nacional do Itatiaia* e quatro *Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)*.⁴³⁹ Embora seja considerado importante trazer essa informação ao texto, o significado dessa

⁴³⁷ *Turistas terão que pagar taxa para visitar Visconde de Mauá*, 31/12/ 2012, p.13.

⁴³⁸ A escolha do parque, conforme informado, se devia ao fato de a nova UC já estar sendo contemplada com diversas ações de conservação. Dentre as quais foram mencionadas: construção de estações de tratamento de esgoto e de passagens específicas para animais silvestres, licenciamento de aterro sanitário e destinação de recursos financeiros para a coleta seletiva de lixo.

⁴³⁹ Após iniciar a cobrança de ingresso e limitar o acesso na região de Visconde de Mauá, segundo informado, a Estrada Paraty-Cunha, que corta o *Parque Nacional da Serra da Bocaina* e passaria por obras de pavimentação, seria a próxima área contemplada com essas medidas.

terminologia que sinaliza com a busca de uma gestão integrada para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, em geral, não foi esclarecida na matéria.

Assim, na notícia mencionada que revelou indiretamente os embates entre o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e a conservação da biodiversidade, sendo, portanto, uma pauta perpassada pelos interesses de diversos segmentos sociais, prevaleceu somente o posicionamento de fontes da gestão pública. No tópico a seguir, com raras exceções, a situação se repete.

Pela criação ou ampliação de unidades de conservação

Consideradas dentre as principais ferramentas de gestão para a conservação da biodiversidade, a criação de unidades de conservação foi um tema muito presente nas matérias pesquisadas. Mas, vale ressaltar, que esse tipo de conteúdo, pela complexidade que envolve, muitas vezes deixou de contextualizar questões relevantes para o melhor entendimento dessa temática pelos leitores. Além disso, foram considerados recorrentes os erros envolvendo as diferentes categorias de manejo de UCs, além de observado que, algumas terminologias técnicas, raramente foram explicadas nos textos analisados.

Um exemplo referente à falta de contextualização do tema foi observado em matéria⁴⁴⁰ publicada em abril de 2012. No texto, com informações prestadas por apenas uma fonte da gestão pública, foi ressaltado que o governo redirecionaria a criação de unidades de conservação para o mar, em função de polêmicas em torno da questão envolvendo áreas terrestres. Com esse propósito, segundo informado, o processo de ampliação do *Parque Nacional Marinho dos Abrolhos*, na Bahia, estava em fase adiantada de estudos, até então. Mas, faltou mencionar, no entanto, quais eram as questões mais controversas relacionadas ao tema.

Por outro lado, ainda em relação a essa matéria mencionada, embora diferentes categorias de unidades de conservação tenham sido elencadas, como APAs e parques nacionais, em nenhum momento as diferenças de objetivos desses espaços protegidos foram esclarecidas. Faltou, inclusive, explicação sobre o significado da terminologia “proteção integral”, questão recorrente na cobertura jornalística analisada nesta pesquisa.

⁴⁴⁰ *Foco agora em unidades de conservação para o mar*, 29/04/2012, p.16.

Mas, diferentemente de conteúdos mencionados anteriormente, com enfoque na conservação da biodiversidade em ambiente marinho, outra matéria analisada⁴⁴¹ contextualizou algumas questões relacionadas ao problema abordado, a partir de percepções de diversas fontes entrevistadas. Assim, de forma que tendeu a ser mais pedagógica, foram apresentadas informações que podem contribuir para melhorar o entendimento dos leitores sobre a complexidade que envolve essa temática.

Nesse sentido, com base em um estudo que evidenciou a grande quantidade de espécies encontradas na Praia das Conchas (Cabo Frio, Rio de Janeiro), muitas ainda desconhecidas pela ciência, foi informado que os dados levantados por um grupo de pesquisadores serviriam para embasar o processo de ampliação de uma área protegida marinha no âmbito do *Parque Estadual da Costa do Sol*. O local seria destinado ao desenvolvimento de pesquisa científica e às atividades de turismo ecológico.

Biólogos entrevistados ressaltaram que a alta temporada de turismo na Região dos Lagos, com a chegada do verão, era considerada preocupante e requeria medidas de ordenamento. Por essa razão, foram identificadas áreas prioritárias para o projeto de estruturação do *Parque Estadual da Costa do Sol*, nas quais foram incluídas praias localizadas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Dentre as medidas adotadas foram destacadas a proibição de atividades como o tráfego de *jet-skis* e a pesca predatória. Por outro lado, seriam incentivadas práticas esportivas como canoagem, *windsurf*, além da criação de trilhas subaquáticas, atividades com perfil de turismo ecológico.

A participação de especialistas como entrevistados agregou informações que tenderam a colaborar para contextualizar, sinteticamente, os riscos que poderiam afetar a biodiversidade de áreas mais conservadas no litoral do Estado do Rio, caso medidas não fossem tomadas.

Nesse sentido foi esclarecido que as espécies estão ligadas por diferentes relações ecológicas presentes nos ecossistemas. Se a poluição atingir uma que serve de alimento para outras, e assim por diante, o resultado tende a ser um efeito em cadeia com o extermínio da maioria das formas de vida.

A questão já vinha sendo considerada preocupante globalmente, tanto que soluções nesse sentido também estavam em curso em outros países. Um exemplo mencionado, no período da realização da *Rio+20*, foi o anúncio do governo da

⁴⁴¹Secretário anuncia ampliação de área protegida no mar, 23/12/2012, p.15.

Austrália⁴⁴² de que um terço de suas águas territoriais, totalizando 3,1 milhões de quilômetros quadrados, passariam a fazer parte da maior rede mundial de proteção marinha. Ambientalistas entrevistados revelaram expectativas de que a medida divulgada incentivasse o Rio de Janeiro e outros estados brasileiros a seguirem a mesma estratégia.

A proteção de um terço das águas territoriais da Austrália era uma meta que a ONG ambientalista *WWF* perseguia há mais de 15 anos, segundo noticiado. Embora tenha sido destacada a comemoração da iniciativa por ambientalistas e, ainda, o objetivo de alcance de liderança global nesse tipo de área protegida pelo governo australiano, em nenhum momento foi informado que no âmbito da *CDB*, convenção da qual a Austrália e o Brasil são países signatários, foi acordada uma meta para ampliação das áreas protegidas marinhas.

Já no contexto da divulgação de informações sobre a criação de unidades de conservação no Rio, o tema voltou a ser notícia em função da proposta de criação de um parque, na Barra da Tijuca, zona oeste da cidade, para impedir construções no entorno da *Lagoa* e do *Canal de Marapendi*. Em matéria sobre o assunto⁴⁴³, foram destacados os riscos que ameaçavam a biodiversidade desse importante ambiente natural, pressionado principalmente pelo despejo de esgoto doméstico produzido no entorno.

Mas, vale ressaltar, ainda, que o texto não mencionou que a proposta da prefeitura envolvia uma discussão polêmica, que inclusive será abordada, posteriormente, no contexto da terceira parte deste capítulo.

Quanto à questão do despejo de esgoto, um tema de grande preocupação dos ambientalistas que vinham atuando na região, foi divulgada na matéria mencionada, uma mobilização da gestão pública para equacionar o problema desde a geração dos efluentes domésticos. O trabalho também teria como enfoque a proteção da biodiversidade.

Nessa matéria, no entanto, a produção foi além do jornalismo declaratório, fortemente presente em outras abordagens sobre o tema. Nesse caso, diferentemente, os repórteres percorreram de barco o *Canal de Marapendi* para checar a situação do despejo de esgoto. Assim, também descreveram mais amplamente o problema ambiental existente na região e discutiram potenciais soluções.

⁴⁴²Austrália cria a maior rede de proteção marinha do mundo, 15/06/2012, p.6.

⁴⁴³Proteção à vista, 28/10/2012, p.41.

Por outro lado, diante do agravamento da degradação ambiental, conforme já discutido anteriormente, diversos grupos sociais vinham demandando soluções e o Poder Público vinha adotando a criação ou a ampliação de unidades de conservação, como estratégia de enfrentamento das ameaças à biodiversidade e demais recursos naturais. Os efeitos positivos desse tipo de prática de gestão têm sido gradativamente comprovados, em diferentes biomas brasileiros.

Um exemplo nesse sentido, com destaque, principalmente, para a importância das *Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)*, outra categoria de manejo de unidade de conservação do SNUC (BRASIL, 2000), é ressaltado por ambientalista em função dos resultados positivos para deter o desmatamento no contexto da Mata Atlântica.

A análise foi apresentada em matéria publicada em maio de 2012⁴⁴⁴ que destacava o lançamento do sétimo *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*, produzido pelo *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)* e pela ONG *SOS Mata Atlântica*, com dados de 2010 e 2011

Uma das fontes atuantes no movimento ambientalista ressaltou que a Mata Atlântica representa um bioma extremamente ocupado, onde se concentram 62% da população do país, e completamente fragmentado, com mais de 500 mil trechos de floresta. Nesse cenário de inúmeras pressões foi mencionado o esforço de pequenos proprietários de terra que vinham contribuindo para proteger os fragmentos florestais ainda existentes. Nesse sentido, de 1.073 RPPNs existentes no Brasil, mais de 720 estavam inseridas neste bioma, até então, das quais 115, no Rio de Janeiro.

Outros dados divulgados tenderam a contribuir para contextualizar o tema. Segundo informado, os dois municípios brasileiros com maior quantidade de RPPNs estavam localizados no Estado do Rio de Janeiro: Silva Jardim (19) e Nova Friburgo (17). O número foi considerado uma grande conquista pela organização ambientalista, uma vez que a Mata Atlântica representa o bioma mais devastado do país e do qual, até então, só restavam 7,9% de remanescentes florestais com mais de 100 hectares (considerada área representativa para a conservação de biodiversidade).

Em linhas gerais, se percebe no conjunto de matérias selecionadas nessa categoria de análise, que há uma percepção positiva sobre o papel das UCs em apoio aos esforços de conservação da biodiversidade. Entretanto, se observa, ainda, que faltou

⁴⁴⁴ *Desmatamento cai no Rio*, 30/05/2012, p.36.

uma padronização da qualidade da cobertura jornalística sobre o tema. Assim, foram identificados textos mais fundamentados que tenderam a ilustrar mais amplamente os desafios que envolvem essa complexa temática. Enquanto em outros, como discutido anteriormente, foram percebidas lacunas que, pelo contrário, podem até mesmo dificultar a compreensão do leitor sobre esse assunto. Nesse sentido, o uso de terminologias técnicas não explicadas foi considerado recorrente no conteúdo pesquisado.

No tópico a seguir, são destacadas algumas ações da gestão pública sobre combate ao desmatamento, um dos assuntos mais presentes no contexto da cobertura jornalística sobre a pauta da conservação da biodiversidade, mas ainda muito focado na realidade da Amazônia. Apesar das limitações, seja de espaço ou de profundidade da discussão do tema, já se percebeu uma presença de viés positivo na veiculação de notícias a esse respeito. O fato chamou a atenção, uma vez que essa pauta, em geral, costuma ter enfoque negativo, ou seja, “boas notícias” não têm sido as abordagens mais presentes no *enquadramento* do assunto mencionado.

Pelo combate ao desmatamento

Embora tenha sido observado que o desmatamento de outros biomas vinha alcançando algum espaço na cobertura jornalística pesquisada, sobretudo em função da realização da *Rio+20*, é inegável que, historicamente, o tema ainda tem sido mais fortemente relacionado à Amazônia. Não por acaso, foi exatamente por esse viés que a mídia passou a dar mais atenção às questões ambientais brasileiras, na década de 1990, sobretudo a partir da *Rio-92*, quase sempre em função do crescimento das estatísticas de desmate.

Entretanto, duas décadas após àquela conferência e prestes à realização de outra, ainda que com limitações, se percebe por algumas matérias analisadas, que pequenos passos dados pelos órgãos do poder público e pelas organizações parceiras, rumo à busca de soluções para enfrentamento dessa problemática de ressonância global, passaram a ocupar mais espaço no noticiário.

Em 2012 se constatava que, em duas décadas, o desmatamento da Amazônia havia caído no Brasil. A informação estava presente em matéria analisada⁴⁴⁵, com reprodução de dados oficiais e comentário de representante da gestão pública, estratégia

⁴⁴⁵ *Amazônia: menor desmatamento em 23 anos*, 06/06/2012, p.03.

de divulgação amplamente utilizada para a veiculação do tema, conforme observado no contexto desta pesquisa.

Ainda que o tratamento editorial para o menor índice de desmatamento registrado em 23 anos, na região, não tenha parecido ao comumente dedicado aos resultados negativos, quando espaços de destaque tendem a ser ocupados, não se pode deixar de reconhecer que o tema foi tratado como notícia. Como pontos de semelhança com outras matérias sobre essa temática, se percebeu a falta de qualquer análise sobre os fatores que teriam contribuído para esse fenômeno (dessa vez com tendência de queda), bem como a “fala” de apenas uma fonte (da gestão pública).

Algumas questões, mais uma vez, emergem desse tipo de leitura: Os números divulgados teriam sido resultantes de políticas públicas implementadas? Ou devido à conjuntura econômica desfavorável às tradicionais atividades agropecuárias, consideradas as que mais vinham pressionando o fenômeno do desmatamento na região? As motivações não foram esclarecidas.

Outra questão observada é que no contexto da organização da *Rio+20*, a “fala” de uma fonte da gestão pública federal, embora tenha apresentado uma informação relevante (a taxa de desmatamento com comparativo de queda de cerca de 50% em relação à 1992, ano da realização da *Rio-92*) não gerou mais desdobramentos na notícia analisada.

Assim como em outras matérias que vinham abordando a questão do desmatamento da Amazônia, foi mencionado no texto analisado, que as informações divulgadas haviam sido consolidadas pelo *Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES)*, a partir de dados coletados por satélite durante um ano. Mas, afinal, qual o papel dessas iniciativas governamentais nos resultados que vinham sendo alcançados? O esclarecimento não consta no texto analisado.

No contexto das “boas notícias” envolvendo o tema desta categoria de análise, outra iniciativa de viés positivo foi pautada pela declaração de representante da gestão pública estadual do Pará, durante atividade da *Rio+20*, no Rio de Janeiro, de que trabalharia pelo desmatamento líquido zero, até 2020 naquele Estado. Para o alcance desse objetivo, uma das metas anunciadas incluía o replantio de árvores nativas para cada extensão de área desflorestada legalmente (destinada à construção de rodovias e outras obras de interesse público).

Como informação de contexto sobre a realidade local, a matéria⁴⁴⁶ mencionou a pecuária como uma das principais atividades econômicas realizadas em áreas desmatadas no Pará. O Estado que costumava liderar as estatísticas já somava, até então, 33 milhões de hectares desmatados.

Parte das ações de mobilização anunciadas pelo Poder Público visava à melhoria da produtividade nos pastos paraenses, onde existiam 18 milhões de cabeça de gado, até então. Para tal, a gestão pública também pretendia combater a subutilização e o abandono de terras. Da mesma forma, a fonte governamental advogava que para o enfrentamento da questão do desmatamento da Amazônia seria preciso experimentar avanços “revolucionários” com ênfase no uso do conhecimento científico e nas novas formas de gestão e governança, que permitiriam aos interlocutores dessa atividade participarem do processo de tomada de decisões.

Embora outras “vozes” tenham sido incorporadas ao debate, faltou um contraponto do movimento ambientalista sobre a percepção de um dos participantes do evento mencionado. Segundo essa fonte, as ONGs ambientalistas estariam criticando indevidamente o processo de desmantelamento das políticas públicas para a floresta, enquanto o desmatamento no Brasil caía a níveis históricos, naquela época.

Da mesma forma não se verificou na matéria mencionada, uma resposta ao questionamento de uma pesquisadora com amplo conhecimento da realidade da Amazônia que mencionava a necessidade de dados mais contundentes para que pudesse acreditar na perspectiva de desmatamento zero no Pará. Assim, não houve diálogo entre as fontes nesse caso.

Mas também foram identificadas outras matérias que mencionavam soluções para o desenvolvimento da Amazônia, a partir de uma nova ótica de responsabilidades compartilhadas entre diversos segmentos sociais na região. Com esses esforços conjuntos, o sentido vinha sendo de assegurar que atividades econômicas não continuassem sendo calcadas na lógica do desmatamento.

Um exemplo nesse sentido teve como enfoque o esforço pessoal de um procurador do *Ministério Público Federal (MPF)* no Pará, que ao sair de Brasília em 2007, rumo à região, já tinha em mente a determinação de contribuir, de alguma forma, para a redução do desmatamento da floresta amazônica, segundo matéria analisada.

⁴⁴⁶ Governador do Pará promete desmatamento zero até 2020, 15/06/2012, p. 7.

Como advogado da União, anteriormente, segundo noticiado⁴⁴⁷ o procurador percebia que menos de 0,01% das multas aplicadas pelo IBAMA vinham sendo pagas, realmente. Além dessa questão, outra constatação se referia ao fato de que 98,5% das penas vinham sendo transformadas em tarefas sociais, como doação de cestas básicas. Diante desse contexto a fonte consultada vinha pensando no envolvimento de tarefas para toda a cadeia produtiva da pecuária, uma vez que esse segmento costuma ser o primeiro a se instalar, depois da retirada das árvores de maior valor da floresta pelos madeireiros. Ou seja, é diretamente beneficiado nessas situações.

Dados de contexto histórico tenderam a contribuir para a compreensão sobre o pacto firmado, a partir de 2009, com grandes redes varejistas que comercializam carne produzida na região amazônica e que viria a ter resultados considerados positivos no processo de mudança buscado por essa liderança.

Assim, em troca de terem ações judiciais anuladas, empresas se comprometeram perante o *MPF* a não adquirir mais produtos e matérias-primas de fornecedores envolvidos com práticas de desmatamento. Assim, esse segmento deixaria também de atuar com empreendedores sem licenciamento ambiental das propriedades ou que tenham sido processados por trabalho escravo ou por invasão de áreas indígenas. Em função desse pacto, segundo informado, desde 2009 vinham sendo registradas estatísticas comprovando a queda do desmatamento no Estado do Pará.

Por outro lado, a visão de um ambientalista com amplo conhecimento da realidade amazônica,⁴⁴⁸ entrevistado durante os preparativos para a *Rio+20*, também tendeu a contribuir para a reflexão sobre os desafios que envolvem o processo de desenvolvimento dessa região, ainda desconhecida de grande parte da população, apesar da sua extensão territorial e relevância ambiental. Justamente por essa característica, a fonte de informação na matéria analisada advogava que conservá-la dependeria da ampliação do conhecimento sobre as suas reais dinâmicas e complexidade.

Além de ressaltar a necessidade de engajamento de diversos segmentos sociais para enfrentamento de questões desafiadoras na região, o entrevistado discutiu resultados que vinham sendo obtidos no combate ao desmatamento da Amazônia. Diferentemente de outras matérias que não mencionavam fatores que vinham

⁴⁴⁷*Cadeia de produção contra o desmatamento*, 07/11/2012, p. 11.

⁴⁴⁸*País deve “nacionalizar” a Amazônia*, 18/04/2012, p. 28.

contribuindo para esse fenômeno, esse conteúdo analisado apresentava uma breve contextualização da sua relação com políticas públicas dirigidas a essa temática. A fonte acrescentou, no entanto, que avanços, em geral, tendem a ser acompanhados de desafios, além de ter enfatizado que o ritmo de recuperação da natureza, ainda não conseguia acompanhar a velocidade relacionada ao processo de destruição.

Assim, com base na percepção do ambientalista entrevistado, o papel dos diversos grupos sociais em apoio à conservação da natureza tende a ser central e deve ser estimulado, inclusive pela atuação da mídia. Exemplos, nesse sentido, de fortalecimento do engajamento cidadão são discutidos no tópico a seguir, a partir de ações disseminadas na cobertura jornalística analisada.

9.2.1.6. Pelo viés do exercício de cidadania

Nesta categoria de análise se observa que o enfoque das matérias é direcionado aos grupos sociais que, de alguma forma, estão tomando à frente de projetos que visam à conservação da biodiversidade e de outros recursos naturais, sem esperar que os problemas sejam resolvidos unicamente pelo Poder Público.

Nesta retrospectiva, um exemplo de movimento de cidadania em defesa do ambiente e das práticas que envolvem a relação de um grupo social com a natureza foi notícia no jornal pesquisado. A matéria⁴⁴⁹ analisada teve como enfoque a luta de uma liderança indígena da tribo *Paiteer-Suruí*, de Rondônia, pela conservação da floresta amazônica, com apoio de novas ferramentas de comunicação digital, como *laptops*, aparelhos celulares e *GPS*, asseguradas por meio de parceria com uma grande empresa de tecnologia da informação. O texto articulou informações sobre o contexto local e os problemas que impulsionaram a busca por transformações.

O movimento de mudança começou com a oportunidade de realizar uma palestra nos Estados Unidos, em 2007, quando o líder indígena relatou os problemas socioambientais e econômicos, enfrentados pela sua tribo, e pediu ajuda aos executivos do Google. Um ano depois, segundo noticiado, por meio de uma parceria com o *Google Earth Outreach* (braço da empresa para projetos sociais) foi iniciado o fornecimento de ferramentas de comunicação programadas para monitorar a floresta e manter a tribo informada.

⁴⁴⁹ *Conectado na preservação da Amazônia*, 04/03/2012, p.14.

Há de se refletir se, por ventura, os sentimentos que moveram a parceria, ressaltados pela liderança indígena, tenderiam a inspirar outras iniciativas semelhantes. Segundo essa fonte, a decisão de usar ferramentas tecnológicas para melhorar a comunicação, monitorar as ameaças à floresta e divulgar o plano de gestão da natureza e preservação da cultura da tribo foi tomada em um cenário negativo, quando mais de 400 caminhões com madeira extraída ilegalmente saíam diariamente do território Suruí. Havia, assim, um forte desejo de mudar aquela situação que abriu caminho para ações em cooperação.

Uma fonte da empresa afirmou que a decisão de apoiar a causa da tribo foi motivada por uma imagem sobre a terra indígena cercada de desmatamento por todos os lados. Assim, para que fosse possível monitorar os limites das terras da tribo e fiscalizar a mata, a partir de ferramentas digitais, 30 pessoas foram treinadas a usar os equipamentos, passando, por exemplo, a produzir vídeos para postagem via *internet*. Além de visibilidade conquistada nos cenários nacional e internacional, segundo informado, vinham sendo alcançadas mudanças na realidade ambiental, graças a um programa de reflorestamento, cujos resultados já podiam ser percebidos pelas imagens por satélite.

Com a proximidade da realização da *Rio+20*, a liderança indígena mencionada voltou a ter a sua história pessoal contada em outra entrevista especial⁴⁵⁰ pela qual relatou a experiência de liderar um conjunto de ações de desenvolvimento local com enfoque na conservação da floresta, no longo prazo.

Embora não tenha detalhado a questão, ao ser indagado sobre o que foi necessário para que a sua tribo pudesse atingir um novo patamar de organização, a liderança indígena mencionou o respeito às políticas públicas dentre as estratégias adotadas.

Quando questionado se o modelo adotado era considerado inovador e o porquê, a liderança afirmou que um dos avanços da estratégia era contribuir para mudar formas de visão sobre as perspectivas de desenvolvimento indígena, evidenciando, dessa forma, que avanços são possíveis a partir de ações planejadas com base em pactos sociais estabelecidos coletivamente.

Vale ressaltar que, também foi a partir de um pacto firmado no âmbito de um grupo social, que uma mudança de realidade foi alcançada há sete anos, no Vidigal,

⁴⁵⁰ ‘*Usamos GPS para trabalhar, estudar e conservar a floresta*’, diz líder indígena, 18/06/2012, p.9.

comunidade da zona sul do Rio de Janeiro, onde um parque ecológico foi criado pelos moradores em uma área ocupada, anteriormente, por um grande depósito de lixo. A experiência de organização popular, em prol da melhoria das condições ambientais locais, foi destaque em matéria analisada⁴⁵¹, na qual uma equipe de reportagem narrou a visita ao ambiente revitalizado.

Segundo informado, mesmo sem conhecimento técnico de jardinagem, um grupo de dez moradores voluntários conseguiu transformar o espaço de 300 metros quadrados que passou a ser usado como área de lazer. Após a realização de mutirões de limpeza e plantio de árvores nativas da Mata Atlântica, algumas espécies de pequenos animais, além de pássaros, começaram a ser vistos com frequência no local.

No período da *Rio+20* o ambiente ganhou fama, sendo visitado por brasileiros e estrangeiros motivados com a mudança promovida na localidade. Criadores da experiência também passaram a apresentar palestras no período da conferência para explicar como promoveram o engajamento para uma causa ambiental de interesse coletivo.

Outro exemplo de movimento de cidadania, desta vez tendo como motivação a sensibilização pública em prol de uma espécie da biodiversidade marinha, foi o lançamento de uma campanha pela preservação das toninhas pelo jornal *O Globo*⁴⁵², em abril de 2012, no contexto de ações preparatórias da *Rio+20*. Denominada de “*Quero ver toninha*” essa iniciativa buscou despertar o interesse dos leitores para a causa desse golfinho, considerado o mais ameaçado do Brasil, por fatores como a poluição e a pesca acidental.

O trabalho foi desenvolvido com apoio de ONGs, instituições de pesquisa e empresas tendo sido considerado por um especialista em fauna marinha como a primeira campanha de longo alcance realizada com objetivo educativo envolvendo essa espécie.

Para ampliar a quantidade e a qualidade de informação técnica e também de curiosidades sobre a espécie, a campanha educativa passou a ocupar espaço, primeiramente no jornal e pelo site (<http://www.ensp.fiocruz.br/toninha/>), criado pela *Escola Nacional de Saúde Pública*, vinculada à *Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ)*.

⁴⁵¹ *Um oásis verde que veio do lixo*, 27/05/2012, p.17.

⁴⁵² *O Globo lança campanha pelas toninhas*, 22/04/2012, p.46.

A partir do final de abril, atividades como a confecção de cartazes com mensagens educativas foram abertas à participação dos leitores do jornal. Em junho, já durante a *Rio+20*, o trabalho selecionado participou de uma exposição⁴⁵³, cuja temática central foi *sustentabilidade e design* e onde esteve exposta a produção de 30 artistas gráficos de vários países.

No período da conferência também foi lançado um jogo virtual no *website* do jornal cujo desafio para os internautas era identificar e livrar a *toninha* de ameaças. Também foram realizadas ações educativas com objetivo de prevenir o descarte de lixo nas praias. Uma executiva do veículo destacou, em matéria analisada, o comprometimento da organização jornalística com a valorização da cidade e de seus ambientes naturais.

Em junho, já durante a realização das atividades da *Rio+20* uma fonte da *Secretaria Estadual do Ambiente* anunciou, segundo matéria publicada⁴⁵⁴, que motivado pela campanha desenvolvida pelo jornal, o *Ministério do Meio Ambiente* já estava estudando a ampliação do *Parque Nacional de Jurubatiba*, Região Norte Fluminense, em até 15 quilômetros, envolvendo a área costeira para assegurar mais proteção e garantir a presença dessa espécie no longo prazo.

Outros dois exemplos presentes em matérias analisadas tiveram como enfoque a ação promovida por grupos sociais preocupados em dar alguma contribuição à conservação da biodiversidade. Um deles tinha como alvo, uma unidade de conservação: Trata-se do *Mutirão de Voluntários do Parque Nacional da Tijuca*, que desde 2003 vinha reunindo pessoas para atuarem em tarefas cotidianas como a manutenção de trilhas usadas tanto por moradores da cidade como por turistas.⁴⁵⁵

Apoiadores da iniciativa destacaram a importância do movimento. O trabalho estava na 90ª edição e com quase 30 mil horas de atividades registradas, até então. A ação vinha sendo realizada uma vez por mês, reunindo, em média, 50 voluntários, por mutirão.

Já o outro exemplo a destacar se refere à iniciativa de um grupo anônimo de artistas que escolheu um modo inusitado de chamar atenção da sociedade sobre o uso

⁴⁵³ *'Quero ver toninha' tem seu vencedor* 17/06/2012, p.10.

⁴⁵⁴ *MMA estuda ampliação do PN de Jurubatiba*, 13/06/2012, p.09.

⁴⁵⁵ *Uma força para o verde*, 27/08/2012, p.9.

indiscriminado da terminologia “sustentabilidade” por corporações privadas. Segundo os articuladores, se percebia uma por parte dessas organizações, não uma real preocupação em inserir o conceito às suas práticas, mas sim, um objetivo de lucro a partir da sua apropriação em discursos “vagos”.

Segundo noticiado⁴⁵⁶, o ato reflexivo de instalação de placas em árvores do Rio, movimento que vinha intrigando vários segmentos sociais da cidade, à época, envolvia a ação de uma organização artística. Para incentivar o debate sobre o tema, o grupo também havia criado um *website* para uma empresa fictícia de venda de madeira, cujo lema era “desmatamento com sustentabilidade”.

Conforme noticiado, a equipe de reportagem manteve contato com integrantes do grupo e as razões da mobilização foram esclarecidas. O trabalho, segundo informado, teve como enfoque o estímulo ao lançamento de questionamentos e reflexões sociais sobre as ações de *marketing* praticadas por empresas a partir do conceito de sustentabilidade.

A *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*, no entanto, repudiou a iniciativa e uma fonte ligada ao órgão anunciou por meio da matéria publicada que puniria os responsáveis pelas instalações, uma vez que considerava que existem outras formas de promover arte e movimentos de protesto. O caso seria enquadrado como crime ambiental, segundo informado.

Entende-se que não cabe a esta pesquisa fazer um juízo de valor sobre a iniciativa, se o grupo agiu certo ou errado na sua estratégia. A intenção é unicamente ressaltar que, independentemente do mecanismo adotado, a proposta de levar os cidadãos a refletirem sobre as questões de grande importância para a conservação da biodiversidade também pode ser objeto de disputa de poder por diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, mais uma vez se percebe que, diversos grupos sociais tendem a avançar à medida que alguns segmentos buscam, cada um a seu modo, discutir problemas e soluções sobre essa temática, a partir de diferentes pontos de vista.

Os veículos de comunicação, por sua vez, ao captarem novas e antigas demandas sociais, ainda que controversas, tendem a ampliar o debate quando oferecem oportunidade de diálogo para que as partes envolvidas possam se expressar. Mas, diante

⁴⁵⁶ *Placas em árvores são arte, dizem autores*, 09/08/2012, p.22.

dos problemas ambientais que também se agravaram nas últimas décadas, que rumos esse movimento em prol da conservação da biodiversidade poderia tomar?

Entende-se que, para que outras respostas sejam agregadas a essa questão complexa, a temática precisa ser acompanhada, monitorada e desdobrada em novos estudos que objetivem investigar essa e outras abordagens.

Isso pois, como ocorre em todo processo, inclusive de evolução social, há avanços que andam lado a lado aos recuos, retrocessos e outros movimentos desafiadores que precisam ser identificados e discutidos amplamente e permanentemente.

Seria esta uma sinalização de evolução tanto do sentido de mobilização pela via do exercício de cidadania, como de avanço na cobertura jornalística, ao captar e traduzir para a opinião pública esse movimento identificado no Brasil?

E quanto aos exemplos discutidos anteriormente, de reação do poder público às pressões sociais por soluções para os fatores de risco à conservação da biodiversidade, esses tenderiam, também, a ser parte de um movimento de evolução em curso?

Nesse sentido, se a cobertura jornalística é capaz de influenciar a percepção da opinião pública a partir do que é *enquadrado* como mais importante no noticiário, como advoga Entman (1993), os exemplos de protagonismo social, uma vez disseminados como notícias, tenderiam a inspirar outros movimentos, bem como retroalimentá-los?

Como não há respostas precisas para essas e outras questões que emergem dessa leitura crítica, se considera que o mais importante é seguir essa trilha interpretativa em busca de elementos que contribuam para identificar possíveis tendências e, ao mesmo tempo, lançar novas reflexões a esse debate complexo, à luz dos eixos teóricos norteadores desta pesquisa.

Nessa retrospectiva, vale ressaltar, que no capítulo apresentado a seguir, outras discussões são apresentadas, pela perspectiva de como se expressam as controvérsias sobre a conservação da biodiversidade na cobertura jornalística pesquisada. Nesse sentido, a análise crítica proposta busca lançar outros olhares a esse debate complexo.

9.3.A cobertura jornalística sobre controvérsias na agenda da conservação da biodiversidade: inspirações da *Teoria Ator-Rede*

A natureza reúne os não humanos separados dos humanos; a sociedade separa os humanos dos não humanos. (LATOUR, 2012, p.236)

Nesta terceira parte do capítulo de resultados da pesquisa de tese foram identificadas 13 controvérsias que se desdobraram a partir de 37 matérias analisadas em 2012. Os textos mapeados foram divididos em três categorias analíticas: 1) Infraestrutura *versus* conservação da biodiversidade, 2) Conservação da biodiversidade *versus* infraestrutura e 3) Conservação da biodiversidade *versus* decisões do Poder Público.

Assim, primeiramente, se apresentam as matérias jornalísticas que informaram sobre ações de mobilização para impedir que projetos de infraestrutura degradassem ambientes naturais considerados relevantes. Nesses casos, as dinâmicas sociais, denominadas por Latour (2005, 2012) de *associações*, se formaram em busca de respaldo do Poder Público, para evitar que determinados empreendimentos fossem implementados.

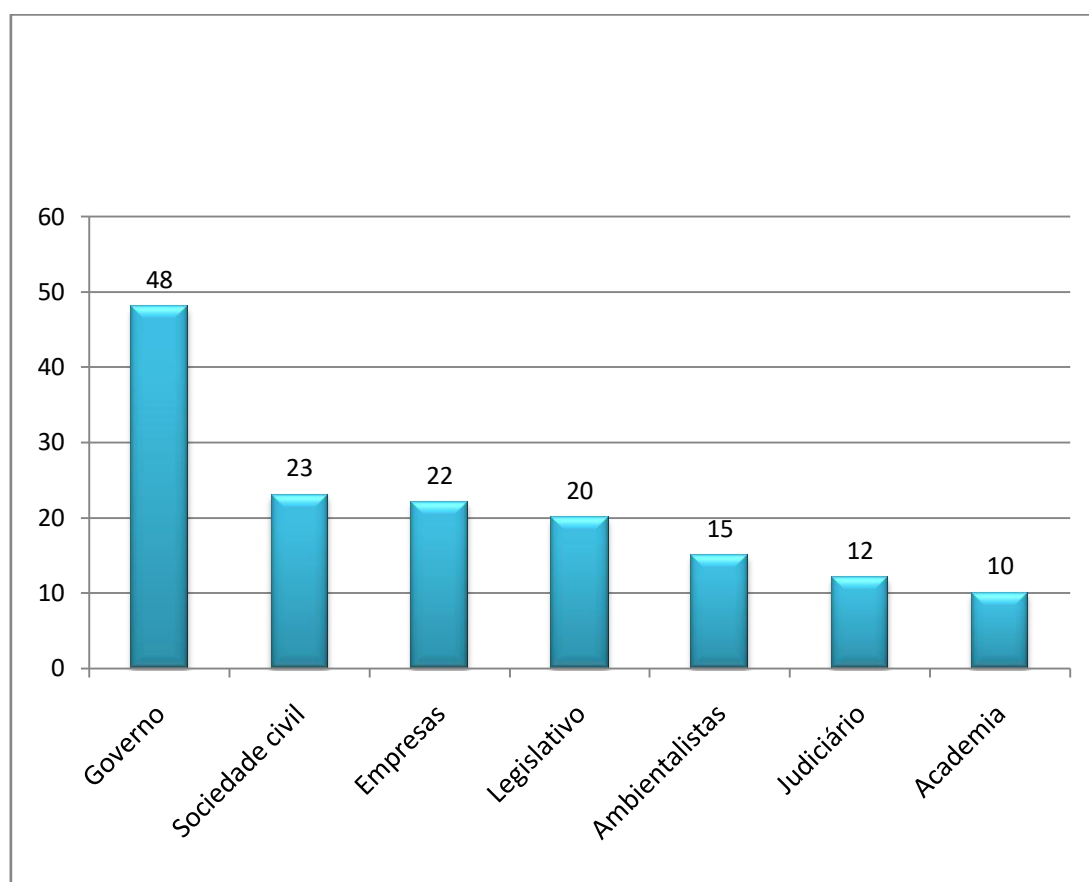
Em seguida, são veiculadas informações sobre situações em que o Poder Público foi confrontado pelas *associações* que, nessas circunstâncias, se formaram com intuito de evitar que a implementação de medidas previstas na legislação ambiental em vigor, impedissem o andamento de atividades de infraestrutura já estabelecidas.

Já na terceira categoria de análise, as controvérsias motivaram *associações* que se estabeleceram contra decisões do Poder Público. Mas dessa vez, para evitar que se confirmassem ações consideradas de risco à conservação da biodiversidade, dentre as quais, a “desconstrução” de instrumentos, leis e políticas em vigor, em favor de interesses envolvidos com a implementação de projetos de infraestrutura.

Assim, nas três categorias, o Poder Público esteve no centro das controvérsias, como aliado ou adversário, em causas que envolveram a complexa relação sociedade-natureza. Nesse movimento, em diversas circunstâncias, conforme discutido, o veículo de comunicação pesquisado, não somente sinalizou como, também reforçou, a sua própria capacidade de promover mudanças, ou seja, assumiu a posição de *actante*, na perspectiva de Latour (2005, 2012).

Conforme se observa, a partir dos fatos apresentados a seguir, ainda que a presença de fontes governamentais tenha sido preponderante, interlocutores de outros segmentos sociais também participaram das discussões no contexto das controvérsias mapeadas, o que tendeu a ampliar a visibilidade de outras “vozes”, além das manifestações “oficiais” da gestão pública.

Figura 4: Síntese de fontes de informações nas matérias sobre controvérsias em 2012 (Nº por segmento social)



Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2016)

9.3.1. Infraestrutura *versus* conservação da biodiversidade

Criar ou ampliar condições de infraestrutura para atender às demandas de diversos segmentos socioeconômicos tendem a provocar grandes impactos nos ecossistemas naturais, às espécies que deles dependem e também às relações de interdependência ecológica que sustentam essas redes formadas por inúmeras formas de vida. São exemplos, nesse sentido, as instalações de empreendimentos energéticos,

complexos hoteleiros e habitacionais, projetos de logística de transporte e escoamento de mercadorias, dentre tantas outras modalidades. Assim, nas controvérsias analisadas, a seguir, são apresentadas as discussões que se formaram quando grupos sociais contrários à implementação desses projetos ocuparam espaço na cobertura jornalística para defenderem seus pontos de vista.

9.3.1.1. Mobilização pela proteção da Praia de Jaconé e contra a construção do Porto em Maricá

De um lado ambientalistas e representantes de associações de moradores se posicionaram contrários ao projeto *Terminais Ponta Negra (TPN)*, anunciado para a Praia de Jaconé, em Maricá, Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, como um dos maiores portos do país. De outro, gestores públicos defendiam o empreendimento como gerador de novos empregos e pareciam minimizar potenciais impactos ambientais que esse tipo de operação poderia causar à região, considerada por ambientalistas pela grande relevância no processo de reprodução de *baleias*, *golfinhos* e outras espécies marinhas.

Assim, a partir da publicação de matérias sobre o tema em janeiro⁴⁵⁷ e em abril de 2012, parecem claros os “jogos” de forças políticas que mobilizaram diversos interesses em torno de uma ampla controvérsia, cujo eixo central era a proteção da praia e da sua biodiversidade.

Na primeira matéria publicada sobre o tema se observa que, enquanto alguns grupos sociais tentavam evitar a construção do empreendimento, sob alegação dos seus potenciais impactos ambientais, a empresa de engenharia responsável pelo projeto portuário afirmava que um dos grandes diferenciais dessa iniciativa se referia à tecnologia de última geração contra vazamento de óleo que seria utilizada. Outra vantagem mencionada envolvia o atendimento à demanda do mercado frente à falta de espaço disponível para infraestrutura de logística portuária.

Enquanto o empreendedor discordava das preocupações de diversos segmentos sociais sobre os potenciais riscos ambientais associados ao projeto e afirmava que esses não existiam, fontes da gestão pública municipal ressaltavam que a obra geraria novos empregos e traria novas perspectivas econômicas, incluindo negócios em turismo.

⁴⁵⁷ Maricá terá megaporto de R\$ 5 bilhões até 2015, 14/01/2012, p.29.

Por sua vez, fontes do governo estadual sinalizavam com apoio à iniciativa e advogavam que um “paraíso”(Angra dos Reis, onde existe um grande porto para atender principalmente ao segmento de petróleo) poderia até ser poupado, caso o projeto de Maricá viesse a ser concretizado.

Por outro lado, uma fonte ambientalista alertava que aquela localidade era considerada de grande relevância para a reprodução de algumas espécies marinhas, incluindo baleias. Principalmente por essa razão, essa especialista opinava que a instalação do empreendimento deveria ser repensada.

Embora várias fontes tenham sido consultadas, em linhas gerais, se observa na primeira matéria sobre o tema que a discussão noticiada tendia a deixar algumas dúvidas para o leitor, como: Tais impactos seriam realmente significativos para a biodiversidade? Esses poderiam ser evitados com o uso de tecnologias inovadoras, ou compensados? Esse tipo de questionamento, entretanto, não foram amplamente problematizados no texto mencionado.

9.3.1.2.Uma controvérsia motiva outra: prós e contras envolvem o Porto de Maricá e o Porto de Angra dos Reis

Três meses depois da publicação mencionada anteriormente, as controvérsias continuavam marcando a proposta de construção do *Porto de Maricá*, segundo noticiado em outra matéria veiculada.⁴⁵⁸ Dessa vez, os ambientalistas, preocupados com os potenciais danos que poderiam ser causados às praias da região e à biodiversidade, estavam mais fortemente envolvidos no centro das discussões.

A polêmica, entretanto, foi além da esfera ambiental e, envolveu, ainda, uma questão econômica que mobilizou diversos grupos sociais do município fluminense de Angra dos Reis, temerosos quanto à perspectiva de perda de receita, caso vingasse o projeto do Porto de Maricá. Nesse caso, foi possível perceber como uma controvérsia deu origem a outra.

Segundo noticiado, ambientalistas, moradores, veranistas e surfistas, contrários ao projeto do porto, decidiram protestar organizando “um abraço simbólico na praia”, considerada “berçário” de baleias e golfinhos. O movimento levava a crer que os

⁴⁵⁸Projeto de porto em Maricá causa polêmica, 06/04/2012, p.18.

argumentos de que o projeto teria altos investimentos em tecnologia moderna, contra vazamento de óleo, não vinham conseguindo convencer o público que se mantinha contrário ao empreendimento pelos potenciais riscos que poderiam ser causados à biodiversidade.

Mas não foram somente as questões ambientais que mobilizam diferentes atores e suas redes, como ilustrado pela notícia publicada. Nesse caso, foi possível observar, por exemplo, que as forças políticas entraram em confronto em função de potenciais perdas econômicas associadas ao novo projeto portuário.⁴⁵⁹ Assim, pareceu clara a capacidade de mobilização de determinadas redes, em defesa de interesses de grupos sociais com amplo poder de influência nos processos de gestão.

A matéria mencionada também tendeu a sinalizar que existia um jogo de força política em defesa da *Baía da Ilha Grande (BIG)*, da qual fazem parte os municípios de Angra dos Reis, Paraty e parte de Mangaratiba, ao informar que a *Secretaria de Estado do Ambiente* não pretendia permitir a duplicação do terminal portuário de Angra dos Reis. Esse órgão da gestão pública advogava ser imprescindível impedir a degradação da BIG, considerada a baía mais preservada do Estado do Rio de Janeiro.

Também foi informado que representantes da gestão pública de Maricá vinham defendendo o projeto do porto local como uma solução à situação de desemprego da cidade. Nesse sentido, a própria prefeitura teria procurado investidores para erguer o empreendimento. Assim se percebe que, de um lado, a gestão pública estadual defendia a conservação ambiental, e que, de outro, a esfera local exercia o seu poder de articulação para mobilizar uma rede também em prol dos interesses econômicos.

Vale ressaltar que, ainda que o *Estudo de Impacto Ambiental* do projeto não estivesse pronto, até então, um gestor público entrevistado afirmava que o litoral de Maricá não sofreria danos com o empreendimento, além de negar que Jaconé fosse “berçário” de baleias e de outras espécies marinhas.

Nesse caso, do ponto de vista jornalístico, parece que o ideal seria consultar estudiosos no tema da conservação biodiversidade para apresentar um contraponto em relação às observações de fontes de informações não especializadas em questões ambientais. No entanto, isso não foi observado nas matérias mencionadas, ainda que diferentes pontos de vista tenham sido apresentados nos textos analisados.

⁴⁵⁹ Temendo prejuízos causados pelo projeto do Porto de Maricá, representantes de organizações sociais de Angra dos Reis lançaram o movimento “*O Tebig é nosso*”. A mobilização, segundo informado, foi apoiada por lideranças políticas que buscaram mobilizar moradores, empresas, associações e outros atores locais.

9.3.1.3. Condomínio residencial é reconhecido como uma ameaça a manguezal

O *Mangue de Pedra*, como ficou conhecido, na Praia Rasa, em Búzios, litoral do Rio de Janeiro, motivou uma controvérsia ao ser reconhecido como alvo de grandes impactos ambientais, em decorrência de um projeto de construção de um condomínio residencial planejado para ocupar um terreno naquela localidade. O empreendimento com previsão de construção de 221 casas, já aprovado pela Prefeitura, naquela época, tornou-se alvo de protesto de moradores e organizações sociais locais, segundo matéria publicada em janeiro de 2012.

Enquanto para a Prefeitura o projeto atendia à legislação local, organizações sociais da cidade discordavam dessa afirmativa.⁴⁶⁰ Uma das alegações presentes nessa controvérsia foi de que o projeto estaria em desacordo com as regras do *Plano Diretor*, sancionado em 2006, para áreas de preservação (nas quais se inserem os manguezais).

Representantes da gestão pública municipal afirmaram que o *Plano Diretor* não impedia a construção em áreas de preservação, embora com limites mais rigorosos do que em outras localidades (no Mangue de Pedra poderiam ser ocupados apenas 5% do terreno, o que significava a construção de, no máximo, oito casas). Entretanto, conforme noticiado, foi argumentado que as exigências foram cumpridas e que o condomínio havia sido licenciado para ocupar um trecho do manguezal já degradado.

Mas, especialistas entrevistados chamaram a atenção para outros detalhes relacionados ao projeto. Dentre os quais, a falta de conhecimento sobre o *Mangue de Pedra*, até mesmo entre os próprios moradores. Por isso, foi informado que geólogos da *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)* estavam preocupados com os poucos estudos sobre esse ecossistema e, ainda, com potenciais riscos provocados pela construção que pudessem alterá-lo.

Algumas particularidades que tornam esse ambiente único foram trazidas à cobertura por especialistas, incluindo uma professora do *Departamento de Geologia da UFRJ* que afirmou ser aquele o maior mangue do seu gênero no Brasil e que a área precisava ser preservada. Qualquer construção no local, para o qual a instalação do condomínio foi prevista, impermeabilizaria o solo, o que afetaria o fornecimento de água doce para a vegetação. Assim, foi alertado que, antes de as obras serem autorizadas, a área deveria ter sido estudada mais amplamente.

⁴⁶⁰ *Condomínio em Búzios pode ameaçar mangue*, 23/01/2012, p.11.

Enquanto especialistas no tema ressaltaram a fragilidade do ecossistema em discussão, uma fonte de informação da gestão pública municipal afirmou que a construção do condomínio não representava uma ameaça ambiental. Pode-se observar nessa controvérsia, também, a busca de isenção de alguns representantes de órgãos públicos, em relação os processos de tomada de decisão por gestores anteriores, sobretudo em relação ao licenciamento do empreendimento.

As discordâncias entre fontes da gestão pública também pareceram evidentes na matéria mencionada. Um ex-gestor da área ambiental, por exemplo, considerava que o manguezal deveria ser mantido intacto e opinou que, naquele período, não havia na administração local a cultura de se preservar a cidade, como ocorria na década de 1990, quando a proposta para Búzios era ter uma política de controle do adensamento populacional. Nesse sentido, segundo informado, outros projetos foram apresentados para a área do *Mangue de Pedra*, mas sempre foram negados na esfera municipal.

Uma fonte representante da empresa responsável pelo projeto afirmou que as preocupações em relação ao mangue eram infundadas. Conforme opinou, o condomínio garantiria a preservação do ecossistema, evitando a “favelização” local, como havia acontecido em outros pontos da Região dos Lagos. Como contrapartidas ambientais, o empreendedor se comprometeu a construir em menos de 5% da área e também em um trecho que já estava degradado.

Apesar de todas as argumentações, diante da continuidade do acirramento das controvérsias sobre o tema, representações sociais locais ingressaram na Justiça contra a construção do empreendimento. Conforme informado, a matéria veiculada em 23 de janeiro de 2012 pelo jornal pesquisado, havia sido usada para embasar a abertura de inquérito pelo *Ministério Público Estadual* com intuito de apurar irregularidades no processo de licenciamento ambiental do condomínio em Búzios.

Nessa circunstância, cabe ressaltar que o papel de relevância como *ator-rede* exercido pela imprensa é simbolizado por meio dessa informação sobre o embasamento judicial, a partir de uma notícia publicada no veículo de comunicação pesquisado.

Segundo noticiado pela nova matéria analisada sobre essa controvérsia⁴⁶¹, uma juíza da 1ª Vara de Búzios, havia deferido uma liminar suspendendo as obras do condomínio. Assim, mesmo diante dos argumentos da empresa responsável pela execução do projeto e da prefeitura de que o empreendimento estava de acordo com a

⁴⁶¹*Suspensa obra de condomínio em Búzios*, 29/05/2012, p. 16.

legislação ambiental e urbanística, na sentença proferida foi ressaltado que nenhum estudo sobre as águas subterrâneas havia sido apresentado.⁴⁶²

Como repercussão da ação judicial, fontes ligadas à empresa responsável pelas vendas dos imóveis do condomínio voltaram a afirmar que o empreendimento atendia a todas as exigências legais ambientais e urbanísticas. Já uma representação da gestão pública local ressaltou que o município iria recorrer para que as licenças emitidas continuassem válidas, uma vez que o projeto imobiliário estaria de acordo com a legislação vigente.

Além de voltar a ser destacado na matéria que o *Mangue de Pedra* era considerado um ecossistema raro, alimentado por água doce infiltrada no solo dos terrenos onde se pretendia construir o condomínio, ainda foi enfatizado que o local também abrigava espécies endêmicas e ameaçadas de extinção da Mata Atlântica. No entanto, não foi mencionada nenhuma, especificamente.

Conforme identificado nessa pesquisa, a busca por respaldo judicial pareceu representar um elemento chave, quando grupos sociais, ainda que tenham se mobilizado e trazido questões polêmicas para o debate público, não haviam conseguido solucionar os principais pontos de divergências. Tais situações tenderam a reforçar, uma vez mais, a complexidade que envolve a relação sociedade-natureza e, ainda, o papel dos veículos de comunicação no esclarecimento da opinião pública nessas circunstâncias.

9.3.1.4. Lodo dragado da Baía de Guanabara pode impactar as Ilhas Cagarras

Em prol da conservação dos recursos naturais, com ênfase na biodiversidade presente em áreas consideradas estratégicas para o alcance desse objetivo, a busca por apoio do poder Judiciário tem sido uma alternativa encontrada pelas *associações* formadas por organizações sociais e ambientalistas em situações consideradas de risco ambiental. Movimentos nesse sentido foram apresentados em matéria publicada em janeiro de 2012⁴⁶³, na qual se informava que o *Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro* tinha exigido a interrupção de emissão de novas licenças pelo *Instituto*

⁴⁶² Contrariando afirmativas de fontes entrevistadas, também foi enfatizado pela juíza, que o empreendimento estava em desacordo com o *Plano Diretor de Búzios*. Por outro lado, foi esclarecido por uma fonte do *Ministério Público*, que o objetivo da medida para paralisar as obras foi preservar a área até que fosse interposta a ação principal, determinando a anulação das licenças concedidas pelo *Instituto Estadual do Ambiente (INEA)* e a *Prefeitura de Búzios* para a construção do empreendimento.

⁴⁶³ *Ministério Público questiona descarte de lodo retirado da Baía*, 22/01/2012, p.19.

Estadual do Ambiente (INEA) para obras de dragagem de lodo na *Baía de Guanabara*, pelos impactos que essa atividade estaria provocando em áreas de grande relevância ambiental.

Os riscos, segundo informado, estariam associados ao grande volume de resíduos que seriam retirados do fundo da *Baía de Guanabara*, estimados em 7,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos, até 2015. Embora fontes do órgão ambiental tenham afirmado que todo o material retirado vinha passando por tratamento antes de ser despejado, haviam inúmeras reclamações de pescadores sobre a redução de cardumes e também de aumento da presença de lixo no mar.

Assim, o risco associado a uma unidade de conservação de grande importância ambiental (*Monumento Natural Marinho das Cagarras*) foi trazido ao centro do debate, envolvendo diversos grupos de interesse. Segundo noticiado, técnicos do *MP* constataram irregularidades na gestão ambiental dos descartes de material dragado. Sob a liderança da *5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Meio Ambiente*, foi identificado que, primeiramente, o lodo era despejado num “ponto de descarte C”, a dez quilômetros da entrada da baía e a cerca de oito quilômetros das *Ilhas Cagarras*.

Como o arquipélago foi transformado em *Monumento Natural Marinho*, em 2010, o chamado “bota-fora” foi levado 3,8 quilômetros mar adentro, pelo *INEA*, com a criação do “ponto de descarte D”, mas em caráter emergencial, até que estudos indicassem outro local seguro.

A diretoria do órgão ambiental informou que estava em estudos um ponto de despejo dos sedimentos que atrapalhasse minimamente a atividade pesqueira. No entanto, seria preciso garantir que o material chegasse ao local definido, uma vez que se fosse muito distante, havia risco de não ser respeitado pelas empresas e não seria possível destacar fiscais para vistoriar o percurso. Nesse caso, se o próprio Poder Público assumiu a incapacidade de coibir irregularidades que por ventura viessem a ser cometidas, uma questão que emerge dessa leitura parece ser, a quem recorrer? Tal questionamento, entretanto, não foi apresentado na matéria analisada.

Apesar da mensagem tranquilizadora de alguns especialistas⁴⁶⁴ que confirmaram o cumprimento de exigências ambientais no processo de descarte dos resíduos,

⁴⁶⁴Pesquisadores da UFRJ acompanharam o processo de despejo de sedimentos entre fevereiro de 2010 e setembro de 2011, quando foram lançados 4 milhões de metros cúbicos no ponto C. Segundo informaram não havia motivo para preocupação, uma vez que o material tóxico retirado (resultado de acúmulo de metais pesados no fundo da Baía) vinha sendo isolado em recipientes e usado em aterros.

integrantes de uma colônia de pescadores de Niterói afirmaram que vinham percebendo impactos das obras de dragagem na *Baía de Guanabara*, incluindo mais turbidez na água e destruição de sítios de pesca. Foi mencionado que uma gruta local que tinha água cristalina, antes dessas obras, naquele período já estava completamente turva e não permitia mais a renovação do pescado.

Já integrantes de uma colônia de pescadores da zona sul do Rio declararam que percebiam impactos causados às áreas pesqueiras, como a presença de lama e lixo nas redes, que creditavam ao processo de despejo do material da dragagem.

Representantes do *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)*, órgão responsável pela gestão das unidades de conservação federais, informaram que vinham acompanhando as denúncias de degradação ambiental relacionadas ao projeto de dragagem de sedimentos da *Baía de Guanabara*.

Conforme esclarecido por fontes entrevistadas, como a licença ambiental para os serviços de dragagem haviam sido emitidas anteriormente à criação do monumento, em 2010, o correto seria a realização de um licenciamento corretivo. Assim, o órgão poderia solicitar estudos técnicos, além de analisar locais mais adequados para despejo dos sedimentos. Mas se esse era o melhor caminho a ser adotado nesse caso, por que esse tipo de direcionamento não foi indicado pelo órgão federal? Entretanto, não foi apresentado nenhum tipo de contraponto, nesse sentido, no texto analisado.

Por outro lado, dois biólogos ligados a universidades do Rio de Janeiro consideraram que o ideal seria despejar o lodo num fundo de areia, de forma a alterar minimamente o ecossistema, além de alertarem para a importância da realização de mais estudos técnicos sobre os pontos de descarte de sedimentos.

Na mesma edição⁴⁶⁵, foi destacado que golfinhos *flipper*, espécie que costumava buscar refúgio nas *Ilhas Cagarras*, não foram mais avistados naquela área. Segundo ressaltado no texto, desde 2004, quando passaram a ser monitorados pela ONG *Ilhas do Rio*, grupos com 20 indivíduos, em média, foram vistos no arquipélago. Nos anos seguintes, houve queda gradativa na visitação até que desapareceram no ano anterior à publicação dessa notícia.

⁴⁶⁵ *Golfinhos dão adeus às Ilhas Cagarras*, 22/01/2012, p.19.

Uma bióloga entrevistada afirmou que a poluição e a redução de pescado na área poderiam ser as causas do desaparecimento dos golfinhos, que são considerados animais extremamente inteligentes para permanecerem em um ambiente degradado.

O turismo desordenado nas *Ilhas Cagarras*, com o aumento do tráfego de barcos na área, foi mencionado como outro possível fator motivador do desaparecimento dos golfinhos, já que esses animais marinhos também têm audição muito sensível.

Como se percebe, na matéria analisada, os sinais ambientais já observados pelos pescadores, diante da redução do pescado e da turbidez das águas, dentre outros, também foram associados por especialistas como impactos causados pelas atividades humanas na natureza, como poluição e turismo desordenado. Tais controvérsias mobilizaram redes de pesquisa acadêmica que parecem respaldar as percepções de grupos que, mesmo sem conhecimento científico desenvolveram habilidade para identificar as respostas da natureza diante do agravamento das condições de degradação ambiental.

Além disso, ao que tudo indica, diante da falta de respostas do Poder Público às queixas de alguns cidadãos, organizações sociais não têm outra alternativa a não ser acionar o Poder Judiciário. Esse, por sua vez, passa a exigir um posicionamento dos órgãos ambientais, como no caso mencionado, determinando a suspensão das licenças ambientais para o projeto de dragagem, até que a questão central relacionada a esse projeto de despejo de sedimentos na *Baía de Guanabara* fosse esclarecida mais amplamente.

Nesse caso, parece claro que cessar a degradação ambiental da *Baía de Guanabara* envolve uma grande complexidade, tanto que a ação da gestão pública, implementada há anos com esse propósito, ainda não tinha sido capaz de alcançar os melhores resultados, como revela essa polêmica (outras duas controvérsias, discutidas a seguir, ilustram questionamentos semelhantes). Entretanto, grupos sociais atentos aos problemas, sinalizaram com a capacidade de empreender esforços em prol da conservação da biodiversidade, quando provocaram o debate sobre os desafios identificados e mobilizaram para o diálogo as representações de organizações não governamentais, órgãos governamentais, pesquisadores, empresas e outros interlocutores.

9.3.1.5. Excesso de embarcações reduz fauna marinha na Baía de Guanabara?

A *Baía de Guanabara* voltou a ser alvo de controvérsia na cobertura jornalística, em decorrência de preocupações de alguns grupos sociais, com as suas condições de degradação ambiental. Dentre os problemas que se multiplicavam, gradativamente, alcançou destaque o caso do excesso de embarcações ancoradas na sua superfície, movimento elevado em 146% entre 2009 e 2011.⁴⁶⁶

Segundo a matéria publicada, em março de 2012⁴⁶⁷, de um lado, pescadores e ambientalistas demonstravam preocupações com o trânsito intenso de navios, ressaltando que a *Baía de Guanabara*, historicamente, sempre teve uma forte vocação para a pesca e o transporte, além de atividades portuárias, esportes e lazer. Tal perfil, entretanto, vinha mudando, nos últimos cinco anos, em função da forte demanda de logística associada às atividades petrolíferas.

Como problemas gerados pelo aumento da presença de navios na baía foram mencionadas a redução do espaço destinado às regatas e a limitação das áreas de pesca. Uma fonte da *Federação de Pescadores do Rio de Janeiro* ressaltou em entrevista que juntamente com os grandes barcos chegavam pequenos estaleiros e oficinas. Assim, em meio ao movimento intenso de embarcações, vinha ocorrendo o aumento da instalação de tubulações e fios que, conseqüentemente, causava prejuízos às atividades pesqueiras.

Mas, segundo informado por uma fonte atuante no setor náutico, biólogos que pesquisavam a população de cerca de 70 botos da *Baía de Guanabara* também já haviam relatado a dificuldade de trabalhar na área com pesquisas de bioacústica, pelas quais os sons emitidos pelos golfinhos podem ser ouvidos a partir de um microfone instalado na água. Os especialistas consideram que, possivelmente, o barulho dos dutos das embarcações estaria estressando e afugentando essa espécie da fauna marinha.

Por outro lado, segundo uma fonte da gestão pública estadual, a solução para essa situação preocupante identificada passava pela criação de um órgão gestor que pudesse reunir representantes da *Capitania dos Portos*, do *Governo do Estado* e da *Companhia Docas do Rio de Janeiro*, entre outras instituições públicas e privadas.

A abordagem tende a sinalizar com o reconhecimento de que as instituições públicas não conseguem atuar isoladamente e que a gestão integrada pode ser parte

⁴⁶⁶A quantidade de navios no porto do Rio, segundo informações da *Companhia Docas do Rio de Janeiro*, aumentou em 146% nos anos anteriores, movimento motivado, sobretudo, pelo incremento dos negócios de petróleo e gás no Estado. Foram 1.568 navios, em 2009; quantidade que chegou 3.861 atracações, em 2011.

⁴⁶⁷A *Baía de todos os navios*, 25/03/2012, p.19.

fundamental do processo de diálogo entre interlocutores de todas as esferas governamentais e atores sociais em geral.

A fonte governamental entrevistada, na matéria mencionada, considerava que o modelo de gestão integrada poderia promover o debate de temas que demandavam soluções urgentes, como o abandono de cerca de 400 barcos de diferentes portes pelos proprietários na *Baía de Guanabara*, a maioria em péssimo estado de conservação, de acordo com relatório de inspeção já realizado. O problema foi considerado causador de grandes impactos ambientais e, mesmo não sendo de atribuição da esfera estadual, como ressaltado pelo entrevistado, algumas ações vinham sendo desencadeadas no sentido de minimizá-los.

Como parte das soluções propostas, foi ressaltada a perspectiva de realização de um convênio com alguma siderúrgica para a reciclagem dos barcos de metal. A empresa interessada na parceria assumiria os custos da retirada das embarcações da baía. Negociações nesse sentido estavam em curso, segundo informado.

Entretanto, ainda que o *IBAMA* e a *Capitania dos Portos* tenham sido mencionados pela fonte entrevistada, como órgãos cujas atribuições envolvem a busca de solução para o problema relatado, não foram apresentados contrapontos de representantes de ambos, na matéria analisada.

Em linhas gerais, pela controvérsia exposta, se observa que, embora alguns canais de diálogo estivessem sendo abertos para o debate de problemas identificados na *Baía de Guanabara*, a gestão desse importante ecossistema marinho que se estende entre a cidade do Rio de Janeiro e parte da região metropolitana, ainda necessitava ser mais amplamente discutida com a participação de diversos grupos sociais. Nesse caso de grande complexidade, o acompanhamento dos meios de comunicação sobre o desdobramento das ações tende a ser um elemento central .

9.3.1.6. Quais são os resultados do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara?

Controvérsias relacionadas à situação de degradação ambiental da *Baía de Guanabara* também foram destaque em matéria publicada em abril⁴⁶⁸, a respeito do

⁴⁶⁸MP cobra do estado resultados do programa de despoluição da Baía, que se arrasta desde 1995, 20/04/2012, p. 16.

posicionamento do *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, sobre a falta de resultados positivos do *Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)*, iniciado há duas décadas. Diante dessa constatação, foi informado que a *Promotoria de Meio Ambiente* proporia audiência judicial especial para que os representantes da *Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE)* relatassem a situação das obras, bem como da destinação de R\$ 1,5 bilhão, recursos financeiros investidos nessa iniciativa pelo *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*, pelo governo japonês e pelo *Governo do Estado do Rio de Janeiro*.⁴⁶⁹

A ação que tramitava na 3ª Vara de Fazenda Pública da capital, desde 2007, objetivava obrigar a *CEDAE* a apresentar um cronograma físico-financeiro completo, com prazos para a conclusão da obra e exigir do Estado garantias dos repasses necessários.

Segundo informado, uma interlocutora do *Ministério Público* considerava preocupante a situação de degradação ambiental e exigia ações mais enérgicas e capazes de sensibilizar a sociedade. Essa fonte havia sobrevoado a *Baía de Guanabara*, acompanhada de um grupo formado por perito, documentarista e representante de uma organização ambientalista, com intuito de produzir um vídeo que faria parte do relatório sobre os problemas existentes.

Assim, a matéria tendeu a sinalizar que representações do Poder Judiciário e do movimento ambientalista uniram esforços para investigar, conjuntamente, um problema que requer a participação de diversos interlocutores sociais, além do respaldo de especialistas sobre essa questão complexa⁴⁷⁰.

Uma fonte da gestão pública estadual demonstrou ser favorável à realização de uma audiência especial, mas ressaltou que a situação havia mudado desde 2007, quando o tratamento de esgoto doméstico havia sido ampliado de 2 mil litros por segundo para mais de 5 mil litros por segundo. Justificou, ainda, que o inquérito em andamento era referente ao governo anterior que, segundo opinou, não tinha “transparência” em relação ao *PDBG*.

⁴⁶⁹ A obra foi parte dos compromissos governamentais com o Comitê Olímpico Internacional, em função dos *Jogos Olímpicos Rio 2016*.

⁴⁷⁰ As controvérsias sobre o tema noticiado vêm de longa data e atravessam diferentes tempos de atuação da gestão pública. Como noticiado, o processo judicial havia começado na administração anterior. Também foi informado que além de obras paralisadas havia falta de transparência sobre a aplicação dos recursos. Em função da situação, foi determinada, pela Justiça, em julho de 2009, a realização de uma perícia para avaliação da poluição na baía. Tanto o *MP* quanto a *CEDAE* recorreram da decisão e o processo ficou estagnado, conforme o texto analisado.

Outra fonte, vinculada à *CEDAE*, apresentou argumentos semelhantes e afirmou que as informações em relação aos gastos e às etapas de execução do *PDBG* estavam todas disponíveis, via *internet*. Foi ressaltado, ainda, que até 2016 seriam tratados 16 mil litros de esgoto por segundo, o que representaria 80% de todo o volume produzido na área de influência da *Baía de Guanabara*.

Enquanto na percepção de um engenheiro sanitário entrevistado, a questão do esgotamento sanitário estava equacionada e a maior ameaça fosse o lixo jogado nos rios que desembocam na *Baía de Guanabara* pelos moradores, principalmente na *Baixada Fluminense*, para um ambientalista consultado, a existência de estações de tratamento de esgoto já construídas ainda ociosas, até então, sinalizava que muito ainda faltava a ser feito em relação a essa problemática.

Por outro lado, enquanto a situação ambiental se agravava e diversos interlocutores discutiam as causas do problema, a atividade pesqueira seguia prejudicada. Segundo relatado por um pescador, cujo pai exerceu o mesmo ofício, a poluição estaria “matando” a baía e acabando com aquela tradicional alternativa de renda. Em décadas passadas, 70 quilos de pescado eram o resultado quase certo das rotinas de trabalho do entrevistado. Em 2102, entretanto, em situações consideradas “muito positivas” não passava de 20 quilos.

Com base em observação da equipe de reportagem e em conversas com moradores, foi ressaltado que em uma praia nas proximidades da *Estação de Tratamento de Esgoto de São Gonçalo*, esgoto *in natura* era lançado ao mar sem intervalo, uma vez que a construção, da década de 1990, nunca havia operado integralmente.

Assim, em função do aumento da poluição, algumas espécies de peixes teriam desaparecido da *Baía de Guanabara*, na percepção de outro pescador entrevistado. Segundo essa fonte de informação, somente tainha e corvina, peixes mais resistentes à degradação ambiental, eram pescados na área, mas nem sempre, já que muitas vezes o resultado da pescaria era completamente negativo e a rede “só puxava lixo”, conforme enfatizado.

Conforme observado, a sequência de matérias analisadas ilustra a complexidade que envolve a degradação ambiental da *Baía de Guanabara*, ecossistema de importância central para a cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana, além de sinalizar com a dificuldade que envolve a busca de soluções para os problemas identificados.

Nesse processo, ainda que existissem diversos percalços para o alcance dos resultados desejados, se percebe que diversos grupos sociais vinham se articulando para a cobrança de mais transparência no acesso às informações sobre as ações desenvolvidas pelo Poder Público e mais agilidade nas atividades consideradas essenciais. Para tal, muitas vezes foi preciso buscar o apoio do *Ministério Público*, já identificado como um *ator-rede* da maior relevância para o êxito das mobilizações, bem como tornar públicos os principais questionamentos por meio da cobertura jornalística.

9.3.1.7. Construção de *eco resort* ameaça quatro espécies em APA

Outra controvérsia, identificada no âmbito dessa pesquisa, envolveu um empreendimento hoteleiro cuja construção foi considerada de potencial risco para a existência de quatro espécies em uma *Área de Proteção Ambiental (APA)* na região dos Lagos, Rio de Janeiro. Segundo ilustrado em matéria publicada em dezembro⁴⁷¹, um pássaro, uma árvore, um cágado e uma lagartixa eram os motivos dos questionamentos.

De acordo com a matéria analisada, um relatório do *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, havia afirmado que haviam falhas e omissões no *Estudo de Impacto Ambiental* do empreendimento. Parte dessa constatação se referia à falta de mapeamento das *Áreas Preservação Permanente (APPs)*⁴⁷² da região.

Enquanto a empresa responsável pelo empreendimento afirmava que seriam gerados mil postos de trabalho diretos e que não seria causado impacto “significativo” ao ecossistema, foi também informado, na matéria analisada, que na percepção de ambientalistas a instalação do projeto hoteleiro era considerada incompatível com a conservação das espécies.

Para uma bióloga da UFRJ, especialista em vegetação de restinga, a área do projeto deveria ser mudada, além de defender um novo processo de licenciamento, uma vez que esse tipo de ecossistema já estava sendo fortemente ameaçado pela expansão imobiliária regional.

Uma fonte representante do empreendimento informou que os documentos complementares para responder aos questionamentos do *Ministério Público* vinham

⁴⁷¹MP questiona impactos de *eco resort* em Arraial, 04/12/2012, p.15.

⁴⁷² APP, terminologia não explicada no texto analisado, se refere por exemplo, aos topos de morros, nascentes, matas ciliares (margeiam os rios) e outras áreas de grande importância ambiental que são consideradas intocáveis, de acordo com o Código Florestal (Lei 12.651/2012).

sendo providenciados. O interlocutor argumentou, ainda, que havia uma grande preocupação empresarial em contribuir para preservar as espécies mencionadas e justificou que aquela região estava passando por um processo de ocupação irregular.

Independentemente de falhas identificadas em matérias analisadas, conforme observado, anteriormente, os exemplos mencionados, envolvendo processos judiciais, recursos naturais e financeiros, burocracia e jogos de poder, entre outros fatores, tendem a ilustrar a complexidade que envolve a relação sociedade-natureza. Da mesma forma, também parecem expressar o desafio que essas questões representam para a cobertura jornalística pesquisada.

9.3.2. Conservação da biodiversidade *versus* projetos de infraestrutura

Enquanto em determinadas situações observadas nesta pesquisa, grupos sociais se articularam em prol da conservação da biodiversidade, exigindo soluções do Poder Público diante de projetos potencialmente impactantes, como ilustrado anteriormente; em outras, aconteceu justamente o contrário.

Assim, nesta segunda categoria de análise, desta terceira parte do capítulo, são abordadas situações em que os grupos sociais também se mobilizaram, mas na tentativa de impedir que houvessem avanços nas iniciativas de regulação ambiental, tomadas pelo Poder Público, tendo em vista que essas vêm acompanhadas de regras e limitações para o desenvolvimento de atividades econômicas diversas, sobretudo, projetos de infraestrutura. As duas controvérsias presentes em matérias analisadas, apresentadas a seguir, são ilustrações claras nesse sentido.

9.3.2.1. Mobilização contra a criação da APA da Ilha Grande

Foi assim, que a proposta de criação da *Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Marinha da Ilha Grande* provocou controvérsias, envolvendo representações sociais de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, municípios cujas atividades passariam a ser mais disciplinadas pela existência dessa unidade de conservação.⁴⁷³

Conforme informado em matéria analisada sobre o tema, publicada em janeiro, depois de se reunir em Angra dos Reis, com representantes da área ambiental da região,

⁴⁷³ Criação da APA da Ilha Grande é adiada, 16/01/2012, p.11.

uma fonte da gestão pública estadual informou que abriria, até julho daquele ano, o primeiro processo de consulta pública para a criação da APA, cujo objetivo envolvia o disciplinamento das atividades navais, turísticas e de pesca, amplamente disseminadas regionalmente.

Segundo noticiado, os prefeitos dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty encaminharam uma carta ao *Governo do Estado do Rio de Janeiro*, solicitando o cancelamento do processo de consulta pública. Os gestores públicos afirmaram, no documento, que seus municípios não haviam sido ouvidos sobre a proposta de criação da UC e argumentaram que a existência da APA poderia afetar negativamente as atividades de pesca e maricultura, além de negócios de turismo e lazer, entre outros.

Diante da forte reação dos gestores e, ao receber o documento, o *Governo do Estado* anunciou que o prazo de publicação do decreto que criaria a UC seria ampliado e que as prefeituras seriam amplamente consultadas. Após esse processo, segundo informado, o *Plano Diretor da APA*, estabeleceria os critérios de utilização do espelho d'água de Mangaratiba a Paraty, totalizando 190 mil hectares.

Ainda conforme noticiado, em reunião com representações do *Governo do Estado*, gestores públicos e outros convidados da região da *Baía de Ilha Grande* defenderam a necessidade de criação de outro modelo de gestão para a APA. Embora tenham declarado que estavam preocupados com os riscos de degradação ambiental, interlocutores contrários à implementação argumentaram que esse tipo de unidade de conservação não funcionaria para cumprir os seus objetivos, uma vez que outras UCs, já criadas na região, não contavam com ações de fiscalização, entre outras iniciativas que garantissem o seu pleno funcionamento.

Fontes ligadas ao *Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande (CONSIG)* afirmaram, na ocasião, que estavam estudando alternativas de gestão, “mais profissionais” que seriam apresentadas oportunamente. Para tal, foi requisitada a consultoria da *Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)*. Nesse caso, vale ressaltar que uma instituição especializada foi acionada por um grupo social economicamente representativo na *Baía da Ilha Grande*, no sentido de respaldar ideias e proposições que seriam apresentadas à gestão pública.

Como parte do movimento de reivindicação de um modelo diferenciado de gestão dos recursos naturais da *Baía da Ilha Grande*, um parlamentar da região afirmou que não era contrário à criação da APA e que parte da sua preocupação se devia à existência de uma nova unidade de conservação que “não sairia do papel”, expressão

que sinaliza com o descrédito quanto à falta de implementação, de fato, dessa e de outras UCs existentes. O movimento desse grupo social ilustra, portanto, a percepção negativa dos interlocutores quanto às ações de proteção ambiental implementadas pelo Poder Público. Porém, não foram mencionadas por essas fontes de informação quais seriam as outras UCs da região criadas e não plenamente implementadas.

Por outro lado, uma fonte da gestão pública estadual demonstrou disposição de ouvir as ponderações, segundo noticiado, além de reiterar o interesse de fortalecer estratégias de conservação da biodiversidade contra atividades econômicas potencialmente impactantes na região, dentre as quais foram mencionadas a indústria naval, a pesca e o turismo.

Foi enfatizado, ainda, pelo mesmo interlocutor entrevistado que a proposta de criação da APA era de ordenar e não impedir atividades econômicas na região, uma vez que somente em 2011, haviam morrido 32 *botos-cinza* entre Sepetiba e Paraty em decorrência de impactos ambientais que preocupavam as autoridades ambientais.

Porém, uma fonte da gestão pública municipal de Angra dos Reis argumentou que o temor no meio político era de que a decisão de criar a APA fosse unilateral, além de ter defendido que os prefeitos da região tanto deveriam ser consultados como poderiam contribuir para o debate do tema.

O posicionamento tendeu a ilustrar com a expectativa de real participação social dos principais gestores públicos no processo de gestão dos recursos naturais. Por outro lado, sinalizou, também, tanto com a descrença na capacidade governamental de implementação de ações de conservação da biodiversidade, como com o poder de articulação dos grupos de influência política e econômica daquela região.

Mais uma vez, parece claro, que, diante da repercussão do tema por meio da cobertura jornalística, as representações da gestão pública sinalizam com a disposição para o diálogo ou, até mesmo, recuam de decisões tomadas anteriormente. Nesse sentido, o veículo de comunicação tende a se posicionar como mediador, na perspectiva proposta por Latour (2005, 2012), o que significa uma tomada de iniciativa, no sentido de promover alguma transformação no contexto das *associações* formadas.

9.3.2.2. Divergências entre moradores e a gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina

No distrito de Trindade, em Paraty, outro município fluminense inserido na região da *Baía da Ilha Grande*, mais uma controvérsia envolveu interlocutores sociais locais e o Poder Público. O motivo foi a decisão de remoção de quiosques, casas e outras construções localizadas nas praias do Meio e Caixa D’Aço, pelo fato de terem sido instaladas em áreas pertencentes ao *Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)*.

Em matéria publicada, em agosto⁴⁷⁴, foi ressaltado o clima de tensão entre comerciantes locais, membros de famílias caiçaras e a direção do *PNSB*, desde que foi determinada a retirada de alguns negócios amplamente frequentados nas praias mencionadas

Um comerciante instalado na Praia do Meio declarou que o Poder Público queria acabar com a pesca e com a população caiçara. Seus protestos, segundo noticiado, foram direcionados, principalmente, ao *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)*, órgão vinculado ao *Ministério do Meio Ambiente* e responsável pela gestão das UCs federais, dentre as quais, o *PNSB*.

Segundo informado na matéria analisada, como parte do processo de disputa pelo uso do espaço tradicionalmente ocupado por empreendimentos comerciais, moradias e outras instalações, a prefeitura de Paraty havia saído em defesa das populações caiçaras, alegando que essas teriam o direito de permanecer no local, além de ingressado na Justiça com pedido de anulação do decreto de criação do parque nacional.

Assim, se percebe que um órgão público (municipal) decide interpelar judicialmente outra instituição pública (federal) com intuito de questionar a validade de um documento que havia respaldado legalmente a criação do parque, considerado o “causador” de limitações em relação ao acesso aos recursos naturais.

Conforme informado na matéria, os embates começaram em janeiro de 2012, quando a direção da UC provocou antipatia local ao decidir enfrentar o desafio de “tirar o parque do papel”. A expressão, ainda que não tenha sido esclarecida na notícia, significa, na prática, adotar um modelo de gestão que incorpore o que está previsto no *SNUC (BRASIL, 2000)* para que a unidade de conservação cumpra os seus objetivos.⁴⁷⁵

⁴⁷⁴*Caiçaras estão em pé de guerra por causa de parque em Paraty*, 12/08/2012, p.31.

⁴⁷⁵No caso de um parque nacional, ainda que não tenha sido informado na matéria mencionada, só podem ser realizadas atividades de educação ambiental, pesquisa científica e turismo planejado.

No caso específico do *PNSB*, uma das prioridades para assegurar a sua implementação, 40 anos depois de criado, se referia à retirada das construções⁴⁷⁶ que estariam ocupando áreas inseridas nos seus limites, fato que provocou o embate direto com os moradores.

Segundo os planos do órgão federal, em dois anos o acesso às praias locais seria controlado, mediante uma cobrança de taxa, fato que também teria provocado discordâncias, sobretudo por parte dos comerciantes membros de população remanescente de quilombo. Um entrevistado que, afirmou pertencer à quarta geração de uma família quilombola moradora da região, defendeu o direito adquirido ao longo do tempo de ocupação da área, assim como o livre acesso da população às praias do entorno do parque.

Por outro lado, a direção do parque informou que durante dois anos vinha tentando estabelecer uma negociação com os donos de quiosques, embora a maioria tenha decidido ingressar com processo judicial contra a decisão de retirada das instalações dos limites dessa UC.

Do ponto de vista jornalístico, ainda que a fonte tenha informado que aquela se tratava de uma unidade de “proteção integral” e que essa característica não permite edificações, essa terminologia técnica não foi esclarecida na matéria, assim como ocorreu em outros textos analisados no âmbito dessa pesquisa. Tal fato tende a sinalizar, claramente, com a existência de uma lacuna que precisa ser tratada a partir de um grande desafio a ser enfrentado: promover a capacitação dos profissionais de comunicação e, também, a preparação das fontes oficiais que devem contribuir para tornar mais claros os temas que ainda não são de domínio de todos os segmentos sociais.

Foi afirmado, ainda, pela mesma fonte que, todas as pessoas seriam indenizadas no processo de retirada de moradias e estabelecimentos comerciais dos limites do parque, bem como que os moradores da localidade teriam acesso gratuito à UC.

Ainda na mesma matéria, uma fonte da gestão municipal, por um lado, afirmou que a intenção da Prefeitura era promover a conciliação entre “preservação” da natureza e turismo. Mas, por outro, criticou o modelo de gestão adotado que, segundo declarado,

⁴⁷⁶ O parque foi criado em 1972, em uma área de 110 mil hectares, e se manteve sem demarcação de seus limites. Um mapeamento realizado pelo *ICMBio* sinalizou que somente em Trindade havia a presença de 28 casas dentro dos limites da unidade, além de 13 quiosques na Praia do Meio que deveriam ser derrubados.

vinha interferindo na qualidade de vida da população, impedindo, por exemplo, a instalação de redes de água e esgoto em nome do “preservacionismo”.

Vale ressaltar, no entanto, que se a ideia é preservar a região, como informado, a declaração da fonte soou contraditória. Nesse caso, parece claro um tipo de equívoco recorrente na cobertura pesquisada, em relação ao uso dos conceitos de conservação e preservação como sinônimos, quando têm significados distintos.⁴⁷⁷

Outro fato que chama atenção, no conteúdo analisado, se refere à informação que, no período de alta temporada, o balneário de Trindade costumava receber 200 mil visitantes, quando a sua população local é de cerca de 1.500 moradores. Esse dado que, tendeu a ilustrar o desafio relacionado à continuidade das atividades turísticas no longo prazo, foi apresentado ao final da matéria mencionada. A falta de destaque pareceu, assim, tirar parte do sentido de contextualização de questões enfrentadas na localidade que poderiam ter sido discutidas desde o começo da abordagem.

Dessa forma, se a intenção foi fazer um contraponto em relação à questão apresentada pela fonte da gestão pública entrevistada, a informação pareceu perder a força por falta de uma ligação mais clara entre o debate sobre o crescimento acelerado da demanda turística em relação à quantidade de habitantes locais e suas condições de vida. Tal fato já tendeu a ilustrar, por si, a situação oposta à sustentabilidade da atividade turística neste distrito litorâneo, onde são explícitas as controvérsias entre conservação da biodiversidade e a garantida de acesso aos recursos naturais. Entretanto, tal enfoque não foi problematizado na matéria analisada.

9.3.3. Conservação da biodiversidade *versus* decisões do poder público

Nesta última categoria de análise, inserida nesta terceira parte do capítulo, as matérias expressam como, em face de decisões consideradas arriscadas para a conservação da biodiversidade, vários grupos sociais vinham se mobilizando e questionando as atitudes tomadas pelo Poder Público.

Assim ocorreu, diante de propostas de desativação de um *Batalhão Florestal*, no Rio de Janeiro, e de instalação de usinas hidrelétricas, em regiões de rica diversidade de

⁴⁷⁷ Enquanto preservar significa manter em estado integral, sem o uso direto dos recursos naturais, conservar permite o extrativismo de forma planejada, com intuito de assegurar, no longo prazo, a biodiversidade e outros recursos. Esses dois movimentos opostos (preservacionistas e conservacionistas) têm influenciado modelos de proteção da natureza, globalmente. (Veja mais em SAITO, 2004; e OLIVEIRA & IRVING, 2012)

espécies, como a Amazônia e o Pantanal. Alterações na legislação ambiental para torná-la mais favorável a determinadas atividades econômicas, também no contexto fluminense, foram outros fatores que motivaram processos de articulação de diversas redes, insatisfeitas com as repercussões dos atos governamentais.

Parte das controvérsias, como relatado nas páginas a seguir, envolve a intervenção do *Ministério Público*, acionado por movimentos sociais e ambientalistas em situações consideradas sem solução pela via do diálogo e da busca de um possível consenso. O que essas *associações* entre humanos e não humanos sinalizam sobre a complexidade que perpassa a relação sociedade-natureza? Cada movimento tende a apresentar algumas pistas sobre essa questão.

9.3.3.1. Ambientalistas se mobilizam contra a desativação de Batalhão Florestal

Faltando um mês para a realização da *Rio+20*, uma decisão governamental vinha causando insatisfação no movimento ambientalista que, temendo reflexos negativos para a conservação da biodiversidade, já havia acionado o *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro* para investigar a situação. Segundo informado, em matéria publicada em maio,⁴⁷⁸, havia sido desativado pela Polícia Militar, um conjunto de cinco postos do *Batalhão Florestal*. Ambientalistas denunciaram que 14% do efetivo (50 PMs) que deveriam estar atuando para combater queimadas, desmatamento e outros crimes ambientais, tinham sido destacados para reforçar ações de segurança urbana.

Uma fonte do *Ministério Público* que instaurou um inquérito para investigar o caso, havia afirmado em entrevista que a gestão ambiental do Estado seria afetada pela medida anunciada pelo Governo e que o remanejamento do efetivo representava um retrocesso nas ações de combate aos crimes ambientais. Foi informado que estava sendo apurada, ainda, a transferência de 193 policiais do *Batalhão Florestal* para seis unidades de conservação do Estado, medida anunciada pelo Governo naquele período.

Uma fonte do *Batalhão Florestal* informou que o Governo publicaria um decreto, garantindo a criação do *Comando de Polícia Ambiental (CPAM)*, além de 12 *Unidades de Policiamento Ambientais (UPAMs)* para suprir a demanda de parques estaduais que estavam sem policiamento, até então. Outro interlocutor governamental acrescentou que a medida visava à melhoria da efetividade das operações de combate

⁴⁷⁸*Batalhão Florestal sob o fogo da polêmica*, 18/05/2012, p. 24.

aos crimes ambientais e traria mais agilidade às ações no interior e no entorno das unidades de conservação.

Mas, para um ambientalista entrevistado, autor da representação no âmbito do MP, a iniciativa de descentralização do *Batalhão Florestal* não fazia sentido já que crimes ambientais não aconteciam somente em UCs. Para essa fonte, desmobilizar um grupo atuante em ações especializadas sinalizava que o tema da conservação da biodiversidade vinha perdendo o seu grau de importância.

No dia seguinte, o tema voltou ao noticiário⁴⁷⁹, quando foi ressaltado que a um mês da realização da *Rio+20*, a desativação de cinco unidades do *Batalhão Florestal* havia provocado debate e revolta no movimento ambientalista. Foi informado, ainda, naquela ocasião, que o comando da corporação havia sido convocado pelo *Ministério Público* para explicar a mudança proposta.

Uma fonte da gestão pública de Angra dos Reis confirmou que os agentes florestais designados para uma missão de policiamento urbano no Rio, em ofensiva ao tráfico de drogas, eram lotados até o início do ano em um posto que o *Batalhão Florestal* mantinha naquele município para combate aos crimes ambientais em toda a Costa Verde fluminense. Conforme informado, o posto local havia sido desativado antes de as autoridades ambientais da região terem sido previamente informadas oficialmente. A decisão governamental, nesse caso, havia sido noticiada por intermédio dos meios de comunicação.

A mobilização de redes formadas por empresários para apoiar a ação de policiamento, inclusive com custeio de despesas de deslocamento, foi ressaltada na matéria. Entretanto, conforme destacado, nem mesmo essa capacidade de mobilização e de disponibilidade para a parceria, havia motivado a facilitação do diálogo quando o Poder Público decidiu mudar as “regras do jogo”.

Uma fonte ligada ao *Sindicato das Marinas do Estado do Rio de Janeiro* confirmou que o posto do *Batalhão Florestal de Angra dos Reis* havia sido instalado com apoio de empresários de marinas e condomínios da Costa Verde. Dessa localidade os barcos abastecidos pela comunidade partiam para reprimir crimes ambientais na região.

Um ambientalista considerou serem inúmeros os riscos representados pela desativação do *Batalhão Florestal da Região dos Lagos*, cujos serviços relevantes

⁴⁷⁹ *Ambientalistas criticam desativação de unidades do Batalhão Florestal*, 19/05/2012, p.22.

tantas vezes haviam sido requisitados para combater ilegalidades como desmatamento e extração ilegal de areia, entre outras, sobretudo em Cabo Frio.

A decisão da gestão pública se manteve, embora o episódio tenha sinalizado com a capacidade de mobilização de organizações ambientalistas que acionaram o *Ministério Público* com o intuito de tentar reverter a situação. Da mesma forma, a controvérsia expressou que a questão da conservação da biodiversidade ainda representa um tema de interesse de diversos grupos sociais e que, diante das ações de articulação, os questionamentos dos interlocutores tendem a se refletir na cobertura jornalística.

9.3.3.2. Instalação de usinas hidrelétricas provoca inúmeras controvérsias

A geração energética por meio de usinas hidrelétricas, historicamente, tem sido uma opção brasileira marcada por fortes controvérsias, motivadas, quase sempre, pelos altos impactos socioambientais que esse tipo de empreendimento tende a acarretar. Tradicionalmente, a Amazônia tem sido cenário de muitos embates pelos riscos associados às grandes obras que se instalaram nesse bioma ao longo das últimas décadas. Mais recentemente, porém, as controvérsias em torno dessa questão também se disseminaram pelo Pantanal, região cujas dinâmicas ecológicas dependem fortemente dos fluxos naturais das águas, nessa que é considerada a maior planície alagável do mundo. Nas páginas a seguir, são apresentados alguns exemplos de mobilizações de grupos sociais que se tornaram notícia em função do debate dessa temática complexa, cujas demandas e negociações podem se estender durante anos e o estabelecimento de consensos, tende a ser marcado por muitos desafios para todas as partes envolvidas no processo.

Assim, motivado por questionamentos de organizações sociais, sobre o risco socioambiental de projetos hidrelétricos previstos para o Pantanal, o *Ministério Público* (federal e estadual) do Mato Grosso do Sul ingressou com ação civil pública para suspender a construção dos empreendimentos até que fosse providenciado um estudo único sobre o impacto conjunto das obras. Essa região já contava com 126 usinas instaladas ou em curso, além de outras 23, em análise, segundo matéria publicada em agosto.⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ *Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação*, 21/08/2012, p.23.

Pela perspectiva jurídica, havia faltado um posicionamento mais firme da gestão pública para solucionar os impasses, conforme argumentos de um procurador do *Ministério Público Federal*. Essa fonte que declarou estar “perplexa” diante da situação considerava que a ação era um reflexo da ausência de tomada de decisão em favor da conservação do bioma pelos representantes dos órgãos governamentais.

Como parte do processo envolvendo o Pantanal, o *Ministério Público* advogava que, além da paralisação das obras, fosse exigido que as renovações de licença ambiental das usinas hidrelétricas, já em operação, incluíssem medidas mitigatórias e compensatórias às alterações ambientais causadas ao bioma, que poderia sofrer danos irreversíveis. Dentre os riscos, os empreendimentos energéticos poderiam alterar o ciclo das cheias em áreas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de parte da Bolívia e do Paraguai.

Na matéria analisada, questões envolvendo a biodiversidade local e sua importância socioeconômica foram trazidas ao centro da controvérsia, uma vez que a sazonalidade dos movimentos de cheias do bioma mantém a quantidade e a qualidade dos nutrientes necessários às espécies que habitam esse ambiente natural. Por outro lado, também impulsiona atividades econômicas de grande importância regional como a pesca e o turismo, gerando renda para mais de quatro mil famílias. Não por acaso, o Pantanal foi declarado *Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera* pela *UNESCO*, em 2000.

Segundo uma pesquisadora da *Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)* já estavam sendo utilizados 70% do potencial hidrelétrico da *Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai* (abrange a planície pantaneira e os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) pelas cinco maiores usinas instaladas. O que restava deveria ser usado pelas chamadas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que, embora sejam consideradas fontes de “energia limpa”, de acordo com essa fonte, podem causar impactos ambientais como riscos à oferta de pescado no Pantanal, já que espécies como *pintado* e *dourado*, entre outras, são migratórias e dependem de rios livres, sem barragens. Foi ressaltado, ainda, que os pastos da pecuária tradicional pantaneira também são dependentes do ciclo de cheias que caracterizam essa região.

Uma fonte representante do setor elétrico afirmou que estaria ocorrendo “um alarde” desnecessário em torno do impacto das hidrelétricas, exemplificando que a área alagada pela Usina de Belo Monte (no Pará), equivalia ao desmatamento verificado em dois meses na Amazônia.

Outra fonte do setor elétrico ressaltou que as paralisações aumentavam os custos das obras e afirmou que a questão era abordada pelo viés da rejeição ideológica a esse tipo de empreendimento, contribuindo, assim, para tornar os projetos mais caros e mais difíceis de serem implementados.

Por outro lado, fontes da gestão pública federal criticaram o movimento ambientalista e destacaram as dificuldades enfrentadas pelo governo para a aprovação das licenças necessárias à construção de novas hidrelétricas no país⁴⁸¹. Uma das entrevistadas afirmou que alguns processos eram tão demorados que o empreendedor se transformaria no “animal em extinção”.

Embora a questão ambiental tenha levado ao aprofundamento do tema que continuou presente no noticiário, em matéria publicada no dia seguinte ao conteúdo mencionado anteriormente⁴⁸², outras nuances foram abordadas na cobertura jornalística. Como parte do debate, foi ressaltada a situação de riscos à manutenção da oferta de 81.480 MW de energia gerada, em função da ação civil pública movida pelo *Ministério Público do Mato Grosso do Sul* para suspender a construção de hidrelétricas nos rios no entorno do Pantanal.

Enquanto isso, uma fonte governamental daquele Estado informou que as PCHs, com capacidade de geração de até 30 MW, são responsáveis pela autossuficiência energética mato-grossense, bem como que, antes desses empreendimentos havia dependência do fornecimento de usinas termelétricas movidas a óleo diesel, portanto, mais poluentes.

Entretanto, uma bióloga entrevistada ponderou que os cidadãos precisavam decidir se valeria a pena, por um percentual baixo de fornecimento de energia, causar altos riscos ao Pantanal. Conforme ressaltado, essas usinas de pequeno porte tinham capacidade de gerar apenas 2% do total de energia disponível no país.

Na sequência dessa controvérsia, foi informado que a *Justiça Federal* havia concedido liminar ao pedido do *Ministério Público*, determinando a paralisação da emissão de licenças ambientais de empreendimentos hidrelétricos na *Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai*.

⁴⁸¹*Ideli e Lobão criticam demora nas licenças ambientais para usinas*, 21/08/2012, p. 23.

⁴⁸²*Sem usinas, Pantanal ‘perderia’ 81 mil MW*, 22/08/2012, p.29.

Quatro dias após a publicação, em outra matéria sobre controvérsias envolvendo hidrelétricas⁴⁸³, o contexto amazônico também foi trazido à tona no âmbito da cobertura do tema no Pantanal. Na ocasião foi informado que assim como a *Bacia do Alto Paraguai*, que alimenta o Pantanal, a *Bacia Hidrográfica do Amazonas* também vinha sendo afetada pela falta de um estudo que determinasse o impacto conjunto da instalação de várias hidrelétricas.

Segundo afirmado por um parlamentar entrevistado, um dos problemas identificados em relatório concluído pela *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das PCHs*⁴⁸⁴ em Mato Grosso, naquele ano, foi que o rio Juruena, onde foram instaladas uma hidrelétrica e quatro PCHs, a vazão havia sido reduzida em alguns trechos pelo excesso de barragens. A mesma fonte observou que as outorgas das usinas no Mato Grosso foram concedidas no início dos anos 2000, em um contexto de racionamento de energia elétrica no país. A preocupação com a demanda de curto prazo, conforme analisado, não havia levado em consideração a amplitude dos riscos ambientais futuros.

No relatório mencionado, segundo informado na matéria, o parlamentar havia solicitado que cinco licenças de funcionamento fossem cassadas. No documento, de 441 páginas, também havia sido recomendado que o *Poder Legislativo* do Mato Grosso elaborasse um projeto de lei impedindo a construção de mais usinas na *Bacia do Rio Paraguai*.⁴⁸⁵

Os riscos para a biodiversidade também foram ressaltados no relatório. Segundo mencionado no documento, a maioria das usinas sequer possuía “escada de peixes”, que permite a subida dos rios para desova, fenômeno conhecido como “piracema”. Com isso, os peixes teriam desaparecido nos municípios de Dom Aquino e São Pedro da Cipa.

Embora tenha sido mencionado na matéria que outra irregularidade constatada foi o desmatamento ilegal realizado para abrigar canteiros de obras, uma fonte de uma instituição representativa do setor elétrico afirmou desconhecer o documento e

⁴⁸³ *Hidrelétricas que ferem o Pantanal e a Amazônia*, 26/08/2012, p.45.

⁴⁸⁴ Conforme noticiado: A *CPI*, que começou em março de 2011, tinha analisado 41 processos de licenciamento ambiental dos 154 listados pela *Secretaria Estadual de Meio Ambiente* e 35 deles apresentaram irregularidades.

⁴⁸⁵ Para compensar o baixo retorno com as usinas para o Estado do Mato Grosso, o parlamentar propôs no relatório, a criação de quatro impostos, cujas receitas deveriam ser destinadas aos municípios.

argumentou que a orientação setorial era para que os seus associados cumprissem todas as regras da legislação de licenciamento ambiental.

Da mesma forma que houve uma intensificação do debate específico sobre os impactos das PCHs, o tema da instalação de hidrelétricas com reservatórios também passou a ser mais noticiado, naquele período, envolvendo diversos projetos e seus riscos. Uma matéria ⁴⁸⁶ sobre esse enfoque apresentou diversas percepções dos ambientalistas e dos técnicos sobre essa questão que envolve, sobretudo, o deslocamento de populações e os alagamentos de grandes áreas, com prejuízos à conservação da biodiversidade e, também, à continuidade de atividades econômicas, dentre as quais, a agropecuária.

De um lado, ambientalistas afirmavam que estava sendo criado um debate desnecessário, uma vez que a capacidade de geração hidrelétrica já existente no Brasil poderia ser combinada com alternativas energéticas renováveis como solar, eólica, além de outras.

Entretanto, especialistas do setor elétrico defendiam a volta dos reservatórios, muito comum a esses empreendimentos no passado, sob a alegação de prejuízos econômicos para os consumidores e aumento das emissões de dióxido de carbono (CO₂), considerado um dos gases mais danosos para o aumento do chamado efeito estufa. ⁴⁸⁷

Mas independentemente do retorno desse debate, em razão do agravamento da questão climática, por meio da cobertura jornalística analisada, fontes ambientalistas buscavam destacar que os reservatórios além de causarem altos impactos à biodiversidade, também poderiam acarretar riscos sociais de grande complexidade como a remoção de populações de suas áreas de origem.

Fontes ambientalistas também vinham opinando que representações do setor elétrico estariam tentando criar um “falso dilema”, além de considerarem que o Brasil deveria combinar o uso de usinas hidrelétricas já instaladas, com fontes energéticas renováveis como eólica e solar.

⁴⁸⁶ *Polêmica envolve a volta das hidrelétricas com reservatórios*, 12/08/2012, p.41.

⁴⁸⁷ Segundo informado, nos períodos secos, de maio a outubro, em função da redução da vazão dos rios, ocorre a diminuição da geração energética das hidrelétricas. Com isso, os reservatórios não têm água suficiente e é preciso acionar as usinas térmicas, movidas a combustíveis fósseis como carvão, óleo e gás que, contribuem para o aumento das emissões de carbono e outros gases de efeito estufa.

Mas, a discussão sobre a utilização de reservatórios de usinas na Amazônia também envolveu um forte impasse entre dois grandes empreendimentos (Usinas Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Rondônia), conforme matéria publicada em novembro de 2012.⁴⁸⁸

O debate acirrado entre os dois empreendimentos foi levado à esfera judicial e, teve como resultado, à época, a derrubada pela *Advocacia-Geral da União (AGU)*⁴⁸⁹ da ação movida pelo *Ministério Público Federal* e pelo *MP* de Rondônia, no sentido de impedir que o *IBAMA* emitisse licença ambiental para elevação da cota do reservatório de Santo Antônio.

Ainda, segundo a matéria analisada, a posição do governo federal foi questionada pelo consórcio responsável pela usina de Jirau, cujos dirigentes enviaram cartas ao *Ministério de Minas e Energia*, assim como a outras autoridades envolvidas na avaliação do pedido de Santo Antônio. Também foram direcionados questionamentos à *Agência Nacional de Águas (ANA)* e à *Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)*, uma vez que, pela ótica do empreendedor, as avaliações realizadas pelas duas agências haviam prejudicado o seu projeto.⁴⁹⁰

No Pará, outra controvérsia envolvendo a construção de hidrelétricas também mobilizou o Poder Judiciário. Dessa vez, o *Ministério Público Federal* ingressou com ação na *Justiça Federal* de Santarém, pela suspensão do licenciamento da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Rio Tapajós, região Oeste daquele estado. Os argumentos apresentados pelos procuradores foram de irregularidade no processo de licenciamento ambiental do empreendimento pela falta de avaliação ambiental integrada e de consulta prévia aos povos indígenas e ribeirinhos afetados. Empresas do setor elétrico e órgãos da gestão pública federal tiveram procedimentos questionados.

⁴⁸⁸ *Usinas da discórdia*, 11/11/2012, p.37.

⁴⁸⁹ O processo foi vencido pela *AGU*, naquela época, sob argumento de que ainda não tinha havido solicitação formal do licenciamento ambiental para elevação da cota. Assim, segundo informado, não haveria, portanto, qualquer ato concreto que indicasse ilegalidade praticada pelo *IBAMA*.

⁴⁹⁰ Além de ter alegado os riscos ambientais associados ao pedido de ampliação do reservatório de Santo Antônio, os dirigentes do projeto hidrelétrico de Jirau solicitaram que, caso esse pleito fosse atendido pelo governo, implicando na queda d'água do seu reservatório, a usina com a qual compartilhava o leito do rio deveria compensar financeiramente a companhia prejudicada.

Segundo informado em matéria publicada em setembro⁴⁹¹, os estudos integrados, indicados na ação, eram considerados obrigatórios em função da previsão de instalação de mais seis hidrelétricas na *Bacia do Tapajós*. Além de terras indígenas e de populações ribeirinhas, foi ressaltado que nessa região existem unidades de conservação⁴⁹², sendo que sete, das 23 novas usinas projetadas pelo governo na Amazônia, deveriam ser instaladas em áreas intocadas da floresta.

Todo esse debate, portanto, tende a ilustrar a gama de atores e interesses envolvidos nessa controvérsia e toda a complexidade relacionada a essa temática, cujas análises envolvem aspectos ambientais, socioeconômicos, políticos, entre outros.

9.3.3.3. Transferência de área ambiental para obra dos Jogos Olímpicos gera discordâncias

O ano de 2012 estava quase chegando ao final quando começaram a ser veiculadas notícias com informações sobre o envio de um projeto de lei polêmico à *Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, pela Prefeitura. Era o início de um período de inúmeros embates que ocuparam amplos espaços na cobertura jornalística pesquisada.

Uma matéria publicada, em novembro, ilustrava a questão que motivou a controvérsia causada pela proposta da gestão pública de alterar parâmetros urbanísticos (com mudanças na delimitação de uma área protegida municipal) para a construção de um campo de golfe que seria usado durante os *Jogos Olímpicos Rio 2016*.

Segundo informado, naquela ocasião, o novo “pacote olímpico”, proposto pela Prefeitura, tornava não edificáveis todos os lotes da *Área de Preservação Ambiental (APA) de Marapendi* voltados para a Praia da Reserva (naquela época de propriedade particular), que, por sua vez, seriam transformados num grande parque público à beira-mar. Em troca, um trecho de 58 mil metros quadrados de terreno às margens da Avenida das Américas, zona oeste da cidade, que eram considerados intocáveis por estarem em *Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS)* para protegerem a fauna e flora da região, seria liberado para a construção de campo de golfe de dimensões olímpicas.

⁴⁹¹ *Procuradoria entra com ação contra usina no Rio Tapajós*, 27/09/2012, p.28.

⁴⁹² Na ação, o *MPF* argumenta que os povos indígenas e os ribeirinhos devem ser consultados, pois são protegidos pela *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)*, da qual o Brasil é signatário.

Interlocutores da gestão pública municipal declararam que, em troca de uma pequena parte da sua área, seria garantida a preservação de um espaço bem maior por meio do projeto de lei. Mas, na matéria mencionada, foi ressaltado que, mesmo que a área de ZCVS fosse de apenas 6% do total do campo de golfe planejado, a medida deveria causar polêmicas com os ambientalistas pela falta de estudos prévios.

Negociações demoradas do *Comitê Rio 2016* com os empresários que construiriam o campo de golfe, numa parceria público-privada (PPP), segundo fontes da gestão pública, haviam motivado a demora do envio do projeto de lei à Câmara Municipal. Essas também afirmaram terem chegado à melhor solução porque sem a PPP teriam que ser gastos recursos públicos para a construção do campo de golfe. Segundo informaram seriam investidos R\$ 60 milhões pela iniciativa privada para o empreendimento.

As fontes da gestão pública municipal também ponderaram que havia ocorrido de forma equivocada a declaração de área de ZCVS quando a *APA de Marapendi* foi criada, por decreto, em 1991, uma vez que essa já estava degradada devido à devastação causada por retirada de areia irregular no passado.

Um pesquisador reconhecido na área ambiental confirmou que realmente a área mencionada estava degradada, embora tenha argumentado que essa não era justificativa para retirar a proteção existente, até então. Nesse caso, o mais prudente, segundo orientou, seria um esforço de recuperação dos manguezais o que a seu ver, valorizaria o próprio campo de golfe e também ajudaria a preservar o restante daquela região.

Por outro lado, para um ambientalista entrevistado, deveriam ser realizados estudos aprofundados sobre a região antes de qualquer proposta de alteração como a que estava sendo anunciada.

Para uma fonte da *Câmara Municipal*, a área da Praia da Reserva que deveria ser incorporada à *APA de Marapendi*, já contava com restrições legais que há mais de 20 anos inviabilizavam a construção de empreendimentos, garantindo, dessa forma, que fosse preservada. Para essa fonte, a realização dos *Jogos Olímpicos* tinha se transformado em motivação para promover mudanças na cidade sem debate público. Nesse sentido, a interlocutora opinou, também, que parecia haver uma contradição associada ao fato de a Prefeitura propor a alteração da legislação ambiental e, ao mesmo tempo, tentar “vender” a ideia de evento sustentável.

De forma a contextualizar a questão, foi informado que, se fosse aprovada a proposta da *Prefeitura do Rio*, não seria a primeira vez que a legislação da área seria

modificada. Em 2005, em votação “relâmpago”, a *Câmara Municipal* havia aprovado a retirada de um terreno na Barra, da *APA de Marapendi*. As mudanças, também autorizaram a construção do dobro do que era permitido naquela área anteriormente. Em virtude disso, um grande empreendimento hoteleiro de uma rede internacional estava sendo construído no local.⁴⁹³

A polêmica provocada pelo anúncio da proposta de mudança motivou o acompanhamento do tema com matérias diárias, nas quais diferentes percepções foram apresentadas. Moradores entrevistados em outra publicação⁴⁹⁴ sobre o assunto demonstraram estar de acordo com a medida. Entretanto, afirmavam que a Prefeitura deveria assumir, de fato, a responsabilidade de preservar a área, conforme anunciado.

Na matéria mencionada, se manifestaram a favor da medida fontes ligadas a uma câmara comunitária e de uma associação representativa do mercado imobiliário, além de uma parlamentar com atuação na área ambiental. Conforme opinaram, a área em questão estava realmente degradada naquele período. Para esses interlocutores, a instalação do campo de golfe representava uma motivação para a revitalização da área escolhida para esse empreendimento e encerrava com a questão da indefinição sobre o futuro do trecho da *APA de Marapendi* na Praia da Reserva.

Já uma fonte do *Ministério Público*, à frente de um inquérito que investigava o impacto do empreendimento, afirmou que a mudança nos parâmetros urbanísticos, tendo como objetivo atender ao calendário dos *Jogos Olímpicos* era considerada preocupante, porque as questões do bairro como um todo não estavam sendo discutidas amplamente. Além disso, declarou que temia pela falta de análise e de debate aprofundados sobre o tema, levando em consideração a condição majoritária na *Câmara Municipal* do partido político que apoiava o prefeito à época.

Uma fonte especializada em direito ambiental argumentou que considerava importante a inclusão de um trecho da Praia da Reserva como área protegida, embora ressaltasse que era preocupante a redução de 58 mil metros quadrados para a construção do campo de golfe, quando ainda havia uma grande quantidade de questões indefinidas na região como ocupações irregulares por condomínios

⁴⁹³*Pacote altera gabarito no Parque Olímpico*, 02/11/2012, p.10.

⁴⁹⁴*Barra apoia novo parque*, 03/11/2012, p.10.

Três dias depois da divulgação de matéria⁴⁹⁵ com a maioria das opiniões favoráveis às mudanças propostas pela *Prefeitura do Rio*, outra notícia publicada informava que moradores de 13 condomínios localizados na área da *APA de Marapendi* estavam preocupados com as notícias de alterações propostas, uma vez que utilizavam um serviço de balsas para atravessar a *Lagoa de Marapendi* e não sabiam se haveria interferência nessa rotina.

Entretanto, dentre os moradores entrevistados, uma interlocutora manifestou preocupação, não somente com a questão da rotina de deslocamento por balsas, mas também apreensão de que fossem regularizadas áreas de estacionamento que já vinham contribuindo para a degradação ambiental da Praia da Reserva.

Por outro lado, também foi informado que a Lagoa de Marapendi era outra parte da área em questão que vinha sofrendo fortes impactos ambientais, tendo sido mencionado por um ambientalista que, desde o início daquele ano, já havia ocorrido a mortandade de cerca de 40 toneladas de peixes. O despejo de esgoto era considerado a provável causa do problema.

Na continuidade da cobertura do tema, em outra matéria publicada⁴⁹⁶, foi resgatada mais uma polêmica relacionada àquela área, envolvendo a construção de um *resort* de luxo próximo à entrada da Praia de Marapendi, em frente à Lagoa de mesmo nome, por uma grande rede hoteleira internacional.⁴⁹⁷

Segundo informado, um ex-gestor municipal naquela época havia ingressado com processo judicial contra a medida, mas perdeu a ação porque o *Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro* julgou a constitucionalidade da lei que possibilitou a construção do empreendimento.

Por outro lado, um grupo de moradores de um condomínio da região havia acionado o *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro* solicitando uma investigação para apurar se havia ocorrido irregularidade no processo de concessão da licença ambiental do empreendimento, pleito em tramitação à época da veiculação da notícia.

⁴⁹⁵ *Parque preocupa moradores da região*, 06/11/2012, p.11.

⁴⁹⁶ *Praia da Reserva terá hotel e condomínio*, 07/11/2012, p.19.

⁴⁹⁷ Foi informado que a grande rede hoteleira decidiu investir no Rio, desde a aprovação, em 2010, do chamado *Pacote Olímpico*, que concedia incentivos fiscais para estimular a abertura de novos hotéis na cidade e, dessa forma, atender à demanda gerada pelas *Jogos Olímpicos Rio 2016*.

Segundo um morador entrevistado, o receio do grupo se referia aos potenciais impactos causados pelo empreendimento. Essa fonte também destacou o desconhecimento de realização de audiência pública antes do licenciamento do projeto, conforme exigência legal para tal.

Uma fonte da área urbanística da gestão pública municipal, afirmou, entretanto, que não houve irregularidades no processo de licenciamento e que a mudança na legislação, ocorrida em 2005, assegurou o aproveitamento imobiliário de uma área que já estava parcialmente degradada. Entretanto, não foi informado na matéria, se havia ocorrido audiência pública para debate do projeto, questão levantada por uma das fontes entrevistadas.

Já a rede hoteleira, afirmou, à época, que todas as exigências ambientais haviam sido cumpridas e que, como parte dos compromissos assumidos, seria mantida a vegetação nativa. Tampouco foi informado, por essa fonte, sobre o questionamento dos moradores em relação à realização de audiência pública.

Na continuidade da discussão do tema, outra matéria publicada⁴⁹⁸ informou que no mesmo projeto de lei encaminhado à *Câmara Municipal*, incorporando áreas particulares da Praia da Reserva à unidade de conservação existente, a *Prefeitura do Rio* objetivava, ainda, estimular a construção de novos hotéis na zona Oeste da cidade. Nesse sentido, um dispositivo inserido na proposta havia permitido que os 690 mil metros quadrados de potencial construtivo (a área edificável) da Reserva fossem usados para erguer edifícios com até dez pavimentos, cinco adicionais ao limite previsto na legislação, até então.

Vale ressaltar que, o jornal pesquisado sinalizou com o seu poder de influência sob as decisões do Poder Público ao anunciar que, em função de erros de redação identificados no projeto de lei, a Prefeitura do Rio faria as correções e republicaria o texto. Ainda de acordo com a matéria mencionada, interlocutores da área urbanística da gestão municipal haviam informado que os erros não teriam efeito uma vez que as áreas às quais se referiam não eram edificáveis.

A equipe de reportagem, entretanto, buscou trazer contrapontos ao debate, consultando especialistas, que afirmaram o contrário. Segundo enfatizado, de acordo com uma consulta a dois urbanistas pelo jornal, a redação poderia criar “brecha” para

⁴⁹⁸Projeto prevê hotéis mais altos na Barra, 8/11/2012, p.13.

mudanças legais no futuro que tornariam essas áreas edificáveis, uma vez que já teriam potencial construtivo para tal.

Quase ao final das atividades legislativas de 2012, uma nova matéria publicada informava⁴⁹⁹ que a *Câmara Municipal* votaria naquele dia (20 de dezembro), em última sessão, a mensagem da *Prefeitura do Rio* que excluía a área de 58 mil metros quadrados de unidade de uma conservação da região, de forma a permitir a construção do campo de golfe. Foi ressaltado, entretanto, que a contrapartida ambiental prometida (a inclusão de um trecho de cerca de um milhão de metros quadrados da Praia da Reserva na *APA de Marapendi*, para garantir a sua conservação no longo prazo) não tinha previsão de ser concretizada.

Conforme noticiado, a indefinição teria ocorrido porque, ao contrário da proposta sobre o campo de golfe, não havia sido solicitado pela *Prefeitura do Rio* que o projeto fosse analisado em regime de urgência.

Foi informado por uma fonte da gestão pública municipal que as duas pautas eram independentes e que a discussão sobre a ampliação da *APA de Marapendi* ainda precisava ser amadurecida. Já em relação à construção do campo de golfe, era preciso atender aos prazos dos Jogos Olímpicos, conforme argumentado.

Diante do que foi qualificado como uma mudança de “tom” da gestão pública, a equipe de reportagem resgatou uma matéria publicada anteriormente, na qual em entrevista ao jornal pesquisado, uma fonte da *Prefeitura do Rio* havia informado que o conteúdo do projeto de lei era único e, ainda, que a pequena área transformada em campo de golfe teria como compensação a garantia de proteção de um trecho maior da Praia da Reserva que passaria a fazer parte da unidade de conservação municipal existente. O contraponto, nesse caso, foi o próprio confronto de informações publicadas em menos de dois meses no veículo pesquisado.

A decisão polêmica foi discutida com parlamentares da oposição que afirmaram, segundo noticiado, que aquela medida beneficiaria somente o mercado imobiliário que, por sua vez, teria suas áreas adjacentes ao campo de golfe, muito mais valorizadas.

Parlamentares, além de um advogado especializado em direito ambiental e líder de uma ONG ambientalista, afirmaram que faltaram audiências públicas prévias para que a população pudesse opinar sobre as mudanças, conforme previsto na legislação para casos de alterações de parâmetros urbanísticos, como as que estavam em curso.

⁴⁹⁹Redução de parque avança; proteção empaca, 20/12/2012, p. 21.

No dia seguinte à votação do projeto polêmico, em cobertura sobre o tema⁵⁰⁰ foi informado que a *Câmara Municipal do Rio* havia aprovado por 30 votos a dez, a incorporação de 58 mil metros quadrados ao terreno onde seria construído o campo de golfe dos *Jogos Olímpicos Rio 2016*. Houve emendas à proposta.

Um dos vereadores responsáveis pela emenda ao projeto da Prefeitura alegou que a motivação foi contribuir para viabilizar os *Jogos Olímpicos*. Levando em consideração que esse tipo de evento tem altos custos, o parlamentar afirmou que os empresários parceiros da iniciativa precisavam ser ressarcidos.

Enquanto um parlamentar, contrário à medida apresentada na emenda ao projeto, afirmou que o apoio havia representado uma “troca” de benefícios, outra fonte da *Câmara Municipal* informou que estaria estudando a possibilidade de pedir investigação do *Ministério Público* ao texto final, quer as emendas fossem vetadas ou não.

A reportagem consultou especialistas em urbanismo que alertaram para os riscos associados à falta de estudos para medir os impactos das mudanças urbanísticas na qualidade de vida da população local. Uma fonte do *Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)* ressaltou que projetos urbanísticos podem acarretar tanto impactos positivos como negativos. No caso da região em questão foi mencionado que, mesmo sem mudanças previstas nas emendas parlamentares, certamente essa já seria afetada pelo aumento do adensamento populacional.

Outra fonte especializada em urbanismo mencionou riscos como a impermeabilização do solo, associadas ao adensamento previsto para a região do *Parque Olímpico*. Nesse sentido, defendeu que todo projeto urbanístico deve levar em conta a cidade de forma integrada. Já uma liderança comunitária ressaltou que a cidade deveria deixar de ser tratada como “mercadoria”.

Nesse caso, parece claro que, mesmo diante de uma ampla mobilização social, que se refletiu na cobertura jornalística, no “jogo de forças” travado, prevaleceu a intenção do Poder Público.

9.3.3.4. Flexibilização nas regras de licenciamento ambiental é percebida como retrocesso

⁵⁰⁰ *Câmara vota para discussão de projeto sobre campo de golfe, 21/12/2012, p.25.*

Mais uma decisão governamental, tomada em 2012, provocou uma ampla discussão envolvendo diversos grupos sociais. Dessa vez, quase no encerramento daquele ano, o Governo estadual encaminhou um projeto de lei à *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)* propondo alterações no processo de licenciamento ambiental, em vigor, até então. A medida foi interpretada como uma forma de flexibilização ambiental pelos segmentos contrários à proposta, viés que se refletiu na ampla cobertura jornalística analisada sobre o tema.

Para que se tenha uma ideia do nível de controvérsias sobre o tema, somente na *ALERJ*, o texto já tinha recebido 106 emendas, segundo matéria publicada em dezembro.⁵⁰¹ A proposta governamental visava à alteração de normas sobre o *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)* e o *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)* de empreendimentos potencialmente impactantes. A dispensa de realização de audiência pública e de apresentação de *EIA/RIMA* para algumas situações foi uma das principais mudanças indicadas do projeto de lei.

Uma fonte do *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro* considerou o projeto como sinal de “retrocesso” e solicitou à *Presidência da ALERJ*, a exclusão da matéria do regime de urgência, para que houvesse mais tempo dedicado ao debate dessa medida polêmica. Para esse interlocutor entrevistado, o projeto certamente seria considerado inconstitucional, caso aprovado, uma vez que se tornava menos restritivo que a legislação federal e traria grande incerteza jurídica.

Pelo teor da proposta governamental, segundo informado, poderiam ser dispensados do estudo prévio de impacto ambiental alguns empreendimentos como ferrovias, portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; além de aeroportos; oleodutos, gasodutos; emissários submarinos e complexos petroquímicos. Para isso, bastaria que o órgão ambiental verificasse que o projeto apresentado sinalizava com ausência de “significativa” degradação ambiental.

Uma fonte da área ambiental governamental afirmou que não havia motivos para considerar que o projeto de lei proposto representaria uma forma de flexibilização do rigor ambiental. A ideia era promover a celeridade das ações. Ainda segundo o interlocutor da gestão pública, o Estado do Rio de Janeiro, até então, era o único no Brasil que não podia aplicar a resolução do *Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)*, que dispensava o *EIA-RIMA* para as atividades de areais, barreiros e

⁵⁰¹ Cabral que flexibilizar licenciamento ambiental, 12/12/2012, p.29.

exploração de brita. Sendo assim, os projetos desse tipo estavam acumulados no órgão ambiental estadual, enquanto obras de habitação popular, além de empreendimentos para a *Copa do Mundo de Futebol 2014* e para os *Jogos Olímpicos Rio 2016* já enfrentavam a falta de matéria-prima.

Segundo informado na mesma matéria mencionada, professores e alunos do *Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA)* da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)* enviaram ofício à *ALERJ* solicitando que o projeto fosse retirado do regime de urgência. Fontes especializadas da instituição de ensino afirmaram que a medida, caso aprovada, significaria o maior retrocesso ambiental do Estado. A iniciativa governamental foi considerada um desrespeito à *Constituição* e um dos seus principais aspectos negativos se referia ao fim das audiências públicas, nas quais os interlocutores sociais podem se manifestar sobre projetos que estejam passando por processo de licenciamento ambiental.

Mesmo sem querer adiantar detalhes, uma liderança parlamentar afirmou que o projeto tinha imperfeições que seriam corrigidas pela *ALERJ* e para tal apresentou emendas à proposta governamental. Já um ambientalista consultado, criticou a medida e opinou que a ideia era aprovar licenciamentos importantes de forma acelerada.

Logo após à primeira divulgação e diante da repercussão negativa à medida anunciada, principalmente em face do posicionamento contrário do *Ministério Público*, outra matéria⁵⁰² sobre o tema informava que o *Governo do Estado* havia solicitado a retirada do projeto de lei 1.860/2012, com alterações no licenciamento ambiental, da pauta da *ALERJ*. Ainda segundo noticiado, houve reconhecimento de falhas no texto, que, assim, passaria por reavaliação para reenvio da proposta em regime de urgência à Assembleia Legislativa.

Foi informado por uma fonte governamental que uma nova mensagem deveria corrigir qualquer tipo de ambiguidade e também trataria especificamente da questão dos areais, uma vez que estavam sem solução os processos de licenciamento de 220 empreendimentos que abasteciam a construção civil.

Uma fonte parlamentar entrevistada comentou que o governo reconheceu a necessidade de discutir mais a proposta e que não havia condições de votar o texto como fora apresentado, originalmente.

⁵⁰²*Cabral reavalia projeto ambiental polêmico*, 13/12/2012, p.22.

Também foi informado na matéria que o governo estaria pressionado pelo setor da construção civil, em função dos projetos previstos para a realização da *Copa do Mundo de Futebol 2014* e os *Jogos Olímpicos Rio 2016*.

Ainda segundo noticiado, de 2012 a 2014, a *Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)* estimava que seriam movimentados R\$ 40 bilhões pela indústria de exploração mineral no Estado.

Uma fonte de um órgão público responsável pela gestão da atividade mineral ressaltou que havia uma demanda reprimida por areia, saibro, cascalho e brita, agregados considerados essenciais à indústria da construção civil. Na opinião desse entrevistado, não licenciar as atividades extrativas seria uma forma de incentivar a clandestinidade das operações e exigir *EIA/RIMA* para todos os projetos era considerado inviável.

Por outro lado, segundo opinou uma parlamentar estadual, deveria haver um debate amplo sobre essa proposta de agilização do processo de licenciamento ambiental de uma atividade com significativos impactos ambientais. Foi informado, ainda, que a extração de areia havia provocado grande degradação ambiental em Itaguaí e Seropédica, áreas de intensa produção desse setor no Estado do Rio.

Para um analista ambiental entrevistado, as atividades de exploração mineral exigem cuidados ambientais especiais, tanto que na *Constituição* brasileira há clareza de que projetos do setor devem reparar os danos causados pela exploração. Essa fonte questionou se os processos de licenciamento no Estado teriam esse tipo de preocupação.

Em continuidade à cobertura, menos de uma semana depois do anúncio de revisão do texto pelo *Governo do Estado*, uma nova matéria informava⁵⁰³ que o projeto de lei de flexibilização do processo de licenciamento ambiental do Rio de Janeiro seria votado naquela semana.

Novas manifestações contrárias à proposta governamental foram divulgadas. Enquanto duas parlamentares adiantaram que haviam solicitado a retirada do artigo que dispensava *EIA-RIMA* para atividades de exploração de água mineral, um jurista especializado na área ambiental afirmou que a aprovação daquele projeto representaria “um tapa na cara” da *Rio+20*. Para essa fonte consultada, o Estado seguia na contramão do desenvolvimento sustentável, mote da conferência realizada naquele ano no Rio de Janeiro.

⁵⁰³Projeto que libera licenças será votado até quinta, 18/12/2012, p.10.

Ressaltou, ainda, que a lei estadual feria a legislação federal no que tange à exigência de apresentação de EIA/RIMA para projetos potencialmente impactantes, bem como defendeu que as medidas governamentais deveriam ser amplamente discutidas com a sociedade. Ainda foi enfatizado na matéria mencionada que o Governo do Estado havia promovido mudanças no texto do projeto de lei, depois de críticas de inúmeros grupos sociais.

O texto jornalístico informava que o decreto 42.159/2009, em vigor até então, determinava que o processo de extração de minerais amplamente utilizados na construção civil, como areia, brita e saibro, era uma das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental. Os riscos ambientais associados a esse tipo de exploração econômica, inclusive no que se refere à conservação da biodiversidade, também foram ressaltados no conteúdo veiculado.

Da mesma forma foi destacado que a poluição da água e do solo, o uso de combustíveis fósseis, além das práticas de queimada para acabar com a vegetação eram outros fatores de risco associados à exploração de recursos minerais. Ainda foi mencionada a perda de identidade local como consequência desse tipo de atividade.

Dois dias depois de a última matéria mencionada ser publicada, outra notícia veiculada⁵⁰⁴ informava que naquele dia (20 de dezembro) seria votada a chamada *Lei da Mineração* no plenário da ALERJ. O texto ressaltou o poder de influência da gestão pública estadual quando informou que uma liderança da área ambiental havia “costurado” um acordo em reunião com parlamentares, na qual o Governo se comprometia, a retirar um parágrafo polêmico liberando os setores de exploração de água mineral e rochas ornamentais de apresentarem EIA/RIMA dos seus projetos de licenciamento.

No acordo, ainda segundo informado, os parlamentares incluíram no texto final que seria votado em sessão única, um total de seis emendas, entre as quais, a divulgação via internet de *Relatório de Controle Ambiental* dos empreendimentos de extração de areia, argila, saibro e brita pela Secretaria Estadual do Ambiente. Outra obrigatoriedade sugerida por um deputado se referia à realização de estudos de avaliação ambiental integrada para áreas sob impacto de vários projetos de mineração.

Assim, ainda que continuassem sendo apresentadas críticas à proposta de flexibilização do processo de licenciamento ambiental, termo que uma fonte

⁵⁰⁴ *Lei da mineração vai a plenário hoje na Alerj*, 20/12/2012, p.21.

governamental declarou considerar equivocado para definir a mudança desejada, a exposição da questão para a opinião pública, pelos meios de comunicação, incluindo o jornal pesquisado, parece ter surtido efeito em algum tipo de recuo do governo em relação ao texto inicial que passou por mudanças. Nesse sentido, alguns parlamentares mais sensíveis às questões ambientais conseguiram apresentar propostas de emendas com atenção a algumas particularidades de determinadas atividades que não poderiam ser tratadas de forma homogênea no contexto do projeto de lei.

Enfim, no dia seguinte à votação, a última matéria analisada sobre o tema informava⁵⁰⁵ que a *ALERJ* havia aprovado com sete emendas o projeto de lei que dispensava da apresentação de *EIA-RIMA*, os pequenos empreendimentos fornecedores de materiais de construção, em processo de licenciamento ambiental.

Para um especialista em direito ambiental, ainda que o projeto de lei não tenha sido aprovado na sua primeira versão apresentada à *ALERJ*, a tendência era de agravamento das condições de degradação ambiental provocadas por atividades de exploração de agregados para a indústria da construção civil.

Na opinião de um ambientalista com forte atuação no combate à extração ilegal de areia no Estado do Rio, a melhoria do trabalho de fiscalização do setor era considerada mais importante do que a mudança na legislação. Segundo afirmado por essa fonte de informação, a sua experiência com o tema, durante 20 anos, indicava que, na prática, as leis em vigor não vinham sendo cumpridas por falta de atuação mais intensiva dos órgãos competentes.

Em linhas gerais, pelos exemplos apresentados, parece claro que o tema mobiliza inúmeros grupos sociais, que, de acordo com os seus próprios interesses, agem e se articulam no sentido de influenciar o processo de tomada de decisão. Tais dinâmicas sociais expõem jogos de forças e de poder, assim como ilustram que as ações são assumidas pelos participantes dessas articulações, conforme expresso nas veiculações mapeadas e destacadas nas categorias de análises.

Nessas controvérsias, o Poder Público é alvo permanente de cobranças e questionamentos em diferentes circunstâncias, seja para atuar em favor dos grupos sociais que buscam conservar a biodiversidade, ou sendo confrontado por suas decisões quanto a esse objetivo, quando essas são consideradas como “obstáculos” à manutenção de atividades socioeconômicas. Por outro lado é ainda questionado quando toma

⁵⁰⁵ *Alerj aprova dispensa de EIA-Rima na área de minério*, 21/12/2012, p.25.

decisões com intuito de mudar as regras já estabelecidas e, tende, com isso, a ampliar a vulnerabilidade de espécies e seus *habitats*, na percepção de alguns interlocutores.

Assim, os movimentos que se expressaram por meio das *associações*, configuradas na cobertura jornalística analisada nesta pesquisa de tese, tendem a ilustrar a complexidade que envolve a relação sociedade-natureza, tema que, ao longo de mais de três décadas, tem motivado estudos orientados pela *Teoria Ator-Rede*. Nesse processo, conforme apresentado nesta narrativa, os meios de comunicação representam um *actante* com grande poder de influência para gerar “reações”, mediações e “transformações”.

Mas em que medida essa atuação tem contribuído, realmente, para ampliar a disseminação de informação qualificada sobre a complexidade que envolve a agenda da conservação da biodiversidade? Quais são as principais lacunas percebidas e as potenciais recomendações de melhoria da cobertura jornalística sobre essa temática? Nas páginas a seguir, são apresentadas as percepções de interlocutores sociais consultados no contexto desta pesquisa, sobre essas e outras questões, que se somam a todos os resultados apresentados nos últimos dois capítulos.

9.4. Políticas públicas de conservação da biodiversidade pela ótica dos entrevistados

No percurso metodológico adotado nesta pesquisa, os resultados obtidos, por meio das 14 entrevistas realizadas com jornalistas e outros interlocutores sociais especializados na temática da conservação da biodiversidade, foram interpretados com base na Análise de Conteúdo. Essa técnica, segundo Bardin (1979, p. 42), contribui para “[...] obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”

Nesse sentido, os resultados foram analisados a partir da definição de categorias temáticas que, na perspectiva da autora mencionada, representam uma técnica de Análise de Conteúdo dividida em etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

No período de pré-análise, foram separadas as entrevistas dos diversos interlocutores sociais. Posteriormente, foi realizada a leitura flutuante, que, segundo a

definição da autora, contribui para “*analisar o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações*”. (BARDIN, 1979, p.96)

Posteriormente, foram selecionadas as perguntas consideradas mais relevantes para se atender ao objetivo estabelecido pela pesquisa e, também, observadas as respostas mais recorrentes. A partir de então, a codificação dos resultados foi realizada com base na escolha de categoria temática que, na definição de Bardin (1979, p. 105), “*é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura*”.

Essa etapa se desenvolveu a partir da seleção de respostas às perguntas consideradas estratégicas, inseridas nos roteiros de entrevistas, no sentido de atender aos objetivos da presente pesquisa. Se considera que, os resultados obtidos, discutidos nos tópicos a seguir, contribuem para lançar reflexões complementares às análises das matérias mapeadas e apresentadas no contexto desta tese.

9.4.1. O olhar dos interlocutores sociais

No contexto desta pesquisa de tese foram selecionadas nove categorias temáticas para a interpretação das percepções dos nove interlocutores sociais entrevistados, sobre a cobertura jornalística relacionada às políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. Esses profissionais têm atuado, principalmente, em áreas como gestão pública, ONGs e academia, tendo acumulado entre 16 anos e 30 anos de experiência em temas socioambientais. Algumas observações dos entrevistados são apresentadas em destaque, de forma a ilustrar argumentos espontâneos, complementares às principais questões inseridas nos roteiros de entrevistas.

CATEGORIAS TEMÁTICAS

9.4.1.1. Políticas mais importantes

Na percepção dos entrevistados, as mais importantes políticas públicas brasileiras dirigidas à conservação da biodiversidade, são as seguintes, por ordem de relevância: *SNUC; Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); Código Florestal; PNAP e PNB*. Nesse contexto também foram mencionados três marcos internacionais: *CDB; Convenção do Patrimônio*

Mundial Cultural e Natural; além da *Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)*. Tendo em vista esta questão, algumas observações complementares são ilustradas em destaque a seguir:

“O *SNUC* está estagnado, apesar de ser um marco importante. Precisa de atualização”. (A.D.S.)

“O *PNAP* perdeu a importância na gestão.” (A.P.P)

9.4.1.2.Políticas mais disseminadas

Os entrevistados consideraram que estão mais disseminadas para a opinião pública as seguintes políticas brasileiras: *SNUC*; *Código Florestal*; *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)*, além da *PNB*. De forma complementar algumas percepções apresentadas contribuem para lançar reflexões sobre essa temática:

“O *PNAP* foi esquecido na história pela gestão pública e pela mídia” (R.M)

“A *CDB* tem cobertura temporal/sazonal” (A.P.P)

“Em geral as políticas não atraem o interesse como políticas. A mídia é atraída por questões polêmicas”. (A.R.)

9.4.1.3.Pluralidade de fontes

A maioria considerou que as fontes, em geral, não são diversificadas e que alguns segmentos estão mais presentes na cobertura jornalística sobre a temática da conservação da biodiversidade, em detrimento de outros, com menos visibilidade e participação. Algumas temáticas mais específicas, como tendências de desmatamento, são consideradas ainda mais restritas em termos de diversidade de “vozes”. Outras observações apresentadas pelos entrevistados contribuem para ilustrar a visão crítica sobre esse aspecto:

“Em geral, não se escuta amplamente a sociedade.” (A.R)

“Quando se trata de desmatamento quem fala é o *INPE* e o *IMAZON*. Isso limita a compreensão da sociedade sobre o tema.” (A.D.S)

9.4.1.4.Segmentos sociais mais mencionados

Para a maioria dos interlocutores entrevistados são os seguintes os segmentos mais mencionados na cobertura jornalística sobre o tema pesquisado: governo; ONGs; ambientalistas; cientistas e, com menos visibilidade, representantes das populações tradicionais. A opinião, em destaque a seguir, tende a ilustrar essa percepção.

“Em geral quem fala é representante de governo, das ONGs e da academia. Não há vínculo direto nas vozes da população.” (N.B.)

9.4.1.5. Profundidade e contextualização das abordagens

Para a maioria, em geral, as abordagens sobre a pauta da conservação da biodiversidade não são aprofundadas e contextualizadas. As opiniões, em destaque a seguir, sintetizam as principais percepções dos entrevistados sobre o tema:

“Com raras exceções as matérias são aprofundadas e contextualizadas. Em geral, além de superficiais as abordagens contêm muitos erros.” (A.P.P)

“Sobre desmatamento, por exemplo, o jornalista está sempre correndo atrás do grande vilão, quando há necessidade de compreensão das dinâmicas que envolvem o tema. A compreensão de dinâmicas já ajudou a desenhar políticas mais adequadas. Mas a mídia tende a reduzir o debate. Vejo algumas conexões nas abordagens quando se trata de especialistas.” (A.R.)

9.4.1.6. Aspectos mais abordados

Na percepção dos entrevistados, os seguintes aspectos são preponderantes quando se trata da cobertura jornalística sobre conservação da biodiversidade: catástrofes e controvérsias; desmatamento; mudanças climáticas; espécies (bandeiras/ descobertas/ em extinção); natureza espetacular (enfoque em beleza cênica/turismo).

9.4.1.7. Avanços considerados

Há avanços a considerar na cobertura jornalística, nas últimas duas décadas, sobre a agenda da conservação da biodiversidade, segundo a maioria dos entrevistados. Na percepção dos interlocutores, os principais são: a ampliação e à popularização do tema na mídia; a diversificação das mídias e o fortalecimento do processo de interatividade dos veículos de comunicação com o público; além da expansão do conhecimento científico, permitindo, inclusive, a especialização de jornalistas.

Embora a maioria tenha elencado algum tipo de avanço, três entrevistados consideraram que não há nada a destacar quanto a essa categoria temática. O destaque apresentado, a seguir, tende a ilustrar, em linhas gerais, esse tipo de percepção:

“Não percebo avanços. Houve ascensão e queda do interesse pelo tema. Em vinte anos mudou a conjuntura global e não dá para nos desvincular do mundo. A questão climática dominou a agenda.” (N. B.)

9.4.1.8.Principais desafios

Algumas prioridades foram elencadas pelos entrevistados como desafios a serem enfrentados rumo à qualificação da informação sobre o tema pesquisado. As principais são: Investir na especialização profissional sobre as pautas ambientais e na questão da biodiversidade em particular; ampliar as ações de interlocução com a mídia (para pautar o tema na cobertura); melhorar a tradução de dados técnicos especializados para que sejam mais aprofundados nas abordagens; além de aprimorar o processo de seleção de fontes de informação.

Ainda foram mencionadas como prioridades, a disseminação de conhecimento sobre o que foi feito, ou não, em termos de políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil; e o aumento da discussão sobre a responsabilidade da mídia em relação à veiculação de informações sobre o tema. Como se percebe, as sugestões são dirigidas não somente aos veículos de comunicação, mas, também, aos órgãos de gestão pública e à academia. As análises, em destaque, a seguir, complementam as reflexões apresentadas pelos entrevistados:

“Sobram cada vez menos recursos para trabalhar a comunicação como uma prioridade.” (A.D.S.)

“É preciso abordar mais profundamente o tema da perda de biodiversidade como questão desafiadora para toda a sociedade.” (J.L.A.F.)

9.4.1.9.Principais recomendações

Diante de todas as questões problemáticas discutidas, na percepção dos entrevistados algumas recomendações tendem a contribuir para melhorar a qualidade da cobertura jornalística sobre a pauta da conservação da biodiversidade. As prioridades passam pelo aumento dos investimentos em especialização para que os profissionais possam problematizar melhor as questões abordadas e entender o histórico de

experiências construídas no Brasil; pela ampliação dos espaços destinados a essa temática na cobertura jornalística; assim como pelo reconhecimento da importância da comunicação como parte da gestão estratégica das instituições públicas e privadas.

Na percepção dos interlocutores entrevistados, os órgãos públicos também devem se aproximar mais dos jornalistas, tanto para divulgar mais amplamente as suas ações como para promover a capacitação dos profissionais em temas ambientais, com ênfase na agenda da conservação da biodiversidade. Além disso, devem fortalecer e ampliar as assessorias de comunicação especializadas. Percepções em destaque, a seguir, contribuem para complementar o debate do tema:

“É preciso estruturar o diálogo sobre o tema com a força da grande mídia.”
(R.M)

“Temos que construir um novo caminho. A geopolítica mudou o modelo.”
(N.B.)

9.4.2. O olhar dos jornalistas

Os jornalistas entrevistados no contexto desta pesquisa de tese têm entre 15 e 25 anos de experiência profissional em temas socioambientais, além de terem atuado, principalmente, em segmentos como gestão pública, redação de jornalismo diário e ONGs. Com base nas respostas mais recorrentes desses interlocutores foram selecionadas sete categorias temáticas, apresentadas a seguir, pelas quais são sintetizadas as suas principais percepções sobre a cobertura jornalística relacionada às políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. Alguns argumentos espontâneos, complementares às principais questões inseridas nos roteiros de entrevistas, também são apresentados em destaque.

CATEGORIAS TEMÁTICAS

9.4.2.1. Políticas mais importantes

Foram destacadas, por ordem de relevância, as seguintes políticas: *SNUC*; *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)*; *Código Florestal* e, ainda, a *Política Nacional de Recursos Hídricos*. Mas, para os jornalistas entrevistados essas e outras políticas públicas ambientais, em geral,

despertam o interesse jornalístico pontualmente, sobretudo, em casos que envolvem controvérsias.

9.4.2.2.Pluralidade de fontes

Em geral, as fontes não são diversificadas, conforme opinião da maioria dos jornalistas entrevistados. Quando se trata de debate sobre a conservação da biodiversidade, os profissionais consideraram que os segmentos mais presentes são os seguintes: Governo, ONGs e ambientalistas.

9.4.2.3.Qualidade das abordagens

Para a maioria dos jornalistas entrevistados, as abordagens sobre a agenda da conservação da biodiversidade não são aprofundadas e contextualizadas. Um dos principais motivos mencionados como obstáculo, em relação a essa questão, ainda se refere à falta de especialistas no tema na maior parte das redações brasileiras. Nesse sentido, os interlocutores reconheceram que as atividades profissionais também vêm sendo prejudicadas pelo cenário conjuntural de condições de trabalho precárias, com equipes reduzidas e jornadas de trabalho marcadas pelo excesso de tarefas para serem executadas em curto espaço de tempo. Esses e outros fatores, fortemente associados ao avanço das tecnologias da informação, tendem a interferir na qualidade da cobertura jornalística.

9.4.2.4.Principais notícias

Na percepção dos entrevistados, os assuntos relacionados à agenda da conservação da biodiversidade que mais despertam a atenção dos jornalistas e que, por conseguinte, são pautados recorrentemente no noticiário brasileiro, envolvem abordagens sobre desmatamento, unidades de conservação, conflitos e tragédias.

9.4.2.5.Avanços considerados

Em relação a essa questão as opiniões se dividem de forma clara. Nesse sentido foram mencionados alguns avanços percebidos, como a diversificação das mídias e o fortalecimento das organizações não governamentais que se profissionalizaram em

termos de comunicação estratégica e passaram a pautar o tema na mídia. Por outro lado, se considerou que alguns espaços conquistados anteriormente se perderam, diante de mudanças conjunturais que afetaram as redações em geral. Cenários de condições de trabalho mais adversas, por sua vez, também levaram ao afastamento de diversos profissionais que já haviam alcançado um nível mais elevado de especialização sobre a agenda da conservação da biodiversidade. As observações em destaque, a seguir, ilustram as reflexões espontâneas dos entrevistados sobre o tema abordado:

“Não percebo avanços. Perdemos espaços e pessoas qualificadas”. (A.B.)

“Só se cobre o factual. Falta perenidade dessa temática na cobertura e, em geral, não se interpreta os fatos buscando relacioná-los à vida das pessoas.” (M.R.)

“As organizações se fortaleceram e passaram a pautar essa temática que se tornou mais presente na mídia.” (W.G.N.)

9.4.2.6. Questões desafiadoras

Frente à complexidade relacionada à pauta da conservação da biodiversidade, os principais desafios percebidos envolvem questões da rotina jornalística que tendem a comprometer a qualidade das abordagens dessa temática. Nesse sentido, foram mencionados como entraves, a redução da quantidade de especialistas para a cobertura dessa agenda; o aumento das pressões associadas ao tempo de produção da notícia nas redações, sobretudo em cenários de ampliação das mídias digitais; assim como a falta de compreensão de algumas fontes que nem sempre atendem às demandas dos jornalistas em tempo hábil, seja para realização de entrevistas ou envio de informações.

9.4.2.7. Principais recomendações

Para os entrevistados, não há como alcançar melhoria na qualificação da cobertura jornalística sobre conservação da biodiversidade, sem promover ações de capacitação. No entanto, segundo as principais opiniões apresentadas, essa alternativa é essencial não somente para os jornalistas. Nesse sentido, as atividades devem envolver também os interlocutores da gestão pública e da academia. Se considera que os representantes desses segmentos necessitam ampliar o diálogo com os profissionais de comunicação, compreendendo as suas principais demandas e reconhecendo o importante papel que desempenham na “tradução” de informação técnica e científica

para diversos grupos sociais. Algumas sugestões e observações, em destaque a seguir, tendem a complementar as reflexões sobre o tema:

“Ampliar a capacitação das pequenas assessorias e dos jornalistas, em geral, é fundamental.” (W.G.N.)

“Sem capacitação não alcançaremos bons resultados na qualificação da cobertura sobre essa temática. Uma alternativa viável é a promoção de eventos que permitam ampliar o diálogo entre jornalistas e especialistas em políticas públicas.” (C.C.)

“É preciso buscar superar o descompasso que existe entre os tempos da pesquisa, da ação governamental e da produção jornalística, sobretudo em cenários de avanços das mídias digitais.” (M. R.)

As múltiplas visões dos especialistas entrevistados no contexto desta pesquisa de tese, somadas às discussões, anteriormente apresentadas, com ênfase naquelas delineadas nos dois capítulos de análise da cobertura jornalística sobre a agenda da conservação da biodiversidade, tendem a ampliar o debate relacionado a essa temática.

Se considera, ainda, que as questões abordadas pelos entrevistados representam reflexões essenciais que, sendo apropriadas pela gestão pública, pelos profissionais de comunicação e pela academia, entre outros segmentos, sinalizam com contribuições para o aperfeiçoamento de suas práticas de disseminação de informação qualificada para a opinião pública, sobre a agenda mencionada. Da mesma forma, ilustram os desafios que não se esgotam nessa abordagem, mas que podem se desdobrar em novos recortes para estudos futuros, sobre essa temática de grande relevância para um país de megadiversidade como o Brasil.

Com intuito de finalizar o debate proposto, tendo em vista os dilemas e também as potencialidades da cobertura jornalística em relação à temática abordada, se considera que algumas referências reconhecidas, dentre as quais Trigueiro (2003, 2005), tendem a lançar reflexões centrais nesse sentido. Para esse autor, são inúmeros os riscos que envolvem o tratamento superficial ou fragmentado das questões ambientais (nas quais se incluem a agenda da conservação da biodiversidade), nos meios de comunicação. Esse tipo de abordagem, segundo opina, não contribui para que os grupos sociais, em geral, deixem de considerar a natureza, a partir de seus aspectos isolados, tais como a fauna e a flora, entre outros.

Para o autor mencionado, extrapolar a limitação da fragmentação ou da superficialidade da informação disseminada, ou seja, favorecer o entendimento do

sentido amplo que envolve a relação sociedade-natureza, tende a ser um dos principais desafios dos meios de comunicação na contemporaneidade.

Análises nesse sentido também são partes das reflexões de TRANNIN (2005) e TRANNIN *et al* (2006), quando discutem, em profundidade, o papel dos meios de comunicação frente aos desafios que envolvem a fragmentação da informação sobre a agenda da conservação da biodiversidade⁵⁰⁶.

Nessa discussão, cabe ressaltar, também, que para as autoras mencionadas, os meios de comunicação são considerados elos fundamentais à disseminação de temas de interesse público, à medida que expõem as preocupações sociais, abrem espaço para que diversos interlocutores se manifestem e discutam possíveis soluções para os problemas que afetam a coletividade.

Assim, com tantas potencialidades, certamente, esse segmento social precisa lançar um olhar atento para os seus dilemas, no sentido de uma busca de aperfeiçoamento permanente das suas práticas.

Nesse contexto, não se pode deixar de reconhecer, ainda, que a construção e o fortalecimento da democracia para muitos estudiosos não seriam possíveis sem a livre circulação de informação e a presença dos meios de comunicação em interação com os grupos sociais em geral. Para Robert Dahl (2001), dentre os pressupostos da democracia, em larga escala, se destacam tanto a liberdade de expressão como as fontes de informação diversificadas. Tal percepção tende a sinalizar, ainda mais, com a importância desse segmento social para o fortalecimento da agenda da conservação da biodiversidade, como uma temática de amplo interesse público.

Finalmente, no que se refere ao processo de acompanhamento da implementação das políticas públicas de conservação da biodiversidade, os meios de comunicação também tendem a desempenhar um papel central. Não por acaso, em relação às questões de interesse público, o jornalismo já foi denominado de *cão de guarda* (*watchdog*, no termo original em inglês) abordagem que tem motivado estudos sobre a função de “fiscalização do poder público” por esse segmento, de forma a garantir o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania.

⁵⁰⁶ Nas duas referências, as autoras discutiram os desafios relacionados à agenda da conservação da biodiversidade na mídia, problematizando os resultados de uma pesquisa que identificou a falta de visibilidade do SNUC (BRASIL, 2000) na revista *Veja*, em um período dedicado à implementação desse arcabouço legal no Brasil.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunicar e sensibilizar os diversos interlocutores sociais sobre a importância da conservação e do uso sustentável da biodiversidade representa uma estratégia central no âmbito da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, marco internacional que tem orientado políticas públicas dirigidas a essa temática, globalmente, e que inspira esta tese. Não por acaso, o artigo sobre *Educação e Conscientização Pública* dessa *Convenção* ressalta o papel dos meios de comunicação e dos programas educacionais para que seja possível ampliar a compreensão da opinião pública sobre a relevância dessa agenda.

E reforçando esta afirmação, no contexto do *Plano Estratégico 2020* da *CDB*, está expressa a intencionalidade de “*tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade*”, o que sinaliza com clareza para a necessidade de implementação de ações de comunicação e de educação dirigidas ao engajamento da sociedade nesse processo.

Da mesma forma, diversas metas foram acordadas, até 2020, no âmbito do *Plano Estratégico* mencionado, sendo a primeira, “*Conscientizar as pessoas do valor da biodiversidade*”, também, diretamente articulada à demanda de implementação de estratégias de comunicação e de educação dirigidas à sensibilização da sociedade para o tema.

Mas, se a agenda em questão é complexa e permeada por muitos dilemas, conforme discutido anteriormente, como avançar em direção ao alcance desses ousados objetivos e metas traçados sob a liderança da ONU, com a cooperação dos países signatários da *CDB*, dentre os quais o Brasil? E como tornar possível a materialização das diretrizes de comunicação e educação estabelecidas pelas políticas públicas nacionais, direta ou indiretamente orientadas por essa *Convenção* e pesquisadas como inspiração central nesta tese?

Nesse contexto, cabe ressaltar que, embora o Brasil seja reconhecido pelo avançado e inovador arcabouço legal dirigido à temática ambiental, com ênfase na conservação da biodiversidade, nem sempre os instrumentos de políticas públicas com esse enfoque são implementados de fato. Assim, tendo em vista os compromissos nacionais assumidos nas duas últimas décadas no âmbito da *CDB*, ampliar o olhar sobre os desdobramentos dessa agenda representa um grande desafio para os meios de

comunicação, para os órgãos da gestão pública e para os demais segmentos sociais envolvidos nesse debate.

Mas como avançar em projeções para o futuro sem identificar as problemáticas do passado que se refletem na atualidade, tendo em vista as lacunas identificadas na cobertura jornalística pesquisada? Quais as soluções possíveis para as questões que tendem a interferir nos êxitos esperados no contexto das políticas públicas dirigidas a essa temática complexa, sobretudo no plano da comunicação?

Com o intuito de contribuir para o aprofundamento desse debate, se considera que o resgate de algumas questões centrais, identificadas a partir do recorte proposto por esta tese, tende a motivar reflexões sobre os desafios que envolvem essa agenda. Com esse propósito, foram apresentados e discutidos os principais dilemas identificados por meio da cobertura jornalística e seus desdobramentos em políticas públicas dirigidas à conservação da biodiversidade. Dois momentos históricos de grande relevância, nas duas últimas décadas, servem de pano de fundo para esse debate: a realização da *Rio-92*, em 1992, e da *Rio+20*, em 2012. As duas conferências, chanceladas pela *ONU*, são reconhecidas como marcos globais que buscaram estimular o debate sobre o desequilíbrio provocado pelo modelo de desenvolvimento contemporâneo e suas interfaces com questões socioambientais, econômicas, políticas, éticas, entre outras.

Nesse sentido cabe ressaltar que, esta tese se construiu a partir do objetivo de interpretar em que medida os meios de comunicação (representados neste caso pelo jornal *O Globo*) têm decodificado e difundido para a sociedade, as questões relacionadas às políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. Tendo em vista o fato desta temática envolver múltiplos segmentos sociais, além de diversos interesses, se buscou identificar, também, os principais interlocutores na cobertura jornalística analisada. Da mesma forma, a investigação proposta foi pautada pelo mapeamento de controvérsias sobre essa temática expressas no veículo selecionado.

Embora não se tenha pretendido realizar um estudo comparativo, conforme ressaltado anteriormente, esta investigação resultou no mapeamento de cerca de 300 notícias em 1992, em função do marco da *Rio-92* e de seus desdobramentos em políticas públicas, além de aproximadamente 250, em 2012, quando ocorreu a *Rio+20*, duas décadas após a realização desse evento de alcance global. Com base nesses conteúdos selecionados se buscou interpretar em que medida a complexidade dessa agenda se expressou em dois contextos distintos, com repercussões nos planos nacional e internacional.

Para tal, se partiu das hipóteses de que a agenda em questão ainda não é abordada de forma aprofundada, na cobertura jornalística, e que a pluralidade de fontes de informação, um importante princípio jornalístico, não se configura no noticiário pesquisado sobre essa temática. Esses direcionamentos foram confirmados, com base no mapeamento realizado à luz de dois principais eixos teóricos que inspiraram esta tese: o *enquadramento midiático (media framing)* e a *Teoria Ator-Rede (ANT)*, no original em inglês).

Os resultados obtidos no mapeamento realizado foram reafirmados, também, por meio das percepções dos jornalistas e demais interlocutores sociais consultados nesta pesquisa. Assim, as visões desses atores, atentos observadores da cobertura jornalística sobre a agenda da conservação da biodiversidade, contribuíram para reforçar as análises realizadas e as afirmações argumentadas no contexto desta tese.

Neste exercício retrospectivo, foi possível identificar que, na origem da investigação da tese, em 1992, a cobertura jornalística sobre a agenda da conservação da biodiversidade foi, como esperado, fortemente influenciada pela realização da *Rio-92*. Aquele momento histórico favoreceu o debate sobre a temática, já reconhecida como uma problemática global, que, por sua vez, pautou de forma recorrente o interesse midiático. Nesse contexto, de forte mobilização dos movimentos sociais e ambientalistas, as “vozes” de representantes desses segmentos estiveram claramente expressas na cobertura jornalística. Entretanto, as “falas” das fontes de informação governamentais foram as mais mencionadas, em detrimento das demais.

Assim, se pode concluir que, embora a agenda da conservação da biodiversidade tenha sido abordada na cobertura jornalística analisada referente ao ano de 1992, a pluralidade de fontes não se configurou nesse contexto. Da mesma forma foi possível observar que, com raras exceções, os assuntos tratados no noticiário daquela época, foram discutidos apenas superficialmente. Os enfoques mais recorrentes tenderam à ênfase nos problemas, em geral associados às situações de risco às espécies e aos seus *habitats*, mas com limitada discussão sobre as perspectivas de soluções para as questões veiculadas.

A cobertura jornalística também expressou, à época, em linhas gerais, a temática da conservação da biodiversidade pautada, principalmente, por controvérsias. Essas, por sua vez, tenderam a impulsionar diversos grupos sociais que, articulados, passaram a debater e a buscar soluções para os problemas captados pelo noticiário. Os discursos de “salvação da Terra” e de “salvação do planeta”, amplamente consolidados nas matérias

analisadas referentes ao ano de 1992, parecem ilustrar, claramente, essas *associações* que moveram os atores sociais em busca de respostas para a crise ambiental reconhecida naquele período. Toda essa dinâmica passou a influenciar, de maneira evidente, a pauta jornalística.

Mas em que medida a capacidade de articulação dos diversos grupos sociais, em busca de respostas para a situação de crise refletida no noticiário analisado, tende a se consolidar em um horizonte de longo prazo? Como manter o interesse dos próprios meios de comunicação para a relevância dessa pauta no cotidiano da cobertura jornalística?

Estes questionamentos, apresentados anteriormente, se traduzem, também, na cobertura jornalística de 2012, na qual se observa, sobretudo, um certo “vazio” com relação aos desdobramentos dos principais acordos assinados em 1992, dentre os quais a *CDB*. Por outro lado, se percebe neste momento mais recente, uma clara perda de vitalidade da pauta da conservação da biodiversidade no contexto da agenda da *Rio+20*. Mas quais seriam as reais motivações para tal?

Para além dos debates da *Rio+20*, a agenda da conservação da biodiversidade, em 2012, foi tratada como notícia, quase sempre, de forma superficial. E sua menção esteve fortemente associada ao viés do risco às espécies e aos seus ambientes naturais. Entretanto, os assuntos abordados, em geral, tenderam a enfatizar os problemas relacionados a essa temática, em detrimento de potenciais soluções para as questões veiculadas. Com raras exceções, a cobertura jornalística contribuiu para gerar uma reflexão mais aprofundada e contextualizada dos fatos divulgados.

Assim como observado, em 1992, a cobertura jornalística analisada, em 2012, também expressou, em linhas gerais, a temática da conservação da biodiversidade pautada, principalmente, por controvérsias. Nesse contexto, chamou a atenção, a presença do Poder Público no centro das principais polêmicas, como alvo permanente de cobranças e questionamentos de diversos grupos sociais.

Nessas dinâmicas sociais, marcadas por embates e tensões, em diversas circunstâncias, o veículo de comunicação pesquisado, não somente sinalizou como, também reforçou, a sua própria capacidade de influência como *ator-rede* no sentido de gerar ações, reações e promover mudanças a partir da cobertura jornalística sobre a temática em questão.

Ainda conforme observado, embora a presença de fontes governamentais tenha sido preponderante, na cobertura jornalística de controvérsias analisada em 2012, os

interlocutores de outros segmentos sociais (movimentos sociais, ambientalistas e academia, por exemplo) também participaram das discussões no contexto dos embates mapeados. Essa particularidade tendeu a conferir mais visibilidade a outras “vozes”, além das manifestações “oficiais” da gestão pública.

Tendo como pano de fundo as principais controvérsias mapeadas envolvendo questões relacionadas à conservação da biodiversidade, vale ressaltar que, as interações observadas entre elementos humanos e não humanos, tanto em 1992 como em 2012, parecem alinhadas com os direcionamentos da *Teoria Ator-Rede* (LATOUR, 2005, 2012). Diante das dinâmicas sociais “rastreadas”, consideradas ilustrativas para a interpretação dos principais embates que perpassam essa agenda em um país como Brasil, esse aporte teórico tende a sinalizar com amplas perspectivas para investigações com enfoque na complexidade que envolve a relação sociedade-natureza.

Com base na pesquisa realizada, se considera, ainda, que algumas questões, ilustradas a seguir, podem inspirar novos recortes de investigações a partir do aporte da *Teoria Ator-Rede*. Nesse sentido, em que medida os grupos sociais articulados tendem a influenciar o processo de tomada de decisão em situações que envolvem a complexa agenda da conservação da biodiversidade? Que jogos de forças e de poder se expressam nessas polêmicas, por intermédio dos meios de comunicação, e como esse segmento social também tende a gerar transformações a partir da sua capacidade de influência sobre essa temática?

Uma outra reflexão que emerge desta tese é que, embora as “vozes” governamentais tenham sido preponderantes na cobertura jornalística analisada em 2012, assim como foram no recorte em 1992, as principais políticas públicas brasileiras pesquisadas, dirigidas à conservação da biodiversidade, não foram diretamente mencionadas nas matérias analisadas. Mas, que pistas surgem, a partir deste “vazio”, em um veículo de comunicação de amplo poder de influência na sensibilização da sociedade para o tema? Estaria este contexto associado à falta de interesse do próprio jornal ou à ausência de prioridade no âmbito das ações de divulgação de informação dos órgãos governamentais?

Essas também parecem ser questões capazes de inspirar novos estudos sobre a temática em análise, considerando que a *CDB* recomenda, fortemente, a disseminação de informações qualificadas sobre a agenda da conservação da biodiversidade para a sociedade. Nesse sentido, que lacunas poderiam estar motivando a falta de expressão dessas políticas nos meios de comunicação? Essa reflexão parece fundamental ao

aprofundamento desse debate, tendo em vista que o governo brasileiro busca seguir as diretrizes dessa *Convenção*, por intermédio da *Política Nacional de Biodiversidade (PNB)* e no *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)*, constituídos como parte dos compromissos assumidos no âmbito desse marco global.

Outros questionamentos que emergem dessa reflexão poderiam também inspirar futuros recortes de pesquisa acadêmica: Permanecendo sem repercussão na cobertura jornalística, as principais políticas públicas mencionadas poderiam perder o sentido de prioridade na agenda governamental, sem que a opinião pública, em geral, tenha tido sequer a oportunidade de “conhecê-las”? Em que medida os meios de comunicação tendem a contribuir para fortalecer o monitoramento dos potenciais avanços, ou mesmo de perspectivas de retrocessos no decurso dos processos de implementação dessas políticas?

Vale enfatizar que, como anteriormente mencionado, durante a realização da *Rio+20* não se promoveu na cobertura jornalística analisada, nenhuma discussão importante com intuito de se “resgatar” o andamento dessas iniciativas governamentais, o que tende a sinalizar, ainda, que esse debate pode não mais representar uma prioridade para o Poder Público, o que, por sua vez, se reflete na mídia, de maneira geral.

Mas como transformar esse panorama no presente e em um horizonte futuro? Que pistas os resultados desta pesquisa de tese tendem a sinalizar para a gestão pública, para a academia e para os meios de comunicação?

A necessidade de disseminação de informação qualificada, sobretudo em cenários de aumento acelerado da perda de biodiversidade, representa, assim, uma questão central na contemporaneidade e se traduz também como prioridade no caso brasileiro. Mas tal demanda vai exigir, por sua vez, que os jornalistas e os profissionais de comunicação, em geral, sejam capacitados para tratar com a profundidade necessária, a complexidade que envolve essa pauta.

Nesse percurso, os especialistas nessa temática, atuantes, sobretudo, nas instituições acadêmicas, precisarão também estar mais preparados para traduzir as informações técnicas que embasarão as notícias sobre o tema em questão para os profissionais de comunicação. Certamente, sem esta ponte de diálogo, riscos de coberturas superficiais e apropriações ideológicas desse debate tendem a ser evidentes.

Da mesma forma, as fontes governamentais precisarão, também, estar mais atentas e preparadas para ampliar a conexão com os veículos de comunicação. Deverão

ser desafiadas, ainda, a apoiar a disseminação de informações qualificadas que contribuam para esclarecer os diversos grupos sociais sobre os processos que envolvem a implementação das políticas públicas, direcionadas à conservação da biodiversidade.

Como se percebe nesse contexto, tanto os meios de comunicação, como os órgãos da gestão pública e, também, a academia, entre outros grupos sociais, têm um papel central na ampliação do debate relacionado às lacunas percebidas na cobertura jornalística sobre a temática pesquisada.

Finalmente, em resposta à questão que inspira o título dessa tese, se não é possível afirmar que seja amplamente “verde”, a pauta jornalística analisada nesta pesquisa, há de se reconhecer que esta apresenta “nuances de verde”. Nesse sentido, se percebe que a temática da conservação da biodiversidade desperta o interesse midiático, embora isso ocorra, pontualmente, e não haja, ainda, um padrão desejável na qualidade da cobertura jornalística sobre a complexidade que envolve essa agenda, como ilustrado a partir do recorte desta tese.

E diante deste contexto, quais seriam as soluções possíveis para o enfrentamento de problemas recorrentes na cobertura jornalística como a sua superficialidade, a falta de contextualização e de pluralidade de fontes de informação, observados no noticiário sobre essa agenda? Sendo o Brasil um país líder em biodiversidade, esse tema tem rebatimento na vida dos cidadãos e, assim, este desafio está diante de todos os segmentos sociais ...

REFERÊNCIAS

- ABREU, K.A. **Proteção jurídica do acesso à biodiversidade brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2007.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.
- AGÊNCIA ENVOLVERDE. **Redução de áreas protegidas na Amazônia é inconstitucional, diz MPF**. Edição de 22 de fevereiro de 2012.
- AGÊNCIA ENVOLVERDE. **Brasil perdeu o equivalente ao estado do Rio de Janeiro de áreas protegidas**. Edição de 21 de dezembro de 2012.
- AGENDA 21 GLOBAL. **Capítulo 15: Conservação da Diversidade Biológica**, RJ. 1992.
- ALMEIDA, M. H. T. **Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Ideias, Hipóteses e Evidências**. BIB, São Paulo, n° 51, 1° semestre de 2001, pp. 13-34.
- ANGELO, C. **Lava-jato, recessão e índios enterraram o projeto insano da usina de São Luiz**. O Eco, edição de 05 de agosto de 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições: 70, São Paulo, 1979.
- BATESON, G. (1972). **Steps to an Ecology of Mind**, Northvale, New Jersey, London, Jason Aronson Inc.
- BENSUSAN, N. *et al* (org) **Biodiversidade: para comer, vestir ou passar no cabelo?** Editora Peirópolis, São Paulo, 2006.
- BERNARD, E; PENNA, L. A. O; ARAÚJO, E. **Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Reclassification of Protected Areas in Brazil**. Conservation Biology. Volume 28, n° 4, 939–950, 2014.
- BERTOLDI, M. R. **A proteção da biodiversidade antes da estruturação jurídica proposta pela Convenção de 1992**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de maio-1° de junho de 2007.
- BORBENAVE, J. E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BORBENAVE, J. E. D. **Além dos meios e mensagens**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Brasília. Diário Oficial da União. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
- BRASIL. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002.** Política Nacional de Biodiversidade (PNB).
- BRASIL. **Decreto nº. 5.758, de 13 de abril de 2006.** Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação,** 2010.
- BRASIL. **Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil.** Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente/ Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória 558, de 05 de janeiro de 2012.**
- CARLSON, R. **Silent Spring.** Houghton Mifflin: Mariner Books. 1962
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum. Capítulo 6: Espécies e Ecossistemas: recursos para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- DAHL, R. **Sobre a democracia,** trad. Beatriz Sidou, Brasília: UNB, 2001.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPA UB/USP, 1996.
- DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** Nupaub-USP. 2003.
- DYE, T. D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.
- DOWS, A. **Up and down with Ecology: the issue-attention cycle.** Public Interest, nº 28 (1972: Summer), p.38. 1972.
- EASTON, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall.1965.
- ENTMAN. R. M. **Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents.** Journal of Communication, v. 41, nº 4, p. 6-27, 1991.
- ENTMAN, R. M. **Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm.** Journal of Communication, 43 (4), p. 51- 58, 1993.

- FREY, K. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. nº 21. JUN de 2000
- GANEN, R.S.; DRUMMOND, J.A. **Biologia da conservação: as bases científicas da proteção da biodiversidade.** In: GANEN, R.S. (Org). Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 437 p. – (Série memória e análise de leis; n. 2)
- GERMAN-CASTELLI, P. **Convenção de Diversidade Biológica: justiça e equidade versus eficiência econômica – Uma reflexão a partir de experiências na Amazônia brasileira.** In: MATHIAS, F.; NOVION, H. (orgs). As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociências e cultura– São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. – (Série documentos do Isa; 9)
- GHANEM, S. **Filling in the tapestry: the second level of agenda setting.** In: McCOMBS, D; SHAW, L.; WEAVER, D. (Eds.). Communication and democracy: Exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theor. p. 3-14. New Jersey: Lawrence Erlbaum. 1997.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GUIMARÃES, R.P.; FONTOURA, Y.S.R. **Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado.** Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XV, n. 3, p.19-39, set-dez, 2012.
- HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental.** Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
- HESSELINK, F.J. *et al.* **Comunicación, Educación y Conciencia Pública. Una caja de herramientas para personas que coordinan las Estrategias y planes de acción nacionales sobre diversidad biológica.** Montreal, 2007.
- HOLANDA, A.; LEMOS, A. **Do paradigma ao Cosmograma. Sete contribuições da Teoria Ator-Rede para a pesquisa em comunicação.** XXII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013.
- IBGE. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente,** 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade.** 2006
- IPEA. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil: Biodiversidade, economia e bem-estar humano.** Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. Edição Nº 78. 2011.
- IRVING, M.A.; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e transformação social.** Rio de Janeiro. SENAC NACIONAL.2012.
- IRVING, M. A. **Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis.** Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.9, n.26. p.11-36. 2014.

- JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** In: Ribeiro, W. (org.) Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.
- LAGO, A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Fundação Alexandre Gusmão, 2006.
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: UNESP, 2000.
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru: EDUSC. 2001.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Bauru: EDUSC. 2004
- LATOUR, B. **Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network Theory.** Oxford: University Press, NY, 2005.
- LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** EDUFBA-EDUSC, Salvador-Bauru 2012.
- LAW, J. **Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity.** Centre for Science Studies Lancaster University On-Line Papers, 1992.
- LE MOS, A. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede.** Galaxia (São Paulo, *Online*), nº 25, p. 52-65, jun. 2013.
- LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional** – Trad. Jacob Gorender. Senac: São Paulo, 2000.
- LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. **How Many Species Are There in Brazil?** Conservation Biology, 19 (3): 619-624, 2005.
- LEVY, P. **O que é o virtual.** São Paulo, SP: Editora 34, 1996.
- LINDBLOM, C.E. **The Science of Muddling Through,** Public Administration. Review19: 78-88. 1959.
- LINDBLOM, C.E. **Still Muddling, Not Yet Through,** Public Administration. Review39: 517-526. 1979.
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.
- LOWI, T. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review,32: 298-310. 1972.

- NOVAES, W. **Prefácio**. In: TRIGUEIRO, A. Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo, Globo, p.15-17, 2003.
- McCOMBS, M.; SHAW, D. L. **The agenda setting function of mass media**. Public Opinion Quarterly, n. 36, p.176-185, 1972.
- McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda. A mídia e a opinião pública**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.
- MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents**, Fevereiro:1-4. 1995.
- MEADOWS, D. *et al.* **Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MEDEIROS, R; IRVING, M.A; GARAY, I. **A Proteção da Natureza no Brasil: Evolução e Conflitos de um Modelo em Construção**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, nº 9, p. 83-93, 2004.
- MEDEIROS, R. **Desafios à gestão sustentável da biodiversidade no Brasil**. Floresta e Ambiente. V.13, nº2, p. 01-10, 2006.
- MEDEIROS, R. YOUNG, C. E. F. PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional: Sumário**. UNEP-WCMC, 2011.
- MELO, J. M. **Teoria da comunicação: paradigmas latinoamericanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MENEZES, D. **Contribuições da Relação entre Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação**. Biodiversidade Brasileira, 4(1): 3-16, 2014.
- MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2005.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. Brasília, 2000.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Panorama da biodiversidade global 3**. Brasília: Secretariado da Convenção Sobre Diversidade Biológica – SCDB, 2010.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Registros de experiências de educação ambiental e comunicação desenvolvidas em Unidades de Conservação federais**. 2015.

- NEVES, E.M.S. C. **Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil**. Estudos Avançados. 26 (74). 2012.
- NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002.
- NOBRE, J.; PEDRO, R.; **Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede**. Cadernos UniFOA, Edição nº 14, 2010.
- OLIVEIRA, E. **Fórum Nacional de Áreas Protegidas: A Galáxia da Internet como alternativa para a difusão de informação e articulação social?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.
- OLIVEIRA, E.; IRVING, M.A. **Convenção sobre Diversidade Biológica pós Nagoya: desafios para a mídia em um país de megadiversidade**. Revista Razón y Palabra, edição nº 75, fev-abril de 2011, México.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- PETERS, B. G. **Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability** by R. W. Rhodes. Public Administration 76: 408-509. 1998.
- PORTO, M. P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador e São Paulo: Edufba e Ed. Unesp, pp. 73-104, 2004.
- PRATES, A.P.L.; IRVING, M.A. **Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi**. Revista Brasileira de Políticas Públicas. Brasília, V.5, nº 1, Jan-Jun, 2015, p.27-57.
- PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, nº 3, p.47-109. 1949.
- SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. **Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press. 1993.
- SAITO, C. H. **O conhecimento sobre unidades de conservação e áreas protegidas**. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Protegidas do Brasil**. Brasília, 2004. v.1. (Conhecimento e Representações Sociais das Unidades de Conservação pelos Delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003).
- SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.
- SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, JUL/DEZ, 2006, p. 20-45

- SOUZA, R. B. R. **Enquadramentos jornalísticos e hegemonia: por uma teoria crítica da produção de sentidos noticiosa**. In: BELLAN, R; GATTO, Y. *Jornalismo e crítica de mídia na Amazônia*, São Paulo, Scortecci, 2016.
- TÁVORA, F. L. *et al.* **Comentários à Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015: Novo Marco Regulatório do Uso da Biodiversidade**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2015 (Texto para Discussão nº 184).
- TRANNIN, M. C. **Mídia, você é verde?** . Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- TRANNIN, M. C.; IRVING, M. A.; PEDRO, R. **Mídia, você é verde?** In: IRVING, M.A. (Org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p.170-183.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**, volume 1. Florianópolis: Insular. 3. Ed., 2012.
- TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente na Idade Mídia**. In: *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, p.75-89. 2003.
- TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.
- UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IUCN). **World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development**, 1980.
- IUCN, WWF-BRASIL e IPÊ. **Biodiversidade Brasileira: análise de situação e oportunidades, documento-base**. Brasília, DF, 2011.
- VICTOR, C. **Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde?** IN: VICTOR, C; CALDAS, G; BORTOLIERO, S. (Orgs). *Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável*. ABJC/FAPEMIG. São Paulo: All Print Editora, 2009.
- VIOLA, E. **A Globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998**. XXI International Congress of the Latin American Studies Association, Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; Chicago, EUA, 24-26 de Setembro de 1998.
- VIOLA, E.; FRANCHINI, M. **Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+20 na governança dos limites planetários**. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XV, n.3, p.1-18, set-dez, 2012.
- YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.L. **A questão ambiental no esquema centro-periferia**. *ECONOMIA*, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.201-221, jul./dez. 2003
- WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- WWF-Brasil, IUCN e IPÊ. **Metas de Aichi. Situação atual do Brasil**. Brasília, DF, 2011a.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista semi-estruturado – interlocutores sociais

Apêndice B – Roteiro de entrevista semi-estruturado – jornalistas

Apêndice C – Termo de consentimento informado

Apêndice D – Lista de entrevistados

Apêndice E – Lista de matérias analisadas 1992

Apêndice F – Lista de matérias analisadas 2012

Apêndice G – Lista de matérias analisadas 2012 – Controvérsias

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO – INTERLOCUTORES SOCIAIS

Informações pessoais

- 1) Nome:
- 2) Empresa/Instituição:
- 3) Cargo/função:
- 4) Há quanto tempo trabalha com temas ambientais?

Percepções sobre as políticas públicas brasileiras de proteção da biodiversidade e sobre a cobertura jornalística do tema

- 1) Quais são as políticas públicas brasileiras de proteção da biodiversidade que você considera mais importantes?
- 2) Essas políticas têm despertado o interesse jornalístico? Sim () Não ()
- 3) Qual (quais) a (s) política(s) pública(s) de proteção da biodiversidade no Brasil mais presente (s) na cobertura jornalística desde a RIO-92?
- 4) Como avalia a cobertura jornalística sobre esta temática do ponto de vista do princípio de pluralidade de fontes:

() em geral as fontes são diversificadas () em geral as fontes não são diversificadas
- 5) Quais são os segmentos sociais mais presentes na cobertura sobre o tema?
- 6) Como avalia a cobertura jornalística sobre esta temática em relação à profundidade e contextualização das abordagens:

() em geral as abordagens são aprofundadas e contextualizadas
() em geral as abordagens não são aprofundadas e contextualizadas
- 7) Em geral, quais são os aspectos sobre o tema mais abordados na cobertura jornalística?
- 8) Quais são os avanços sobre o tema observados na cobertura jornalística desde a RIO-92?
- 9) Quais são os desafios sobre a cobertura jornalística desse tipo de tema?
- 10) Quais as recomendações para qualificar a cobertura jornalística sobre o tema?

11) Qual o seu grau de conhecimento sobre:

a) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

() *conheço bem* () *não conheço* () *conheço pouco*

b) Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

() *conheço bem* () *não conheço* () *conheço pouco*

c) Política Nacional de Biodiversidade (PNB)

() *conheço bem* () *não conheço* () *conheço pouco*

d) Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

() *conheço bem* () *não conheço* () *conheço pouco*

e) Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA)

() *conheço bem* () *não conheço* () *conheço pouco*

Dos itens mencionados quais são os mais presentes na cobertura jornalística? (Numerar)

CDB () SNUC () PNB () PNAP () ENCEA ()

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO - JORNALISTAS

Informações pessoais

- 5) Nome:
- 6) Empresa/Instituição:
- 7) Cargo/função:
- 8) Há quanto tempo atua na cobertura de temas ambientais?

Percepções sobre as políticas públicas de proteção da biodiversidade e sobre a cobertura jornalística do tema

- 12) Quais são as políticas públicas brasileiras de proteção da biodiversidade que você considera mais importantes?
- 13) Essas políticas têm despertado o interesse jornalístico? Sim () Não ()
- 14) Qual(quais) a (s) política(s) pública(s) de proteção da biodiversidade no Brasil mais presente (s) na cobertura jornalística desde a RIO-92?
- 15) Como avalia a cobertura jornalística sobre esta temática do ponto de vista do princípio de pluralidade de fontes:

() as fontes são diversificadas () as fontes não são diversificadas
- 16) Quais são os segmentos sociais mais presentes na cobertura sobre o tema?
- 17) Como avalia a cobertura jornalística sobre esta temática em relação à profundidade e contextualização das abordagens:

() em geral, as abordagens são aprofundadas e contextualizadas
() em geral, as abordagens não são aprofundadas e contextualizadas
- 18) Em geral, quais são os aspectos sobre o tema mais abordados na cobertura jornalística?
- 19) Quais são as características próprias do jornalismo que dificultam a cobertura sobre esse tipo de tema?
- 20) Há avanços sobre o tema observados desde a RIO-92?
- 21) Quais as recomendações para qualificar a cobertura sobre o tema?

22) Qual o seu grau de conhecimento sobre:

a) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

() conheço bem () não conheço () conheço pouco

b) Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

() conheço bem () não conheço () conheço pouco

c) Política Nacional de Biodiversidade (PNB)

() conheço bem () não conheço () conheço pouco

d) Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

() conheço bem () não conheço () conheço pouco

e) Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA)

() conheço bem () não conheço () conheço pouco

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

1) Apresentação da pesquisa e do pesquisador

Pesquisadora: Maria Elizabeth de Oliveira, jornalista, doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Objeto de Pesquisa: A veiculação jornalística de políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade.

Objetivo da entrevista: conhecer a visão do entrevistado sobre como o tema é veiculado jornalisticamente.

2) Explicação dos objetivos e natureza da pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa, de viés social que tem o objetivo analisar em que medida os jornalistas têm decodificado e difundido para a sociedade as questões relacionadas às políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil.

Explicação sobre o acesso e uso restrito dos dados

O senhor (A senhora) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa. Como parte do estudo, sua contribuição será solicitada na realização de uma entrevista em que pontos sobre a veiculação jornalística sobre políticas públicas brasileiras de conservação da biodiversidade serão tratados. A entrevista se dará em um local com privacidade e sua contribuição será mantida em sigilo. Só terão acesso à entrevista a pesquisadora e a orientadora.

3) Registro de dados (gravação ou anotação)

A entrevista poderá ser gravada e posteriormente transcrita ou durante sua realização serão feitas anotações. Somente a pesquisadora e a orientadora da pesquisa terão acesso aos dados, que ficarão guardados no Instituto de Economia. As gravações serão destruídas até o final ano de 2016. Para a publicação da pesquisa, por meio da tese e/ou de artigos, serão utilizados codinomes que não permitirão a identificação dos participantes.

4) Natureza da entrevista

A entrevista será semi-estruturada e consistirá inicialmente de algumas perguntas sobre seus dados pessoais e depois aproximaremos do tema de pesquisa. Pode ser que dure até 1 hora e que seja necessária mais de uma entrevista. Mas é importante que saiba que sua participação é voluntária e que terá liberdade de desistir da pesquisa no início ou durante o processo, ou recusar a responder a uma ou mais perguntas específicas sem haver nenhum tipo de repreensão por isso. Todas as informações coletadas desde o início da sua participação serão destruídas no prazo informado.

5) Riscos e benefícios da participação

Não haverá risco em sua participação na pesquisa, pois os dados serão sigilosos. A pesquisa não lhe trará nenhum benefício direto, mas, por outro lado, considerando seu papel importante enquanto ator social, sua participação será fundamental para a compreensão dos objetivos do estudo. Além disso, poderá contribuir para fortalecer estratégias de comunicação em políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. No momento em que a pesquisa for concluída, os entrevistados terão acesso a ela.

6) Contato com a instituição e coordenação da pesquisa:

Se houver alguma dúvida com relação à pesquisa, o senhor (a senhora) poderá entrar em contato por meio do seguinte endereço:

- Maria Elizabeth de Oliveira: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (PPED), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Praia Vermelha. Av. Pasteur, 250. Urca, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.290-902.

Caso tenha alguma reclamação a respeito de sua participação na pesquisa ou acredite ter sofrido algum tipo de dano em função de sua participação, por favor, entre em contato com:

- Prof^a. Dra. Marta de Azevedo Irving (orientadora da pesquisa).

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Praia Vermelha. Av. Pasteur, 250, Urca. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.290-902. Telefone: (21) 3873-5349

7) Consentimento

- O senhor (A senhora) entendeu o que foi explicado? Tem alguma pergunta?

- Quer participar da pesquisa? Está confortável com o local e horário?

- Concorda com a gravação ou anotação da entrevista?

Consentimento Informado:

Recebi uma explicação completa dos objetivos da pesquisa e da entrevista e concordo em participar e deixar que o conteúdo em meio audiovisual ou escrito seja registrado.

Local e Data _____

Nome do Participante

Assinatura

Apêndice D

LISTA DE ENTREVISTADOS

- 1) Andrea Curi Zarattini (analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio)
- 2) José Luiz de Andrade Franco (professor da Universidade de Brasília – UnB)
- 3) Cristiane Gomes Barreto (pesquisadora/colaboradora da Universidade de Brasília – UnB)
- 4) Aldem Bourscheit (jornalista, especialista em políticas públicas no WWF-Brasil)
- 5) Rômulo Mello (analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio)
- 6) Cláudio Maretti (líder da Iniciativa Amazônia Viva do WWF-Brasil)
- 7) Waldemar Gadelha Neto (jornalista e consultor ambiental independente)
- 8) Cláudia Camurça (Jornalista especializada em temas ambientais, aposentada pelo Ministério do Meio Ambiente)
- 9) Ana Paula Leite Prates (Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente)
- 10) Nurit Bensusan (Escritora e consultora em temas socioambientais)
- 11) Nicolas Behr (Ecologista, escritor e empreendedor)
- 12) Mara Régia di Perna (Jornalista da Rádio Nacional da Amazônia)
- 13) Adriana Ramos (Jornalista e coordenadora do Programa Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental – ISA)
- 14) Ailton Dias dos Santos (Diretor Técnico do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB)

Apêndice E- Lista de matérias analisadas 1992

Nº	Matéria	Data	Página
1	Ibama manda celebrar missa ecológica no Parque da Tijuca	01/01/1992	8
2	Pinguim de Adélia vai ser indicador ambiental antártico	01/01/1992	14
3	Collor explica área indígena ianomâmi	04/01/1992	3
4	A última reserva de Mata Atlântica em Minas	04/01/1992	16
5	Município do Sul vai ter ipê-branco como árvore-símbolo	04/01/1992	16
6	Amazônia dividirá atenções após a Rio-92	04/01/1992	16
7	Meio Ambiente	05/01/1992	6
8	Jari perde a fama de 'caveira de burro'	06/01/1992	21
9	Empresas criam fundação para financiar produtos não poluentes	07/01/1992	22
10	Conferência do Rio, Informações Operacionais	08/01/1992	5
11	Rio-92: museu vai sediar mostra alemã	09/01/1992	12
12	Governo construirá Ciac para a Rio-92	09/01/1992	15
13	Gabarito alto pode ameaçar APA	09/01/1992	20
14	Pedra Branca, maior reserva do município sofre com a burocracia	09/01/1992	22-24
15	Salvar o planeta vai custar US\$ 500 bilhões	25/01/1992	22
16	Recessão pode afetar propostas da Rio-92	08/02/1992	8
17	Fórum Global é apresentado a empresários	08/02/1992	8
18	A cem dias da Rio-92, apenas os índios trabalham	22/02/1992	12
19	Abalos na Rio-92	02/03/1992	2
20	Rio-92: começa última reunião preparatória	03/03/1992	2
21	Conferência sobre espécies em extinção começa com protesto	03/03/1992	10
22	Ecologia é exaltada, mas aves sofrem sem pena	03/03/1992	4
23	Rio-92: coordenador atribui atraso à União	04/03/1992	8
24	Um imposto verde	04/03/1992	14
25	Rio-92: ONGs cobram avanços e criticam o Banco Mundial	06/03/1992	13
26	Quatro plantas da Amazônia são eficazes contra a malária	06/03/1992	14
27	Jornal inglês: Rio-92 só terá êxito por milagre	07/03/1992	10
28	Mamíferos somem das matas do Rio	07/03/1992	17
29	INPA: Falta de verbas dificulta pesquisas na Amazônia	07/03/1992	17
30	Brizola volta confiante na Rio-92	08/03/1992	25
31	Rio-92 poderá ser adiada por causa de países islâmicos	10/03/1992	10
32	Economia & ecologia	10/03/1992	23
33	Rio-92 beneficia o Parque da Tijuca	10/03/1992	28-29
34	Rio-92: Fórum Global vai ter ajuda oficial	11/03/1992	8
35	Rio-92 tem uma nova data: Conferência começa no dia 3	12/03/1992	9
36	Convenção proíbe comércio de duas árvores brasileiras	12/03/1992	16
37	Kari-oca já é dos índios	12/03/1992	34-35
38	FBCN: 33 anos de luta pela natureza	12/03/1992	46-47
39	Rio-92: polícia tem mais verba para segurança	13/03/1992	10
40	Islâmicos querem adiar mais a Rio-92	13/03/1992	11
41	Documentos usarão papel reciclado	13/03/1992	11
42	Duplicação de estrada acaba com 14 árvores	13/03/1992	11
43	A dimensão espiritual da conferência sobre ecologia	14/03/1992	14
44	Rio-92: Mar territorial gera polêmica	14/03/1992	15
45	Bush estuda vinda para a conferência	14/03/1992	15
46	Anúncio do adiamento só na próxima semana	14/03/1992	15
47	Sucesso da Rio-92 não depende só dos ricos	14/03/1992	23
48	Rio-92: Collor recebe hoje governante da Noruega	16/03/1992	10
49	Lagoa, uma linda doente em recuperação	16/03/1992	14-15
50	Rio-92: índios da Kari-Oca passam dificuldades	17/03/1992	9
51	Greenpeace acusa multinacionais	17/03/1992	9
52	Príncipe: pelo desenvolvimento sustentável	17/03/1992	9
53	Sociedade das Florestas lança novo serviço	17/03/1992	6
54	Lutzenberger denuncia corrupção no Ibama	18/03/1992	13
55	Secretário critica projeto ambiental	18/03/1992	13

56	Pelé quer saber se Rio é mesmo violento	18/03/1992	13
57	Falta de verba ameaça reunião indígena	18/03/1992	13
58	WWF: ajuda para regulamentar a caça	18/03/1992	13
59	Ongs podem acabar no Sambódromo	19/03/1992	15
60	“Colchonetas” para membros da Real Academia da Suécia	19/03/1992	15
61	Ibama considera denúncia inconsequente	19/03/1992	15
62	Embratur lança guia ecológico do país	19/03/1992	15
63	Goldemberg substitui Lutzenberg	22/03/1992	10
64	Jets skis deixam a Lagoa em pé de guerra	22/03/1992	25
65	Estudantes trabalharão na Rio-92	22/03/1992	8
66	Serla poderá proibir uso de <i>Jet ski</i> na Lagoa	22/03/1992	8
67	Posição americana sai esta semana	23/03/1992	8
68	Prefeitura indicou empresas para a Rio-92	28/03/1992	12
69	Ministro preocupado com o esvaziamento	28/03/1992	12
70	ONGs querem adiar Carta da Terra	28/03/1992	12
71	Pobres abrem mão do ‘fundo verde’	28/03/1992	12
72	TCU investigará licitações na Rio-92	01/04/1992	13
73	Presidente do Comitê assume negociações	01/04/1992	13
74	ONGs antecipam fracasso do encontro	01/04/1992	13
75	Florestas em troca de emissões de gases	01/04/1992	13
76	Rio-92 pode ficar sem discussão sobre florestas	02/04/1992	18
77	A natureza é o destino	02/04/1992	1
78	Polícia destrói acampamento de caçadores na Floresta da Tijuca	03/04/1992	13
79	Consenso entre países sobre Carta da Terra	03/04/1992	13
80	Rio-92 deve ficar sem Carta da Terra	04/04/1992	16
81	Feema enfrenta a maior crise da sua história	04/04/1992	16
82	Fauna sobrevive ao caos urbano	04/04/1992	22
83	Rio-92: Reunião acaba sem acordo sobre verba	05/04/1992	20
84	ONGs: De pires na mão e sem perspectiva para o Fórum Global	07/04/1992	12
85	Ibama condenado por incêndio em reserva	09/04/1992	12
86	Promotor denuncia fraude no Ibama	10/04/1992	17
87	Pesquisa: pior problema ecológico do país é a pobreza	12/04/1992	22
88	Brasil vai receber US\$ 2 bilhões do governo do Japão	15/04/1992	13
89	Carter culpa os países ricos por danos ao meio ambiente	16/04/1992	12
90	Despejo de lama ameaça praias de Angra	17/04/1992	11
91	‘Declaração de Tóquio’ propõe maior cooperação	18/04/1992	13
92	Rio-92: Diretor da ONU rejeita acordos ruins	18/04/1992	13
93	Flora e fauna, riqueza da Costa Rica	18/04/1992	16
94	Agrônomo denuncia saque às florestas	19/04/1992	9
95	Cariocas acham um paraíso para os finais de semana: o Rio	19/04/1992	18
96	Índios irão a bicheiros para concluir Kari-Oca	20/04/1992	9
97	Comunidade científica irá de luto à Rio-92, diz Ênio Candotti	21/04/1992	10
98	Príncipe Charles faz apelo à Rio-92	22/04/1992	10
99	Amazônia: estudo combate mitos	22/04/1992	10
100	Rio-92: Primeira-ministra da Noruega teme um desastre	23/04/1992	12
101	Escoteiros vão plantar cinco mil mudas no Chico Mendes	23/04/1992	26-27
102	Ex-coordenador da Rio-92 tem prisão decretada	24/04/1992	16
103	ONGs: dinheiro em 6 dias ou cancelamento	24/04/1992	16
104	Obras para a Rio-92 estão quase prontas	24/04/1992	17
105	O trajeto ecologicamente incorreto da Rio-92	26/04/1992	18
106	Greenpeace lembra Tchernóbil com protesto em Angra dos Reis	27/04/1992	11
107	Ecologistas exigem maior fiscalização em Itatiaia	27/04/1992	11
108	Fórum Global recebe US\$ 3 milhões	28/04/1992	11
109	“Post” desaconselha Bush a ‘perder tempo’ com a Rio-92	28/04/1992	11
110	Arraial do Cabo ganha Plano Diretor	30/04/1992	23
111	Jequitibá-rosa: destaque na Mata Atlântica	30/04/1992	3
112	Estiagem ameaça vegetação nativa	30/04/1992	23
113	UERJ: alternativas para lagoa	30/04/1992	38-39

114	O milagre depois das queimadas	30/04/1992	72
115	Margem da lagoa é devastada	01/05/1992	11
116	Bush teme que Rio-92 prejudique americanos	02/05/1992	8
117	A um mês da Rio-92 ainda falta de tudo	03/05/1992	20
118	Jornal inglês critica apoio a projeto brasileiro	04/05/1992	12
119	Ibama apreende aves silvestres em feiras livres	04/05/1992	14
120	Jet- Ski pode ser proibido nas lagoas	05/05/1992	12
121	Liminar suspende obras no Riocentro	05/05/1992	15
122	Fleury doará ao Fórum US\$ 500 mil	05/05/1992	15
123	Riocentro: obras não param apesar da liminar	06/05/1992	16
124	CE não chegam a um acordo sobre ajuda a países pobres	06/05/1992	16
125	Light reconstitui floresta em torno de reservatório	06/05/1992	18
126	Bush virá ao Brasil para a Rio-92	08/05/1992	19
127	Secretário da conferência condena onda pessimista	08/05/1992	19
128	Extrato de cajueiro-roxo combateria a diabete	08/05/1992	23
129	Correspondentes: os olhos e ouvidos do mundo vêm aí	10/05/1992	19
130	Extinção em massa ameaça a terra	11/05/1992	9
131	Convenção do Clima é aprovada na ONU	11/05/1992	9
132	Strong: decepcionado com a Declaração	12/05/1992	12
133	Diversidade biológica é discutida no Quênia	12/05/1992	12
134	Acaba o mistério: presidente Bush vem	13/05/1992	12
135	Parques terão plano especial contra incêndio	14/05/1992	15
136	Collor transfere governo para o Rio	15/05/1992	11
137	Riocentro: obras de engenharia estão prontas	15/05/1992	12
138	Governador admite atraso nas obras	15/05/1992	11
139	Denúncias tumultuam serviço de adaptação	15/05/1992	12
140	Conselho da Terra para meio ambiente	15/05/1992	12
141	Polícia Civil anuncia esquema de segurança da Rio-92	15/05/1992	13
142	Prefeitura preserva manguezal do Caju	16/05/1992	9
143	Esquema de segurança do Exército tem 35 mil pessoas	16/05/1992	9
144	Fundação distribuirá mudas de pau-brasil	16/05/1992	9
145	Ambientalista: emenda pode pôr em risco a Mata Atlântica	16/05/1992	9
146	Riocentro: fica pronto hoje o pavilhão central	16/05/1992	14
147	Especialista em Amazônia na UFRJ	16/05/1992	13
148	Fórum vai receber Cr\$ 2 bi da Holanda	16/05/1992	15
149	Países ricos devem pagar a conta do meio ambiente, diz relatório do Bird	17/05/1992	16
150	Enciclopédia cataloga 1,4 milhão de espécies	18/05/1992	13
151	Grã-Bretanha destrói mais florestas	18/05/1992	15
152	Plano para o Parque Nacional da Tijuca	18/05/1992	15
153	Despoluição da Baía: japoneses começam a analisar a água	19/05/1992	14
154	Parlamentares se queixam que estão à margem da Rio-92	19/05/1992	14
155	Aprovado novo decreto que preserva toda a Mata Atlântica	19/05/1992	14
156	Em Angra, turismo cinco estrelas e respeito à natureza	20/05/1992	11
157	Collor presidirá a Conferência com 39 vices	21/05/1992	19
158	Livro faz diagnóstico dos problemas cariocas	22/05/1992	14
159	Fórum Global pode ficar sem cadeiras	23/05/1992	17
160	Forest 92 destacará a Amazônia	23/05/1992	18
161	Teste para a Rio-92 tumultua a cidade	24/05/1992	24
162	Green Press propõe criação de banco de dados	25/05/1992	12
163	Maurice Strong visita índios da Aldeia Kari-Oca	25/05/1992	12
164	'New York Times' dá destaque à crise no Brasil	26/05/1992	4
165	Collor afirma que briga com Pedro não prejudica o país	26/05/1992	4
166	"Collor pede desculpas pelo irmão	27/05/1992	3
167	Collor assina decreto que homologa área ianomâmi	26/05/1992	8
168	Dias 11 e 12 terão ponto facultativo	26/05/1992	14
169	Campanha pretende salvar animais de Itatiaia	26/05/1992	16
170	Congresso decide criar CPI mista	27/05/1992	4
171	"Financial Times' especula com possibilidade de renúncia	27/05/1992	5

172	Collor antecipa vinda para conferência	27/05/1992	18
173	Multinacionais na mira do Greenpeace	27/05/1992	18
174	Empresários defendem livre mercado em fórum	28/05/1992	17
175	Planeta Fêmea: indiana é recebida como estrela	27/05/1992	21
176	Grevistas da Feema fazem manifestação	27/05/1992	22
177	O patrimônio ecológico da Pedra Branca	28/05/1992	14-15
178	Comissário da CE cancela viagem ao Rio	28/05/1992	17
179	Projeto traçará o perfil das florestas brasileiras	28/05/1992	18
180	Pesquisador defende a biodiversidade	29/05/1992	15
181	Convenção desagrada à Europa e aos EUA	29/05/1992	15
182	ONGs vão propor boicote às multinacionais	30/05/1992	17
183	Poluição do mar pode provocar fome e doenças	30/05/1992	18
184	Rio-92 não terá memorial por falta de verba	31/05/1992	26
185	Conferência é considerada um fracasso pelos 'verdes'	31/05/1992	30
186	Bush não vai firmar acordo de biodiversidade	31/05/1992	31
187	Futuro das espécies gera polêmica	31/05/1992	34
188	Tolba: recuo americano não afeta pacto da biodiversidade	01/06/1992	15
189	Grã-Bretanha ameaça não assinar o Tratado sobre Biodiversidade	02/06/1992	14
190	Fórum Global é uma Babel onde ninguém se entende	02/06/1992	16
191	Greenpeace diz que a Conferência é um 'problema ecológico'	02/06/1992	17
192	Divergências marcam início da Conferência	03/06/1992	13
193	Florestas: Malásia endurece posição	03/06/1992	14
194	O Brasil em forma de parques	04/06/1992	1 e 4
195	Collor quer Brasil como sede da ecologia	04/06/1992	15
196	Estratégia dos ricos depende da posição dos Estados Unidos	04/06/1992	16
197	Collor: primeiro a assinar a Convenção do Clima	05/06/1992	14
198	Carta de Princípios volta a ser tema de discussões	05/06/1992	15
199	ONU apóia plano de o Brasil sediar órgão ambiental	05/06/1992	15
200	'Verdes' pisoteiam o verde que defendem	05/06/1992	16
201	Fórum pede socorro para pagar dívida	05/06/1992	16
202	ONGs vão pressionar países ricos	05/06/1992	17
203	Países ricos querem pressionar pobres a manter suas florestas	05/06/1992	18
204	EUA reafirmam boicote à Convenção	05/06/1992	18
205	EUA: biodiversidade gera crise no governo	06/06/1992	15
206	Dezesseis países aderem à biodiversidade	06/06/1992	16
207	Biotecnologia ao alcance dos pobres	06/06/1992	16
208	Rio-92 diminui a violência	07/06/1992	1
209	Alemanha negociará Biodiversidade com EUA	07/06/1992	24
210	Senador confirma tentativa de acordo	07/06/1992	24
211	Caminhada ecológica elege Bush como vilão	08/06/1992	1
212	Países pobres abrem mão da criação de um novo fundo	08/06/1992	2
213	Show encerra primeira semana do Fórum Mundial	08/06/1992	4
214	Biodiversidade: boicote de Bush desaponta seus próprios técnicos	08/06/1992	5
215	"Troca da dívida não é a única opção"	08/06/1992	5
216	Collor cria programa para a preservação de florestas	08/06/1992	7
217	Polêmica será a tônica dos últimos dias de trabalho	08/06/1992	7
218	ONGs denunciam inimigos da ecologia	09/06/1992	1
219	Acordo sobre dinheiro ameaça desmoronar	09/06/1992	3
220	Biotecnologia promete dividir países	09/06/1992	X
221	Biodiversidade domina noticiário na imprensa britânica	09/06/1992	6
222	Goldemberg não acredita no sucesso da Conferência	10/06/1992	1
223	Declaração do Rio pode não ter a adesão dos americanos	10/06/1992	1
224	Biodiversidade: convenção já está garantida	10/06/1992	2
225	Fórum Global: firma volta atrás e religa som após 6 horas	10/06/1992	4
226	Projetos "órfãos" em busca de adoção	11/06/1992	14
227	CE quer que acordos entrem em vigor já	11/06/1992	1
228	Biodiversidade: briga por uma definição cria dificuldades	11/06/1992	2
229	Texto sobre finanças deixa em aberto questões principais	11/06/1992	3

230	Banco Real e TV Globo doam verba para Fórum	11/06/1992	7
231	Motosserra gigante é usada em protesto	11/06/1992	8
232	Passeata ecológica se une a grevistas e CUT para protestar	11/06/1992	8
233	A natureza preservada	11/06/1992	1
234	A surpresa da Rio-92: não houve engarrafamento	12/06/1992	1
235	O encontro marcado dos donos do mundo	12/06/1992	1
236	Impasse continua depois de noite de negociação	12/06/1992	3
237	Bush reafirma isolamento e diz que não veio pedir desculpas	13/06/1992	1
238	Declaração sobre Florestas fica pronta	13/06/1992	3
239	Globo lança manual de redação e estilo	14/06/1992	5
240	Falta de verba pode inviabilizar acordos	14/06/1992	1
241	Rio-92 propõe uma nova ordem mundial	14/06/1992	3
242	‘Não assinamos tratados nos quais não acreditamos’	14/06/1992	7
243	Cariocas temem pela cidade após a Rio-92	15/06/1992	1
244	Resultados da Rio-92 deixam Strong decepcionado	15/06/1992	1
245	Biodiversidade continua aberta a adesões da ONU	15/06/1992	2
246	Florestas têm documento avançado, mas sem valor legal	15/06/1992	2
247	Riocentro tem maratona de 150 horas para salvar o Planeta	15/06/1992	4
248	Biodiversidade, a questão mais lembrada	15/06/1992	7
249	Marcello propõe que Rio volte a ser capital	16/06/1992	15
250	Depois da Rio-92 os problemas de sempre	16/06/1992	16
251	Collor: ‘povo do Rio está de parabéns’	16/06/1992	17
252	Bush quer esquecer logo sua passagem pelo Brasil	16/06/1992	17
253	Barra sofre com cheiro de peixe morto	17/06/1992	12
254	A hora da diplomacia	18/06/1992	6
255	Ibama, TCU apura 51 irregularidades	18/06/1992	9
256	ANJ defende fim da exigência de diploma para jornalistas	19/06/1992	4
257	Pantanal dá exemplo no uso racional da natureza	20/06/1992	17
258	Projeto preservará a arara-azul-de-lear	20/06/1992	17
259	Collor garante que não vai renunciar ao seu mandato	23/06/1992	1
260	BID avaliará programa de despoluição da Baía	24/06/1992	12
261	Comissão da Câmara aprova extinção da Reserva Ianomâmi	25/06/1992	7
262	Acordo tentará manter Rio limpo durante a campanha	26/06/1992	9
263	Fórum Global atrasa pagamento	26/06/1992	15
264	Queda de balões e matas secas provocam incêndios	29/06/1992	9
265	ONU prevê retomada econômica mundial	29/06/1992	17
266	Rio tem recorde de fogo em matas	30/06/1992	17
267	Noruega vai reiniciar a captura de baleias	30/06/1992	20

Apêndice F- Lista de matérias analisadas 2012

Matéria	Data	Página
01) Ficção científica, à la 'Avatar', no Rio Tapajós	08/01/2012	28-29
02) Dez metas para Rio+20	11/01/2012	29
03) O visual de Grumari com conforto de Mirante	13/01/2012	16
04) Um modelo para dar certo na Amazônia	15/01/2012	6
05) Para preservar as praias da Região dos Lagos	16/01/2012	11
06) Rio+20 terá foco na economia verde	25/01/2012	30
07) As maiores ameaças para o Pantanal	02/02/2012	34
08) Do satélite ao Rio Negro	09/02/2012	38
09) O herói da floresta é brasileiro	09/02/2012	38
10) Por um PIB mais verde	21/02/2012	18
11) No país da Rio+20, o desperdício é oficial	04/03/2012	41
12) Conectado na preservação da Amazônia	04/03/2012	14
13) Um mamute de volta à vida	16/03/2012	36
14) Começa recuperação do Parque Nacional da Tijuca	18/03/2012	19
15) Em busca de uma Rio+20 à moda da Rio-92	18/03/2012	30
16) Divisão de poder e engajamento de líderes mudaram	18/03/2012	30
17) A conta da elevação do mar: US\$ 2 trilhões	22/03/2012	34
18) Conferência sob pressão	27/03/2012	28
19) Países ricos não querem mais debates	28/03/2012	32
20) Dilma critica 'fantasia' na Rio+20 e defende usinas hidrelétricas do país	05/04/2012	31
21) Dilma irrita ambientalistas	06/04/2012	21
22) No campo, total de 'jurados de morte' sobe 107%	06/04/2012	10
23) Dilma reforçará convite, mas Obama poderá não participar da Rio+20	07/04/2012	23
24) Uma década de extremos	10/04/2012	26
25) Rio+20 tem pelo menos 100 chefes de Estado e governo já confirmados	11/04/2012	27
26) Obama não deve vir à conferência	11/04/2012	27
27) O caldeirão cultural de volta ao Aterro	12/04/2012	20
28) Negociadores se reúnem para tratar da Rio+20	13/04/2012	25
29) Países decidem estudar criação de piso socioambiental para o mundo	14/04/2012	33
30) O Globo amplia ações para a Rio+20	15/04/2012	34
31) Rio Clima discute aquecimento global	16/04/2012	16
32) Alemanha defenderá agência ambiental	17/04/2012	23
33) O renascimento da Terminália	17/04/2012	28
34) País deve "nacionalizar" a Amazônia	18/04/2012	28
35) Excesso de barragens na Amazônia	19/04/2012	38
36) Rio+20: sociedade pede seriedade a governo	19/04/2012	30
37) Blitz ambiental fecha fábrica com 20 balões	20/04/2012	22
38) Rio+20: ministros reagem a críticas ao governo	20/04/2012	29
39) O Globo lança campanha pelas toninhas	22/04/2012	46
40) Rio+20: mais de 135 autoridades vão participar da conferência	24/04/2012	21
41) Rio+20 pode criar novo conselho para orientar politicamente o tema	25/04/2012	29
42) A caminho da escassez	26/04/2012	36
43) Governo quer "caminho do meio" do consumo	27/04/2012	29
44) Evento marca defesa pela montanha	27/04/2012	34
45) Minas estuda criar parque em área de mineração	29/04/2012	16
46) Foco agora em unidades de conservação para o mar	29/04/2012	16
47) Oceano de possibilidades	02/05/2012	28
48) Rio+20 terá 'Aldeia Kari-Oca.com'	04/05/2012	26
49) Negociadores da Rio+20 ganham prazo extra para chegarem a acordo	08/05/2012	30
50) Comandante do massacre de Carajás é preso	08/05/2012	9
51) O Brasil dos desastres naturais	09/05/2012	30
52) Algo de insustentável no ar	13/05/2012	17
53) Cúpula dos Povos vai combater economia verde	14/05/2012	19
54) O aço que engole a floresta	14/05/2012	17-18
55) Carvão ilegal responde por 20% de todo o desmatamento em Carajás	15/05/2012	23

56) ONU rebate crítica à economia verde	15/05/2012	23
57) Consumo atual demanda uma Terra e meia	16/05/2012	34
58) Rio Negro atinge maior nível desde 1903 e ameaça transbordar	17/05/2012	36
59) Naturalmente incomuns	18/05/2012	38
60) As dez espécies de 2011	24/05/2012	38
61) Análise inédita mostra toninha em risco	24/05/2012	38
62) Um oásis verde que veio do lixo	27/05/2012	17
63) O cálculo das riquezas naturais na Rio+20	29/05/2012	24
64) Desmatamento cai no Rio	30/05/2012	36
65) Líderes ainda sem consenso sobre a Rio+20	01/06/2012	26
66) Negociações fracassam em Nova York	03/06/2012	43
67) Escolas vão discutir preservação das toninhas	03/06/2012	29
68) Novo parque criará corredor ecológico	03/06/2012	18
69) Senhores da Terra	05/06/2012	02
70) Indiana Jones das profundezas	05/06/2012	03
71) Mutirão combaterá sujeira deixada nas praias	05/06/2012	15
72) Sob as ondas, a maior fonte de vida na Terra	05/06/2012	04
73) Mergulho na última fronteira	05/06/2012	05
74) Contagem regressiva para salvar toninhas	05/06/2012	08
75) Mauá quer criar taxa para turistas	05/06/2012	18
76) Ministra aprova “rascunho zero” da Rio+20	05/06/2012	28
77) Governo cria seis reservas indígenas	05/06/2012	3
78) Biotecnologia para a vida real	06/06/2012	36
79) Amazônia: menor desmatamento em 23 anos	06/06/2012	3
80) Consumo global, extinção local	07/06/2012	34
81) Brasileiro está mais consciente	07/06/2012	27
82) O futuro da Terra depende do mar	08/06/2012	30
83) Aquecedor do planeta ligado em nível recorde	08/06/2012	34
84) Governo se prepara para medir PIB Verde	10/06/2012	40
85) Novo parque criará corredor ecológico	10/06/2012	18
86) Texto final da Rio+20 ainda tem 75% dos parágrafos em aberto	11/06/2012	27
87) A união faz a limpeza das praias cariocas	11/06/2012	14
88) Brasil acha difícil acordo com metas	12/06/2012	3
89) Prainha, candidata a selo de qualidade	12/06/2012	5
90) Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental	12/06/2012	6
91) Ministra critica a legislação ambiental	12/06/2012	8
92) Siderurgia, um setor que desmata e escraviza	13/06/2012	4
93) Toninhas ganharão uma área de proteção	13/06/2012	9
94) Começa a corrida para tentar um futuro melhor	13/06/2012	8
95) Moradores de Ipanema fazem ato em Laranjeiras em defesa de praça	14/06/2012	16
96) Fundo de US\$ 30 bilhões pode ser criado durante conferência	14/06/2012	3
97) Só 36% dos oceanos são protegidos por lei	14/06/2012	8
98) Crise global põe em xeque fundo ambiental	15/06/2012	3
99) Dilma nega que etanol desmate a Amazônia	15/06/2012	4
100) Austrália cria a maior rede de proteção marinha do mundo	15/06/2012	6
101) Governador do Pará promete desmatamento zero até 2020	15/06/2012	7
102) Telecurso ensinará manejo de florestas	15/06/2012	7
103) Bens da Natureza são bens comuns, não de mercado	16/06/2012	2
104) Dilma vai usar reunião do G-20 para tentar destravar acordo	16/06/2012	3
105) Veto dos EUA enterra fundo de US\$ 30 bilhões	16/06/2012	3
106) Jovens podem ajudar a preservar as toninhas	16/06/2012	7
107) Texto mais enxuto para tentar chegar a um acordo	17/06/2012	5
108) Quero ver toninha tem seu vencedor	17/06/2012	10
109) “Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca”	18/06/2012	2
110) Florestas cariocas: até R\$ 543 milhões	18/06/2012	3
111) Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	18/06/2012	4
112) Proteção dos oceanos pode virar realidade	18/06/2012	5
113) ONU: Brasil perdeu 25% das riquezas naturais	18/06/2012	5

114)	Notáveis também vão levar sugestões a chefes de Estado	18/06/2012	8
115)	“Usamos GPS para trabalhar, estudar e conservar a floresta”	18/06/2012	9
116)	Protestos de movimento s sociais dão nó no trânsito	19/06/2012	6
117)	Europeus cobram mais substância	19/06/2012	3
118)	Estado implantará cinco Unidades de Polícia Ambiental até o fim do ano	19/06/2012	17
119)	Um teste de resistência diplomática	19/06/2012	4
120)	Notáveis divulgam documento de pressão	19/06/2012	4
121)	O risco do vazio	19/06/2012	20
122)	Na retranca	20/06/2012	22
123)	Negociadores: acordo fechado era 'o possível '	20/06/2012	3
124)	Para Dilma, documento final é uma vitória para o Brasil	20/06/2012	4
125)	Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias	20/06/2012	5
126)	Jornais dos EUA e da Europa reagem a texto com críticas	20/06/2012	5
127)	Proteção para o alto-mar morre na praia	20/06/2012	6
128)	Deixando o tempo dizer que futuro queremos	20/06/2012	6
129)	De onde menos se espera é que não sai nada mesmo	20/06/2012	9
130)	Ambientalistas se dividem sobre impacto dos protestos	20/06/2012	8
131)	“Europa preferia algo mais afirmativo”	20/06/2012	11
132)	“O recurso mais escasso de todos é o tempo”, alerta ONU	21/06/2012	3
133)	Líderes pedem ousadia e novos compromissos	21/06/2012	4
134)	O consenso possível na Rio+20	21/06/2012	6
135)	Manifestações tomam conta das ruas do Rio	21/06/2012	8
136)	“O futuro que queríamos” e não foi aprovado	21/06/2012	12
137)	ONGs rejeitam documento da Rio+20; ONU cobra ambição	21/06/2012	1
138)	Uma escada para o paraíso na orla de Búzios ambição	21/06/2012	22
139)	Protesto final	22/06/2012	1
140)	“Texto fraco, sem ossos e sem alma”	22/06/2012	2
141)	ONU muda o tom e agora defende o documento	22/06/2012	4
142)	Dilma admite que recuou em nome do multilateralismo	22/06/2012	8
143)	O Brasil podia ter sido muito mais ousado	23/06/2012	2
144)	‘É o melhor documento dadas as circunstâncias’, diz secretário geral da Rio+20	23/06/2012	4
145)	Balanço da Rio+20: É o ambiental...	23/06/2012	6
146)	Nada foi resolvido na Rio+20	24/06/2012	46
147)	Documento da Rio+20 dá saudades da Rio-92	24/06/2012	43
148)	O intangível	24/06/2012	38
149)	Rio teve 110 mil visitantes, 50% além do previsto	25/06/2012	24
150)	Brasil fará mais do que o texto da Rio+20 prevê	26/06/2012	23
151)	Dilma elogia resultado do encontro	26/06/2012	23
152)	Onde as águas são atração	27/06/2012	12
153)	Ban Ki-moon diz que a Rio+20 foi um sucesso	29/06/2012	25
154)	Seminário do Globo discute Legado da Rio+20	01/07/2012	37
155)	Incontestável	02/07/2012	11
156)	A guerra da baleia	04/07/2012	30
157)	Resultados da Rio+20 virão nos próximos anos	04/07/2012	23
158)	Proteção para uma paisagem eterna	06/07/2012	15
159)	Búzios, paraíso ameaçado pelo esgoto do mar	08/07/2012	19
160)	Um pomo da discórdia geneticamente alterado	17/07/2012	26
161)	Ecos da Rio+20	20/07/2012	7
162)	No calor da indústria do gesso, a ruína da caatinga no Nordeste	22/07/2012	13
163)	Cerco à biopirataria	23/07/2012	19
164)	Estado recolhe carcaças de carros dentro de APA.	27/07/2012	19
165)	Placas em árvores são arte, dizem autores	09/08/2012	22
166)	Preservar e conservar.	09/08/2012	32
167)	Árvore-retrovisor, crime ambiental em Ipanema	11/08/2012	11
168)	A marcha dos pingüins	11/08/2012	11
169)	Nota 6 em preservação marinha	16/08/2012	36
170)	Orçamento climático	17/08/2012	36
171)	Concluídas obras em 3 pontos do Parque Nacional da Tijuca	21/08/2012	15

172) Uma força para o verde.	27/08/2012	9
173) Degelo recorde.	28/08/2012	28
174) A exótica mistura de natureza e história que faz o Rio único	31/08/2012	24
175) Pesquisadores decifram a biodiversidade das Cagarras	13/09/2012	28
176) A descoberta do macaco louro	14/09/2012	40
177) Mudanças climáticas reduzem PIB global em US\$ 1,2 tri por ano	27/09/2012	36
178) A agonia do maior recife de coral do mundo	02/10/2012	34
179) Prainha candidata a estrela internacional	03/10/2012	26
180) A saúde, na verdade, é o maior e melhor indicador de sustentabilidade que temos	03/10/2012	68
181) O minidinossauro herbívoro africano	04/10/2012	40
182) Próxima parada: Jardim Botânico	08/10/2012	38
183) Floresta Amazônica fica mais pobre a cada ano	14/10/2012	10
184) Madeira é extraída de reserva na Amazônia	19/10/2012	8
185) Proteção à vista	28/10/2012	41
186) Elefante articula palavras em coreano	02/11/2012	32
187) TIM inicia 'Transamazônica digital': desafios na floresta	03/11/2012	23
188) Aquecimento global vai afetar mais os organismos aquáticos	06/11/2012	34
189) Dada como extinta, baleia é achada na Nova Zelândia	06/11/2012	34
190) Cadeia de produção contra o desmatamento	07/11/2012	11
191) Terra atinge recorde na emissão de gases-estufa	21/11/2012	34
192) Calor irreversível	22/11/2012	40
193) Areia da Prainha é reprovada em teste	29/11/2012	23
194) O outro lado da montanha	02/12/2012	30
195) Madeireiros atiram contra fiscais, policiais e índios no Pará	03/12/2012	07
196) Extremos climáticos são cada vez mais comuns, alerta Nações Unidas	05/12/2012	38
197) O mais antigo dos dinossauros	05/12/2012	38
198) O mar perdido de Búzios	13/12/2012	35
199) Uma agenda ambiental falida	13/12/2012	17
200) Beleza pura no litoral fluminense	15/12/2012	30
201) Secretário anuncia ampliação de área protegida no mar	23/12/2012	15
202) O tesouro da Costa do Sol	23/12/2012	14
203) Pesquisa da biodiversidade ganhará recursos de compensações ambientais	24/12/2012	11
204) Urso polar divide cientistas	27/12/2012	26
205) Flor-cadáver será atração hoje em Inhotim	27/12/2012	26
206) Supersalmão à mesa	26/12/2012	30
207) Prejuízos com clima chegam a US\$ 140 bi	26/12/2012	30
208) Turistas terão que pagar taxa para visitar Visconde de Mauá	31/12/2012	13

Apêndice G- Lista de matérias analisadas 2012 – Controvérsias

Matéria	Data	Página
1) Maricá terá megaporto de R\$ 5 bilhões até 2015	14/01/2012	29
2) Prefeitos querem opinar sobre APA da Ilha Grande	16/01/2012	11
3) Criação da APA da Ilha Grande é adiada	17/01/2012	18
4) MP questiona descarte de lodo retirado da Baía	22/01/2012	19
5) Condomínio em Búzios pode ameaçar mangue	23/01/2012	11
6) Prefeitura cria novo parque entre Barra e Recreio dos Bandeirantes	18/03/2012	21
7) A Baía de todos os navios	25/03/2012	19
8) Projeto de porto em Maricá causa polêmica	06/04/2012	18
9) Afogado em problemas	20/04/2012	16
10) Batalhão Florestal sob o fogo da polêmica	18/05/2012	24
11) Ambientalistas criticam desativação de unidades do Batalhão Florestal	19/05/2012	22
12) Suspensa obra de condomínio em Búzios	29/05/2012	16
13) Caiçaras estão em pé de guerra por causa de parque em Paraty	12/08/2012	31
14) Polêmica envolve a volta das hidrelétricas com reservatórios	12/08/2012	41
15) Hidrelétricas do Pantanal são alvo de ação	21/08/2012	23
16) Ideli e Lobão criticam demora nas licenças ambientais para usinas	21/08/2012	23
17) Sem usinas, Pantanal 'perderia' 81 mil MW	22/08/2012	29
18) Justiça manda parar obras de usina no Pantanal.	24/08/2012	27
19) Hidrelétricas que ferem o Pantanal e a Amazônia	26/08/2012	45
20) Usina no coração da floresta	23/09/2012	35
21) Procuradoria entra com ação contra usina no Rio Tapajós	27/09/2012	28
22) Uma tacada polêmica	02/11/2012	9
23) Pacote altera gabarito no Parque Olímpico	02/11/2012	10
24) Barra apoia novo parque	03/11/2012	10
25) Parque preocupa moradores da região	06/11/2012	11
26) Resort da rede Hyatt na Praia da Reserva terá hotel e condomínio	07/11/2012	19
27) Projeto prevê hotéis mais altos na Barra.	08/11/2012	13
28) Usinas da discórdia	11/11/2012	37
29) MP questiona impactos de eco resort em Arraial	04/12/2012	15
30) Cabral quer flexibilizar licenciamento ambiental	12/12/2012	29
31) Cabral reavalia projeto ambiental polêmico	13/12/2012	22
32) Projeto que libera licenças será votado até quinta	18/12/2012	10
33) Lei da mineração vai a plenário hoje na Alerj	20/12/2012	21
34) Redução do parque avança, proteção empaca	20/12/2012	21
35) Alerj aprova dispensa de EIA-Rima na área de minério	21/12/2012	25
36) Câmara lota para discussão de projeto sobre campo de golfe	21/12/2012	25
37) Paes joga duro com a Câmara	22/12/2012	10